

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
FACULDADE DE CIÊNCIAS E LETRAS**

ROBERTO DELLA SANTA BARROS

**LUTAS SOCIAIS, NEOLIBERALISMO E LIMITES DEMOCRÁTICOS NO BRASIL
GÊNESE, FORMAÇÃO E PERSPECTIVAS DA CAMPANHA (INTER) NACIONAL CONTRA A ALCA
(1998-2003)**

ARARAQUARA

2007

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

ROBERTO DELLA SANTA BARROS

**LUTAS SOCIAIS, NEOLIBERALISMO E LIMITES DEMOCRÁTICOS NO BRASIL
GÊNESE, FORMAÇÃO E PERSPECTIVAS DA CAMPANHA (INTER) NACIONAL CONTRA A ALCA
(1998-2003)**

Dissertação Apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia – à Faculdade de Ciências e Letras (FCL), Universidade Estadual Paulista (UNESP) “Júlio de Mesquita Filho” –, como Requisito para a Obtenção do Título de Mestre em Sociologia.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Orlanda Pinassi

Linha de Pesquisa: Classes e Movimentos Sociais

ARARAQUARA

2007

ROBERTO DELLA SANTA BARROS

**LUTAS SOCIAIS, NEOLIBERALISMO E LIMITES DEMOCRÁTICOS NO BRASIL
GÊNESE, FORMAÇÃO E PERSPECTIVAS DA CAMPANHA (INTER) NACIONAL CONTRA A ALCA
(1998-2003)**

Monografia Apresentada à Universidade Estadual Paulista (UNESP) “Júlio de Mesquita Filho”, como Requisito para a Obtenção do Título de Mestre em Sociologia.

Agosto de 2007.

Banca Examinadora:

Orientadora: Profa. Dra. Maria Orlanda Pinassi.

Nome do Professor: Prof. Dr. Luiz Fernando da Silva.

Nome do Professor: Prof. Dr. Alvaro Gabriel Bianchi Mendez.

[AGRADECIMENTOS]

«Como Fernando, somos Pessoas. Não fosse Assim, não Seríamos.»

[1998-2002] • *Aos companheiros do movimento estudantil e do Diretório Acadêmico Di Cavalcanti (DADICA), em memória de todas as lutas que travamos dentro e fora da universidade. Aos companheiros trabalhadores do movimento sindical da UNESP. Aos coletivos que organizamos e construímos para o debate teórico e as lutas sociais. Aos amigos Fernando, Rafa, Bergamo, Sueli, Gino, Célia, Dani, Nina, Pedro, Well, Flá, Cibeli, Anaíra, Kêka, Carol, Pat... Às suas mentes e corações. À viagem que nossa “Ítaca gaúcha” nos proporcionou, apesar (e em detrimento) dos limites daquela Porto Alegre. Ao II Encontro Americano pela Humanidade e contra o Neoliberalismo, por ter-nos mostrado um mundo “muito além de nossos jardins” de Bauru, lá em Belém do Pará. Às Marchas à Brasília, por exibir graficamente que não estávamos sozinhos. Ao Movimento Brasil Outros 500 de Resistência Indígena, Negra e Popular por, naquele abril “mestiço”, ter-nos ensinado tanto, e em tão pouco tempo, sobre a história (não-escrita) do Brasil. A todos e todas que se lançaram na Campanha (Inter) Nacional contra a ALCA, a Dívida e a Militarização, assim como às lutas diretas e rebeliões operárias, coetâneas à América Latina.*

[2002-2003] • *À maré humana de um milhão de cores e bandeiras que, transbordando os limites do encerramento do Fórum Social Europeu – nas ruas da capital toscana de Florença –, coreava em uníssono um internacionalista “No alla guerra!”, junto a velhas canções revolucionárias da resistência italiana. À “rica totalidade de determinações e relações diversas” experimentada através da perspectiva do multitudinário movimento internacional contra a Guerra do Iraque, em especial junto à “Assamblea General de la Autònoma” e à “Plataforma Aturem la Guerra”, de Barcelona. Aos estudantes, funcionários e professores da UAB com os quais convivemos nestes dias que abalaram o Velho Continente. Aos companheiros Jordi, Ricardo, Felipe, Teo, Maiür, Yolanda, Carlos, Maxi, Chacón, Tânia, Caps e tantos outros; pela intensa experiência internacionalista.*

[2004-2007] • *Ao movimento de greve e ocupação que desenvolvemos – estudantes e trabalhadores, docentes e não-docentes, da USP, UNESP e UNICAMP – em defesa da universidade pública autônoma, gratuita, laica, de qualidade e socialmente referenciada entre a maioria da população. Se Marx, referindo-se às revoluções europeias de 1848, afirmara que sua maior conquista era precisamente “a própria revolução”, pode-se dizer que suas formas organizativas, métodos de combate e horizontes de luta – nossas maiores conquistas – abriram-nos um novo patamar de experiência, organização e autoconsciência social. À Júlia e Tiago, Nath e Dri, Lara e Felipe, Rosa e Felipe, Kêka e Tai, Débora e Tati, Camis e Simone – e tantos/as mais –, da jovem plebe universitária araraquarense, por segurarem uma nova primavera entre os dentes. Por fim, à compreensão dos camaradas de luta – e companheiros de trabalho – que deixei por um não-tão curto lapso: Yara e Diego, Gustavo e Jeferson, Wilson e Larissa, Lipo e Edu. Valeu!*

- O presente texto – exposição adotada, em forma sumária e tentativa – arranca do resultado parcial de pesquisa realizada junto ao Programa de Bolsas do Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais para Jovens Pesquisadores (CLACSO-Asdi, Buenos Aires, 2003-2004) – cujo projeto inicial fora concebido ainda no Programa de Doutorado em Comunicação da Universidade Autônoma de Barcelona (DCC-UAB, Bellaterra, 2002-2003).

- Foi esta a candidatura brasileira selecionada pelo concurso anual do Conselho, pré-avalizada pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (IFCH-UNICAMP, Campinas, 2003) e, *a posteriori*, vinculada, aprimorada e desenvolvida junto ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista (FCL-UNESP, Araraquara, 2004), sob orientação da Profa. Dra. Maria Orlanda Pinassi. Contou também com a assistência teórica de Jaime Estay Reyno, docente-titular do curso de formação sobre a ALCA da Cátedra Florestan Fernandes, em 2004; e Gabriel Fajn, tutor metodológico designado pelo Conselho, em 2003. Reconhecemos-lhes – em diferentes níveis, por contribuições várias e desde perspectivas diversas – o apoio institucional, o intercâmbio intelectual e o estímulo pessoal.

- Saudamos, ainda, a Luiz Fernando da Silva: camarada, orientador e alento “fur ewig”; Eric Cardin e Marcelo dalla Vecchia, companheiros generosos e leitores exigentes; Álvaro Bianchi, Ruy Braga e Edmundo Dias, pela solicitude camarada, a Newton Duarte – por sua participação durante a qualificação – e, *last but not least*, um cumprimento especial à querida colaboração de Rafaela Tasca: amiga, parceira e pesquisadora em Comunicação Popular pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). Da mesma forma, saudações a todos aqueles e aquelas que – a exemplo de Charo de Mateo (Barcelona), Natalia Gianatelli (Buenos Aires) e Cris Gobato (Araraquara) –, de alguma forma contribuíram para a consecução desta pesquisa. A tempo, agradeço a pessoas amáveis, que me fizeram menos estrangeiro em diferentes territórios: Rocío Fuentes Carretero, Mauricio Berger e Maga Hernández Ortiz: ¡gracias!. Se é verdade que muito dos discernimentos aqui apresentados os devemos a outrem, já os erros de percurso – como de praxe – devem ser tributados única e exclusivamente àquele que escreve estas linhas.

[ESCLARECIMENTOS]

«A análise dos fundamentos metodológicos aqui apresentada parte do pressuposto de que um método envolve uma concepção de mundo, de homem e de conhecimento. Para além de uma visão instrumental de método, entende-se que a abordagem do real para conhecê-lo revela uma determinada compreensão do que é a realidade e o homem na sua relação com ela. Por isso, a questão metodológica é indissociável de uma abordagem ontológica e epistemológica. Assim, embora o eixo de análise seja a relação sujeito-objeto, não se pode deixar de apontar questões relativas à compreensão do ser, bem como aspectos relativos à concepção de sujeito.»

Maria da Graça Marchina Gonçalves, em *Fundamentos metodológicos...*, 2001.

- É motivo de alegria, estímulo e compromisso explicar-lhes que a contribuição teórico-empírica que segue é representativa de um processo social (muito) mais amplo, síntese do esforço e labor de muitas mentes e corações, os quais se expressam – de uma ou outra forma – ao largo deste texto. Entre todos os ecos de vida presentes, e são muitos, destacamos a presença essencial do grande mestre, companheiro e sobretudo amigo Luiz Fernando da Silva; pela extraordinária influência em todos os aspectos de nossa *formação*, tomada em seu mais amplo sentido. Agradecer-lhe, somente, seria pouco.
- Queremos sublinhar que a concepção histórica de método aqui ex-posta foi discutida de forma intensa por mais de três anos entre companheiros, estudantes, trabalhadores e professores da UNESP (*campus* Bauru), principalmente no Núcleo Universidade Pública e Participação Popular, no Projeto Interdisciplinar de Pesquisa-Intervenção e, a *posteriori*, no NEPPM: Núcleo de Estudos e Pesquisas em Psicologia e Educação “Contribuições do Marxismo”. Portanto, é resultado de um trabalho social, necessariamente coletivo, localizado na universidade pública brasileira, no qual teoria e prática são consideradas como organicamente vinculadas – ponto de partida de nossa formação social, cultural e teórico-política, dentro e fora da academia –, mediados pela intervenção social e o contato constante com movimentos sociais, sindicais e políticos de trabalhadores – com os quais muito aprendemos em nossa convivência mútua nos últimos anos. A pós-graduação em sociologia – apesar de (e contra) suas contradições, e mais, graças a *muitos e muitas* – configurou-se como *momentum* importante de aprendizado e sistematização teórico-metodológica, galvanizando a experiência pretérita e, também, iluminando trilhas futuras. Às vozes dissonantes, que se fizeram ouvir depois de caídas todas as máscaras: Felipe Luiz, Adilson Gennari, Newton Duarte e, sobretudo, Maria Orlanda.
- Desde a formulação gramsciana de que *todos/as são intelectuais*, e desde um ponto de vista marxista, consideramos que a produção social do conhecimento deve ancorar-se numa via de mão-dupla entre sujeitos, investigadores e população; numa perspectiva extra-muros: não-voluntarista, não-espontaneísta e não-assistencialista, mas sim orgânica e indissociavelmente vinculada à relação ensino-pesquisa-extensão, no sentido mesmo da transformação social. E pensamos que há importantes pesquisadores também fora da universidade: em movimentos sociais, sindicais e políticos das classes subalternizadas pelo Capital e sua Ordem.
- Voltamos a recordar que a presente contribuição não é fruto de qualquer abstração individual, isolada e sem entorno social, mas uma síntese coletiva do evoluir dialético de nossa formação, estudo e investigação. Processo social que, no âmbito acadêmico, foi marcado por uma compreensão da interdisciplinaridade como intenção consciente, determinada e objetiva de ultrapassar os limites da alienação entre as diferentes formas sociais de conhecimento, própria das contradições estruturais de uma determinada concepção de universidade, inserida esta na sociedade burguesa – alienada e alienante – e em sua perspectiva cada vez mais acentuada da lógica de mercado. Compreendemos a *função social* da universidade pública numa perspectiva de profunda referência social e política entre aquelas e aqueles que possibilitaram historicamente a construção desta e dos conhecimentos artístico, filosófico, científico, cultural e técnico que lhes são privados pela divisão capitalista do trabalho: os trabalhadores e a imensa maioria da população.
- Por fim, rendemos uma homenagem e nos reivindicamos profundamente tributários do processo teórico-prático que conformou estes distintos coletivos de pesquisa, estudo e intervenção no espaço acadêmico *ampliado*; principalmente da reflexão possibilitada entre movimentos sociais, sindicais e políticos significativos das lutas da classe trabalhadora brasileira; e, enfim, de nossa concepção do papel social da universidade pública no Brasil e o compromisso histórico implicado com a classe trabalhadora.

[DEDICATÓRIA]

«*Quem tem consciência para ter coragem
Quem tem a força de saber que existe
E no centro da própria engrenagem
Inventa a contra-mola que resiste ...
Entre os dentes, segura a primavera.*»

Secos & Molhados, *Primavera nos Dentes*, s/d.

- Dedicado aos pais, irmãos, amigos, companheiros de vida e camaradas de luta – tantos e tantas –, *por tudo*.
- A todos aqueles e aquelas que combateram (e combatem) pela construção da Coordenação Nacional de Lutas (a Conlutas), a mais nova alternativa e ferramenta de luta real da classe trabalhadora brasileira.
- Aos processos revolucionários da Argentina, Equador e Bolívia que, entre o umbral do séc. XX e a aurora do séc. XXI – com diferentes eixos, ritmos e formas –, ensinaram-nos que “o novo sempre vem”.
 - Às crianças haitianas que – plenas em dignidade e beleza – resistem à ocupação militar desgraçadamente encabeçada pelo Governo Lula sob a chancela legal dos capacetes azuis da ONU (“O Haiti é aqui!”). Às crianças palestinas que se opõem às contínuas agressões perpetradas pelo exército nazi-sionista do Estado de Israel, já seja na Faixa de Gaza, Cisjordânia, Ramalah ou Jenin. Às crianças que sobrevivem bravamente às barbáries da invasão, às covardes emboscadas, aos toques de recolher, às torturas hediondas, a odiosos estupros e a assassinatos massivos, promovidos pelo comandante-em-chefe Bush, pelo coronel Blair e seus respectivos soldados-rasos de turno – como o foram Aznar ou Berlusconi – em todo o território iraquiano.
 - Aos que lutam com braços e corpos, pedras e fundas – animados pelos novos ventos de mais de 20 milhões que saíram às ruas, em todos os continentes habitados do planeta, para dizer *já basta* – e, por vezes sem sabê-lo, carregam o futuro entre as próprias mãos.
- **Em especial, este trabalho é dedicado aos cerca de 90 companheiros e companheiras que lutávamos pela autonomia universitária quando fomos cercados, rendidos e levados – em prisão política – por mais de 250 policiais militares na calada da madrugada daquela noite escura. Desde 1977, durante a Ditadura Civil-Militar, a Polícia Militar não invadia a Universidade no Brasil. Responsabilizamos a Congregação e a Direção da FCL-Car, a Reitoria da UNESP e o Governo do estado de São Paulo por este sombrio capítulo da história da universidade. O *Coletivo de Mobilização Permanente* foi constituído no *campus* a partir de deliberação coletiva da última assembléia do movimento de greve e ocupação estudantil de Araraquara – em julho de 2007 – e assumiu, recentemente, a importante atividade de preservar a memória histórica do movimento estudantil. Não vamos esquecer os dias de *invasão militar e estado de sítio no campus* – 20 e 21 de junho de 2007 – e, tampouco, vamos esquecer a ocupação estudantil, ou mesmo o embrião do surgimento de um novo *sujeito coletivo*. Hoje, como antes: *Não passarão!***
 - ÀQUELES E ÀQUELAS QUE, ARRANCANDO JÚBILO AO PORVIR, TRATAM DE TECER A MANHÃ DA *CIDADE FUTURA*:
 - AOS QUE JÁ SE FORAM.
 - AOS QUE ESTÃO POR VIR.

[EPÍGRAFE]

«O passado nunca morre. Nem sequer é passado.»
William Faulkner.

«Muito tempo não é sempre.»
Bertolt Brecht.

• «[...] **na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de suas vontades, relações de produção que correspondem a um grau de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais.** [...] Não é a consciência dos homens que determina o respectivo ser, mas ao contrário, o ser social que determina a sua consciência. Num certo estágio do seu desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes ou, o que nada mais é que a expressão jurídica destas relações, com as relações de propriedade no seio das quais se tinham até então desenvolvido. As relações de produção se transformam, de formas de desenvolvimento das forças produtivas, em entraves a este desenvolvimento. Abre-se então uma época de revolução social. [...] Uma formação social jamais desaparece sem que estejam desenvolvidas todas as forças produtivas que ela tem a capacidade de conter; jamais as relações de produção novas e superiores substituem as antigas, antes de as condições de existência material destas relações terem-se esgotado no próprio seio da velha sociedade. Esta [é] a razão porque a humanidade não se propõe senão os problemas que pode resolver, pois, ao se fazer uma análise mais de perto, verifica-se sempre que o próprio problema surgiu exatamente onde já existiam condições materiais para a sua resolução ou, pelo menos, estavam em vias de existir.»
Karl Marx, em *Prefácio à Contribuição à Crítica da Economia Política*, escrito em 1857, grifos nossos, várias edições.

• «Hegel observa em uma de suas obras que todos os fatos e personagens de grande importância na história do mundo ocorrem, por assim dizer, duas vezes. E esqueceu-se de acrescentar: a primeira vez como tragédia, a segunda como farsa. [...] **Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado.** A tradição de todas as gerações mortas oprime como um pesadelo o cérebro dos vivos. E justamente quando parecem empenhados em revolucionar-se a si e às coisas, em criar algo que jamais existiu, precisamente nesses períodos de crise revolucionária, os homens conjuram ansiosamente em seu auxílio os espíritos do passado, tomando-lhes emprestados os nomes, os gritos de guerra e as roupagens, a fim de apresentarem-se nessa linguagem emprestada. [...] De maneira idêntica, o principiante que aprende um novo idioma, traduz sempre as palavras deste idioma para sua língua natal; mas só quando puder manejá-lo sem apelar para o passado e esquecer sua própria língua no emprego da nova, terá assimilado o espírito desta última e poderá produzir livremente nela.»
Karl Marx, n' *O Dezoito Brumário de Luis Bonaparte*, escrito entre dez./1851 e mar./1852, grifos nossos, várias edições.

[RESUMO]

• *ANALISAR ESTRUTURA E PRÁXIS DOS LIAMES ENTRE AS LUTAS SOCIAIS, O NEOLIBERALISMO E OS LIMITES DEMOCRÁTICOS NO BRASIL.* Dentro desta inter-relação apresentamos – enquanto um eixo norteador específico, e momento constitutivo, desta pesquisa social – o estudo histórico-social de movimentos sociais de resistência operária, camponesa e popular de base e a direção de sujeitos sociais e políticos em cena no país. Problematizamos a questão em referência a elemento nuclear de mediação histórica e lógica: o “estudo de caso” de gênese, formação e perspectivas da Campanha (Inter) Nacional contra a Área de Livre Comércio das Américas – a ALCA –, no lapso de 1998-2003. Trata-se de identificar limites históricos e natureza social de uma frente unitária de movimentos sociais, sindicais e político-partidários da classe trabalhadora e esquerda brasileira – orientada esta por onda anti-imperialista e pela negação dos postulados neoliberais, no séc. XXI –, cotejando à rudeza material de tal processo, inserido no ciclo histórico de curta duração que compreende desde a “transição à democracia” até a ascensão ao poder da Frente Popular Lula-Alencar (1978-2003). Como objetivos específicos, apresentamos a pesquisa social sobre a Campanha (Inter) Nacional contra a ALCA, seus comitês, suas organizações-membro, seus militantes, suas atividades e suas propostas. Propomos abordar, em suas dimensões descritiva e analítica: (i) Exame sócio-histórico de materiais coletivos, envolvendo Cartilhas, Resoluções, Plenárias, Atas, Boletins, Portal e Jornal da Campanha, cursos formativos e o quê cada organização produziu sobre esta temática; (ii) Pesquisa de Campo, Observação-Participante e Enquête Social na Campanha Nacional combinando, de forma dialética, levantamento empírico e trabalho teórico, numa perspectiva histórico-contemporânea.

Palavras-Chaves:

• *Classes e Movimentos Sociais, Hegemonia Neoliberal e Limites Democráticos, Brasil e América Latina, Campanha (Inter) Nacional contra a ALCA – a Área de Livre Comércio das Américas –, História Social do Movimento Operário e Frente Popular Lula-Alencar.*

[ABSTRACT]

• *TO ANALYZE STRUCTURE AND PRAXIS OF THE LINK BETWEEN THE SOCIAL STRUGGLES, NEOLIBERALISM AND THE DEMOCRATIC LIMITS IN BRAZIL.* Inside this interrelation we present – as a specific axis of orientation, and constitutive *momentum*, of this social research – the social/historical study of the social movements of labour, peasants and popular/grassroots resistance and the leadership of social and political subjects in scene in the country. We problematize the question with reference in a nuclear element of logical and historical mediation: the “case study” of the origin, formation and perspectives of the (Inter) National Campaign against the American Free Trade Agreement – the AFTA –, at the 1998-2003 phase. It is about identifying historical limits and social nature of an united front of social, union and political party movements of the working class and the Brazilian left-wing – oriented by an anti-imperialistic *milieu* and the refusal of the neoliberal postulates, in the XXIth century –, collating to the material harshness of such process, inserted into the short-term historical cycle that goes back from the “transition to the democracy” up to the ascent to power of the Lula-Alencar’s Popular Front (1978-2003). As specific objectives, we present the social research on the (Inter) National Campaign against the AFTA, their member-organizations, their committees, its militants, their activities and their proposals. We propose to cover, in its descriptive and analytical dimensions: (i) Social/historical scrutiny of collective materials, that comprehends Records, Resolutions, Plenum, Balance-Sheets, Bulletins, Website and Newspaper of the Campaign, instructive courses and what each organization produced on this matter; (ii) Field-Search, Participating-Observation and Social Inquiry on the National Campaign combining, in a dialectical way, empirical survey and theoretical work, in contemporary/historical perspective.

Key-Words:

• *Social Classes and Movements, Neoliberal Hegemony and Democratic Limits, Brazil and Latin America, (Inter) National Campaign Against the AFTA – the American Free Trade Agreement –, Social History of the Labour Movement and Lula-Alencar’s Popular Front.*

[LISTA DE QUADROS E FIGURAS]**Figura 1 ... 121****Figura 2 ... 167****Figura 3 ... 199****Quadro 1 ... 108****Quadro 2 ... 116****Quadro 3 ... 213****Quadro 4 ... 215**

SUMÁRIO

UMA APRESENTAÇÃO TEMÁTICA: <i>THERE IS NO ALTERNATIVE, IS THERE?</i>	14
UMA PROBLEMATIZAÇÃO TEÓRICA: <i>O NÓ DA RELAÇÃO SUJEITO/ESTRUTURA</i> .	18
APONTAMENTOS INTRODUTÓRIOS: <i>POR QUE, COMO, QUANDO, ONDE, QUEM</i> ..	34
CAPÍTULO 1 – DO COLAPSO DA ORDEM DE BRETTON WOODS AOS PROGRAMAS DE AJUSTE ESTRUTURAL: <i>CAPITAL VERSUS TRABALHO</i>	56
1.1 Neoliberalismo, Crise Estrutural e Consenso de Washington: primeiros delineamentos	60
1.2 Hegemonia Neoliberal, Crise do Capital e Limites Democráticos no Brasil	63
1.2.1 O neoliberalismo político e a “reestruturação produtiva”: dupla ofensiva contra os trabalhadores	66
1.3 Neoliberalismo, Democracia e Hegemonia Neoliberal: Lógica e História	76
1.3.1 Brasil, “transição à democracia” e hegemonia neoliberal	81
1.3.2 Os limites democráticos e as esquerdas: o Estado, a democracia burguesa e a Ordem do Capital	86
1.3.3 A ofensiva político-ideológica no pós-89	94
CAPÍTULO 2 – ALCA E RECOLONIZAÇÃO; ANTICAPITALISMO E ANTIIMPERIALISMO NO SÉC. XXI	104
2.1 ALCA, mundialização capitalista e recolonização imperialista nas Américas	104
2.2 Pós-11 de setembro de 2001 (11-S): “Via Rápida”, Militarização e Guerras	118
2.3 Antiimperialismo e Anticapitalismo no início do séc. XXI: um debate em curso	124
2.3.1 Do florescimento político-cultural dos <i>anos rebeldes</i> à <i>juventude antiglobalização</i> : continuidade e ruptura	128
2.3.1.1 O movimento internacional contra a Guerra do Iraque	136
2.3.2 Um breve excursão sobre limites e natureza do <i>alterglobalismo</i> no séc. XXI	138
CAPÍTULO 3 – SUJEITOS SOCIAIS E POLÍTICOS DOS MOVIMENTOS DE RESISTÊNCIA PROLETÁRIA, CAMPONESA E POPULAR NA HISTÓRIA SOCIAL RECENTE DO PAÍS	146
3.1 O que há de novo sob o sol?	147
3.1.1 O prólogo da “rebeldia do trabalho”	150
3.1.2 Crise, transição e democracia na perspectiva do trabalho	153
3.1.3 Por que perdemos?	156

3.2 “O velho ainda não morreu e o novo não pôde nascer”: do ascenso pós-78 ao refluxo dos anos 90	161
CAPÍTULO 4 – CAMPANHA (INTER) NACIONAL CONTRA A ALCA (CNCA): GÊNESE, FORMAÇÃO E PERSPECTIVAS (1998-2003)	166
4.1 Alguns esclarecimentos político-epistemológicos.....	169
4.2 Os condicionantes históricos da formação da CNCA	171
4.3 A “cultura do vivido” e o “romantismo revolucionário” na gênese da CNCA ou a Igreja e as esquerdas no Brasil	175
4.4 O nacional e o internacional: articulação, perspectivas e orientações-para-a-ação	187
CAPÍTULO 5 – MEDIAÇÕES TEÓRICO-POLÍTICAS, CONCEPÇÕES ESTRATÉGICAS E MÉTODOS DE LUTA PROPOSTOS NO COMBATE À ALCA (2002-2003)	191
5.1 Os Núcleos-Matrizes Determinantes da CNCA e o Movimento de Massas no Brasil	194
5.1.1 Nação Brasileira <i>versus</i> Imperialismo Norte-Americano ou “democrático-popular”	196
5.1.2 Integração Soberana <i>versus</i> Integração Subordinada ou “soberanista”	203
5.1.3 Revolução <i>versus</i> Colônia ou “socialista”	206
CAPÍTULO 6 – FRENTE POPULAR LULA-ALENCAR, IMPERIALISMO NEOLIBERAL E MOVIMENTO ANTI-ALCA NO BRASIL	210
6.1 Da CNCA ao Plebiscito Popular sobre a ALCA	211
6.2 Frente Popular, recolonização imperialista e ALCA	215
6.2.1 A política externa do Governo Lula: “ativa e altiva” ou sustentáculo auxiliar?	226
6.3 Rodadas de Negociação, Cúpulas Ministeriais e Declarações inter-Estatais: análise histórica e conjuntural sobre a correlação de forças sociais em Cancún e Miami	232
BIBLIOGRAFIA GERAL	269
BIBLIOGRAFIA TEMÁTICA	293
DOCUMENTOS, MATERIAIS E FONTES PRIMÁRIAS	295
SÍTIOS ELETRÔNICOS	299
ANEXOS	301

UMA APRESENTAÇÃO TEMÁTICA: *THERE IS NO ALTERNATIVE, IS THERE?*

Se partirmos do quadrante histórico que corresponde às últimas décadas do século passado situando-o em torno à *ideologia dominante* deste período apreenderemos, enquanto elemento fundamental, a forma social como as *classes dominantes* apresentaram-se e representaram-se no cenário político e econômico como baluarte de um novo período de prosperidade material e espiritual, de um “mundo livre” ampliado à larga escala – a partir de um desenvolvimento capitalista pretensamente imune a contradições, alforriado do “ônus” do *Estado-Leviatã* – e, para todos os efeitos, expansivo à maioria da população mundial e aos quatro cantos do planeta. O recurso retórico às inovações tecno-científicas, à chamada “sociedade do conhecimento” e ao tão alardeado *consórcio histórico* entre democracia e mercado – sob a *supremacia capitalista* norte-americana; em suas dimensões política, econômica, militar, diplomática e cultural – seriam determinantes, desta maneira, na *configuração ideológica* do discurso ufanista que dominou a arena internacional a partir do ocaso da ex-União Soviética – já *burocratizada* – e de ex-Estados operários – *deformados* – do Leste Europeu. Teríamos chegado – segundo a *Sagrada Família do Capital* como *causa sui* – ao *Fim da História*. Bem sabemos, porém, que para além do *envoltório místico* detrás do qual se oculta a *sagrada família*, estão suas *práticas terrestres*. Enfim, aparência e essência.

O chamado *pensée unique* – quase absolutizado durante o decênio passado – representava, em verdade, “a tradução em termos ideológicos e com pretensão universal dos interesses de um conjunto de forças econômicas, em particular as do capital financeiro internacional” (Ramonet, 1998). O discurso do livre-mercado como critério *par excellence* da ordenação societal associou-se ao que a grande imprensa burguesa e os economistas orgânicos da *Escola de Chicago* alcunharam – num neologismo anglo-francófono de duvidosa penetração analítica – como “*globalization*”. Não foram poucos os intelectuais, militantes, organizações e partidos que, outrora reconhecidos como críticos do *status quo*, passaram-se “de mala e cuia” às trincheiras até então inimigas, aderindo “de corpo e alma” às crenças e valores das hostes dominantes; não sem as respectivas compensações materiais, típicas da institucionalidade burguesa. A fórmula tatcheriana – *there is no alternative* (“TINA”) – parecia universalizar-se, inclusive entre aquelas forças sociais e políticas que, supostamente, deveriam hostilizá-la: partidos trabalhistas, social-democratas e comunistas; centrais sindicais “socialistas” assim como a intelectualidade dita “progressista”. A batalha de idéias lastreava-se num *capitalismo monopolista* que – apesar de *aparentemente* triunfante – agonizava em *crise estrutural*, sôfrego

por medidas que recompusessem a taxa de lucratividade decrescente, superando a recessão de longo termo. Não obstante, *o poder da ideologia* (Mészáros, 2000) não pôde ocultar por muito tempo *a concretude do devir*.

O capitalismo – modo de produção *determinado* – impôs a *regressão histórica* de direitos e conquistas alcançados através de reformas e revoluções durante o século XX, numa ofensiva material e ideológica sem precedentes contra os trabalhadores em luta, os movimentos sociais populares, o sindicalismo de classe e os partidos anticapitalistas identificados de alguma forma com a causa da futura transição socialista. A institucionalidade política e econômica ancorada no “equilíbrio instável” do sistema mundial inter-Estados pós-1945 – o dito “consenso keynesiano” – despedaçava-se vertiginosamente, tal qual estrondosa foi a derrubada do Muro de Berlim, enquanto as novas (e não tão novas) personificações históricas da *Ordem do Capital* exigiam a reestruturação das relações entre corporações capitalistas, organismos multilaterais e Estados-Nação. Como compreender a *forma social de existência histórica* assumida pelo sistema capitalista – que faz coincidirem no tempo crises econômicas crônicas, acirradas disputas por mercados e guerras neocoloniais como *braço armado da mundialização* (Serfati, 2000) – senão lançando mão do conceito leniniano de *imperialismo*¹ enquanto *novo marco epocale* e estágio *supremo*² da ordenação capitalista?

Desde meados da década de 1990 até o início do século XXI a realidade vem reafirmando (e exigindo) a tendência histórica à internacionalização das lutas operárias, populares e de demais setores e segmentos socialmente oprimidos³, mostrando novos elementos de desenvolvimento da subjetividade das classes subalternas. Foi centralmente mediante o

¹ Os principais traços distintivos do estágio imperialista de desenvolvimento capitalista – nova época histórica de “guerras, crises e revoluções”, inaugurada ainda no início do séc. XX – poderiam ser sintetizados como: (i) a supremacia do capital financeiro (resultado da fusão do capital bancário + capital industrial); (ii) a exportação de capitais (e não mais somente de mercadorias); (iii) a divisão do mundo entre os oligopólios (“transnacionais”); (iv) a divisão do mundo entre as potências imperialistas (as quais garantem, desta forma, o controle de mercados, territórios, fontes energéticas e matérias-primas); (v) a tendência à barbarização das condições de existência social à escala internacional (pauperização absoluta, guerras, desemprego, fome etc.) da maioria da população trabalhadora (Lenin, 1979a). Lenin fá-lo *expressionista* critério de periodização histórico: “parasitário”; “decadente”; “putrefato”.

² O lexema “supremo” – paradigmaticamente selecionado enquanto unidade atribuidora de sentido – busca apreender o evoluir *dialético* contido na *teoria leniniana do imperialismo*, na qual se afere, de forma contraditória e em simultaneidade, superioridade e decadência da fase ulterior de desenvolvimento causal do Capital e sua Ordem.

³ “Os diferentes movimentos e explosões sociais, bem como a variedade de greves e rebeliões que estamos presenciando, nessa fase de mundialização dos capitais, indicam que adentramos também numa nova fase de mundialização das lutas sociais e das ações coletivas. Ações estas que são desencadeadas ora a partir dos confrontos que emergem diretamente do mundo do trabalho, como as greves que ocorrem quotidianamente em tantas partes do mundo, ora através das ações dos movimentos sociais dos desempregados, que compreendem a crescente e enorme parcela dos que se integram no mundo do trabalho pela forma do desemprego e da desintegração. Desde Seattle, passando por Praga, Nice, pela confrontação social e política em Gênova e ainda mais recentemente, pela explosão social na Argentina, desde dezembro de 2001, e também em vários outros países da América Latina, exemplos por certo multifacetados mas eivados de significados e conseqüências e que se constituem em importantes sinais de que uma nova era de embates sociais mundializadas serão o traço constitutivo desse novo séc. XXI que se inicia. São, portanto, ricos exemplos das novas formas da confrontação social em curso contra a lógica destrutiva que preside a (des) sociabilidade contemporânea” (Antunes, 2004a).

declive da hegemonia burguesa, do debilitamento do modelo neoliberal e da crise estrutural do capital – aliados ao *colapso do estalinismo* – que se possibilitaram as condições objetivas e subjetivas para o surgimento de movimentos sociais operários, camponeses e populares que se insurgiram contra os ataques impostos pela precarização das relações de trabalho, privatização do patrimônio estatal bem como pela abertura dos mercados internos ao capital internacional; no âmago de países aviltados e submetidos pelo imperialismo, sobretudo da América Latina. Concomitantemente, assistiu-se ao nascimento de um *movimento de contestação e resistência à mundialização capitalista* – ancorado em geral numa *crítica espontânea à universalização da lógica mercantil às múltiplas dimensões da vida* –, cuja composição social abarca principalmente jovens universitários – precarizados, informais ou mesmo desempregados – das classes médias urbanas, situados nos centros nervosos da acumulação capitalista, fundamentalmente da América Anglo-Saxônica e da Europa Ocidental. Em termos absolutamente gerais, consideramos ainda uma nova situação internacional caracterizada por lutas sociais que vão do levante armado do movimento neozapatista contra a implantação do NAFTA – *North American Free Trade Agreement* – no México, em 1994; passando pelas ocupações de terras impulsionadas pelo MST no Brasil e pela revolta popular protagonizada pelos indígenas no Equador, contra a dolarização; chegando às vigorosas mobilizações grevistas contra a reforma previdenciária dos trabalhadores estatais na França; expressando-se na longa greve estudantil contra a privatização e o sucateamento da *Universidad Nacional Autónoma de México* (UNAM) dirigida coletivamente pelo Comando Geral de Greve (ou *Comité General de Huelga / CGH*) até, finalmente, a primeira grande manifestação internacional dentro do “ventre da besta” – na cidade norte-americana de Seattle – contra uma das principais instituições da “globalização”, a *Organização Mundial do Comércio* (OMC), em 1999. *Desde então não há lugar no mundo onde possam reunir-se o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial, a OMC ou o G-8 sem arrastar a multitudinárias manifestações antiglobalização, onde quer que seja.* Mais: Equador (2000), Argentina (2001), Venezuela (2002) e Bolívia (2003) viveram novas *situações revolucionárias*, evidenciando a nova posta em cena histórica – já no séc. XXI – da *velha toupeira*.

A crise da *hegemonia neoliberal*, na América Latina, coincidiu com a falência das *transições à democracia*, combinando a regressividade das políticas neoliberais orientadas contra os direitos dos trabalhadores – e amplamente favoráveis ao “mercado”, às classes dominantes e ao imperialismo – às *limitações históricas das democracias liberais-periféricas*, cada vez mais esvaziadas de conteúdo. A declaração de George Soros – *megaespeculador financeiro* – diante das eleições presidenciais do Brasil em 2002, não poderia ser mais significativa quando afirmou que “os brasileiros podem até escolher o presidente que quiserem” mas as decisões que lhes

dizem respeito, ainda segundo Soros, *seriam tomadas fora do país*. A vitória eleitoral de um candidato como o ex-operário “Lula” e de um partido como o Partido dos Trabalhadores (PT), *maior força de esquerda da América Latina* – em ampla aliança com setores burgueses –, sob a máxima “a esperança venceu o medo” parecia, para amplos setores dos movimentos sociais, sindicatos e esquerdas em todo o mundo, indicar uma *transição ao pós-neoliberalismo* (Sader, 2002c). Os fatos, porém, impuseram-se às versões e – para a perplexidade de muitos – o Governo Lula configurou a *mais absoluta submissão ao capital financeiro internacional, ao FMI e ao imperialismo hegemônico*.

No bojo deste momento histórico traçam-se novas fronteiras de acumulação, concentração e expansão do capital monopolista; processo de *recolonização imperialista* – agravado pela *contra-ofensiva imperial* (Petras, 2001a) – que articula *força e consenso* (Anderson, 2002). Por um lado, ofensivas militares sobre o Oriente Médio e, por outro, estratégias de dominação política e econômica como a *Área de Livre Comércio das Américas* (ALCA), nada menos do que a *definitiva corporificação do ajuste neoliberal na América Latina*. A gênese e formação do movimento anti-ALCA, por sua vez, dá-se em meio a estas determinações materiais e mediações fundamentais, apresentando-se como experiência histórica de resistência e mobilização – *coordenada, multisetorial e auto-organizada* – constituída entre trabalhadores, movimentos sociais e esquerdas políticas – de forma *ativa, consciente e autodeterminada* – que, simultaneamente, encerra potencialidades latentes e (não poucas) limitações íntimas ao *ser-que-vive-do-trabalho* na presente quadra histórica, relacionadas à necessidade / possibilidade histórica da construção de configurações societárias nas quais a exploração do homem sobre o homem faça parte da pré-história da humanidade. “O velho século não acabou bem”, afirmou Hobsbawm (2000), em *Era dos Extremos*. Não obstante – ainda que precária, molecular e embrionariamente – pode-se observar o prelúdio tendencial de um fenômeno que aponta para o renascimento de formas de organização social dos “de baixo” e se esboça como *novo acúmulo social e político das forças subalternizadas*; “de um modo diferente, por outros caminhos, com outras formas e noutras circunstâncias”, como afirmou Lenin sobre a experiência histórica das novas gerações socialistas. Aí está o desafio da formação de uma subjetividade coletiva – das forças do Trabalho, daqui e de todas as partes – a se objetivar em alternativa estrutural-antagônica à Ordem do Capital. *Yes: há alternativas. A História é movimento constante, transitoriedade ininterrupta, inexorável devir e, assim como o sonho, não acabou*. Marx, aquela Paris e o Maio de 1968 ensinam: *sequer começamos-la*.

UMA PROBLEMATIZAÇÃO TEÓRICA: O NÓ DA RELAÇÃO SUJEITO/ESTRUTURA

«A idade de aprender a amarrar os próprios cadarços é marca de verdadeira *inflexão* na história de vida. A criança bem-comportada aprende a *cuidar de si* ou – já admitindo *um juízo implícito de sabor libertário* – deve se *autodisciplinar*. Agora, desatar os calçados alheios, sempre foi sinônimo de diabrura. Pois sim.

Que o princípio da contradição nos seja caro aos *espíritos-de-porco* já deixou claro, há muito, Mefistófiles a Fausto, em belíssimo e já clássico poema épico de Goethe: “Eu sou *o espírito que tudo nega*”, diz *o ser diabólico*, “Tudo *o que nasce* merece *perecer*.” Os *nós* – em especial, aqueles amarrados (a *nós*) por *nós mesmos* – só existem para serem desfeitos, nos reza a tal *dialética*. Pois não. *Que remédio?* Ora pois, mãos à obra: *a desatá-los.*»

Alex Callinicos⁴ inicia sua obra – *Making History*: sujeito, estrutura e transformação na ciência social⁵ – com duas epígrafes que, ao menos em sua aparente imediatez *a priori*, estariam em diametral oposição. Por um lado, abre aspas a Marx n’*O Capital*, “Indivíduos são aqui considerados tão-só à medida que encerram personificações de categorias econômicas, como portadores de relações e interesses de classe particulares”. Por outro, cita Jean Renoir em *La Règle du Jeu*, “Todos têm suas próprias boas razões.” As duas orações definem amplamente alcance, escopo e terreno desta problematização teórica. Senão, *vejamos*.

⁴ Alex Callinicos nasceu no Zimbábue em 1950. Estudou no *Balliol College* em Oxford (1969-78) e na *London School of Economics* (1973-74); em 1979 titulou-se doutor em filosofia por Oxford e colaborou como pesquisador-júnior em *Pensamento Social Contemporâneo* (1979-81) no *St. Peter’s College* (Oxford). Leciona em York desde 1981, é membro do comitê editorial da revista teórica *Internacional Socialism* e correspondente britânico do instituto *Actuel Marx*. Em 2000 participou da *contra-cúpula antiglobalização* do FMI realizada em Praga. Sua produção teórica compreende a colaboração na edição do *Dictionnaire Marx Contemporain* (Paris : Presses Universitaires de France, 2001) junto aos editores Bidet e Kouvelakis, cerca de dezoito livros sobre temas tão diversos quanto *Apartheid*, *Marxismo*, *História* e *Pós-Modernismo*, além de vários artigos em revistas como a *New Left Review* e opúsculos como o *An Anti-Capitalist Manifesto*. É membro-dirigente da secretaria internacional do *Socialist Worker’s Party* (SWP) no Reino Unido, uma organização trotsquista que faz parte da *Internacional Socialist Tendency*, qual seja, a IST de Tony Cliff. Engajou-se ainda jovem enquanto quadro teórico da esquerda revolucionária, a partir da Universidade de Oxford, quando publicaram suas análises críticas sobre o movimento estudantil à época em *International Socialists*, publicação editada pelo SWP inglês. Tornou-se rapidamente conhecido entre a esquerda política e acadêmica britânica por seus artigos e livros sobre o Sul da África e por seu peculiar interesse em relação ao filósofo francês Louis Althusser e, a posteriori, o angomarxismo. Apreendemos sua trajetória teórico-política como expressão singular e síntese multideterminada do que compreendemos como uma “novíssima Nova Esquerda”, identificada esta com o que poderíamos considerar o nascimento de um movimento de contestação e resistência à “globalização”, genericamente “anticapitalista”, *ancorado em geral numa crítica espontânea à universalização da lógica mercantil*. Não cabe aqui estender-nos nesta análise, ainda em formulação, mas tão-somente indicar a proposta de um programa investigativo que dê conta da *rica totalidade de determinações e relações diversas* que compõe o que autores como Seoane & Taddei, Sader, Chomsky e Löwy concebem como um suposto “novo internacionalismo”, a partir do ciclo aberto pela “crise do neoliberalismo”, e em que medida se relaciona, cultural e politicamente, com a “velha Nova Esquerda” surgida a partir dos anos 60 do século passado.

⁵ A alusão que o título compreende – *Making History* ou “Fazendo História” –, num bem-calculado duplo sentido, dimensiona a um só tempo a teoria da história e a história da teoria, a partir dos conceitos de *estrutura* e *sujeito*, em uma perspectiva marxista para a questão central da *formação* histórica. Se atentarmos para o que se chamou a “crise da crise do marxismo” em geral, a história do marxismo britânico em particular – lembremos do título original do já clássico *The Making of the English Working Class*, de E. P. Thompson –, a interação entre o devir histórico e o ofício do historiador e, em especial, à inter-relação dos termos História (Geschichte) e Historiografia (Histoire), poderemos captar o evoluir dialético – “elevação do abstrato ao concreto” – que este expõe em-si. (CALLINICOS, Alex. *Making History* – agency, structure and change in social theory. London : Brill, 1987/2004).

Primeiramente, Marx apresenta-se em sua mais austera perspectiva estrutural, preocupado em analisar as relações objetivas nas quais os seres sociais singulares se encontram, abstraindo rigorosamente qualquer motivação subjetiva. Em segundo lugar, tratar-se-ia do diálogo de um filme cuja força residiria, essencialmente, em reconstruir empaticamente os diferentes motivos-geradores dos indivíduos de um dado grupo. O interesse simultâneo pelas funções aludidas, em cada um dos enunciados – a saber, estrutura social e agência humana –, parece ter aparecido em cena a partir do que muitos apontaram como a progressiva convergência entre as disciplinas de sociologia e história.⁶ (O crescente interesse das chamadas ciências humano-sociais pela história, como processo, pode ser ilustrado pela adoção do termo *sociologia histórica* – já amplamente difundido –, para classificar obras tais como *As Origens Sociais da Ditadura e da Democracia*, de Barrington Moore. A atração recíproca – de historiadores, em direção à teoria social – pôde ser observada em um corpo de publicações historiográficas sociologicamente imaginativas e, sobretudo, com distintivo grau de autoconsciência, por dizer, “teórico-metodológica”. Talvez a máxima expressão lograda nesta vertente seja *O Queijo e os Vermes*, de Carlos Ginzburg.)

Consideramos, aqui, que uma rica e dinâmica síntese pôde ser operada na história do que alguns comentadores concebem como o marxismo britânico, terreno insular ao qual a perspectiva marxista deve muito dos ulteriores desenvolvimentos realizados durante o último quartel do séc. XX. Perry Anderson⁷ – considerado enquanto um de seus maiores expoentes –

⁶ Como bem apontou Marcelo dalla Vecchia, aqui o nível de análise opera a partir de elevada abstração histórica. Tal contexto intelectual – inserido nos prognósticos de Anderson e Callinicos – compreendem um *complexo serial*.

⁷ Perry Anderson nasceu em 1938, em Londres, e frequentou a Universidade de Oxford, na segunda metade dos anos 50. Depois de três semanas de matrícula, explodiria a invasão soviética na Hungria e, ao mesmo tempo, a ofensiva anglo-israelense contra o Egito, após a nacionalização do Canal de Suez – promovida por Nasser. Na mesma quadra histórica, dar-se-ia a Conferência Ásia-África em Bandung – descortinando o movimento terceiro-mundista de países “não-alinhados” – e Khrushchev pronunciaria, no ano seguinte, seu “discurso secreto” anti-Stálin. A partir desta nova *millieux* histórico-política formaram-se as primeiras gerações do que passou a ser conhecido como a *Nova Esquerda* inglesa; “e da imediata reação política houve a necessidade de tomar as ruas, de se posicionar contra o que o governo estava fazendo no Egito, mas também contra o que os russos estavam fazendo na Hungria” – disse Anderson em entrevista a Harry Kreisler. Como Marx descrevera no Manifesto Comunista, face à agudização do antagonismo social, parte da intelectualidade burguesa atinge a compreensão teórica do devir histórico e se passa ao socialismo proletário. Em alguma medida, pode-se dizer que este é o caso de Anderson. Logo após concluir a licenciatura de História em Oxford – com seus vinte e poucos anos –, Anderson passou a colaborar e, subseqüentemente, em 1962, tornou-se editor da recém-lançada *New Left Review* (NLR). A revista socialista representou um novo contexto ideológico na Grã-Bretanha, contrário ao revisionismo trabalhista e às vulgatas stalinistas. Tornou-se a mediação necessária entre a “provinciana” cultura teórica e política anglo-saxã e as sólidas tradições marxistas da Europa Continental (em especial da França, Itália e Alemanha), por um lado e, por outro, entre os movimentos sociais e a teoria marxista, em escala internacional. Anderson & Cia. foram responsáveis pelas primeiras traduções de livros e ensaios de autores tais como Althusser, Lukács, Adorno, Habermas, Gramsci etc. ao idioma inglês. Após vinte anos de afastamento, Anderson reassumiu em 2000 o comitê editorial da NLR, sob profunda revisão – *autoconsciente*, de forma e de conteúdo – da trajetória político-teórica da publicação. A um só tempo prólogo da reforma futura e balanço histórico da *démarche* pretérita, o editorial-manifesto “Renovações” (2000) evidencia: (i) como a noção de “deslocamento” (“displacement”) torna-se coextensiva ao próprio autor e à revista que dirige; (ii) como os diagnósticos peremptórios de *trunfo ideológico inexorável do neoliberalismo*, de Anderson & Cia., demonstraram-se absolutamente equivocados para a situação histórica que se seguiu ao texto e, ainda, (iii) trata-se de uma boa oportunidade de se aprofundar na história política e cultural da publicação e seu contexto intelectual, tratados amplamente por Anderson, a não ser por suas diferenças com Thompson, visível e

afirmava, já desde os primeiros ensaios de juventude, que “o marxismo é a única corrente de pensamento que uniu rigorosamente a análise genealógica e a análise estrutural: é a um só tempo historicismo puro (negação de toda essência supra-histórica) e radicalmente sistêmico (as sociedades são totalidades significativas). Esta síntese continua sendo única.” (Anderson, 1962).⁸ (Mais tarde, veio a asseverar – ainda a este respeito – a propriedade da denominação clássica da perspectiva marxista enquanto *materialismo histórico*.)

O prognóstico realizado por Anderson em seu clássico ensaio *Nas Trilhas do Materialismo Histórico* (NTMH)⁹ – a fertilização recíproca entre teoria e história, no interior do marxismo, como desdobramento ulterior – encontra seu esteio nos desenvolvimentos do velho Grupo de Historiadores do Partido Comunista da Grã-Bretanha e, subseqüentemente, na formação da nova *New Left Review*.¹⁰ Entre os primeiros encontramos Edward Palmer Thompson, Christopher Hill e Eric Hobsbawm. Entre os segundos destacar-se-iam, além do próprio Perry Anderson, nomes como o de Robin Blackburn e Tom Nairn.¹¹ Sem rodeios, *vamos ao grão*. A polêmica trazida em meados dos anos 60 por Louis Althusser e Étienne Balibar – em escrutínio teórico, da concepção materialista da História, apresentada a partir d’*O Capital* – despertaria grande controvérsia em todo o mundo, redefinindo os termos do debate. Michael

importante omissão – *uma amnésia seletiva, abandono de uma polêmica ou arrefecimento de uma perspectiva?* – sobre os primórdios da história da NLR. Boris Kagarlitsky não exitou em considerá-lo (o editorial-manifesto) como marca de um epítáfio ou, em suas palavras, a carta de “suicídio da NLR”.

⁸ ANDERSON, Perry. Portugal and the end of Ultra-Colonialism, Part 3. *New Left Review*, London, Nº 17, 1962.

⁹ Há neste ensaio uma rigorosa exegese metodológica sobre como (mediante quais critérios) e porquê (com quais objetivos) deve-se proceder à análise histórica de tendências marxistas, a qual – por sua vez – deve ser profundamente estudada por todos aqueles que pretendem conhecer os caminhos (e descaminhos) da história endógena e exógena das gerações pretéritas (ou presentes) de marxistas, de modo a iluminar as ‘trilhas’ futuras. Primeiramente, cabe ressaltar a asseveração clássica – inscrita no materialismo histórico já desde Marx – de que *a práxis revolucionária na luta de classes constitui o baluarte fundamental sobre o qual, direta ou indiretamente, são desenvolvidas – e ampliadas – as formulações do pensamento marxista*. Tal argumento é uma de suas mais vivas teses centrais.

¹⁰ A revista teórica NLR surgiu na Grã-Bretanha do início da década de 1960 direcionando a produção intelectual no sentido da análise e debate das coordenadas históricas e culturais que compunham as arenas nacional e internacional do segundo pós-guerra entre a intelectualidade européia, definindo-se a partir de uma perspectiva político-epistemológica marxista de uma reivindicada “nova esquerda” – acadêmica e política –, cuja “originalidade” caracterizava-se simultaneamente pela crítica ao revisionismo trabalhista e pela oposição às vulgatas estalinianas do partido comunista britânico. A partir da fusão dos quadros intelectuais de duas revistas teórica e tematicamente divergentes – *Universities and Left Review* e *The New Reasoner* – dá-se a fundação do novo periódico, em torno principalmente à efervescência da *Campanha pelo Desarmamento Nuclear*, em plena Guerra Fria, na qual militaram ativamente intelectuais como E. P. Thompson, o qual havia recém-rompido com o PC britânico após a invasão da Hungria pela URSS, junto a um importante grupo de historiadores e intelectuais. A publicação – que se tornaria emblemática das esquerdas européias e do que o próprio Anderson, atual editor, outrora denominou “marxismo ocidental” –, consolida-se atravessando mais de quatro décadas entre diferentes projetos editoriais, fases, eixos e temas de desenvolvimento teórico no interior de um amplo horizonte crítico à ordem estabelecida.

¹¹ Há farta bibliografia historiográfica e ensaios históricos sobre ambos os grupos, sobretudo em língua inglesa. As editoras, como *Merlin Press*, e as revistas, como a *Socialist Register*, albergam boa parte deste rico debate. Em futuros trabalhos, médio prazo, intendemos desvelar as trilhas do que pode constituir um fértil cânone interpretativo para o que provisoriamente – a título de simplificação comunicativa – chamaremos de *a via brasileira ao marxismo*.

Löwy, na França, e Edward P. Thompson, na Inglaterra,¹² podem ser apontados como adversários destacados da interpretação althusseriana de Marx, que encontrou grandes entusiastas entre os anos 60 e 70. A discussão em torno às teses de Althusser trazem à tona – para além de sua conscrição à filosofia, pelo estruturalismo francês – a relação primordial entre *sujeito e estrutura*, questão central para a perspectiva marxista. Como atesta Anderson, por um lado, tem-se em Marx – no conhecido *Prefácio de 1857* – a lei tendencial ao desenvolvimento das forças produtivas – em contradição com as relações sociais de produção – como centralidade fulcral da transformação histórica (estrutura); e, por outro, o papel social da intervenção ativa da agência humana na História (sujeito) é destacado no *Manifesto do Partido Comunista*: “a história das sociedades até os nossos dias não foi senão a história da luta de classes”. Diz o autor:

A primeira refere-se essencialmente à realidade estrutural, ou mais propriamente interestrutural: a ordem daquilo que a sociologia contemporânea chamaria de integração sistêmica (ou, para Marx, desintegração latente). A segunda refere-se às forças subjetivas em conflito e confronto pelo domínio das forças sociais e processos históricos: o âmbito daquilo que a sociologia contemporânea chamaria de integração social (que é igualmente desintegração ou reintegração). Como se articulam na teoria do materialismo histórico estes dois diferentes tipos de causalidade ou princípios explicativos? (NTMH ou *A Crise da Crise do Marxismo*, edições brasileiras).

A suposta *dualidade epistêmica*¹³ encontraria reflexo enquanto *antinomia política*: (i) *economicismo* de um lado, (ii) *voluntarismo* de outro. As intervenções de Lênin contra ambas as deduções do legado marxista não se elevaram à necessária universalidade teórico-política, constituindo intervenções meramente ocasionais, e sobretudo práticas, contra as posições *reformistas* e *anarquistas* no que se refere à questão do Estado e da revolução. De qualquer forma, aí se encontra – na articulação contraditória entre *necessidade e possibilidade* – o terreno propício para a formulação histórico-concreta da estratégia revolucionária; solo para o qual este debate deve ser transplantado, fecundado pela História e, sobretudo, *pela intervenção ativa na luta de classes*. (Qualquer resposta não-ocasional e não-prática, neste caso, seria menor diante da

¹² THOMPSON, Edward. *The Poverty of Theory and Other Essays*. London : Merlin Press, 1980. LÖWY, Michael. *Método Dialético e Teoria Política*. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1978.

¹³ Dentro de uma determinada perspectiva marxista, apesar de (e, quiçá, contra) Anderson, concebemos a História enquanto desenvolvimento simultâneo, articulado e inarredavelmente indivisível de ambos os processos – a *realidade interestrutural* e as *forças subjetivas* –, cuja apreensão lógica exige níveis diferenciados de abstração histórica. Por um lado, (i) há um processo de luta *de todos* os homens (“filogenia”, enquanto gênero) pelo domínio da natureza, pela apropriação da técnica e pelo desenvolvimento tendencial das forças produtivas (natureza/história), e, a um só tempo, (ii) tem-se um processo de luta *entre os* homens (“ontogenia”, enquanto classe) pela apropriação do excedente do trabalho socialmente produzido (divididos estes, antagonicamente, pela forma como se inserem no modo de produção e em função do *quantum* de riqueza social que se lhes destina cada ordenação societal); (iii) a pré-história da humanidade traduzir-se-ia, desta forma, enquanto uma síntese dialética da totalidade concreta das lutas de classes, nos diferentes modos de produção (e reprodução) das condições materiais de existência social (sujeito/estrutura) que se sucederam historicamente. Há que se destacar que a força motriz do trabalho – estrutural e historicamente – é profundamente determinante (centralidade ‘filo-ontogênica’), tanto ao nível das forças sociais produtivas quanto no que se refere às relações sociais de produção. A concepção marxista da História não comporta redução – em um ou outro sentido –, seja esta do caráter que for. *È così*.

magnitude inquietante desta questão, central para todos/as aqueles/as que se reivindicam marxistas-revolucionários/as.) Tal qual afirmara Marx (1845), já desde suas *Teses sobre Feuerbach*: “A questão se cabe ao pensamento humano uma verdade objetiva não é teórica, mas prática. É na práxis que o homem deve demonstrar a verdade, a saber, a efetividade e o poder, a ceterosidade de seu pensamento. A disputa sobre a efetividade ou não-efetividade do pensamento isolado da práxis – é uma questão puramente escolástica”. Desta forma – segundo o substrato granítico da concepção materialista da História –, e em última instância, assevera-se que *a práxis impõe-se como critério da razão*.

A questão da estratégia permanece ainda hoje, como a cinquenta anos, como a esfinge a defrontar o marxismo no ocidente. É evidente que a liberdade da democracia capitalista, magra mas real – com suas cédulas e cartas de direitos –, só pode ceder à força de uma liberdade qualitativamente maior, da democracia socialista, exercida sobre o trabalho e a riqueza, a economia e a família, bem como sobre a sociedade organizada. Mas, como dominar as estruturas flexíveis e duráveis do Estado burguês, infinitamente elásticas ao se ajustarem a acordos sobre os quais ele imediatamente repousa, e infinitamente rígidas em preservar a coerção da qual ele depende por fim? Que bloco de forças sociais pode ser mobilizado, por que meios, sempre se encarregando dos riscos de desconectar o ciclo mesmo da acumulação de capital nas economias de mercado, intrinsecamente integradas? São questões que nos lembram, constantemente, que o problema da estrutura e do sujeito – estruturas do poder econômico-político colaborativo, sujeitos de alguma insurgência equacionável contra elas – é um problema não apenas para a teoria crítica, mas também para a mais concreta de todas as práticas. (*As Antinomias de Antonio Gramsci – AAAG –*, versão brasileira.)

A oscilação sujeito/estrutura torna-se decisiva para evidenciar os critérios essenciais da concepção materialista da História. O acento diferenciado que se coloca sobre cada pólo desta contradição em termos – entre *necessidade* estrutural e *vontade* subjetiva – leva à sobrevalorização ou das forças/processos produtivos ou das relações sociais/lutas de classes no bojo mesmo do processo histórico. Poder-se-ia buscar a gênese dessa oscilação na produção do próprio Marx: por um lado, há a atribuição do papel de principal força motriz da mudança histórica à contradição fundamental *forças produtivas versus relações sociais de produção*; e, por outro, vê-se também o eixo central na intervenção ativa do sujeito social – *considerando a história e as lutas de classes* –, enquanto mediação necessária para a revolução social. Em belíssima metáfora, Arcary (2004) compara o primeiro nível lógico de abstração histórica à força caudal de gravitação que a Lua exerce sobre a levada das marés, enquanto o segundo corresponderia – na imagem adotada – ao fluxo do vento atuando sobre a superfície das ondas. O livro que publiciza a última parte de sua tese de doutoramento – *As Esquinas Perigosas da História*. São Paulo : Xamã, 2004 (AEPH) – inicia-se desta forma:

Dos rios se os dizem violentos / mas silenciam sobre as violentas margens que os oprimem.
(Bertolt Brecht)

Da História já se disse que flui como a água dos rios. Como as margens mudam de lugar, nunca se sabe ao certo para onde vão. Nem sempre os rios desembocam nos mares. (...) Assim são, também, os rios da História. São revoltos, cheios de curvas imprevisíveis, com quedas d'águas vertiginosas, rápidas correntezas, às quais sucedem a calmaria das águas paradas: que, entretanto, também se movem, lenta mas irreversivelmente. Às vezes, transbordam para os lados. Não é, portanto, simples os movimentos dessas águas. O vento explica a forma das ondas. É, no entanto, a força gravitacional da Lua – uma pressão incomparavelmente mais poderosa, porém oculta – que define o movimento das marés. (AEPH)

Arcary (ibidem) considera a relação sujeito/estrutura “uma questão metodológica crucial e que poderíamos, talvez, enunciar como uma dualidade epistemológica em Marx, *decisiva para esclarecer os critérios chaves do materialismo histórico*” (grifos nossos), qual seja, a “tensão entre necessidade e vontade, entre determinismo e livre-arbítrio”. Os desdobramentos e a incidência destas diferentes análises na dimensão teórico-política das lutas classistas do movimento operário foram assim resumidas por Arcary: “Aonde, contudo, se esgota a vontade? Quais são os limites impostos pelas circunstâncias históricas? No século XX, grande parte dos socialistas desiluiu-se com a revolução, e muitos revolucionários não foram marxistas. Classificações são sempre reducionistas e eliminam, perigosamente, inúmeras mediações intermediárias; mas os participantes destes debates se chamaram, mutuamente, de objetivistas e subjetivistas ou, com mais amargura, fatalistas e voluntaristas. A maioria dos primeiros se inclinou por posições moderadas, enquanto muitos, entre os segundos, abraçaram perspectivas revolucionárias, ainda quando ocorreram exceções” (AEPH).

A falência histórica do projeto intelectual de Althusser (que Löwy e Thompson, por diferentes caminhos, relacionam ao fenômeno do *stalinismo*) pode ser verificada pela concepção da História como processo sem sujeito, na redução da agência humana à suporte – ou apêndice – de relações de produção e da própria noção de subjetividade como mero construto da ideologia a interpelar indivíduos. Se é verdade que estudos histórico-concretos se valeram de suas ferramentas analíticas, também o é que, partindo de seus pressupostos, tornava-se (quase) impraticável conceitualizar a própria luta social e, tanto mais, quê dizer então da transformação histórica? Os pólos opostos de tal *contradictio in subjecto* colocavam-se de forma irreconciliável. De um lado, o que seria *a dissolução anti-humanista do sujeito* (Althusser, estruturalismo francês e sociologia funcionalista) e, de outro, *a redução das estruturas sociais a emanações da subjetividade* (Thompson, teoria da escolha racional e tradição fenomenológica). Qual é o papel da agência humana na formação/eliminação dos sujeitos? Como se dá o advento/substituição de estruturas sociais? (São os túneis subterrâneos da velha toupeira a abrir passagem, sob tremores de superfície, para *os novos encontros da revolução com a História*.)

“Os homens fazem História” – diz Marx (e repete, em eco, o título de Callinicos), em célebre passagem d’*O 18 Brumário* – “mas não a fazem sob condições de sua escolha”. Trata-se sem dúvida de um dos mais importantes enunciados marxianos acerca da relação entre sujeito e estrutura. De qualquer forma, concebe-se aqui as circunstâncias como galvanização assaz negativa sobre o espectro da ação e, a própria agência humana, não logra mais do que um estatuto teórico bastante ambíguo. Perry Anderson define então – para esclarecer o debate – três diferentes formas de agência humana, com diferentes objetivos adscritos à atividade de homens “que fazem história”. A primeira delas, e a mais típica, tratar-se-ia de uma forma de ação individual na busca de interesses privados como, por exemplo, a escolha marital, a reprodução doméstica ou o exercício de qualquer habilidade pessoal. A segunda forma de agência operaria no interior de determinadas relações sociais, agora animada por finalidades públicas, tais como as lutas políticas, os conflitos militares e as negociações diplomáticas. Finalmente, há uma forma historicamente inédita de agência humana, que envolve os mais amplos projetos coletivos de transformação social global. Seus primeiros embriões desenvolveram-se na Revolução Francesa e Americana, mas só amadureceram historicamente a partir do surgimento do moderno movimento social operário de massas e da teoria política marxista revolucionária, como *esforços sistemáticos para entender o passado e o presente*, para construir um futuro pré-ideado.

Tal distinção intenta superar os termos de uma polarização abstrata entre sujeito e estrutura. Para Althusser, a História é um processo sem sujeito e sem finalidade: a mudança ocorreria a partir do acúmulo sucedâneo de contradições estruturais, sem qualquer pré-definição e de forma rigorosamente aleatória. A agência humana neste processo se reduz a portadora das estruturas em processo de automovimento. O que julgam os indivíduos sobre si mesmos – por exemplo, *serem sujeitos da História* – não seria nada mais do que sua interpelação pela ideologia, criando assim a *ilusão* da autonomia, não-correspondente à realidade tal como ela é. A resposta de Thompson ao *anti-humanismo teórico* é, essencialmente, afirmar o exato contrário. A História seria então o processo pelo qual pessoas fazem e refazem suas vidas. As estruturas – ou, notadamente, os modos de produção – representariam obstáculos a serem superados na luta social pelo controle consciente de homens e mulheres sobre a sua própria existência. A tarefa maior dos historiadores seria, então, desvelar o conflito eterno entre a agência humana e as condições objetivas que circunscrevem/constrangem seu potencial raio de ação. Diz Anderson:

O espectro da autodeterminação – algo mais preciso do que o termo, vago, de “ação” – vem se ampliando nos últimos 150 anos, mas permanece ainda muito menor do que o seu contrário. O verdadeiro propósito do materialismo histórico tem sido, antes de mais nada, o de dar a homens e mulheres os meios efetivos para exercer toda uma autêntica autodeterminação popular, pela primeira vez na História. Este é exatamente o objetivo da

revolução socialista, cuja aspiração é inaugurar a transição, segundo Marx, da esfera da necessidade ao reino da liberdade. (*Teoria, Política e História*, TPH, em castelhano.)

A resolução deste debate reside no reconhecimento de que o escopo mesmo da ação humana – em especial, nesta terceira forma, a *autodeterminação* – depende de condições históricas um tanto específicas. O determinismo estruturalista e o historicismo humanista podem, cada qual a sua vez, ser verdadeiros. Mas há que se render a conceitualização lógica adequada a cada nível de abstração histórica em sua especificidade. Ambas as fórmulas antagonísticas – a “althusseriana” e a “thompsoniana” – são enunciados axiomáticos igualmente apodícticos, e de natureza especulativa que, em essência, não auxiliam a compreender os limites e a natureza de cada empreendimento deliberado, já seja individual ou coletivo, no interior da rudeza material do devir.¹⁴ Uma verdadeira aproximação histórica à questão ocupar-se-ia de traçar a parábola ascendente de tais empreendimentos, agigantados em escala épica – em termos de participação de massas, escopo de objetivos e amplo raio de alcance – nos últimos dois séculos, a considerar seus níveis iniciais, tão involgarmente rudimentares, inócuos e quiçá até mesmo escasseados.

Já a “estrutura social”, por sua vez, (i) determina o grau de interdependência da ação humana, (ii) sustenta sua própria reprodução ampliada através do tempo das gerações, (iii) garante a autonomia das relações sociais relativa a seus agentes particulares, (iv) prevê desconhecimento/indiferença acerca de sua dinâmica e funcionamento interno e (v) permite uma série de variações e matizes até a extensão dos limites de marcos já pré-estabelecidos (Callinicos, *idem*). O materialismo histórico em geral reconhece a primazia de dois componentes da estrutura social sobre a agência humana: as forças produtivas e as relações de produção, nos quais se inserem sistemas sociais, tais como os ditos modos de produção e as suas formações sociais dadas. (A diferença entre modos de produção e formações sociais – ao menos segundo Althusser – dar-se-ia em torno ao nível lógico de abstração histórica, da universalidade da combinação entre forças produtivas e relações de produção à particularidade sobredeterminada, um complexo arranjo, histórico e concreto, de modos de produção “quimicamente puros”.)

Os critérios marxistas acerca da aferição da correlação de forças entre as classes sociais em presença, no entanto, não supõe qualquer esquematismo no que se refere à primazia de condições relacionadas às estruturas ou aos sujeitos envolvidos, em uma determinada análise. O tempo histórico não é pressuposto em torno à continuidade ininterrupta de eventos sucedâneos, de forma linear, sequencial ou até mesmo opaca. Um tempo assim concebido seria inarredavelmente avesso a rupturas, deslocamentos e, portanto, desconheceria as *revoluções*. Os

¹⁴ Lenin, em menoscabo daqueles que se afeiram à letra inamovível “dos clássicos”, à revelia da áspera concretude real, costumava citar uma bela lição épica de Goethe: “cinza é toda a teoria perante a verde árvore eternal da vida”.

conceitos de temporalidade, portanto, não se desenvolvem de maneira homogênea desde a perspectiva marxista, dado que a periodização deve considerar desde os parâmetros de *época* histórica, referentes aos circuitos temporais de mais “longa duração” até os “tempos curtos”, de intensa aceleração das *conjunturas* políticas.¹⁵ (As aspas, aqui, recolhem inegável inspiração historicista, de matriz braudeliana.)

Neste sentido, apresenta-se a hipótese da inversão de relações dinâmico-causais da transformação histórica – que não operam senão em unidade contraditória e dialética inter-relação – ou, enfim, a alternância da primazia de fatores, entre objetividade e subjetividade. Dentre os mecanismos de mudança social mais fundamentais figuram as contradições fundamentais entre forças produtivas e relações de produção, e não só os conflitos de classes, originados estes por relações sociais de produção antagônicas. As primeiras sobrepõem-se às segundas, pois que a maior força social de produção é sempre *o trabalho* que, por sua vez, constitui uma classe determinada pelas relações de produção e cujos respectivos níveis, contudo, não coincidem totalmente: resumindo de maneira brutal ter-se-ia que *as crises orgânicas dos modos de produção não são – e, de fato, não podem ser – idênticas aos conflitos sociais entre as classes fundamentais em uma determinada ordenação societária*. Os rios da História, enfim. “Um e outros podem fundir-se ocasionalmente. O início das grandes crises econômicas, tanto sob o feudalismo como sob o capitalismo, geralmente pegaram desprevenidas todas as classes sociais, ao se derivar das profundidades estruturais que se encontram debaixo do conflito direto entre aquelas. Por outro lado, a resolução de ditas crises foi, não poucas vezes, o resultado de prolongadas contendas entre as classes.” De fato, as transformações histórico-sociais revolucionárias – qual sejam, *de um modo de produção a outro* – são em geral o terreno (mais do que) privilegiado da luta de classes. (TPH)

A hipótese da inversão – das forças produtivas, à luta de classes –, não obstante, tem larga história no materialismo histórico. Se prestarmos atenção a sua gênese mesma, poderemos prescindir da concepção de uma pré-suposta *dualidade epistêmica* e, quiçá mais importante, superar as *antinomias políticas* daí decorrentes. Já desde o *Manifesto do Partido Comunista*, em 1848, ocorre uma forte inflexão política e epistemológica nos fundadores da ciência histórica, atentos que eram ao próprio objeto de estudo da disciplina recém-inaugurada. Sob a iminência das chamadas revoluções sociais européias *quarantottescas*, ocorre o acerto de contas com o período de juventude – de forte acento hegeliano –, no qual a dimensão prática era afirmada tão-só teoricamente. A *necessidade* da revolução, afirmada desde as *Teses sobre Feuerbach*, aparece ainda em seu momento abstrato n’*A Ideologia Alemã*, ao nível de forças e

¹⁵ Tal é a hercúlea tarefa assumida por Arcary (2000) em sua tese de doutorado, como aponta o seu subtítulo: “um estudo sobre a história dos conceitos de época, situação e crise revolucionária no debate marxista” (FFLCH-USP).

modos de produção. A luta de classes aparece então como resultado de um movimento histórico que dela independe, a partir da contradição entre as forças produtivas e as formas sociais de intercâmbio (o conceito de relações de produção se postava, ainda, tão-só *em estado prático*).

O determinismo da análise se refere, antes, ao altíssimo grau lógico de abstração histórica, operando aqui ao nível “de épocas e continentes”, no sentido de divisar ao longe definições absolutamente gerais das principais coordenadas espaço-temporais da transformação histórico. Da preocupação “de longa duração”, em historicizar/historiar a sucessão de diferentes modos de produção, até a precisão de um método de análise que especificasse “o tempo curto” – uma *situação* marcadamente mais *concreta* – depreende-se a necessidade de uma cada vez maior *aproximação* ao objeto de estudo. No interior deste movimento, o nexos entre forças produtivas e relações de produção é *interiorizado* ao processo produtivo de um modo específico de produzir (e reproduzir) a vida material: o sistema do capital. A luta de classes em *A Miséria da Filosofia* já não é exterior ao movimento aludido, mas eixo diretor e momento constitutivo deste mesmo. A célebre afirmação da luta de classes como *principal força motriz da História* não tardaria a surgir. A teoria, finalmente, sofrera já uma significativa *inversão prática* (Rossi citado por Bianchi, 1998)¹⁶, *consciência máxima* de um beco histórico de pugna entre o novo e o velho.¹⁷

Mas o que haveria possibilitado o vínculo orgânico entre teoria e prática? *Não há resposta para o mundo dos homens exterior à sua própria história*. A luta de classes mesma abriu caminho para a possibilidade de unificação entre as massas proletárias em movimento e a crítica marxista à Ordem do Capital. Isso se considerarmos a gênese mesma do próprio materialismo histórico – para além “das cabeças” de Marx e Engels – enquanto objetivação teórica do ponto de vista social “dos pés” os mais avançados da nascente classe operária moderna, em processo de formação histórico-social já desde o século XIX. A premissa central da unidade dialética entre teoria e prática – ou, mais precisamente, *do vínculo orgânico entre teoria marxista e movimento social revolucionário de massas* – configura-se historicamente a partir da presença em cena do proletariado moderno. A concepção marxista da história, na “própria tentativa de se aproximar de uma verdade geral da época”, envolveria a superação de “cegueiras e obstáculos cognitivos” e a identificação de “avanços [teóricos] e [novas] descobertas” (NTMH) no percurso da *história da teoria*. Por outro lado, sua respectiva *teoria da história* estaria indissolúvelmente imbricada, caso aspirasse a ser real, em complexa trama de lutas sociais. (Ainda segundo Anderson, a historiografia marxista teria como pressuposto fundamental a

¹⁶ BIANCHI, Álvaro. O Espectro do Manifesto – a propósito dos 150 anos de uma teoria da ação revolucionária. Revista *Outubro*, São Paulo, Nº 1, 1998. Internet: http://www.revistaoutubro.com.br/edicoes/01/out01_02.pdf.

¹⁷ Daí o signo de transição, apontado por historiadores sociais, à época histórica entre o “já não mais” das revoluções burguesas e o “ainda não” das revoluções proletárias, demarcação temporal historicamente coetânea a Karl Marx.

documentação *segundo as normas clássicas de controle de evidências concretas*). De quebra, o marxismo constituir-se-ia enquanto:

... uma teoria *autocrítica* capaz de explicar sua própria gênese e metamorfoses. (...) os requisitos para uma reflexão marxista sobre o marxismo devem ser duplos. De um lado, o destino do materialismo histórico, em qualquer período dado, precisa antes de tudo ser situado dentro da intrincada trama das lutas de classes nacionais e internacionais que o caracterizam, e cujo curso deve ser apreendido pelos seus próprios instrumentos de pensamento. A teoria marxista, buscando a compreensão do mundo, sempre pretendeu uma unidade assintótica com uma prática popular que tenta transformá-lo. A trajetória da teoria, portanto, tem sido sempre determinada primariamente pelo destino desta prática. Inevitavelmente, qualquer relato sobre o marxismo (...) será antes de tudo uma história política de seu ambiente externo. (...) Mas, ao mesmo tempo (...) tal avaliação deve confrontar os obstáculos e bloqueios *internos* da teoria na sua própria tentativa de se aproximar de uma verdade geral da época. (...) Uma história interna – de cegueiras e obstáculos cognitivos, assim como de avanços e descobertas – é essencial para uma real averiguação dos caminhos do marxismo (...). (NTMH)

O que se considera a *autodeterminação* da agência humana – enquanto novo padrão de ação histórica independente de massas, por sobre as estruturas sociais – fora inaugurada pelo moderno movimento operário, sendo este o sujeito em cena que realmente deu origem a esta nova prática de transformação histórica. A partir do surgimento da concepção materialista da História – o que Marx e Engels denominavam “socialismo científico” –, os projetos coletivos de transformação social global se irmanaram, por primeira vez na História, com os esforços sistemáticos por entender os processos do passado – e do presente – e, assim então, produzir um novo futuro (pré-ideado de forma historicamente inédita e *autoconsciente*). A Revolução Russa é, a este respeito, a própria encarnação de um novo tipo de história, personificada esta em uma forma social de ação histórica independente de massas sem quaisquer precedentes conhecidos. Que este ciclo histórico de revoltas sociais tenha sido sucedido pela degeneração burocrática, a bonapartização estatal e, enfim, o golpe da des-sovietização (e, *doppo*, que a casta burocrática tenha restaurado o capital – e sem nunca abdicar da forma histórica “partido comunista” – para então, por fim, converter-se em classe dominante)¹⁸ não diminui a magnitude mesma do processo histórico. Em qualquer caso, o *transcrescimento social* do potencial revolucionário – de ação histórica independente de massas – segue ainda irreversível na aurora do séc. XXI. Vejamos.

O materialismo histórico traduzir-se-ia a um só tempo como teoria da história e crítica do capital, expressão necessária de síntese dialética entre um programa teórico marxista revolucionário (consciência) e um movimento social proletário de massas (espontaneidade). Em

¹⁸ Daí a insípida máxima de liberdade familiar à república burguesa ser constantemente reproduzida – sem quaisquer adversários à altura – pela ausência radical de democracia proletária na ex-União Soviética burocratizada, cujas ditaduras stalinistas sob sua zona de influência no Leste Europeu lograram o que Anderson denomina o “mínimo infernal”. “Não temos aqui espaço para investigar os efeitos de cinquenta anos de estalinismo: sua importância é enorme para compreender o complexo sentido histórico da democracia burguesa hoje.” (AAAG)

seu primeiro aspecto – teoria da história –, subministra o conhecimento causal do passado (e do presente) em vistas de iluminar a luta mesma por um futuro livre, dotando os sujeitos sociais de meios estrategicamente viáveis para um objetivo possível (o socialismo). No segundo – crítica do capital –, não só aporta razões objetivas para se opor ao mesmo e sua ordem como, além disso, deve explorar o ideal diretivo de um necessário mundo emancipado, *para além do capital*. De idéia antecipadora (teoria) a objeto real (movimento), dialeticamente, *o espírito se faz carne*. Trata-se, por fim, de superar o divórcio estrutural entre o materialismo histórico e as massas operárias – ocorrido desde a geração de Lenin e Luxemburgo, Gramsci e Trotski – para transformar, entre o proletariado avançado das democracias capitalistas, teoria em revolução. Em poucas palavras, para intervir ativamente nas crises “das alturas” – consubstanciando-a de fato em um movimento social, real, de massas e extraparlamentar – não há outra alternativa senão superar outra crise: a crise de direção revolucionária dos “de baixo”. O terreno propício ao bom combate às ilusões sobre uma condição não se sintetizaria nelas mesmas mas, antes – e se algo aprendemos com a máxima marxiana, é indivisível à respectiva condição que lhes servem de baluarte material. Se Engels já disse que (refutando crítica de que, no marxismo alemão, “ações são só palavras”) a Abstração precede a Prática foi Marx quem afirmou de maneira inequívoca: “As armas da crítica não podem, de fato, substituir a crítica das armas; a força material tem de ser deposta por força material, mas a teoria também se converte em força material uma vez que se apossa dos homens. A teoria é capaz de se apoderar dos homens desde que demonstre sua verdade face ao homem, desde que se torne radical. Ser radical é atacar o problema em suas raízes. Para o homem, porém, a raiz é o próprio homem.” (Marx, Karl. *Crítica à Filosofia do Direito de Hegel*, várias edições).

O marxismo, em seu desenvolvimento “epistêmico”, sempre se apresentou avesso à noção da existência de algo como uma determinada “natureza humana”, fixa e imutável – combatendo-a em nome da *variabilidade*, sob condições adversas; e da *omnilateralidade*, em condições emancipadas –, ora associada à obra de um demiurgo todo-poderoso, às vicissitudes de alguma etnia/nacionalidade privilegiada, às características geniais de “grandes homens” ou simplesmente relacionada à Idéia Absoluta. A estas abstrações (de caráter religioso ou laico), opunha (o marxismo) a consideração da *síntese complexa do ser social*, na qual a universalidade do gênero humano se concretiza historicamente tão-só através da *práxis*. Portanto a “essência humana”, contraditoriamente, trata-se de um produto histórico (efetivamente, não-biológico) a qual precisa ser apropriada e objetivada socialmente pelos indivíduos singulares no decorrer de suas existências em sociedades concretas. A humanidade – ao destacar-se da natureza e se fazer

História –, transita da condição de “espécie em-si” (espécie humana) à de “espécie para-si” (gênero humano), subsumindo o *natural* a seus interesses e necessidades. *No início era a Ação*. Passemos agora – em revista – a um *outro* nó.

[Base/Superestrutura] Muito uso (e abuso) se fez da *metáfora do edifício* (“base e superestrutura”), do já clássico *Prefácio de 1857* de Karl Marx. Ocorre que há diferentes interpretações, no interior da tradição marxista, sobre este cânone de investigação histórica. O marxismo – como uma amplíssima perspectiva teórico-política, inserida em complexo categorial necessariamente aberto e inconcluso – comporta uma larga diversidade em sua própria história. Não parece produtivo, nesse sentido, tentar aferir o que seria, afinal, “uma análise tipicamente marxista”. O cotejamento mesmo de uma *ortodoxia* marxista – em seu potencial crítico e revolucionário, como concepção de mundo autônoma e onipotente – não deveria coexistir com um “marxímetro” (expressão, brincalhona, usada por Werneck Sodré) pretensamente capaz de medir o grau de “fidelidade” em relação aos clássicos originários: *Não é possível pensar o marxismo para além e para fora da realidade onde ele se move, constrói e transforma*, já se disse, outrora e alhures.

A metáfora marxiana (“base-superestrutura”) indicava tanto mais uma linguagem *anunciativa*, em pleno desenvolvimento do combate intelectual ao idealismo alemão, do que uma *enunciação* epistêmica em torno a teses e conceitos já definitivamente articulados entre si numa nova concepção da história. Daí que tenha originado diferentes angulações de desenvolvimento. Algumas delas com maior e outras com menor (*bem* menor, digamos sem maiores pudores) fortuna crítica. Entre estas, uma corrente tornou-se circunstancialmente hegemônica ao firmar a derivação quase direta de um (pré) suposto “reflexo” superestrutural oculto (ideológico) que uma “base” infra-estrutural revelada (material) determinaria – em movimento unilateral, carente de mediações e, conseqüentemente, *de sentido*. Entre os marxistas que se revoltaram contra o determinismo estruturalista temos a Lenin e Trotsky, Luxemburgo e Liebknecht, entre tantos/as.

Em Gramsci encontramos a negação dialética a tal determinismo: *não é verdade que a filosofia da práxis “separa” a [base] estrutura das superestruturas, pelo contrário, concebe seu desenvolvimento como intimamente vinculado e necessariamente inter-relacionado e recíproco*. No revolucionário sardo há um considerável guia de análise, no caso deste debate.¹⁹ O autor funde os textos marxianos de reflexão metodológica – como, em especial, o *Prefácio de 1857* – e de análise histórico-concreta, tal qual o *18 Brumário de Luis Bonaparte*. O ponto de partida à arguição é o *Prefácio* mesmo (o texto que introduz a *metáfora do edifício*). Apesar de já

¹⁹ Devemos a Alvaro Bianchi a introdução ao valor metodológico deste debate. Quem quiser conferir a elaboração poderá acessá-la em breve. *O Laboratório de Gramsci: filosofia e política nos Quaderni del Carcere*, no prelo.

clássico, vale a longa citação. Os leitores hão de desculpar a extensão referencial – e, mesmo, o alongado do debate – mas, como ensina Brecht, aqueles que nadam contra a maré precisam de mais tempo (e espaço) para desnaturalizar aquilo que, de fato, é histórico. Ou tal como sugere Marx, ao umbral do conhecimento – assim como às portas do próprio inferno de Dante – serve-nos o *ultimatum* inescapável da consigna allighieriana: *Qui si convien lasciare ogni sospetto / Ogni viltá convien che qui sia morta.*²⁰

Na produção social da sua existência, os homens contraem relações determinadas, necessárias, independentes da sua vontade, relações de produção, que correspondem a um dado grau de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. O conjunto destas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e a que correspondem formas determinadas de consciência social. O modo de produção da vida material condiciona a existência social, política e intelectual em geral. Não é a consciência do homem que determina a sua existência. Em determinado grau da sua evolução, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes ou, o que não é senão uma expressão jurídica disso, com as relações de propriedade em cujo seio se tinham movido até então. Estas relações transformam-se de formas de desenvolvimento das forças produtivas em seus entraves. Abre-se então uma época de revolução social. Com a transformação da base econômica, toda a imensa superestrutura se transforma com maior ou menor rapidez. Ao considerarmos estas transformações, é sempre preciso distinguir entre a transformação material das condições econômicas de produção, susceptível de ser constatada de modo cientificamente rigoroso, e as formas jurídicas, políticas, religiosas ou filosóficas, numa palavra, ideológicas em que os homens tomam consciência deste conflito e o dirigem até ao fim. Assim como não se julga um indivíduo pelo que ele pensa de si próprio, também não se pode julgar uma tal época de revolução pela consciência que ela tem de si própria, é preciso, pelo contrário, explicar esta consciência pelas contradições da vida material, pelo conflito entre as forças produtivas e as relações sociais de produção.

Uma formação social nunca declina antes que se tenha desenvolvido todas as forças produtivas que ela é suficientemente ampla para conter e nunca surgem novas relações de produção superiores antes de as suas condições materiais de existência se terem gerado no próprio seio da velha sociedade. É por isso que a humanidade nunca se propõe senão tarefas que pode levar a cabo, já que, se virmos bem as coisas, chegaremos sempre à conclusão de que a própria tarefa só surge se as condições materiais da sua resolução já existem ou estão, pelo menos, em vias de se formarem. (*Prefácio de 1857*, várias edições.)

Trata-se, aqui, de destacar dois princípios indissociáveis. São eles: (i) o princípio objetivo da contradição entre relações sociais de produção e forças produtivas e, ainda, (ii) o princípio subjetivo da maturação das condições político-ideológicas de resolução desta contradição. Ou – como se costuma dizer – as “condições objetivas” e as “condições subjetivas”. O primeiro se expressa em que uma formação social jamais desaparece sem antes desenvolver todas as suas forças produtivas (condições objetivas) e inspira o *pessimismo da razão*. Já o segundo aponta que a humanidade só se coloca problemas para os quais se encontra apta a resolver (condições subjetivas) e suscita o *otimismo da vontade*. (Se nos permite Rosa Luxemburgo uma

²⁰ “Aqui deve deixar-se cada suspeição / Cada aviltamento deve, aqui, perecer.” (Allighieri citado por MARX, Karl, várias edições. *La Divina Commedia* / Canto III / Inferno, s/d., grifos, várias edições).

evocação-relâmpago: *um olho que ri, um olho que chora.*) Gramsci – considerando a época histórica em que vivemos, na qual a humanidade já se coloca um “problema” para o qual existem condições materiais de resolução – destaca o nível da análise referente *ao segundo momento*. Trata-se de revalorizar o lugar por excelência da vontade humana, posta em movimento, enquanto *consciência ativa da necessidade histórica*.

A insistente recorrência de Gramsci ao *Prefácio de 1857* – o textículo da “base-superestrutura” –, justamente o referencial tomado pela maioria das leituras deterministas e estruturalistas do marxismo que vicejaram também em seu tempo, revela um debate em torno à justa relação entre teoria e movimento (“filosofia e práxis”). A partir de tal *Prefácio* Gramsci – em famosa nota de rodapé de seus *Quaderni*, sobre “análise de situações e relações de força” – destrincha os diversos momentos constitutivos da realidade social e econômica. Trata-se de investigar até onde os diversos marcos de análise *atém-se* ao terreno contingencial e em que medida pode-se afirmar que *ultrapassam* – ao menos embrionária, inicial e tendencialmente – o nível das conjunturas sociais, políticas, econômicas e culturais imediatamente presentes situando, tal Gramsci, *um nexó histórico-dialético entre os movimentos de ordem ocasional e orgânica*.²¹ O que é orgânico (objetivo/estrutural) e ocasional (subjetivo/conjuntural) em uma determinada situação (e sua respectiva relação de forças)? A análise concreta de situações e relações de forças deve – em sua interpretação – considerar tendências históricas de “longa duração” e de “tempo curto”, bem como sua recíproca (e ininterrupta) interação dialética em devir.

Gramsci distingue três níveis de análise da correlação de forças: (i) o econômico, (ii) o político e (iii) o “militar”. O primeiro vincula-se à estrutura objetiva das forças materiais de produção, podendo ser analisadas à luz dos “métodos das ciências exatas”. A segunda estima o grau de experiência, consciência e organização das classes sociais – que pode variar de um estágio econômico-corporativo, ao de “solidariedade de interesses” até a consciência política. Já no terceiro coloca-se o problema fundamental e decisivo da insurreição revolucionária – a “classe-para-si” como consciência socialista, auto-adjudicada em ato – subdividindo-se nos momentos “técnico-militar” e “político-militar”. (O material histórico que Gramsci tem em

²¹ “O erro em que se incorre freqüentemente nas análises histórico-políticas consiste em não saber encontrar a justa relação entre o que é orgânico e o que é ocasional: chega-se assim ou a expor como imediatamente atuantes causas que, ao contrário, atuam latentemente, ou a afirmar que as causas imediatas são as únicas causas eficientes. Num caso, tem-se excesso de ‘economicismo’ ... doutrinário pedante; no outro, excesso de ‘ideologismo’. Num caso, superestimam-se as causas mecânicas; no outro, exalta-se o elemento voluntarista e individual (a distinção entre ‘movimentos’ e fatos orgânicos e movimentos/fatos de ‘conjuntura’ ou ocasionais deve ser aplicada a todos os tipos de situação, não só àquelas em que se verifica um processo regressivo ou de crise aguda, mas àquelas em que se verifica um processo progressista/de prosperidade e àquelas em que se verifica estagnação das forças produtivas).” (GRAMSCI, Antonio. *Quaderni del Carcere*. Edizione Critica a Cura di Valentino Gerratana. Turino : Einaudi, 1975. Trad. Giovanni Semeraro).

mente são os casos da Revolução Francesa e Russa,... e não “revoluções em abstrato”. Aqui interessam, sobretudo, os eixos/momentos de passagem do nível “econômico” ao “político”, do ponto de vista de uma concepção *permanentista* do processo revolucionário.)

Ao final, o percurso de “elevação do abstrato ao concreto” em Gramsci – e depois de largo caminho, preche de mediações – coloca o *Prefácio de 1857* nos seguintes termos, em princípios: “(1) o de que nenhuma sociedade assume encargos para cuja solução ainda não existam as condições necessárias e suficientes, ou que pelo menos não estejam em vias de aparecer e se desenvolver; (2) o de que nenhuma sociedade se dissolve e pode ser substituída antes de desenvolver e completar todas as formas de vida implícitas nas suas relações”. Pois sim. *Nós parcialmente desatados, agora resta cuidar por não tropeçar por aí.* Por ora, isso é tudo.

APONTAMENTOS INTRODUTÓRIOS: : *POR QUE, COMO, QUANDO, ONDE, QUEM*

[**Notas Preliminares e Limites Institucionais**] Iniciava-se há alguns anos a redação de um projeto, o qual começou a ser construído entre a conclusão do curso de jornalismo (FAAC / UNESP, *campus* Bauru, 1998-2002) e a aprovação direta em programa de doutorado em comunicação na Universidade Autônoma de Barcelona (FCC / UAB, *campus* Bellaterra, 2002-2003), curso o qual nunca chegou a ser concluído. Seu primeiro esboço, realizado ainda em finais de 2003, atendia ao objetivo de inscrição no Concurso de Bolsas para Jovens Pesquisadores da América Latina e Caribe – sob a convocatória “Poder e Novas Experiências Democráticas na América Latina e Caribe” (vide Anexos – 4) –, do Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais-Agência Sueca de Desenvolvimento e Pesquisa (CLACSO-Asdi, sede Buenos Aires, 2003-2004). A condição social então era muito mais a de um imigrante clandestino – e trabalhador precário – do que a de prodigioso “jovem doutorando” a ultramar. Em um momento particularmente difícil – por uma dessas razões que a razão explica tão-só parcialmente –, a única candidatura avalizada por instituição brasileira a ser aprovada no concurso continental pareceu-nos, aos assaz incrédulos olhos ateus, uma verdadeira providência divina. (Tanto mais considerando que não provinha da área de ciências sociais.) O passo seguinte foi, após aterrisar em solo brasileiro, buscar vínculo acadêmico que permitisse o desenvolvimento da pesquisa e a continuidade dos estudos pós-graduados. Pensando no aval ao CLACSO, obtido através da UNICAMP, tentei contato com os participantes da pesquisa coletiva *NEOLIBERALISMO E TRABALHADORES – política, ideologia e movimentos sociais* (vide Anexos – 5). O projeto era coordenado por Armando Boito Jr., a partir do Centro de Estudos Marxistas (Cemarx, IFCH, Campinas). Apesar da afinidade temática e, até certo ponto, metodológica – chegou-se até a saudar o projeto, dizendo-o “adequado” –, o contato não vingou.

Após obter resultados pífios nos concursos de história social da UFRGS e UFF e outros menos desalentadores, nas ciências sociais da UEL e UNICAMP, fui aprovado, já em 2004, na FCL / UNESP, *campus* Araraquara. A referência era a de um amigo que havia concluído a pós-graduação ali e me encorajava a realizar meus estudos nesta faculdade. Se a história da presente dissertação de mestrado se resumisse a sua filiação institucional, estaria já bem-contada. Como nem de longe é este o caso, prossigamos (para o Informe de Atividades e Relatório de Pesquisa vide Anexos – 2 e 3). O título da proposta inicial era bastante extenso: *LUTAS SOCIAIS, NEOLIBERALISMO E LIMITES DEMOCRÁTICOS NO BRASIL DE HOJE – os movimentos de resistência operária, camponesa e popular e os novos sujeitos sociais e*

políticos em cena: da transição política conservadora à Campanha (Inter) Nacional contra o ALCA (1978-2003). Havia em seu bojo a motivação-geradora de colocar à prova da sistematização teórica balanços parciais e pesquisa empírica realizados anteriormente. A identificação com a convocatória CLACSO parecia clara “*las experiencias de resistencia, lucha y movilización social ... las alternativas de autogobierno o representación que promueven o podrían conducir a la construcción de sociedades más justas e igualitarias ... potencialidades emancipatorias y las limitaciones y obstáculos que enfrentan [los movimientos sociales de América Latina] en el contexto de las democracias capitalistas contemporáneas*” (Anexos – 4). Na mesma direção, a concepção delineada pelos pesquisadores do Cemarx acerca da *hegemonia neoliberal* e dos *movimentos sociais* (Anexos – 5) apresentava-se como afim. (Como aprenderia na prática – se de algo vale a metáfora – *a existência do atrito atmosférico é aquilo que, a um só tempo, permite e limita o vôo dos pássaros.*) Entre a primeira versão do projeto e aquela que apresentei ao programa de sociologia – retirados os castelhanismos mais evidentes –, fiz questão de não botar reparo algum. (Até mesmo o pseudônimo literário, exigência de impessoalidade do concurso CLACSO, foi mantido: *Matalauê Pataxó*, indígena brasileiro que recusou o pedido de perdão oficial da Igreja Católica ao genocídio dos povos originários, durante missa especial celebrada, em 22 de abril de 2000, à reserva indígena de Coroa Vermelha, na Bahia.) Desde então, foram se colocando diversas oportunidades de discutir e avaliar a proposta apresentada, já fosse através da interlocução nos Seminários de Pesquisa da UNESP ou mesmo nas Mesas de Exposição do CLACSO. O projeto inicial era temática e metodologicamente bastante ambicioso – e, à mesma medida, bastante falho – o que denotava, antes de qualquer coisa, a expressão nua e crua da inexperiência de um aspirante a pesquisador e recém-iniciado nas ciências humanas e sociais. As Cátedras Florestan Fernandes, do CLACSO, e os Ciclos de História, do Cemarx, contribuíram bastante no sentido do acúmulo em relação à formação anterior e, junto a múltiplas determinações e relações várias, estão intimamente relacionados aos resultados até aqui obtidos. Em decorrência do trabalho precário, inflexões políticas e uma complexa série de “múltiplas determinações” o percurso adotado evidencia-se fragmentado, muito interrompido e bastante convulsionado. O objetivo destas *notas preliminares e limites institucionais* é chamar a atenção para a não-linearidade do percurso adotado. Não se trata de justificação *a priori*, “lavar-se as mãos” ou mesmo mera profissão de fé. Nada do que até aqui foi colocado exime este trabalho de críticas, muito pelo contrário. Trata-se, sim, de evidenciar um tempo próprio de desenvolvimento que não se encontra livre dos condicionantes institucionais da universidade tal qual a conhecemos, não escapa ao horizonte mesmo – confusão ideológica – da quadra histórica que tenta compreender e batalha por se elevar da heterogeneidade de um cotidiano alienante. *À luta!*

[Eixo Temático, Problemática Teórica, Hipótese Geral] O conceito de geração – aqui entendido enquanto mediação categorial intermediária – permite-nos operar a partir de uma intersecção entre uma experiência biográfica particular e as determinações histórico-estruturais universais que a compreendem. Desta forma, uma geração a um só tempo “habilitaria” seus integrantes a uma gama específica de *experiência* – predispondo-os a certo modo característico de pensar e agir, concretizado este em sentidos pessoais – e, no interior do mesmo movimento, “limitaria” o seu significado social geral, em torno às principais coordenadas históricas de determinada época. Em contextos marcados pela pugna da transição, considerar o processo histórico a partir da mediação geracional pode constituir um fértil cânone interpretativo. Enquanto a “longa duração” entender-se-ia como uma história de *ciclos recorrentes*, os eventuais “tempos curtos” deveriam ser compreendidos enquanto uma *perturbação de superfície* (BRAUDEL citado por Anderson, 1980). O ciclo histórico de duração média revelaria – através do encadeamento histórico-concreto dos sucessivos contextos ideológicos e ambientes materiais – o momento privilegiado de análise da *atualização* das estruturas econômico-sociais, ou seja, o *momentum* privilegiado de encontro entre a exasperante lentidão histórico-estrutural e a brusca aceleração das conjunturas. Tal tempo histórico – assim definido – aproximar-se-ia da candente sucessão biográfica das gerações, uma espécie de “ad hoc geracional”. Que o historiador social ocupe-se da periodização temporal da mudança histórica parece-nos imprescindível. Para além de qualquer perspectiva de história imediata, tratar-se-ia então de equacionar – a partir das determinações fundamentais, e suas respectivas mediações – *o presente feito História*. Vejamos.

Na história social recente do país, considera-se aqui a compreensão de um ciclo histórico de curta duração – no interior de um circuito estendido, de temporalidade média – que envolve desde as lutas sociais travadas no Brasil de finais de 1970 até a consolidação de uma hegemonia burguesa que, ao longo dos anos 90, obteve a preferencial denominação de *ofensiva neoliberal*. O período de institucionalização política – a “transição democrática”, ou como afirmava Florestan, “transação conservadora” –, desenvolvido no país a partir da década de 1980, apresenta-se como mediação necessária para a *análise concreta das situações concretas* que sedimentaram a configuração política e econômica das relações sociais, estrutura de classe, hegemonia e o próprio Estado na formação social brasileira. Em uma perspectiva mais ampla, poder-se-ia antecipar que a articulação da *forma de governo* – não podendo ser considerada a partir das relações jurídico-políticas em si mesmas – remete-nos ao *modo de produção* da vida material que lhe corresponde. Neste sentido, falar em “democracia em abstrato” – sem adjetivos – torna-se inconcebível à margem de uma análise da estrutura e dinâmica do capitalismo contemporâneo, em especial considerando o *neoliberalismo* político e a reestruturação do capital.

Os estreitos limites históricos e natureza social que determinam a democracia “liberal-periférica” – e as relações dinâmico-causais que lhe são subjacentes – impõem-se no país sobre os sujeitos sociais e políticos das classes subalternas, que resistem à mesma em torno aos movimentos sociais operários e populares. O processo mesmo de constituição histórica da hegemonia burguesa que consolidou tal configuração social – ciclo histórico de curta duração, que coincide em parte com o último quartel do séc. XX – não pode ser apresentado simplesmente como tendência histórica de caráter irresistível. A formação de um bloco histórico conservador – aliança de classes entre distintas frações do enquadramento capitalista e as classes médias, em especial o núcleo duro de sua *intelligentsia*²² – se dá em meio a uma crise prolongada da ditadura civil-militar. No interior da *transição política conservadora* – politicamente resolvida através da Nova República, o Congresso Constituinte e o estabelecimento mesmo de um calendário eleitoral – gestaram-se historicamente as condições objetivas e subjetivas que possibilitaram a *hegemonia neoliberal* junto à *mundialização do capital*, que se dava em plano internacional.

O movimento social operário, no entanto, vinha se desenvolvendo em um crescente processo de manifestações sociais e reivindicações de massas; uma verdadeira ofensiva social e política. O tempo histórico foi acelerado, fragmentado e convulsionado – pelo irromper da política independente de um novo movimento social operário, consoante ao próprio ritmo da recente formação de um jovem proletariado urbano e industrial –, rompendo com a lógica societária de uma formação social forjada pela continuidade secular. Os movimentos sociais que tiveram lugar no ABCD e capital paulista, no final dos anos 70, inauguraram uma ampla luta social e política, de duplo combate contra a super-exploração econômica e a opressão político-ditatorial – expressa em legislação repressiva, que “atrelava” o movimento sindical ao Estado central –, as quais restringiam formas e possibilidades de representação dos trabalhadores, da cidade e do campo. A escalada grevista – a *rebeldia do trabalho*, simultaneamente marcada pela espontaneidade e pela combatividade proletárias – inaugurou uma nova prática sindical e política. Em diametral oposição à colaboração de classes, aos “pactos sociais” e ao imobilismo político – que haviam caracterizado a maior parte da esquerda hegemônica de antanho –, as ações diretas do ABCD e capital paulista criaram um novo movimento social operário, fundamentalmente baseado na luta social com independência de classe (Bianchi e Braga, 2003b).

²² Trata-se de uma “nova” classe média urbana – *não-proprietária*, a meio caminho entre os “de baixo” (dominados) e os “de cima” (dominantes) – gestada esta em função do adensamento das relações sociais capitalistas no país, a partir: (i) da complexificação do sistema produtivo e (ii) da abertura de concursos às classes subalternas no interior da burocracia estatal. Em especial, o *trabalho intelectual* compreendido como “categoria social definida por seu papel ideológico (...) os *produtores diretos* da esfera ideológica, os *criadores de produtos ideológico-culturais* (...) escritores, artistas, poetas, filósofos, sábios, pesquisadores, publicistas, teólogos, certos tipos de jornalistas, certos tipos de professores / estudantes etc.” (Löwy, 1979).

A aceleração histórica não se restringiu às metrópoles, mas atingiu também os trabalhadores rurais, que passaram a protagonizar importantes lutas sociais e ocupações de terras, rompendo a lentidão própria aos ciclos naturais, *através do tempo da política operária*. Em geral, o conjunto das classes subalternas colocou-se em marcha, desenvolvendo amplos movimentos sociais reivindicativos de massas – tais como o Movimento contra o Desemprego e a Carestia de Vida, uma verdadeira contra-ofensiva do trabalho, com grande nível de radicalização urbana –, incluindo-se aí também os estratos inferiores das camadas sociais intermediárias, a partir da retomada nacional do movimento estudantil, da Campanha Nacional pela “Anistia Ampla, Geral e Irrestrita” e, inclusive, através das massivas mobilizações sociais e políticas pelas “Diretas-Já”. De todos modos – e apesar da intensidade alcançada pelas lutas sociais – percebemos que o que de fato ocorreu foi uma mera mudança na forma social de dominação política, a qual contemplava agora eleições diretas e uma assembléia nacional constituinte – sem prejuízo, contudo, de seu conteúdo social de dominação classista.

De uma ditadura civil-militar de traços semifascistas à chamada Nova República, conservam-se os elementos estruturais que definem os interesses de classe incrustados nos aparelhos de Estado, de forma que se preserva o capital financeiro monopolista num processo político ditado “de cima para baixo”. Neste processo, dá-se o fim do “milagre brasileiro” – com a indisposição de setores do capital com os militares e burocratas em posição de mando nos aparelhos de Estado – e abre-se um período de crise prolongada. Nesta perspectiva histórico-social equaciona-se o nascimento do Partido dos Trabalhadores (o PT) – proposta de um movimento por um partido de trabalhadores “sem patrões”, que desafiasse a ditadura civil-militar –, a Central Única dos Trabalhadores (a CUT), a refundação da União Nacional dos Estudantes (a UNE) e até mesmo a posterior ascensão do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (o MST).

A ofensiva do capital contra o trabalho vai se configurando em termos de uma *hegemonia neoliberal*, cuja gênese remonta à transição política conservadora. A natureza mesma do “pacto social” travado, às costas da maioria da população, determinou uma derrota histórica do movimento social operário, o qual não conseguiu imprimir a direção político-ideológica ao processo (que, posteriormente, iria desembocar nas políticas neoliberais dos anos 90). Tratou-se de um duro golpe na constituição organizativa e classista de um movimento combativo, que não logrou constituir um projeto histórico estrutural-alternativo à ordem do capital. Daí a estreita institucionalidade que os mecanismos estruturais de democracia política assumem desde a perspectiva dos trabalhadores e da maioria absoluta da população. Há cada vez maior contradição estrutural entre os mesmos e as condições materiais de existência social,

cada vez mais deterioradas, direitos trabalhistas flexibilizados, precarizados e virtualmente destruídos, a miséria absoluta e o profundo processo de repressão dos aparelhos de Estado sobre manifestações, greves, passeatas, piquetes, marchas, ocupações; resultando em chacinas, massacres, espancamentos, invasões policial-militares e assassinatos no campo e cidade.

As políticas neoliberais implementadas pelos governos da América Latina durante as últimas décadas – em especial 1980 e 1990, até os dias de hoje – significaram um duro golpe para a classe operária e o conjunto dos trabalhadores de seus respectivos países. Investimentos em áreas sociais, como saúde, educação e infra-estrutura, foram drasticamente reduzidos – sucateando os sistemas públicos de assistência social e piorando em muito o já precário nível de vida da maioria da população. Ainda, a desregulamentação das relações de trabalho e dos direitos sociais – conquista histórica do movimento social operário – elevaram os já exorbitantes índices de desemprego e radicalizaram o quadro geral de problemas sociais e miséria absoluta na América Latina, combatendo de forma sistemática e generalizada os trabalhadores e o movimento sindical. “Para isso seria necessária uma disciplina orçamentária, com a contenção dos gastos com bem-estar, e a restauração da taxa ‘natural’ de desemprego, ou seja, a criação de um exército de reserva de trabalho para quebrar os sindicatos” (Anderson, 1995). O estabelecimento da hegemonia neoliberal foi ditado desde o Consenso de Washington, enquanto projeto político sob o comando do grande capital financeiro internacional, e consolidou-se na América Latina – e no Brasil em específico – a partir de um bloco histórico conservador formado pela burguesia e setores intelectuais, técnicos e administrativos das camadas médias organicamente relacionados ao Estado brasileiro, a centros de pesquisa, às empresas, e ao fim e ao cabo, às classes dominantes no país, atreladas que estão estas, visceralmente, ao imperialismo norte-americano.

Faz-se necessário caracterizar, portanto, a natureza social desta “afirmação democrática”, cotejando seus limites históricos à luz da rudeza material do devir. Marcadamente institucional, formal, e voltada para as disputas eleitorais, se estabelece entre os mecanismos institucionais de representação política e a crescente miséria social – agravada pelas políticas neoliberais dos últimos catorze anos – um abismo de contradições estruturais. Institucionalidade esta que, “surgiu de uma transição negociada com o regime ditatorial que se auto-reformava; não houve ruptura efetiva que consolidasse uma autêntica ordenação democrática” (Caroni, 2002). “A Aliança Democrática ... empenhava-se em conciliar os anseios democráticos do povo brasileiro com a ‘vocação liberal-conservadora’. Ou seja, deslocava para o topo os processos de decisão política e de fazer da constitui o uma fachada. Desta maneira, esse ‘biombo parlamentar’ possibilitaria às elites das classes dominantes e dirigentes ‘preservar

em bloco o seu poder real, manter ou ampliar o monopólio do poder político institucionalizado e exercer por dentro e através de um Estado aparentemente democrático, uma ditadura mesquinha e covarde”.

Outra dimensão que condiciona profundamente este quadro geral, e deve ser considerada em suas múltiplas manifestações, trata-se de que em países da periferia do capital – especificamente da América Latina, e em especial na formação social brasileira – apresenta-se como mediação concreta o colonial-escravismo como modo de produção central na acumulação primitiva de capital, determinando as relações estabelecidas com os centros nervosos de acumulação capitalista. A discussão sobre a democracia política e a “sociedade civil” – esta última entendida em seu sentido marxiano – se vê inegavelmente matizada pela contradição, em termos, apresentada entre liberalismo e escravismo. No período de construção do Estado nacional brasileiro se apresenta como fenômeno ideológico “um ideário de fundo conservador, no caso, um complexo de normas jurídico-políticas capazes de garantir a propriedade fundiária e escrava até seu limite possível” (Bosi, 1992). Desta forma, percebemos que a relação liberalismo-escravismo se apresenta como contradição “aparente”, já que não verificamos neste liberalismo um conteúdo pleno que pudesse equivaler à ideologia burguesa do trabalho livre, firmada a partir da revolução industrial européia – “a constituição da sociedade burguesa, no país, ocorre com a destruição das relações escravistas; mas não com a liquidação das relações coloniais, neocoloniais e dependentes” (Silva, *ibidem*).

Nas últimas décadas, com a aplicação dos planos neoliberais receitados pelo FMI e Banco Mundial na América Latina, observamos que o que vem ocorrendo trata-se, em verdade, de um processo de “recolonização”. A política pró-imperialista de super-exploração do subcontinente leva a mudanças nas relações estruturais entre os países latino-americanos e o imperialismo. Trata-se de mudanças qualitativas na atual relação de dependência, semicolonial, no sentido de uma nova dominação *colonial*. Esse processo histórico desdobra-se em aspectos econômicos, políticos e militares; expressando-se no aumento extraordinário da dívida externa, da desnacionalização do patrimônio público por meio das privatizações, da dolarização das moedas, da adequação das leis aos ditames do capital transnacional e do controle das forças militares pelo imperialismo. Trata-se da imposição de uma brutal superexploração dos trabalhadores e dos povos, que vem aprofundando os níveis de desemprego, fome e miséria. Em toda a América Latina a hegemonia imperialista norte-americana procura readequar os exércitos de nossos países à necessidade de enfrentar protestos e mobilizações das massas que ameaçam seu poder na região. Para não fazer uma intervenção direta (o que não teria um resultado positivo), exerce o controle desses exércitos através de assessores que os monitoram.

E, para instrumentalizar esse objetivo, instalaram-se bases militares em Três Esquinas y Tolima (Colômbia), Manta (Equador) e Iquitos (Peru).

O controle e o domínio do imperialismo se expressa também no fato de que inclusive as leis têm se adequado às necessidades do capital, em particular no que diz respeito à legislação trabalhista, à proteção da propriedade, à isenção de impostos, etc. Estas readaptações chegaram a ter nível constitucional como no caso do Peru. Desta maneira permite-se que homens de confiança das transnacionais (Fraga/Meirelles no Brasil, Kusinsky no Peru) e o FMI dirijam diretamente a economia de nossos países e até indiquem governantes de fato, como foi a designação de Cavallo na Argentina. Todo este processo vem produzindo milhares de desempregados, miséria social, perda da soberania, etc. Os governos destes países vinham aplicando todo este plano de “ajuste” – até há pouco – com o argumento de que não há outra saída que não seja o “livre mercado” para a América Latina. Os argumentos mudaram.

É aí que nos inserimos na questão do aprofundamento das contradições estruturais e dos limites históricos das democracias burguesas da periferia do capital, em especial no Brasil. Além de considerar o governo (executivo) como parte orgânica do Estado capitalista – portanto não apreciado como ordenação societal neutra, mas sim como instância de dominação de classe –, articulado que está com outros aparelhos estatais tais como o Congresso, o judiciário, as Forças Armadas etc., para conformar a institucionalidade burguesa e garantir a manutenção da Ordem do Capital; verificamos que há um profundo agravante neste regime “democrático” de dominação política, o qual devemos considerar de forma indivisível em nossa análise, sob o risco de que eludir tal questão pode levar-nos à avaliação de uma “democracia em abstrato”, num exercício de especulação teórica sem evidências empíricas, “chão histórico” ou sustentação real. O FMI e o imperialismo vem operando nitidamente no sentido de transformar essa ordenação numa “democracia burguesa colonial”, qual seja, impondo leis, agências reguladoras, blindagens orçamentárias e inclusive exigindo a “independência” do Banco Central, objetivando assim o controle absoluto do Estado e seus recursos, sobredeterminando-o ainda mais intensamente. Em termos reais, apresenta-se como objetivo estratégico uma “drenagem” cada vez maior das riquezas do país para os banqueiros internacionais e para as multinacionais. Nestas coordenadas histórico-estruturais, a ALCA se afirma como projeto e máxima expressão de – se alcançado, derrotando assim a resistência de trabalhadores, camponeses e indígenas – desprovimento de qualquer grau de soberania nacional ainda existentes no Brasil e em toda a América Latina.

...o Brasil vive uma encruzilhada histórica (...). Mantidas as negociações da ALCA, o país será reduzido à condição de colônia, isto é, terá um estatuto no mercado mundial ainda mais dependente que no período do pós-guerra (Arcary, 2002)

[Contextualização Histórica e uma Primeira Aproximação ao “Objeto” de Estudo] No âmbito de países aviltados e submetidos pelo imperialismo desenvolve-se a resistência organizada contra o processo histórico de recolonização imperialista e a hegemonia do neoliberalismo no subcontinente, que vem se afirmando como uma resposta combativa das massas sociais operárias, camponesas e populares da América Latina. Como pontos elevados dessas lutas e mobilizações consideramos a insurreição popular do Equador – que, encabeçada pelas organizações indígenas (a CONAI e o Parlamento dos Povos), derrubou o governo de Mahuad e tomou o poder por oito horas, num levantamento contra a dolarização imposta por seus governos e o imperialismo –, o processo revolucionário protagonizado pelo povo trabalhador da Argentina – onde o movimento piqueteiro, pannels, a ocupação de fábricas sob auto-gestão operária e as assembléias interbairros apontavam para uma situação revolucionária com a existência de formas organizativas embrionárias de poder popular, sob a consigna “¡Que se Vayan Todos!” e, por fim, a nova vaga da revolução boliviana em 2005.

Concomitantemente, assistiu-se ao nascimento de um movimento de contestação e resistência à “globalização” – ancorado em geral numa crítica espontânea à universalização da lógica mercantil –, cuja composição social abarca principalmente jovens universitários das camadas médias, situados nos centros nervosos da acumulação capitalista, fundamentalmente dos EUA e Europa. Em termos absolutamente gerais, consideramos uma situação internacional caracterizada por lutas sociais que vão do levante armado do movimento zapatista contra a implantação do NAFTA no México, em 1994; passando pelas ocupações de terras impulsadas pelo MST no Brasil; pela revolta popular protagonizada pelos indígenas no Equador; chegando às vigorosas mobilizações grevistas dos trabalhadores na França; e, finalmente, até a primeira grande manifestação internacional num país imperialista – na cidade norte-americana de Seattle – contra uma das principais instituições da “globalização”, a Organização Mundial do Comércio (OMC), em 1999. Desde então não há lugar no mundo onde possam reunir-se o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial, a OMC ou o G-8 sem arrastar a multitudinárias manifestações “anti-globalização”, seja onde seja.

Se a recolonização imperialista se dá através de guerras declaradas e ofensivas militares no Oriente Médio, a forma assumida na América Latina se expressa claramente nos termos propostos pelo ALCA – nada menos do que a corporificação em definitivo do neoliberalismo e do “Consenso de Washington” no subcontinente. Após os acontecimentos de

11 de setembro de 2001 os Estados Unidos puderam recompor sua base de sustentação e lançaram uma contra-ofensiva imperialista em distintas dimensões políticas, econômicas e militares cuja justificação ideológica se apresenta ao redor da “coalizão contra o terrorismo internacional”. Antes, o governo Bush encontrava dificuldades para aprovar o denominado “fast track” (“via rápida”) para levar adiante acordos como o ALCA, devido às contradições entre diversas frações das transnacionais, principalmente as vinculadas ao controle energético. Mas, com o pretexto mencionado, Bush não só conseguiu um consenso social para a guerra do Afeganistão – nada consensual no caso do Iraque – como também para sua contra-ofensiva global. Tanto é assim que o “fast track” (o “Trade Promotion Authority”), antes “enroscado” no parlamento, foi prontamente aprovado pelo congresso norte-americano.

Ao aludirmos à relação que se estabelece entre os movimentos sociais populares em ascensão durante as décadas de 1970 e 1980, envolvidos em diversas lutas sociais que questionam e negam os estreitos limites impostos pela “institucionalidade política” aos trabalhadores e à imensa maioria da população explorada e socialmente oprimida, imposição efetuada através dos aparelhos do Estado capitalista brasileiro e pela “farsa da Nova República” (como a consideravam, a seu tempo, os movimentos sociais de operários e populares que deram origem ao PT e à CUT) – o que remete à organização de movimentos reivindicativos de massas (contra o custo de vida, o desemprego massivo, etc.) e as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) da Igreja Católica, a experiência acumulada em núcleos de base de operários e trabalhadores urbanos, as ocupações de terras e manifestações protagonizadas por trabalhadores rurais e camponeses junto à Comissão Pastoral da Terra (CPT), o novo sindicalismo combativo do operariado brasileiro, as mobilizações levadas a cabo pelo movimento estudantil secundarista e universitário através de suas entidades representativas nacionais e estaduais (UBES, UNE, UEEs, etc.)... –, estamos nos referindo ao início de um ciclo histórico de curta duração, de aproximadamente 25 anos, que compreende tanto o ascenso social das massas trabalhadoras do qual tratamos, quanto um posterior refluxo desta correlação de forças e lutas sociais, relacionada principalmente à ofensiva burguesa representada pela hegemonia do neoliberalismo, a partir do final da década de 80 e sobretudo durante os anos 90, a qual se apresenta até os dias de hoje. Não obstante, pode-se observar o prelúdio tendencial de um fenômeno que aponta para novas formas de organização social populares e se esboça como novo acúmulo de forças sociais – *de um modo diferente, por outros caminhos, com outras formas e em outras circunstâncias* – que, em verdade, são expressão de um processo internacional de radicalização, polarização social e um rechaço de massas ao neoliberalismo no mundo e, mais intensamente, na América Latina.

No Brasil, apesar da tendência generalizada de refluxo dos movimentos sociais populares durante a década passada, houveram diversas manifestações de lutas sociais que se apresentaram em diferentes eixos, situações e conjunturas: em 1992 o povo trabalhador, com os estudantes a frente, sai as ruas e derruba um presidente neoliberal e corrupto, impondo ao Congresso Nacional o “impeachment” de Fernando Collor de Mello; a partir de 1995 o MST constitui-se organizativa e territorialmente como movimento social e político de dimensão nacional, configurando-se como referência de ação direta de massas através das ocupações de terras e como mais importante pólo de resistência popular ao neoliberalismo; em 1995 se organiza uma massiva Marcha Popular a Brasília envolvendo movimentos e organizações sociais, sindicais e políticas de esquerda que reúne mais de 30 mil manifestantes na capital do país – sendo ultrapassadas anos depois pela Marcha dos Cem Mil, sob a palavra-de-ordem “Fora FHC e o FMI!” –, em 2000 o período que nos referencia está marcado, inicialmente, pelo Movimento Brasil Outros 500 de Resistência Indígena, Negra e Popular, pela Marcha Indígena 2000 (partindo de diversos estados do território nacional), pela I Conferência dos Povos e Organizações Indígenas do Brasil, pelos acontecimentos de Sta. Cruz Cabrália e Porto Seguro onde a manifestação popular “Brasil Outros 500” desmascara o governo e denuncia a farsa comemorativa dos “500 anos de descobrimento do Brasil”, sendo brutalmente reprimida pelas forças armadas, polícia militar e tropas de choque de FHC e Antonio Carlos Magalhães (Batalha de Coroa Vermelha, abril de 2000, Bahia); a greve das universidades estaduais e federais de 2000 (junto aos funcionários da saúde, professores da rede pública de ensino médio e fundamental, tributaristas, etc.) e os enfrentamentos na Av. Paulista, a paralisação nacional da categoria dos caminhoneiros e a ocupação massiva de prédios públicos pelo MST (principalmente as seções do INCRA, do BNDES e do Ministério da Fazenda) reivindicando políticas agrárias; construiu-se o Plebiscito Popular sobre a Dívida Externa, 2000, e a partir do início desta década ocorre um considerável ascenso de ocupações urbanas por moradia popular (MTST)

A crescente agudização das tensões e antagonismos sociais apresentou-se como resultado da falência da chamada “redemocratização”, bem como da “hegemonia regressiva” das políticas neoliberais impostas por organismos multilaterais tais como o Fundo Monetário Internacional (FMI) ao Brasil: estavam dadas então as condições objetivas que possibilitaram historicamente a criminalização dos conflitos sociais e a respectiva militarização de seu tratamento pelo Estado. É no presente momento histórico, no qual “ressuscitam” o SNI sob a sigla de ABIN, surge um ramo da polícia federal especializada em reprimir movimentos sociais, e o Senado propõe realocar as forças armadas para tarefas de polícia e controle civil,

etc.; espelhando assim o recrudescimento do imperialismo em nível internacional e a máxima expressão das contradições da crise estrutural do capitalismo; o que se reflete organicamente em “solo nacional” a partir da fascistização dos aparelhos de Estado – que se voltam contra movimentos sociais, organizações estudantis, sindicatos, partidos de esquerda etc. – assim como contra todos e quaisquer setores que se oponham, de alguma forma e em alguma medida, aos estreitos limites da institucionalidade política. A contra-ofensiva imperialista lançada pelos EUA, após o 11 de setembro de 2001 só faz agravar este quadro geral – sendo que em relação ao Brasil e à América Latina – intensificou-se a ofensiva militar prevista através do Plano Colômbia, aprovou-se a “via rápida” parlamentar das negociações para o Acordo de Livre Comércio das Américas (ALCA) e aventou-se a cessão da Base de Alcântara para uso militar dos Estados Unidos da América. Consideramos que a fascistização dos aparelhos de Estado e o processo ideológico de criminalização dos movimentos sociais – evidenciados quando constatamos que no Brasil, segundo o próprio Ministério da Justiça, ocorrem cerca de 40 mil assassinatos por ano – certamente não podem ser explicados como aspecto subjetivo que *se sintetiza em si, se aprofunda em si e se move por si mesmo*, mas sim como reflexo fenomênico, já salvaguardado em sua autonomia relativa, de um movimento muito mais profundo, cujas limitações históricas e natureza social devem ser buscadas sobretudo nas relações de produção capitalistas e na correlação de forças sociais.

[Hipóteses Diretivas, Delimitação do Objeto de Estudo e Objetivos Gerais e Específicos]

Apresentamos como hipótese preliminar e diretiva que, de acordo com a exposição acima realizada, o sentido que se constrói sobre o processo mesmo de oposição/resistência à “ditadura militar” – nestes termos – é o que fundamenta as bases, já desde os anos 70, para que a hegemonia do projeto histórico neoliberal seja possível na década de 1990, configurando e determinando o processo da transição política conservadora através da elaboração das principais tendências históricas que a caracterizam enquanto fenômeno social. O discurso mesmo que se construiu hegemonicamente sobre a transição política e sobre a oposição à ditadura militar partiu de uma vitória de setores liberais-burgueses concentrados no Movimento Democrático Brasileiro (MDB) – do qual também participaram organizações de esquerda tais como PCB, PCdoB, MR-8 – e parcelas da intelectualidade brasileira que apoiaram a Nova República. Por outro lado, o movimento operário-popular e correntes de esquerda situadas e referenciadas politicamente através do Partido dos Trabalhadores (PT) negaram-se a legitimar a institucionalização política através do Colégio Eleitoral (taxados de “divisionistas e sectários”

pelos setores que pactaram a “transição lenta, segura e gradual” com o antigo regime que depois originaram o PMDB de Calheiros e o PSDB de FHC).

Quando amplos setores sociais manifestam sua contraditoriedade, evidenciam interesses e necessidades não satisfeitos (...) fica claro que estão questionando o que está estabelecido e apontando em outras direções. Porém, isto pode ser de ordem apenas conjuntural, sem negação da estrutura capitalista. É dentro deste campo complexo, formado por elementos superestruturais e estruturais da sociedade, que ‘novos’ personagens – os movimentos sociais populares – entram em cena. São vários os protagonistas da história e múltiplas as forças forjadoras de mudanças que se complementam. No caso brasileiro, a crise, desde a fase de decadência do regime militar, é concreta, mas complexa e contraditória. Em geral, adquire formatos de problemas econômicos, políticos, sociais e morais. É discutível se nos últimos anos do autoritarismo a tensão vivida chegou, ou não, a configurar-se em conflito orgânico entre estrutura e superestrutura, muito embora o descolamento entre governantes e governados tenha sido momentaneamente explícito. Uma coisa é certa: a classe burguesa, com a “abertura gradual”, do “governo transitório”, foi hábil o suficiente para reorganizar o bloco histórico, mudando apenas algumas regras do jogo e os atores políticos para continuar no poder (Peruzzo, 1998).

A transição política conservadora que transformou o regime militar – de 1964 a 1985 – numa democracia política capitalista-dependente – de 85 até os dias atuais –, segundo Silva, “deixou na sociedade brasileira uma enorme contradição entre os mecanismos institucionais de representação política e a contínua e crescente miséria social, agravada ainda mais através das políticas neoliberais da última década”. O processo de “redemocratização”, como o chamavam à época intelectuais como Francisco Weffort e Fernando Henrique Cardoso – ex-Ministro da Cultura e ex-presidente da república, respectivamente – foi “eminentemente institucional e voltado para a disputa eleitoral” (Silva, op. cit.).

Assim, neste contexto, o PT representava uma alternativa popular de ruptura e crítica à institucionalidade burguesa e ao sistema político-econômico; o “partido sem padrões” contava em suas trincheiras com amplos setores do movimento de massas, do MST e da CUT, movimentos sociais populares, intelectuais social-democratas, trabalhadores da cidade e do campo, Pastorais Sociais da Igreja Católica e diversas correntes e tendências da esquerda revolucionária brasileira. Em seu programa fundacional defendia a tese marxista de que “a emancipação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores” e se organizou em torno a uma crítica radical às alianças políticas da “oposição democrática” com a burguesia, ao sindicalismo oficial “amarelo” e à burocratização dos partidos comunistas do Brasil. O ascenso de massas descrito em nossa introdução atinge seu cume na onda de greves operárias dos metalúrgicos do ABCD e capital paulistas, onde se dá a gestação e desenvolvimento de um Movimento por um Partido dos Trabalhadores, do qual Luiz Inácio da Silva, o sindicalista “Lula”, transforma-se em sua expressão fundamental. Durante o intervalo de 22 anos que

separam a fundação do PT e a eleição de Lula ao governo executivo do Estado brasileiro “muitas águas rolaram”. Um processo histórico que só pode ser compreendido como “rica totalidade de determinações e relações diversas”. Operando de acordo com o procedimento metodológico proposto por Anderson (1987), através da mediação conceitual de “coordenadas históricas” – quais sejam, as principais tendências que se apresentam num fenômeno político e cultural, em um determinado momento histórico –, observamos como se configuram historicamente a institucionalização e burocratização sindical e política das esquerdas, refluxo dos movimentos e lutas sociais urbanas, a ofensiva burguesa e as políticas neoliberais bem como a mundialização do capital. Neste devir histórico, apresentam-se como determinações fundamentais e mediações concretas os sucessivos êxitos eleitorais do PT, a concentração de esforços nucleares para a via institucional em torno a cargos parlamentares e executivos e o afastamento das lutas sociais, sindicais e políticas protagonizadas quotidianamente pelo povo trabalhador brasileiro – nas ruas, no campo, nos lugares de trabalho etc. – desde o final dos anos 80, durante a década neoliberal de 1990 e até os dias de hoje.

Os anos de 2001 e principalmente 2002, desde a perspectiva das lutas e movimentos sociais populares do Brasil e América Latina, foram marcados inelutavelmente pela Campanha (Inter) Nacional contra a ALCA. No âmbito internacional podemos citar as iniciativas relacionadas ao Encontro Hemisfério de Luta contra a ALCA realizado em Havana-CU – que envolveu quase a totalidade das mais importantes representações sindicais, sociais e populares da América Latina, e de importantes setores sindicais do Canadá e dos EUA –, assim como as jornadas internacionais e anti-cumbres realizadas em Buenos Aires (Argentina) e Quebec (Canadá), onde mais de 50 mil trabalhadores e estudantes se manifestaram sob a consigna de “Não à ALCA”, considerado esta como instrumento jurídico-político para legalizar e aprofundar a recolonização imperialista da América Latina que, se aplicada, representará a coroação colonizadora da hegemonia neoliberal e a institucionalização do Consenso de Washington. O “Consenso de Havana”, como assim se chama a Declaração Final do encontro citado, considera a ALCA como “um processo, já em marcha, de anexação e recolonização de nossos povos”. O objetivo declarado é impedir a aplicação do ALCA, para o qual são propostas um conjunto de medidas que vão desde a necessária propaganda generalizada sobre o significado do ALCA, até a exigência de submeter este projeto a um plebiscito popular em todo o continente.

No Brasil se impulsionou o desenvolvimento de um amplo movimento de massas – mediante a experiência de diversas lutas e mobilizações populares articuladas através da auto-organização social e a coordenação multisetorial de sujeitos sociais e políticos como

movimentos sociais, organizações populares, sindicatos e partidos de esquerda significativos do seio do povo trabalhador brasileiro – envolvendo a Central Única dos Trabalhadores (CUT), a União Nacional dos Estudantes (UNE), a Federação Democrática e Combativa dos Metalúrgicos da CUT, o Sindicato Nacional ANDES – Associação Nacional de Docentes do Ensino Superior –, as Pastorais Sociais da Igreja Católica e a Campanha Jubileu Sul, a Auditoria Cidadã da Dívida Externa, a Marcha Mundial de Mulheres, a “esquerda” do Partido dos Trabalhadores (PT), o Partido Comunista do Brasil (PCdoB), o Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU), o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) e o Movimento Consulta Popular (MCP). Consideramos este processo de articulação entre movimentos, sindicatos, organizações sociais e partidos de esquerda como uma frente única de trabalhadores do campo e da cidade orientada pelo anti-imperialismo e pela negação dos postulados neoliberais, unificados pela perspectiva da ação direta de massas e pelo horizonte de ruptura com a ordem vigente. Dezenas de milhares de ativistas em todo o país deram impulso a manifestações massivas, comitês unitários e democráticos, conferências e uma onda de atividades populares em escolas, bairros, acampamentos e assentamentos rurais, sindicatos, fábricas e lugares de trabalho que culminaram com a realização de um plebiscito popular – não-oficial e sem voto obrigatório – durante a primeira semana de setembro, coincidindo com a celebração oficial da independência nacional. Mais de 10 milhões participaram do plebiscito para dizer três vezes não: (i) Não à adesão ao ALCA, (ii) Não à continuidade do governo brasileiro nas negociações e (iii) Não à entrega da Base de Alcântara aos Estados Unidos.

Porém, este poderoso movimento social não contou com o mais mínimo apoio do PT. Ao contrário, justo antes do plebiscito, Lula e o PT romperam publicamente com o mesmo afirmando que "o PT é um partido que está a poucos dias de ganhar o governo e não pode estar brincando de fazer plebiscitos". Depois de eleito presidente, enviou a um representante para a reunião oficial de ministros que negociavam o ALCA em Quito (Equador), enfrentando-se a massivas manifestações populares. Na semana anterior, Lula já se havia reunido com o ex-presidente, o neoliberal FHC, para apoiar o acordo com o FMI. A “Carta ao Povo Brasileiro” coroou todo este processo. Nela, Lula e o PT se comprometiam a manter os “compromissos firmados” com os organismos financeiros internacionais e a impulsar um “pacto social” entre capital e trabalho para gerar “desenvolvimento econômico com justiça social”, o qual preserva todos os fundamentos econômicos neoliberais de Cardoso. A campanha eleitoral do PT, que em 1982 foi marcada pela palavra-de-ordem “Trabalhador vota em Trabalhador”, em 2002 associou-se ao lema “o patrão que o Brasil merece”, numa alusão ao vice-presidente e empresário José Alencar, dono do Coteminas – um dos maiores grupos têxteis do país – e

parlamentar de um partido burguês de direita, o Partido Liberal (PL). Em 20 de junho do ano corrente, os dois co-presidentes das negociações do ALCA – Luiz Inácio “Lula” da Silva e o presidente norte-americano George W. Bush Jr. – assinaram um comunicado conjunto em Washington D.C. onde acordam a implantação do ALCA em janeiro de 2005 (a visita diplomática de Lula a Bush, nos EUA, se deu em plena invasão militar anglo-americana do Iraque, diga-se *au passage*).

No marco das considerações acima relacionadas, apresentam-se uma série de mediações contraditórias das quais pretendemos apropriar-nos e objetivá-las no bojo mesmo do que consideramos constituir-se como momento privilegiado da fase exploratória e ponto de partida de uma investigação social, qual seja, a delimitação do objeto de estudo. Neste sentido cabe que observemos sistemática e principalmente – nos termos adotados de forma preliminar e indicativa –, as expressões fenomênicas e estruturais, em sentido geral, dos seguintes objetivos gerais explicitados:

- Identificar os sujeitos sociais e políticos que resistiram a ditadura militar, perscrutar de que forma e em que medida se mobilizavam contra o regime assim como registrar as distintas concepções teóricas, políticas e programáticas que mediavam suas práticas políticas e orientavam suas propostas de democratização política do Estado capitalista brasileiro; analisar em que medida a transição política conservadora configurou elementos de ruptura e/ou continuidade com o antigo regime e o modelo econômico até então vigente; observar em que medida a institucionalidade política resultante possibilita ou obstaculiza a mobilização do povo trabalhador pelas suas necessidades imediatas e interesses históricos.

- Estudar a relação dialética entre as tendências históricas de institucionalização e burocratização sindical e política, refluxo dos movimentos e lutas sociais urbanas, gênese e desenvolvimento da hegemonia neoliberal bem como a mundialização do capital – principalmente no que se refere às especificidades que as caracterizaram na sociedade e Estado brasileiros nos anos 90,

- Relacionar movimentos sociais, organizações populares, sindicatos e partidos de esquerda que se opõem e resistem à hegemonia neoliberal e às “reformas orientadas para o mercado” e caracterizar basicamente as estratégias, táticas e métodos de luta que propõem para combater o neoliberalismo.

- Verificar como se inter-relacionam a agudização das tensões e antagonismos sociais resultantes das políticas neoliberais implementadas durante o governo FHC, o ascenso e reorganização dos movimentos sociais de massas (ex.: Movimento Sem-Terra) e a fascistização dos aparelhos de Estado que exercem a repressão direta, por meio das polícias, tropas de

choque e das forças armadas, à maioria da população e aos trabalhadores durante manifestações políticas, greves, ocupações de latifúndios, passeatas, piquetes e marchas populares.

- Investigar como se configura a proposta do ALCA através dos anos, por que e como surge, as coordenadas histórico-culturais correspondentes e os interesses e necessidades – internacionais e nacionais – que a informam (Encontros Ministeriais etc.).

- Pesquisar origem e desdobramentos da Campanha Nacional contra o ALCA – assim como as condições sociais, econômicas, políticas e culturais que possibilitaram historicamente seu surgimento e consolidação – relacionando-as num marco de análise que considere as propostas internacionais de articulação que se estabelecem entre os povos e trabalhadores da América Latina, Canada e Estados Unidos; Analisar como o ALCA determinaria nossos dispositivos constitucionais e democracia política.

. Verificar a gênese e o desenvolvimento da supremacia capitalista estadunidense e a ascensão da hegemonia do neoliberalismo relacionando-as com os desdobramentos materiais e ideológicos que se expressam com maior intensidade após a queda do muro de Berlim e a extinção do bloco soviético, relacionando sempre as configurações históricas assumidas no Estado e sociedade do Brasil;

. Definir conceitualmente o que se conhece genericamente como processo de “globalização” e perscrutar seus limites enquanto categoria analítica no que se refere à compreensão da mundialização do capital, reestruturação produtiva, desregulamentação trabalhista, etc. As transformações do último quartel do século XX representam uma nova época histórica ou simplesmente uma passagem – de etapa ou situação – internacional, numa nova configuração da correlação de forças mundiais no imperialismo contemporâneo?

. Analisar o papel desempenhado pelos chamados “movimentos antiglobalização”, realizando um breve “mapeamento” material e ideológico dos mesmos – além de reunir informações sobre suas origens histórico-culturais, composição social, contornos ideológicos, métodos de luta e limites organizativos.

Equacionamos desta forma uma delimitação, em ampla medida, do objeto de estudo sobre o qual nos propomos debruçar, a qual precisaremos em seguida. A proposta fundamental que formulamos pauta-se sobretudo em analisar a interconexão entre as LUTAS SOCIAIS, NEOLIBERALISMO E OS LIMITES DEMOCRÁTICOS NO BRASIL. No interior desta relação geral, apresentamos enquanto eixo norteador específico desta investigação social o estudo dos movimentos de resistência operária, camponesa e popular e os novos sujeitos sociais e políticos em cena. Problematizamos a questão, portanto, referenciando-nos num

elemento nuclear de nossa pesquisa, que se expressa na mediação histórica de gênese, formação e perspectivas da Campanha (Inter) Nacional contra a ALCA (1998-2003).

Neste momento, prosseguimos com a proposta da pesquisa empírica e das mediações concretas sobre as quais objetivamos pesquisar, relacionando assim nossa estratégia de pesquisa de campo e nossos objetivos específicos não somente como “estudos de caso”, mas como articulações fundamentais entre concreto e abstrato, na perspectiva que reivindicamos, compreendendo a riqueza de dimensões que se manifestam em sua máxima expressão tão-somente através da “cultura do vivido” (Williams, 1989). Assim propomos compreender, nas suas dimensões descritiva e analítica: (a) O estudo de materiais coletivos envolvendo Cartilhas, Resoluções, Plenárias, Atas, Boletins, Site e Jornal da Campanha, cursos formativos e o que cada organização pertencente produziu até hoje sobre o tema; (b) Pesquisa de Campo, Observação-Participante e Enquetes Operárias a militantes de base e dirigentes (estaduais e nacionais) da Campanha, articulando dialeticamente o “objetivo” e o “subjetivo” desta forma.

Nossos objetivos específicos sintetizam-se em torno as seguintes perguntas sobre a Campanha Nacional contra o Acordo de Livre Comercio das Américas:

- . Quais são suas composição social, funcionamento, forma organizativa, processo decisório, origem do financiamento e materialização das propostas? Como recolhe a experiência da Campanha pelo Plebiscito Popular sobre a Dívida Externa 2000 (Semanas Sociais; “Grito dos Excluídos”; Fórum Terra, Trabalho e Cidadania)?

- . Quais são suas modalidades específicas – identidades, lideranças e práticas políticas – bem como suas potencialidades emancipatórias e as limitações e obstáculos que enfrentam no contexto das democracias capitalistas periféricas contemporâneas?

- . Enfrentam-se à institucionalidade política? Questionam os “limites históricos” da democracia burguesa dependente e sua subordinação ao imperialismo? Que natureza social e limites históricos atribuem ao governo Lula-Alencar? Como se posicionam frente ao mesmo: antes de eleito (enquanto possibilidade), durante as eleições e depois de eleito (considera-se parte do governo, dá apoio crítico ou reivindica autonomia oposição de esquerda em relação ao mesmo)?

- . Que concepção apresentam de sociedade e Estado brasileiros? Que críticas tecem à hegemonia neoliberal e à ALCA?

- . Propõem projetos históricos alternativos ao “processo, já em marcha, de anexação e recolonização de nossos povos”? Quais são eles? Como se apresentam? Que sujeitos reivindicam como protagonistas revolucionários da transformação social?

. Como concebem a democracia e o socialismo? Constituí-se como um momento significativo de acúmulo de forças e lutas sociais? Abre a possibilidade histórica da construção de uma contra-hegemonia alternativa e popular?

[Justificação da Proposta e Estado da Questão] A presente proposta insere-se num horizonte de distintas referências e angulações alusivas às mediações contraditórias e múltiplas determinações do fenómeno histórico em questão, as quais permitem-nos compreender o processo em movimento, intercambiando-se em relação às contradições que conformam a totalidade concreta.

- Os movimentos sociais são tratados, aqui, como ações mais ou menos organizadas que expressam, em última instância, interesses de classe. A luta por melhores salários, organizada pelo movimento sindical, ou a luta pela terra, organizada pelo MST e por outros agrupamentos de trabalhadores rurais, são expressão, respectivamente, dos interesses de trabalhadores assalariados e de camponeses. Isso não significa que a luta social reivindicativa de massas dos trabalhadores seja a mesma coisa que a luta pelo socialismo, mas, apenas, que tal luta decorre do lugar de classe ocupado pelos trabalhadores e que essa luta pode vir a fazer parte, dependendo das condições históricas, do eventual processo de constituição dos trabalhadores num coletivo de classe politicamente e ideologicamente unificado contra o Capital e sua Ordem.
- Os objetivos perseguidos pelos movimentos sociais e as possibilidades de vitória desses movimentos são determinados não só pela inserção social e econômica dos trabalhadores como também pelo amplo, complexo e multifacetado quadro geral das relações de classe vigentes, pelo Estado capitalista brasileiro e pela história recente do país. A análise desses movimentos sociais deve, então, tomar em consideração esse quadro amplo, e jamais se restringir ao universo aparentemente fechado, deste ou daquele movimento. (Cemarx/2000, ver Anexos)

Inserimo-nos em tal perspectiva à medida que, em amplo sentido, coincidimos com a concepção de movimentos e lutas sociais desenvolvidos mediante determinações que, em última instância, expressam as contradições estruturais e antagonismos sociais engendrados pela Ordem do Capital, o que se traduz ao longo da história através da luta de classes. A pesquisa social sobre a relação entre o Neoliberalismo e as Lutas Sociais desenvolvidas nos anos 90 ocupou boa parte da produção teórica e política de intelectuais e militantes brasileiros que se referenciam, de alguma forma e em alguma medida, na problemática marxista de Estado, Ideologia e Luta de Classes, apresentando como mediação principal a luta de idéias contra a

ofensiva burguesa neoliberal, fermentada por sua vez enquanto centralidade pelo ascenso do movimento das massas populares no Brasil e na América Latina. O que em parte nos diferencia da perspectiva destes diversos autores talvez seja nossa hipótese preliminar diretiva, que busca no processo histórico de “transição política conservadora” (Silva, cit.) – tal como o definimos anteriormente – as tendências primordiais que possibilitam o surgimento e consolidação da hegemonia do neoliberalismo no país. Os limites democráticos, por sua vez, constituem uma polêmica na esquerda brasileira e mundial; aqui referenciamos-nos especialmente em Moraes (2001) e Borón (1994). A ALCA e a “recolonização imperialista” são (e serão) trabalhados, centralmente, a partir das lutas sociais.

O ciclo histórico de curta duração que envolve nosso objeto de estudo compreende desde o nascimento até a expressiva vitória eleitoral nacional do PT, resultando na conquista do governo executivo do Estado brasileiro, 22 anos após sua fundação. Aqui torna-se de fundamental importância afastar-se de qualquer análise reducionista, unilateral ou simplesmente “impressionista” sobre o significado, conseqüências e desdobramentos da vitória de um operário metalúrgico e de um partido como o PT nas urnas. Neste sentido, a imensa produção documental, ensaística, jornalística, sociológica, historiográfica e investigativa sobre esta temática deve submeter-se a uma análise crítica que dê conta de suas “múltiplas determinações”. A “análise concreta de situações concretas”, como insistia Lenin, continua sendo o melhor recurso do qual se pode lançar mão para pôr em prática a décima-primeira tese marxiana sobre Feuerbach.

Se a unidade dialética dos contrários subjetividade e objetividade, presente na discussão epistemológica das ciências sociais, plantea a identificação entre sujeito e objeto da pesquisa, ainda que parcialmente, em função de serem ambos – em última instância –, produções históricas; no nosso caso este aspecto cobra especial importância. Tendo sido delegado do Curso de Formação do Comitê de São Paulo e ativista de base da Campanha Nacional contra a ALCA, torna-se necessário refletir por um instante de que forma esta condição é, em-si mesma, constituinte do eixo de problemas que envolvem nossa proposta de pesquisa. Aproveitamos a seguinte explanação como forma de indicar a perspectiva reivindicada para enfrentar tal “dilema” investigativo:

“...os fenômenos são objetivos, mas a essência só pode ser apreendida no relacionamento com a totalidade. E como estamos falando de fatos sociais, a totalidade é a história como autoprodução humana, totalidade que se abre em possibilidades cuja concretização depende dos sujeitos (...). Por isso, captar a essência implica, necessariamente, um grau de adesão ou solidariedade em relação a uma possibilidade determinada, tanto da totalidade histórica quanto do fenômeno que inserido nela vai adquirir seu sentido e significado” (Genro, 1987).

[Teoria Social, Marco Epistemológico e Questões de Método] A perspectiva teórica planteada neste projeto de pesquisa parte de uma concepção na qual mulheres e homens são sujeitos históricos e sociais – inseridos em sociedades que –, por sua vez, são nada mais e nada menos do que produções históricas dos mesmos. É através do trabalho social que mulheres e homens, situados em sociedades concretas, constroem as condições materiais de produção e reprodução de sua existência social. Desta forma, consideramos as idéias como “representações da realidade material” e a realidade material como “baseada em contradições que se expressam em idéias”. Em formulações marxianas, “o ser social determina a consciência”, e não o contrário.

- Torna-se necessário, dadas as configurações (teórico-metodológicas, epistemológicas e ontológicas) que reivindicamos para a produção social do conhecimento:

- Considerar a perspectiva de totalidade social e o processo histórico dos fenômenos (seu devir histórico-concreto, ou seja, sua historicidade);

- Distinguir entre o morfológico (aparência) e o estrutural (essência);

- Correlacionar de forma indivisível as determinações materiais e os fenômenos ideológicos no processo mesmo de “apreensão do real”, assim como considerar a dialética “singular-particular-universal” de processos e relações;

- Redefinir constantemente conceitos, categorias, variáveis e indicadores (como também métodos, técnicas e recursos de investigação) a partir do contexto histórico-social que se pretende estudar, tendo-o em conta de forma orgânica em nossa análise (Vassalo Lopes, 1990).

- A configuração sócio-econômica, cultural e ideológica que compreende a expressão política contemporânea do modo de produção capitalista e a hegemonia do neoliberalismo – bem como os processos de ofensivas militares em marcha, miséria absoluta e superconcentração de riquezas etc. –, exigem-nos uma perspectiva histórica totalizante no sentido de ultrapassar a compreensão que se nos apresenta enquanto expressões epifenomênicas, aparentes ou superficiais.

- Não é a objetividade evidenciada diretamente por nossos sentidos que constitui o “concreto”, mas sim a síntese de suas múltiplas determinações, “a unidade na diversidade”. Não obstante iniciemos – necessariamente – de sua imediaticidade num primeiro momento, somente superando-a dialeticamente alcançaremos a concretização material dos fenômenos sociais que objetivamos analisar – ou seja, em meio a suas contradições e antagonismos mais profundos –, realizando a síntese do conhecimento (Marx, 1857). Partimos, por tanto, de uma perspectiva histórico-estrutural da totalidade social enfocada nas relações sociais de produção, tomando

como mediação central a força de trabalho humana. A característica fundamental da espécie humana (universal) é a praxis. É de e pela praxis que mulheres e homens constroem e transformam a sociedade, e – apesar de em condições previamente determinadas – fazem História. Consideramos – no interior destas formulações da dialética materialista-histórica – que o conhecimento, ainda mais nas ciências sociais, é um processo imbricado em relações sociais contraditórias e é referenciado pela unidade dialética subjetividade-objetividade, bem como determinado por “conjuntos de estruturados de valores, representações, idéias e orientações cognitivas ... por uma perspectiva determinada (...) de classes sociais determinadas” (Löwy, 1996).

- O conhecimento, tal como o concebemos, envolve a indissociabilidade entre teoria e praxis, ou seja, uma compreensão teórica do mundo que implica uma praxis social e uma praxis social que depende organicamente desta compreensão. A validade teórica, na perspectiva marxiana, deve ser demonstrada mediante a praxis. Aqui se abre a possibilidade de comprovar a unidade dialética entre as dimensões lógica e social da investigação. “Conclamar as pessoas a acabarem com as ilusões acerca de uma situação é conclamá-las a acabarem com uma situação que precisa de ilusões”. (Marx, s/d.)

CAPÍTULO 1 – DO COLAPSO DA ORDEM DE BRETTON WOODS AOS PROGRAMAS DE AJUSTE ESTRUTURAL: CAPITAL *VERSUS* TRABALHO

Voltando atentamente o olhar para o último quartel do séc. XX, observaremos que a manifestação fenomênica da *redução tendencial da taxa de lucro* e a crise de acumulação (e reprodução) capitalista, que já se apresentam internacionalmente desde a década de 1970, são indicativos imprescindíveis para apreendermos as coordenadas sócio-históricas que conformam as expressões político-ideológicas atuais do capitalismo, em crise *estrutural*. No segundo pós-guerra, observamos a consolidação do *Estado de Bem-Estar Social* (“*Welfare State*”) nos centros nervosos de acumulação capitalista – na Europa Ocidental e, em alguma medida, também nos EUA (“*New Deal*”) –, manifestação político-econômica do padrão de acumulação de capital baseado na forma de produção social taylor-fordista – um “instrumento da criação de uma disciplina operária através da perda da sua subjetividade classista” (Dias, 1998) –, apresentando como substrato ideológico a “Guerra Fria” (“*Cold War*”) e, como expressão subjetiva e *modo de vida* correlatos, o fenômeno histórico do denominado *americanismo*. Como ponto de partida, temos que o taylor-fordismo constitui-se como modo de organização do processo de trabalho criado no início do séc. XX com o objetivo mesmo de intensificar o processo de extração de mais-valia relativa através da expropriação do *saber-fazer* operário. Expropriação esta que decorre do aprofundamento da alienação entre o trabalho intelectual (concepção) e o trabalho manual (execução) que é característica imanente ao Capital. Trata-se, *ipso facto*, de uma rica totalidade de determinações e relações várias:

[...] o interesse de Leon Davidov [L. Trotsky] pelo americanismo; seus artigos, suas pesquisas sobre o *byt* [“modo de vida”] e sobre a literatura; estas atividades eram menos desconexas entre si do que poderiam parecer, pois os novos métodos de trabalho estão indissolivelmente ligados a um determinado modo de viver, de pensar e de sentir a vida; não é possível obter êxito num campo, sem obter resultados tangíveis no outro. Na América, a racionalização do trabalho e o proibicionismo estão indissolivelmente ligados: os inquéritos dos industriais sobre a vida íntima dos operários, os serviços de inspeção criados por algumas empresas para controlar a “moralidade” dos operários são necessidades do novo método de trabalho. Quem risse destas tentativas (mesmo que falidas) e visse nelas apenas uma manifestação hipócrita de “puritanismo”, estaria desprezando qualquer possibilidade de compreender a importância, o significado e o *alcance objetivo* do fenômeno americano, que é *também* o maior esforço coletivo realizado até agora para criar, com rapidez incrível e com uma consciência do fim jamais vista na História, um tipo novo de trabalhador e de homem. (GRAMSCI, 1968, grifos no original)

Durante a *Conferência de Bretton Woods* são criados o Banco Mundial e o FMI; os EUA detêm, desde então, *o controle férreo da ordem financeira internacional*²³. A construção da *Ordem de Bretton Woods* visava estabelecer parâmetros para a acumulação capitalista no imediato pós-guerra – no sentido da restauração dos mercados das economias domésticas europeia e japonesa – e, paralelamente, dar-lhes sentido estratégico a médio e longo prazo ao redor de um novo padrão de reprodução ampliada do Capital. Vejamos, então. White, representante da delegação estadunidense, objetivava tão-somente consagrar a expansão da supremacia capitalista norte-americana, amplamente avalizada na arena militar e impulsionada pela guerra interimperialista. Keynes, por outro lado, defendia os interesses de uma potência imperial que vivia o ocaso de sua hegemonia – a Inglaterra –, mediante a sustentação de um sistema financeiro regulatório favorável às políticas de pleno emprego e incremento da demanda através da mediação do Estado, no cenário desolador da Europa do segundo pós-guerra. Em verdade, *há mais coisas entre o céu e a terra* do que pode suspeitar a *vã filosofia* daqueles que retratam os *trinta anos dourados* do capital monopolista de forma “desnecessariamente edulcorada”²⁴. A configuração histórico-concreta das condições objetivas da expansão capitalista, possibilitadas pela destruição de forças produtivas em ampla escala proporcionadas pela segunda guerra – as quais logo, como constatamos atualmente, ver-se-iam corroídas – foram amplamente financiadas pela dominação imperialista sobre o capital periférico e, sobretudo, sob a super-exploração da força de trabalho do proletariado urbano. Se por um lado a seguridade social pode ser atribuída às conquistas operárias da Europa Ocidental, não convém desprezar o poderio de neutralização material e ideológica das concessões do *Welfare State* sobre os trabalhadores europeus – mediante a *adesão ativa* dos partidos social-democratas e comunistas à Ordem do Capital – frente à ameaça da expropriação revolucionária do capital que varreu, como

²³ Em nossa incursão sobre este período histórico, determinado e determinante, desde o ponto de vista de nossa investigação, vale lembrar a seguinte ressalva realizada por Mészáros sobre a relação entre infra e superestruturas: “as afirmações de Marx sobre o significado da economia só fazem sentido se formos capazes de apreender sua idéia de ‘interações complexas’, nos mais variados campos da atividade humana. Desse modo, as várias manifestações institucionais e intelectuais da vida humana não são simplesmente ‘construídas sobre’ uma base econômica, através de uma estrutura própria, imensamente intrincada e relativamente autônoma. ‘Determinações econômicas’ não existem fora do complexo historicamente mutável de mediações específicas, incluindo as mais ‘espirituais’” (Mészáros, 1993). Em Gramsci (1975), encontramos a crítica ao determinismo economicista: “Não é verdade que a filosofia da práxis ‘separa’ a estrutura das superestruturas, pelo contrário, concebe seu desenvolvimento como intimamente vinculado e necessariamente inter-relacionado e recíproco”. E no que se refere aos desdobramentos político-práticos do *evolucionismo econômico*, Trotsky, que foi um tenaz opositor desta tendência objetivista – a qual impregnava de *reformismo político* tanto a *social-democracia* quanto o *estalinismo* – “repetidas vezes contestou a tentativa de derivar os fenômenos políticos diretamente da economia, a crise política da crise econômica [...] em 1935, no artigo ‘Uma vez mais, aonde vai a França?’: ‘Não há nenhuma crise que, por si mesma, possa ser ‘mortal’ para o capitalismo. As oscilações da conjuntura criam somente uma situação na qual será mais fácil ou mais difícil para o proletariado derrotar o capitalismo. A passagem da sociedade burguesa para a sociedade socialista pressupõe a atividade de pessoas vivas, que fazem sua própria história” (Bianchi, 2002c, grifos nossos).

²⁴ Como certa vez sugeriu-nos Arcary, quando palestrava sobre as diversas vagas revolucionárias do séc. XX, durante a abertura do *II Ciclo de História do Marxismo* (Campinas: Cemarx-UNICAMP e ILAESE, 2004b).

rastilho de pólvora, um terço da superfície terrestre do turbulento segundo pós-guerra. Bretton Woods, desta forma, definiu a dinâmica do capital que Ialta e Potsdam tratariam – *sob o auspício da burocracia usurpadora do Kremelin moscovita* – de assegurar, manter e, no limite, *institucionalizar*.

Passado a guerra e a época nazi-fascista, a maior parte da Europa viveu uma era de “social-democratização”. *Para impedir a expansão russa foi necessário antecipar-se a ela. Face àquela alternativa, fortíssima no imaginário dos trabalhadores, foi necessário ir além e construir os ‘direitos sociais’, os mecanismos compensatórios do Welfare State combinados com o keynesianismo. Esse conjunto de medidas de contratendência permitiu compatibilizar a dinâmica da acumulação e da valorização capitalista. E, em um mesmo movimento, garantiu direitos políticos e sociais mínimos, o que possibilitou, com bastante êxito, a integração dos trabalhadores à ordem capitalista via redução destes à perspectiva econômico-corporativa. (DIAS, 1998, grifos nossos)*

O período envolvido evidencia a intensificação da concorrência interimperialista, encabeçada por corporações alemãs e japonesas que, conseqüentemente, reduz a margem de lucro norte-americana. Em resposta (capitalista) à crise e para manter o nível de acumulação e concentração, *o capital monopolista intervém no sentido de intensificação crescente da exploração dos trabalhadores, redução salarial e elevação dos índices de desemprego estrutural*. Entre 1971 e 1973, o colapso da *Ordem de Bretton Woods* e uma aguda crise monetária – expressada cabalmente pela quebra da paridade entre o dólar e o ouro no mercado internacional após o impasse do petróleo – são desencadeados pelos Estados Unidos durante o governo Nixon. Assim desenvolve-se um processo no qual se agudiza a luta de classes e os antagonismos sociais no âmbito dos Estados nacionais, enquanto que, internacionalmente, cresce a desregulamentação dos capitais produtivos transnacionais acompanhada da expansão, liberalização e mundialização dos capitais financeiros (conforme Lenin, fusão de capital bancário e industrial). Em resposta à *crise estrutural do capital*, os centros nervosos de acumulação capitalista – EUA à frente – liberalizam os mercados financeiros multiplicando, dessa maneira, as possibilidades de investimento. Assim, com o apoio e sustentação do rápido desenvolvimento das tecnologias da informação e da comunicação (como computadores e satélites, por exemplo), uma enorme massa de capitais, sob a forma financeira, passou a percorrer o mundo em busca de oportunidades de valorização. *No sentido de garantir, proteger e expandir o campo de obtenção de lucro para o capital financeiro ocorre a redefinição do papel de instituições financeiras internacionais, como o FMI; e a criação de órgãos multilaterais, como a OMC* (Brenner, 1999). O FMI e o Banco Mundial vão desempenhar um papel internacional *superdimensionado*, em decorrência da chamada “crise da dívida externa”. Especialmente a partir dos anos 80 do século passado esta crise vai incidir sobre o operariado, os

trabalhadores e a imensa maioria da população dos países “periféricos” – *na forma de arrocho salarial, desemprego massivo e pauperização absoluta dos setores assalariados* – em decorrência dos ditos “empréstimos”, endividamento este que havia sustentado artificialmente o chamado “milagre brasileiro”, realizados anteriormente nas décadas de 1960 e 1970. A restauração capitalista da ex-URSS²⁵ e do Leste Europeu – processos há muito em curso, estimulados por seus próprios dirigentes, que *não* podem ser identificados de forma peremptória ou unilateral com as revoltas populares que questionavam a *deterioração das condições de vida, a degeneração burocrática e a bonapartização estatal*²⁶ – vão alcançando contornos de ruptura a partir do fim da planificação econômica, das formas de propriedade social e do monopólio estatal sobre o comércio exterior desenvolvidos até então nestas formações econômico-sociais. A *ilusão reformista* alentada pela burocracia sindical – além dos próprios partidos trabalhistas, social-

²⁵ Longe de esgotar num só enunciado político-epistemológico as vicissitudes da construção do primeiro Estado operário da história da humanidade após a experiência histórica da Comuna de Paris – a *União das Repúblicas Socialistas Soviéticas* (URSS) – em seus diversos momentos e conjunturas, especialmente em seu período de *desenvolvimento revolucionário* (1917-1924), preferimos privilegiar a expressão política e a respectiva relação mantida com as coordenadas histórico-culturais consideradas. Neste sentido, cabe ressaltar alguns aspectos da situação concreta enfrentada nos primeiros anos da transição socialista no que se refere, por exemplo, ao debilitamento da classe operária em face à sanguinária contra-revolução promovida por dezessete exércitos imperialistas – derrotados um a um pelo Exército Vermelho, sob a direção político-militar de León Trotsky – ao atraso material de uma Rússia semifeudal, com uma imensa população de camponeses e trabalhadores rurais e, fundamentalmente, à derrota dos processos revolucionários europeus, sobretudo em regiões como a Alemanha e a Hungria. Já de saída, as dificuldades, gigantescas, avolumavam-se. O que *não justifica*, em nenhuma hipótese e sob quaisquer circunstâncias, a contra-revolução – sob a égide *estalinista* – que se seguiria. *O estalinismo, não há dúvidas, está para a Revolução Russa (1917) assim como Napoleão está para a Revolução Francesa (1789).*

²⁶ Tornou-se notório lugar-comum entre as esquerdas em todo o mundo associar a queda do Muro de Berlim, em 1989, os levantamentos populares do Leste Europeu e a implosão da União Soviética ao que seria uma grande derrota da *revolução socialista*, como projeto social e do *proletariado*, como sujeito histórico – que haveria mudado drasticamente a correlação de forças do segundo pós-guerra – permitindo, dessa forma, a contra-ofensiva imperialista que, por sua vez, possibilitara as hegemonias política, econômica e militar norte-americanas expressadas pela “globalização” e pelo “neoliberalismo” que se abateram sobre a esquerda e as classes subalternas de todo o mundo. Tal ponto de vista social apóia-se numa avaliação que considera a *nomenklatura* estalinista – casta dirigente da URSS já a partir de meados da década de 1920 – como defensora da propriedade nacionalizada dos meios fundamentais de produção social e – mais importante – seu respectivo controle operário, quando, na verdade, não fazia nada mais do que se reproduzir socialmente garantindo privilégios sugados vampirescamente pela administração burocrática da União Soviética. Entre as tarefas que constam na ordem do dia, urge um acerto de contas com o passado – desde uma perspectiva histórico-dialética marxista e mediada pela *práxis revolucionária* –, numa caracterização onde não haja lugar para titubeios ou vacilações. *Estabelecer este fio condutor vermelho e fundamental entre passado e presente – afirmando a memória histórica, de classe e de luta – deve constituir-se como eixo essencial e razão de ser de todos aqueles e aquelas que reivindicamos a vigência histórica e a atualidade crítica da tradição revolucionária.* Inclusive como condição *imprescindível* para nos postularmos – por certo, coletivamente – enquanto referencial de leitura crítica, arguidora e antideterminista / antidogmática do legado deixado pelo movimento operário socialista e pelos clássicos marxistas dos passados séculos XIX e XX, em especial perante os trabalhadores e a juventude que nasceram para as lutas sociais no pós-89. Conquistar mentes e corações entre as novas gerações de trabalhadores, ativistas e jovens rebeldes – desde este horizonte crítico de continuidade e ruptura – destaca-se como condição *imprescindível* para superar a terrível *crise de direção revolucionária* que assola a humanidade e na qual se debate o movimento operário e popular deste começo de século, pleiteando-nos assim à altura da resolução da tarefa fundacional do movimento comunista internacional, expressada a ferro e a fogo como “*a constituição do proletariado enquanto classe*” no Manifesto de 1848. *Reivindicar a Revolução de Outubro, em resumo, é defendê-la daqueles que se converteram em seus mais vis algozes. Não denunciá-los perante a classe, é renunciar de antemão à luta ideológica pela estratégia revolucionária junto àqueles que “carregam o futuro em suas mãos”, nas palavras de Marx e Engels (1848).*

democratas e comunistas que a constituem – havia acabado definitivamente, *já que irreversivelmente soterradas suas bases de sustentação histórica e material*. A História é implacável (Elliot, 1998).

1.1 Neoliberalismo, Crise Estrutural e Consenso de Washington: primeiros delineamentos

A partir de então se evidencia de forma mais acabada – ainda que em termos absolutamente gerais – a expressão da totalidade concreta e multideterminada, *histórica e estruturalmente*, do capitalismo contemporâneo em crise que conhecemos, genericamente, por *neoliberalismo*. A crise compreende *aspectos estruturais mesmos do sistema de produção material e reprodução ideológica sociometabolizante da Ordem do Capital*, relacionados às suas autocontradições mais profundas²⁷. Em Marx pode-se observar que existe uma implicação intrínseca à dinâmica do modo de produção capitalista que se traduz como “tendência ao desenvolvimento absoluto das forças produtivas”, a qual se realiza “independentemente das condições sociais nas quais a produção capitalista se efetua” (Marx citado por Silva, 2001). Ou seja, o *desenvolvimento absoluto das forças produtivas* nada mais é do que a *maximização extrema dos lucros*, obtida com – *desde o ponto de vista da lógica imanente da Ordem do Capital* – a máxima redução dos “custos” de produção, ou seja, *explorando cada vez mais*

²⁷ O debate sobre a *crise estrutural do capital* – competentemente problematizada por Antunes (2002), Mészáros (2002), Brenner (1999) e Chesnais (1996) – traz à tona uma *contradição fundamental do modo de produção dominante*, relacionada à *composição orgânica do capital* e, notoriamente, à *lei da queda tendencial da taxa de lucro*. Compreendida – a crise – a partir de abordagens diversas mantém-se, porém, o marco referencial de uma ruptura ocorrida com as formas de acumulação desenvolvidas anteriormente à década de 1970, correspondente à exaustão do dito *consenso keynesiano*, que esgota sua possibilidade histórica de desenvolvimento das forças produtivas no sentido da expansão progressiva do processo civilizatório, de forma *estrutural* e numa abrangência *sistêmica*, perspectivas estas que se aproximam diretamente da formulação de Karl Marx, no Livro III d’*O Capital*, sobre uma crise secular intrínseca à lógica do capital e – de forma mediatizada, em torno aos seus desdobramentos e incidência teórico-política sobre as lutas de classes – à subsequente disjuntiva histórica implicitamente *anunciada* pelo mesmo Marx e explicitamente *enunciada* por Rosa Luxemburgo: *socialismo ou barbárie*. Trata-se de compreender as tendências inerentes a um modo de produção *determinado* num estágio *concreto* de seu desenvolvimento contraditório, em suas dimensões lógicas e históricas. “Como, por um lado, o seu dinamismo se encontra diretamente associado à taxa de lucro derivada de sua aplicação produtiva e como, por outro, esse benefício depende da possibilidade de extrair a maior fatia possível do valor criado pelo trabalho; quanto menor é a proporção do mesmo no processo de produção (dominado cada vez mais pela importância do capital constante), maior é o grau de exploração do trabalhador necessário para obter um aumento no lucro para uma dada quantidade de capital” (Coggiola, 1998). Para além dos desdobramentos aqui contidos, remetemos o/a leitor/a interessado/a para uma interessante coletânea sobre as tendências e crises do capitalismo contemporâneo, produzida a partir do Seminário de Estudos Marxistas na *Maison des Sciences de l’Homme*, em Paris, a partir de 1998. A edição brasileira – promovida pelo Cemarx-UNICAMP e pela Xamã Editora – traz colaborações de François Chesnais, Immanuel Wallerstein, Michel Husson, Claude Serfati, Catherine Samary, Jean Magniadas, Gérard Duménil e Dominique Lévy sob o provocativo título de *Uma nova fase do capitalismo?* (Chesnais, 2003). Já sobre os “nexos profundos” entre capital e crise n’*O Capital*, em sua dimensão lógico-dialética, recomendamos a detida análise de Grespan em *Capital e Crise: os desafios da teoria* (Grespan, 2004).

absolutamente o sobretrabalho social daqueles e daquelas que produzem valor e reproduzem as condições materiais de existência concreta do gênero humano, qual seja, o proletariado moderno ou, conforme a *noção ampliada* de Antunes (2002a), *a classe-que-vive-do-próprio-trabalho*. Os movimentos de superfície – mormente apresentados como problemas de taxas de juros, crise fiscal, “bolhas financeiras” etc. pelo *journalisme de marché* (Sangermano Valejo e Della Santa Barros, 2002) – desta maneira, são apenas mediações para compreender as determinações fundamentais da produção (e reprodução) capitalista. De forma sumária, e ainda bastante inicial, parece-nos fundamental destacar que *a crise tem sua gênese no modo de produção mesmo*, em-si, e não na epiderme fenomênica de sua totalidade social. Assim, quais elementos e particularidades compõem o *neoliberalismo* – em sua historicidade concreta – ao longo dos anos em que se haveria conformado?

A expressão internacional do *neoliberalismo* pode ser confirmada – nos países de capital periférico – pelo aumento progressivo da dependência dos países latino-americanos ao FMI e aos EUA, devido a um gigantesco aumento e crise da dívida externa, à desnacionalização e privatização do patrimônio público e à abertura ampla e irrestrita do mercado para as empresas do grande capital internacional. As políticas neoliberais e os ajustes estruturais implementados pelos governos da América Latina durante as últimas décadas – em especial 1980 e 1990, até os dias de hoje – significaram um duro golpe para a classe operária e o conjunto dos trabalhadores de seus respectivos países. Investimentos em áreas sociais como saúde, educação, previdência e infra-estrutura, foram drasticamente reduzidos – sucateando os sistemas públicos de assistência social e piorando em muito as já precárias condições de vida da maioria da população. Ainda, a desregulamentação das relações de trabalho e dos direitos sociais – *conquistas históricas do movimento operário* – elevaram os já exorbitantes índices de desemprego estrutural e radicalizaram o quadro de contradições sociais e miséria absoluta na América Latina combatendo, de forma sistemática e generalizada, os trabalhadores e o movimento sindical. “Para isso seria necessária uma disciplina orçamentária, com a contenção dos gastos com bem-estar, e a restauração da taxa ‘natural’ de desemprego, ou seja, a criação de um exército de reserva de trabalho para quebrar os sindicatos” (Anderson, 1995).

A chegada da grande crise do modelo econômico do pós-guerra, em 1973, quando todo o mundo capitalista avançado caiu numa longa e profunda recessão, combinando, pela primeira vez, baixas taxas de crescimento com altas taxas de inflação, mudou tudo. A partir daí as idéias neoliberais passaram a ganhar terreno. As raízes da crise, afirmavam Hayek e seus companheiros, estavam localizadas no poder excessivo e nefasto dos sindicatos e, de maneira mais geral, do movimento operário, que havia corroído as bases de acumulação capitalista com suas pressões reivindicativas sobre os salários e com sua pressão parasitária para que o Estado aumentasse cada vez mais os gastos sociais. Esses dois processos destruíram os níveis necessários de lucros das empresas e desencadearam

processos inflacionários que não podiam deixar de terminar numa crise generalizada das economias de mercado. O remédio, então, era claro: manter um Estado forte, sim, em sua capacidade de romper o poder dos sindicatos e no controle do dinheiro, mas parco em todos os gastos sociais e nas intervenções econômicas. A estabilidade monetária deveria ser a meta suprema de qualquer governo. (ANDERSON, *idem*)

O estabelecimento do *neoliberalismo político* foi ditado desde o *Consenso de Washington*, enquanto projeto histórico-político *sob o comando do grande capital financeiro internacional*, consolidando-se na América Latina – e no Brasil, em específico – *a partir de um bloco histórico conservador formado majoritariamente pela burguesia e setores intelectuais, técnicos e administrativos das camadas médias organicamente relacionadas ao Estado brasileiro, a centros de pesquisa, às empresas e, ao fim e ao cabo, às classes dominantes no país, atreladas que estão, visceralmente, ao imperialismo norte-americano*. Consideramos também a existência de determinado “impacto popular” da *hegemonia neoliberal*, como se verá a seguir, precariamente difundido – *mediante artifícios complexos de alusão/ilusão* perante as classes dominadas e em função da *crise política, ideológica e organizativa da esquerda revolucionária* – também entre parte dos trabalhadores urbanos, direta ou indiretamente envolvidos na produção de mais-valor (Boito, 2000 e Trotsky, s/d.a).

O famigerado *Consenso de Washington*, celebrado em novembro de 1989, trata-se de uma reunião na capital federal estadunidense – convocada pelo *Institute for International Economics* sob a convocatória temática de *Latin American Adjustment: How Much has Happened?* (IIE, Washington D.C., 1989) – da qual participaram funcionários de alto escalão do governo estadunidense, representantes de organismos multilaterais originários da *Ordem de Bretton Woods*, como o FMI e o Banco Mundial, além de economistas especializados na América Latina. Tratava-se de avaliar e decidir que políticas econômicas seriam aplicadas – *sugeridas ou impostas* – na região. “A mera enumeração dos dez pontos contidos no Consenso de Washington [...] é suficiente para demonstrar que ele forneceu a base ideológica e programática do governo FHC e, em geral, de todos os governos que se alinharam aos Estados Unidos ao longo dos anos 90” (Arbex, 2003). O relatório integra formulações, antes esparsas e não-sistematizadas, oriundas de diversas fontes, agências e organismos multilaterais – principalmente os supracitados – que haviam orientado os *ajustes estruturais* durante os anos 80 em diversos países da América Latina. “Embora com formato acadêmico e sem caráter deliberativo”, tal consenso expressa de maneira inequívoca projeções concretas para a produção normativa e contra-reformas *institucionais* – e, portanto, *jurídico-políticas* – próprias da *hegemonia neoliberal*, documentadas de forma cabal pelo que se tornou conhecido como *Decálogo de Washington* (Batista, 2001).

Segue uma sinopse – com o objetivo de melhor situar-nos em meio a este movimento histórico – do que se tornou a manifestação político-programática mais notória dos *programas de ajuste estrutural* na América Latina, resultante e síntese formulada em Washington D.C.: (i) disciplina fiscal através da qual o Estado deve limitar seus gastos à arrecadação, eliminando déficit público; (ii) corte radical dos subsídios públicos e “focalização” dos gastos estatais em educação, saúde e infra-estrutura social; (iii) reforma tributária que amplie a base social contribuinte sobre a qual incide a carga tributária [taxando-se, portanto, os contingentes mais pobres], com maior peso nos impostos indiretos e menor, progressivamente, nos impostos diretos; (iv) elevação das taxas de juros e liberalização financeira, com o fim das restrições que impeçam instituições financeiras internacionais de atuar em desigualdade com as nacionais e o afastamento do Estado do setor [para atrair “investimentos” do capital externo]; (v) taxa de câmbio competitiva com a desvalorização das moedas nacionais; (vi) liberalização do comércio exterior, com redução de alíquotas de importação, eliminação de tarifas alfandegárias e estímulos à exportação, visando impulsionar a globalização econômica; (vii) eliminação de restrições ao capital externo, permitindo o investimento externo direto [IED, *em benefício das multinacionais*]; (viii) privatização, venda e desnacionalização de empresas estatais; (ix) desregulação/desregulamentação das economias nacionais, com redução / abolição da legislação de controle público do processos econômicos e das relações de trabalho; e, finalmente, (x) garantias ao direito de propriedade intelectual [leis de patentes, garantia do controle privado transnacional do desenvolvimento tecnológico-industrial etc.] (Williamson citado por Arbex, *idem*, comentários nossos). Como ficará cada vez mais evidente, não há nada de “natural” ou “espontâneo” – já seja o *Espírito Absoluto* de Hegel, a *Mão Invisível* de Smith ou o *Fim da História* de Fukuyama – a justificar as formas de existência, *históricas e concretas*, assumidas pelo capitalismo em sua fase atual. Neste sentido, quais seriam seus eixos e momentos constitutivos mais importantes?

1.2 Hegemonia Neoliberal, Crise do Capital e Limites Democráticos no Brasil

Consideramos a *hegemonia neoliberal* (Boito Jr., 1999 e Anderson, 1995) como “uma nova hegemonia burguesa no Brasil, unificando o bloco no poder em torno da plataforma neoliberal e obtendo a adesão de parte dos trabalhadores às propostas de abertura comercial, de privatização e desregulamentação, que são os pilares do neoliberalismo. [...] Trata-se de uma hegemonia que poderíamos considerar regressiva, já que não atende os interesses econômicos

mínimos dos trabalhadores, e que, por isso, além de gerar uma adesão superficial e muitas vezes passiva por parte dos trabalhadores, fomenta a luta e a revolta em importantes segmentos desse mesmo setor social. A hegemonia regressiva do neoliberalismo é, por isso, instável, mas tem sido suficientemente forte para possibilitar a implantação e consolidação das chamadas ‘reformas orientadas para o mercado’” no país (Boito Jr., 2002). Em termos internacionais, partimos fundamentalmente da análise sócio-histórica desenvolvida por Anderson sobre a *hegemonia neoliberal*. “O que demonstravam estas experiências era a hegemonia alcançada pelo neoliberalismo como ideologia. No início, somente governos explicitamente de direita radical se atreveram a pôr em prática políticas neoliberais; depois, qualquer governo, inclusive os que se auto-proclamavam e se acreditavam de esquerda, podia rivalizar com eles em zelo neoliberal”, ou, em formulação mais contundente, “o neoliberalismo alcançou êxito num grau com o qual seus fundadores provavelmente jamais sonharam, disseminando a simples idéia de que não há alternativas” (Anderson, 1995).

A concepção materialista-dialética da História, desenvolvida por Marx e Engels a partir de meados da década de 1840 é o que nos fundamenta – nas mais diversas dimensões de *apreensão do real* –, já seja enquanto *método* ou teórica, política, epistemológica e histórico-ontologicamente. Ao longo do percurso argumentativo, apresentamos conceitos teóricos e operativos – *tais como Estado, aparelhos repressores, ideologia e hegemonia* –, os quais se inserem claramente na *perspectiva marxista*, compreendendo-a em sua *multiplicidade* de concepções e matizes, “uma perspectiva teórica e metodológica embasada num complexo categorial necessariamente aberto e inconcluso, comportando uma diversidade muito ampla de desenvolvimento” (Netto, 1980). Torna-se necessário referenciá-los (conceitos), portanto, em relação ao que a caracteriza (problemática) fundamentalmente, sem que isto resulte, inicialmente, em maiores aprofundamentos. Em primeiro lugar, concebemos os aparelhos do Estado moderno e a instituição estatal-liberal em sua historicidade concreta, ou seja, *considerando sua gênese e desenvolvimento organicamente vinculados aos interesses de dominação de uma classe minoritária sobre a maioria da população explorada e socialmente oprimida*. “O governo do Estado moderno não é mais que uma junta que administra os negócios comuns de toda a classe burguesa” (Marx e Engels, 1998). Weber (citado por Tragtenberg, 1997) – ao qual não se pode acusar propriamente de “anticapitalista” – assinala uma caracterização inevitavelmente *coercitiva e opressora do Estado* quando o define como “uma comunidade humana que se atribui (com êxito) o monopólio do uso legítimo da força física dentro de um determinado

território”, no qual “a relação entre Estado e violência é especialmente íntima”. À frente precisaremos a concepção marxista do Estado²⁸.

De qualquer forma, *a violência estatal constitui-se como aspecto fundante e estrutural de sua própria formação histórica* e é nesta dimensão que se insere o que Althusser (1970) compreende como os *aparelhos repressivos do Estado*: a exemplo das polícias civis-militares, do sistema carcerário e das forças armadas. De qualquer forma, porém, *as formas de dominação estruturadas no Estado não se resumem a seu aparelho coercitivo* e podem – no interior de limites estruturais previamente determinados – variar historicamente. Ainda, deve-se ressaltar, existe uma *divisão internacional do trabalho* que diferencia qualitativamente o papel que cabe aos distintos Estados no que se configura através da lógica internacionalista do modo de produção capitalista. Em última instância, as relações exteriores se expressam cabalmente como relações de dominação e exploração ou, enfim, *relações de classe*. O antagonismo de classe – ou as “desigualdades sociais”, como preferem muitos – não se restringe aos “solos nacionais”, expressando-se dialeticamente, também, *sobre a arena internacional*. Não obstante consideremos que a fulcralidade da *violência estrutural* da dominação classista centralizada pelo Estado burguês, a reprodução material e ideológica das relações de produção próprias da Ordem do Capital opera, também, “pela palavra” (Althusser, 1970).

A reprodução da força de trabalho não exige somente uma reprodução de sua qualificação, mas ao mesmo tempo uma reprodução de sua submissão às normas da ordem vigente, isto é, *uma reprodução da submissão dos operários à ideologia dominante por parte dos operários e uma reprodução da capacidade de perfeito domínio da ideologia dominante por parte dos agentes da exploração e repressão, de modo a que eles assegurem também “pela palavra” o predomínio da classe dominante*. [...] Aprende-se na escola as “regras” do bom comportamento, isto é as conveniências que devem ser observadas por todo agente da divisão do trabalho conforme o posto que ele esteja “destinado” a ocupar; as regras de moral e da consciência cívica e profissional, o que na realidade são regras de respeito à divisão social-técnica do trabalho e, em definitivo, *regras de ordem estabelecida pela dominação de classe*. (ALTHUSSER, 1970, **grifos nossos**)

²⁸ As amplamente diversas concepções teóricas marxistas – *conjuntos diferenciados de teses e conceitos* – sobre o Estado, a ideologia e a luta de classes desenvolvem-se, contudo, a partir de uma problemática comum. Para compreender a teoria propriamente marxista deve-se buscar apreender a unidade profunda na qual se insere; considerá-la junto ao continente epistemológico no qual reside, qual seja, a problemática ou *conjunto de perguntas* do qual são expressão e momento constitutivo (Althusser, 1962). Desta forma, não privilegiamos algo como um (pré) suposto “verdadeiro marxismo” – fetichização fantasmagórica que certamente causaria cólera e ojeriza aos próprios fundadores do materialismo histórico – a funcionar como eixo norteador e aferir “ortodoxia” maior ou menor, em relação aos clássicos marxistas. Aliás, o próprio conceito de “ortodoxia marxista” – em seus momentos de método, episteme e “ontologia” – divide pontos de vista no interior do campo marxista. Trocando em miúdos, não subscrevemos a mistificação de um pretenso “marxímetro”, a detectar maior ou menor fidelidade às formulações marxistas histórico-clássicas. Interessa-nos, contudo, apreender a forma como “essas concepções procuram responder à questão de saber quais são as relações mantidas pelo Estado e pela ideologia com as classes sociais e seus interesses” (Boito Jr. et. al., 2000).

1.2.1 O neoliberalismo político e a “reestruturação produtiva”: dupla ofensiva contra os trabalhadores

A síntese contraditória de múltiplas determinações que representa o *neoliberalismo* – “abstrato”, enquanto *uma série complexa de concretos* (Ilyenkov, 1982) –, surgida na cena histórica após a crise estrutural-capitalista de meados dos anos 70, apresenta-se pelo menos em três planos dialeticamente inter-relacionados: (i) doutrina teórica referenciada pela economia neoclássica, pelo monetarismo ortodoxo e pela Escola da Escolha Racional; (ii) movimento político associado geralmente às gestões de Margareth Thatcher, na Inglaterra, Ronald Reagan, nos Estados Unidos, e ao General Pinochet, no Chile e, enfim, (iii) programa político-prático aplicado amplamente pelos governos de turno do “centro” e da “periferia” da Ordem do Capital. Não obstante a complexidade da relação entre infra e superestrutura, contingencial e orgânico e concepção e prática para a compreensão do “capitalismo neoliberal” – análise exegética e exaustiva realizada, em diferentes níveis e perspectivas diversas, por Anderson (1995), Bianchi (1996), Boito (1999) e outros –, consideramos que a mediação do *neoliberalismo político* – apreendida a partir da *problemática marxista de Estado, ideologia e luta de classes* – permite-nos compreender a função do Estado capitalista no sentido de organizar e defender os interesses da classe dominante nos diferentes momentos históricos à medida que: (i) a ampla atuação no que se refere à dimensão material, ideológica e jurídico-política do processo de exploração do trabalho assalariado garante o aumento da taxa de extração de mais-valia, através da *desregulamentação ativa* das relações de trabalho; (ii) a redução de sua intervenção em áreas como saúde, educação e infra-estrutura social – através de processos de *privatização / desnacionalização* mediados pelo Estado – viabiliza ao capital privado a cristalização de novos nichos de acumulação capitalista e (iii) a *abertura comercial / desregulamentação financeira* possibilita a realização do mais-valor nas atuais circunstâncias históricas. O neoliberalismo trata-se, portanto, de uma *ofensiva burguesa* – expressão da *luta de classes* incidindo sobre as *classes em luta* – que, por sua vez, configura uma situação na qual a resultante da correlação de forças sociais em presença favorece amplamente o capital e suas demandas objetivas, em especial suas frações financeiras (Galvão, 2002). De acordo com esta caracterização, a dinâmica de reprodução e acumulação no capitalismo contemporâneo constitui-se em *determinação fundamental e sustentação material* para o *neoliberalismo*, considerado – como colocamos – enquanto expressão da *luta de classes* que, simultaneamente, incide sobre as *classes em luta*;

configurando e reconfigurando as relações sociais²⁹, *função cumprida central e majoritariamente – com incrível eficácia – pelos próprios aparelhos do Estado burguês.*

O sistema sociometabólico de produção capitalista reproduz-se, contudo, em meio a uma profunda *crise estrutural*, para além das *crises cíclicas* que compõe seu desenvolvimento histórico. A noção de *queda tendencial da taxa de lucro*, presente já n’*O Capital* de Marx, se expressa a partir das relações capitalistas de produção mediante o aumento da produtividade do trabalho, incrementando a *composição orgânica do capital*, sustentada pela relação entre *capital constante* (maquinaria e insumos) e *capital variável* (trabalho vivo), este último constituindo-se como *elemento central da realização do mais-valor*. Para enfrentar-se à *crise que lhe é estrutural*, a qual se apresenta *historicamente* – com força e nitidez – a partir do final da década 1960 e início de 1970, o capital acena com uma *dupla* ofensiva: o *neoliberalismo político*, tal qual o verificamos até aqui, e a chamada *reestruturação produtiva*³⁰ – “com vistas a dotar o capital do instrumental necessário para tentar repor os patamares de expansão anteriores” (Antunes, 2003) – *reestruturação da produção e do trabalho visando a internacionalização de uma reconfiguração sistêmica da divisão social do trabalho e aprofundamento das relações capitalistas de produção* mediante “mudanças na composição intersetorial da acumulação, deslocamento das unidades para zonas de baixos salários, tendência de privilegiar unidades de produção menores, em que o processo de trabalho é mais flexível e em que se efetuam economias máximas nos custos de produção” (Benko, 1996). “Opondo-se ao contra-poder que emerge das lutas sociais, o capitalismo iniciou um processo de reorganização das suas formas de dominação societal, não só procurando reorganizar em termos capitalistas o processo produtivo, mas procurando gestar um processo de recuperação da hegemonia nas mais diversas esferas da sociabilidade. Fez isso, por exemplo, no plano ideológico, por meio do culto de um subjetivismo e de um ideário fragmentador que faz apologia ao individualismo exacerbado contra as formas de solidariedade e de atuação coletiva e social” (Antunes, idem). O *neoliberalismo político* e a *reestruturação produtiva* seriam, desta forma, “irmãos siameses” (Dias, 1998 e 2001).

Nas palavras de Dias (1998), trata-se da *expressão singular da forma histórica assumida atualmente pelas lutas de classes*, sendo a gestão do processo produtivo “a forma

²⁹ “O Estado não tem fim em-si mesmo senão o mais perfeito meio de organização, desorganização e reorganização das relações sociais. Dependendo das mãos em que se encontra, pode ser a alavanca para uma revolução profunda ou o instrumento de uma paralisação organizada” (Trotsky, 1971, grifos nossos).

³⁰ “Hoje, muito mais do que durante a fase de hegemonia taylorista-fordista, o trabalhador é instigado a se auto-controlar, auto-recriminar e até mesmo se auto-punir, quando a produção não atinge a meta desejada (chegando até mesmo, em situações extremas, como o desemprego e o fechamento de empresas, ao suicídio a partir do fracasso no trabalho). Ou se recrimina e se penitencia, quando não se atinge a chamada ‘qualidade total’, típica da fase da superfluidade, do caráter involucral e descartável das mercadorias, com suas marcas e signos, que faz com que, muito freqüentemente, quanto mais ‘qualidade total’ os produtos tenham, menor seja o seu tempo de vida útil” (Antunes, 2004a).

condensada da política dos dominantes” (Dias, *idem*). O longo “adeus ao trabalho”³¹ – e aos trabalhadores –, perpetrado pela intelectualidade supostamente “pós-marxista”, arranca da correta constatação do processo de *heterogeneização social*³², *mudanças tecno-científicas e gerenciais nas relações de trabalho, fragmentação identitária e dispersão ideológica*³³ que as classes trabalhadoras vêm sofrendo desde o processo mesmo de constituição e desenvolvimento histórico em diferentes momentos do séc. XX e, mais intensamente, no limiar e alvorecer do presente século, à guisa de conclusões equivocadas como a negação da *centralidade do*

³¹ “E, paralelamente à enorme ampliação do conjunto de seres sociais que vivem da venda de sua força de trabalho, da classe-que-vive-do-trabalho em escala mundial, tantos autores deram adeus ao proletariado, conferindo ao trabalho um valor em vias de desaparecimento, defendendo a idéia do descentramento e mesmo desconstrução da categoria trabalho, acarretando a idéia do fim das possibilidades das ações humanas desencadeadas a partir do trabalho social. [...] Dentro do espaço produtivo, o saber intelectual que foi relativamente desprezado pelo taylorismo-fordismo, tornou-se, para o capital de nossos dias, uma mercadoria muito mais valiosa. As formas contemporâneas de vigência do valor levaram ao limite capacidade operativa da lei do valor e a vigência do trabalho abstrato, que depende cada vez mais energia intelectual (além de material) para a produção de valores de troca. Novamente desencadeia-se um processo interativo entre trabalho vivo e trabalho morto, sob o comando de um tempo conduzido pelo ritmo cada vez mais informacional e intensificado. O tangenciamento desta problemática (e a sua compreensão no limite equivocada) levou Habermas a hiperdimensionar o papel da ciência e subdimensionar (eurocentricamente) o papel (diferenciado) do trabalho. Ao contrário da interatividade entre trabalho vivo e trabalho morto, Habermas visualizou um processo de cientificização da tecnologia quando em verdade ocorre um movimento de tecnologização da ciência (Mészáros, 1989) que não levou à eliminação do trabalho vivo, mas a novas formas de interação no trabalho (visando sempre, por certo, a sua redução)” (Antunes, 2004a).

³² Enquanto Antunes (2002) considera a *atualidade* da heterogeneidade da classe trabalhadora, desenvolvendo o percurso de Mészáros (2002), Boito Jr. (1999) – tal como Hobsbawm (1988) – a apresenta (a heterogeneização social das classes trabalhadoras) como *secular*. “A classe operária sempre foi fragmentada pelo grau de qualificação, pelo nível salarial, pelas condições de trabalho, pelo tamanho e poder econômico das empresas em que trabalham os diferentes setores da classe operária, pelo acesso diferenciado a direitos e garantias sociais, pela língua materna dos trabalhadores, pela sua nacionalidade etc. O operariado homogêneo é um mito produzido pela observação superficial. De resto, uma segmentação básica e decisiva no momento atual, que tem dividido as classes trabalhadoras frente à política neoliberal, é a segmentação entre trabalhadores do setor privado e trabalhadores do setor público; essa segmentação precede, de muitas décadas, a etapa atual e, no entanto, só agora, devido às condições conjunturais, ela produziu efeitos pertinentes na luta política. Ademais, a classe operária é apenas uma parte do contingente de trabalhadores assalariados. Os assalariados não-manuais, que podem ser considerados trabalhadores de classe média, também participam, a seu modo, do movimento sindical. Seria possível mostrar que, ao longo das últimas décadas, a situação de grande parte da classe média contribuiu para aproximá-la do movimento operário, como mostra o fenômeno do crescimento do sindicalismo dos trabalhadores não-manuais. Ou seja, a heterogeneidade e a fragmentação podem ter se acentuado em alguns aspectos, e se reduzido em outros, mas, de qualquer modo, são características constitutivas das classes trabalhadoras e, por isso, não podem explicar o fato novo que são as dificuldades e o refluxo do sindicalismo na atualidade. O equívoco teórico consiste em que tal procedimento analítico procura explicar a luta de classes – já que o sindicalismo é uma forma, embora elementar, da luta de classes, examinando a classe operária separadamente das relações e conflitos de classes nos quais ela está inserida. Faz-se uma espécie de análise morfológica da classe operária -tamanho de seu contingente e tipos de contrato de trabalho – e se pretende deduzir disso seu comportamento político e sindical. [...] Eric Hobsbawm insiste na heterogeneidade salarial, de qualificação, cultural, etc. da classe operária européia que, no final do século passado, colocou em pé um movimento operário unitário e internacional, através dos partidos social-democratas. Hobsbawm destaca que a heterogeneidade socioeconômica da classe operária é superada pelo movimento operário graças às condições políticas e ideológicas do último quartel do século XIX. A questão é essa: se a heterogeneidade existe e sempre existiu, o problema passa a ser o de explicar porque em certas conjunturas ela é superada pelo movimento operário e em outras não” (Boito Jr., 1999).

³³ Neste contexto ideológico, “torna-se imprescindível resgatar o sentido de pertença de classe que a dessociabilização do capital e suas formas dominantes (incluindo a decisiva esfera da cultura) procuram de todo modo nublur, nessa era de enorme ampliação de clivagens existentes dentro do mundo do trabalho” (Antunes, 2004a).

*trabalho*³⁴ no processo de valorização do capital. Trata-se de um processo contraditório – a “metamorfose do mundo do trabalho”, segundo Antunes (2002a) e que, para Dias (2001), referir-se-ia na verdade ao “Mundo do Capital” – que a um só tempo reduz o operariado fabril e, simultaneamente, expande o trabalho assalariado em suas formas *subproletarizadas, precárias, parciais e terceirizadas*; além de integrar mais contingentes de mulheres trabalhadoras, ampliar o setor de serviços, aprofundar o fluxo migratório das massas trabalhadoras da periferia capitalista em direção aos centros imperialistas e marginalizar tanto os trabalhadores jovens quanto os de idade média³⁵ (Antunes, 1999). Àqueles operários que produzem diretamente mais-valia e participam, também imediatamente, do processo de valorização do capital – núcleo central da *classe-que-vive-do-próprio-trabalho* – vêm se somar a totalidade do *trabalho coletivo* – homens

³⁴ A concepção da *centralidade do trabalho* é explorada em sua tríplice formatação e inter-relação por Lessa (2002), (i) centralidade *ontológica* do trabalho, (ii) centralidade *quotidiana* do emprego e (iii) centralidade *política* da classe trabalhadora, em meio à imensa plêiade de nexos e mediações que articulam trabalho e totalidade social. A perspectiva histórico-ontológica de Lessa apóia-se nos textos de maturidade de Lukács – *Zur Ontologie des gesellschaftlichen Seis* (“Por uma ontologia do Ser Social”) e *Prolegomena zur Ontologie des gesellschaftlichen Seis. Prinzipienfragen einer heute möglich gewordenen Ontologie* (“Prolegômenos à ontologia do Ser Social. Questões de princípio d’uma ontologia hoje tornadas possíveis”) – e possibilita discernimentos importantes à luz do debate contemporâneo. Noutra matriz teórico-epistemológica, também de inspiração marxista, temos a Moares Neto (2004) discutindo a perspectiva da “abolição do trabalho” como possibilidade histórica da realização do “reino da liberdade” marxiano fundamentalmente através do que seria a tendência ao desenvolvimento das forças produtivas do capitalismo contemporâneo. O acento diferenciado que se coloca sobre as forças/processos produtivos e as relações sociais/lutas de classes em cada qual das perspectivas supracitadas pode ser identificado com o que Arcary (2004) considera “uma questão metodológica crucial e que poderíamos, talvez, enunciar como uma dualidade epistemológica em Marx, decisiva para esclarecer os critérios-chaves do materialismo histórico” (grifos nossos), qual seja, a “tensão entre necessidade e vontade, entre determinismo e livre-arbítrio”. Os desdobramentos e a incidência destas diferentes análises na dimensão teórico-política das lutas classistas do movimento operário foram assim resumidas por Arcary (idem): “Aonde, contudo, se esgota a vontade? Quais são os limites impostos pelas circunstâncias históricas? No século XX, grande parte dos socialistas desiludiu-se com a revolução, e muitos revolucionários não foram marxistas. Classificações são sempre reducionistas e eliminam, perigosamente, inúmeras mediações intermediárias; mas os participantes destes debates se chamaram, mutuamente, de objetivistas e subjetivistas ou, com mais amargura, fatalistas e voluntaristas. A maioria dos primeiros se inclinou por posições moderadas, enquanto muitos, entre os segundos, abraçaram perspectivas revolucionárias, ainda quando ocorreram exceções”.

³⁵ “O primeiro ponto diz respeito às conseqüências da fragmentação do mundo do trabalho. Nos embates mundiais hoje desencadeados pelos trabalhadores e/ou desempregados que o mundo tem presenciado, de modo cotidiano, como é o recente exemplo argentino, é possível detectar maior potencialidade e mesmo centralidade nos estratos mais qualificados da classe trabalhadora, naqueles que vivenciam uma situação mais ‘estável’ e que têm, conseqüentemente, maior participação no processo de criação de valor? Ou, pelo contrário, nas ações sociais dos nossos dias, o pólo mais fértil e rebelde encontra-se prioritariamente naqueles segmentos sociais mais subproletarizados? Sabe-se que aqueles segmentos mais qualificados, mais intelectualizados, que se desenvolveram junto com o avanço tecno-científico, pelo papel central que exercem no processo de criação de valores de troca, estão dotados, ao menos objetivamente, de maior potencialidade e força em suas ações. Mas, contraditoriamente, estes setores mais qualificados, são objeto direto de intenso processo de manipulação e envolvimento no interior do espaço produtivo e de trabalho. Podem vivenciar, por isso, subjetivamente, maior envolvimento, subordinação e heteronomia e, particularmente nos seus segmentos mais qualificados, podem tornam-se mais suscetíveis às ações de inspiração neocorporativa. Em contrapartida, o enorme leque de trabalhadores/as precários, parciais, temporários, juntamente com o enorme contingente de desempregados, pelo seu maior distanciamento (ou mesmo ‘exclusão’) do processo de criação de valores teria, no plano da materialidade, um papel de menor relevo nas lutas anticapitalistas. Porém, sua condição de despossuído o coloca como, potencialmente, um pólo social capaz de assumir ações mais ousadas, uma vez que estes segmentos sociais, ‘não têm mais nada a perder’, no universo da (des) sociabilidade contemporânea. Sua subjetividade poderia estar, portanto, mais propensa à rebeldia e às rebeliões. De novo a experiência argentina merece nossa atenção especial” (Antunes, 2004a).

e mulheres despossuídos dos meios de produção – que vendem sua força de trabalho como mercadoria sob a forma de salário; conformando uma nova morfologia às relações de classe. Ignoram – os supostos “críticos” – que “o capitalismo, desde o início, teve que, seguida e permanentemente, revolucionar-se sem cessar e expropriar os trabalhadores, tanto em relação aos instrumentos de produção quanto ao conhecimento e à identidade; expropriá-los na sua própria condição de existência enquanto classe”³⁶ (Dias, *idem*). Desta forma – e a partir das considerações realizadas – é-nos impossível aludir à noção de *neoliberalismo* sem referenciar-nos no conceito de *crise estrutural do capital* e – da mesma forma, como poderemos conferir adiante – os discernimentos decisivos, somente aludidos pela *impressão fenomenológica de globalization*, só podem ser compreendidos em sua inteireza a partir de uma análise detida do *novo estágio* de desenvolvimento-regressão histórico/a aberto/a pela queda do capitalismo concorrencial e da subsequente ascensão do *capitalismo monopolista*; com todas as letras: *imperialismo*. Ver-se-á: conceito vigente, atual e, sobretudo, *necessário*.

Conseqüentemente, “o grande deslocamento do capital para as finanças foi a conseqüência da incapacidade da economia real, especialmente das indústrias de transformação, de proporcionar uma taxa de lucro adequada. Assim, o surgimento de excesso de capacidade e de produção, acarretando perda de lucratividade nas indústrias de transformação a partir do final da década de 1960, foi a raiz do crescimento acelerado do capital financeiro a partir do final da década de 1970. [...] As raízes da estagnação e da crise atual estão na compressão dos lucros do setor manufatureiro que se originou no excesso de capacidade e de produção fabril, que era em si a expressão da acirrada competição internacional” (Antunes, *idem*). A partir de então, logicamente, há que se atentar às transformações ocorridas em suas configurações econômicas e políticas historicamente assumidas ao longo de quase um século desde o surgimento, afirmação e consolidação do *imperialismo moderno*, como o analisou Lenin. A singularidade da configuração histórica assumida recentemente pelo modo de produção capitalista apresenta-se nas formas de acumulação e extração de mais-valia – *quantum social* de trabalho excedente, segundo a teoria marxista do valor-trabalho – da *classe-que-vive-do-próprio-trabalho*, mantendo-se a constituição histórica e estrutural da valorização do capital lastreada centralmente na exploração do trabalho e, enfim, dos trabalhadores. Tratam-se, no caso, de formas de acumulação sob a hegemonia do

³⁶ “Não bastasse a intensidade das transformações que atingiram a materialidade e a objetividade do ser-que-vive-do-trabalho, a crise atingiu diretamente a subjetividade do trabalhador, sua consciência de classe, afetando seus organismos de representação, dos quais os sindicatos e os partidos são expressão. Os sindicatos foram forçados a assumir uma ação cada vez mais defensiva, cada vez mais atada ao imediatismo, à contingência, regredindo em sua já limitada ação de defesa de classe no universo do capital. Gradativamente foram abandonando seus traços anti-capitalistas visando preservar a jornada de trabalho regulamentada, os demais direitos já conquistados. E quanto mais a ‘revolução técnica’ do capital avançava, maior era a luta para manter o mais elementar e defensivo dos direitos da classe trabalhadora, sem o qual sua sobrevivência está ameaçada: o direito ao trabalho, ao emprego” (Antunes, 1995).

capital financeiro, que não podem ser dissociadas historicamente da ofensiva da supremacia norte-americana pela recomposição da taxa de exploração – mediante a *mundialização capitalista* (“globalization”) –, da “reestruturação produtiva” (e do “neoliberalismo”), assim como das derrotas históricas do movimento operário no séc. XX – das quais a ascensão do nazifascismo e a degeneração estalinista de partidos e ex-Estados operários são expressão cabal –, da extinção da ex-URSS e do processo econômico-social de restauração capitalista que alcançou a Leste Europeu, Cuba e China.

Se, por um lado, concebemos a *mundialização capitalista* (“globalização neoliberal”) como uma fase determinada no interior do estágio imperialista de desenvolvimento histórico-contemporâneo da Ordem do Capital, relacionada principalmente a uma contra-ofensiva da supremacia capitalista norte-americana – em busca, sobretudo, da recomposição da taxa de exploração, da internacionalização do Capital e de respostas à *crise estrutural* que lhe assola – por outro, não procede a possibilidade de situá-la historicamente fora de um contexto no qual a *casta dirigente*³⁷ da ex-URSS também desempenhou decisivo protagonismo no que se refere – em suas intitucionalidade política e ordenação superestrutural – à configuração histórico-contemporânea, das contradições estruturais entre Capital e Trabalho. Assim, os acordos contra-revolucionários entre o imperialismo hegemônico e a burocracia moscovita no segundo pós-guerra expressam de forma eclipsada, *de maneira mais que distorcida e profundamente degenerada*, a relação de forças sociais em luta em nível internacional, através de uma ordem mundial – de contenção e “paz armada” –, pactada em Ialta e Potsdam. Os acordos – *contra-revolucionários*, reafirmamos sem hesitar – de *coexistência pacífica* firmados entre a burocracia moscovita e o imperialismo hegemônico em Ialta e Potsdam³⁸, diga-se *au passage*,

³⁷ Trata-se da chamada *nomenklatura* estalinista. Lenin alertou para os desvios degenerativo-burocratizantes do Estado soviético e planejava livrar uma batalha contra Stalin e os poderes adquiridos pelos burocratas em posição de comando nos aparelhos estatais, pouco antes de morrer, no início da década de 1920, como viemos a descobrir nas cartas redatadas com o auxílio de secretárias, em função do já avançado grau de enfermidade que lhe acometia. Já sabemos, entretanto, o que se fez da velha guarda revolucionária bolchevique e com o movimento de Oposição de Esquerda – *futuramente constituído em IV Internacional* –, à direção da ex-URSS e à IIIª Internacional *estalinizada*. Exemplo bastante gráfico encontra-se na picareta com a qual Juan Mercader, estalinista catalão (do PSUC), dilacerou o crânio de Lev Davidovich Broshtein – ou León Trotsky – em seu exílio no México. Sabemos ainda o que aconteceu com a IIIª Internacional, dissolvida em 1943, e sabemos também o que ocorreu com a ex-URSS: primeiramente *des-sovietizada* – esvaziados os conselhos de operários, camponeses e soldados já nada restava do Estado-Comuna inspirado na experiência parisiense analisada por Marx em 1871 –, subseqüentemente *degenerada burocraticamente* (em meados da década de 1920), depois *estatalmente bonapartizada* (a partir de 20-30) e, finalmente, *restaurou-se em definitivo a exploração capitalista* (finais de 80), com o *aburguesamento* das *ex-castas dirigentes*, autoconvertidas em *classes proprietárias*. Por outro lado, quadros do alto escalão da ex-polícia política burocrático-estalinista – conhecida pela sigla KGB – autoconverteram-se em direção da máfia russa, especializada em diversos ramos de milionárias economias legais e ilegais, e competentes rivais das já tradicionais máfias italiana e japonesa. À denúncia – pejorativamente alcunhada como trotskista – de que utilizavam métodos grotescos, criminais e gangsteris no combate político e físico à *Oposição de Esquerda*, adveio a nua e crua confirmação histórica: *a conseqüente reconversão mafiosa de uma outrora KGB*.

³⁸ Os acordos de Ialta e Potsdam dividem o mundo, então, em áreas de influência, entre os EUA e a URSS. No afã de dar mostras de comprometimento “democrático” com a “paz mundial”, o *neoczár* Stalin dissolve a estrutura

serviram ao propósito de desviar, evitar e, no limite, *enfrentar-se diretamente* a processos de luta social revolucionária e de massas através do *prestígio* – *prestígio de classe*, influência e *confiança historicamente erigidas na direção política das massas subalternas* – que os trabalhadores de muitos países nutriam pelos partidos da III Internacional após a derrota imposta ao nazi-fascismo – extinta esta por Stálin, em 1943 –, sob a justificação ideológica da teoria (profundamente anti-marxista) de *socialismo num só país*³⁹ e da adoção da política de alianças sociais com a burguesia das ditas *Frentes Populares*, da qual trataremos mais adiante.

À *débâcle* da Ordem de Ialta – *ordem de contenção*, polarizada entre a Organização do Tratado do Atlântico Norte pró-EUA e o Pacto de Varsóvia pró-URSS – segue-se a constituição de uma institucionalidade “de fato e de direito” do *sistema mundial inter-Estados*⁴⁰

político-organizativa da Internacional Comunista em 1943 – já com severas degenerescências burocráticas – negando a perspectiva internacionalista da Revolução de Outubro com a qual foi fundada a União Soviética e, a *posteriori*, a III Internacional. O objetivo era tranquilizar os aliados imperialistas – à petição direta de Churchill e Roosevelt – sobre a (in) existência de qualquer horizonte pró-revolucionário em seus respectivos satélites, os partidos comunistas. A reversão e destruição de processos revolucionários e de libertação nacional – perpretadas em nome do mesmo Stálin – não se deram, porém, “num só país”. Leste Europeu e Europa Ocidental, América Central e inclusive países da Ásia e África – acrescidos de toda sorte de capitulações e barbaridades cometidas nas mais diversas regiões do globo –, reconhecamos afinal, sem peias: ao menos do ponto de vista *contra-revolucionário* o *estalinismo*, em suas mais diversas vertentes (maoístas, castristas, neoestalinianas etc.), *não poderia ter sido mais internacionalista*.

³⁹ Os limites objetivos colocados pela etapa parasitária do capitalismo impediam o desenvolvimento econômico-social russo sobre bases capitalistas, e é isso o que explica – em última instância –, a eclosão de uma revolução proletária num país tão atrasado como a Rússia semifeudal do início do séc. XX; combinando desigualmente as formas históricas de um capitalismo avançado e de um primitivismo camponês numa mesma formação econômico-social. A perspectiva da revolução mundial se expressava, por outro lado, na *Declaração dos Direitos do Povo Trabalhador e Explorado* redigida por Lenin e secundada pelo *Conselho do Povo*, na qual se definiu como objetivo essencial do novo regime o “estabelecimento de uma organização socialista da sociedade e a vitória do socialismo em todos os países”. A forma organizativa com a qual se materializou politicamente tal horizonte de rompimento revolucionário com a Ordem do Capital, em nível internacional, foi a construção da III Internacional, a Internacional Comunista. Dizia Lenin que “quando iniciamos a revolução internacional, não o fizemos persuadidos de que podíamos adiantar seu desenvolvimento, mas sim porque toda uma série de circunstâncias impulsionaram-nos a começá-la. Nós pensávamos: ou a revolução internacional acude a nos ajudar [RDSB: Lenin tinha em mente a Hungria e, especialmente, a Alemanha] e então teremos garantidas plenamente nossas vitórias, ou levaremos a cabo nosso modesto trabalho revolucionário com a convicção de que, em caso de derrota, e apesar de tudo, serviremos à causa da revolução e nossa experiência será útil para outras revoluções. *Tínhamos claro que a vitória da revolução proletária era impossível sem o apoio da revolução mundial*. Já antes da revolução, e depois dela, pensávamos: ou estoura imediatamente – ou pelo menos muito prontamente – a revolução noutros países desenvolvidos no aspecto capitalista ou, do contrário, haveremos de sucumbir” (Lenin, s/d.d, grifos nossos).

⁴⁰ A noção empregada de *sistema mundial inter-Estados* arranca de uma contradição imaneente ao estágio imperialista da Ordem do Capital, traduzida na premente expansão mundializada da economia capitalista e, simultaneamente, no necessário encerramento de seu domínio nas fronteiras dos diferentes Estados-Nação, ainda que de forma *articuladamente assimétrica*, como sugere o *internacionalismo metodológico* Trotskyano (Bianchi, 2004). O alargamento e intensificação das relações capitalistas de produção de maneira global desenvolve-se paralelamente a um aprofundamento da desigualdade – estrutural e estruturante – entre as nações, com uma crescente e heterogeneizante divisão internacional do trabalho e da produção social. Desta forma, parece-nos um procedimento equivocado fazer uso, constantemente, da expressão – consagrada, dos meios acadêmicos à imprensa burguesa, dos organismos multilaterais às burocracias estatais – de *Nova Ordem Mundial*. Assim, procede-se à apreciação da economia mundial – e à Ordem que a sustenta em diferentes situações histórico-concretas – “não como a simples soma de suas unidades nacionais mas sim como uma poderosa realidade independente criada pela divisão internacional do trabalho e pelo mercado mundial que, em nosso tempo, domina todos os mercados nacionais” (Trotsky, s/d.a). E, no *concerto de nações*, tender-se-ia a um “equilíbrio instável” ou a uma “estabilização relativa” cujas resultantes são sempre sujeitas a novas rupturas, deslocamentos diversos e sucessivos

baseada num processo de *mundialização capitalista* cujas estrutura, lógica e funcionamento exigem a consubstanciação de um elevado grau de desregulamentação e liberalização não só estritamente financeiras, como também do Investimento Externo Direto (IED) e do comércio exterior – haja vista que não se pode dissociar peremptoriamente as interpenetrações entre capital financeiro, industrial e comercial – impondo-se, desta forma, a liberalização semi-absoluta à produção / circulação e à distribuição / consumo na arena internacional (Chesnais, 2003). A exigência da implantação de mecanismos para otimizar a realização do mais-valor sob domínio financeiro – e baixo a supremacia capitalista norte-americana – impõe a necessidade de conformar uma *institucionalidade supranacional* que se traduz nas políticas do G-8, do FMI, do Banco Mundial, do Tratado de Maastricht e do projeto de Constituição Européia no velho continente – chamado de *Europa do Capital e da Guerra* pelo movimento anticapitalista europeu –, da OMC e do NAFTA. As formas de “inserção internacional” no sistema mundial capitalista-imperialista encontram-se limitadas, desta forma, por estes condicionamentos estruturais. O Acordo Mundial de Investimentos (AMI), o Acordo Geral sobre o Comércio de Serviços (AGCS) – no Tratado de Marrakesh – e o projeto ALCA perseguem os mesmos objetivos. “Graças a tais instituições e a tais mecanismos, o regime de acumulação com dominância financeira é mundializado no sentido em que ele organiza uma projeção internacional muito forte e a influência da dominação sistêmica da parte dos países capitalistas onde o regime se instituiu primeiramente” (François, idem). Este quadro geral permite-nos dimensionar formas históricas de acumulação capitalista e reprodução social relacionadas, dialeticamente, a determinadas representações jurídico-políticas e expressões ideológicas que *atualizam* as relações sociais de dominação classista tal como as conhecemos.

reordenamentos que expressam – além do substrato granítico da contradição entre forças produtivas e relações sociais de produção – a correlação de forças sociais em presença e a luta de classes internacional em diferentes arranjos histórico-sociais (Trotsky, s/d.b). Atribuímos ao *presentismo* das teorias da globalização a imputação do adjetivo “novo” à atual *Ordem do Capital*; permanentemente – em realidade, histórica e dialeticamente – buscando novos arranjos e articulações diversas, criando e destruindo, a exemplo dos Acordos de Ialta e da Ordem de Bretton Woods (1943-45) no segundo pós-guerra e sua *débâcle*, a partir da queda do Muro de Berlim e do subsequente Consenso de Washington (1989-91). Sob o chão histórico de uma crise de acumulação capitalista, evidenciada a partir dos anos 70 do século passado, os aspectos “novidadeiros” da “ordem mundial” levantados pelos *teóricos da globalização* eram já renunciadas por Gramsci (a supremacia norte-americana e seu *way of live*) e Trotsky (restauração capitalista da ex-URSS, burocraticamente degenerada) como tendências *possíveis* do evoluir histórico já desde a década de 1930. O conceito que utilizamos – *sistema mundial inter-Estados* –, noutro sentido, filia-se à teoria leniniana do imperialismo como *marco epocale* de “guerras, crises e revoluções”, e apóia-se, simultaneamente, na *teoria do desenvolvimento desigual e combinado*, enunciada de forma sistemática por Trotsky, a partir do método dialético. Em sentido mais genérico, enquanto noção referente à estrutura de classes e relações sociais, aliada aos conceitos de Estado-nação e mundialização do capital, foi desenvolvida em várias perspectivas – de Braudel a Wallerstein – tornando-se amplamente difundida. Para ver tal conceito empregado *em estado prático*, tem-se “Hegemonia em tempos de cólera: a difícil construção de uma ordem mundial” (Bianchi, 2003) e “A ganância do capital não despreza a incerteza da luta de classes” (Arcary, 2003a) e, para perscrutar seus elementos constitutivos, veja-se a crítica de Borón (2002) e Negri & Veltmeyer (2005) ao livro *Empire without Imperialism*.

Se o “adversário” do neoliberalismo nos países imperialistas, de capitalismo avançado, era o chamado *Welfare State*, em países como o Brasil, de desenvolvimento capitalista *periférico e dependente*, tratava-se de esfacelar o modelo econômico-social legado pelo nacional-desenvolvimentismo e pelo populismo latino-americano, qual seja, do Estado nacional como impulsor de ciclos históricos de desenvolvimento industrial / capitalista, protecionismo econômico, empresas públicas e concessões materiais – *por mais que restritas* – aos trabalhadores urbanos. Boito Jr. (2000) considera que “a ideologia neoliberal logrou, a despeito do caráter antipopular da política que ela informa, difundir-se, de modo desigual, entre as classes populares, obtendo, ainda que de modo superficial e precário, e graças a um mecanismo complexo de denúncia do antigo modelo desenvolvimentista e de ocultação do caráter antipopular do novo modelo neoliberal, estabelecer-se como ideologia hegemônica no Brasil dos anos 90”⁴¹. Segundo esta tese, *o caráter restritivo das concessões sociais no modelo desenvolvimentista-populista* haveria gerado uma “revolta difusa e instintiva” entre as classes trabalhadoras, revolta esta *expropriada e instrumentalizada* (“confiscada”, diz alusivamente o autor) pelas frações dominantes da *classe do enquadramento capitalista*. O “confisco” desta revolta pela ideologia neoliberal dar-se-ia através de um ideológico e complexo mecanismo de alusão/ilusão⁴², através do qual a “ideologia revelaria [“alusão”] um aspecto da realidade e, ao mesmo tempo e graças mesmo a essa revelação, ocultaria [“ilusão”] os demais, ocultação que seria funcional para os interesses de determinada classe social. No nosso entender, esse mecanismo de alusão/ilusão pode, dentro de determinadas condições históricas, iludir as classes dominadas tornando-as receptivas às idéias e valores das classes dominantes” (Althusser citado por Boito Jr. et. al., 2000).

A tese do “impacto popular” do neoliberalismo – sob o “mecanismo de alusão/ilusão” –, defendida por Boito Jr. (1999, 2000, 2002 etc.), merece atenção. Polêmica, parte de uma constatação interessante e procedente, sobre a penetração – *ainda que precária e desigual* – do neoliberalismo também entre seus inimigos de classe, ou seja, entre os

⁴¹ No que toca à concepção de *ideologia*, da mesma forma no que concerne ao *Estado*, existem diferentes interpretações de inspiração marxista. Considerada como equivalente geral de *idéias e valores vigentes em tempos sociais e espaços historicamente determinados*, restaria responder à pergunta: *trata-se de um fenômeno trans-histórico e supraclassista* ou, diferentemente, *estaria vinculado estritamente às diversas e sucedâneas sociedades de classes historicamente existentes* (escravista, feudal, asiática e capitalista)? Quiçá mais simplesmente, *a ideologia seria passível de supressão / superação histórica*? Existiria *ideologia* numa sociedade futura sem classes, sem Estado e sem qualquer forma histórica de exploração e/ou opressão social?

⁴² Tem-se em Althusser (2002) a teoria da alusão-ilusão (ou reconhecimento desconhecimento): “ela é sempre [ideologia], de certo modo, *alusiva* na própria forma de *ilusão* que ela impõe (...) uma noção ideológica – obstáculo epistemológico do ponto de vista teórico – possui alguma afinidade com problemas reais que ela reconhece desconhecendo-os”. Neste caso, “o recurso a esse mecanismo explicativo representa um esforço para superar os enfoques que, em última instância, ignoram a questão de saber como e porquê as classes dominadas podem aceitar e defender idéias e valores que contrariam os seus interesses – questão que é central [...] sobre os trabalhadores e o neoliberalismo” (Boito Jr. et. al., 2000).

trabalhadores (e não só suas direções sindicais e políticas). O exemplo da Força Sindical como central sindical de concepções e práticas nitidamente *neoliberais* – o que, à primeira vista, pode parecer um *paroxismo* (Vieira Trópia, 2002) –, surgida durante o governo Collor, fala por-si só. Não podemos validá-la (a tese) em absoluto, porém, quando – e à medida que – sustenta seu eixo histórico-analítico sobre os resultados dos processos eleitorais mexicano (Salinas), argentino (Menem) e brasileiro (Collor/FHC): não se pode inferir diretamente do resultado das urnas – de maneira *politicista* – qualquer conclusão peremptória, no sentido da adesão ou não ao neoliberalismo pelas camadas sociais populares. Caso contrário estaríamos elidindo o controle absoluto dos meios de comunicação social de massas⁴³ pela classe capitalista, o financiamento milionário das campanhas burguesas, o “voto de cabresto” / “compra de votos” e os conflitos de maior ou menor intensidade no que se refere ao enfrentamento a candidaturas e propostas de cunho proletário. Em poucas palavras, as urnas das eleições – via de regra – constituem o campo prioritário da burguesia, apresentando de forma distorcida a vontade das massas populares. Tanto em sua singularidade quanto em sua universalidade, trata-se de um multifacetado, complexo e contraditório fenômeno social e político, cuja análise exige-nos uma série de mediações para a superação da forma como os sentidos o registram direta e parcialmente em sua *imediatez fenomenológica*.

Mais eficaz do que este “termômetro” invertido – segundo Lenin –, seria a *votação com os pés e em massa*, furiosa e nas ruas⁴⁴. Quantas vezes, durante a vigência da *hegemonia neoliberal*, os *pés das massas* não contradisseram as urnas *democrático-liberais* no Brasil e na América Latina? A partir da distinção inicial entre aparência e essência podemos considerar a representação ideológica das distintas frações e partidos da *classe do enquadramento capitalista* (Chesnais, 2001) diante das maiorias exploradas na cena política – em especial os mecanismos institucionais de sufrágio universal – não em sua imediatez e ensimesmamento, mas como *momentos singulares em relação dialética com determinada totalidade*. A partir desta interação entre o momento (campanha-eleições) e o todo (sociedade burguesa), como *síntese complexa de múltiplas determinações*, pode-se aferir sua concreticidade histórica. Ainda em Boito Jr. (2002), encontramos a *chave interpretativa* para compreender a *cena política* numa perspectiva marxista. A superfície imediata trata-se, em verdade, de uma “couraça fenomênica” do real tornada funcional à *ocultação* – na sociedade burguesa – de suas mediações e determinações mais

⁴³ Vide o famigerado caso do debate entre Collor e Lula – para ficarmos com um exemplo óbvio –, veiculado sob edição da Rede Globo, amplamente favorável ao primeiro, nas eleições presidenciais brasileiras de 1989.

⁴⁴ “Ainda não entendemos por que a *votação com os pés*, em massa, se tornou parte tão mais significativa da política nas últimas décadas do século. Uma das razões deve ser que, nesse período, o fosso entre governantes e governados se alargou em quase toda parte. [...] Foi uma demonstração didática da máxima de Lênin, de que a *votação com os pés dos cidadãos* podia ser mais eficaz do que a *votação em eleições*” (Hobsbawn, 2000).

profundas. Esta funcionalidade é instrumentalizada nas sociedades de classes através do ideário das classes dominantes que, ocultando seus reais interesses, apresentam suas necessidades particulares às classes oprimidas como vontade universal (Boito Jr., idem). *Existe momento mais sintomal da generalização-legitimação das visões-de-mundo*⁴⁵, valores e crenças dominantes à maioria da população oprimida do que o eleitoral? A cabine eleitoral exige que o indivíduo trabalhador se apresente enquanto um cidadão-votante preeminente privado, atomizado e serializado, de maneira antagônica à forma auto-organizativa, tipicamente soviética, dos trabalhadores – expressa em comitês de fábrica, conselhos operários e assembléias populares, independentes da burguesia capitalista – que impõe uma vida política eminentemente pública e social, na qual os indivíduos trabalhadores podem vir a formar grupos fundidos em um sujeito-agente da vontade coletiva. De outro lado, é através das eleições que a burguesia impõe a legitimidade mesma de sua dominação classista, sendo que “a novidade deste consenso é que adota a forma fundamental da crença pelas massas de que elas exercem uma autodeterminação definitiva no interior da ordem social existente” (Anderson, 1981). É a partir deste mesmo mecanismo ilusório (alusão/ilusão) que a pressuposta igualdade jurídico-política entre “cidadãos” (igualdade formal perante a lei; “um homem, um voto” etc.) na sociedade burguesa, elide a cisão histórica real de interesses antagônicos e irreconciliáveis entre exploradores e explorados, expropriadores e produtores, enfim, entre capital e trabalho. Voltamos a insistir, sob o risco da repetição, que o amplo *poder das ideologias* difundidas (neoliberais) decorre de profundas *contradições materiais* (capitalistas), lastreadas numa longa recessão não-conjuntural, mas sim estrutural; não limitada a algum país isolado, mas internacional; não restrita à forma social de existência histórica *neoliberal* da Ordem do Capital, mas ao próprio modo de produção *capitalista*. Por fim, o desenvolvimento capitalista não se dá no vazio, mas em historicidade concreta e – neste caso – a partir da *derrota operária contingencial* (e, portanto, transitória).

1.3 Neoliberalismo, Democracia e Hegemonia Neoliberal: Lógica e História

No que tange ao conceito de “hegemonia” – por sua vez –, categoria político-analítica também originária da *problemática marxista* – desenvolvida amplamente por Gramsci –

⁴⁵ O conceito de visão de mundo, de extensa tradição na filosofia clássica alemã, é considerado aqui desde a perspectiva dialética materialista-histórica, num movimento de apropriação-objetivação que destaca principalmente elementos / aspectos de uma *visão-social-de-mundo* ou de um *ponto de vista social*. Enfatizamos as relações sociais e os processos históricos que compreendem as determinadas *visões de mundo*, sublinhando – por tanto – seus condicionantes sociais e os sujeitos históricos que as produzem (e reproduzem) simultânea e indivisivelmente à (re) construção das condições objetivas e subjetivas da existência social.

torna-se necessário precisar de que forma nos utilizamos deste conceito enquanto abstração teórico-conceitual *socialmente condicionada e historicamente determinada*. Como ponto de partida referenciamos-nos na concepção marxiana sobre a supremacia nas *relações sociais de dominação classista* e, mais especificamente, *privilegiamos um modo específico e contra-hegemônico de apropriação e desenvolvimento político-epistemológico do universo conceitual gramsciano, alternativo àquele que viceja majoritariamente entre a esquerda política e acadêmica do Brasil, em particular*⁴⁶. Concordamos com a análise realizada por Boito Jr. (2000) de que “a luta de idéias está estritamente vinculada às relações e à luta de classes numa sociedade e num período histórico determinado (...) [a hegemonia] solda alianças, demarca campos e isola ou neutraliza as forças intermediárias ou potencialmente inimigas” – *não há espaço para a idéia de consenso* afirma vigorosamente Boito Jr. – “a pesquisa sobre hegemonia deve seccionar as classes e setores populares, verificar se, como e porquê cada um deles aceita ou rejeita, e de que maneira, uma determinada ideologia. Numa palavra, a luta pela hegemonia é um aspecto da luta de classes num período determinado. Os interesses de classes e frações, as circunstâncias que permitem que elas se organizem, ou não, em força social autônoma, a complexidade das relações que mantêm entre si, a capacidade de direção política dos seus partidos e representantes são fatores enfatizados por Gramsci, além da atuação dos intelectuais”. Utilizando a noção de “hegemonia” contida nos *ensaios histórico-analíticos de Gramsci sobre o Risorgimento*, o autor pretende afastar as formulações “culturalistas” (sobre um “consenso em torno de valores e idéias”) e “historicistas” (de “adesão a um modelo progressista que desenvolve as forças produtivas”) sobre *hegemonia* certamente presentes, em alguma medida, nos *Quaderni del Carcere* do dirigente revolucionário (Boito Jr. 2000, 2002 e 2003); mas, quiçá, talvez mais acentuadamente em seus leitores protoliberais, multiplicados Brasil afora.

Refutar determinada noção de *hegemonia / bloco hegemônico* associada ao êxito em difundir “valores e idéias” e obter o “consenso” entre o “conjunto da sociedade” assumindo assim sua *direção moral-intelectual* cumpre, por sua vez, um objetivo fundamental, qual seja: possibilita elaborar a compreensão de uma “hegemonia regressiva”, *precária e instável*, na qual o imperialismo e a burguesia, que dirigem as políticas neoliberais, não compõem uma suposta

⁴⁶ Sem a pretensão de aprofundar o debate e a polêmica existentes, gostaríamos simplesmente de ressaltar o que nos parece fundamental. Em oposição à dita “Operação Gramsci” levada a cabo, no Brasil, pelos “jovens intelectuais do PCB”, nos anos 60, através principalmente da Editora Civilização Brasileira – notadamente Carlos Nelson Coutinho, Leandro Konder, Marco Aurélio Nogueira etc. –, identificamo-nos com a perspectiva proposta n’*O Outro Gramsci* (Dias et. al., 1996) por Edmundo Fernandes Dias, Ruy Braga, Álvaro Bianchi e outros. De um lado temos uma leitura de Gramsci que se tornou *hegemônica* no país – a ponto de ser amplamente divulgada e reproduzida, inclusive, pela institucionalidade política e a imprensa burguesa – enquanto *filósofo da práxis*, da “cultura” (entendida de forma absolutamente abstrata e descolada de quaisquer determinações materiais) e, sobretudo, *teórico das superestruturas*. Por outro, percebe-se como centralidade teórica, no *dirigente comunista*, questões como a *dualidade de poderes, a questão da revolução passiva e a teoria da ação revolucionária*.

“força social ascendente que representa o movimento histórico” ou mesmo que logre alcançar “consenso ativo” entre a maioria da população. Pelo contrário, a hipótese da *hegemonia neoliberal* defendida por Boito Jr. (2003) apóia-se na constatação de determinado “impacto popular” do neoliberalismo, que mesmo não oferecendo qualquer *subsídio material* para sua sustentação entre as classes subalternas / populares suscita entre estas, além da *adesão positiva e a integração ativa*, formas como “adesão negativa / ilusão ideológica / neutralização política” (ou, como diria Dias, “passivização”). As noções de *projeto histórico* e *força social autônoma* resgatadas por Dias (1996 e 2001) para problematizar a questão da hegemonia⁴⁷ a partir de Gramsci parecem-nos centrais na articulação de *necessidades, interesses e subjetividades* de diferentes grupos, classes e frações de classes para a luta político-ideológica⁴⁸. Assim, aprofundamo-nos neste universo conceitual numa perspectiva que dimensiona o sistemático contato e o *tensionamento constante* com a *rudeza material do devir* (Moraes, 2001) da formação social brasileira e seu processo histórico, sua localização histórico-estrutural no sistema mundial inter-Estados, suas relações sociais, cultura e estrutura de classes, frações e camadas assim como suas expressões políticas e ideológicas, suas tradições e instituições;

⁴⁷ Por fim, interessa-nos profundamente um aspecto ressaltado por Williams (1979) sobre a questão da *Hegemonia Viva*. “Uma Hegemonia Viva é sempre um processo. Não é, exceto analiticamente, um sistema ou uma estrutura. Além disso, ela não existe apenas passivamente como forma de dominação. A Hegemonia tem que ser continuamente renovada, recriada, defendida e modificada. Também é continuamente resistida, limitada, alterada e desafiada por pressões que não as suas próprias pressões”. A hegemonia não seria, desta forma, “apenas o nível articulado mais elevado da ideologia e nem suas formas de controle são aquelas comumente vistas como manipulação ou doutrinação”, mas, sobretudo, tratar-se-ia “de todo um conjunto de práticas e de expectativas, sobre toda nossa vida: nossos sentidos, a consignação de nossas energias, nossas percepções formadoras de nós mesmos e de nosso mundo”. É um sistema vivido de significados e valores – “constituído e constituinte” – os quais, “ao serem vivenciados como práticas” – pareceriam confirmar-se reciprocamente. “Desse modo constituem o sentido da realidade para a maior parte das pessoas em uma sociedade... no sentido mais forte do termo, [constituem-se] em uma cultura, mas uma cultura que tem que ser vista com a vivência da dominação e da subordinação de certas classes sociais” (Williams, idem).

⁴⁸ “A primazia crescente da disputa consciente de projetos – uma das mudanças mais expressivas imprimidas pelo século XX – não resolve, ao contrário, exacerba o paradoxo central da política: o que opõe necessidade à possibilidade. Ou seja, o que revela que a vontade governa, mas não domina o sentido da mudança. O conflito é irreduzível. *Os partidos são a expressão concentrada deste conflito. Agem a partir de programas, é certo, mas esses também mudam. E um programa nunca foi senão uma linha tênue que une fins e meios, o presente e o futuro, uma unicidade de tempo que só existe como possibilidade, e que só tem perspectiva, como instrumento de mobilização, na luta pelo poder. Ao contrário das representações políticas da classe dominante, os partidos das classes populares, quando perdem a vocação de luta pelo poder, quando renunciam ao ‘instinto do poder’, perdem tudo. As fórmulas teóricas que separam consciência e vontade, ou consciência e ação são estéreis. Consciência de classe em construção e ação revolucionária são indivisíveis, e tendem a se expressar em algum tipo de organização, que busca perenidade e permanência. A ‘forma’ partido, um tipo especial e complexo de organização, é aquela que, a partir do século XX, correspondeu à necessidade da luta pelo poder: fora de uma situação revolucionária, os mais variados tipos de regime de partido são compatíveis com a resistência sindical e com a luta parlamentar. Mas é diante da crise revolucionária que a política assume as suas ‘formas heróicas’.* As classes em luta se preparam para um inadiável desenlace que as convoca para o combate frontal. Teriam-no evitado, se fosse possível. As classes proprietárias não mais são capazes de exigir os sacrifícios que antes apareciam, perante as outras classes, como toleráveis. O seu projeto não tem mais legitimidade, porque o descompasso entre a promessa de futuro e a ruína do presente, colocou o Estado sob o seu controle, em ruptura com a sociedade concreta, e nesta, os trabalhadores e as outras camadas populares, emanciparam-se do seu domínio hegemônico e, assim, deslocaram as relações de força o que, politicamente, corresponde à dupla compreensão de que o possível, para o Capital, é desnecessário, e que o que é necessário para as massas, não pode ser mais adiado” (Arcary, 2005b, grifos nossos).

considerando-se as batalhas pela conquista da *hegemonia* como um *aspecto da luta de classes num período determinado* (Dias, 1996 e 1998). A hegemonia pressupõe o horizonte do *poder dual* e, enfim, *da revolução*⁴⁹.

O *neoliberalismo político*, por sua vez, identifica-se fundamentalmente com os principais aspectos do liberalismo econômico do séc. XIX, quais sejam: (i) priorização do mercado como critério essencial da ordenação societal, (ii) estímulo à concorrência/liberdade da iniciativa capitalista privada e (iii) minimização da intervenção econômica do Estado nacional. A mão invisível smithiana e o *laissez-faire* burguês, à época, encontravam-se em ascensão histórica. Ainda em sua dimensão discursiva, o *neoliberalismo político* articula-se contraditoriamente. Em seu interior coexistem (simultaneamente) uma *razão pura* que mistifica o mercado como *deus ex-machina* e uma *razão prática* que não pode prescindir da intervenção estatal e busca – *no mesmo movimento*, poder-se-ia dizer – *garantir, preservar e expandir o monopólio*. A propaganda doutrinária e principista do *Estado mínimo* (e, por extensão, do *Mercado máximo*), enquanto teoria e ideologia, não se faz em detrimento de uma *orientação-para-a-ação* que se utiliza dos aparelhos de Estado para afirmar e desenvolver suas bases materiais. “O capitalismo contemporâneo promove uma cruzada teórica contra o Estado, enquanto no plano prático não cessa de engrandecê-lo e designar-lhe novas tarefas e funções. [...] não conseguem distinguir a retórica anti-estatista da prática estatizante do capitalismo ‘realmente existente’, nem perceber o caráter cada vez mais estratégico que o Estado assumiu para garantir a continuidade da dominação capitalista” (Borón, 2001b). Todavia, em que se diferencia (o “neoliberalismo” político) do liberalismo clássico, possibilitando-nos adjectivá-lo como *novo liberalismo*? “O neoliberalismo nasceu logo depois da II Guerra Mundial, na região da Europa e da América do Norte, onde imperava o capitalismo. Foi uma reação teórica e política veemente contra o Estado intervencionista e de bem-estar. [...] Trata-se de um ataque apaixonado contra qualquer limitação dos mecanismos de mercado por parte do Estado, denunciadas como uma ameaça letal à liberdade, não somente econômica, mas também política. O alvo imediato de Hayek, naquele momento, era o Partido Trabalhista inglês, às vésperas da eleição geral de 1945 na Inglaterra, que este partido efetivamente venceria. A mensagem de Hayek é drástica: ‘Apesar de suas boas intenções, a social-democracia moderada inglesa conduz ao mesmo desastre que o

⁴⁹ O que no marxismo de Gramsci compreende-se por *dualidade de poderes* (ou *poder dual*) expressa uma dimensão fundamental das *situações revolucionárias* observadas ao longo da história moderna e contemporânea da humanidade. “A revolução é impossível sem uma situação revolucionária, além do que, nem toda situação revolucionária desemboca numa revolução”, conclui Lenin a partir da análise das revoluções européias do século XIX – da Primavera dos Povos à Comuna de Paris – e da revolução russa de 1905. Quando os de cima já “não podem” manter a dominação em função das crises econômico-sociais que se avolumam e os de baixo, por sua vez, já “não querem” suportar o terrível fardo da subsunção passiva à exploração selvagem, surgem organismos de poder operário e popular – como os *soviets* russos, as *brigadas antifascistas* espanholas ou os *cordões industriais* chilenos –, em tudo estruturalmente antagônicos aos aparelhos do Estado capitalista.

nazismo alemão: uma servidão moderna” (Anderson, 1995). À diferença do liberalismo clássico, *o neoliberalismo político trata-se de uma ideologia reativo-regressiva*, decadente em sua *forma monopólica*, que conjura o espírito do capitalismo concorrencial – *semicadáver putrefato que já exala odores cada vez mais difíceis de amenizar* – para elidir a *crise que lhe é estrutural* e “fugir de sua solução na realidade” (Marx, 1997). À imagem e semelhança do *ethos* da classe à qual se reporta, trata-se de um espectro profundamente *contra-revolucionário*. A *tragédia* burguesa, irreversivelmente, reproduzida em *farsa* – qual a analogia teatral em Marx.

A fundação da *Sociedade de Mont Pèlerin* em 1947 – “espécie de franco-maçonaria neoliberal, altamente dedicada e organizada” (Anderson, idem) –, conformou-se pela filiação ideológica de ferrenhos adversários do *Welfare State* europeu e do *New Deal* estadunidense, contando em suas fileiras com a assistência de, entre outros, Milton Friedman, Karl Popper, Lionel Robbins, Ludwig Von Mises, Walter Eupken, Walter Lipman, Michael Polanyi e Salvador de Madariaga. O combate enfurecido contra a regulação social do *consenso keynesiano* que determinou sua convocatória, gênese e ideário; em defesa da liberdade individual e do princípio da livre-concorrência, hibernariam sem ressonância teórica ou política de maior monta durante longos vinte anos. O plano das idéias e o mundo dos homens – bem sabemos – *são relativamente autônomos*, e sua relação, mediada, *substantiva-se efetivamente tão-só pela fecundidade histórica do real*. A profunda recessão do pós-73 possibilitou a Hayek e Friedman a audiência de massas através da qual veicularam amplamente a idéia de que a origem da crise decorria das concessões sociais arrancadas “parasitariamente” pelo movimento operário ao Estado burguês, que teriam “corroído” as bases históricas e materiais da acumulação capitalista. No Brasil – país periférico e dependente aos centros nervosos de acumulação capitalista – a *hegemonia neoliberal* gestou-se após os ciclos históricos do populismo getulista e do desenvolvimentismo civil-militar, impondo o favorecimento dos monopólios, a internacionalização capitalista do aparelho produtivo instalado no país e a pauperização absoluta / desemprego de massas ao proletariado brasileiro. A constituição e gestação desta nova hegemonia burguesa identifica-se com um processo histórico atravessado por crises capitalistas, ruína e *restauração capitalista* da ex-URSS⁵⁰, “reestruturação produtiva” e derrotas operárias na

⁵⁰ Na compreensão do processo de *restauração capitalista* da ex-URSS – das principais tendências históricas que se apresentaram e determinaram fundamentalmente o percurso desta formação social, em termos amplos e gerais, de seu alvorecer até seu ocaso – consideramos ao menos dois momentos distintos, relativamente coesos e de média duração: (i) o período que em pouco sucede a morte de Lenin, na segunda metade da década de 20, até a dissolução oficial da III Internacional, em 1943 – tendo como justificações ideológicas a “teoria do socialismo num só país”, a “coexistência pacífica” com o imperialismo e a adoção da política colaboracionista de classe das “Frentes Populares”; expressada pelos acordos contra-revolucionários da Ordem de Ialta – e, por outro lado, (ii) a etapa que vai do segundo pós-guerra, após a extinção *estaliniana* da Internacional Comunista, até a restauração capitalista da ex-URSS, que se conclui em 89-90 (mas se inicia décadas antes), conhecida como *Guerra Fria* (“Cold War”). Com

arena internacional e, no *front* interno, a abertura de um ciclo histórico que em parte altera a configuração histórico-política das relações sociais e da estrutura de classes no país a qual, se tem como ponto de chegada um *bloco constituído no poder*⁵¹ de natureza social conservadora, burguesa e pró-imperialista, apresenta como ponto de partida a *resistência*. São formas históricas personificadas em *movimentos sociais de resistência* proletária, camponesa e popular. Ou seja, foi – e ainda é – uma hegemonia (burguesa) “resistida, limitada, alterada e desafiada por pressões que não as suas próprias pressões” (Williams, 1979); resistências, pressões e desafios impostos pela emergência do movimento social operário de massas brasileiro, *em especial no pós-78*.

... um processo de constituição de uma nova hegemonia ideológica burguesa no Brasil? [...]. Falamos de hegemonia no sentido gramsciano: a conversão de uma ideologia e de uma plataforma política de classe em “cimento” de um novo bloco histórico. A apologia do mercado e da empresa privada, como espaços da eficiência e da iniciativa inovadora e progressista, e a correspondente condenação do Estado, das empresas públicas e do intervencionismo estatal, como fontes de desperdício, de burocratismo e de privilégios, são idéias e valores que ganharam a condição de verdadeiro “senso comum” [...]. A plataforma política inspirada nessas idéias – abertura comercial, privatização, desregulamentação – deu um novo rumo à política de Estado, formando um contraste com a situação de incerteza e de falta de perspectivas que caracterizou a burguesia brasileira na década de 1980. À época, o autoritarismo militar e o desenvolvimentismo entraram em declínio e a burguesia levou anos, devido às contradições que expusemos, para se unificar em torno de um novo programa político. Talvez desde o período populista não víamos, no Brasil, uma ideologia política converter-se, com tanta eficácia, em instrumento de unificação do bloco no poder e, ao mesmo tempo, em instrumento de legitimação dos interesses particulares das classes e frações que integram esse bloco junto às classes populares. (BOITO JR., 1999)

1.3.1 Brasil, “transição à democracia” e hegemonia neoliberal

Esta *hegemonia burguesa* é construída no Brasil desde o processo mesmo de “transição” – resolvido politicamente através da “Nova República”, na formação do Congresso Constituinte, na promulgação da Constituição de 1988 como também nas eleições para cargos executivos –, em que se forma um “bloco histórico” conservador constituído da aliança da classe capitalista com setores das camadas médias – principalmente a intelectualidade, seu “núcleo duro” – e uma base social galvanizada pelas esquerdas políticas do PCB, PCdoB, MR-

isso afirmamos que Gorbachev, Yeltsin e Putin nada mais foram do que os herdeiros de Stálin, que se locupletaram, ilimitadamente, *como agentes imediatos da restauração capitalista já em curso*.

⁵¹ Na explicação e compreensão da relação existente entre a *classe do enquadramento capitalista* (Chesnais, 2001) com diferentes formas históricas e padrões de acumulação, como o *capitalismo neoliberal*, o conceito de *bloco constituído no poder*, ou simplesmente *bloco no poder* (Poulantzas, 1972) possibilita uma angulação que favorece importantes discernimentos. A partir desta noção, evidencia-se que apesar de a classe dominante (burguesia) possuir um interesse geral que lhe é comum enquanto totalidade – *a defesa da propriedade privada dos meios fundamentais de produção social* –, o qual configura sua *unidade*, esse interesse geral não neutraliza automaticamente as diferenças de interesses e necessidades das diferentes frações, segmentos e setores burgueses – sua *diversidade real* – diante de situações historicamente diversas e perante políticas implementadas pelo Estado mesmo que, em última instância, não é mais do que *o comitê executivo que administra seus negócios comuns*. Explorar seus *atritos internos*, em Lenin, faz parte da estratégia revolucionária das classes oprimidas.

8, intelectualidade acadêmica e sindicalismo ‘amarelo’, em meio a uma crise prolongada da ditadura militar – que se auto-reformava⁵². *Não é possível compreender a hegemonia neoliberal no país – que dirá combatê-la eficazmente – se não levarmos em conta as condições objetivas e subjetivas que a possibilitaram historicamente durante a transição política brasileira, bem como as determinações materiais que a reestruturação capitalista impunha no plano internacional.* O movimento operário e popular, que vinha num crescente de mobilizações de massas, não chegou a imprimir a direção político-ideológica do processo que condicionou a democracia política no país – muito embora houvesse arrancado conquistas parciais relevantes, do ponto de vista da correlação de forças sociais que se apresentava no país (Duarte, 1985; Fernandes, 1986 e Silva, 2000). “Pode-se dizer que a Constituição, promulgada em outubro de 1988, consolidou o trânsito da ditadura militar para o conservadorismo civil no Brasil. A maioria parlamentar dominante impediu que mudanças substanciais fossem conquistadas e manteve, no essencial, o caráter conservador da Carta Constitucional. Apesar disto, houve pontos de avanço para os trabalhadores que o capital e os seus representantes procuram obstar e inviabilizar através de legislação complementar” (Antunes, 1995). Equacionamos portanto, numa perspectiva histórico-social, o nascimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (o MST), por exemplo – relacionando-o no interior de um horizonte mais amplo de ascensão do movimento social operário e popular, da cidade e do campo, no fim da década de 1970, e ao sindicalismo combativo de São Paulo, que originaram a Central Única dos Trabalhadores (a CUT) e o PT – num contexto de ascensão dos movimentos sociais proletários. O momento histórico, portanto, caracterizava-se pela ascensão política do movimento de massas no Brasil – a qual identifica-se com as “Diretas-Já”, o Movimento Custo de Vida (ou Contra a Carestia de Vida), o Movimento Nacional pela Anistia, os movimentos estudantis, as greves operárias dos metalúrgicos das regiões do ABCD e capital paulistas assim como as várias ocupações de terras. Consideramos a história social recente do país como imprescindível para compreender a gênese da *hegemonia neoliberal* e, por fim, a configuração dos *limites democráticos* e das próprias *lutas sociais*, tais como se apresentam no presente momento.

⁵² “A transição política até a eleição indireta de Tancredo Neves amalgamou diversos setores empresariais, as forças armadas, os políticos liberais e uma ampla base da classe média. Na tentativa de construção de uma hegemonia de base conservadora que se sucedeu através da chamada Aliança Liberal, em torno de um programa político. Essa hegemonia burguesa procura se construir tendo como base os anseios populares, principalmente a partir do final da década de 1970, passando pela vitória emedebista nas eleições de 1982 e, posteriormente, a campanha pelas Diretas-Já, que mobilizou politicamente várias regiões do país. Dentro da perspectiva de institucionalização política do país, em molde liberal-conservador, portanto, ocorreu a passagem de uma forma de dominação política para outra, que levou em consideração a necessidade de ‘democratização’ de mecanismos liberais para as disputas eleitorais e, por outro lado, a necessidade de criar mecanismos que envolvessem o conjunto da sociedade nessa perspectiva, evitando assim espaço para o desenvolvimento de uma perspectiva classista contra o regime militar de então. Nesse quadro político, ampliaram-se as vozes pela consolidação do programa do PMDB: eleições diretas nos municípios; assembléia nacional constituinte; eleições diretas para a presidência da república, entre outros” (Silva, 2000).

Apesar da intensidade alcançada pelas lutas sociais populares e embates classistas – levando mais de oito milhões de pessoas às ruas pelas Diretas-Já –, percebemos que o que de fato ocorreu foi uma *mudança na forma de dominação política*, a qual contemplava agora eleições diretas e uma assembleia nacional constituinte, sem prejuízo, contudo, de seu conteúdo de dominação classista. Da ditadura civil-militar (1964-84) de traços semifascistas à dita “Nova República”, conservam-se os elementos estruturais que definem os interesses de classe incrustados nos aparelhos de Estado, de forma que se preserva o capital financeiro monopolista num processo político ditado “de cima para baixo”. Identificamos no processo de *transição política conservadora* os elementos que desde então configuram a natureza de um “pacto social” – determinado a partir da hegemonia burguesa –, conquistando a direção político-ideológica do movimento de oposição/resistência ao regime militar e neutralizando aspirações e iniciativas que vislumbravam algo mais. O movimento operário e popular em ascensão, desta forma, sofre um duro golpe em sua constituição ideológica, organizativa e classista; visto que não chega a imprimir na “abertura” conquistas que signifiquem um projeto histórico de ruptura das classes subalternas, apesar das importantes concessões sociais alcançadas através de multitudinárias mobilizações, ações diretas e lutas políticas e sociais.

Daí decorre, também (mas não só), a estreita institucionalidade que os mecanismos de representação / democracia política assumem desde a perspectiva dos trabalhadores e da maioria da população brasileira, que *vivem uma contradição estrutural progressivamente aprofundada entre os mesmos e as condições materiais de existência cada vez mais deterioradas*⁵³; os direitos sociais e trabalhistas flexibilizados, precarizados e destruídos – além do arrocho salarial e do *fantasma do desemprego* –, o processo de pauperização absoluta, assim como a repressão dos aparelhos de Estado cada vez mais truculenta sobre manifestações políticas, greves, passeatas, piquetes, marchas populares e ocupações de terras e latifúndios – resultando em massacres, chacinas, espancamentos, repressões policial-militares e assassinatos na cidade e no campo – agravados pela hegemonia neoliberal. *Faz-se necessário caracterizar, portanto, a natureza social desta afirmação democrática, cotejando seus limites históricos à luz da aspereza concreta do devir.* Marcadamente institucional, formal, e voltada para as disputas eleitorais, se estabelece entre os mecanismos institucionais de representação política e a crescente miséria social – agravada pelas políticas neoliberais dos últimos catorze anos – um abismo de contradições estruturais. “A Aliança Democrática, como lembrou Florestan Fernandes, empenhava-se em conciliar os anseios democráticos do povo brasileiro com a

⁵³ Sobre essa *contradição estrutural* – entre as condições sociais e a democracia política – relacionada aos países da América Latina (i) Borón, 1994; com relação ao Brasil (ii) Biondi, 2000; e, sobre os limites democráticos (iii) Saes, 1996 e (iv) Moraes, 2001.

‘vocação liberal-conservadora’. Ou seja, deslocava para o topo os processos de decisão política e de fazer da constituição uma fachada. Desta maneira, esse ‘biombo parlamentar’ possibilitaria às elites das classes dominantes e dirigentes ‘preservar em bloco o seu poder real, manter ou ampliar o monopólio do poder político institucionalizado e exercer por dentro e através de um Estado aparentemente democrático, uma ditadura mesquinha e covarde’” (Silva, 2000). Aí encontramos uma caracterização histórica e de classe social, com todas as letras, da *transição política brasileira*.

Nas últimas décadas, com a aplicação dos planos neoliberais receitados pelo FMI e Banco Mundial na América Latina, observamos que o que vem ocorrendo – de forma indissociável da *hegemonia neoliberal* – trata-se, em verdade, de um processo de “recolonização”. A política pró-imperialista de *super-exploração*, rapina e pilhagem leva a mudanças nas relações histórico-estruturais entre os países latino-americanos e o imperialismo hegemônico. *Trata-se de mudanças qualitativas na atual inter-relação de associação-dependente, semicolonial*⁵⁴, *no sentido de uma mais intensa dominação neocolonial*⁵⁵. Esse processo histórico desdobra-se em aspectos econômicos, políticos e militares; expressando-se no aumento extraordinário da dívida externa, na desnacionalização do patrimônio público por meio das privatizações, na dolarização das moedas, na adequação das leis aos ditames do capital transnacional e no controle militar imperial e hegemônico dos EUA. Os governos da região vêm aplicando todo este plano de *ajuste* com o argumento de que não há outra saída que não seja o “livre-mercado” para a América Latina, tradução *ipse literis* do *There Is No Alternative* tatcheriano. É aí que nos inserimos na questão do aprofundamento das *contradições estruturais* e

⁵⁴ Tal distinção alude ao conceito marxista – de “semicolônia” – que caracteriza Estados nos quais, do ponto de vista material, não houve liquidação das relações coloniais, neocoloniais e/ou dependentes, ainda que tenham logrado, formalmente, o estatuto jurídico de independência e soberania política no sistema mundial inter-Estados. Em termos comparativos – do ponto de vista histórico, na perspectiva das longas durações – teríamos como forma ainda mais absoluta de subsunção colonial o “*virreynato*” (em sua antiga ortografia castelhana-arcaica). O vice-rei (“*virrey*”) era o encarregado de administrar, como delegado e em nome do rei da Espanha, um país ou uma província. Devido às grandes distâncias de suas possessões territoriais, a Coroa Castelhana criou diversos Vice-Reinados, como principais autoridades mandatárias regionais. No Império Britânico o título aplicou-se ao Governador-Geral da Índia – o Vice-Rei da Índia –, entre 1858 e 1935. Portugal também criou o Vice-Reinado do Brasil (1714-1808), baseando-se no exemplo do Império Espanhol.

⁵⁵ Outra dimensão que condiciona profundamente este quadro geral, e deve ser considerada em suas múltiplas manifestações, trata-se de que em países da periferia do sistema – especificamente da América Latina, e em especial na formação social brasileira – apresenta-se como mediação concreta o *escravismo colonial* como modo de produção central na acumulação primitiva de capital, determinando as relações estabelecidas com os centros nervosos de acumulação capitalista. A discussão sobre a democracia política e a “sociedade civil” – esta última entendida em seu sentido marxiano – se vê inegavelmente matizada pela contradição, em termos, apresentada entre liberalismo e escravismo. No período de construção do Estado nacional brasileiro se apresenta como fenômeno ideológico “um ideário de fundo conservador, no caso, um complexo de normas jurídico-políticas capazes de garantir a propriedade fundiária e escrava até seu limite possível” (Bosi, 1992). Desta forma, percebemos que a relação liberalismo-escravismo se apresenta como contradição “aparente”, já que não verificamos neste liberalismo um conteúdo pleno que pudesse equivaler à ideologia burguesa do trabalho livre, firmada a partir da revolução industrial européia – “a constituição da sociedade burguesa, no país, ocorre com a destruição das relações escravistas; mas não com a liquidação das relações coloniais, neocoloniais e dependentes” (Silva, 2000).

dos *limites históricos das democracias burguesas da periferia capitalista*, em especial no Brasil. A agudização do antagonismo classista apresentou-se como resultado da falência da chamada “redemocratização”, bem como da “hegemonia regressiva” das políticas neoliberais impostas por organismos multilaterais tais como o Fundo Monetário Internacional (FMI) ao Brasil: estavam dadas então as condições objetivas que possibilitaram historicamente a criminalização dos conflitos sociais e a respectiva militarização de seu tratamento pelo Estado. É no presente momento histórico, à época limiar do novo século, no qual “ressuscitam-se” o SNI (Serviço Nacional de Informações) sob a sigla de ABIN (Agência Brasileira de Inteligência Nacional), surge um ramo da polícia federal especializada em reprimir movimentos sociais e o Senado propõe realocar as forças armadas para tarefas de polícia e controle civil etc.; espelhando assim o recrudescimento do imperialismo em nível internacional e a máxima expressão das contradições da *crise estrutural do capital*; o que se reflete organicamente em “solo nacional” a partir da criminalização jurídico-política e da semi-fascistização dos aparelhos de Estado – que se voltam contra movimentos sociais, organizações estudantis, sindicatos, partidos de esquerda etc. – assim como contra todos e quaisquer setores que se oponham, de alguma forma e em alguma medida, aos estreitos limites da institucionalidade burguesa e sua respectiva legalidade jurídico-política.

Além de conceber o governo executivo como parte orgânica do Estado centralizado – aparato superestrutural de dominação classista e *expressão jurídico-política da opressão econômico-social* –, articulado que está com outros aparelhos intra-estatais tais como o Congresso, o judiciário, as Forças Armadas etc. para conformar a institucionalidade burguesa e garantir a manutenção da Ordem do Capital; verificamos que há um profundo agravante neste regime “democrático” de dominação política, o qual – como veremos a seguir – devemos considerar de forma indivisível em nossa análise, sob o risco de que elidir tal questão pode levar-nos à avaliação de uma “democracia em abstrato”, num exercício de especulação teórica sem evidências empíricas, “chão histórico” ou sustentação real⁵⁶. A partir da *mundialização capitalista* ocorrida nas últimas décadas, “a hegemonia econômica do capital financeiro não encontra base social para estabilizar minimamente a governos e a sistemas políticos cuja instabilidade se incorpora como elemento permanente, entre a flutuação dos capitais financeiros e a perda de legitimidade dos governos, os escândalos políticos e o esvaziamento de poder e de

⁵⁶ A crise da institucionalidade política democrático-burguesa na América Latina – amplo descrédito, desilusão e ceticismo arraigados entre as massas da América Latina em relação à possibilidade de mudanças sociais através dos votos no último período – encontrou diversas expressões teóricas na sociologia, política e historiografia do subcontinente. “O vertiginoso esgotamento das promessas democráticas de governabilidade neoliberal viu-se refletido em alguns países pelo desenvolvimento de profundas crises políticas que socavaram a legitimidade dos regimes democrático-liberais e das estruturas partidárias tradicionais. A crise das formas tradicionais de intervenção política parece ter sido amplificada abrindo caminho ao desenvolvimento de numerosas experiências de auto-organização social” (Seoane e Taddei, 2003).

prestígio dos parlamentos. Esta é a democracia que o capitalismo, na sua era neoliberal, trouxe ao mundo” (Sader, 2002a). Senão, vejamos⁵⁷:

Mas, qualifiquemos o problema: que tipo de regime democrático? Nasceu sem liberdades civis plenas, e sacudido pelo terremoto das Diretas em 84, quando cerca de oito milhões de pessoas foram às ruas, correspondendo a quase 20% da população economicamente ativa. Absorveu a crise da derrubada de Collor, depois da irrupção do maior movimento estudantil desde 68, mas sofre uma dificuldade de legitimação crônica diante das massas. (ARCARY, 2002)

1.3.2 Os limites democráticos e as esquerdas:

o Estado, a democracia burguesa e a Ordem do Capital

A contenda acerca da caracterização sobre a *forma de governo* – não podendo ser apreciada a partir das relações jurídico-políticas em si mesmas, nem tampouco através do suposto desenvolvimento “espiritual” de mulheres e homens –, em Marx e Engels, remete-nos necessariamente ao *modo de produção da vida material* que lhe corresponde; sendo que a primeira encontra-se – invariavelmente – sobredeterminada pelo segundo. O que consideramos como *limites democráticos* – sob o *sistema capitalista* – foram explorados e desenvolvidos conceitualmente, desta forma, por diversos autores de inspiração marxista que servem de base e referencial teórico-epistemológico para nossa problematização. Borón (2001c) e Wood (2002) – o primeiro reportando-se às formações econômico-sociais da América Latina e a segunda tratando dos países de desenvolvimento capitalista avançado – referem-se às *limitações histórico-estruturais das democracias burguesas* no sentido de substantivar a “emanação popular do poder político” e, simultaneamente, subsumirem-se à necessidade de *sustentar, apoiar e legitimar* a exploração e a opressão econômico-social da imensa maioria da população trabalhadora de seus respectivos Estados capitalistas. Sendo assim, segundo Wood (2002), não se poderia considerar a “democracia em geral” ou “sem adjetivos”, a qual seria – para Borón (2001c) – “inconcebível à margem de uma análise sobre a estrutura e dinâmica do capitalismo latino-americano e, mais detalhadamente, sobre a natureza dos processos de ajuste estrutural e reestruturação capitalista atualmente em curso em nossa região. Em outras palavras, não há

⁵⁷ “À diferença de outros países, no Brasil, a classe dominante tem tido, historicamente, uma dificuldade persistente em ganhar até a classe média, para não falar na maioria do povo, para a defesa do regime. As bases políticas de dominação burguesa através do sufrágio universal, herdeiras do clientelismo rural, depois transportadas para a periferia das grandes regiões metropolitanas, embora existam, são débeis. Uma tensão social crônica está na raiz desse fracasso. Afinal, boas razões nunca faltaram para que o Brasil fosse tão conflitivo. É comum fundamentar essa instabilidade na desigualdade social, mas somente isso, embora verdadeiro, seria insuficiente. Uma luta de classes molecular, que sempre transpirou por todos os poros, se traduziu numa instabilidade política duradoura: 388 anos de escravidão, 389 de Estado com formas monárquicas, 41 de regime autoritário-oligárquico, 36 de ditadura semifascista,... não aconteceram em vão.” (Arcary, 2002).

muito sentido em falar da democracia na sua abstração quando, em realidade, tratar-se-ia de examinar forma, condições e alcances da democratização em sociedades, como a capitalista, que se fundam em princípios constitutivos que lhe são irreconciliavelmente antagônicos”. A tese diretiva acima delineada constitui um dos eixos norteadores de nosso programa investigativo – “examinar forma, condições e alcances” da democracia burguesa na história social recente do Brasil –, a qual pretendemos desenvolver e precisar através de uma aproximação específica aos sujeitos, ao escopo e ao campo de pesquisa aqui relacionados. Senão, vejamos – em termos históricos e comparativos – o exemplo da primeira rebelião insurrecional da América Latina na aurora do séc. XXI.

Na Argentina encontramos, durante as jornadas do chamado *argentinaço*, a expressão mais acabada do quadro geral de crise generalizada da democracia capitalista na América Latina (Silva, 2005). De forma brutalmente sintética, temos que as jornadas rebeldes de 19 e 20 de dezembro de 2001 desataram-se a partir de uma *situação revolucionária* na qual as massas subalternas lograram decapitar a dois presidentes da república no ritmo acelerado de uma conjuntura de apenas quinze dias, com amplas e multitudinárias mobilizações populares tomando as ruas da capital do país e impondo uma dinâmica própria de luta, organização e consciência social. Previamente esboça-se um acúmulo na relação de forças manifestado em crescentes descontentamentos e protestos populares, mediados por três convocatórias de greves gerais, a intensa mobilização de desempregados urbanos a partir do *movimiento piquetero* – com suas ações diretas e cortes de estrada apresentando-se vigorosamente no cenário nacional – e um inaudito grau de abstencionismo eleitoral na história política do país galvanizando o crítico descolamento entre governantes e governados. O *corralito* – medida econômica abertamente regressiva, tomada pelo Ministro das Finanças Domingos Cavallo, que atinge em cheio a poupança de trabalhadores urbanos e classes médias proletarizadas – representa o último ato de uma série de resoluções governamentais que, longe de dirimir ou escamotear a conflitividade social, só fizeram recrudescê-la. A Argentina, apontada como exemplo paradigmático, após a queda do Muro de Berlim em 1989, dos êxitos da política econômica de organismos financeiros multilaterais e instituições do imperialismo hegemônico – como o FMI – para países considerados “em vias de desenvolvimento”, como o “ajuste estrutural” e as *contra-reformas orientadas-para-o-mercado* – em especial o livre movimento de capitais, a desregulação financeira e o plano de convertibilidade peso-dólar – era exaltada pelo ideário neoliberal do Consenso de Washington em função das *relaciones carnales* mantidas entre o império do Norte e o líder portenho Carlos Menem. Com as mobilizações revolucionárias da Argentina – massiva votação “com os pés”, furiosa e nas ruas – cai por terra um importante substrato ideológico da

ofensiva burguesa pró-imperialista da chamada “globalização neoliberal” em sua primeira geração de contra-reformas, estruturalmente antagônicas ao Trabalho, na América Latina.

A crise orgânica da hegemonia neoliberal e de sua institucionalidade jurídico-política abre-se, em sua expressão ideológica, a partir do massivo rechaço da população trabalhadora aos partidos da ordem burguesa – “*sin radicales y sin peronistas vamos a vivir mejor*”, coreavam milhares de manifestantes nas ruas de Buenos Aires, representados pelo Partido Justicialista (PJ) e pela Unión Cívica Radical (UCR) que, diferentemente da natureza *amateur* dos fisiológicos partidos da burguesia brasileira (PFL, PP, PMDB, PSDB etc.), possuem amplo, tradicional e histórico arraigo social de massas populares que remonta a mais de meio século de história política de dominação classista consciente e organizada no país. Simultaneamente, uma profunda crise de direção assolava a FREPASO – *Frente Patriótico Solidário*, composta por segmentos do Partido Comunista de Argentina, classes médias e o núcleo duro de sua respectiva *intelligentsia* –, no sentido da não-representatividade face à insolúvel problemática – sem resolução definitiva, ao menos nos marcos da democracia burguesa – das classes subalternas da Argentina. Tal alternativa eleitoral pequeno-burguesa rapidamente encerra seu ciclo histórico, desgastando-se junto às massas radicalizadas. Em simultaneidade, desenvolve-se a perspectiva de associações assembleárias de vizinhos organizados em diversas regiões da capital argentina, no sentido imediato de resolver necessidades concretas das massas famintas: sem-teto, sem-trabalho etc. A multiplicidade de determinações apresenta-se sobre uma rica diversidade fenomênica em curso, através de uma polissemia proletária composta por movimentos piqueteros, painelaços e “escraches”, ocupação de fábricas sob controle operário, assembleias interbarriais, as marchas populares, os cortes de estrada, paralizações parciais e greves gerais, mobilização massiva e o ingresso das mais amplas camadas sociais das massas populares na vida política do país, questionando intensamente as estruturas de poder assentadas em décadas de super-exploração e políticas neoliberais no subcontinente, configurando histórica e processualmente uma situação revolucionária que opõe marcadamente a impossibilidade das classes dominantes conservarem incólume o espólio econômico e a necessidade sentida pelas classes oprimidas de se postarem em marcha para enfrentar as causalidades mais visíveis da já intolerável submissão. Em latitudes argentinas, observamos, houve acalorado debate – na sociologia, história e ciência política – contestando a caracterização de uma *situación revolucionária*. As objeções apresentadas são várias: (i) rápido decréscimo, (ii) progressiva re-institucionalização do Movimiento *¡Que Se Vayan Todos!* (MQSVT), (iii) além do problema da consciência social. Sobre o MQSVT, “Argentinaço” ou jornadas revolucionárias: como e por que se produziu? Como e por que derrubou cinco governos em menos de um mês? Por que se

gritava *que se vayan todos, que no quede ni uno solo e sin radicales y sin peronistas* – partidos políticos históricos e tradicionais – *vamos a vivir mejor?* Por que se escolheu a Casa de Governo, o Congresso Nacional, os bancos, as multinacionais e as empresas privatizadas como alvo preferencial do protesto social? Trabalhadores, desempregados e jovens do país jogavam suas vidas no sentido de tomar o destino histórico em suas próprias mãos – rechaçando a institucionalidade jurídico-política do regime democrático-burguês – levantavam propostas antiimperialistas e anticapitalistas como: o não-pagamento da dívida externa, a ruptura com o FMI, a nacionalização financeira e a expropriação de empresas privatizadas sob controle operário etc. em resposta a suas necessidades imediatas. As saídas à crise apresentadas pelo movimento social das massas argentinas *nitidamente excedia os limites legais e os marcos materiais de reprodução da Ordem do Capital* e seu respectivo “comitê executivo”, o Estado argentino.

A ascensão de Nestor Kirchner à presidência da república marcou, obviamente, o encerramento do ciclo histórico-conjuntural revolucionário argentino e sua subsequente absorção na institucionalidade política do regime democrático-burguês e, por fim, à lógica do Capital. Neste contexto, organizações como a *Central de Trabajadores Argentinos* (CTA), a *Federación de Tierra, Vivienda y Hábitat* (FTV), a *Corriente Clasista Combativa* (CCC) e setores sociais da Igreja Católica colaboraram, subordinaram-se e prestaram apoio a este governo, considerando-lhe como “governo em disputa”, *abstendo-se de traçar uma fronteira político-ideológica de independência classista com o mesmo*, sob o lançamento da proposta de uma *Frente Nacional y Popular*. Estaríamos, afinal, diante da fortaleza de uma hegemonia dinâmica – verificada através da eficácia de seus respectivos mecanismos preventivos de natureza contra-revolucionária – ou da debilidade de uma insurreição popular? O pensamento crítico das ciências sociais da América Latina – localizado em institutos, universidades, centros etc. – apreende e considera algo como um deslocamento massivo nas lutas sociais no subcontinente, mas desde certa tendência político-epistemológica que centraliza o problema do que seria a “exclusão social” – *categoría problemática desde a perspectiva marxiana do ser social* – e secundariza as formas de conflitividade social do antagonismo classista. Este bloqueio cognitivo impede tal tendência de visualizar – por exemplo – os nexos dialéticos entre necessidades imediatas e interesses históricos, movimento e classe, sujeito social e sujeito político, conjunturas e estruturas. Descartam o protagonismo histórico, no contexto da revolução argentina, de personalidades e organizações de esquerda como Jorge Altamira, PO (‘Partido Obrero’), MST (‘Movimiento Socialista de los Trabajadores’), MAS (‘Movimiento al Socialismo’), PTS (‘Partido de los Trabajadores al Socialismo’), FOS (‘Frente Obrero Socialista’) etc. – distintos grupamentos

trotsquistas que vivem o Trotskyano dilema da *crise de direção revolucionária* – decisivas em processos como o “Fuera De la Rúa-Cavallo”, representativas das classes e setores em luta. A situação argentina, que se definia pelo “descontentamento, nervosismo, instabilidade e fácil arrebatamento da pequena-burguesia”, arrolou, ainda as seguintes características: “(i) impasse da burguesia e a conseqüente confusão da classe dominante; (ii) aguda insatisfação e desejo de mudanças nas fileiras da pequena-burguesia, sem cujo apoio a grande-burguesia não pode sustentar-se; (iii) consciência do intolerável da situação e disposição para ações revolucionárias nas fileiras do proletariado” (Trotsky, 1994). Faltaria ao menos um aspecto discricionário da subjetividade da *classe-que-vive-do-trabalho*: “(iv) um programa claro e uma direção firme da vanguarda proletária” (Trotsky, idem). O caso argentino – por sua visceral proximidade espaço-temporal – se estabelece como marco importante em termos históricos e comparativos. Agora, vejamos.

Moraes (2001), por sua vez, afirma que “como regime político ou moralidade objetiva de sociedade determinada, a democracia não é universal, como tampouco o são a justiça, a beleza, a paz, quando consideradas não como platônicos paradigmas, mas como formas entranhadas na rudeza material do devir ... pode ser democrático, mas também pode ser oligárquico, plutocrático, burocrático, colonialista etc.”. E continua – polemizando com o conhecido ensaio de Coutinho (2000), “O valor universal da democracia”, sobre o qual discorreremos adiante – “a democracia, como forma de Estado, tampouco é um fim-em-si (‘um valor universal’), e sim um instrumento de dominação política. Os fins a que se subordina esse meio ou instrumento são determinados principalmente pelos interesses de classe”. A presente polêmica sobre os *limites democráticos* – como poderemos conferir à frente – assumiu diversas formas ao longo da história social e política do movimento operário, atravessando as diferentes concepções estratégicas das esquerdas políticas, referindo-se centralmente à *noção de Estado que defendem as respectivas correntes e tendências em presença no Brasil e no mundo*. O núcleo central da crítica de Moraes é-nos fundamental:

Da presidência dos Estados Unidos ao secretariado-geral da ONU, a ênfase posta no “valor universal da democracia” confirma que ele corresponde a um consenso “quase unânime”, segundo a expressão de Coutinho. Infelizmente, parece-nos que o segredo de tão amplo sucesso está em que ele desarma a crítica à “*democracia*” realmente existente, apoiada ou resignadamente aceita pela “opinião pública” ocidental e garantida pela máquina de guerra do Pentágono e das forças auxiliares da OTAN, sempre mais aguerridamente genocidas. Sentimos certo incômodo em pertencer a uma quase inexistente minoria. Consola-nos, porém, o velho provérbio: antes só do que mal acompanhado. **(MORAES, 2001, grifos nossos)**

Anderson (1995), por outro lado, lembra que uma das principais publicações, de um dos mais importantes precursores do *neoliberalismo*, Friedrich Hayek – seu famoso ensaio, “O Caminho da Servidão” (1944) – “trata-se de um ataque apaixonado contra qualquer limitação dos mecanismos de mercado por parte do Estado, denunciadas como ameaça letal à liberdade, não somente econômica, mas também política”. Numa reação teórica e política contra o *Estado de Bem-Estar Social* que surgia na Europa Ocidental durante o segundo pós-guerra, Hayek convoca os intelectuais que compartilhavam de sua orientação ideológica na Inglaterra e no mundo – “a liberdade e a democracia, explicava Hayek, podiam facilmente tornarem-se incompatíveis, se a maioria democrática decidisse interferir em direitos incondicionais de cada agente econômico de dispor de sua renda e de sua propriedade como quisesse” – e estes passam a criar, então, nas palavras de Anderson, “uma espécie de franco-maçonaria neoliberal, com o propósito de combater o keynesianismo [...] e preparar as bases para um outro tipo de capitalismo, duro e livre de regras, para o futuro”. A democracia assim retratada trata-se de mera retórica que se inscreve na defesa da liberdade econômica, da livre-concorrência e das garantias jurídico-políticas de liberdade individual, reduzindo o princípio de soberania popular ao sufrágio universal – de maneira formalista – e este, por fim, ao direito de escolher uma *griffe* no “mercado político”, análogo à escolha, nos supermercados, duma marca de sabonete. Saes (1996), debate sobre a forma de *democracia limitada* instituída no Brasil pós-1988.

Em primeiro lugar, algumas dessas limitações são sobrevivências do processo de militarização – deflagrado a partir do golpe de 1964 – do aparelho de Estado brasileiro. A Constituição de 1988 continua – fá-lo através do artigo 142 – a superdimensionar o papel político das Forças Armadas; o texto constitucional confere a estas a prerrogativa de intervir politicamente a favor da “manutenção da ordem”, genericamente definida, sem que seja necessária a autorização prévia do Congresso. [...] Uma segunda limitação da nova democracia brasileira advém do fato de que o processo constituinte de 1988 reforçou a posição do Executivo, formalmente já devolvido às forças políticas civis, diante do Parlamento, ao dotar o governo de um instrumento de ação legiferante mais poderoso – porque sujeito a condições menos rigorosas – que o antigo decreto-lei: a medida provisória. As decisões fundamentais dos dois últimos governos foram basicamente implementadas através dessa figura jurídica, e não de uma tramitação congressional. [...] A terceira limitação da democracia brasileira de 1988 parece à primeira vista ser uma mera reiteração de uma limitação já presente na “democracia populista” de 1945-1964. Ou seja: não se constituem, num e noutro caso, “governos rigorosamente partidários”, o que evidencia a ascendência da burocracia de Estado, genericamente considerada, sobre o processo decisório estatal [...] essa combinação institucional, ao invés de abrir espaço para uma intervenção “bonapartista” da burocracia estatal no processo político, é instrumentalizada pelos segmentos da classe dominante que organizam ativamente a sua hegemonia política no seio do bloco no poder. (SAES, 1996)

Após cerca de vinte anos desde a queda da ditadura civil-militar no país torna-se possível realizar um balanço histórico da democracia capitalista instaurada – e consolidada – no

Brasil. A repressão policial-militar age intensa e sistematicamente contra os trabalhadores em luta, os movimentos sociais e a esquerda política que se manifestam – de alguma forma, em alguma medida – contrariamente à institucionalidade burguesa. Seja na forma de criminalização e judicialização dos conflitos e movimentos sociais, seja mediante a coerção direta das polícias civis e militares – além das próprias forças armadas –, através dos aparelhos ideológicos e repressivos do Estado⁵⁸. Quando num país há mais de quinze mil mortes violentas por ano – não-biológicas e não relacionadas à fome – as Nações Unidas consideram que existe uma determinada modalidade de estado de guerra, chamada de “conflito de baixa intensidade” (“low intensive conflict”). No Brasil, segundo o próprio Ministério da Justiça, este número passa dos quarenta mil (Della Santa Barros, 2002a). As ocupações urbanas por moradia popular e as ocupações de terras na luta pela reforma agrária – promovidas por sem-tetos e sem-terras, respectivamente – são combatidas com “massacres” e “chacinas” pelo Estado burguês brasileiro. Como exemplo de impunidade, temos o resultado do julgamento do massacre de Eldorado dos Carajás (considerado “uma traição às esperanças de justiça” pela Anistia Internacional). Os acordos com o FMI – a sua vez –, no Brasil e na América Latina, configuraram-se no verdadeiro terreno decisório privilegiado – para além dos parlamentos, governos de turno ou, ainda mais longinquamente, da “vontade popular” –, o que converte os regimes da região em *democracias burguesas neocoloniais*, cristalizadas e subsumidas mediante mecanismos e estruturas de natureza diversa – mais adiante minuciosamente demonstrados – aos organismos multilaterais, ao capital financeiro e ao imperialismo neoliberal. Um deles, sem sombra de dúvida *determinante*, chama-se ALCA.

“Todos os acordos e obrigações assumidos pelos Estados Nacionais no campo financeiro e comercial estão se sobrepondo à vontade popular e aos poderes nacionais: déficits ou superávits acordados com o FMI são o melhor exemplo disso” (Oliveira, 2003a). “ALCA e democracia”, ainda segundo Oliveira, conformariam “um par implausível”. “A ALCA pode transformar-se numa enorme burla à vontade popular. Ela carrega em si [...] todos os genes antidemocráticos, por criar um espaço de decisões que está fora da alçada do cidadão comum. Para países como os nossos, que demoraram tanto a construir precárias instituições democráticas, a ALCA pode ser o começo do fim. Comércio nunca casou bem com liberdade. E agora, acreditamos em Papai Noel?” (Oliveira, *idem*). A declaração de George Soros –

⁵⁸ Os laços que unem os latifundiários e o sistema judicial no Brasil são demonstrados pelo fato de que, entre 1985 e 1999 – em pleno regime “democrático” –, com relação ao assassinato de 1.158 militantes sem-terra, só 56 pessoas foram levadas a julgamento, dentre as quais somente 10 foram condenadas. A prática generalizada de assassinatos políticos, segundo a Anistia Internacional, segue impune pelo poder judiciário brasileiro. Só durante os primeiros quatro anos do governo FHC foram assassinados 163 trabalhadores rurais. A leniência com jagunços, pistoleiros e grupos armados organizados pelas classes dominantes contra a luta pela terra foi coroada – no Governo Lula – com a apologia do uso de armas por proprietários, feita pelo Ministro da Agricultura.

megaespeculador financeiro – diante das eleições presidenciais do Brasil em 2002, não se dá ao acaso, nem num momento qualquer, quando afirma que “os brasileiros podem até escolher o presidente que quiserem”, mas, as decisões que lhes dizem respeito, *seriam tomadas fora do país*. Como veremos à frente, o Governo Lula, eleito mediante amplo voto popular, só fez continuar e aprofundar a hegemonia neoliberal e, simultaneamente, fortalecer o regime “democrático” – e burguês – de dominação política sobre as classes trabalhadoras⁵⁹. Desta forma – segundo argumentação que desenvolveremos adiante – *a hegemonia regressiva do neoliberalismo demonstrou-se infensa à alternância de partidos no poder alçados mediante sufrágio universal e, ademais, simbioticamente relacionada aos mecanismos institucionais de representação política da democracia burguesa no país*⁶⁰. “Quanto mais uma classe dominante é capaz de acolher em seus quadros os homens mais valiosos das classes dominadas” – afirmou Marx já n’*O Capital* – “tanto mais sólido e perigoso é seu domínio”.

⁵⁹ Vencido cerca de um quarto de século após a fundação do PT (1980) e passadas quatro eleições presidenciais; o ex-migrante nordestino, ex-operário metalúrgico e ex-dirigente sindical Luís Inácio da Silva – o “Lula”, sua mais representativa figura pública –, é por fim alçado ao governo executivo do Estado burguês brasileiro. O resultado das urnas, não se pode obviar, deveu-se também ao deslocamento político-programático partidário – o qual, por sua vez – permitira constituir um amplo leque de apoios, coalizões e alianças, que envolveram desde a intelectualidade acadêmica, movimentos sociais, Igreja Católica e partidos comunistas até segmentos empresariais, frações da classe capitalista e partidos liberais-burgueses. Um abismo de contradições apresentava-se – desde o ponto de vista dos trabalhadores, movimentos sociais e organizações socialistas – entre as expectativas referentes a uma trajetória petista construída em meio às lutas sociais contra a opressão ditatorial, os movimentos grevistas contra a super-exploração econômica, o apoio à luta pela reforma agrária e a oposição parlamentar às políticas neoliberais – durante os anos 80 e 90 – e o projeto histórico exposto pelo Governo Lula. O crescente e molecular descontentamento social, substrato histórico-concreto desta vitória eleitoral – *expressão distorcida do acúmulo na correlação de forças sociais das classes subalternas em luta contra seus antagonistas proprietários*, insistimos, *mediante mecanismos preventivos e anti-revolucionários da institucionalidade democrático-burguesa* –, não esteve, porém, circunscrito apenas ao operariado, campesinato e camadas sociais populares, estendendo-se também aos assalariados médios, à pequena-burguesia urbana e, ainda, a grandes setores provenientes do enquadramento propriamente capitalista (Silva, 2002).

⁶⁰ A continuidade-aprofundamento das políticas econômicas afiliadas ao neoliberalismo, no governo de turno – “como lamentavelmente nos mostra o Brasil de Lula” (Borón, 2003) – é confirmada pela intelectualidade e já rendeu a Lula a sintomática alcunha de “Talibã neoliberal” (Petras, 2002). Semelhantes vaticínios – ainda que diferenciados em vieses, intensidades e temporalidades – encontraremos em diversas nuances e tendências das esquerdas políticas e acadêmicas no Brasil (Antunes, 2004a; Boito, 2003a; Coutinho, 2003b; Leher, 2003b; Oliveira, 2003c). “Em setores da intelectualidade e da esquerda marxista, a discussão sobre o Governo Lula desloca-se para novo patamar. Não mais ocorre em torno da caracterização do atual governo; *este passa a ser compreendido como submetido ao capital financeiro e FMI*; por outro lado, o PT como instrumento de luta política dos trabalhadores passa a ser considerado esgotado. O debate concentra-se então em questões como: qual terreno político de luta, com que formas de organização política e com qual horizonte estratégico (e tático) enfrenta-se as políticas neoliberais e o atual governo” (Silva, 2004, grifos nossos).

1.3.3 A ofensiva político-ideológica no pós-89

As tendências e coordenadas históricas atuantes no *processo de adaptação das esquerdas à democracia burguesa* não se restringe, contudo, ao PT ou mesmo ao Brasil. Referindo-se aos caminhos e descaminhos das esquerdas, de perspectiva reformista e até mesmo aos revolucionários, Hernández afirmou que “um vendaval oportunista percorre o mundo” após a restauração capitalista no Leste Europeu e a queda do Muro de Berlim (Hernández, 2004), tal qual um verdadeiro *tsunami* contra-revolucionário internacional no pós-89. A reação democrática⁶¹ – *enquanto totalidade histórico-concreta de um conjunto articulado de mecanismos preventivos à ação histórica independente das massas subalternas* –, voltada para a diluição das contrariedades e revoltas sociais em estágio ainda molecular, através de esferas distintas da institucionalidade burguesa e especialmente mediante expedientes de sufrágio universal, passou a conformar o repertório tático preferencial da Ordem do Capital após a fragorosa derrota do imperialismo hegemônico na Guerra do Vietnã⁶². Tratava-se de uma ofensiva política e ideológica contra-revolucionária. Poucas foram as organizações anticapitalistas de trabalhadores que não sucumbiram à subalternização perante a ofensiva material e ideológica do Estado liberal-parlamentar – bem como à sua lógica, estrutura e funcionamento correspondentes – em especial o eixo gravitacional referente ao calendário eleitoral⁶³. À diferença do que os marcos internacionais sugerem, o momento de ascensão

⁶¹ A formulação “reação democrática” – que à primeira vista de um olhar incauto pode parecer um *oxímoro* (sob efeito ideológico do que alhures designou-se como a “canonização da democracia”) – busca apreender determinações estruturais da dominação classista – numa estrutura de poder que consiste em hegemonia flexível, elástica e dinâmica de manutenção da Ordem do Capital no Estado liberal-parlamentar – tal como ela se apresenta na atual configuração histórica. “Este sistema hegemônico de poder [...] definido pelo grau de consenso que recebia das massas populares que dominava e por uma conseqüente redução da escala de coerção necessária para reprimí-las. Seus mecanismos de controle – escolas, igrejas, jornais, partidos, associações – que inculcavam nas classes exploradas uma subordinação passiva [...]” (Anderson, 2004). Pode ser tomada como contração – para maior entendimento – de um enunciado maior: reação – de *conteúdo* burguês e *forma* – democrática. A hegemonia, lembremos, é dialeticamente “encouraçada de coerção”: *votos e armas*, sendo brutal.

⁶² Por um lado, fazemos a ressalva de que as diferentes formas historicamente assumidas pelas ofensivas imperialistas – *força e consenso*, em enunciado gramsciano – revelam a mais indivisível unicidade no que se refere ao objetivo estratégico, em detrimento da diversidade tática, de contrarrestar de maneira contra-revolucionária as múltiplas manifestações fenomênicas da *crise estrutural do capital* e suas respectivas expressões sintomais (mercantil, inversionista, energética, territorial etc.). Por outro, não se pode obviar a caracterização de um novo *momentum* de salto qualitativo no que se refere à militarização – com ou sem a chancela legal do “covil de bandidos” da ONU – exemplificado este pelas diversas campanhas beligerantes: as guerras do Afeganistão, do Iraque e a *nova doutrina Bush de Guerra Preventiva*; o recrudescimento da ocupação nazi-sionista da Palestina, pós-deflagrada a Segunda Intifada; a intervenção militar do exército francês na Costa do Marfim; a ocupação militar do Haiti a mando das forças armadas brasileiras, sob auspício do Governo Lula e tutela da ONU e, por fim, a tentativa (frustrada) de golpe de Estado na Venezuela, com apoio logístico da *intelligentsia* dos EUA. No próximo capítulo abordaremos o que Petras (2001) denomina como *contra-ofensiva imperial* dos EUA – em diferentes níveis –, desencadeada no *pós-11 de setembro de 2001*.

⁶³ “O calendário eleitoral do regime democrático-burguês exerce, há pelo menos cem anos, uma força de pressão terrível sobre todas as organizações revolucionárias. De dois em dois anos, às vezes menos, há eleições, e se cria a ilusão de que se pode mudar a vida e satisfazer as reivindicações, mudando o partido que está no governo. Em todos

operária no qual surge o PT no Brasil dá-se em meio a um processo de refluxo e derrotas dos trabalhadores nos países de capital central⁶⁴. Durante o intervalo de vinte e dois anos que separa a fundação do PT e a eleição de Lula ao governo executivo do Estado brasileiro “muitas águas rolaram”. Um processo histórico que só pode ser compreendido, conforme Marx, como “rica totalidade de determinações e relações diversas”. Operando de acordo com o procedimento metodológico proposto por Anderson (1987), através da mediação conceitual do mapeamento estrutural de “coordenadas históricas” – quais sejam, *as principais tendências que se apresentam num fenômeno político e cultural*, em um determinado momento histórico, *para além das incidências ocasionais e acessórias* –, observamos como se configuram historicamente a institucionalização e a burocratização sindical e política das esquerdas, o refluxo dos movimentos e lutas sociais urbanas, a ofensiva burguesa através das políticas neoliberais e do dito *pensée unique*, bem como a mundialização do capital e do *anticomunismo* pós-restauração capitalista do Leste Europeu.

Neste devir histórico, apresentam-se como determinações fundamentais e mediações concretas os sucessivos êxitos eleitorais do PT, a concentração de esforços nucleares para a via institucional em torno a cargos parlamentares e executivos assim como o afastamento das lutas sociais diretas de massas, sindicais e políticas, protagonizadas quotidianamente pelo povo trabalhador brasileiro – nas ruas, no campo, nos lugares de trabalho etc. – desde o final dos anos 80, durante a década “neoliberal” de 1990, e até os dias de hoje, quando estas

os países, em maior ou menor medida, a agenda das organizações que reivindicam o projeto da revolução passou pela preparação para as eleições: adaptação às exigências jurídicas da legalização, levantamento de fundos, escolha de candidatos, controle de gabinetes, deslocamento de quadros, e tudo o mais que vem depois com a renovação de mandatos. E são raríssimos os casos das organizações revolucionárias que conseguiram sobreviver a essas pressões. Nenhuma organização, nem a mais revolucionária do século XX, que foi o bolchevismo russo, passou incólume, de forma indolor, à prova da democracia burguesa. *Todas as organizações revolucionárias ou sucumbiram, ou se dividiram, ou surgiram lutas políticas tremendas em seu interior*” (Arcary, 2005c, grifos nossos).

⁶⁴ Matizemos (e contextualizemos) esta afirmação. O quadrante histórico no qual se situa o processo social aludido abre-se a partir da extinção da ex-URSS. Na década de 1990 manifestam-se: uma ofensiva ideológica pró-imperialista-capitalista em torno aos “fim da história” / “fim das ideologias”, a ascensão da perspectiva epistêmico-cultural pós-modernista, a suposta inevitabilidade e triunfo histórico do “padrão neoliberal” de acumulação capitalista e a restrição do horizonte social, político, econômico e cultural das “esquerdas oficiais” ao limite das instituições do Estado liberal-burguês e do sistema sociometabólico de produção da vida social baseado na propriedade privada, no mais-valor e, conseqüentemente, na exploração de minorias sobre maiorias. O marxismo, neste contexto e ao contrário das décadas anteriores, encontrava-se na defensiva. A *hegemonia neoliberal* só fez intensificar os antagonismos estruturais entre as classes sociais, a pobreza absoluta e a destruição dos serviços públicos (de saúde, educação, previdência social e infra-estrutura) para a maioria da população além do estancamento crônico das economias capitalistas avançadas – leia-se, *imperialistas* – japonesa e européia; como exemplo de inflexão temos a greve de massas dos trabalhadores estatais contra a reforma da previdência social na França, que já representa um giro na situação mencionada. Neste processo de agudização da luta de classes produzem-se embates sociais em ampla escala, como se viu com a *frature sociale* exposta pelo poderoso movimento grevista do setor público francês (nov.-dez./95); o qual abriu o debate político-intelectual e possibilitou a vitória eleitoral dos partidos social-democratas em grande parte da União Européia, na segunda metade dos anos 90. Em última instância, bem sabemos, trata-se da *expressão distorcida do acúmulo na correlação de forças sociais das classes subalternas em luta contra seus antagonistas proprietários*, condicionada esta pelas verdadeiras fortalezas do capital em que se configuraram os estados liberais-modernos da Ordem do Capital.

sofreram considerável refluxo. As práticas e orientações acima mencionadas vão ganhando terreno, *conquistando mentes e corações* – diria Lenin –, até se elevarem a estatuto teórico com pretensões histórico-universalizantes, mediante diferentes formulações políticas, ideológicas e organizativas durante a história social do movimento operário no Brasil; desde a década de 1950 – em tendências históricas configuradas em partidos de esquerda, institutos e correntes político-ideológicas – cujos desdobramentos verificaremos mais à frente – até, mais recentemente, através da tese ordenada de forma coerente e sistematizada no texto “A democracia como valor universal” (Coutinho, 2000). Considerado como síntese significativa⁶⁵ – certamente não a única, nem mesmo a principal ou, tampouco, a primeira e/ou mais importante versão disponível – de práticas e discursos consolidados na história política do movimento operário nacional e internacional, o ensaio de Coutinho serve-nos de ponto de partida para nossas considerações.

Votei em Gabeira, em 1986. Foi a primeira vez que votei no PT. E desde então comecei a namorar o PT, mesmo achando-o ainda sectário. Meu espírito “aliancista”, que vinha do PCB, de certo modo se manteve, mas achei que era importante entrar no PT e travar uma luta interna, o que fiz em 1989. Queria ser o chato democrático dentro do PT, queria levar para o partido a discussão que eu havia proposto em meu ensaio “A democracia como valor universal”. (COUTINHO CITADO POR ALMEIDA, 2004)

O que claramente se apresenta na exposição de Coutinho trata-se de uma concepção supostamente “ampliada” do Estado, em combate cerrado à noção apresentada no *Manifesto Comunista*, de Marx e Engels, no qual a instituição estatal moderna é apreciada como o “comitê executivo dos negócios comuns da classe burguesa como um todo”. Apoiando-se em *determinada leitura* dos conceitos de “orientalidade” e “ocidentalidade” em Gramsci, afirma que houve uma alteração significativa na natureza de classe e nos limites estruturais dos Estados capitalistas “ocidentais”, a qual teria determinado “uma mudança substantiva na estratégia do movimento operário e socialista” a partir da segunda metade do séc. XIX. A concepção marxiana de Estado, ideologia e luta de classes – desde o conjunto de teses diretivas e conceitos teórico-políticos na qual se apoiava – partia, segundo Coutinho, de uma caracterização “restritiva” do Estado em função de que “a luta de classes lhes parecia [a Marx e Engels, em 1848] como a guerra civil mais ou menos oculta [...], até o ponto em que ela explode em revolução aberta e o

⁶⁵ Na reflexão que faz sobre a formação social brasileira, Coutinho vaticina: “se realmente somos ‘Ocidente’, ainda que periférico, temos de assumir a estratégia proposta por Gramsci para esse tipo de sociedade, ou seja, a guerra de posição, que implica uma longa batalha pela conquista do que Gramsci chamou de ‘hegemonia civil’, batalha que implica uma conquista progressiva de espaços e de posições que nos levem, finalmente, a inverter a correlação de forças e a alterar a natureza do Estado e, a partir daí, modificar também a estrutura social. Portanto, não se trata de optar pela reforma contra a revolução: trata-se de fazer das reformas o meio privilegiado de um novo tipo de revolução” (Coutinho, 2001).

proletariado funda seu domínio através da derrubada violenta da burguesia”. A partir da “ampliação do Estado” e da “socialização da política” ocorridas no Brasil⁶⁶ – na suposta transição da sociedade brasileira da “orientalidade” à “ocidentalidade” – a *estratégia revolucionária* prevista no *Manifesto* teria se tornado “anacrônica”. A dita sociedade civil⁶⁷ – *proletariado e burguesia irmanados na luta contra a burocracia estatal*⁶⁸ – é agora vista como espaço privilegiado para a luta por transformações sociais e, os aparelhos de Estado – parlamento, executivo etc. –, como abertos para as demandas sociais operárias e populares e “permeáveis à ação das forças em conflito”⁶⁹, *ainda que circunstancialmente sob hegemonia burguesa* (Coutinho, 2000). Se em Gramsci de fato há uma *démarche* político-epistemológica que o permite evitar o reducionismo de uma definição de dominação estatal restrita aos aparelhos

⁶⁶ Consideramos que a utilização da distinção antinômica entre *sociedade civil* e *sociedade política* na problematização teórico-empírica reenvia as noções empregadas à ideologia, à concepção e à prática burguesa da política, a qual supõe uma universalidade latente do Estado como lugar de *resolução ideal-racional dos antagonismos de classe*. Se o objetivo é pensar a política (e “o político”) a partir do campo operário e popular, é mister ultrapassar a *aparência ilusória do Estado e da representação na cena político-ideológica da Ordem do Capital*. Mais que “socializar a política” tratar-se-ia de “politicizar o social”. Ou, tal diz Gramsci, *tudo é política!*

⁶⁷ A acepção marxiana de *sociedade civil*, a priori, considera-a como *sociedade civil-burguesa* (“bürgerlich Gesellschaft”); o nível onde se dá “o relacionamento dos possuidores de mercadorias”, constituindo a base mesma da estrutura social. “Mas a *sociedade burguesa* (o termo alemão é, também, como se viu, *bürgerlich Gesellschaft*) reúne, para Marx, não somente o modo *burguês* de produção como também as relações jurídicas, o Estado burguês etc. que implica. Em sua realidade histórica, a *bürgerlich Gesellschaft* é a sociedade capitalista, com todas as formações sociais que lhes são próprias” (Marx, 1978a). Para uma crítica sistemática das apropriações liberais e pós-modernas do conceito de “sociedade civil” a partir de Marx ou – mais especificamente – de Gramsci, recomendamos Bianchi (2002b).

⁶⁸ Não sem ironia, mas eficazmente, o referido enunciado (Quartim de Moraes, 2001) serve-nos de base à crítica da concepção hegemônica entre as esquerdas brasileiras sobre a categoria marxista de *sociedade civil*, construída durante os anos 60 e 70 (Silva, 2003) como galvanização político-ideológica interclassista em torno ao combate antiditatorial. Ao contrário de locus privilegiado da universalização ampliada de interesses particularistas, a sociedade civil constitui-se, antes, como um espaço de contradições antagônicas e, enfim, de luta de classes.

⁶⁹ Coutinho apóia-se numa leitura “intencionada” (e todas leituras assim o são) de Gramsci no que se refere a sua concepção de Estado e revolução. Distingue, a partir dos conceitos de *orientalidade* e *ocidentalidade* a existência de diferentes formas de desenvolvimento capitalista entre países “adiantados” e “atrasados”. Considera a existência de um “Estado ampliado”, na forma de “sociedade civil”, que já não se limitaria, no Brasil “ocidentalizado” – ainda que por um processo de “revolução passiva” –, a “um comitê executivo dos negócios comuns da classe burguesa”, como diziam Marx, Engels e Lenin, transformando-se este em “arena privilegiada da luta de classes”. A *hegemonia* – abstraída em absoluto a perspectiva revolucionária da *dualidade de poderes*, tão cara a Gramsci – é o conceito-chave em sua problematização. O “valor universal da democracia”, assim, desprender-se-ia da necessidade de ampliar a “socialização da política”, identificando o projeto republicano de Rosseau à livre associação de produtores diretos de Marx. O paradigma desta “feliz conjunção”, para Coutinho, é ninguém menos do que Mikhail Gorbachov e as políticas de *glasnost* e *perestroika*. A luta social revolucionária e de massas não se travaria mais no sentido de destruir o Estado burguês, mas de *reformá-lo* – visto que este não se apresentaria com limites classistas e estruturais determinados historicamente – conquistando a hegemonia dos “de baixo” através dos aparelhos do Estado mesmo (parlamento, judiciário, etc.), já que estes seriam “permeáveis à ação das forças em conflito”. A tudo isso Coutinho atribui o epíteto de “reformismo revolucionário”. Invocar Berstein para a sustentação de suas teses, associado que está, historicamente, à irreversível capitulação do voto favorável dos parlamentares do partido social-democrático alemão e da II Internacional aos créditos destinados à Primeira Guerra Mundial, diferentemente dos demais *neo-reformistas* (Welmowicki, 2001b), não representa motivo de melindres de qualquer natureza. A troika Berstein-Togliatti-Gorbachov expõe-se, sem amuo ou obnubilação, *como filiação teórico-política confessa*.

repressivos (“hegemonia encouraçada de coerção”), Coutinho não a concebe até suas últimas conseqüências⁷⁰.

O aspecto dual do Estado, que na acepção gramsciana o assemelharia ao *Centauro maquiavélico*, meio homem e meio animal, enfim: *força e consenso, coerção e persuasão, Estado e Igreja, sociedade política e sociedade civil* – em última instância, revelando noutras palavras a significação derradeira da antítese gramsciana proposta entre *Estado-coerção* e *Estado-consenso* – tratar-se-ia, por fim, de “violência e fraude” (Bianchi, 1998a). A aferição de *valorização de alcance histórico-universal* à democracia “sem adjetivos” em Coutinho visa, em seus desdobramentos práticos, privilegiar a institucionalidade burguesa na “luta pelo socialismo”, demarcar um campo de alianças políticas entre o proletariado e setores burgueses pretensamente “democráticos” e perpetuar a abstração moderna de “democracia” para o horizonte de sociedades “pós-capitalistas”. Não mais se trataria de destruir o Estado burguês, *mas de reformá-lo por dentro*. O que nos interessa desvelar, enquanto centralidade analítica, pode ser sintetizado na seguinte questão: quais são as condições objetivas que sustentam a “alteração significativa” do Estado burguês e, conseqüentemente, a “mudança substantiva” da estratégia operária-socialista? Em Marx e Engels, o aumento da margem de lucro – condição para a reprodução ampliada do capital – “teria como contrapartida a redução do salário do trabalhador [pauperização absoluta]. O único meio [...] para garantir sua sobrevivência [...], seria derrubar o capitalismo...”.

[...] esta situação se alterou radicalmente na segunda metade do século XIX e, em particular, no século XX. A base econômica dessa mudança foi dada pelo aumento da produtividade do trabalho (resultado, em grande parte, das lutas operárias por melhores salários), o que levou a que a exploração do trabalho passasse a ser feita, sobretudo, pela extração da mais-valia relativa; isto permite um aumento simultâneo de lucros e salários e,

⁷⁰ Seguindo a política desenvolvida pelos partidos comunistas de *Frente Popular* na Europa Ocidental e após o XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS), surge o “Eurocomunismo”. Segundo Santiago Carrillo, ex-dirigente nacional do Partido Comunista Espanhol (PCE), tratar-se-ia da “concepção de uma marcha para o socialismo com democracia, pluripartidarismo, parlamento e liberdade para a oposição”. Palmiro Togliatti, secretário-geral do Partido Comunista Italiano (PCI) – o maior e mais influente PC que a Europa Ocidental já conheceu –, lança, em 1956, as teses sobre “A Via Italiana para o Socialismo”, no Comitê Central (CC) do partido, rechaçando a supremacia do PCUS e criticando a forma como Nikita Krushev denunciou a Stálin. Neste documento defende-se a via gradual e pacífica ao socialismo, sobretudo mediante reformas políticas no interior do Estado capitalista e, ainda, sob amplas alianças de classes, supostamente possibilitadas pela tendência à absoluta monopolização da economia mundial. Em 1977, Enrico Berlinguer, George Marchais e Santiago Carrillo – dirigentes dos partidos comunistas da Itália, da França e da Espanha, respectivamente – reúnem-se em Madri para discutir sobre a conjuntura mundial e o que consideravam a especificidade da “via européia” para o socialismo; quando, então, a expressão “Eurocomunismo” é divulgada pela imprensa burguesa. A influência do PCI crescera em função da estrondosa vitória eleitoral no ano anterior, segundo a política de “compromisso histórico” com a Democracia Cristã e os social-democratas italianos. No plano das idéias, centralmente, refuta-se a concepção de Marx sobre a *ditadura revolucionária do proletariado* enquanto Estado operário de transição socialista e a transformação em absoluto das relações capitalistas de produção. *Carlos Nelson Coutinho* (PCB, até 1989; PT, 1989-2003 e P-Sol, 2004 até hoje) – dentre outros – e a visão que ostenta sobre Gramsci, desta forma, seria parte da *versão brasileira* – com as devidas mediações, especificidades e ressalvas – desta tendência internacional, tradição a qual Coutinho reivindica para si, pública e abertamente.

por conseguinte, abre espaço para negociações e ‘concessões’. O processo de democratização a que antes aludimos é um dos resultados que essa nova forma de luta de classes produziu no terreno político-institucional. (COUTINHO, 2000)

A perspectiva aliancista parte, portanto, do *rechaço da centralidade da teoria marxista do valor-trabalho e do antagonismo estrutural entre as classes fundamentais da Ordem do Capital* – ou seja, por um lado (i) a acumulação capitalista não mais se basearia essencialmente na extração de trabalho excedente e, por outro, (ii) *despossuídos e proprietários* não mais se negariam mutuamente mediante a luta por interesses contraditórios – *para a análise do capitalismo contemporâneo*. As últimas décadas de arrocho salarial, desregulamentação trabalhista, supressão de direitos históricos e desemprego estrutural para a *classe-que-vive-do-próprio-trabalho* do presente estágio do capitalismo – anteriormente comentadas – faz com que a argumentação democrática, de tão “sólida”, *desvaneça-se no ar*. A querela sobre a natureza e o caráter do Estado, por sua vez, divide concepções e práticas na história social do movimento operário, como já se disse, desde o séc. XIX e se resume, grosso modo, à noção de que – por um lado – a função social do Estado (i) refere-se *exclusivamente à ordenação, articulação e defesa dos interesses/necessidades das classes dominantes* ou, por outro, (ii) *exerce papel socialmente mais geral e/ou historicamente mais amplo*. “Na sua obra ‘Anti-Dühring’ Engels atribui ao Estado, além da função de ordenar a dominação de classe, uma função social supraclassista, diferente do que fará, mais tarde, na sua conhecida obra ‘A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado’, na qual a função classista do Estado determina todo seu funcionamento. Seguindo a primeira concepção de Engels, toda ordenação societal, inclusive as sociedades sem classes, deveriam possuir algum tipo de organização estatal; enquanto que da segunda concepção pode-se deduzir a idéia de que uma sociedade sem classes seria, também, uma sociedade sem Estado” (Boito Jr. et. al., idem).

Os desdobramentos e conseqüências subseqüentes – nas práticas políticas do movimento socialista-operário do séc. XX – são exemplares e falam por-si sós. No primeiro caso, no qual se atribui ao Estado “uma função social geral” – diga-se, *supraclassista e a-histórica* –, tem-se a *defesa da perenidade* [do Estado], tese seguida pela *social-democracia alemã e II Internacional* (Gorender, 1987). No segundo – enquanto “caracterização estrita do Estado como uma instituição particularista, de classe” (Boito Jr. et. al., ibidem) –, encontra-se a *reivindicação do perecimento* [do Estado], tradição cultivada pelos *bolcheviques russos e III Internacional*, antes da década de 1930 e – posteriormente, até os dias correntes – pela *Oposição Internacional de Esquerda*, seguida pela *IV Internacional*. O voto favorável aos créditos de guerra pela social-democracia alemã do dirigente Karl Kautsky enquanto apoio social-chauvinista à burguesia imperialista por um lado e, por outro, a consigna de “guerra à guerra”

defendida pela ala esquerda da II Internacional, configuraram a ruptura histórica no âmbito da história política do movimento operário internacional, que iria, futuramente, dar origem à Internacional Comunista. Contudo, não se pode projetar uma transposição, direta e mecanicista, para a sociedade brasileira de uma polêmica que – se bem apresentou expressão internacional – teve seu próprio desenvolvimento no país, o qual pretendemos analisar oportunamente. A enunciação que nos serve de eixo norteador, de qualquer forma, parte de certa caracterização da democracia burguesa – *determinada forma de articulação entre instituições e aparelhos* –; foi e ainda é a “fórmula mais conveniente” (Lenin, 2005) encontrada pelas classes proprietárias para exercer seu domínio através do Estado capitalista, mantendo afastadas as massas proletárias – *ocupadas prioritariamente em reproduzir suas próprias existências* – da prática política, “no fundo ela não passa nunca de uma democracia de uma minoria, das classes possuidoras, dos ricos”. “A liberdade na sociedade capitalista continua sempre a ser, mais ou menos, o que foi nas repúblicas da Grécia antiga: uma liberdade de senhores fundada na escravidão” (Lenin, *idem*). Por sua vez, do debate Berstein-Luxemburgo, temos que o primeiro: “Quando utiliza a palavra ‘cidadão’ sem distinções [...] querendo [...] referir-se ao homem em geral, identifica o homem em geral com o burguês e a sociedade humana com a burguesa” (Luxemburgo, 2000).

A democracia realmente existente – tal como a conhecemos –, é reivindicada entre a ampla maioria de meios de comunicação de massas, partidos políticos e intelectuais – muito embora sua mais absoluta falência em atender as necessidades primordiais da maioria da população – como a panacéia para a totalidade das mazelas possíveis e imagináveis da história da humanidade. Como sugere Quartim de Moraes (2001), trata-se de “consenso quase unânime” – da presidência dos Estados Unidos ao secretariado-geral da ONU – “a ênfase posta no ‘valor universal da democracia’”. “Infelizmente, parece-nos que o segredo de tão amplo sucesso está em que ele desarma a crítica à ‘democracia’ realmente existente, apoiada ou resignadamente aceita pela ‘opinião pública’ ocidental e garantida pela máquina de guerra do Pentágono e das forças auxiliares da OTAN, sempre mais aguerridamente genocidas”. (Quartim de Moraes, *idem*). Os intelectuais eurocomunistas que outrora supostamente haveriam “descoberto” a lei do valor histórico-universal da “democracia” – a *realmente existente*, de aqui e agora, inescapavelmente *burguesa* – seguem exaltando-a de forma metafísica, azeitando, portanto, a concreticidade histórica da máquina de guerras, horrores e barbárie que constitui a contra-ofensiva imperialista que se coloca em defesa da “liberdade duradoura” e contra qualquer obstáculo à supremacia capitalista norte-americana. O rei está nu, enfim, mas a *entourage* de asseclas, proselitistas e sicofantas da Ordem do Capital seguem enaltecendo os adereços

inexistentes de *soberania popular* que constituiria o véu imaginário – signo meramente léxico-semântico – da dominação classista liberal-burguesa.

Se já na Grécia Antiga, berço originário da noção de democracia, escravos, mulheres e estrangeiros encontravam-se excluídos dos processos decisórios da ordenação societal – ao passo em que a vida social era construída sobre a base material da alienação entre trabalho físico e trabalho mental – na democracia moderna há uma nova forma de existência histórica de servidão. As classes exploradas – moderna escravidão assalariada – são a um só tempo cidadãs e trabalhadoras, expropriadas por uma determinada forma de coação que já não é extra-econômica e se configura como *invisível* perante a institucionalidade jurídico-política da sociedade civil-burguesa: o *quantum* de trabalho excedente extraído às massas proletárias, enquanto *mais-valia*. A igualdade (im) possível na Ordem do Capital (Dias, 1999) preserva os mecanismos de exploração dos “de baixo”, ocultando – sob a aparência, “natural”, do que é essencialmente histórico – a causalidade fundamental do antagonismo social, de forma a preservar tudo como está. Em Marx, o que no Manifesto de 1848 aparece *anunciado* como “a organização do proletariado em classe”, após a Comuna de Paris – primeira revolução proletária a destruir, ainda que brevemente, o Estado burguês –, em 1871, *enunciar-se-á*, concretamente, como a *ditadura revolucionária do proletariado*. Uma forma de não-Estado – ou “Estado-Comuna”, segundo Lenin – que organizaria de forma centralizada as milícias de autodefesa operária contra os capitalistas, instauraria uma forma superior de ordenação societal, mediante princípios tão simples como a elegibilidade de todos funcionários estatais, a revogabilidade destes – a qualquer momento – pela mesma base social que os elegeu e, enfim, a supressão de qualquer privilégio que os diferenciava da maioria da população trabalhadora. “Nosso objetivo final é a supressão do Estado ... de toda violência organizada e sistemática ... toda coação sobre os homens em geral” (Lenin, 2005).

As antinomias políticas entre *economicismo reformista* de um lado, e *voluntarismo anarquista* de outro, nada mais são do que refração ideológica de uma dualidade epistêmica cuja gênese remonta à oscilação da produção do próprio Marx. A articulação contraditória entre estrutura/sujeito constitui parte do substrato granítico do materialismo histórico, decisiva para evidenciar os critérios essenciais da concepção materialista da História. O acento diferenciado que se coloca sobre cada pólo desta contradição em termos – entre *necessidade* estrutural e *vontade* subjetiva – leva à sobrevalorização ou das forças/processos produtivos ou das relações sociais/lutas de classes no bojo do processo histórico. Por um lado, há a atribuição do papel de principal força motriz da mudança histórica à contradição fundamental *forças produtivas versus relações sociais de produção*; e, por outro, vê-se também o eixo central na intervenção ativa do

sujeito social – *considerando a história e as lutas de classes* –, enquanto mediação necessária para a revolução. Em belíssima metáfora, Arcary (2004) compara o primeiro nível lógico de abstração histórica à força caudal de gravitação que a Lua exerce sobre o curso de um rio, enquanto o segundo corresponderia – na imagem adotada – ao fluxo do vento atuando sobre a superfície das águas. Como atesta Anderson (idem), por um lado, tem-se em Marx – no conhecido Prefácio de 1859 – a tendência ao desenvolvimento das forças produtivas – em contradição com as relações capitalistas de produção – como centralidade fulcral da transformação histórica (estrutura); e, por outro, o papel da intervenção ativa da agência humana na História (sujeito) é destacado no Manifesto do Partido Comunista: “a história das sociedades até os nossos dias não foi senão a história da luta de classes”. Diz o autor:

A primeira refere-se essencialmente à realidade estrutural, ou mais propriamente interestrutural: a ordem daquilo que a sociologia contemporânea chamaria de integração sistêmica (ou, para Marx, desintegração latente). A segunda refere-se às forças subjetivas em conflito e confronto pelo domínio das forças sociais e processos históricos: o âmbito daquilo que a sociologia contemporânea chamaria de integração social (que é igualmente desintegração ou reintegração). Como se articulam na teoria do materialismo histórico estes dois diferentes tipos de causalidade ou princípios explicativos?. (ANDERSON, 2004)

As intervenções de Lênin contra ambas as (indevidas) deduções do legado marxista – reformismo e anarquismo – não se elevaram à necessária universalidade teórico-política, constituindo intervenções meramente ocasionais, e sobretudo práticas, contra as posições reformistas e anarquistas no que se refere à questão do Estado e da revolução. De qualquer forma, aí se encontra – na articulação contraditória entre *necessidade e possibilidade* – o terreno propício para a formulação histórico-concreta da estratégia revolucionária; solo para o qual este debate deve ser transplantado, fecundado pela História e, sobretudo, *pela intervenção ativa na luta de classes*. Vale dizer que na questão sobre o Estado, a democracia e a revolução, preserva atualidade a asseveração realizada por Marx em 1845 em suas Teses sobre Feuerbach: “A questão se cabe ao pensamento humano uma verdade objetiva não é teórica, mas prática. É na práxis que o homem deve demonstrar a verdade, a saber, a efetividade e o poder, a ceterosidade de seu pensamento. A disputa sobre a efetividade ou não-efetividade do pensamento isolado da práxis – é uma questão puramente escolástica”. Segundo Lenin:

“O proletariado precisa do poder político, da organização centralizada da força, da organização da violência, para reprimir a resistência dos exploradores e dirigir a massa enorme da população (...) na edificação da economia socialista. (...) Ao mesmo tempo em que produz uma considerável ampliação da democracia, que se torna pela primeira vez a democracia dos pobres, do povo, e não mais apenas da gente rica, a ditadura do proletariado traz uma série de restrições à liberdade dos opressores, dos exploradores, dos capitalistas. Devemos reprimir-lhes a atividade para libertar a humanidade da escravidão assalariada, devemos quebrar sua resistência pela força; ora, é claro que onde há esmagamento, onde há violência, não há liberdade, não há democracia”. (LENIN, 2005)

CAPÍTULO 2 – ALCA E RECOLONIZAÇÃO; ANTICAPITALISMO E ANTIIMPERIALISMO NO SÉC. XXI

2.1 ALCA, mundialização capitalista e recolonização imperialista nas Américas

O projeto de *Área de Livre Comércio das Américas*⁷¹ – a ALCA – configura-se como proposta de zona hemisférica de “livre comércio” entre os países das Américas, formulada pelos Estados Unidos da América, abrangendo trinta e quatro Estados que constituem o território continental – do sul da Argentina ao norte do Canadá –, excetuando-se Cuba, *exigência dos EUA*. O projeto da ALCA tem origem em proposta lançada em 1990 pelo então presidente norte-americano George Bush, à época conhecida como *Iniciativa para as Américas* (“*Enterprise for the Americas Initiative*” ou EAI), cujo objetivo central tratava-se de estabelecer uma zona hemisférica de livre comércio que abrangesse os territórios do extremo Alasca aos limites da Terra do Fogo. O início da intervenção do então presidente estadunidense Bush, em 27 de junho de 1990⁷², não poderia ser mais sintomático do ponto de vista de seu discurso ideológico; associando *liberdade, democracia e mercado* de forma indissolúvel; remetendo-se simultaneamente à *restauração capitalista do Leste Europeu* e às *transições à democracia na América Latina* e, ainda, comparando-as – reafirmando a necessidade de voltar a atenção dos EUA às relações “intra-hemisféricas”, priorizando-as – e, por fim, destacando a importância dos

⁷¹ Em função da pesquisa empírica sobre temática relacionada à gênese, formação e desenvolvimento da ALCA – bem como através das conferências ministradas por Reyno e Daza (2004, vide Bibliografia Temática) – pudemos realizar um determinado “mapeamento” sobre investigações individuais e coletivas realizadas no último período, entre diversas organizações e institutos. Dentre estas, interessam-nos as que desenvolvem observações orientadas e sistemáticas, periodicamente, com ampla documentação empírica e, se possível, com fundamentação teórico-crítica. Destacamos o acompanhamento realizado através do Programa de Política Internacional do Laboratório de Políticas Públicas de Buenos Aires, por GENTILI, Rafael “Análisis de coyuntura sobre ALCA y Mercosul” (2003-2004); a pesquisa do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo (IEA-USP), por BATISTA JR., Paulo Nogueira “A Alca e o Brasil” (2003); ainda, publicações diversas realizadas nos marcos da CAMPANHA NACIONAL CONTRA A ALCA (CNCA) e da ALIANÇA SOCIAL CONTINENTAL (ASC); estudos relacionados a editoras, projetos e institutos como ED. EXPRESSÃO POPULAR / ED. LOYOLA, FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO, ED. ANITA GARIBALDI, INSTITUTO SAEDES SAPIENTIAE, INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS (ILAESE), OBSERVATÓRIO SOCIAL DA AMÉRICA LATINA (OSAL-CLACSO); entre outras fontes e matrizes documentais, nacionais e internacionais, que constituem rico e farto material de consulta (confira também a seção Documentos, Materiais e Fontes Primárias para relatórios produzidos por organismos multilaterais, instituições políticas e órgãos oficiais e, para informações atualizadas, recomendamos verificar os endereços da rede mundial de computadores citados na seção Sítios Eletrônicos).

⁷² “Para expandir o comércio proponho que iniciemos o processo de criação de uma zona hemisférica de livre comércio, para incrementar os investimentos proponho que adotemos medidas para criar um novo fluxo de capital para a região, e para promover o alívio da carga da dívida proponho um novo enfoque da dívida da região com importantes benefícios para nosso entorno. [...] A maior lição econômica do século é que o protecionismo afoga o progresso e que os mercados livres engendram a prosperidade. [...] Nós esperamos com esperança o dia em que as Américas não só sejam o primeiro hemisfério completamente livre e democrático senão também quando todos sejam sócios iguais numa zona de livre comércio que se estenda desde o Porto de Anchorage até a Terra do Fogo” (Bush, 1990).

mecanismos institucionais de representação política na América Latina e dos “novos líderes” que emergiram “apoiados na força do mandato popular”, enquanto expressões inequívocas das “positivas mudanças” ocorridas durante a segunda metade da década de 1980. A derradeira menção à oposição entre Karl Marx e Adam Smith – por intermédio de citação do títere ex-presidente colombiano, Virgílio Barco – é, como se pode observar, visivelmente *decisiva*.

Nos doze meses passados, todos nós – desde o homem na Casa Branca até o homem da rua – ficamos fascinados pelas tremendas mudanças, positivas mudanças, que tiveram lugar no mundo. A liberdade teve grandes êxitos, não só no Leste Europeu como também aqui na América. Vimos um ressurgimento das regras democráticas, um fluxo de democracia nunca antes visto na história deste hemisfério. Com uma exceção – Cuba – a transição à democracia está chegando a sua consumação, e todos podemos sentir a emoção de não estar longe o dia em que Cuba juntar-se-á às democracias do mundo, fazendo com que a América [o continente] seja totalmente livre. A transformação política que está limpando a América Latina e o Caribe tem um paralelo na esfera econômica. Através da região, as nações estão distanciando-se das políticas econômicas estatistas que sufocavam o crescimento, e estão agora buscando o poder do livre-mercado para ajudar seu hemisfério a realizar seu potencial para o progresso. Novos líderes emergiram apoiados pela força do mandato popular, líderes que entendem que o futuro da América Latina consiste em governos livres e mercados livres. Nas palavras de um valente líder colombiano, o presidente Virgílio Barco, “a longa luta entre Karl Marx e Adam Smith está, finalmente, chegando a seu término” com o “reconhecimento [...] que economias abertas e com acesso aos mercados podem dirigir o progresso social”.
(BUSH, 1990)

Às diretrizes político-militares – de coação extra-econômica – desenvolvidas ativamente, a longo termo, na região – desde intervenções militares diretas até o apoio material e ideológico a iniciativas internas de *anticomunismo*, no quadro geral da ex-Guerra Fria – soma-se um maior grau de definição do aspecto propriamente econômico da subordinação da América Latina⁷³ com vistas a superar os esparsos vínculos bilaterais e definições reativas, caso-a-caso, abordando o subcontinente agora enquanto “totalidade”. Em 1994, a partir da *I Cúpula das Américas*, o sucessor presidencial Bill Clinton trata de concretizá-lo em Miami, diante de trinta e quatro líderes das Américas do Sul, Central e do Norte presentes à ocasião⁷⁴, coetaneamente ao

⁷³ Convém lembrar, como contraponto, a tese leniniana segundo a qual a política nada mais é do que “economia concentrada”. Ressalvadas as devidas mediações – sem as quais a afirmação pode parecer peremptória, arbitrária e carente de sentido – trata-se de revelar o substrato material de fenômenos ideológicos, tais como o *anticomunismo*.

⁷⁴ Na Cúpula de Miami, em 1994, os representantes de Estado dos trinta e quatro países presentes – Argentina, Uruguai, Paraguai, Brasil, Suriname, Guiana, Chile, Bolívia, Peru, Equador, Colômbia, Venezuela, Panamá, Costa Rica, Nicarágua, Honduras, El Salvador, Guatemala, Belize, St. Kitts, São Vicente, Trinidad-Tobago, Antiguas, Bahamas, Barbados, Dominica, Granada, Haiti, Jamaica, República Dominicana, Sta. Lúcia, México, Estados Unidos e Canadá (Estay e Daza, 2004) – “decidiram” iniciar a instituição da ALCA de imediato, eliminando progressivamente as barreiras ao capital industrial, financeiro e comercial entre os países do hemisfério ocidental, excetuando-se Cuba – exigência dos EUA –, visando a conclusão das negociações interamericanas até o limite de 2005. A exceção mencionada e a manutenção do embargo comercial à Cuba explicam-se pela pressão da burguesia *gusana* – influente e poderosa no interior do bloco constituído no poder dos EUA – que, outrora expropriada, tem como objetivo estratégico reaver a propriedade privada dos meios fundamentais de produção social em Cuba e se locupletar como agentes diretos da restauração capitalista. À casta dirigente de Cuba, constituída em burocracia

lançamento do NAFTA⁷⁵. O processo segue embasado no EAI⁷⁶ ao subscrever a premissa de que, na América Latina, “a reforma do livre-mercado é a chave para sustentar o crescimento e a estabilidade política” (Bush, 1990). Aprofundando-se a revisão da política econômica levada a cabo pelo Plano Brady em relação à dívida externa do subcontinente e, ainda, no sentido mesmo da recém Rodada Uruguai sobre abertura comercial, a iniciativa, exposta sistematicamente por Bush, previa três pilares fundamentais: o comércio, os investimentos e a dívida. Diz o secretário-adjunto de Estado dos EUA para assuntos inter-hemisféricos, Jeffrey Davidow, ao prestar declaração – em 19 de março de 1997 – diante de um subgrupo integrante da Comissão de Assuntos Internacionais da Câmara: “não podemos permitir-nos ficarmos sentados à margem enquanto outros países se adiantam em aproveitar o crescente mercado da América Latina e de outras regiões do mundo”. Tratava-se de uma advertência no sentido do recrudescimento da disputa interimperialista por mercados, recursos e territórios que constituíram – em diferentes e sucessivas configurações históricas – o que seria seu respectivo “quintal” no hemisfério.

A ALCA não é um projeto de integração, mas de anexação e subordinação ao capital financeiro transnacional. Sem nenhuma compensação para os países mais fracos (...) economias tão diferenciadas como a dos EUA e América Latina em níveis tão

castrista, resta a negociata preferencial com o imperialismo europeu, o capital canadense e os investidores asiáticos – que detém domínio sobre vários ramos da economia cubana – sob um regime bonapartista de partido único e a existência praticamente institucionalizada de um câmbio duplo de conversibilidade peso-dólar (para não-cubanos). O que não impede, em momento algum, o discurso antiimperialista do chefe-de-Estado e dirigente do PCCu Fidel Castro que, inclusive, sedia anualmente em Cuba os Encontros Hemisféricos de Luta contra a ALCA, galvanizando política, ideológica e organizativamente a hegemonia sobre a luta anti-ALCA ao redor de seus horizontes e perspectivas. O curso imposto pela direção castrista à revolução cubana, com a teoria estaliniana de “*socialismo em um só país*” que regeu a política de todos os Estados do Leste Europeu, assim como os Acordos de Esquipulas ou Contadora – com a política de “*não fazer da Nicarágua uma nova Cuba, nem de El Salvador uma nova Nicarágua*” –, facilitou mais ainda o bloqueio capitalista-imperialista. Essa política condenou a revolução cubana ao isolamento e sua direção, em nome de um suposto *pragmatismo*, respondeu impulsionando medidas abertamente *restauracionistas* do capital. Desta forma, aprofundam-se as iniquidades, esvaem-se as conquistas da revolução e são introduzidas em Cuba as mesmas mazelas sociais do sistema capitalista, sob o mesmo processo de recolonização que sacode todo o subcontinente. À frente analisaremos os desdobramentos políticos e ideológicos desta tendência que *hegemoniza* a configuração do movimento anti-ALCA na América Latina.

⁷⁵ Que, à época, levou ao levantamento armado do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN), formado por indígenas chiapanecos e referenciado centralmente através de seu principal porta-voz e figura pública, conhecido pelo codinome de Sub-Comandante Marcos, referência obrigatória da *juventude antiglobalização*. O prefixo, explica o próprio, adequa-se à consigna político-organizativa, neozapatista, de “mandar-obedecendo”. O princípio neozapatista de “mudar o mundo sem tomar o poder”, e suas implicações, serão analisados à frente.

⁷⁶ “Em menos de dois anos a partir de agora, nosso hemisfério celebrará o quinquagésimo aniversário de um sucesso épico, o descobrimento da América por Colombo. Nosso novo mundo. Nós indicamos nossa origem, nossa história compartilhada, no tempo da viagem de Colombo e a valente busca para o avanço do homem. Hoje os vínculos de nossa herança comum são mais poderosos pelo amor à liberdade e pelo compromisso comum com a democracia. Nosso objetivo – o objetivo nesta nova era das Américas – é assegurar este sonho compartilhado e todos seus frutos para toda a população das Américas: do Norte, Central e do Sul. O vasto plano que agora delinee, é uma positiva prova de que os EUA são sinceros no que diz respeito a forjar uma nova relação com nossos vizinhos da América Latina e do Caribe. Nós estamos prontos para jogar um papel construtivo neste tempo crítico, para fazer o nosso, o primeiro hemisfério completamente livre em toda a história” (Bush, 1990, grifos nossos). A ocupação europeia que levou à vasta destruição ambiental, ao genocídio das populações originárias e que se valeu de mão-obra escrava (índigena e negra) – no processo sanguinário que equivaleu à *acumulação primitiva de capital* – é aqui reivindicada como marco inicial de uma “valente busca para o avanço do homem”.

“assimétricos”. (...) A ALCA é um tratado de desregulamentação e flexibilização comercial e financeira entre a maior potência econômica, financeira, cultural, midiática, científica, tecnológica e militar, os EUA, e seus vizinhos, para enfrentar a concorrência européia e asiática, visando: 1) consolidar sua hegemonia político-militar, trasladando os mecanismos de controle atingidos durante a guerra fria para uma suposta “guerra contra o narcoterrorismo”; 2) controlar as crises e explosões econômico-sociais do continente e evitar migrações “descontroladas” de hispano-americanos para os EUA; 3) garantir o acesso preferencial dos investidores norte-americanos aos recursos estratégicos do hemisfério, especialmente na região andino-amazônica (petróleo, gás, minerais e madeiras), e também aos recursos básicos (biodiversidade genética, água, oxigênio) transformados em mercadoria; 4) monopolizar os mega-projetos estratégicos de integração do continente, como a grande rede intermodal de transporte, o sistema de telecomunicações por satélite e cabo e a produção de energia. (COGGIOLA, 2004)

A partir de 1998, quando da *II Cúpula das Américas* realizada em Santiago do Chile, retoma-se o tema com maior intensidade – após uma série de turbulências em termos da Guerra do Golfo, crises mundiais e processo NAFTA que assolaram (diretamente ou não) o *front* interno norte-americano – e se forma a estrutura, os mecanismos e a dinâmica das negociações. Criam-se então nove Grupos de Trabalho (GTs), contando com presidência rotativa de dezoito meses – *serviços; investimentos; contratos públicos governamentais; acesso a mercados; agricultura; direitos de propriedade intelectual; subsídios, antidumping e direitos de compensação; política de concorrência e resolução de conflitos* –, além de um Comitê de Negociações Comerciais (CNC), composto pelos respectivos vice-ministros dos países envolvidos. Neste íterim foi criada uma comissão tripartite entre BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), CEPAL-ONU (Comissão Econômica para a América Latina e Caribe das Nações Unidas) e OEA (Organização dos Estados Americanos) para subsidiar analiticamente e assessorar tecnicamente os processos de negociação⁷⁷. Nos anos de 1999, 2000 e 2001 ocorrem diversas reuniões de comitês ministeriais, GTs e comissões especiais, predominantemente em Miami – para onde se deslocaram centenas de negociadores – mas é a partir de 2002 e 2003 que

⁷⁷ “Além desta estrutura de negociação, noutra nível, há que se ter em conta ao menos dois elementos adicionais:

- Como parte dos trabalhos dos distintos Grupos e Comitês, foi-se criando um conjunto de inventários e de bases de dados sobre uma variedade de temas: assistência técnica; estatísticas, normas e barreiras de comércio e de taxas; medidas não-alfandegárias; procedimentos aduaneiros; educação em matéria de comércio; legislação e procedimentos de compra governamental; regimes nacionais e tratados bilaterais de investimento estrangeiro; leis e tratados referentes a políticas de concorrência; disposições sobre comércio de serviços; mecanismos de solução de controvérsias nos tratados vigentes do hemisfério; práticas nacionais referentes a medidas *antidumping* e direitos compensatórios etc.

- Desde já há algum tempo, está em processo de discussão e elaboração um projeto sobre a estrutura geral que terá a ALCA quando se inicie sua aplicação. Segundo os documentos iniciais elaborados a respeito pelo Comitê Técnico de Assuntos Institucionais, dita estrutura incluiria uma ‘Instância Política’ encarregada da direção política do processo, uma ‘Instância Executiva’ encarregada de supervisionar o desenvolvimento geral do processo, uma ‘Instância Técnica’ integrada pelos Comitês Técnicos encarregados da supervisão da implementação dos distintos capítulos do Acordo ALCA e uma Secretaria Administrativa como órgão de apoio administrativo, operativo e logístico.

Como resultado do processo de negociação, foram-se formulando sucessivos esboços da ALCA, nos quais se plasmam os acordos e diferenças surgidos do trabalho dos distintos grupos” (Estay e Daza, 2004). Posteriormente, ainda no interior desta estrutura negociadora, incluiu-se temas gerais, ambientais e trabalhistas.

se acirram as negociações. Com uma população de oitocentas milhões de pessoas, um *Produto Interno Bruto* (PIB) equivalente a onze trilhões de dólares além de uma das maiores reservas de biodiversidade e recursos naturais do planeta, a ALCA seria a *maior zona de livre comércio do mundo*, com desdobramentos – muito além do “livre-comércio” propriamente dito – que atingiriam, sob diversas mediações e em angulações várias, praticamente *todos os aspectos da produção e reprodução da vida quotidiana deste amplíssimo contingente populacional*. Mais além da redução das barreiras comerciais, alfandegárias ou não, objetiva-se através deste projeto a liberalização absoluta de leis, normas e regulamentações nacionais – evidenciando na prática a soberania popular e os textos constitucionais dos Estados, ao Sul do Rio Grande, enquanto letras mortas –, “de modo a abrir novos nichos de mercado em áreas até então predominantemente estatais, como educação, cultura, previdência, saúde e meio ambiente” (Leher, 2003a).

- A presidência rotatória do processo: a cargo do Canadá – maio de 1998 a outubro de 1999 –, da Argentina – novembro de 1999 a abril de 2001 – e do Equador – maio de 2001 a outubro de 2002 –, e que desde novembro de 2002 até os dias correntes – é compartilhada – co-presidência – entre EUA e Brasil.
- O “Comitê de Negociações Comerciais” (CNC), formado pelos vice-ministros responsáveis das áreas de comércio dos distintos países e cuja reunião mais recente iniciou-se em Puebla, em fevereiro de 2004, devendo suspender-se por falta de acordos.
- O “Comitê Tripartite”, integrado por BID, OEA e CEPAL-ONU, que está encarregado de brindar apoio técnico-analítico e logístico ao projeto ALCA. (ESTAY e DAZA, 2004)

Grupos de Negociação e Comitês Especiais da ALCA

GRUPOS DE NEGOCIAÇÃO	Atual Presidência e Vice-Presidência	Reuniões celebradas e data da última reunião
Acesso a Mercados*	Colômbia e R. Dominicana	29 / Set. 2003
Investimento*	Panamá e Nicarágua	25 / Ago. 2003
Serviços**	CARICOM (Caribe) e Equador	26 / Set. 2003
Compras Governamentais**	C. Rica e Paraguai	25 / Set. 2003
Solução de Controvérsias***	Canadá e Chile	24 / Set. 2003
Agricultura****	Uruguai e México	27 / Set. 2003
Direitos de Propriedade Intelectual**	R. Dominicana e Venezuela	22 / Ago. 2003
Subsídios, <i>Antidumping</i> e Direitos Compensatórios*	Argentina e México	22 / Ago. 2003
Política de Concorrência**	Peru e CARICOM	22 / Ago. 2003
COMITÊS ESPECIAIS		
Assuntos Institucionais	México e EUA-Brasil	14 / Ago. 2003
Economias Menores+	CARICOM e Nicarágua	24 / Jan. 2004
Comercio Eletrônico	Canadá e Peru	14 / Jul. 2002
Participação da Sociedade Civil	Chile e Peru	24 / Jan. 2004
* Criado como grupo de trabalho na 1ª reunião ministerial (Denver, junho de 1995). ** Criado como grupo de trabalho na 2ª reunião ministerial (Cartagena, março de 1996). *** Criado como grupo de trabalho na 3ª reunião ministerial (Belo Horizonte, março de 1996). **** Criado como grupo de negociação na 4ª reunião ministerial (San José, março de 1998) + Criado como grupo de trabalho na 1ª reunião ministerial e transformado em “Grupo Consultivo” na 4ª reunião ministerial.		
* Desde novembro de 2002, suas atividades estão temporariamente suspensas.		

Fonte: ESTAY e DAZA (2004).

Quadro 1 (Quad. 1).

Os interesses e necessidades do imperialismo norte-americano são identificados – sem disfarces e de forma absoluta – com o *dever-ser* dos Estados e sociedades de todo o continente, enfim, com os “critérios de elegibilidade”, prescritivos, aplicados aos países-candidatos⁷⁸ à ALCA. Note-se a enunciação do secretário-adjunto de Estado mencionado sobre os critérios estabelecidos para a zona hemisférica: “(i) promover o comércio livre e a integração econômica [...] e ajudar às empresas norte-americanas, (ii) fortalecer a democracia e o império da lei para assegurar que os valores e princípios que guiaram a nossa nação prosperem através do hemisfério”. Trata-se de um acordo que, ao fim e ao cabo, prima essencialmente por assegurar a supraterritorialidade ao grande capital, no relativo à exportação-importação de capitais, tecnologias e mercadorias para o Brasil, o grande e incofessado objeto de desejo dos promotores da ALCA (Coggiola, 2004).

A ALCA apresenta-se no bojo duma *reconfiguração sistêmica* que visa *sanear a crise estrutural-capitalista* que se arrasta desde os anos 70 do século passado, intensificada pela concorrência interimperialista européia-asiática sofrida pelos EUA, no sentido de – no lastro de iniciativas como a liberalização comercial determinada pela *Organização Mundial do Comércio* (OMC), zonas livre-cambistas como o *North-American Free Trade Agreement* (NAFTA), contra-reformas neoliberais (como a *previdenciária*, a *tributária* e a *trabalhista*) e a dilatação das *condições materiais de reprodução ampliada do capital monopolista* previstas no *Acordo Multilateral de Investimentos* (AMI), tais como a subjugação da legislação trabalhista e sócio-ambiental à lógica do mercado – recompor a taxa de exploração de mais-valia através de um domínio articulado pelo mundo do capital, em benefício da elevação dos padrões de acumulação, concentração e expansão imperialista nas Américas. A gênese, formação e desenvolvimento do projeto de Área de Livre Comércio das Américas inserem-se num marco de contra-ofensiva imperialista da supremacia capitalista norte-americana que envolve múltiplas determinações econômicas, políticas e militares circunscritas a coordenadas histórico-estruturais, relacionadas ideologicamente ao período pós-guerra fria e materialmente vinculadas à crise de acumulação e

⁷⁸ Os chamados *critérios de elegibilidade* aparecem desta forma enumerados em informe da CEPAL-ONU ainda de 1996 – em base a um anexo do memorando do governo norte-americano intitulado *Política Comercial para a América Latina depois do NAFTA* –, no qual se indica o que cada país da América Latina deve cumprir: (i) Prover acesso “justo e equitativo” de seu mercado às exportações dos Estados Unidos ou ter realizado avanços significativos na abertura de seu mercado, além de reverter benefício econômico para os Estados Unidos, incluídas as oportunidades de mercado potenciais para suas empresas e a criação de empregos. (ii) Ter capacidade institucional de cumprir os compromissos sérios e de longo prazo assumidos e as políticas econômicas requeridas com vistas ao êxito do acordo de livre-comércio, incluindo um efetivo ambiente macro-econômico estável, políticas orientadas ao mercado e a abertura ao sistema multilateral de comércio. [...] (iii) Estar de acordo em que o compromisso de integração estará baseado na reciprocidade, sem expectativas de tratamento “especial e preferencial” por seu menor grau de desenvolvimento. (iv) Não ter petições e controvérsias pendentes associadas ao Sistema Generalizado de Preferências (SGP) dos Estados Unidos; por exemplo: sobre direitos dos trabalhadores, expropriação ou direitos de propriedade intelectual. Ainda, o candidato potencial concorda em aplicar critérios específicos consistentes com o NAFTA sobre questões trabalhistas e o meio-ambiente (Estay e Daza, 2004).

reprodução capitalista. (Não é por acaso que os movimentos sociais, sindicais e políticos de esquerda desenvolvem na América Latina uma campanha internacional que se opõe – de forma organicamente articulada – à ALCA e ao “livre-comércio” em geral, ao pagamento da dívida externa e à militarização das Américas.)

É neste contexto que se insere, pensamos, a redução das tarifas aduaneiras dos países industrializados e a abertura comercial dos países dependentes a partir da Rodada Uruguai e do *Acordo Geral de Tarifas e Comércio* derivado das conferências de *Bretton Woods* (GATT, sigla em inglês pela qual é conhecido o acordo citado, concluído em 1994), a crescente supremacia do critério de “reciprocidade” em detrimento do “tratamento diferenciado” às nações atrasadas no comércio exterior e a subsequente criação da OMC. Em sua imediaticidade, *trata-se da mercantilização absoluta da totalidade das diversas esferas e dimensões da vida social e da absoluta liberalização do movimento de capitais*, expandindo a reprodução ampliada da acumulação capitalista para campos antes monopolizados pelo Estado e incorporando-as ainda mais estreitamente ao *circuito imediato de circulação de mercadorias*. Na caracterização real do que se trata em tal acordo, ninguém melhor que o próprio general Colin Powell, dirigindo-se ao Congresso dos EUA, explicitando desta forma sua natureza de *saque, rapina e pilhagem*: “com a ALCA nosso objetivo é garantir para as empresas norte-americanas o controle de um território do Ártico à Antártida, com livre acesso em todo Hemisfério, sem nenhum obstáculo ou dificuldade para os nossos produtos, serviços, tecnologia e capital” (Powell citado por CNCA, 2002). Enquanto Bush Jr., referindo-se à necessidade de aprovação pelo mesmo congresso da “Via Rápida” para negociar a ALCA, disse: “juntos impulsionaremos a agenda do livre-comércio dos Estados Unidos, promoveremos a prosperidade dos Estados Unidos, o progresso em nosso hemisfério e a liberdade em todo o mundo... abriremos novos mercados [...] a meta será criar acordos comerciais que promovam nossos produtos, ajudem aos nossos agricultores e encarrilhe de novo nossa economia... a lei servirá para fomentar o desenvolvimento no mundo e conjurar o terrorismo” (vide Referências nos documentos finais das cúpulas hemisféricas).

Desde o início, as multinacionais, associações patronais e grupos de assessoria correlatos foram parte integrante do processo de negociação, sendo que nos EUA diversos comitês empresariais orientam os negociadores americanos e mais de quinhentos representantes empresariais têm acesso a documentos de negociação da ALCA. Em abril de 2001, ocorreu a *VI Reunião dos Ministros Responsáveis pelo Comércio no Hemisfério*, representando os trinta e quatro países que participam da negociação da ALCA. Em declaração conjunta, no final do encontro, afirmaram: “acreditamos na importância da liberalização do comércio, tanto no nível mundial quanto no nível regional, para gerar crescimento econômico e prosperidade no

Hemisfério. Nesse sentido, consideramos importante fortalecimento dos processos de integração em andamento, os quais podem facilitar a consecução de uma integração hemisférica plena. Reafirmamos nosso compromisso com um sistema de comércio mundial mais aberto e equilibrado e entendemos que as negociações da ALCA facilitarão a consecução desse objetivo”.

Em documento, os ministros orientam os grupos de negociação sobre como avançar durante 2002 – na elaboração dos textos que fazem parte da ALCA – em cada área específica. A *VII Reunião de Ministros* ocorreu em outubro de 2002, em Quito, no Equador. Ainda em abril de 2001, ocorreu a *III Cúpula das Américas*, em Quebec, Canadá, da qual participaram chefes de Estado e de governo das Américas. Afirmaram à época: “acolhemos o significativo progresso até agora alcançado para o estabelecimento de uma Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), incluindo a elaboração de um projeto preliminar de acordo ALCA. Como ficou acordado na Cúpula de Miami, o livre comércio, sem subsídio em práticas desleais, associado a um crescente fluxo de investimentos produtivos e a uma maior integração econômica, promoverá a prosperidade regional, permitindo, assim, o aumento do padrão de vida, a melhoria das condições de trabalho dos povos das Américas e melhor proteção do meio ambiente”. E, ainda, acrescentaram: “instruímos nossos ministros a assegurar que as negociações do Acordo ALCA sejam concluídas, o mais tardar, em janeiro de 2005, para buscar sua entrada em vigor o quanto antes, até, no máximo, dezembro de 2005. Esse será um elemento-chave na criação do crescimento econômico e prosperidade no Hemisfério, que contribuirá para a realização dos amplos objetivos da Cúpula”. Os objetivos dos EUA apontavam claramente, então, para a perspectiva da aprovação de seus termos ainda em 2002, vigorando – se cumpridas suas expectativas – o acordo já a partir de 2003, na *IV Cúpula das Américas*, em Buenos Aires, Argentina (CNCA, 2002). A consertação dá-se em formato de *single undertaking*: resoluções indissociáveis, articuladas em sua totalidade, negociadas unicamente em bloco. A mais apropriada forma de objetivar a *hegemonia*, diga-se.

O NAFTA, por sua vez, enquanto *antecedente direto da ALCA em nível norte-americano* (Estados Unidos, Canadá e México), sintetizava os interesses / necessidades estadunidenses em termos de serviços, propriedade intelectual, setor agrícola e investimentos; mais precisamente: “(i) extensões do GATT para exigir certos níveis mínimos de proteção aos Direitos de Propriedade Intelectual; (ii) extensões do GATT para cobrir as inversões; (iii) extensões ao GATT para cobrir os serviços; (iv) mecanismo mais eficaz para a solução de controvérsias; (v) regime legal mais estrito para limitar subsídios e *dumpings*; (vi) limites mais estreitos para as exceções aos requerimentos das concessões do GATT aos países em desenvolvimento; (vii) fortalecimento da cobertura do GATT para produtos agrícolas” (Valle

citado por Estay, 2001). O capítulo XI deste acordo prevê o reconhecimento de corporações capitalistas como sujeitos de direito internacional equivalentes a Estados nacionais, facultando às mesmas recorrer a *painéis arbitrais* dirigidos pelo Banco Mundial, caso julgarem haver qualquer prejuízo ou obstrução à margem de lucro. Um exemplo cabal de sua “imparcialidade” ocorreu entre a empresa estadunidense Metalclad Co. e o município mexicano de San Luis de Potosí. A população da cidade manifestou-se contra o armazenamento irregular de lixo tóxico, logrando a proibição da prefeitura para a continuidade do despejo ilegítimo e deletério. A querela judicial, resolvida por *painel arbitral internacional*, terminou por revogar a decisão e, ainda, exigir a indenização de US\$ 18 milhões à empresa supracitada. *Aí temos o exemplo da relação público-privado no NAFTA.*

Primeiramente, cabe-nos ressaltar que existe uma divisão internacional do trabalho, aprofundada nas últimas décadas e que, como já foi dito, *as relações exteriores expressam-se cabalmente como relações de classe*. O que geralmente se considera como países “centrais” ou “periféricos” do sistema mundial inter-Estados reflete, de maneira reducionista, o que Lenin compreendia como o *estágio imperialista da Ordem do Capital*, conceito marxista o qual, mais adiante, pretendemos equacionar junto à história política e econômica recente do *capitalismo contemporâneo*. Neste marco localiza-se – por exemplo – a contradição estrutural evidenciada pela reconversão das forças armadas de países como o Brasil em instrumento de preservação da segurança interior, por mais que contrarie explícita e frontalmente as disposições legais-constitucionais vigentes sobre atribuições militares; ou, tanto pior, *se estas funções perfazem o marco jurídico-político estatal*. Desta forma, simplificando absolutamente, países imperialistas como EUA, Canadá, França, Alemanha e Japão dominam as relações internacionais nas arenas econômicas, políticas e/ou militares com países periféricos – e semicoloniais – como México, Brasil, Polônia, Grécia e Cingapura; para ficarmos com alguns exemplos bastante gráficos. Ademais, o processo de *reestruturação capitalista sob hegemonia do capital financeiro internacional* que se inicia a partir do último quartel do século passado se expressa cabalmente na Rodada Uruguai e na super-estensão do GATT em termos de direitos de propriedade intelectual, investimentos externos, setor de serviços, resolução de controvérsias, limitação *antidumping* de subsídios à produção, estreitamento das regras de exceção para países subdesenvolvidos e, *last but not least*, o comércio agrícola. A partir do acordo bilateral EUA-Canadá se amplia e intensifica o grau de liberalização do comércio e dos investimentos exigindo-se do México, no processo de negociação do NAFTA, “assuntos não-resolvidos” como *propriedade intelectual e disposições sobre investimentos*.

Neste sentido parece-nos que as contradições mais profundas existentes neste processo histórico impossibilitam qualquer apreciação abstrata sobre o que seriam os “interesses nacionais” do México – já que ficamos com este exemplo – neste acordo, haja vista que os *ajustes estruturais*, a *abertura comercial* e a *reestruturação produtiva* não podem ser considerados em detrimento das necessidades estratégicas do capital internacional, hegemonicamente estadunidense, lastreado este na burguesia mexicana, organicamente pró-imperialista⁷⁹. O referido contexto ideológico pré-ALCA – e seu respectivo substrato histórico – encontram-se sintetizados no enunciado:

Já desde os primeiros chamados a formar a “Zona Hemisférica de Livre Comércio”, os princípios de caráter ideológico se fizeram claramente presentes na proposta; se bem se tratava de princípios aplicados já não prioritariamente ao terreno da luta contra o “comunismo”, senão ao terreno da economia – livre funcionamento dos mercados – e a outros aspectos nos quais os EUA definiam o “dever-ser” de nossos países, como são os problemas ambientais, os direitos humanos e a luta contra o narcotráfico. Em seus componentes econômicos, essa intenção fortemente prescritiva aos supostos “sócios” foi-se afinando durante os governos de Clinton e através das negociações da ALCA, até chegar a se plasmar nos chamados “critérios de elegibilidade” que deveriam ser cobertos para poder participar no acordo: funcionamento econômico orientado para o mercado; acesso “justo e equitativo” para as mercadorias e capitais estadunidenses; políticas macro-econômicas estáveis; capacidade institucional para cumprir os compromissos contraídos; aceitação para que – em temas trabalhistas e ambientais – apliquem-se critérios semelhantes aos do Tratado de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA); e, a não-exigência de tratamento preferencial por parte dos países atrasados. De fato, são esses os critérios que predominaram quase sem travas, a tal ponto que do lado latino-americano o “esforço negociador” da maioria dos governos da região se limitou quase unicamente a aceitá-los, a identificar as melhores maneiras para se adequar a eles e a tratar de escalar posições na lista de países que foram sendo incorporados à ALCA. (ESTAY, 2001)

Não obstante as distâncias teórico-políticas, desacordos táticos e antagonismos estratégicos no seio mesmo das esquerdas do Brasil pode-se alegar, sem maiores ressalvas, que a convergência em torno à natureza *anexionista*, *neocolonialista* e *imperialista* da ALCA –

⁷⁹ Consideramos que o balanço histórico e o diagnóstico do NAFTA desde o ponto de vista do México, em termos políticos e econômicos – sob as diversas mediações técnicas, operativas e logísticas – foi realizado à exaustão por diversos autores. Junto a eles, consideramos que a pesquisa empírica realizada – sobre a qual nos debruçamos – serve de significativo ponto de partida para uma projeção histórica sobre o cenário desolador para o Trabalho, que sucederia a ALCA. Afirma-se que os acordos livre-cambistas geram mais investimentos, comércio exterior, exportações, “desenvolvimento” e, em conseqüência, novos empregos. Se é certo que em mais de seis anos de aplicação do NAFTA no México incrementaram-se os investimentos – chegando a US\$ 102,215 milhões em inversões estrangeiras; desenvolvendo o comércio com os EUA em 118%; aumentando as exportações em US\$ 114.840 milhões – em todo este período, porém, a dívida externa mexicana aumentou para mais de US\$ 164 bilhões. Sob a presidência de Vicente Fox – ex-gerente executivo da Coca-Cola Co. – acentuou-se a desnacionalização produtiva, privatizou-se o sistema financeiro, e concedeu-se a empresa petrolífera estatal – a PEMEX – como garantia de empréstimo concedido pelos EUA após o efeito-tequila, em 1994. A situação dos trabalhadores é de retrocesso absoluto das condições de vida: com salários miseráveis, relações flexibilizadas e aumento das taxas de desemprego. O paradigma da precarização são as “maquillas”, empresas instaladas junto ao Muro de Tijuana, na fronteira EUA-México, que se aproveita das taxas de exploração locais – nas condições impostas pelo NAFTA – e produz a finalização de produtos norte-americanos.

caracterizada nestes termos, *ipse literis*, pela absoluta maioria das correntes e *tendências*⁸⁰ social-democráticas e socialistas do movimento operário e popular, *ao menos até a campanha eleitoral da Frente Popular Lula-Presidente* – era *aparentemente consensual*, inclusive entre setores tão-somente nacionalistas da diplomacia brasileira, como o embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, para quem a ALCA trata-se de uma forma de “recolonizar o Brasil e os demais países”. As determinações materiais e fenômenos ideológicos que demarcam a configuração de tal proposta inserem-se histórica e estruturalmente junto à *hegemonia neoliberal* do império norte-americano – e à *crise estrutural do capital*, sob *comando do capital financeiro* – que caracterizou o capitalismo mundial nas últimas três décadas (Anderson, 1995; Mészáros, 2000 e Chesnais, 2001). As coordenadas histórico-estruturais que delimitam e determinam as formações econômico-sociais da América Latina situam seus diversos países – Estados nacionais e sociedades civis-burguesas – com diferenciações em termos de ritmos, situações e intensidades, num processo aqui entendido como *recolonização imperialista*, sobredeterminado pela supremacia capitalista estadunidense sobre o subcontinente: “o Brasil vive uma encruzilhada histórica que o colocará [...] diante de dois dilemas irredutíveis. Mantidas as negociações da ALCA, o país será reduzido à condição de colônia, isto é, terá um estatuto no mercado mundial ainda mais dependente que no período do pós-guerra. [...] porque dependente de uma inserção ainda mais vulnerável no sistema mundial inter-Estados [...], a contradição entre a regressão econômica, com suas inevitáveis seqüelas sociais de um lado, e a forma democrático-liberal do regime de dominação política, tal como o conhecemos, do outro, pode se demonstrar insustentável” (Arcary, 2002).

Consideramos o conceito de *recolonização imperialista* situando-o em estreita sintonia com determinada configuração histórica assumida pela época imperialista do desenvolvimento capitalista mundial no último quartel do século passado e se recrudescendo no início do século XXI, em especial após os processos de restauração capitalista ocorridos no Leste Europeu e na ex-URSS, na esteira da implementação dos *ajustes estruturais* nos países capitalistas dependentes-periféricos e, para todos os efeitos, relacionada organicamente ao que compreendemos – de forma genérica – por *neoliberalismo*, “reestruturação produtiva” e,

⁸⁰ A melhor definição de *tendência* a encontramos em Ozaí da Silva (1987), amplamente conhecida e já clássica entre as esquerdas políticas (e acadêmicas) do Brasil. Apesar de historicamente datada, e condicionada pelas circunstâncias políticas do final da ditadura civil-militar brasileira, vamos a ela. “Quando um certo número de pessoas se agrupam em torno de uma ideologia comum, com propostas e princípios comuns que norteiam a sua intervenção na luta dos trabalhadores, essas pessoas constituem uma tendência. Entre os militantes da esquerda brasileira usa-se denominar de tendência apenas as organizações clandestinas que se auto-intitulam comunistas e que tenham como base organizativa o princípio do centralismo democrático. Entretanto, dentro da definição dada aqui sobre tendências, conclui-se que as mesmas são quaisquer agrupamentos de pessoas que defendam o mesmo pensamento político. O que pode haver são diferentes formas de se organizar e de se estruturar. Aqui, trataremos principalmente das organizações de variantes marxistas”.

portanto, à *crise estrutural do capital*. Diante da magnitude da crise estrutural-capitalista torna-se necessário aprofundar a super-exploração mediante mecanismos próprios do imperialismo: *saque, rapina e pilhagem*. Em nível empírico poder-se-ia descrevê-los como a assimetria estrutural no comércio internacional, as dívidas externas, a exportação de capitais na forma de investimento estrangeiro direto e a privatização-desnacionalização de empresas estatais, dentre outros aspectos. A dívida externa, para ficarmos com exemplo mais cabal, vem assumindo *status* jurídico-político através de sua incorporação às diretrizes orçamentárias, assegurando – legal e constitucionalmente – altas porcentagens do PIB estatal aos serviços da dívida privada. O FMI e o imperialismo hegemônico vêm operando nitidamente no sentido de transformar esta ordenação societal numa “democracia burguesa neocolonial”, qual seja: *impondo leis, agências reguladoras, blindagens orçamentárias e inclusive exigindo a independência do Banco Central, objetivando assim sobredeterminar o controle absoluto do Estado e seus recursos*. Em termos reais, apresenta-se como objetivo estratégico uma “drenagem” cada vez maior das riquezas socialmente produzidas pelos trabalhadores para os banqueiros internacionais, as multinacionais e a burguesia brasileira. *Trata-se de uma tendência de abrangência histórico-regressiva que se objetiva como retrocesso estrutural das economias domésticas dependentes-periféricas à situação anterior à segunda guerra interimperialista*⁸¹. A Ordem do Capital impõe ao sistema mundial inter-Estados – desta forma – um movimento inverso ao do ciclo histórico referente ao pós-45, em novo *momentum* da época imperialista. Em relação às *semicolônias*, estar-se-ia buscando um salto qualitativo na situação pré-existente de submissão aos centros nervosos de acumulação capitalista, reduzindo-lhes instituições relacionadas à formação histórica dos Estados-Nação, subjugando seus aparelhos repressivos (exército e polícias), cobrando o fim de moedas nacionais (convertibilidade ou “dolarização”), exigindo a renúncia real da soberania nacional (diluindo-a em constituições ‘supranacionais’, via tratados de ‘livre-comércio’) e, por fim, constituindo uma *ofensiva neocolonial* nos marcos históricos e estruturais do imperialismo.

Ainda, não nos parece fato de segunda importância que os trabalhadores em luta, os movimentos sociais e as esquerdas políticas engajados na luta anti-ALCA utilizem-se de expressões tais como *recolonização, neocolonialismo e/ou anexação* para caracterizar o que consideram como *estratégias imperialistas de dominação contemporânea da Ordem do Capital*.

⁸¹ Ou mesmo – numa analogia histórica, algo alusiva e de mais longo alcance – ao nível de subsunção política e econômica aos centros dominantes característico do século XIX, período anterior aos processos de independência e soberania nacional, quando o que hoje são os países da América Latina ainda eram *colônias* de metrópoles mercantilistas como Espanha, Portugal, Inglaterra e Holanda; como parte do processo conhecido como *acumulação primitiva de capital*. Por se tratar de momento histórico absolutamente distinto de desenvolvimento do Capital – no qual as tendências que futuramente conformariam a *subsunção real do trabalho social ao capital privado* encontravam-se ainda em estágio bastante embrionário de formação – a comparação deve ser considerada meramente como *recurso heurístico*; o que não é o caso da *recolonização*.

O próprio conceito de *imperialismo* faz-se imprescindível e ressurgir como categoria histórico-analítica – em suas dimensões política, econômica, militar e ideológica – após quase uma década de silenciamento imposta pela *ofensiva burguesa* da ideologia dominante, a qual apregoava aos quatro ventos o (pré) suposto “fim da história”. O processo de *recolonização imperialista* pode ser verificado enquanto *tendência histórica* em marcha, caracterizada pela agudização / exacerbação das características mais degradantes e parasitárias do *imperialismo moderno*. Seu aspecto contra-revolucionário – elidido pelo discurso liberal-moderno que constitui historicamente a justificação ideológica das incursões econômicas, políticas, militares, diplomáticas e culturais do imperialismo norte-americano⁸² – vem à tona, sem disfarces, em suas cláusulas preventivas quando se proíbe a expropriação-nacionalização de “investimentos” estrangeiros – exceto em casos de interesse público, fato previsto como de *indenização imediata* – ou na garantia de ressarcimento dos prejuízos em investimentos internacionais decorrentes de “guerra, conflito armado, revolta, estado de emergência nacional, insurreição ou motim”, assim previstos na ALCA. Em poucas palavras: *a ganância do capital não despreza a incerteza da luta de classes* (Arcary, 2003a) e, por certo, não ignora a subterrânea presença da *velha toupeira*.

Referências à “segurança” nos documentos finais das cúpulas hemisféricas

TEXTO	Nº	SIGNIFICADO DAS REFERÊNCIAS
CÚPULA DE MIAMI (1994)		
Declaração final	1	• Compromisso de fomentar a segurança
Plano de ação	3	• Colaboração em programas de capacitação para forças de segurança

⁸² A partir de enunciado trotskiano, em especial suas reflexões sobre os EUA, consideramos que a dimensão discursiva das ofensivas militares norte-americanas vêm invariavelmente acompanhada de justificação ideológica de matriz liberal-moderna. Trotsky considera que a gênese mesma da hegemonia imperialista do capital norte-americano obriga-lhe a incluir todos os “barris de pólvora” do sistema mundial inter-Estados aos “cimentos” de sua estrutura social: o antagonismo Ocidente-Oriente, a luta de classes da Velha Europa, a insurreição das massas coloniais, guerras, crises e revoluções. Por outro lado, o período de construção do Estado nacional e da sociedade civil norte-americana é marcado por uma profunda revolução democrático-burguesa e é neste substrato histórico que se apóiam os EUA – *the land of the free and the home of the brave* – para arrogar para si a legitimidade ideológica das “intervensões humanitárias” ou, mais recentemente, das “guerras preventivas”. Agora, porém, num contexto *pós-guerra fria* – como ainda insiste a produção anglófona, “*post-Cold War*”, com certo desajuste temporal –, as relações defendidas apresentam-se abertamente como capitalistas – mais além da contraposição ideológica entre *democracia* e *totalitarismo*, sem o disfarce do suposto *free world* a velar sua essência liberal-burguesa, como durante a Guerra Fria – sob a lógica mercantil que rege a Ordem do Capital. E não se pode elidir que agravantes como os pressupostos de *confissão religiosa*, *supremacia étnica* e *superioridade cultural*, baseados na ostensiva demonização do Oriente – como antes se fazia com a URSS nos terrenos infra e superestrutural, *associando-se ostensivamente a vulgata estaliniana ao projeto socialista* – eclipsam a justificação discursiva baseada na ideologia burguesa, em torno a concepções de mundo mais *obscurantistas*, *preconceituosas* e *reacionárias* (designadas sob a sigla WASP: *White, Anglo-Saxonic and Protestant*). Sobre as novas configurações político-ideológicas das ofensivas do imperialismo norte-americano e o deciframento das condições objetivas e subjetivas de sua hegemonia no sistema mundial inter-Estados – numa bela reflexão sobre o *American way of life* histórico-contemporâneo – sugerimos “Justiça Infinita: um *Strangelove*” (Dias, 2002). No que se refere às ofensivas norte-americanas enquanto tentativas de reconfiguração econômica, política e cultural da Ordem do Capital, sugerimos: “Os Neocruzados: a Guerra no Afeganistão e a Nova Ordem Mundial” (Bianchi, 2002d). Já no que diz respeito à relação orgânica entre a *mundialização capitalista* e a *militarização dos conflitos*, encontramos uma análise acurada em “O braço armado da mundialização” (Serfati, 2002).

		<ul style="list-style-type: none"> • O narcotráfico põe em perigo a sociedade • Ameaça do terrorismo à segurança
CÚPULA DE SANTIAGO (1998)		
Declaração final	1	<ul style="list-style-type: none"> • Continuar fomentando a segurança com medidas como as indicadas em declarações prévias
Plano de ação	13	<ul style="list-style-type: none"> • Promoção da segurança • Excerto sobre “Fomento da Confiança e Segurança e Segurança entre os Estados” (10 menções) • Segurança nos sistemas de transporte • Segurança alimentar
CÚPULA DE QUÉBEC (2001)		
Declaração final	8	<ul style="list-style-type: none"> • Melhorar a segurança • Necessidade de aumentar a segurança humana • Compromisso de manter a segurança • Adoção de medidas de fomento à segurança • Capacidade militar que corresponda a legítimas necessidades de segurança • Compromisso de combater as ameaças à segurança • Necessidade de aumentar a segurança humana • Aids como ameaça à segurança
Plano de ação	24	<ul style="list-style-type: none"> • Excerto sobre “Segurança Hemisférica” (19 menções) • Normas de segurança nos serviços de transporte, com aplicação de padrões internacionais • Segurança nos embarques de material radioativo • Implementação da Declaração da Bahia sobre Segurança Química • Revisão de práticas de saúde e produtos medicinais alternativos à luz da segurança pública • Aids como ameaça à segurança
CÚPULA DE MONTERREY (2004)		
Declaração final	7	<ul style="list-style-type: none"> • Aparição de novas ameaças à segurança • Ameaça da Aids à segurança • Necessidade de que a agricultura contribua com a segurança alimentar • Contribuição da justiça social e a redução da pobreza à segurança • Aprofundamento da dimensão humana da segurança • Compromisso com a Declaração sobre a Segurança das Américas, que se baseia “no conceito multidimensional da segurança, assim como no princípio de que o fundamento e propósito da segurança é a proteção de seres humanos” • “O terrorismo, assim como a proliferação de armas de destruição massiva, constituem graves ameaças à segurança internacional”

Fonte: ESTAY (2004).

Quadro 2 (Quad. 2).

Consideramos também a invasão do Iraque, os tratados de “livre-comércio” – em seus aspectos gerais –, o mecanismo da dívida externa, os *ajustes estruturais* e a militarização da América Latina como processos articulados, *desigual e combinadamente*, nos marcos do que seria a *recolonização imperialista*. Neste quadrante histórico e a partir de seus principais condicionantes, consideramos que a ALCA afirma-se como projeto político e econômico de *reconfiguração histórico-contemporânea do capital imperialista* e máxima expressão de – se alcançado, derrotando assim a resistência de proletários urbanos, trabalhadores rurais e camponeses pobres – desprovimento de qualquer grau de soberania nacional ainda existente no Brasil e em toda América Latina. Porém, o desafio teórico de maior amplitude – e que *incorpora, articula e ordena* as demais mediações no movimento de *discernimento, descrição e explicação* do real – *trata-se de compreender a ALCA desde um marco mais amplo de totalidade histórica, qual seja, de subsunção real (e formal) do trabalho social ao capital monopolista, nas*

formações econômico-sociais específicas e em sua generalidade no modo de produção capitalista, internacionalmente dominante e, não obstante, histórica e estruturalmente, em crise. Sobretudo, a configuração que assume enquanto lógica destrutiva e *marco material, ideológico e jurídico-político de super-exploração da classe-que-vive-do-trabalho* como resposta (burguesa) à *crise estrutural do capital*. A aparente diversidade do acordo oculta o aspecto fundamental de unicidade simbiótica entre *trabalho, ciência, tecnologia e recursos naturais* para a sobre-extração de mais-valia na forma histórica de acumulação de capital, balizada esta pela nova divisão internacional do trabalho da mundialização capitalista, sob hegemonia das frações financeiras. A transformação da natureza em mercadoria; a “objetivação” da teoria e a fetichização das relações de produção atentam contra o Trabalho. Dialeticamente, é preciso buscar em suas forças sociais e políticas a *alternativa estrutural* ao Capital.

2.2 Pós-11 de setembro de 2001 (11-S): “Via Rápida”, Militarização e Guerras

Os acontecimentos de 11 de setembro de 2001 serviram, por sua vez, sob a justificativa ideológica de “combate ao terrorismo”, para que os EUA acionassem uma série de medidas de dominação econômica, política e militar em relação ao Oriente Médio – inicialmente, a Guerra do Afeganistão foi o exemplo mais cabal – e à América Latina, como, por exemplo, o Plano Colômbia e a Iniciativa para a Região Andina. Neste dia, as torres gêmeas do gigantesco edifício comercial World Trade Center, na cidade estadunidense de Nova Iorque, assim como parte do maior complexo militar dos EUA, o Pentágono de Washington D.C., foram destruídos; as primeiras pela colisão de um avião civil de vôo doméstico que levava passageiros – seqüestrado em meio a um ataque suicida –, e o segundo, provavelmente, por uma explosão interna. Supõe-se que o terceiro objetivo seria a Casa Branca, numa orquestração contra os principais signos de sustentação do capitalismo imperialista norte-americano, em sua supremacia econômica, militar e política, respectivamente. O Pentágono prontamente acusou a rede terrorista Al Qaeda – com sede no Afeganistão e sob liderança de Osama Bin Laden, ex-aliado dos EUA no combate à ex-URSS –, de ter protagonizado os atentados (Della Santa Barros, 2001). Em seguida, promoveu uma ofensiva militar genocida contra o povo afegão, recrutando as forças armadas de dezenas de países sob a mistificação deliberada da “guerra contra o terror”. Deu-se então a inflexão.

O recrudescimento do imperialismo norte-americano pôde ser comprovado em suas dimensões econômica, política e militar; sendo que sua expressão mais significativa hoje pode

ser representada pela Doutrina Bush de “Guerra Preventiva” e a ofensiva militar de milhares de tropas de EUA e Inglaterra ao Golfo Pérsico, pela ocupação neocolonialista do Iraque e mediante os “planos de paz” impostos por Israel e Estados Unidos, via ONU, à Palestina. Contudo, concordamos com Mészáros (2003) quando este afirma – em sua crítica ao imperialismo norte-americano – que “a ordem cronológica da atual doutrina militar dos Estados Unidos está apresentada de cabeça para baixo. Na verdade, não se pode admitir a ‘mudança de curso’ posterior a 11 de setembro, que se diz ter sido possível pela eleição duvidosa de George W. Bush para a presidência em lugar de Al Gore. Pois o presidente democrata Clinton adotava as mesmas políticas que seu sucessor republicano, ainda que de forma mais camuflada”. Vejamos, então, a expressão mais acabada da *decadência ideológica* – a qual invoca o mais absoluto, obscurantista e reacionário *fanatismo democrata-cristão* para a legitimação de uma guerra “que cheira a petróleo” – assentada historicamente sobre a *crise estrutural do capital*, e manifestada, contingencialmente e em sua forma político-discursiva, por uma das personificações capitalistas mais bestiais já encontradas ao largo de seu desenvolvimento histórico-concreto.

Ocorreu uma desgraça nacional [...]. Foi um ato de guerra. A democracia e a liberdade estão sendo atacadas [...]. O terrorismo contra nosso país não ficará impune. Aqueles que cometeram estas ações, e aqueles que os protegem, deverão pagar por isto. Não faremos distinções [...]. Devemos construir uma coalizão internacional contra o terrorismo [...]. A guerra que nos espera é uma luta monumental entre o Bem e o Mal [...]. Vai ser longa e suja [...]. Aqueles que nos fazem a guerra escolheram sua própria destruição [...]. Ou se está conosco, ou com o terrorismo [...]. Deus está conosco [...]. Deus abençoe a América!
(BUSH JR., 2001)

Se a *recolonização imperialista* dá-se através de guerras e ofensivas militares explícitas no Oriente Médio, a forma assumida na América Latina se expressa claramente nos termos propostos pela ALCA, *nada menos do que a corporificação em definitivo do neoliberalismo e do Consenso de Washington no subcontinente*, nos mecanismos da dívida externa e nos ditos *ajustes estruturais* afiançados pelo FMI e, por fim, na *militarização continental* enquanto *braço armado da mundialização* (e da crise) *capitalista* (Serfati, 2000). O eixo fundamental de ambas as ofensivas imperialistas (se é que se pode mencioná-las no plural) – mais além das distintas fenomenologias imediatas, no que se refere aos métodos empregados – mantém unidade indivisível no que se refere à perspectiva essencialmente contra-revolucionária de responder às mais diferentes manifestações (energética, mercantil, inversionista etc.) da *crise estrutural do capital*. Sob as *briefcase* dos burocratas do FMI ou mediante as metralhadoras dos *marines* do Pentágono jaz a mesma lógica destrutiva, incontrolável e parasitária do capital monopólico – imperialista ou *neocolonial* (Petras, 2002) –, ostentada sempre baixo as bandeiras da *democracia*, da *liberdade* e, obviamente, do *livre-mercado*. A “paz” da ALCA – *junto aos*

ajustes neoliberais e à militarização dos conflitos – nada mais é do que uma *guerra não-declarada*, e só pode representar a paz sepulcral dos cemitérios neocoloniais⁸³. Após os acontecimentos acima aludidos no 11-S, os Estados Unidos puderam recompor sua base de sustentação social, política e ideológica, lançando mão de *uma contra-ofensiva imperial em distintas dimensões políticas, econômicas e militares* (Petras, 2001a), cuja ideologia apresentou-se ao redor da “coalizão contra o terrorismo internacional”. Antes, o governo Bush encontrava dificuldades para aprovar a denominada “Via Rápida” (“Fast Track” de “Trade Promotion Authority”) para levar adiante sem obstáculos internos acordos como a ALCA, devido às contradições entre diversas frações burguesas das transnacionais de matriz estadunidense, principalmente as vinculadas ao controle energético. Mas, com o pretexto mencionado, Bush não só conseguiu um consenso social para a Guerra do Afeganistão – *nada consensual no caso do Iraque* – como também para sua contra-ofensiva global. Tanto é assim que a “Via Rápida”, antes bloqueada no parlamento estadunidense, foi prontamente aprovada pelo congresso norte-americano e, na seqüência, intensificou-se o alcance do Plano Colômbia e se aventou a cessão da Base de Lançamento de Alcântara no Brasil para fins de exclusiva militarização norte-americana, *sob controle exclusivo e absoluto do Pentágono, da Casa Branca, do Tesouro norte-americano e, enfim, do imperialismo hegemônico*.

A estratégia militar do imperialismo norte-americano na região, iniciada por Clinton e ampliada por Bush, configura um componente central do processo de *recolonização imperialista* na América Latina, qual seja, o de *mudanças histórico-estruturais no terreno militar*. Na última década as forças armadas do subcontinente foram modificando sua estrutura de poder em função dos critérios gerais do imperialismo hegemônico em matéria militar. Os exércitos nacionais foram reduzidos – transformados em forças de ‘intervenção rápida’ –, com maior profissionalização das tropas e postos sob comando direto dos generais norte-americanos. O projeto histórico de ofensiva imperialista previa a instalação de bases militares no continente. Atualmente, existem bases militares imperialistas em várias cidades e/ou regiões da América Latina: Tres Esquinas, Larandia e Leguizamo (Colômbia), Manta (Equador), Iquitos e Nanay (Peru), Soto Cano (Honduras), Comolapa (El Salvador) e Libéria (Costa Rica). Ainda, haveria que se agregar a permanência de tropas no Canal de Panamá (mesmo com o traslado do

⁸³ Alguns autores utilizam-se da expressão *neoliberalismo armado* no que se refere à conflitividade social na América Latina, agregando os pólos aparentemente antitéticos de “livre-comércio” e “militarização”, sob a mesma *mediação conceitual* (Zuluaga Nieto, 2002). “Legitimado pela cruzada antiterrorista desatada pelo governo Bush logo depois do 11 de setembro e íntimamente associado às estratégias norte-americanas de subordinação econômica e militar, o ‘neoliberalismo armado’ serviu como suporte jurídico e ideológico ao aumento da repressão e à perseguição de dirigentes sociais, ao longo de todo o ano. A militarização da vida política colombiana promovida pelo governo neoliberal de Uribe é, neste sentido, o exemplo mais trágico e destacado na região” (Seoane e Taddei, 2003).

Comando Sul a Miami), as bases de Vieques (Porto Rico), Reina Beatriz (Aruba), Guantánamo (Cuba) e, ainda, Malvinas (Argentina), mantida ostensivamente pelo imperialismo inglês. Outras instalações foram postergadas, em função da correlação de forças sociais em presença, como as de Rio Itonomas (Bolívia), Alcântara (Brasil) e Tierra del Fuego (Argentina). Alguns exércitos, como o colombiano ou o salvadorenho, já estão de fato sob comando material, logístico e operacional norte-americano. Por outro lado, os exercícios militares latino-americanos em conjunto com batalhões e/ou oficiais estadunidenses constituíram-se como parte do Plano Colômbia, simulando combates contra-insurgentes – ou prováveis “terroristas” –, tendo sido realizado em distintos países da região no último período.

“Militarização”



Fonte: Campaña Continental contra la Militarización.

Figura 1 (Fig. 1).

“O governo Bush Jr. – em particular no pós-11 de setembro de 2001 – incorporou às prerrogativas do projeto ALCA o *antiterrorismo*, que passou a ocupar um lugar prioritário nas exigências político-militares de alinhamento da América Latina aos EUA, ameaçando transformar-se em eixo norteador que articula não somente o conjunto da política exterior norte-americana, senão também os distintos componentes da estratégia de médio e longo prazo deste país para a América Latina e o Caribe, integrando-as sob a justificação ideológica da luta contra o terrorismo” (Estay e Daza, 2004). Em tal sentido, convém destacar que a ALCA trata-se de um componente desta estratégia, incluindo ainda elementos diretos de dominação política e militar, *com os quais a presença econômica dos capitais, corporações e mercadorias norte-americanas complementa-se, assegurando o controle físico do território ocidental-hemisférico das Américas, e constituindo totalidade ordenada e conjunto coerente através do qual se pretende que a região – com seus recursos naturais, sua população e a sua infra-estrutura, como um todo – responda por completo aos objetivos e necessidades definidas desde os think-tanks econômicos, políticos e militares, dos EUA* (Estay, 2001; Estay e Daza, idem). A dimensão discursiva da contra-ofensiva imperial sobre a América Latina articula prerrogativas como (i) o livre-comércio, (ii) a defesa da democracia, (iii) a “luta contra o narcotráfico” e (iv) a “coalizão

contra o terror”, paralelamente à crescente *militarização* do subcontinente, mediante a implementação de sucessivos planos, campanhas e bases militares, especialmente nas Américas Central e do Sul (Estay e Daza, *ibidem*). Não nos parece *casual* que regiões como o Oriente Médio – Afeganistão, Iraque, Palestina e Líbano – e a América Latina *concentrem as mais avançadas formas de polarização social*.

Apesar de que o núcleo dirigente do Fórum Social Mundial⁸⁴ (FSM) de Porto Alegre, primeiramente se opusesse à redação de uma declaração contra a Guerra do Iraque – por “uma questão de princípios” –, a convocatória da *jornada internacional contra a guerra* feita no início de 2003, desde Porto Alegre, por organizações sociais, sindicais e políticas à esquerda da direção do bloco hegemônico do FSM, redundou em multitudinárias manifestações coordenadas entre si – de mais de vinte milhões de pessoas, em mais de seiscentas cidades de todo o planeta – em quase todos os continentes do mundo. Eventos como este, assim como a greve geral de 14 de março contra a guerra neocolonial do Iraque – desenvolvida simultaneamente em diversos países europeus, apesar dos limites organizativos impostos pelas direções burocrático-governistas dos sindicatos majoritários e da Confederação Européia de Sindicatos, a CES –, consistiram em fenômenos historicamente inauditos: uma resposta internacional e massiva dos trabalhadores, jovens e povos do mundo contra uma guerra imperialista, antes mesmo que esta estalasse; mais pronta, massiva e vigorosamente do que o próprio movimento contra a Guerra do Vietnã ocorrido nos anos sessenta. Não esqueçamos: a proposta original adveio fundamentalmente de setores combativos do movimento operário italiano que, através de seus Comitês Operários de Base (COBAS), lançaram a consigna do movimento em meio ao Fórum Social Europeu⁸⁵. No lastro de lutas sindicais decisivas contra a “lei de demissões massivas” e a ofensiva patronal contra postos de trabalho⁸⁶, a pequena Florença – capital toscana do *mestre florentino* e das artes renascentistas – foi inundada pela primeira manifestação contra a Guerra do Iraque, numa polifacética, combativa e multicolorida maré humana de aproximadamente um milhão de pessoas, em uníssono e de punhos cerrados, gritando “não à guerra!”. A *posteriori*, a iniciativa

⁸⁴ Não vamos nos concentrar num quadro descritivo e analítico exaustivo do processo FSM. Consideramos aqui ao menos três considerações: (i) o referido processo já foi analisado alhures, em minúcia, por comentaristas das mais diversas concepções político-epistemológicas e das mais variadas áreas do conhecimento, (ii) de acordo com nossas hipóteses diretivas e orientações cognitivas, *não* concebemos o FSM enquanto centralidade do que veio a se conhecer como movimentos ou *juventude antiglobalização* (mais valeria dizê-lo tentativa de *institucionalização*) e, por fim, (iii) compreendemos – e nesta caracterização estamos em companhia de diversos militantes e intelectuais marxistas – que o processo supracitado, bastante contraditório já em sua gênese, esvaziou-se, fragmentando-se de tal forma que dificulta e quase impossibilita as aglutinações político-programáticas anticapitalistas e os cronogramas unitários de luta antiimperialista. Garantir, impulsionar e organizar o desenvolvimento de campanhas e plataformas contra o Plano Colômbia (2001), anti-ALCA (2002) e antiguerra (2003), por exemplo, passou a configurar a necessidade de fazê-lo apesar, à revelia e, por fim, *contra* as limitantes disposições político-organizacionais do seu próprio núcleo dirigente.

⁸⁵ “No alla guerra!”, Florença-Itália, nov./2002 (Della Santa Barros, 2002b).

⁸⁶ O caso da empresa automobilística italiana Fiat e as sucessivas paralizações contra o governo Berlusconi.

da jornada internacional contra a Guerra do Iraque foi secundada pela *Rede Internacional de Movimentos Sociais*, reunida esta em Porto Alegre, com o MST e a Via Campesina à frente (Della Santa Barros, 2002b e 2003a).

A guerra, como a conhecemos, tratar-se-ia da “continuação da política com outros meios” e da “imposição da vontade pela força”, segundo o militar prussiano Carl Von Clausewitz (1780-1831), no século passado. Se os clássicos aforismos já eram mais do que conhecidos, hoje podemos dizer que já não resta pedra sobre pedra do arsenal ideológico construído pelo imperialismo norte-americano mediante seus apelos por “justiça infinita” ou “liberdade duradoura”, lançados como prelúdio e lastro da genocida e covarde guerra contra o Afeganistão – livrada pelos EUA e seus aliados europeus, supostamente contra o “terrorismo internacional”, após os acontecimentos aludidos. Mais de vinte milhões de pessoas saíram às ruas em todo o mundo, uma e outra vez – de forma ativa, consciente e auto-organizada –, para manifestarem um rotundo *não à guerra* de saqueio, rapina e massacre do Iraque, antes mesmo que explodissem os primeiros mísseis em território iraquiano. *A batalha das consciências, decidida sobretudo no seio dos imperialismos europeu e norte-americano, resultou – apesar da vitória militar dos aliados – uma derrota política importante da junta militar golpista formada pelo comandante-em chefe George Bush, o coronel Tony Blair e soldados-rasos como José Maria Aznar e Silvio Berlusconi.* Tamanho deslocamento político e ideológico, ao mesmo tempo massivo e ocorrendo simultânea e coordenadamente em diversos países, certamente não se pode explicar como aspecto subjetivo que “se sintetiza em si, se aprofunda em si e se move por si mesmo” (Marx, 1978a) – e menos ainda, como sugere o estrategista Clausewitz, pode-se explicar as guerras em função do evento imediato que constitui seu respectivo estopim –; *mas sim como reflexo fenomênico – já salvaguardado em sua autonomia relativa – de um movimento muito mais profundo, cujas limitações históricas e natureza social devem ser buscadas, em última instância, nas relações de produção capitalistas, na correlação de forças sociais e na luta de classes internacional.* E há que se sublinhar: trata-se de uma tendência que teve início algo antes de Florença.

Porto Alegre – expressão alusiva e contraditória desta tendência histórica – sediou as edições do FSM ocorridas no Brasil, a partir de 2001. O evento se propunha a ser a contraposição político-programática e organizativa a Davos, cidade suíça que hospeda o Fórum Econômico Mundial (FME), reunindo desta maneira a ativistas, militantes, intelectuais e organizações *antineoliberalismo e antiglobalização*. O empresário brasileiro e membro do Comitê de Empresários do PT, Oded Grajew; o diretor do jornal francês *Le Monde Diplomatique* e presidente internacional da ATTAC, Bernard Cassen; e o representante da Comissão Brasileira

de Justiça e Paz da CNBB (a Comissão Nacional de Bispos do Brasil), Francisco Withacker, foram os três membros-fundacionais que inspiraram a idéia do evento. Depois de definidos seus contornos e limites político-ideológicos e organizativos, somaram-se entidades como o MST e a CUT, por exemplo. (A Campanha Nacional contra a ALCA inaugurou-se aí, em meio a uma massiva manifestação social e popular, impulsionada majoritariamente pelos movimentos sociais, sindicais e políticos à esquerda do núcleo duro do FSM.) A radicalidade das consignas *antiimperialistas* e *anticapitalistas* de ativistas, movimentos e entidades que organizaram as jornadas “antiglobalização” durante as cimeiras do FMI, do Banco Mundial, da OMC e do FME em Seattle, Praga, Gênova, Barcelona, Davos etc. sob a palavra-de-ordem “O Capitalismo Mata, Morte ao Capitalismo”; em Porto Alegre viu-se rebaixada ao programa social-liberal de *humanização do capitalismo* e *colaboração de classes* do núcleo duro do FSM – baixo a direção do ATTAC internacional e setores majoritários do PT do Rio Grande do Sul –, sob a bandeira em tudo genérica de que *Outro Mundo é Possível*. Em 2003, o já presidente da república do Brasil Luís I. “Lula” da Silva – através da Frente Popular Lula-Presidente, sobre a qual logo discorreremos – foi de passagem à inauguração do FSM e, imediatamente depois, discursou em Davos sobre o combate à fome e à miséria mundial para *milhões de dólares*, ou seja, à elite internacional de banqueiros, mega-especuladores e grandes capitalistas financeiros, industriais e comerciais. Abraçou a George Soros, Bill Gates e ao presidente do Banco Mundial – *quicá novos companheiros, tal como o empresário e vice-presidente José Alencar, do PL?* – e propôs um Grupo de Trabalho (GT) que unisse os Fóruns de Porto Alegre e Davos. Neste mesmo ano, a proposta de fazer coincidir cronologicamente as datas do FSM e do FME, no sentido de se distinguir a oposição à dita “globalização neoliberal”, desvaneceu em absoluto. A questão faz-se necessária. Este *Outro Mundo Possível* seria – parafraseando Mészáros (2002) – *para além* ou *no interior mesmo* da Ordem do Capital? A disjuntiva impõe – em última instância – a *necessidade férrea* do diagnóstico derradeiro.

2.3 Antiimperialismo e Anticapitalismo no início do séc. XXI:

um debate em curso

Seattle – cerca de uma década após a queda do Muro de Berlim – foi a uma só vez a expressão complexa e multifacetada assumida pela culminação de um processo de deslocamento na relação de forças entre os movimentos sociais – seguida por Washington, Praga, Gênova, Barcelona etc. – e, ao mesmo tempo, a abertura de uma nova situação na qual o movimento de massas – trabalhadores em luta, camponeses pobres e a juventude rebelde –

passa a questionar abertamente o “modelo neoliberal” e a “globalização capitalista”, peculiar apreensão subjetiva do real mediante *racionalidades históricas* em presença, na *periferia* e no *centro* do sistema mundial inter-Estados, e, conseqüentemente, opor-se à atual hegemonia imperialista e à supremacia capitalista norte-americana. Não nos interessa ingressar no terreno algo pantanoso da “correta datação” do que seria o início do movimento “antiglobalização” – se em 1994, com o levante armado neozapatista de Chiapas, a partir do tratado NAFTA; se em 1996, no *I Encontro Americano contra o Neoliberalismo e pela Humanidade*; ou se em 1999, na manifestação anti-OMC, nos EUA – haja vista que os marcos históricos desta natureza sempre guardam algo de arbitrariedade como critério. Contudo, parece-nos fundamental observar que o declínio ideológico do *pensée unique* encontra seu substrato histórico-concreto num movimento muito mais profundo, lastreado – como já afirmamos – nas relações capitalistas de produção, na correlação de forças sociais em presença e na luta de classes internacional.

Outro apontamento seria a necessária *distinção* entre os movimentos de trabalhadores urbanos e rurais – de caráter operário e popular – na América Latina por um lado, insurgidos contra as políticas neoliberais e suas conseqüências nefastas sobre suas condições de vida e, por outro, as manifestações antiglobalização “anti-cumbre” (ou “contra-cimeiras”), realizadas por parcelas radicalizadas da juventude universitária das classes médias urbanas dos Estados Unidos da América e da Europa Ocidental contra as cúpulas decisórias da Ordem do Capital, no que se refere a suas diferenças em: origem histórico-cultural, composição social, métodos de luta, limites organizativos, *visão-de-mundo* e práticas políticas⁸⁷. No âmago de países aviltados e submetidos pelo imperialismo desenvolve-se a resistência organizada contra o processo histórico de *recolonização imperialista* e a hegemonia neoliberal no subcontinente, que vem se afirmando como uma resposta combativa das massas sociais operárias, camponesas e populares da América Latina. Como pontos elevados dessas lutas e mobilizações consideramos a insurreição popular do Equador – que, encabeçada pelas organizações

⁸⁷ “Ao longo da década de 90, o afloramento das lutas sociais parece indicar uma confluência e simultaneidade de ações e de agentes sociais. Podemos iniciar lembrando a explosão de Los Angeles, seguida pela rebelião de Chiapas no México ou pela emergência do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST) no Brasil. Ou, em outro recorte, pelas greves político-sociais ampliadas, como a dos trabalhadores das empresas públicas na França, em fins de 1995, ou a longa Greve dos Trabalhadores portuários em Liverpool, de 1995 a 1998, ou a greve de cerca de 2 milhões de metalúrgicos na Coréia do Sul, em 1997, contra a precarização e flexibilização do trabalho. Ou, ainda, a Greve dos transportadores da United Parcel Service, em agosto de 1997, com 185.000 paralisados, articulando uma ação conjunta entre trabalhadores part-time e full-time, dentre algumas das mais expressivas ações desencadeadas na última década do século passado. [...] A estas ações somaram-se, ao final da década e início do novo Século, as explosões de Seattle, Praga, Nice, passando pela confrontação acirrada em Gênova, pelas ações do Fórum Social Mundial e ainda mais recentemente, pela rebelião social que destituiu o presidente (e vários de seus pretensos sucessores) na República Argentina, em dezembro de 2001, ações diferenciadas que demonstram, cada uma em sua especificidade e singularidade, que as lutas sociais vão se acentuar em muito neste novo século” (Antunes, 2004a).

indígenas (a CONAIE e o Parlamento dos Povos), derrubou o governo de Mahuad e tomou o poder por oito horas, num levantamento contra a dolarização imposta por seus governos e o imperialismo hegemônico –, e por outro lado, o processo protagonizado pelo povo trabalhador da Argentina – onde o movimento piqueteiro, pannels, a ocupação de fábricas sob controle operário e as assembléias inter-bairros apontavam para uma *situação revolucionária* com a existência de formas organizativas embrionárias de poder popular, sob a consigna “*¡Que se Vayan Todos!*”. São exemplos ainda a reação social das massas da Venezuela à tentativa de golpe de Estado articulada pela burguesia nativa com o apoio logístico dos EUA e a verdadeira *revolução permanente* levada a cabo pelo proletariado boliviano nos últimos anos.

Ressaltamos que – no mais das vezes – o recente contexto político e ideológico propicia tão-somente o que consideramos como *críticas espontaneístas à universalização da lógica mercantil a todas as esferas e dimensões da vida social*⁸⁸, presentes na maior parte das bandeiras, consignas e palavras-de-ordem de “antineoliberalismo” e de “antiglobalização”⁸⁹. Contraditoriamente, a despeito da limitação citada, possibilita-se historicamente a afirmação e desenvolvimento da crítica marxista à *sociedade produtora de mercadorias* e à Ordem do Capital, a qual vem gradativamente – *passados os piores anos da ofensiva ideológica neoliberal* – saindo de uma posição defensiva e voltando à cena histórica. “Os conflitos sociais mais significativos do último quarto de século nos mostram que é nos espaços dos movimentos que o continente teórico aberto por Marx segue com a vibração da vida” (Leher, 2004a). “É certo que a arma da crítica não pode substituir a crítica das armas” – não obstante, dizia Marx, “a teoria converte-se em força material quando penetra nas massas” (Marx, 1993). Se o caminho a percorrer é largo, não é menos verdade – contudo – que seja, fundamentalmente, *possível e necessário*. “As idéias do marxismo e os gestos políticos transformadores se encontram na campanha contra a ALCA, nas ocupações do MST, nos enfrentamentos do povo boliviano contra a mercantilização da água e a perda de soberania sobre o gás, nos movimentos que forjam alternativas anticapitalistas ante os governos que, eleitos com críticas ao neoliberalismo, seguem

⁸⁸ “Foi contra esse mundo mercantilizado que se levantou a nova opinião pública democrática do mundo, gritando que o mundo não é uma mercadoria, que o mundo não está à venda, que o essencial não tem preço. O que nos une, a todos, antes de tudo, é a luta contra a mercantilização do mundo. Contra a concepção e a prática de que tudo se vende, de que tudo se compra, de que o mercado e os seus preços manipulados definem o que se pode e não se pode fazer, o que é bom e o que é ruim, o que é belo e o que é feio, o que é justo e o que é injusto” (Sader, 2001a). Pensamos que, em certa medida e em determinada perspectiva, esta concepção reflete elementos importantes trazidos pelo movimento “antiglobalização”. *Porém, e como todo reflexo, apresenta distorções.*

⁸⁹ “Dentro desse ideário, que alguns chamam de *Mcdonaldização do mundo*, as resistências, as rebeldias e as recusas são inaceitáveis, consideradas como atitudes anti-sociais, contrárias ‘ao bom desempenho da empresa’. *Não é por outro motivo que as manifestações recentes contra a globalização e o capitalismo vêm acentuando sua oposição à ‘mercadorização’ do mundo, em suas ações e passeatas, manifestando-se contrariamente à superfluidade e o sentido de desperdício que caracterizam o mundo contemporâneo*” (Antunes, 2004a, grifos nossos). Esta reflexão inscreve-se, claramente, na problematização mézszariana sobre o *poder da ideologia* (2004).

operando nos estreitos limites das orientações desenhadas pelo FMI/BM/OMC, em suma, nos coletivos que almejam a emancipação e a democracia como expressões do socialismo praticadas a partir do presente” (Leher, 2004a).

Pode-se observar, como vimos acima, que à medida que se recrudescer a *crise estrutural do capital* cresce, simultaneamente, a necessidade de articular o mundo do capital imperialista através de uma espécie de institucionalidade jurídico-política ancorada em interesses estratégicos do sistema mundial inter-Estados, traduzida em cúpulas decisórias, organismos financeiros e aparelhos especializados como o FMI, o Banco Mundial, a OMC e o G-8. Trata-se de uma “estrutura de dominação mundial” da Ordem do Capital metamorfoseada em diversos momentos – “de Bretton Woods ao Acordo Mundial de Investimentos”, postulou Borón (2001a) – que, ao acentuar a rigidez da natureza capitalista das relações sociais de produção, cada vez mais em contradição com o dinamismo do desenvolvimento objetivado das forças produtivas, contraditória e dialeticamente, possibilita historicamente o surgimento de movimentos de contestação direta à imediaticidade perversa e cada vez mais auto-evidente – porque política e economicamente *institucionalizada* em organismos, tratados e medidas cada vez mais autocráticos e, também, porque reifica / aliena a dimensão humana da existência social vivenciada pela maioria da população mundial – da lógica do “mercado”. Longe de prescindir dos Estados, esta institucionalidade intensifica a importância estratégica dos Estados-Nação – *de maneira assimetricamente articulada* – para a acumulação e a reprodução capitalista. As perspectivas de vida das novas gerações – desde a possibilidade de reprodução da existência social através do assalariamento cada vez mais precarizado ou mesmo inexistente; da educação formal mercantilizada e desprovida de conteúdo socialmente referenciado, instrumental e alienante; dos serviços de saúde terceirizados e inacessíveis; da previdência social parcial e privatizada até a cultura mais e mais massificada – limitadas pelo horizonte da forma mercantil, na qual tudo e todos – água, biodiversidade, genes, conhecimento, corpos etc. – estão à venda, levam à radicalização e à mobilização de amplos segmentos da juventude universitária dos países capitalistas avançados. Trata-se de novas gerações que despertaram para as lutas sociais não mais referenciados pelas esperanças de seus pais em relação ao Outono Quente italiano, ao Maio de 1968 francês, à Revolução dos Cravos portuguesa, ao movimento contra a Guerra do Vietnã nos EUA ou, ainda, sob o impacto da revolução cubana e do dirigente internacionalista Ernesto Che Guevara, este, irônica e perversamente transmutado em ícone-mor da indústria cultural no último quartel do séc. XX e na aurora do séc. XXI.

Que 30 anos desde 1968 e mediante o impacto do colapso do Império Soviético as novas gerações de estudantes não tenha nem os mesmos referenciais nem as mesmas ilusões da

geração de 68, de seus pais, não deveria sequer nos surpreender. Particularmente, nada poderia ser mais natural do que o desafeto em relação a partidos políticos, sejam grandes ou pequenos. Evidentemente o movimento estudantil em geral é afetado pela crise de representação política que impera entre a massa de assalariados sob o impacto da mutação da social-democracia e da agonia mortal do estalinismo. Contudo, as correntes socialistas revolucionárias ainda se encontram em evidência nas universidades. Sobretudo, há um comprovado desenvolvimento de tendências semi-anarquistas, ou substitutos para partidos políticos – na forma de redes e associações –, que certificam uma oposição radical ao neoliberalismo e seus efeitos destrutivos. (ACHCAR, 2000)

2.3.1 Do florescimento político-cultural dos anos rebeldes à juventude antiglobalização: continuidade e ruptura

O corte sincrônico-diacrônico permite, acreditamos, a análise comparada de algumas coordenadas histórico-culturais das *tendências* que influenciaram as juventudes européias e norte-americanas da década de 1960 e sua relação – ou não – com os chamados “alterglobalistas” dos anos noventa, num horizonte de continuidade e ruptura. Sobre o contexto histórico das primeiras, diz Ridenti (2001): “crescente urbanização, consolidação de modos de vida e cultura das metrópoles, aumento quantitativo das classes médias, acesso crescente ao ensino superior, peso significativo dos jovens na composição etária da população, incapacidade do poder constituído para representar sociedades que se renovavam, avanço tecnológico (por vezes ao alcance das pessoas comuns, que passaram a ter cada vez mais acesso, por exemplo, a eletrodomésticos como aparelhos de televisão, além de outros bens, caso da pílula anticoncepcional – o que possibilitaria mudanças consideráveis de comportamento) etc.”. Embora as condições materiais não explicassem por-si sós as mudanças subjetivas, explica Ridenti, não deixam de ser um parâmetro inicial para dimensionarmos *limites históricos, natureza social, aspectos culturais e caráter de classe* do florescimento político-cultural dos *anos rebeldes*. Ademais, durante as décadas de 1960 e 1970 ocorre a fulgurante ascensão de movimentos sociais revolucionários de massas – tais como os acima aludidos: a Guerra do Vietnã, o Maio Francês de 1968, o Outono Quente italiano e a Revolução dos Cravos portuguesa –, que reverberam decisivamente sobre a perspectiva de uma jovem e nascente intelectualidade pró-socialista nas universidades européias, possibilitando assim o ressurgimento do marxismo, o qual determina, inclusive, o *horizonte intelectual* da teoria crítica e o programa investigativo ao qual deveria responder na Europa Ocidental. Previamente a este momento histórico, porém, dá-se o questionamento e a *descentralização do sujeito* enquanto categoria analítica – compreendido até então como *centro independente de decisões e freqüentemente como garantia dos enunciados do conhecimento* – expressado pelas tendências deterministas / estruturalistas (Callinicos, 2000 e

Anderson, 2004). A cena histórica e o debate teórico entram, desta forma, *em rota de colisão eminente de temporalidades distintas*.

A partir da segunda metade dos anos noventa, por outro lado, surge “um movimento de contestação que adquire um alcance político e institucional mundial (busca de contra-poderes e de resistência nessa escala), precisamente porque o programa neoliberal possui características políticas e institucionais: esta nova fase capitalista ‘revela’, de alguma maneira, seu programa, expresso pelas diversas escolas liberais e conectado pelas instituições da nova ‘mundialização’” (Samary, 2003). O dilaceramento histórico da existência social pelo capital – a *alienação* e a *reificação*, por exemplo – dá lugar, então, à contestação juvenil e popular, genericamente *antiglobalização*, sob a diversa mediação de diferentes países e contextos.

Pode-se, desde então, contestar simultaneamente as hipóteses teóricas, os critérios de eficácia, os métodos e os resultados dessas políticas. Além do mais, a contestação se dá conta, cada vez mais, do caráter inumano e ineficaz deste capitalismo que, em sua dinâmica de mercantilização e de privatização generalizada, é incapaz de satisfazer as necessidades humanas, dedicando-se a questionar os valores e os direitos veiculados pelas “declarações universais” feitas sobre pressão da guerra fria, da descolonização ou das revoluções socialistas. Infelizmente, a atualidade da “superação do capitalismo” não implica a emergência garantida dos meios adequados a essa superação – não se pode aderir a um fatalismo da crise final. O passivo e as dificuldades objetivas e subjetivas herdadas da experiência dos países ditos socialistas têm um peso considerável, aprofundando as dificuldades inerentes à construção de uma alternativa socialista. Entretanto, é preciso buscar transpor estes obstáculos. Daí o interesse de pôr explicitamente esta questão na ordem do dia – ainda mais agora que a mundialização das lutas começa a se construir... (SAMARY, *idem*)

A burocratização do movimento sindical, a *débâcle* irreversível da social-democracia e a crise terminal do *estalinismo* impuseram-se como configuração ideológica que, juntamente à propaganda anticomunista da Guerra Fria e à posterior ofensiva neoliberal, pós-queda do Muro de Berlim, afastou a centralidade da classe operária como sujeito histórico estruturalmente antagônico à Ordem do Capital e protagonista coletivo da revolução socialista, ao menos na perspectiva teórica, político-ideológica e organizacional destas *juventudes radicalizadas*. A perspectiva *presentista* e *empiricista*, ainda quando crítica, acaba por obstruir um horizonte mais amplo, baseado em *projetos históricos* nos quais as noções de *totalidade* e *devir* – além da consciência, experiência e organização de classe mesma – diluem-se no discurso *pós-modernista*⁹⁰ do qual muitas das abordagens teóricas sobre a “globalização” e a

⁹⁰ “É inessário insistir em demasia sobre o fato de que o radical ataque do pós-modernismo à noção mesma de verdade, e não somente à versão ingênua do racionalismo, comporta uma crítica devastadora à toda concepção da filosofia não só como um saber comprometido com a busca da verdade, o sentido, a realidade ou qualquer classe de propósito ético como a boa vida, a felicidade ou a liberdade, senão que, mais terminantemente ainda, *com a proposta de uma filosofia como arma a serviço da transformação histórica das sociedades capitalistas*. Marx não estava interessado em produzir a ‘verdade’ do capitalismo para satisfazer uma mera curiosidade intelectual. Movia-o

“antiglobalização” são direta ou indiretamente tributárias. Dando prosseguimento à análise comparativa proposta, pensemos o que há de aproximações e distanciamentos entre os momentos históricos sobre os quais pretendemos refletir (Anderson, 1986). Naquele momento, nos idos de 60 e 70, vivia-se ainda sob os últimos anos do impacto dos “anos dourados” da acumulação-expansão das economias capitalistas centrais. *Aí temos um dos pontos de partida para uma análise histórico-materialista da analogia proposta.* A menção aos marcos históricos pretéritos – mais além de indicação sugerida pela produção recente da sociologia crítica, da história social e da ciência política – inscreve-se nos limites da *consciência social auto-adjudicada*⁹¹ destas *juventudes antiglobalização*. Considerando-se o hiato que *dilacerou* o elo de permanência histórica entre a memória coletiva – *após duas décadas de ofensiva neoliberal* – destas gerações, vejamos.

À época imediatamente posterior, no pós-89 – da década de noventa em diante – o signo mostrava-se diametralmente inverso: *crise*, por um lado, e *contra-revolução*, por outro. O imaginário da *revolução social* já não mais habitava mentes e corações da multidão, nem enquanto projeto coletivo nem enquanto possibilidade de emancipação; imperavam – em seu lugar – o individualismo neo-liberal e os limites acachapantes da *reconciliação com o real*. As propostas *libertárias* de antanho – para caracterizá-las de forma bastante genérica – foram “sublimadas”, transubstanciando-se na anódina *liberdade de consumo*. A arte foi reificada ao extremo através de indústrias culturais altamente lucrativas e, no geral, guardava-se *distância higiênica* da política: esta ora burocratizada, institucionalizada e profissionalizada pela outrora “esquerda” (Jameson, 1994). O horizonte imediatista obnubilava em larga medida propostas mais amplas no tempo e no espaço, estes, *espetacularizados*. A Ordem do Capital, ainda, demonstrou capacidade de longo termo na integração de movimentos ecologistas, pacifistas, feministas, negros, GLTBs etc. à sua lógica imanente. O que move, então, estas juventudes radicalizadas no final do século? Se os referenciais não são os mesmos, e tampouco o momento histórico, o que há de continuidade? Talvez se possa dizer, de forma geral, que os aspectos mais contestários do quadrante histórico descrito tenham se diluído ou enredado na própria Ordem que supostamente condenavam: *vitórias de Pirro*, transformadas em ulteriores derrotas. Neste caso, é provável que a liberação sexual – transmutada em seu contrário, fetichização extrema do corpo como mercadoria e reserva espiritual de um mundo “sem alma” – seja o caso de “contra-

a urgente necessidade de transcendê-lo como regime social de produção, para o qual previamente era necessário contar com uma descrição e uma análise rigorosa de sua estrutura, funcionamento e lógica de desenvolvimento histórico” (Borón, 1999, grifos nossos).

⁹¹ O que Lukács denomina *zugerechnetes Bewusstsein*, algo como *consciência-de-classe-atribuída*.

revolução” mais flagrante. Porém, não há como obviar, a patente *decadência ideológica*⁹² expressa uma *crise estrutural do sistema capitalista-imperialista*. As percepções e suscetibilidades – ainda que diferenciadas em múltiplos interesses – destes jovens, todavia, não são alheias a tudo o que se passa ao seu redor e em seu próprio tempo. As contradições estruturais se avolumam num ritmo alucinante. A atualidade da realidade descrita por Marx, em publicação original de 1856, salta aos olhos e, recrudescendo-se, convida à rebeldia social.

Nos dias de hoje, tudo parece grávido de seu contrário. As máquinas, dotadas do maravilhoso poder de abreviar e tornar mais fecundo o trabalho humano, em vez disso o levam à inanição e ao excesso. As fontes de riqueza que aparecem como novidades, por algum estranho e fatídico encantamento, são transformadas em privação. Os triunfos da arte parecem ser comprados com a perda de caráter. No mesmo ritmo em que a humanidade domina a natureza, o homem parece tornar-se escravo de outros homens ou da própria infâmia. Mesmo a luz pura da ciência parece incapaz de brilhar a não ser contra o pano de fundo escuro da ignorância. Todas as nossas invenções e nosso progresso parecem dotar as forças materiais da vida intelectual e embrutecer a vida humana, tornando-a uma força material. Este antagonismo entre, de um lado, a indústria e a ciência moderna, de outro, a miséria e a dissolução; este antagonismo entre as forças produtivas e as relações sociais de nossa época é um fato, palpável, avassalador e incontestável. **(MARX CITADO POR EAGLETON, 1998)**

“O emprego do termo ‘primavera’ para se referir a fatos políticos e sociais contestatários da ordem existente, portadores de novas esperanças e ideais societários. Estas ‘primaveras’ costumam caracterizar-se por um alto grau de espontaneidade e solidariedade social, por sua originalidade política e por uma radical prática democrática. O uso metafórico do termo refere-se, no campo político-social, à vontade de mudança e transformação, de gestação de uma nova ordem solidária que emerge para se sobrepor a um presente sombrio e carregado de injustiças para as maiorias populares” (Seoane e Taddei, 2001a). A *primavera* social sugerida, além de expressar indubitável e centralmente manifestações epifenomênicas da contradição fundamental *forças produtivas versus relações sociais de produção*, sob a Ordem do Capital, traz diversas outras dimensões que devemos reter destas multitudinárias demonstrações contrárias às diversas personificações da sociabilidade capitalista histórico-contemporânea, *ainda que limitadas à contingencialidade do devir*. As contra-cimeiras realizadas simultaneamente às cúpulas decisórias de instâncias superestruturais como o FMI, o Banco Mundial, a OMC, o G-8, o Fórum Econômico Mundial (FME), a União Européia etc. revelam-nos algo sobre o significativo deslocamento de massas ocorrido na forma social de consciência

⁹² A respeito da vigência e atualidade da mediação conceitual da *decadência ideológica*, fecundamente elaborada por um Lucáks maduro, a partir do declínio da racionalidade burguesa, e os nexos profundos (“reconciliação histórica”) com a atual *crise estrutural do capital* – assim como o irreversível esgotamento do processo civilizatório, sob a sociabilidade capitalista, que supõe – recomendamos a leitura do ensaio “Da miséria ideológica à crise estrutural do capital: uma reconciliação histórica” (Pinassi, 2004).

de setores pertencentes majoritariamente às juventudes universitárias – precarizadas, terceirizadas e/ou desempregadas – das classes médias urbanas da América do Norte e da Europa Ocidental, enfim, dos *centros nervosos da acumulação capitalista*, os quais já não mais logram mitigar as contradições estruturais e/ou exportar os níveis mais selvagens de destrutividade capitalista para a periferia dependente do sistema mundial inter-Estados. As novas gerações destes centros nervosos sentem, de diversas formas e sob mediações várias, que o *mundo do capital* – tão alardeadamente alegado e triunfante *free world* – já não lhes permite qualquer perspectiva social, presente ou futura, e começa já a ruir sob seus pés. Desta forma, parece-nos que ao *pessimismo histórico* – esboçado por intelectuais críticos, da envergadura de Perry Anderson⁹³, em relação à possibilidade de *resistência* no pós-89 – impõe-se a ressalva. O argumento da inexistência de alternativas sistêmicas à razão capitalista no pós-89 – à exceção de “doutrinas religiosas e inoperantes arcaísmos” (Anderson, 2000) – e a invulgar deferência ao argumento fukuyamiano de “Fim da História”, *não se sustentam*.

Os massivos movimentos contra a guerra e as insurreições negras urbanas, assim como os movimentos por direitos civis nos EUA e, com mais importância, a insurreição estudantil-operária em França e Itália, apresentaram problemas políticos fundamentais, e nestes dois últimos países, a problemática do poder estatal. A resurreição da esquerda pôs fim aos ideólogos do ‘fim da ideologia’ como Daniel Bell, às avaliações pessimistas de teóricos radicais da ‘elite do poder’ como Wright Mills e os proponentes do ‘século norte-americano’, como Henry Luce. Igualmente, a esquerda ressurgente marginalizou e desacreditou a ideólogos social-democratas que uniram sua sorte à do imperialismo ocidental em nome dos ‘valores democráticos’. De maneira bastante curiosa, muitas dessas idéias desacreditadas, como a ‘dominação sem precedentes e total dos EUA’, a ausência de oposição e a desaparecimento da ideologia de esquerda, foram recentemente recicladas num artigo de Perry Anderson ironicamente intitulado ‘Renovações’. [...] *Esta metodologia define as lutas e os movimentos por decreto intelectual*, ditando que o ambiente político dos 60 foi revolucionário e o dos anos 90 foi um período no qual a esquerda, o marxismo e as lutas sociais de categoria não tiveram importância, e no qual a hegemonia dos EUA reinou suprema e sem disputa. (PETRAS, 2001b, grifos nossos)

⁹³ Há interessante bibliografia, mais ou menos recente, sobre a trajetória política e epistemológica de Anderson – historiador marxista, intelectual da Nova Esquerda anglo-saxã e editor da revista teórica *New Left Review*, autor de vasta, complexa e importante produção intelectual – cujo interesse editorial não chegou a se refletir na América Latina. Citaremos aqui dois artigos (i e ii) e – em especial – dois livros (iii e iv) que consideramos significativos: (i) CALLINICOS, Alex. Perry Anderson and Western Marxism. *Internacional Socialism*, London, N° 23, 1984. (ii) ACHCAR, Gilbert. The ‘historical pessimism’ of Perry Anderson. *Internacional Socialism*, London, N° 88, 2000. (iii) ELLIOT, Gregory. *Perry Anderson: The Merciless Laboratory of History*. Minnesota: University of Minnesota Press, 1998. (iv) BLACKLEDGE, Paul. *Perry Anderson, Marxism and New Left*. London: Merlin Press, 2004. *A partir de posição privilegiada do ponto de vista histórico e político, a produção do conjunto da obra do autor traz fecundas contribuições à historiografia marxista e, ainda, constitui-se como importante elo de mediação-interlocação existente entre o marxismo acadêmico e os movimentos sociais, por um lado e, por outro, entre a cultura das esquerdas políticas e sociais do Reino Unido e as diversas gerações do marxismo ocidental*. Seu recente deslocamento teórico e temático, pró-conservador e pró-liberal, aprofundado após a queda do Muro de Berlim, não deve significar o descarte da totalidade de sua obra que, em seu conjunto, serve-nos de referencial valioso, tanto lógica como historicamente, *para enfrentar os dilemas da atualidade*.

A aparência fenomênica da *crise estrutural do capital* – ou, noutras palavras, *os efeitos deletérios da mundialização capitalista ocorrida desde o último quartel do século passado até os dias correntes* – passa a constar entre as principais preocupações da *juventude antiglobalização* que se ergue do ocaso do séc. XX ao alvorecer do séc XXI. A devastação predatória do meio-ambiente, a dívida externa de países periféricos, a assimetria estrutural nas relações Norte-Sul – a própria formulação, “relações Norte-Sul”, tem muito a dizer sobre as determinações intelectuais e aspectos culturais da cena histórica aqui tratada –, o aspecto profundamente antidemocrático das instituições centrais do sistema mundial inter-Estados e, mais recentemente, o *terrorismo de Estado* – traduzido cabalmente na doutrina Bush de *guerra preventiva* aos ditos “Estados-delinqüentes” – são exemplos significativos disto. A abertura do novo ciclo de protestos e descontentamento social refere-se à dissolução da reunião da OMC em Seattle⁹⁴ (30/nov./1999), e diversas manifestações *antiglobalização* que se seguiram em várias partes do mundo: já seja em Davos (jan./2000), Washington (16/abr./2000), Melbourne (11/set./2000), Praga (26/set./2000), Seul (10/out./2000), Nice (6/dez./2000), Davos (jan./2001), Washington (20/jan./2001) ou Quebec (20/abr./2001); com natureza de classe e composição social altamente variáveis, desde a forte participação da classe operária organizada em Seattle e Quebec, passando pela fraca convocatória de trabalhadores em Washington e Praga, com compleição social juvenil e popular e, por fim, a presença massiva do proletariado em cena em protestos de Seul e Nice (Callinicos, 2001). O que não se verifica, porém, nas *formas de ordenação social e luta classista* aí desenvolvidas.

Ainda, cronistas de outras latitudes hemisféricas insistem – e ver-se-á, com razão – em demarcar um acúmulo de forças de múltiplos movimentos, campanhas e lutas sociais prévio aos acontecimentos acima arrolados, em especial anteriores à dita Batalha de Seattle, quando cinquenta mil manifestantes conseguem interromper a chamada Rodada do Milênio nos EUA. Menos do que minimizar o impacto destas jornadas, tratar-se-ia de perquirir as tendências latentes que possibilitaram sua irrupção no cenário histórico na alvorada do séc. XXI. “As torrentes subterrâneas de repúdio ao liberalismo econômico estavam prontas para desembocar em Seattle e demonstrar ao mundo [...] a silenciosa mas pujante força que se havia ido construindo. [...] o intenso e fervente debate e a magnitude do protesto” (Seoane e Taddei, 2001a). Como expressou Bensaid (2002), em formulação algo poética: “a ardente corrente da indignação não é solúvel nas águas túbias da resignação consensual”. Vejamos, pois, do que se trata e, fundamentalmente, as *expressões moleculares* deste processual devir.

⁹⁴ Note-se: ressalvas já feitas aos marcos que a antecedem, em meados da década de 1990. *Verifique a seqüência.*

Em Chiapas (27/jul.-3/ago./1996) ocorre o “*I° Encuentro Intercontinental por la Humanidad y contra el Neoliberalismo*” – sob iniciativa do EZLN (“*Ejército Zapatista de Liberación Nacional*”), com a participação de delegações de quarenta países –, considerada como a primeira convocatória de caráter internacional contra a mundialização neoliberal; o “*Global Trade Watch*” (jan./1997) divulga amplamente – através da rede mundial de computadores (a “*Internet*”) e outros meios de comunicação – os primeiros esboços-proposta do AMI (Acordo Multilateral de Investimentos), desatando assim uma campanha internacional de denúncia pública ao superdimensionamento da legalidade jurídico-política das corporações capitalistas que vinha sendo secretamente negociado nos marcos da OCDE (Organização para o Comércio e o Desenvolvimento Econômico) desde 1995; em Amsterdã (14/jun./1997), cinquenta mil manifestantes tomam as ruas da cidade na conclusão da “*Marcha Européia contra o Desemprego, a Precariedade e a Exclusão*”, convocada por desempregados organizados, sindicatos e organizações de trabalhadores imigrantes “sem-papéis”⁹⁵; desde Belo Horizonte (15/mai./1997), em ocasião do III Encontro Sindical, paralelamente à cúpula ministerial da ALCA, lança-se a Aliança Social Continental (ASC) com a declaração “*Foro de Nuestra America*” e dá-se início ao movimento anti-ALCA por sindicatos e movimentos das Américas; em Barcelona (26/jul.-3/ago./1997), dá-se o “*II° Encuentro Intercontinental por la Humanidad y contra el Neoliberalismo*”, com a participação do EZLN, do MST e camponeses indianos, onde é lançada a Ação Global dos Povos; cria-se a coalizão cristã Jubileu 2000 (out./1997), inspirada no texto confessional de *Levíticos* (Bíblia Sagrada), para reclamar a moratória da dívida externa dos países pobres; quando a OCDE torna público o AMI (12/fev./1998), uma coalizão internacional de seiscentas organizações lança uma campanha internacional contra o acordo e, no mesmo mês,

⁹⁵ São os trabalhadores imigrantes – um exército de cerca de 175 milhões em todo o mundo, cuja superexploração é responsável pela produção de mais de 25% do PIB de países como a Espanha –, que convivem com algum grau de ilegalidade e/ou clandestinidade no que se refere à xenófoba e racista legislação trabalhista que a lógica imperialista de países da América do Norte e da Europa Ocidental impõe a homens e mulheres provenientes da África, Ásia, Oriente Médio, América Latina e Leste Europeu. O objetivo é manter a seu dispor um exército trabalhista de reserva proletária que lhes permita manter as taxas de exploração necessárias à reprodução ampliada da Ordem do Capital. Na presente quadra histórica, a ideologia dominante apresenta-os como responsáveis pelas altas taxas de desemprego, pela crescente criminalidade e violência urbana e, até mesmo, pela proliferação de doenças. A discriminação parte de políticas anti-imigrantes dos governos – associando grupos étnicos à prática do terrorismo – e de agrupamentos neofascistas que organizam sicários e grupos de extermínio. As condições concretas de existência e as relações de trabalho às quais são submetidos envolvem tráfico de mão-de-obra, máfias regionais, perseguição policial, trabalho semi-escravo e ausência de quaisquer direitos sociais. São os chamados *sin papiers*, na França; *sin papeles*, na Espanha. “Essa precarização das classes trabalhadoras foi se ampliando, de tal modo que temos hoje uma nova polissemia do mundo do trabalho. Estavam errados aqueles autores que diziam que iria acabar a classe trabalhadora. O que temos é uma [...] classe trabalhadora mais heterogênea, mais multifacetada e mais feminina em várias partes do mundo, mais imigrante, ‘chicanos’ nos EUA [...], ‘lavoro nero’ na Itália: são os precarizados do mundo. Nós sabemos que no período recente, nas décadas passadas, o primeiro mundo migrou para o terceiro mundo. Esse país aqui, todos nós brasileiros, somos um pouco italianos, um pouco portugueses, um pouco espanhóis, um pouco alemães, depende da região do Brasil. E de repente o terceiro mundo, destruído pelas formas de destruição do capital, corre em desespero para o primeiro mundo,... e encontra as portas fechadas” (Antunes, 2004c).

realiza conferência mundial contra o mercado global; em Santiago del Chile (15-18/abr./1998), realiza-se a “*Cumbre de los Pueblos de las Américas*”, contra a negociação da ALCA nos marcos da ASC; em Paris (27/abr./1998), ativistas de trinta países protestam contra a OCDE e logram a postergação do AMI; tendo como referência o II Encontro Anual do G-8 em Birmingham e o II Encontro Ministerial da OMC em Genebra (16-18/mai./1998), ecologistas, anticapitalistas, camponeses, mulheres e desempregados realizam o “*Primeiro Dia de Ação Global dos Povos*”; em Paris (3/jun./1998), os jornalistas-dirigentes do periódico alternativo “*Le Monde Diplomatique*” criam a ATTAC; a Coordenação de Centrais Sindicais do Cone Sul, a CCSCS e o Conselho Consultivo Laboral Andino, o CCLA (30/jun./1998), subscrevem declaração final de seu primeiro encontro, com programa de atividades de acompanhamento da ALCA; diante dos protestos anti-OMC em distintos países a OCDE suspende sua negociação pública (out./1998), ao que o diretor da “*Global Trade Watch*”, Lori Wallatch, declara vitoriosamente: “O AMI é um *drácula* político, não pode sobreviver à luz do dia”; em Paris (12/dez./1998), a ATTAC lança-se como movimento internacional “de controle democrático do mercado financeiro e de suas instituições”, com a presença de dezenas de delegações estrangeiras; em Davos (27-31/jan./1999), acontece contra-cimeira em oposição ao FME, participam ATTAC e o Fórum Mundial de Alternativas; desde Londres (18/jun./1999), desencadeia-se o “*Segundo Dia de Ação Global dos Povos*” em vários centros financeiros sob organização de grupos como o “*Reclaim the Streets*” enquanto, em Millau, o dirigente camponês José Bové – da francesa “*Confédération Paysanne*” – desmonta um McDonald’s em protesto contra os transgênicos; em vários países da América Latina (12/out.1999) ocorre o I Grito Latino-Americano dos Excluídos “*Por Trabalho, Justiça e Vida*”; dá-se, por fim, a Cúpula Sul-Sul sobre a Dívida, em Johannesburgo (18-21/nov./1999), onde o Jubileu Sul organiza um encontro internacional pela anulação da dívida externa do Terceiro Mundo. E ainda, logo após a Batalha de Seattle, ocorrem dois eventos significativos: em Montevideu, a Primeira Cúpula Sindical do Mercosul, com quatrocentos delegados sindicais questionando os rumos do acordo e, por fim, o “*Iº Encontro Americano pela Humanidade e contra o Neoliberalismo*”, em Belém (Seoane e Taddei, 2001b). Aí estaria a genealogia histórica – descrição tão-só empírica – do que alguns analistas insistem em denominar como *novo internacionalismo*⁹⁶, o florescimento

⁹⁶ O internacionalismo proletário da Associação Internacional dos Trabalhadores, a AIT ou I Internacional, é invocado para designar a natureza transnacional da *primavera social* de Seattle e suas múltiplas expressões. “Indo mais além destas semelhanças, no entanto, o arco social que se fez presente em Porto Alegre é sem dúvida muito mais amplo do que aquele convocado em Londres, em 1864, ao calor dos sindicatos ingleses e franceses. Esta amplitude é o resultado de dois fatos que convém precisar por separado. Por um lado da atual dimensão, tanto espacial como social, da mundialização capitalista em curso. Estendida a quase todo o globo, suas consequências, em termos de concentração da riqueza e depredação da vida e do meio-ambiente, fazem-se sentir sobre uma ampla gama de setores e grupos sociais. Neste sentido a difusão, a escala planetária, do Capital como relação social que

político-cultural recente da *primavera social da geração Seattle*, indicando uma nova situação na correlação de forças, assim como um novo contexto ideológico.

Porém, não compartilhamos do vaticínio que determinados autores impõe às *juventudes antiglobalização* quando afirmam que o FSM seria seu ponto de chegada, sua síntese-mor, o “movimento dos movimentos”. Na verdade a proximidade político-ideológica do *establishment* acadêmico à perspectiva *neo-reformista* de orçamentos participativos, políticas sociais compensatórias/focalizadas, renda mínima etc. – do que seria a “triste terceira via dos trópicos” –, amplamente veiculada nos FSMs de Porto Alegre, nubla o horizonte de suas respectivas análises para a aberta contradição estabelecida entre a realidade manifestada na “prática” das ruas, de Seattle a Barcelona, e a “teoria” dos anfiteatros da Pontifícia Universidade Católica (PUC-RS). Em função de uma série complexa de causalidades concretas, consideramos o *movimento internacional contra a Guerra do Iraque* como a mais alta expressão das possibilidades latentes e limitações intrínsecas à teoria-e-prática *antiglobalização*.

Durante a invasão do Iraque de 2003 revelou-se a majestosa imponência da mobilização internacional unificada, em uma escala como o mundo não tinha visto desde a campanha de solidariedade com o Vietnã [...]. A repercussão do movimento antiglobalização reside na força de atração do apelo internacionalista. [...] Mas as posições anticapitalistas não são majoritárias em seu interior. Muitas variedades de internacionalismos convivem e eventualmente agem em coordenação no mundo em que vivemos. Inexiste, todavia, por enquanto, um internacionalismo revolucionário e socialista com capacidade de intervenção política à escala de todos os continentes. (ARCARY, 2004a, grifos nossos)

2.3.1.1 O movimento internacional contra a Guerra do Iraque

Assim como as recentes jornadas de Seattle foram consideradas como uma *primavera social* comparável aos turbulentos dias do maio parisiense de 1968, no qual os enfrentamentos classistas, a greve geral e a rebelião estudantil configuravam um marcado contexto de lutas sociais – o que devemos apreciar com certo distanciamento, haja vista que se tratava de uma *situação revolucionária* no Velho Continente, detonada por atritos entre o movimento estudantil e os aparelhos repressores e que colocou em movimento uma greve operária com mais de dez milhões de trabalhadores na França –, do movimento internacional contra a Guerra do Iraque podemos dizer com segurança que suplantou, *qualitativa e quantitativamente*, a resistência e a mobilização antiguerra quando da ofensiva militar dos EUA ao Vietnã. O sentimento anticapitalista que vinha se desenvolvendo de forma tão embrionária

permeia e reconfigura, num sentido socialmente regressivo as estruturas sociais e os consequentes processos de concentração da riqueza e do poder em igual escala fizeram da palavra-de-ordem ‘o mundo não é uma mercadoria’ e da importância de uma estratégia internacional duas referências insosslaiáveis do movimento” (Seane e Taddei, 2001a).

quanto vibrante entre alguns segmentos sociais – nos Estados Unidos e na Europa Ocidental, em especial – não pôde se expressar imediatamente no cenário pós-11-S, na Guerra do Afeganistão. A contra-ofensiva imperial não encontrou uma resistência organizada capaz de sinalizar uma perspectiva política e ideológica contrária à Doutrina Bush em sua primeira expressão de “justiça infinita”. Não foram poucos os movimentos sociais, sindicatos e partidos de esquerda que inclusive sintetizaram fórmula que – no afã da correta condenação dos ataques suicidas às torres gêmeas de Nova Iorque – equiparavam, equivocadamente, o terrorismo individual ao terrorismo de Estado e, por extensão, o fundamentalismo religioso de Bin Laden e Al-Qaeda ao de Bush Jr. e do imperialismo norte-americano. Diferente foi o caso iraquiano. No lastro do massacre genocida lançado contra o povo afegão, o imperialismo norte-americano iniciou maciça operação de *sustentação, manutenção e legitimação* ideológica prévia à ofensiva militar que lançaria covardemente sobre o Iraque. Os aparelhos estatais dos EUA – sob comando do *bloco constituído no poder*, composto por estrutura classista sustentada por frações financeiras, companhias petro-químicas e corporações do complexo bélico-militar – fizeram ampla campanha, consertando-se todas as maquinarias ideológicas e jurídico-políticas do Estado norte-americano no sentido da asseveração da existência de armas de destruição massiva em posse do regime político de Sadam Hussein, acusando-o de manter vínculo orgânico com a organização terrorista Al-Qaeda e, por fim, aferindo-lhe (cinicamente) a *tiranía despótica* exercida sobre as massas iraquianas. Se é verdade que a tendência à militarização dos conflitos foi determinante durante a última década, tampouco se pode obviar que o aprofundamento do caráter de pilhagem das guerras neocoloniais – proporcionalmente inverso ao escasseamento do consenso social suscitado junto à maioria da população – resulta da expressão orgânica na aurora do novo século da natureza contra-revolucionária da reação do capital à crise estrutural que lhe assola. A destruição de forças produtivas como fonte parasitária de mais-valia arrancada pela barbárie da guerra, a aceleração do domínio sobre recursos energético-petrolíferos e o controle absoluto sobre a região geo-estratégica do Oriente Médio – cenário explosivo resultante das contradições intrínsecas à institucionalidade superestrutural do sistema mundial inter-Estados, no pós-Guerra Fria – compreendem a força motriz real da campanha beligerante, mal-encoberta pela fragilíssima casamata ideológica do que se chamou “*liberdade duradoura*”⁹⁷.

⁹⁷ A *entourage* de Bush Jr. – oriunda do complexo de petróleo e armas dos EUA – apresentou como *justificação ideológica* para a Guerra do Iraque, centralmente, a posse de armas de destruição massiva por parte do regime de Sadam Hussein, além dos dois outros aspectos supracitados. O Secretário-de-Estado Colin Powell encarregou-se de apresentar ao Conselho de Segurança da ONU – sob ampla cobertura televisiva – as supostas provas documentais, argumentativas e circunstanciais. O repórter britânico Robert Fisk, o ex-coordenador da comissão de inspetores da ONU Scott Ritter e o serviço secreto do Reino Unido iriam desmentir-lhes publicamente pouco depois. A BBC inglesa refutou a relação Al-Qaeda / Hussein e o Dossiê Blair – utilizado no Informe Powell – como uma imensa fraude apropriada de uma monografia acadêmica defasada em doze anos. A contradição discursiva mais aguda

Callinicos (2002) identifica desta forma as características decisivas do *movimento antiglobalização*: (i) um novo ciclo de protestos, (ii) um sentimento anticapitalista, (iii) a formação de um novo cenário e (iv) o ressurgimento das críticas globais ao capital e sua ordem. Já Chesnais, Serfati e Udry (2001) asseveram que a continuidade e o aprofundamento de uma perspectiva *antimundialização* deve considerar: (i) o avanço do questionamento à mercantilização, (ii) a superação do *tabu* imposto à discussão sobre as relações de trabalho e de propriedade, (iii) o combate ao desemprego massivo, (iv) a denúncia dos efeitos destrutivos da contradição entre a natureza social da produção material e a apropriação privada das riquezas socialmente produzidas (desequilíbrio ambiental, belicismo crescente etc.) e, ainda, (v) o não-retrocesso do combate ao poder do capital financeiro. A pseudocrítica realizada pela imprensa burguesa dos centros nervosos da acumulação capitalista ao horizonte social destas novas gerações, como bem observa Wood (2004), estaria formulada *de pernas para o ar*. Comumente se lhes atribuiria a virtude de *saber* contra o quê resistem e, em simultaneidade, o vício de *ignorar* em favor do quê lutam. Trata-se precisamente do inverso. A natureza politicamente difusa e ideologicamente dispersa de seu suposto *anticapitalismo* denotaria, em última instância, o desconhecimento da natureza social e dos limites históricos da própria Ordem do Capital. E aquele que desconhece o inimigo, sabe-se, *dificilmente poderá triunfar*.

2.3.2 Um breve excursão sobre limites e natureza do alterglobalismo do séc. XXI

Neste chão histórico, multiplicam-se diversas propostas que não se dispõem a superar as relações capitalistas de produção, às quais muitos autores têm se referido como *neo-reformismo*: a Taxa Tobin da ATTAC – *Association por une Taxation des Transactions Financières por l’Aide aux Citoyens*, organização internacional fundada em junho de 1998 por iniciativa de intelectuais e jornalistas ligados ao *Le Monde Diplomatique*, que propõe a taxação de 0,05% sobre as transações financeiras especulativas em benefício aos “cidadãos” do mundo –, a *criação de um Conselho de Segurança Econômico-Social na ONU*, o *Orçamento Participativo*, a *Economia Solidária* e o *Comércio Justo*, além de diversa plêiade de *políticas sociais*

encontra-se, porém, no argumento primeiro sobre armas de destruição massiva. Em verdade, Bush e Blair são os verdadeiros responsáveis pela *destruição em massa* do Iraque há mais de uma década, através do embargo comercial, da destruição de instalações farmacêuticas e de produção alimentícia. Calcula-se em meio milhão o número de mortes infantis e em mais de um milhões as adultas, em doze anos, resultantes de um sem-número de privações referentes ao bloqueio e aos sistemáticos bombardeios que as forças aéreas do imperialismo europeu e norte-americano mantiveram no período envolvido. Fala-se de desobediência do Iraque à ONU, mas não mencionam Israel, que possui comprovadamente bombas atômicas e ocupa territórios palestinos, violando assim resoluções da ONU, há mais de trinta e cinco anos.

focalizadas e compensatórias. Trata-se, em verdade, de um *reformismo sem reformas*⁹⁸, porque sem possibilidades históricas de concessões por parte do capital, *em plena crise estrutural*. O sentimento social antiimperialista e anticapitalista crescente nos últimos anos – e ampliado durante a Guerra do Iraque – apresenta-se, portanto, ideologicamente disperso e politicamente difuso. “Em ambientes distintos e polissêmicos, ativistas indagam-se sobre teorias e idéias que podem levar um contingente maciço de explorados a se lançar de modo radical contra o capitalismo” (Leher, 2004a). Orientações “diferenciadas” como a de “mudar o mundo sem tomar o poder” de Holloway (2002) ou a de Hardt/Negri (2002), de “multidão *versus* império”, alcançam *ressonância discursiva* no interior dos jovens (e não tão jovens) “alterglobalistas”. Neste sentido, pretendemos realizar um duplo movimento argumentativo, avançando sobre uma breve exposição crítica de como se configura a atual fase do sistema capitalista-imperialista e, em simultaneidade, sobre a apreciação de como, em que marcos e sob que angulação / perspectiva a sintetizam estes intelectuais em suas formulações teóricas. A partir da interação dialética entre ambas as dimensões assinaladas, lógica e histórica, pretendemos perscrutar os desdobramentos derivados no *movimento antiglobalização* dos países centrais e no movimento operário-popular dos países periféricos.

“Mudar o mundo sem tomar o poder”, este é o *leitmotif* do qual parte Holloway (2001 e 2002) na concepção de um projeto emancipatório de transformação radical das sociedades contemporâneas, identificado com um aspecto que considera “o núcleo do novo no zapatismo” e, se nos permite, eixo de sua proposta “anticapitalista”. Apóia-se simultaneamente no rechaço de massas profundamente arraigado entre a juventude “alterglobalista” – a *geração-Seattle* – às direções social-democratas e estalinistas do movimento operário-popular e, talvez mais acentuadamente, no que Borón (2001b) considera “o charme discreto da antipolítica” – noutras palavras – “uma certa satanização da política e do estatal que reflete o *Zeitgeist* de nossa

⁹⁸ “Os anos da década de 1980 foram de estruturação do neoliberalismo. A cena da história assumiu uma tonalidade marcada pela difusão do processo de mundialização do capital cuja dinâmica fez vergar a espinha dorsal da maioria das sociedades nacionais. Um impulso extra adveio da crise e do posterior sepultamento das ‘sociedades do Leste’, assim como da defensiva do movimento operário mundial, atingido em cheio pelo desemprego de massas e a reestruturação produtiva em curso. O pensamento e a prática reformistas não poderiam passar imunes a um processo dessa magnitude. A Terceira Via, colocando-se supostamente ‘além da esquerda e da direita’ pressupõe tacitamente a social-democracia renovada pela hegemonia neoliberal. A resultante é clara: o socialismo inscreve-se apenas formalmente, no horizonte histórico. Deve ser perseguido por meio de reformas progressistas negociadas com o capitalismo. Nesse sistema, só não há espaço para a revolução. Entre esta e o capitalismo, intercala-se um caminho alternativo: acumular forças e transitar pacificamente rumo a um socialismo inalcançável. O Estado regulador proposto pelo reformismo permitiria mudar o mundo permanecendo tudo como está. [...] da incorporação de premissas do neoliberalismo por partidos de orientação social-democrata [...] às determinações dos ‘mercados’ [...] a adesão às políticas de ajuste estrutural compactuadas pelos fundos internacionais ... e a defesa programática das reformas trabalhistas e previdenciárias produziram ... a emergência de uma espécie de ‘neoliberalismo mitigado’. [...] No Brasil, com a vitória eleitoral de 2002, este processo elevou-se quantitativa e qualitativamente. Democracia e mercados, Estado e economia, direita e esquerda, crise e reestruturação produtiva, indivíduo e classes sociais...” (Bianchi e Braga, 2003a).

época dominada pelo senso comum pacientemente construído pelo neoliberalismo”. A fase termidoriana da revolução russa iniciada com o ascenso e a consolidação de Stálin no poder da ex-URSS, ao ser generalizada – em Holloway (idem) – à concepção leninana e marxiana do processo revolucionário, cumpre a função de se voltar concretamente contra a problemática *marxista* de Estado, ideologia e luta de classes; e não à política e ao Estado em abstrato. E, ainda que rapidamente volte suas baterias contra os partidos eleitorais e à burocracia que os dirigem, denunciando-lhes a institucionalização política – como o fez recentemente com o PT de Lula –, seu alvo final, sem dúvida, é a teoria leninana da organização revolucionária. “Acima de tudo, o partido revolucionário é uma organização que age *no interesse da* classe trabalhadora ou das massas oprimidas [...] já significa uma exclusão: aqueles *no interesse de* quem se age estão excluídos, suas próprias ações e opiniões estão subordinadas às ações daqueles que agem *em seu interesse*” (Holloway, 2004, grifos no original). A hierarquia estatal e a *alienação do capital* estariam inscritas “na própria natureza do partido como forma de organização” (Holloway, idem), qual Gorender (1999) predicara, alhures, o caráter “ontologicamente reformista” do operariado. *Será, de fato, realmente assim?*

Na verdade o partido revolucionário, tal como o concebe Lenin, não se trata de mais uma figura organizativa – sindical, gremial ou associativa – mas *a forma concreta e a mediação específica através da qual a luta de classes se inscreve na política*, constituindo-se como elemento fundamental de continuidade – através de períodos de avanço ou retrocesso nas consciências sociais, em momentos de ascenso ou refluxo das lutas diretas – entre as diferentes gerações, frações e momentos da classe impelida a abolir todas as classes. Desta maneira, não se trata de algo exterior, estranho ou alheio às lutas de classes, mas “a forma de mediação entre teoria e prática, o lugar onde o teórico se submete a exame público e coletivo e onde a atividade prática está subordinada à crítica racional” (Lukács, 1960). Se a crítica de Holloway bem serve à famigerada formulação kautskiana, consagrada pela II Internacional, da “ciência marxista” inserida – “do exterior da luta de classes” – pelos “intelectuais” nos círculos operários; o mesmo não pode se aplicar à teoria leninana (Benoit, 1998). O que de fato se coloca para Holloway, enquanto expressão direta e autônoma das “ações e opiniões” da “classe trabalhadora” é, na verdade, a consciência imediata e espontânea do proletariado, dissonante em relação aos *efeitos aparentes* do sistema de salários, mas nunca em relação às suas *causas essenciais*. Circunscrevendo a luta de classes à dimensão econômico-corporativa eterniza-se uma condição que deve ser extinta, renunciando à necessidade (e possibilidade) histórica de se constituir enquanto *força social autônoma*, forjando assim uma racionalidade alternativa e um *projeto histórico* estruturalmente antagônico à Ordem do Capital. Embora não o formule explicitamente,

trata-se de suprimir os aspectos potencialmente revolucionários das classes subalternas. As alternativas propostas em termos de formas organizativas supostamente “anticapitalistas” não poderiam ilustrar de maneira mais gráfica nossas afirmações. Poderiam variar de “indivíduos ou pequenos grupos de amigos” a “milhões de projetos pelo mundo nos quais as pessoas se dedicam a tentar fazer as coisas de maneira diferente: os cafés alternativos, os centros sociais, as estações de rádio, as ocupações de fábrica, as tomadas de terra” (Holloway, 2004). A crítica, por fim, revela-se altamente seletiva: não se dirige às iniciativas localizadas e em algum sentido contestatárias ao modo de vida que corresponde à ordenação societal dominante, mas tão-somente àquelas que se atribuem – consciente, ativa e objetivamente – a tarefa de dotar-lhes de autoconsciência social, objetividade material e organicidade político-ideológica, potencialmente antagônica à Ordem do Capital, e – de forma mediada entre o saber e o fazer –, fazer saltar pelos ares as bases fundamentalmente histórico-materiais que sustentam a dominação burguesa. Uma última e importante objeção deve ser feita à concepção estratégica de “mudar o mundo sem tomar o poder”. Nos termos colocados: “é razoável supor que os beneficiários de um sistema insanavelmente inumano [...] aceitarão fidalgamente sua derrota no plano da sociedade civil e a dissolução de suas estruturas de poder sem opor uma encarniçada resistência?” (Borón, idem, grifos nossos).

A partir do processo que aqui consideramos como o de *mundialização capitalista* (Chesnais, 1996), que tem lugar no quartel final do século passado, foi se consolidando determinada caracterização formulada pelos economistas orgânicos da *Escola de Chicago* e amplamente divulgada pelo *journalisme de marché* da grande imprensa burguesa, de caráter uma vez mais eminentemente *presentista* e *empiricista*. Ao passo em que o papel cumprido centralmente pelo Estado como fortaleza histórica da acumulação e reprodução do capital tornou-se crescentemente importante no capitalismo contemporâneo, proporcional e simultaneamente, ganhou amplitude determinada teorização ancorada na *impressão fenomênica* da noção de *globalization*, a qual atribui desmesurado *ineditismo* à internacionalização do modo de produção dominante e *nega* as bases nacionais-estatais do capital dito global, chegando-se conseqüentemente a soslaiar as relações de poder enquanto ancoradas nos aparelhos de Estado. Quais limitações objetivas e epistemológicas a noção acima apresenta enquanto mediação conceitual e ferramenta teórica de análise para a crítica do desenvolvimento capitalista histórico-concreto nas últimas três décadas? Aqui nos deparamos com o desafio de, após definir conceitualmente o que se conhece genericamente como *globalization*, perscrutar seus limites enquanto categoria analítica no que se refere à compreensão dos processos de abertura comercial, reestruturação produtiva e desregulamentação trabalhista. Numa pergunta: as transformações

capitalistas ocorridas nas últimas décadas deram lugar a uma nova época histórica ou, em que pesem as mudanças, viveríamos sob a intensificação de seus principais traços constitutivos mesmos? Apesar do que dizem os ideólogos da *globalization*, detectamos a ausência de uma perspectiva histórica sobre a mundialização capitalista em suas análises *empiricistas*, o falso *presentismo* em relação à caracterização *fenomênica* da internacionalização do capital e a quimera *impressionista* da “fragmentação, dispersão e desterritorialização” das relações de poder a partir de um suposto enfraquecimento dos Estados nacionais, os quais se subsumiriam às corporações – “96% delas com suas matrizes em somente oito países, têm um volume combinado de vendas que supera o PIB de todos os países do globo exceto os nove maiores!” (Borón, 2002) – ditas “transnacionais”. Na obra *Empire*, de Hardt e Negri⁹⁹ (2002), fez-se a mais sistemática exposição dos pressupostos teóricos que informam as teses supracitadas e seus respectivos desdobramentos, negando-se a teoria leniniana do imperialismo como época histórica de “crises, guerras e revoluções”, estágio supremo e síntese contraditória do desenvolvimento do sistema capitalista inter-Estados. Se por um lado concordamos que o capitalismo “revolucionou-se incessantemente a si mesmo” (Marx e Engels, 1998) e que a situação vivida no início do séc. XXI indica que o imperialismo atual assumiu feições inexistentes à luz do início do séc. XX, por outro, não podemos corroborar a noção de que “transformou-se em seu contrário” (Borón, 2002) sustentada em *Empire*. O sucesso editorial e a crescente penetração desta perspectiva nos *movimentos antiglobalização* – considerando tal livro como o *Manifesto Comunista* do novo século – faz a crítica às suas análises e pressupostos ainda mais necessária. O que há, cotejando-se o real, de *continuidade* e *ruptura* na caracterização clássica realizada por Lenin sobre o *imperialismo moderno*?

[...] o imperialismo não é um traço acessório nem uma política perseguida por alguns Estados mas sim uma nova etapa no desenvolvimento do capitalismo. *Esta etapa está assinalada, hoje com maior contundência do que no passado, pela concentração de capital, o acentuado predomínio dos monopólios, o elevado papel do capital financeiro, a exportação de capitais e a repartição do mundo em distintas “esferas de influência”*. A aceleração do processo de mundialização acontecida no último quarto de século, longe de atenuar ou dissolver as estruturas imperialistas da economia mundial, não fez mais do que potencializar extraordinariamente as assimetrias estruturais que definem a inserção dos distintos países nela. Enquanto um punhado de nações do capitalismo desenvolvido reforçou sua capacidade para controlar, ao menos parcialmente, os processos produtivos à escala mundial, a financeirização da economia internacional e a crescente circulação das

⁹⁹ Dada a extensão, densidade e complexa tessitura teórico-política de tal obra, deteremo-nos em algumas poucas implicações e desdobramentos político-práticos mais diretos e decisivamente envolvidos no universo empírico-genérico de nossas problematizações e programa investigativo. O debate realizado nos círculos marxistas dos Estados Unidos, Europa Ocidental e América Latina sobre *Empire* cumpre a contento a leitura crítica interna e externa à sua argüição intelectual, da genealogia e imanência conceitual à dimensão histórico-social da luta de classes que a condiciona, assim como o caminho inverso. Leia-se Borón (2002), Callinicos (2002), Petras (2003) e Chingo e Santos (2001).

mercadorias e serviços, a enorme maioria dos países viu aprofundar-se sua dependência externa e se dilatar até níveis escandalosos o hiato que os separava das metrópoles. A globalização, em suma, consolidou a dominação imperialista e aprofundou a submissão dos capitalismo periféricos, cada vez mais incapazes de exercer um controle mínimo sobre seus processos econômicos domésticos. Esta continuidade dos parâmetros fundamentais do imperialismo – não necessariamente de sua fenomenologia – é ignorada na obra de Hardt e Negri, e o nome de tal negação é o [...] “império”. (BORÓN, 2002, **grifos nossos**)

Por outro lado, que *visão-de-mundo* nos apresenta *Empire* sobre o capitalismo contemporâneo? O *império*, um “regime específico de relações globais” que haveria emergido à luz superando historicamente o imperialismo, basear-se-ia na categoria foucaultiana do *biopoder* – forma de poder “que regula a vida social desde seu interior” – que emanaria do que os autores denominam *multidão*. Tratar-se-ia da forma histórica resultante das respostas do capital às lutas travadas contra as relações sociais de dominação classista, e não de uma nova configuração assumida mediante a supremacia capitalista norte-americana – hegemônica pelas frações da burguesia financeira – de seu estágio imperialista de desenvolvimento histórico. Enquanto para Lenin o imperialismo, época histórica do capital financeiro e dos monopólios, traz consigo a tendência à dominação cada vez mais predatória, o *império* de Hardt e Negri possibilitaria “o desejo de liberdade da multidão”. Suas relações de poder estariam mais além dos Estados-Nação e das classes sociais – *estas desterritorializadas, fragmentadas e volatilizadas* – e seriam regidas por “princípios éticos superiores” e “valores essenciais de justiça”. Com esta surpreendente afirmação, os autores de *Empire* legitimam as invasões militares ditas humanitárias – como a da ex-Iugoslávia – levadas a cabo pela Ordem do Capital. A institucionalidade jurídico-política do sistema mundial inter-Estados, desta forma, é apresentada – através das Nações Unidas – como “o verdadeiro ponto de partida de nosso estudo do império: uma nova noção do direito ou, melhor, uma nova inscrição da autoridade e um novo desenho da produção de normas e instrumentos legais de coerção que garantem os contratos e resolvem os conflitos” (Hardt e Negri citado por Borón, 2002). O que em Lenin era um “covil de bandidos” – considerando-se que a ONU é a equivalente histórica à antiga *Liga das Nações* – transforma-se numa “nova fonte positiva de produção normativa, efetiva em escala global [...] que pode desempenhar um papel jurídico soberano” (idem). Mas, como se pergunta Borón: “Quem são os sujeitos concretos do ‘coração do império’? Onde se encontram, qual é sua articulação com os processos de produção e circulação da economia capitalista internacional, que instituições coagulam normativa e ideologicamente seu domínio, quem são seus representantes políticos? Ou se trata tão somente de um conjunto de regras e procedimentos imateriais?” (Borón, idem). Ou, ainda, de que forças sociais e políticas pode-se constituir seu antagonista estrutural? A multidão – “agrupamento

instável, efêmero, de presença intermitente e constituído com dispensa das articulações estruturais de seus componentes” (Borón, 2004) – poderia opor-lhe resistência de forma sistemática e consistente? *Parece-nos que não*. A contradição fundamental entre Capital e Trabalho – “assim como as muralhas de Jericó diante do som das trombetas de Josué”, diria Borón (2002) – não se desvanesce diante das conjurações de espíritos evocados por Hardt e Negri. Tampouco a *assimetria estrutural* entre “centro” e “periferia” do sistema mundial inter-Estados¹⁰⁰. Desta forma, Hardt e Negri rechaçam a teoria do imperialismo e das classes sociais justamente quando suas contradições estruturais e antagonismos sociais assumem formas cada vez mais destrutivas e parasitárias. O ponto de vista social aludido, com suas cegueiras cognitivas e obstáculos epistemológicos, remetem-nos à *visão-de-mundo* parcial e unilateral do próprio capital imperialista, à forma como “ele mesmo se observa desde seu cume” (Borón, idem). Daí que a reconciliação com o real parta de uma concepção antidualética do processo histórico; como acúmulo seqüencial, linear e sem contradições de eventos sucedâneos, eternizando e naturalizando assim o sistema capitalista, a propriedade privada dos meios de

¹⁰⁰ Mas este debate, no Brasil, remonta a muitos anos. Não se pode deixar de lado, impunemente, sua história. A metáfora geográfica entre “centro” e “periferia” despontou no cenário brasileiro a partir da década de 1950, com sustentação nas formulações da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe da Organização das Nações Unidas (CEPAL-ONU). A base político-ideológica do projeto nacional-desenvolvimentista impulsionado pela CEPAL-ONU pregava a intervenção estatal na economia nacional de modo a garantir o desenvolvimento / industrialização interno superando, desse modo, a condição “periférica” no sistema mundial inter-Estados. A estrutura produtiva heterogênea / agroexportadora e o intercâmbio desigual no comércio exterior, nesta perspectiva, eram a base do subdesenvolvimento a ser superado mediante políticas centradas na modernização estatal e na reforma agrária, desenvolvendo o mercado interno e o avanço industrial. No Brasil, duas frentes levavam adiante as idéias da comissão: o ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros) e os partidos comunistas do Brasil (PCB/PCdoB). No ISEB, Hélio Jaguaribe e Nelson Werneck Sodré foram suas maiores expressões; já o Partido Comunista do Brasil era influenciado tanto pela CEPAL-ONU, quanto pelo comunismo “dos anos 20”. Segundo Ridenti (2000), as manifestações derivadas – no campo intelectual, cultural e artístico – foram muitas no cenário brasileiro de antanho, todas de alguma forma associadas à *estética do nacional-popular*. Tratava-se de uma “utopia do progresso revolucionário [que] ligava-se à busca romântica das autênticas raízes nacionais do povo brasileiro” que ultrapassou em muito os limites dos partidos comunistas, do ISEB e da própria CEPAL-ONU. Esta visão foi criticada por Chico de Oliveira como uma *razão dualista*, que enxergava dois Brasis antagônicos; o intelectual – que vem gradativamente abandonando a crítica e tecendo loas à CEPAL-ONU, centralmente a Celso Furtado e Raúl Prebisch, na atualidade do novo século – considerava, à época, que os elementos de atraso e desenvolvimento, aspectos *desiguais e combinados*, eram nada mais do que as diferentes faces da mesma moeda. A proposta de Centro Popular de Cultura (CPC) da UNE, o cinema-novismo, a música, as artes plásticas, a literatura... todos buscavam a identificação da brasilidade cultural e da identidade nacional-popular. Outras expressões surgiram, como a *teoria da dependência*. O sociólogo e ex-presidente Fernando Henrique Cardoso e o economista e ex-Ministro da Saúde José Serra eram seus adeptos e formuladores, críticos dos “mitos da oposição”. A teoria mostrava que os conceitos de *centro* e *periferia* eram indissociáveis em sua interação dialética. Deste pensamento, ainda apareceu uma vertente, mais radicalizada, da tese do *subdesenvolvimento capitalista*, conduzida por Rui Mauro Marini, Teothônio dos Santos e André Gunder Frank, para os quais a condição subalternizada do país não poderia ser suprimida no marco das relações capitalistas de produção; influenciados por León Trotsky. O que expressam estas manifestações culturais e intelectuais que se apresentam desde os anos 50 e 60? Que ponto de vista social trazem? Desenvolveremos alhures a idéia de que são formas arraigadas, visões-sociais-de-mundo e orientações-para-a-ação – “conjuntos estruturados de valores, representações e idéias” (Löwy, 1996) – que, constituídas em verdadeira força material com penetração de massas, difundiam determinada concepção sobre as relações e as lutas de classes desenvolvidas historicamente entre as classes fundamentais no país em sua conexão com o imperialismo “estrangeiro”. Eram “modos de pensar” (Gramsci, 1968) com ampla difusão – via teoria, política, literatura, música popular, teatro, cinema, arte de rua etc. – e uma política cultural difusamente articulada nos modos de “viver, pensar e sentir”, dimensionando à sua maneira as lutas sociais e seus desdobramentos no país.

produção social e o imperialismo moderno. Resultados? *Desarmamento ideológico, perpetuação da subordinação e, conseqüentemente, fim da História*. Aliás, nada mais conveniente para aqueles que não logram compreender a História e a dialética de seu *movimento contraditório* do que anunciar por decreto intelectual – por uma ou outra via – sua derradeira extinção. Assim, como se predicara alhures, a perspectiva crítica na sociedade contemporânea, para que possa subscrever conseqüentemente

[...] qualquer forma de intervenção mais incisiva sobre ela [“realidade concreta e transparentemente polarizada”] só pode ser ideologicamente radical e radicalmente ideológica. Mesmo assim, as reações mais comuns não ousam ir além da pregação pela paz e pelo “restabelecimento” de uma ordem inexistente no caótico mundo do capital. Ora, a história mais recente está farta (nos dois sentidos da palavra) de exemplos fornecidos por aqueles que *preferiram a presunção conciliatória, negando não somente a existência dos fenômenos (outrora confessadamente manifestos, mas agora felizmente suplantados) do “imperialismo”, “exploração”, “capitalismo” etc., mas até mesmo de “classes” e “conflitos de classes”*. Mas o que se percebe é que, na maioria das vezes, essa via vem colhendo resultados pífios e desempenhando papéis compassivamente empulhadores. A consciência crítica e revolucionária a respeito da concretude nada amena desses dados é a melhor arma de que poderíamos dispor para compreender e, acima de tudo, combater as abstrações e aberrações ideológicas da atualidade. **(PINASSI, 2004, grifos no original)**

CAPÍTULO 3 – SUJEITOS SOCIAIS E POLÍTICOS DOS MOVIMENTOS DE RESISTÊNCIA PROLETÁRIA, CAMPONESA E POPULAR NA HISTÓRIA SOCIAL RECENTE DO PAÍS

A presente proposta de trabalho possibilita, acreditamos, a análise e o acompanhamento das diferentes dimensões, *compreendidas em suas concepções teóricas e práticas políticas*, à medida que se evidenciam como formulações e desdobramentos de sujeitos sociais e políticos que – já seja estrategicamente ou nas mais imediatas conjunturas materiais e ideológicas que se apresentam e incidem sobre os embates classistas – propõem *a ruptura com a ordem social e econômica estabelecida*. Com esta formulação – *ruptura com a ordem social e econômica estabelecida* – de modo geral ampla e abrangente, pretendemos abarcar o espectro político e ideológico que compõe o conjunto da oposição social, sindical e política de caráter popular à *hegemonia neoliberal*, qual seja, aquela identificada com as classes subalternas no país. Mais especificamente, os sujeitos sociais e políticos que representam setores e frações dos movimentos de resistência proletária, camponesa e popular que combatem os efeitos do capitalismo pró-imperialista no Brasil. Como fica cada vez mais evidente, este espectro configura-se por uma diversidade de concepções e práticas políticas não-homogêneas e, no mais, conflitivas entre si. Procuramos, por outro lado, mobilizar em nossa análise certa noção de “esquerda” – enquanto direção política do movimento social operário e popular –, acepção em geral problemática e aproximativa, no sentido de uma definição indicativo-descritiva que busca abranger movimentos, tendências, organizações e partidos que, *grosso modo*, posicionam-se de forma crítica e combativa em relação à *Ordem do Capital* e que, *de maneira genérica e em sua heterogeneidade*, identificam-se com a luta dos trabalhadores da cidade e do campo no sentido da construção de um projeto histórico-emancipatório de transformação social – *em diversos níveis, sob mediações várias e múltiplas formas de manifestação* – das sociedades nas quais se encontram inseridos. Partindo desta vasta significação, cuja elasticidade serve ao objetivo de nos aprofundarmos na lógica da diferença que configura o multifacetado campo das esquerdas presentes nas *lutas políticas, batalhas ideológicas e ações diretas de massas* dos trabalhadores brasileiros, aproximamo-nos do significado que lhe atribuem Ridenti, em suas análises sobre os *partidos e movimentos de esquerda do país* e Gorender (1987), para o qual “os diferentes graus, caminhos e formas desta transformação social pluralizam a esquerda e fazem dela um espectro

de cores e matizes”, o qual também utiliza um *conceito ampliado de esquerda* (Ridenti, 1993) ou, melhor dizendo, *esquerdas*¹⁰¹. Posto isso, procedamos à análise.

3.1 O que há de novo sob o sol?

Quando nos referimos aos sujeitos sociais e políticos que constituíram os *movimentos de resistência proletária, camponesa e popular* na história social recente do país referenciamos-nos, inevitavelmente, na abertura de um novo ciclo histórico do movimento das massas subalternas no Brasil a partir, fundamentalmente, da irrupção das greves operárias que se iniciam a partir de 1978 – no bojo da luta contra a ditadura civil-militar e a opressão econômico-social perpetrada sobre a população trabalhadora –, o ascenso das mobilizações estudantis, o acirramento das ocupações de terras, a multitudinária campanha pelas “Diretas-Já” e o surgimento de *movimentos sociais populares*¹⁰². Desta forma, compreendemos os movimentos

¹⁰¹ A pluralidade de concepções estratégicas – reformistas, centristas ou revolucionárias; *social-democráticas, socialistas ou comunistas* – presentes no campo das *esquerdas políticas* remetem-nos a uma delimitação importante da mediação conceitual através da qual pretendemos mover-nos; qual seja, a da existência de perspectivas e horizontes formulados *objetiva e conscientemente* em termos teórico-políticos, programáticos e organizacionais para além dos *organismos de luta proletária imediatos* (sindicatos, comitês e comissões de fábrica, conselhos e assembleias populares etc.) e dos *movimentos sociais espontâneos e reivindicatórios* (em favor da reforma agrária, contra o desemprego, por melhores salários e condições de vida etc.); simultaneamente sínteses dinâmicas e fios condutores que orientam suas concepções e práticas através das lutas sociais, econômicas, políticas e ideológicas nas quais se envolvem e, enfim, aspiram a representar as classes, frações e segmentos em presença que – em última instância –, determinam as *necessidades imediatas e interesses históricos* desta forma expressos em suas formulações, as quais são tributárias de diferentes tradições e heranças teórico-práticas do movimento socialista operário do século XX. Resumindo brutalmente, estendendo o supracitado argumento de Antunes sobre “espontaneidade” e “direção consciente”, trata-se de estabelecer as relações entre *sujeito social* e *sujeito político*, no sentido da construção do *sujeito histórico*. Não obstante a obviedade da advertência, consideramos a necessidade de prevenir sobre o mais absoluto rechaço e distanciamento que guardamos em relação à perspectiva que alude a uma suposta diluição / deslocamento de barreiras entre o que seria a “direita” e a “esquerda” *após a queda do Muro de Berlim, a reestruturação produtiva e a mundialização capitalista*; além de discurso reacionário travestido de *senso comum* das esquerdas político-acadêmicas “bem-comportadas” (Mészáros, 2004): *niilismo relativista, fragmentarista, a-historicista e volatilista* próprio das dimensões políticas e ideológicas que compõem as tendências que se aproximam ao *pós-modernismo enquanto lógica cultural do capitalismo tardio* (Jameson, 1997) – os quais grassam, quase incólumes, nas áreas de sociologia, história e, sobretudo, ciências políticas – das quais Bobbio (2003) e Nogueira (2000) são, em diferentes níveis, expoentes significativos. Tal indistinção, *sob a hegemonia liberal-burguesa*, torna-se funcional ao sistema capitalista-imperialista à medida que obstaculiza a objetivação social de uma subjetividade historicamente classista, identitária e autônoma – *aprofundando sua atual crise política, ideológica e organizativa* – entre os produtores diretos que, segundo Marx, “carregam o futuro em suas mãos” e são, ainda que potencialmente, *os antagonistas estruturais à Ordem do Capital*.

¹⁰² Um exemplo de movimento social popular de massas significativo deste período é o Movimento Contra o Desemprego (Contra a Carestia de Vida). Para aprofundar temas tais como o novo sindicalismo de classe, protagonismo social e lutas populares de massas durante a ascensão dos movimentos sociais no Brasil da década de 1980 sugerimos: (i) Moisés, 1982; (ii) Kucinski, 1982 e (iii) Sader, 1990. O último, em particular, sugere uma interpretação que opera a partir de um quadro de referências teóricas marxistas, porém numa perspectiva algo próxima ao que se convencionaria denominar *paradigma dos novos movimentos sociais*. Analisa a história imediata de quatro movimentos sociais na Grande São Paulo, caracterizados por quatro “tipos” diversos de organização sócio-política: a nova fase do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo no pós-78; a Oposição Metalúrgica de São Paulo; os Clubes de Mães da periferia sul e as Comissões de Saúde da periferia leste da capital paulista. Desta

sociais como “ações mais ou menos organizadas que expressam, em última instância, interesses de classe” (Boito Jr. et. al., 2000). As greves de protesto, organizadas pelo movimento sindical e a luta pela terra, levada a cabo por trabalhadores rurais são expressão, desta forma, dos interesses proletários, camponeses e populares. “Isso não significa que a luta reivindicativa dos trabalhadores seja a mesma coisa que a luta pelo socialismo, mas, apenas, que a luta reivindicativa decorre do lugar de classe ocupado pelos trabalhadores e que essa luta pode vir a fazer parte, dependendo das condições históricas, do eventual processo de constituição dos trabalhadores num coletivo de classe politicamente unificado contra o capitalismo” (Boito Jr., idem). Acreditamos não ser possível – por outro lado – desvincular os marcos históricos precedentes, em seus nexos de continuidade e aspectos de ruptura, do movimento social que pretendemos compreender. *O que enfim há de novo sob o sol?*

Sader (1990) identifica três “matrizes discursivas” que orientam política e ideologicamente os sujeitos coletivos que se manifestaram no cenário histórico-político compreendido entre o final dos anos 70 e início dos 80: (i) as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) organizadas pelos setores progressistas da Igreja Católica, (ii) as tendências de diferentes correntes da esquerda marxista em processo de crise e reconstrução e (iii) o *novo sindicalismo* do ABCD paulista ¹⁰³. Entendemos tratar-se de questão fundamental compreender o desenvolvimento destas três matrizes que, de diferentes formas, influenciaram a formação – direta e indiretamente – da CNCA. O quadro apresentado possibilita equacionar tanto as diversas formas de expressão das experiências coletivas, métodos de luta, tradições populares e culturas de resistência dos “de baixo” conformadas ao longo dos anos como, também, as determinações materiais que, em última instância, delimitam o lugar de classe e as coordenadas históricas

forma observa a configuração de novas formas de ação de sujeitos coletivos, permitindo-se considerar a multiplicidade representativa das condições de classe das camadas sociais populares. A “cultura do vivido” e a vida cotidiana são considerados junto à práxis política que – se bem expressando diversidades de “falas” e “experiências” no enfrentamento ao Estado – mostram-se nitidamente num momento histórico de ascenso do jovem proletariado brasileiro; o critério de classe – para além do balizamento epistêmico – ainda se impõe. Para uma interessante análise marxista do período sugerimos Welmowicki (2004).

¹⁰³ Por *novo sindicalismo* entendemos a expressão utilizada pela intelectualidade crítica e pelos próprios ativistas sindicais para (auto) designar o movimento sindical pós-78 que, em alguma medida, não se identificava com as direções trabalhistas e comunistas dos anos 50 e 60, nem tampouco com o sindicalismo “pelego”/“amarelo”, atrelados ao Estado. Welmowicki (2004), por outro lado, prefere tratar de um *novo movimento operário*, referindo-se simultaneamente as condições objetivas e subjetivas que informavam a nova configuração do *ser-que-vive-do-trabalho* no ciclo histórico aludido, numa consideração que transcende os novos arranjos sindicais dos trabalhadores brasileiros, articulando aspectos econômicos e políticos, materiais e ideológicos e assim incorporando ao conceito a inexorável relação estrutura/sujeito. Se por um lado a ascensão do operariado urbano do ABCD e capital paulistas possibilitou a crítica às concepções e práticas hegemônicas pelo reformismo pecebista – de conciliação de classes, privilegiamento das cúpulas sindicais / menosprezo às bases sociais e centralização do Estado como principal interlocutor – não foi suficientemente conseqüente no que se refere ao combate classista à estrutura sindical corporativista e anti-operária submetida ao Estado capitalista, herdada da Era Vargas. A Constituição de 88, que aboliu o intervencionismo do Ministério do Trabalho junto aos sindicatos, manteve – em detrimento das esquerdas que a “canonizaram”, sob epíteto de “Constituição Cidadã” – a unicidade / monopólio de representação, a função cumprida pela Justiça do Trabalho e a obrigatoriedade do imposto sindical compulsório.

(“legadas pelo passado”) que independem da vontade (mas *não* da ação) dos sujeitos sociais e políticos imediata ou mediatizadamente envolvidos. Neste sentido, para além do contexto diretamente relacionado à CNCA e os elementos que lhe são próprios é preciso considerar também “a história que o antecede e que o condiciona” (Boito Jr., 2002). Consideramos esta premissa em pelo menos dois níveis, organicamente relacionados. A explicação e a compreensão dos eventos histórico-sociais não pode prescindir de uma perspectiva de *totalidade concreta*¹⁰⁴ na qual cada momento, bem como suas respectivas manifestações fenomênicas, seja reportado a tendências e determinações *mais amplas e gerais*, em devir, *do que os fatos isolados e diretamente postos em cena*. E, em decorrência disso, as classes, setores, organizações e grupos imersos no processo histórico em questão na perspectiva da transformação social, ao apreenderem subjetivamente a totalidade e historicidade que o compõem, previnem-se desta forma de *repetir a história como farsa*, já que “nada de novo pode nascer da falta de memória” (Arcary, 2004a). No método dialético – bem sabemos – a relação entre teoria e prática perfaz uma unidade essencial; assim como *explicação, compreensão e valoração* são, a rigor, *inseparáveis*. Como, afinal, compreender os movimentos sociais populares e as classes sociais¹⁰⁵ que os constituem?

¹⁰⁴ A incompletude e provisoriedade dos argumentos não nos eximem de uma *primeira aproximação* (Gramsci, 1975) ao objeto de estudo enquanto incursão que se coloca claramente desde uma concepção materialista-dialética da História e que, necessariamente, prioriza a categoria de *totalidade* na apreensão do movimento contraditório do real. “A totalidade é a categoria fundamental da realidade” (Lukács, 1960). A interconexão complexa entre mediações lógicas e históricas – inerente ao método dialético –, ainda, impõe a *análise concreta de situações concretas* – como insistiu Lenin em diversas ocasiões – enquanto *substância verdadeira* [Gist] do marxismo na compreensão da realidade. “No tocante à visão da totalidade, é conveniente recordar as observações que Gyorg Lukács – em seu célebre História e Consciência de Classe – fizera a propósito de sua crítica à fragmentação e reificação das relações sociais na ideologia burguesa [...] sustenta Lukács, ‘a dialética afirma a unidade concreta do todo’, o que não significa, no entanto, fazer tábula rasa de seus componentes ou reduzir ‘seus vários elementos a uma uniformidade indiferenciada, à identidade’ [...]. Esta idéia é naturalmente uma das premissas centrais do método de análise de Marx, e foi claramente colocada por este em sua famosa Introdução de 1857 aos Grundrisse: ‘o concreto é concreto porque é a síntese de múltiplas determinações, portanto unidade do diverso’ [...]. Está certo Lukács quando afirma que os determinantes sociais e os elementos em operação em qualquer formação social concreta são muitos, mas a independência e autonomia que aparentam possuir é uma ilusão posto que todos se encontram dialeticamente relacionados entre si. Daí que nosso autor conclua que tais elementos ‘*só podem ser adequadamente pensados como aspectos dinâmicos e dialéticos de um todo igualmente dinâmico e dialético*’ [...]” (Borón, 1999, grifos nossos).

¹⁰⁵ O debate marxista sobre *a teoria das classes sociais* apresentou, historicamente, um sem-número de variantes e disjuntivas, e não é possível *sequer apresentá-la* – ainda que resumidamente – numa simples nota de rodapé. De qualquer forma, na discussão que realizamos sobre as lutas e os movimentos sociais dos trabalhadores faz-se imprescindível um simples (mas importante) apontamento. Na perspectiva do materialismo histórico, as classes sociais são definidas, por um lado, por sua inserção, posição e distribuição objetivas nas relações sociais de produção dominantes e, por outro, por sua respectiva constituição efetiva – *processo ativo e relação histórica* – numa coletividade que trava lutas concretas, mediada por relações de classe, tradições culturais, formações sociais, experiências vividas e distintas fases, historicamente determinadas. Os diferentes momentos e níveis de abstração lógica e histórica estão, desta forma, dialeticamente imbricados e, para todos os efeitos, são indissociáveis entre si. Não se pode deduzir a *consciência de classe* (classe para-si) da existência material – *objetividade* – das classes sociais, e tampouco reduzi-las (classe em-si) à emanação dos graus e momentos – *subjetividade* – de sua autoconsciência e ideologia. “O modo dominante de produção é, e deve ser, o que confere unidade fundamental a uma formação social, outorgando suas posições objetivas às classes dentro do mesmo e distribuindo os agentes dentro de cada classe. O resultado, tipicamente, é um processo objetivo de luta de classe [...] a luta de classes não é

Os objetivos perseguidos pelos movimentos sociais e as possibilidades de vitória desses movimentos são determinados, não só pela inserção sócio-econômica dos trabalhadores, mas também pelo quadro amplo, complexo e multifacetado das relações de classe vigentes, pela conjuntura política [história recente do país] e pelo Estado [capitalista brasileiro]. A análise desses movimentos não pode, portanto, se restringir ao universo (aparentemente) fechado do sindicato, da fábrica ou do assentamento rural [deste ou daquele movimento]. Tal análise não deve, tampouco, incorrer no erro teórico e metodológico do “presentismo”, que também tem marcado os estudos recentes sobre as classes trabalhadoras. Esse “presentismo” decorre, em primeiro lugar, do impacto cultural do pós-modernismo. Muitos cientistas sociais, inclusive do campo do pensamento crítico, não conseguem mais perceber o presente como história, e acreditam poder restringir suas pesquisas e reflexões ao momento atual, dispensando a referência ao passado para explicar as características e tendências do presente. Outra fonte dessa postura “presentista” é a crença segundo a qual teríamos ingressado numa sociedade de novo tipo, graças à “globalização”, à revolução tecnológica e a outras mudanças reais ou fictícias. A consideração da história do capitalismo e do movimento operário e popular no Brasil não mais seria necessário para a análise de um presente que seria completamente novo. (BOITO JR., 2002)

O início deste ciclo histórico foi interpretado de diferentes formas, em torno à caracterização da ascensão do movimento operário a partir do ABC nos anos 70, sendo que podemos identificar ao menos três abordagens sobre seus principais aspectos fenomênicos. Primeiramente, (i) têm-se aqueles que diagnosticavam uma espécie de versão nacional do *trade-unionismo* norte-americano, de concepções e práticas eminentemente liberais. Em segundo plano, (ii) houve os que identificavam algo como a forma embrionária da república operária no país, enfatizando o poder e a independência de classe que se gestava. Por fim, (iii) tivemos as análises que ao mesmo tempo em que destacavam suas respectivas força e autonomia – visíveis no surgimento do *novo sindicalismo* – tratavam de delimitar a natureza e os limites da nascente espontaneidade operária. Após um quarto de século da gênese deste novo momento na história social e política do país, há que se verificar atentamente o significado histórico e o sentido social destes prognósticos *face à rudeza material do devir*.

3.1.1 O prólogo da “rebeldia do trabalho”

De qualquer forma, estamos longe de nos encontrarmos sozinhos ao considerar o ciclo histórico pós-78 como um estágio diferenciado na história social e política do país. “... o tempo histórico foi acelerado, fragmentado, convulsionado e rompido, criando um país que dificilmente se reconheceria nas décadas precedentes, muito embora seja sua formação social

uma prioridade causal na sustentação da ordem, porque *as classes estão constituídas por modos de produção, e não o contrário*” (Anderson, 1980). Compreendemos a relação dialética entre movimentos e classes sociais a partir destas considerações e enunciados, *sem espaço para reducionismos de qualquer natureza*.

marcada por continuidades seculares. Tal aceleração temporal não foi apenas vivenciada nas grandes metrópoles, onde era de se esperar, mas também no meio rural, onde o lento tempo dos ciclos naturais, com suas estações, seus dias e suas noites, foi abalado pelo irromper da política com seu próprio ritmo” (Bianchi e Braga, 2003b). O que não poucos consideraram como *a rebeldia do trabalho* (Antunes, 1992) é registrada sob diversos prismas – entre pesquisadores críticos e militantes marxistas – no entorno da resistência ao regime militar: greves operárias, oposições sindicais e o *novo sindicalismo* combativo; levantamentos estudantis de secundaristas e universitários; intensificação da luta camponesa pela terra; recrudescimento das reivindicações de protesto das massas urbanas por melhores condições de vida; multitudinárias campanhas políticas em prol da *Anistia Ampla, Geral e Irrestrita* e das “Diretas-Já”; *movimento pela construção de um partido dos trabalhadores* assim como *pela formação de uma central sindical de luta e de classe*. No interior deste amplo quadro de comoções sociais e deslocamentos políticos de massas construíram-se mediações sociais, sindicais e políticas das classes trabalhadoras – como o PT, a CUT e o MST – e se fortaleceram entidades representativas dos estudantes, tais como a UNE, a UBES e as UEEs. Como compreender este processo no qual e quando, segundo Sader (1990), “novos personagens entraram em cena”? “Quando amplos setores sociais manifestam sua contraditoriedade, evidenciam interesses e necessidades não satisfeitos (...) fica claro que estão questionando o que está estabelecido e apontando em outras direções. Porém, isto pode ser de ordem apenas conjuntural, sem negação da estrutura capitalista. É dentro deste campo complexo, formado por elementos superestruturais e estruturais da sociedade, que ‘novos’ personagens – os movimentos sociais populares – entram em cena. São vários os protagonistas da história e múltiplas as forças forjadoras de mudanças que se complementam. No caso brasileiro, a crise, desde a fase de decadência do regime militar, é concreta, mas complexa e contraditória. Em geral, adquire formatos de problemas econômicos, políticos, sociais e morais” (Peruzzo, 1998).

Os antagonismos que dividem qualquer sociedade contemporânea têm como refração, portanto, uma luta de idéias pela disputa da consciência. O combate político pode favorecer ou obstaculizar uma melhor compreensão de quais são os interesses de quem trabalha, e de quem são seus inimigos. A consciência de classe é um processo vivo que oscila e flutua, avança e retrocede. Na visão de mundo que as classes populares vão construindo em cada país, em cada período histórico, de quais são seus desafios e perspectivas políticas, convivem elementos falsos e verdadeiros, estratos contraditórios que se articulam em sucessivas sínteses. A esfera dos humores ou mentalidades coletivas e dos sentimentos de classe é sempre variável. (ARCARY, 2004a)

A caracterização da crise aberta concomitantemente à “auto-reforma” (“lenta, segura e gradual”) do regime militar e à estagnação política e econômica do chamado “milagre

brasileiro” remete a polêmicas teórico-práticas no interior das esquerdas políticas e acadêmicas no Brasil sobre, especialmente, a profundidade e o caráter da mesma. Vejamos pelo menos três pontos de partida fulcrais – em Marx, Lenin e Gramsci –, para pensar estas diferentes caracterizações, para além de sua incidência mais imediata nas práticas políticas de antanho, do período “pré-transição”. Gramsci nos traz uma apreciação interessante sobre a coincidência temporal entre crises econômicas agudas e crises políticas “de hegemonia”, que o levou à noção de *crise orgânica* – qual seja – “uma crise que afeta o conjunto das relações sociais e é a condensação das contradições inerentes à estrutura social”, eclodindo mediante a coincidência entre crise de acumulação e o “acirramento dos choques entre as classes e, no interior delas próprias, entre suas frações” (Bianchi, 2002a). Para Lenin, por sua vez, sintomas como “(i) a impossibilidade para as classes dominantes, para manterem imutável sua dominação; tal ou qual crise ‘das alturas’, uma crise na política das classes dominantes que abre uma brecha pela qual irrompem o descontentamento e a indignação das classes oprimidas [...], (ii) um agravamento, fora do comum, da miséria e do sofrimento das classes oprimidas [...], (iii) uma intensificação considerável, devido a estas causas, da atividade das massas, que em tempos de ‘paz’ se deixam espoliar tranqüilamente, mas que em épocas turbulentas são empurradas, tanto pela situação de crise quanto pelos próprios ‘de cima’, a uma ação histórica independente” (Lenin, s/d) configurariam as condições objetivas – *independentes da vontade dos distintos grupos e partidos* – necessárias ao estopim de um processo social revolucionário de massas. Mais além da obtenção da consciência da impossibilidade de viver como antes e da necessidade de transformações pelas classes subalternas, contudo e ainda segundo Lenin, é preciso que aos dominantes já não seja possível *manter, sustentar e legitimar* o espólio e a opressão para que se abra uma *situação revolucionária*; a qual ocorreria, em poucas palavras, somente “quando os ‘de baixo’ *não querem* o que é velho e os ‘de cima’ *não podem como dantes*” (Lenin, idem). Ambas as arguições assentam-se sobre determinada concepção do processo histórico, que pode ser verificada abaixo:

Do mesmo modo que não se julga um indivíduo pela idéia que faz de si mesmo, não se pode julgar uma época de transformações pela consciência que ela tem de si mesma. Ao contrário, é preciso explicar esta consciência pelas contradições da vida material, pelo conflito que existe entre as forças produtivas sociais e as relações de produção. Uma formação social jamais desaparece sem que estejam desenvolvidas todas as forças produtivas que ela tem a capacidade de conter; jamais as relações de produção novas e superiores substituem as antigas, antes de as condições de existência material de estas relações terem-se esgotados no próprio seio da velha sociedade. Esta a razão porque a humanidade não propõe senão os problemas que pode resolver, pois, ao se fazer uma análise mais de perto, verifica-se sempre, que o próprio problema surgiu exatamente onde já existiam condições materiais para a sua resolução ou, pelo menos, estavam em vias de existir. (MARX, 1978a)

3.1.2 Crise, transição e democracia na perspectiva do trabalho

Consideramos as análises acima como importantes arcabouços político-epistemológicas para discernir “*o que poderia ter sido, mas não foi*”, em meio à concreticidade histórica dos fatos *tal qual ocorreram* no período citado. Enfim, em resumo: *nem situação revolucionária, nem crise orgânica* e – em última instância – *nem se tratava da iminência de uma revolução*. Mas o fato mesmo de recorrermos aos referenciais supracitados, deve dar a medida da crise “de hegemonia” vivida durante o período pré-transicional. “É discutível se nos últimos anos do autoritarismo a tensão vivida chegou, ou não, a configurar-se em conflito orgânico entre estrutura e superestrutura, muito embora o descolamento entre governantes e governados tenha sido momentaneamente explícito. Uma coisa é certa: a classe burguesa, com a ‘abertura gradual’, do ‘governo transitório’, foi hábil o suficiente para reorganizar o bloco histórico, mudando apenas algumas regras do jogo e os atores políticos para continuar no poder” (Peruzzo, 1998). Contudo, a revolta social das classes trabalhadoras no Brasil, entre o final dos anos 70 e início dos 80, foi despertada pela *super-exploração capitalista*¹⁰⁶, expressão própria do capitalismo dependente-periférico que o imperialismo contemporâneo trataria de generalizar¹⁰⁷

¹⁰⁶ A menção ao termo *super-exploração*, corrente nos movimentos sociais e partidos de esquerda no Brasil, refere-se a uma condição operária dos países de capitalismo periférico e dependente *generalizada* pelo estágio imperialista da Ordem do Capital, merecendo atenção no que se refere à reflexão e à problematização sobre a centralidade e o protagonismo das lutas sindicais desenvolvidas pelos trabalhadores brasileiros durante os anos 80. A onda grevista e suas diversas singularidades – parciais ou gerais, defensivas ou ofensivas, mais ou menos politizadas – centraram-se contra a *super-exploração do trabalho*, submetido este à degradação salarial constante, à intensividade taylorfordista do trabalho / produção fabril e pelo sistemático despotismo do chão-de-fábrica e à *ditadura do grande capital* (Antunes, 1992). A *super-exploração* expressa a intensividade quotidiana e extenuante do trabalho, o incremento do processo produtivo às expensas daqueles que geram valor e o prolongamento das horas de trabalho não-pagas que – ao fim e ao cabo – são a síntese multideterminada das formas relativa e absoluta de extração de sobretrabalho social geradas historicamente na formação econômico-social brasileira. “Das greves pebliscitárias do ABC paulista em 1979-80 ao confronto de Volta Redonda em 1988; da greve geral dos bancários em 1985 à greve geral nacional em março de 1989, todas tiveram como motivação primeira a reposição salarial, a luta contra a subtração e a degradação dos salários ou, no caso das greves gerais, dos decretos que arrojavam ainda mais os salários” (Antunes, idem). O limite estrutural da ação sindical, sabe-se desde Marx, encontra-se em que – por mais radicalizada que seja – se encerra na luta contra os efeitos, mas não contra as causas do sistema de salários. De qualquer forma, na concretude das formações econômico-sociais periférico-dependentes submetidas pelo imperialismo moderno, a essencialidade do ativismo sindical insta o movimento operário a obstar o processo de *arrocho salarial* (forma pela qual se enunciava o espólio brutal e palavra-de-ordem articulada contra a opressão político-econômica nos anos 80) – em defesa da reprodução de sua própria existência enquanto *ser-que-vive-do-trabalho* – dotando uma centralidade essencial à ação grevista de cunho – e ainda que *radicalizada* em sua metodologia combativa –, prioritariamente *defensiva*.

¹⁰⁷ Neste trabalho pode-se dizer que objetivamos responder a pelo menos três desafios propostos pelo marxismo contemporâneo em suas formulações político-epistemológicas, cujas premissas exponenciais podem ser buscadas em, dentre outras, obras de Borón (2000): (i) transcender o *tecnocratismo neoliberal* e o *niilismo pós-modernista* através do método e da práxis propostos pelo arsenal teórico-político marxista no sentido de compreender, transformar e superar dialeticamente a configuração histórico-contemporânea do Capital; (ii) reabilitar e desenvolver a teoria Leniniana sobre as múltiplas dimensões econômicas, políticas e militares que compõe o fenômeno do *imperialismo moderno*, como a *mundialização capitalista* e a *supremacia do capital financeiro*; e (iii) considerar as *contradições estruturais presentes nas democracias burguesas da América Latina e suas especificidades concretas*

nas últimas três décadas, assim como pela opressão político-ditatorial sofrida sob o regime militar – *relação social de dominação classista à qual correspondia determinada forma histórica de acumulação capitalista* – e gerou, já se sabe, uma ascensão inaudita das lutas sociais e uma escalada grevista que iria durar pelo menos uma década a mais. Mediante tal processo histórico ocorreu a reorganização sindical e política dos trabalhadores brasileiros, a qual resultou na criação do PT, em 1980, e da CUT, em 1983 – seguidas pela fundação do MST –, expressões superestruturais e organizativas do acúmulo de consciência de classe construído nas já massivas lutas sociais diretas que vinham se desenvolvendo, na cidade e no campo.

Ao aludirmos à relação que se estabelece entre os movimentos sociais populares em ascensão durante as décadas de 1970 e 1980, envolvidos em diversas lutas sociais que questionam e negam os estreitos limites impostos pela “institucionalidade política” aos trabalhadores e à imensa maioria da população explorada e socialmente oprimida, imposição efetuada através dos aparelhos do Estado capitalista brasileiro e pela “farsa da Nova República” (como a consideravam, a seu tempo, os movimentos sociais de assalariados operários, setores populares e intelectuais críticos – como Florestan, 1986 – que deram origem ao movimento pró-PT e à CUT) – o que remete à organização de movimentos reivindicativos de massas (contra o custo de vida, o desemprego massivo, etc.) – “*movimentos de urgência*, pelo fato de serem movimentos sociais que lutam por condições mínimas e urgentes para assegurar a simples sobrevivência física de seus membros” (Boito Jr., 2002, grifos) – e as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) da Igreja Católica, a experiência acumulada em núcleos de base de operários e trabalhadores urbanos, as ocupações de terras e manifestações protagonizadas por trabalhadores rurais e camponeses junto à Comissão Pastoral da Terra (CPT), o *novo sindicalismo* combativo do operariado brasileiro, as mobilizações levadas a cabo pelo movimento estudantil secundarista e universitário através de suas entidades representativas nacionais e estaduais (UBES, UNE, UEEs, etc.)... –, estamos nos referindo ao início de um ciclo histórico de curta duração, de aproximadamente vinte e cinco anos, que compreende tanto o ascenso das massas trabalhadoras do qual tratamos, quanto um posterior refluxo desta correlação de forças e lutas sociais, relacionada principalmente à ofensiva burguesa representada pela hegemonia neoliberal, a partir do final dos anos 80 e sobretudo durante os 90, a qual se apresenta até hoje.

Assim, neste contexto, o PT representava uma alternativa operária-popular de ruptura e crítica à institucionalidade burguesa e ao sistema político-econômico vigente – ainda

em relação aos centros nervosos de acumulação capitalista do sistema mundial inter-Estados. De forma esquemática, diríamos que este programa investigativo encerra aspectos de reorganização do que poder-se-ia chamar “marxismo à defensiva”. Em formulação mais totalizante e articulada, tratar-se-ia de *reabilitar a unidade dialética entre teoria marxista e prática revolucionária*, considerando-se as mediações necessárias, no sentido crítico proposto por Anderson (2004).

que com todas as vacilações e contradições internas apresentadas desde sua gênese –, o “partido sem padrões” contava em suas trincheiras com amplos setores do movimento de massas, os quais viriam a formar o MST e a CUT, movimentos sociais populares, intelectuais social-democratas e socialistas, trabalhadores da cidade e do campo, Pastorais Sociais da Igreja Católica e diversas correntes / tendências da esquerda marxista brasileira. Em seu programa fundacional – *em muito influenciado pelas concepções defendidas pelos setores que reivindicavam a estratégia revolucionária* – defendia a tese marxista de que “a emancipação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores” e se organizou em torno a uma ampla crítica às alianças políticas da “oposição democrática” com a burguesia brasileira, ao sindicalismo oficial amarelo / “pelego” e à burocratização dos partidos comunistas do Brasil. O ascenso de massas acima descrito atinge seu cume na onda de greves operárias dos metalúrgicos do ABCD e capital paulistas, onde se dá – em 78 e 79 – a gestação e desenvolvimento de um *Movimento pela Construção de um Partido dos Trabalhadores*, do qual o sindicalista “Lula”, transforma-se em expressão fundamental.

O discurso que se construiu hegemonicamente sobre a *transição política conservadora* – ou “transação”, como ironizava Florestan Fernandes à época¹⁰⁸ – e sobre a oposição à ditadura militar, contudo, partiu de uma vitória de setores liberais-burgueses concentrados no Movimento Democrático Brasileiro (MDB), do qual também participaram (legitimando-o) organizações políticas de esquerda tais como o PCB, o PCdoB, o MR-8 e parcelas da intelectualidade brasileira que apoiaram a Nova República na construção social de sentido sobre suas diversas dimensões. Por outro lado, o movimento operário-popular e correntes de esquerda situadas e referenciadas politicamente através do Partido dos Trabalhadores (PT) negaram-se a legitimar a institucionalização política através do Colégio Eleitoral, taxados de “divisionistas e sectários” pelos setores que pactaram a “transição lenta, segura e gradual” com o antigo regime (que depois originaram o PMDB, de Sarney, e o PSDB, de FHC). O sentido social que se constrói sobre o processo de oposição à ditadura militar – nestes termos – é o que fundamenta as bases, já desde os anos 70, para que a hegemonia do projeto histórico neoliberal seja possível na década de 1990 na formação social brasileira, configurando e determinando o processo da *transição política conservadora* através da elaboração das principais tendências estruturais que a caracterizam enquanto fenômeno histórico-social. A *transição política conservadora* que transformou o regime militar – de 1964

¹⁰⁸ Para melhor compreender os processos através dos quais determinada *visão-social-de-mundo* configurou-se como forma alternativa historicamente hegemônica sobre a *transição política conservadora* e a oposição / resistência política e ideológica à ditadura civil-militar, recomendamos vigorosamente a leitura de Silva (1995 e 2003), que os analisa com riqueza de mediações histórico-concretas, rigor teórico e amplo arcabouço intelectual.

a 1985 – numa democracia capitalista-dependente – de 85 até os dias atuais –, segundo Silva, “deixou na sociedade brasileira uma enorme contradição entre os mecanismos institucionais de representação política e a contínua e crescente miséria social, agravada ainda mais através das políticas neoliberais da última década”. O processo de “redemocratização”, como o chamavam à época intelectuais como Francisco Weffort e Fernando Henrique Cardoso – ex-Ministro da Cultura e ex-presidente da república, respectivamente – foi “eminentemente institucional e voltado para a disputa eleitoral” (Silva, 2000). Institucionalidade esta que, como diz Caroni Filho (2002), “surgiu de uma transição negociada com o regime ditatorial que se auto-reformava; não houve ruptura efetiva que consolidasse uma autêntica ordenação democrática”.

3.1.3 Por que perdemos?

“O caldo de cultura autoritário permanece incólume na sociedade brasileira – e foi razoavelmente engrossado nos últimos oito anos – rolos compressores suprimiram dispositivos constitucionais com o único objetivo de saciar as demandas da banca privada”, completa Caroni, “de roldão, foram-se direitos trabalhistas e empresas públicas, tudo com respaldo legal de afogadilho e prestimosas gavetas da Procuradoria-Geral da República, a imprensa – essa fiscal suscetível a propostas generosas, a tudo aplaudiu – com raríssimas exceções, chamou truculência de pragmatismo e sucateamento de modernização” (Caroni Filho, *idem*). Pensamos que a intelectualidade brasileira, núcleo duro das camadas sociais médias, teve grande influência na articulação do consenso, passivo, e na construção social de sentido ao discurso que se tornou hegemônico, através de sua mediação política, entre os campos oposicionistas durante a época da crise da ditadura militar; principalmente pela ausência de expressão política do jovem proletariado brasileiro que chegasse a constituir uma hegemonia alternativa de composição operária e popular, em aliança com o campesinato pobre, e assim constituir um projeto histórico enquanto *força social autônoma e ação histórica independente*, em luta / movimento político – de acordo com a acepção marxiana da luta de classes –, de acordo com seus interesses / necessidades históricos classistas. Em especial, destacamos as posições de intelectuais advindos do *Seminário d’O Capital* da Universidade de São Paulo (USP) – tais como Cardoso e Weffort; através do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP), dos jornais alternativos Movimento e Opinião, da formulação do manual eleitoral do MDB (1974) e, principalmente, “devido ao papel que desempenharam no cenário político e intelectual, nos anos 70 e 80, através de palestras, debates e na construção orgânica de campos oposicionistas” (Silva, 2000). De forma absolutamente geral, podemos afirmar que a “galvanização” (Silva, 2003) política e

ideológica operava a partir de um superdimensionamento das noções de *sociedade civil* e *democracia política* e da diluição do caráter de classe do regime e do Estado (burguês) a se combater. O horizonte das transformações sociais limitava-se, desta maneira, circunscrevendo-se a nada mais do que os marcos estruturais da institucionalidade democrático-burguesa e, subseqüentemente, à Ordem do Capital.

Mas vejamos com cuidado o quadro apresentado. O final dos anos 70 marca uma inflexão na história social e política do país, caracterizada esta pela emergência de movimentos sociais de natureza operária e popular, fazendo-os ascenderem à condição de importante sujeito coletivo de oposição, resistência e luta contra a ditadura civil-militar. Até então o que existia era a hegemonia quase exclusiva de setores burgueses e liberais na iniciativa das propostas alternativas à institucionalidade vigente, *no sentido de reformá-la*. Os novos personagens que entram em cena o fazem a partir da perspectiva do antagonismo classista, *primeiramente limitados às formas sociais de consciência espontâneas e imediatas*, mas envolvidos num processo que lhes permitia – ao menos enquanto possibilidade – superar a apreensão subjetiva circunstancial a partir da substantivação da condição operária no movimento do real. Ozaí da Silva (1987 e 1999), à época operário metalúrgico na Saab-Scania¹⁰⁹ do Brasil e posteriormente docente concursado da Universidade Estadual de Maringá¹¹⁰ vaticina: “O irromper da greve de maio na Saab-Scania do Brasil, em São Bernardo do Campo, coloca em xeque a política econômica do regime militar e faz com que os ventos de democracia soprem mais fortes. O ascenso operário propicia condições favoráveis para o crescimento da influência da esquerda marxista no interior do movimento sindical-popular” (Ozaí da Silva, 1999).

O movimento grevista impunha o desmascaramento das burguesias nacional e internacional que, ao passo em que apresentavam um discurso “democrático”, coadunavam-se

¹⁰⁹ “O tempo histórico adquiriu impulso e velocidade a partir da rara decisão de *agarrar o momento*. No dia 12 de maio de 1978, os trabalhadores da fábrica de caminhões Saab-Scania, no ABC paulista – zona industrial formada por Santo Amaro, São Bernardo, São Caetano e outras cidades da área metropolitana de São Paulo – decidiram desligar a maquinaria e cruzar seus braços. Exigindo um aumento salarial de aproximadamente 20%, os dois mil metalúrgicos da empresa começaram uma greve que demarcou terreno. Eles quebraram o ritmo cadencioso do relógio, eles pararam o *tempo* da produção e, com isto, eles se apropriaram do tempo político. A paralização laboral dos trabalhadores de Saab-Scania constituiu-se como detonador de um intenso movimento pelos direitos trabalhistas, que se espalhariá pela região e para além dela. No curso daquele ano, cerca de meio milhão de trabalhadores realizaram greves, e no ano seguinte o montante alcançou 3.241.500 de grevistas, abrindo assim a ascensão de um longo ciclo histórico de lutas sindicais e organização política da classe operária que se estendeu, de forma praticamente ininterrupta, até 1989”. (Bianchi, Álvaro e Braga, Ruy. Brazil: The Lula Government and Financial Globalization. *Social Forces*, University of North Carolina Press, 83, IV, jun./2005).

¹¹⁰ Categorias de trabalhadores que, respectiva e coincidentemente, postaram-se à frente das lutas sociais nos idos de 80 e 90. “As transformações econômicas e sociais ocorridas na região a partir da Crise da Dívida em 1982, inspiradas nas recomendações do Consenso de Washington, criaram um ambiente ideológico que possibilitou a hegemonia de correntes que desconsideram a importância da conflitividade social. *Contudo, um dos traços mais marcantes da última década foi o intenso protagonismo dos educadores e dos estudantes, envolvidos em diversos conflitos educacionais. Cumpre destacar que esses conflitos tiveram objetivos diferenciados: muitos estiveram centrados na manutenção de direitos trabalhistas, outros, incidiram sobre as políticas sociais*”. (Leher, Roberto. *Conflitos sociais no campo da educação*, Observatório Social da América Latina, mimeo., grifos nossos).

aos aparelhos repressivos do Estado contra as reivindicações operárias. A opressão político-ditatorial e a super-exploração econômica, insiste Dias (2001), são “irmãs siamesas”. A burocracia estatal proveniente das forças armadas não se constrói de forma autônoma sobre as classes sociais: a natureza de classe da ditadura civil-militar é, essencialmente, burguesa. De que forma colocava-se, então, a “questão democrática” na perspectiva das camadas sociais proletárias na luta contra a ditadura civil-militar? Segundo Boito Jr. (1999): “desconfiança operária diante da concepção liberal que predominava na frente democrática”. Denúncias, exigências e negação (questionamento) da concepção liberal-burguesa que determinava os limites democráticos a partir de um abismo entre as condições concretas de existência social da maioria da população trabalhadora e os mecanismos institucionais de representação política em geral e, de forma particular, contra a super-exploração do trabalho e a repressiva legislação política que subordinava (“atrelava”) o movimento sindical aos aparelhos do Estado – sob o que Ianni chamou à época de “ditadura do grande capital” – e a formas restritivas de representação dos trabalhadores (Antunes, 1992). Os determinantes da derrota política consolidada na *transição política conservadora*, enquanto um movimento de *reformas pelo alto*, dão-se em diversos níveis de abstração, compreendidos como causalidades complexas, contudo – em última instância – media-se pela não-constituição de *ações históricas independentes* galvanizadas pelos movimentos sociais proletários emergentes, pelo “novo sindicalismo” e pela esquerda marxista em processo de reconstrução; que não chegaram a se configurar como *força social autônoma*. Desta forma, pode-se compreender a *transição política conservadora* como “revolução passiva”: inapetência momentânea das classes subalternas em promoverem iniciativas históricas autoconscientes, auto-organizadas e autodeterminadas para além da subversão “esporádica, elementar e inorgânica” e, em simultaneidade, incapacidade das classes dominantes de integrar interesses e aspirações dos “de baixo” e assim manter o “consenso ativo” da população oprimida. No questionamento que se inspira no marxismo de Gramsci – *por que perdemos?* – recai a ênfase sobre a ofensiva material e ideológica das classes dominantes. Por outro lado, poderíamos inquirir – junto a Trotsky (s/d.a) – sobre a dimensão subjetiva que conforma a terceira matriz do movimento operário brasileiro no pós-78 (Sader, 1990), a esquerda marxista, e perquirir sobre a incidência da *crise de direção revolucionária do proletariado* – sendo o movimento operário hegemônico por correntes e tendências que há muito abdicaram da perspectiva da *auto-emancipação dos trabalhadores* – no processo histórico que conformou a *transição política brasileira*.

Observa-se um lapso temporal de ao menos três meses (25/jan.-25/abr./1984), no qual cerca de oito milhões – de forma inédita na história social do país – levantaram-se em

indignação e levaram-na às ruas para colocar abaixo a opressão ditatorial e conquistar um terreno mais favorável ao *transcrescimento* das lutas sociais, *impondo a primazia da política*. Fizeram-no consubstanciados pela *revolta do trabalho*, cuja direção operária – por mais que vacilante – desafiava pioneiramente a burocracia militar com convocatórias de greves massivas. A visibilidade do pleito por eleições presidenciais diretas, não obstante, dava – ainda que com ressalvas – a medida das contradições envolvidas na cena política. Se a “crise das alturas” das classes dominantes retro-alimentava a insatisfação social das massas subalternas, *esta se apresentava ainda nos limites da legalidade burguesa*. A crise resolveu-se, igualmente, “pelas alturas”: com acordo liberal-burguês nos bastidores e negociatas de consertação na cochia – com a formação da *Aliança Democrática* – que permitiram a construção da hegemonia burguesa enquanto *saída consensual entre a Igreja Católica, a oposição democrático-burguesa e o núcleo duro das forças armadas para a auto-reforma do regime*, criptografada às massas despossuídas – pela *intelligentsia* brasileira – como *transição e/ou re-democratização*, via Colégio Eleitoral e plataforma Tancredo-Sarney. As flutuações rápidas da conjuntura política e a crise de direção de longo termo – com seus eixos coetâneos e ritmos contrapostos – impediram aos “de baixo” afirmarem-se através de *ações históricas independentes de massas* que levassem à derrubada revolucionária da ditadura civil-militar. Os setores mais conscientes e organizados neste processo erigiram o PT a um partido com influência massiva. Recém-fundado, o PT viu-se desde o início imiscuído à frente da Campanha pelas Diretas-Já, porém defeccionou a convocatória de uma greve geral política de massas quando o decisivo *momentum* da votação parlamentar pelo sufrágio universal postou-se à ordem-do-dia no Congresso Nacional. Desta maneira, a expressão concreta de uma subjetividade antagônica ao Estado capitalista – fosse ele comandado por escalões militares ou burocracias civis – foi privado de política, organização e metodologia próprias. *Não há como idealizar um passado que nunca existiu*. O PT nunca chegou a constituir, em-si e para-si, a perspectiva socialista e revolucionária das classes trabalhadoras do Brasil. Aí se expressou a *crise de direção revolucionária* enquanto *déficit* fundamental do aspecto consciente do devir. Com Trotsky (s/d.a), poder-se-ia dizê-la (a transição) mais próxima de *vil decapitar da revolução socialista-proletária* do que do *coroar liberal da revolução democrático-burguesa*.

O caráter de classe do jovem proletariado brasileiro, sua dinâmica e os métodos que lhes são próprios, diluíram-se da *formação discursiva da sociedade civil mobilizada contra a burocracia estatal*, em prol da “redemocratização” política, possibilitando às frações burguesas preservarem o *bloco constituído no poder*, na inteireza de sua formação classista e absorvendo apenas parte das demandas operárias e populares. A transição não se fez – portanto – “contra” o

Estado, mas a partir dele e, ainda, não como oposição à burocracia militar nos postos de comando, mas como “auto-reforma” do regime em crise. Ainda assim, através da formulação política à época da fundação do PT e, posteriormente, na gênese da CUT, pode-se identificar a embrionária formação da possibilidade de um campo operário e popular – ainda que golpeada desde seu nascedouro, ideologicamente obstaculizada e politicamente obstruída – que se opusesse a esta hegemonia burguesa em construção, nas circunstâncias resultantes do período pós-transição. A *rebeldia do trabalho*, que havia experimentado diversas formas e modalidades de luta radicalizada – boicote à produção, comissões de fábrica, saques a supermercados, ocupações de terras etc. – no enfrentamento classista ao arrocho salarial, ao desemprego, à super-exploração do trabalho e às precárias condições de vida, segue no combate – pela dinâmica e forma que assume o antagonismo capital-trabalho num momento histórico específico e numa formação social determinada – vai ampliando-se no confronto à política econômica, à superestrutura jurídico-política e à coerção estatal. As greves nacionais de protesto dos anos 80, objetivação de experiência organizativa acumulada pelos batalhões mais destacados da *classe-que-vive-do-próprio-trabalho* no Brasil em fase de ascensão e ofensividade – especialmente metalúrgicos, bancários, petroleiros e funcionários públicos –, assumem contornos que superam a contingencialidade da ação sindical na “Nova República”, conformando uma plataforma programática que entrelaça os aspectos mais elementares das necessidades imediatas aos interesses históricos de larga duração da classe trabalhadora brasileira: não-pagamento da dívida externa, diminuição da jornada de trabalho sem arrocho salarial, ruptura com o FMI, estatização dos sistemas de saúde, educação, transportes e financeiro, reforma agrária radical sob controle dos trabalhadores etc. Ao menos enquanto possibilidade colocava-se – através de congressos cutistas, greves nacionais e outras instâncias de mobilização e luta – a formação deste campo operário e popular, ainda que com limitações, como sujeito fundamental de transformações sociais no país. O quadro de referências descrito apresenta-se, então, organicamente vinculado às lutas diretas de massas desenvolvidas, alargando a sua penetração entre amplos contingentes populacionais das camadas sociais populares. A situação inicial de escalada grevista e ascenso dos trabalhadores – ainda que com limitações – vai ceder lugar a uma fase de refluxo social, as lutas diretas de massas vão ser substituídas pela ação parlamentar-institucional e pelo “sindicalismo propositivo” e, a própria a independência classista, será diluída no *discurso da cidadania*. O que ocorrera entre as décadas de 1980 e 1990? Como se apresentam as conjunturas nacional e internacional, em suas configurações sociais, políticas, econômicas e culturais? Quais condicionantes e determinações centrais influíram e limitaram o movimento real (e contraditório) deste processo?

3.2 “O velho ainda não morreu e o novo não pode nascer”: do ascenso pós-78 ao refluxo dos anos 90

Num quadro internacional marcado pela queda do odiado Muro de Berlim e da ofensiva imperialista, impunha-se a hegemonia de *outra divisória* – expressão concreta das *liberdades, democracias e livres-mercados* “realmente existentes”, exortada pelo ex-presidente Bush no lançamento da *Iniciativa para as Américas* (1990) –, o Muro de Tijuana: obstáculo metálico de cinco metros de altura e vinte e quatro quilômetros de extensão, equipado com sensores eletrônicos e câmeras infravermelho, que separa a América Anglo-Saxônica da América Latina, na fronteira EUA-México. A despeito da ofensiva ideológica, *Tijuana fez ao menos três vezes mais vítimas mortais do que Berlim*. “... a primeira guerra é ultrapassar este muro, correndo o risco de ser violentada, torturada ou assassinada. Se [...] transplantar este muro e entrar nos EUA, aí entra a segunda, a luta selvagem pela sobrevivência” (Antunes, 2004c).

Neste novo contexto histórico, organizações dos trabalhadores de inspiração marxista no Brasil sofrem “metamorfoses” ideológicas e políticas – segundo Ozaí da Silva (1999) – ao longo dos anos 80 e 90, as quais devem ser atribuídas a múltiplos fatores, endógenos e exógenos, que se relacionam e se influenciam, de forma simultânea e mutuamente, em maior ou menor intensidade, os quais: evolução do processo institucional-eleitoral no país, conseqüências teórico-práticas da crise, *débâcle* e desintegração da ex-URSS, política macro-econômica nacional e quadra histórica internacional, fim da ditadura civil-militar, eleição / reeleição de FHC etc. (Ozaí da Silva, *idem*). As transformações ocorridas com os principais organismos de trabalhadores, como a CUT, foram analisadas ao longo dos anos – conforme Boito Jr. (1999) – segundo critérios que enfocam prioritariamente *ora as concepções e práticas de suas direções majoritárias*, ligadas à Articulação Sindical (de onde vem Lula da Silva); *ora as condições objetivas e independentes da vontade de sua direção*: “tendência geral” à institucionalização sindical, desemprego estrutural, concorrência empresarial etc. As vertentes explicativas estariam ligadas a diferentes (e concorrentes) estratégias e táticas políticas. A primeira delas parte de intelectuais ligados a organizações de esquerda no movimento operário que fazem oposição à corrente lulista, enquanto a segunda liga-se à direção hegemônica – a Articulação petista, de Lula – das lutas dos trabalhadores, movimentos sociais e esquerda política do país. Os discernimentos trazidos apontam por um lado para a social-democratização, burocratização estrutural e fraudes internas da CUT – reivindicando o retorno dum caráter

democrático e de luta para a central sindical degenerada – e, por outro, a “transição à democracia” no Brasil, a profissionalização sindical e o aumento da concorrência capitalista como aspectos “inexoráveis” do processo histórico. A coincidência na caracterização de um deslocamento do sindicalismo *combativo* ao *propositivo* é o que marca a unidade das análises “voluntaristas” e “objetivistas”, nas palavras de Boito Jr. (idem). O impulso proletário que deu origem à CUT – informado pelo sindicalismo combativo dos “autênticos” e das oposições sindicais por local de trabalho – esgotou-se no final dos anos 80 e início dos anos 90. Os múltiplos e diversos motivos do referido refluxo podem ser atribuídos à metamorfose das relações de trabalho decorrentes da “reestruturação produtiva”, à permanência dos elementos centrais da estrutura sindical corporativista típica do *populismo getulista* – não extintos na fase de ascensão do *novo sindicalismo* – e à crise de direção do movimento operário expressada nas práticas e concepções da burocracia cutista, cada vez mais integrada à ordem burguesa e à perspectiva do *sindicalismo propositivo* (Mattos, 2003): negociações, consertação social, pragmatismo. O definhamento da central sindical no aparelho estatal a partir da ascensão da Frente Popular Lula-Presidente ao poder pode ser conferido na análise material e ideológica efetuada, entre outros, por Mattos (idem). O *novo sindicalismo* – competentemente analisado em diferentes angulações e perspectivas por Boito (1999), Antunes (1992) assim como por Giannotti e Neto (1991) – *envelheceu*. Agora, o imperativo Lenineano parece ainda mais atual: *que fazer?*

No que se refere ao PT, pode-se afirmar que “condensa um processo de reconfiguração social e política da classe trabalhadora brasileira que havia se processado na década de 1970 por meio de uma multiplicidade de movimentos sociais que contestavam as antigas formas de institucionalização da política das classes subalternas” (Bianchi e Braga, 2003b). Surgido no calor das lutas do ABCD e capital paulistas contra a super-exploração do trabalho, a estrutura sindical corporativista atrelada ao Estado e à opressão política ditatorial, o PT possibilitou uma crítica ao colaboracionismo de classe, ao peleguismo sindical e à burocratização dos partidos comunistas do Brasil, mas nunca definiu-se pela estratégia socialista e revolucionária como forma de construir uma sociedade sem exploradores ou explorados. “As marcas desse classismo prático eram sua repulsa quase instintiva às políticas de colaboração, concertação e alianças com a burguesia, a afirmação em seu nascedouro de uma vocação anticapitalista e uma crença no poder taumatúrgico das ‘bases do partido’. Essa dimensão prática, espontânea, foi o que deu ao Partido dos Trabalhadores o vigor e o empuxo capaz de renovar a forma de fazer política da classe trabalhadora e, como reação, das próprias classes dominantes”. Tratava-se da afirmação política e ideológica de uma força “inimaginada e inesperada” até aquele *momentum*. “As práticas espontâneas desse classismo, logo

transformaram-se em um espontaneísmo teórico. A ausência de definições estratégicas mais precisas foi creditada à plasticidade do próprio movimento e apresentadas como a maior virtude do Partido. Daí a insistência de que o PT não nascia ‘pronto e acabado’ e que seu programa surgiria ‘da prática política das suas bases sociais’ e seria detalhado ‘pela prática política dos trabalhadores’” (Bianchi e Braga, idem, grifos nossos).

O “classismo prático” cede lugar a um “espontaneísmo teórico”, abstando-se de formular um projeto histórico e societal radicalmente alternativo – amparado numa concepção de mundo e numa racionalidade antagônica à Ordem do Capital – inserindo-se de forma passiva e subalternizada nas batalhas ideológicas que orientam a luta de classes e reduzindo-a à dimensão econômico-corporativa, que Gramsci e Lenin identificavam como as formas mais elementares de consciência imediata do *ser-que-vive-do-trabalho*, as quais deveriam ser superadas. A burocratização partidária, os êxitos eleitorais e a dependência material (e ideológica) aos aparelhos do Estado brasileiro – através de secretários, deputados, senadores, prefeitos, governadores etc. – concretizaram em definitivo a integração do PT à institucionalidade burguesa, mediada através de uma concepção “poulantziana” de Estado, *apresentado este como expressão da correlação de forças entre as classes em luta num dado momento histórico, sem limites estruturais ou classistas*. Nestes marcos, “é o próprio princípio do conflito de classes – o conflito entre coletividades internamente coesas – que se torna comprometido” (Przeworski, 1989). A apresentação de um mercado naturalizado e a defesa da *democracia em abstrato como valor universal* marcam o deslocamento definitivo do *socialismo petista* para o campo liberal-burguês ainda em meados dos anos 80, cabendo ao Estado, em termos político-programáticos: “uma ação reguladora sobre a economia, através de suas próprias empresas e de mecanismos de controle do sistema financeiro, de políticas tributárias, de preços, de crédito, de uma legislação antimonopolista e de proteção aos consumidores, aos assalariados e aos pequenos proprietários” (PT, 1998). Os eixos e temáticas que sustentam este deslocamento político – afirma Silva (2000) – assentam-se sobre determinadas concepções, historicamente erigidas, de democracia política e sociedade civil.

O conceito de sociedade civil, como apresentado na perspectiva marxista, nas circunstâncias históricas que acima apresentamos, teve uma leitura problemática no Brasil, a partir da década de 1970, assumindo muitas vezes traços de uma dicotomia radical, marcada por uma ênfase maniqueísta. Para Coutinho (...), ao contrário do que era dito por Gramsci, tudo que provinha da sociedade civil era visto de modo positivo, enquanto tudo que dizia respeito ao Estado aparecia com sinal fortemente negativo. No período ditatorial, especialmente entre 1975 e 1978, o conceito reservou um nível de oposição política, embora encobrisse as diferenciações de interesses sociais e políticos. Logo em seguida, com a ampliação das lutas sociais, especialmente as lutas operárias e populares, esse conceito passou a evidenciar o que seria uma espécie de virtuosismo dos movimentos sociais populares como sujeitos centrais na luta contra a ditadura militar. Tal “ênfase

maniqueísta” não deixou de ter seus frutos no período democrático na sociedade brasileira. Essa contraposição entre sociedade civil e Estado continuou a ocorrer, principalmente com a década de 1990, quando se amplia o ideário e a política neoliberais sobre a sociedade brasileira. Agora essa contraposição se afirma em um discurso tendo duas premissas básicas nesse deslocamento: mercado *versus* Estado, por um lado; e a apologia da *sociedade civil* como a sociedade resolvendo os seus próprios problemas, por outro. (SILVA, 2000)

A diferença fundamental que se apresenta entre os partidários do *discurso da cidadania* (Welmowicki, 1999) na confrontação com o marxismo trata-se certamente da negação que estabelecem, os primeiros, sobre a divisão da sociedade entre classes sociais antagônicas, entendendo as chamadas “desigualdades sociais” enquanto “resultado de uma ordem perversa, fruto de uma opção política (no caso, da opção neoliberal)”. Segundo Dias (1998), ocorre que os setores majoritários das esquerdas “reduziam o modo de produção capitalista à produção de mercadorias.” Assim, deslocada a questão central em torno da produção e reprodução da própria Ordem do Capital, estes se voltavam para o campo da distribuição e do consumo no que seria “uma visão ‘distributivista de esquerda’”. “Confundiam-se conquistas materiais com a própria centralidade da luta e do projeto. Enquadravam-se, assim, as reformas necessárias para a transformação social com uma direção reformista da luta. Subalternizava-se a estratégia à tática, confundindo-se o possível com o necessário. Passavam, repito, a responder a uma agenda que não era a sua e sim a do capitalismo, em todos os níveis de intervenção social” (Dias, *idem*). Assim o que se coloca como horizonte é a racionalização ou redistribuição de renda nos limites do capitalismo e no marco da democracia burguesa. Sob esta concepção seria possível superar a gravidade crescente do processo de miséria absoluta e os antagonismos crônicos através da tão recorrente “inclusão social”, sem alterar a infra-estrutura econômica que sustenta determinada forma de propriedade. Dessa maneira, se oculta à classe operária e aos trabalhadores da cidade e do campo que, para superar tais antagonismos, é necessário expropriar de forma revolucionária os meios de produção e arrancar a riqueza da burguesia financeira, industrial e comercial. “Discutir a distribuição de benefícios sociais sem questionar a exploração capitalista é aceitá-la na prática” (*idem, ibidem*). A crítica às concepções populistas-trabalhistas e às práticas dos partidos comunistas brasileiros – desta forma – não se consolidaram historicamente, por mais que setores de oposição de esquerda tenham-nos combatido, a exemplo de importantes intelectuais como Octavio Ianni¹¹¹. A idéia antes difundida como “povo” – nas décadas de 1950

¹¹¹ N’O *colapso do populismo no Brasil* (Ianni, 1986) traz uma análise sobre as determinações presentes no golpe civil-militar de 1964 em torno ao recrudescimento da dependência estrutural e à submissão ao imperialismo que implicava o projeto histórico então triunfante. Não obstante as condições objetivas no pré-64 – de acordo com o autor – possibilitassem saídas em torno a um projeto nacional-burguês ou mesmo a abertura de uma possível revolução socialista, as frações majoritárias da burguesia brasileira e internacional inauguraram uma aberta ditadura burguesa, com tendência fascizante, e em vínculo orgânico com o imperialismo norte-americano. O *populismo* –

e 1960 – tornou-se agora o discurso da “cidadania”, e o que outrora foi a defesa da “nação” converteu-se na apologia à “sociedade civil”; mantém-se, porém, o conteúdo social: *a colaboração de classes* (Welmowicki, 2004). A configuração que assumira nos diferentes contextos e países, não dilui a matriz teórico-política original do *neo-reformismo*: o SPD alemão de Edward Bernstein, na aurora imperial. “Dessa pressão material provinha seu encanto pela democracia burguesa, pela via reformista, sua recusa a enxergar antagonismos de classe, sua crença na moral e no possível idealismo desinteressado de todos os setores da sociedade. Sua aceitação, enfim, da realidade da ordem burguesa vigente [...] como o horizonte e limite da prática e da luta...” (Luxemburgo, 2000). O velho não morrerá. O novo não poderia, conseqüentemente, nascer (Gramsci, 1975).

Nesse contexto histórico e ideológico, a esquerda brasileira ficou como que “aprimada”. As técnicas da política de massa e o reformismo, conduzidos pelos setores mais audaciosos da política de industrialização, estabeleceram os limites e as condições tanto da politização como da atuação política do proletariado urbano, de certos setores da classe média, dos estudantes universitários e, depois, do proletariado agrícola. Em conseqüência, viveu oscilando entre as recordações do marxismo e as exigências da democracia populista. O fato é que não foi capaz de transformar a política de massas numa política de classe. [...] Simbolizando e sintetizando estas confusões, a esquerda não se deu conta de que massa e classe não são expressões cambiáveis. Não compreendeu que são categorias histórica e estruturalmente diversas. Incorreu na ilusão semântica, proposta pelo getulismo e suas variantes. Não se dedicou à análise da realidade, para perceber que a essência das massas, trabalhistas e populistas, é antes a consciência de massa que a consciência de classe, antes o princípio da mobilidade social que o princípio da contradição. Que ela deveria traçar um caminho próprio para atingir e exprimir a consciência de classe. (IANNI, 1986)

ideologia de matriz e extração eminentemente burguesa – constituía, praticamente, um movimento de “conciliação” de classes entre Capital e Trabalho, o qual desarmou política, ideológica e organizativamente a classe operária e as esquerdas políticas do país para o golpe contra-revolucionário que se seguiu. Aqui encontramos um importante referencial teórico-político para a crítica ao *frentepopulismo* desenvolvido pelo PCB e nacionalistas burgueses, o qual municia o combate às diversas variantes do “aliancismo de classe” desde o PCB, passando pelo PCdoB até o PT atual, afirmarmos, sem maiores problemas.

CAPÍTULO 4 – CAMPANHA (INTER) NACIONAL CONTRA A ALCA (CNCA): GÊNESE, FORMAÇÃO E PERSPECTIVAS (1998-2003)

No Brasil impulsionou-se o desenvolvimento de um amplo movimento social de massas – *mediante a experiência de diversas lutas sociais e mobilizações populares articuladas através da auto-organização social e da coordenação multisetorial de sujeitos sociais e políticos como movimentos sociais, organizações populares, sindicatos classistas e partidos políticos de esquerda significativos do seio do povo trabalhador brasileiro* – envolvendo, entre outros, a Central Única dos Trabalhadores (CUT), a União Nacional dos Estudantes (UNE), a Federação Democrática e Combativa dos Metalúrgicos da CUT, o Sindicato Nacional “Associação Nacional de Docentes do Ensino Superior” (ANDES-SN) –, as Pastorais Sociais da Igreja Católica e a Campanha Jubileu Sul, a Auditoria Cidadã da Dívida Externa/UNAFISCO-Sindical, o “Grito dos Excluídos”, a Marcha Mundial de Mulheres, a “esquerda” do Partido dos Trabalhadores (PT), o Partido Comunista do Brasil (PCdoB), o Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU), o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) e o Movimento Consulta Popular¹¹². Consideramos este processo de articulação entre movimentos sociais, sindicatos, organizações populares e partidos políticos de esquerda como uma *frente unitária de ação de trabalhadores do campo e da cidade orientada pelo antiimperialismo e pelo questionamento e negação dos postulados neoliberais, unificados pela perspectiva da luta direta de massas e pelo horizonte de ruptura com a ordem vigente, ou, mais precisamente, numa configuração nítida e sistemicamente anti-ALCA*. Dezenas de milhares de ativistas em todo o

¹¹² Houve diversas outras entidades subscritas à CNCA e à proposta de *Plebiscito Popular sobre a ALCA*. São desde sindicatos, entidades estudantis, movimentos sociais, partidos políticos, coalizões, associações, institutos, federações e conselhos representativos de categorias profissionais, até entidades religiosas e organizações não-governamentais (ONGs) como: CMP (Coordenação dos Movimentos Populares), UNAFISCO Sindical (sindicato nacional dos auditores fiscais da receita federal), CNTE (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação), Federação Nacional dos Advogados, CONIC (Conselho Nacional das Igrejas Cristãs), CESE, FISENGE, PACS, Cáritas Brasileira, REBRIP (Rede Brasileira de Integração dos Povos), CONTAG (Confederação dos Trabalhadores em Agricultura), FASUBRA, Conselhos Federais de Economia, Engenharia e Psicologia, UBES (União Brasileira dos Estudantes Secundaristas), Rede Brasil, PSB (Partido Socialista Brasileiro), FASE, CERIS, Federação dos Trabalhadores Metalúrgicos do Rio Grande do Sul, IBRADES, CPT (Comissão Pastoral da Terra), Pastoral da Criança, Koinonia, Pastoral da Juventude do Brasil, Pastoral Operária, Juventude Operária Católica, Pastoral do Migrante, ATTAC (Ação pela Taxação das Transações Financeiras Especulativas em Apoio ao Cidadão), CORECON/SINDECON, Sindicato dos Aposentados, IBASE, CRS Brasil, CNL (Conferência Nacional dos Leigos), Missão Urbana e Rural da América Latina, MPA, MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens), ANMTR e CEPIS. Não obstante a importância do apoio material e ideológico à campanha sustentado por estas entidades, preferimos selecionar para o universo da pesquisa empírica aquelas que contribuíram substancialmente para a consecução das iniciativas propostas pela campanha e nas concepções e análises que estas traziam em si. À medida que algumas destas entidades identificam-se com organizações já citadas ou estão representadas pelas mesmas – como, por exemplo, o sindicato UNAFISCO à *Auditoria Cidadã* ou as pastorais sociais à *Campanha Jubileu* – preferimos referir-nos exclusivamente a suas instâncias mais diretamente relacionadas ao movimento anti-ALCA, relacionando sua dinâmica, estrutura/sujeitos decisivos e fundamentais.

país deram impulso a manifestações massivas, comitês unitários e democráticos, conferências e uma onda de atividades / práticas sociais populares em escolas, bairros, igrejas, acampamentos e assentamentos rurais, sindicatos, fábricas e lugares de trabalho que culminaram com a realização de um plebiscito popular – não-oficial e sem voto obrigatório – durante a primeira semana de setembro, coincidindo com a celebração oficial da independência nacional. Mais de dez milhões participaram do plebiscito para dizer três vezes não: (i) não à adesão do Estado brasileiro à ALCA, (ii) não à continuidade do governo brasileiro nas negociações e (iii) não à entrega da Base de Alcântara aos Estados Unidos da América. Como veremos, o processo organizativo aqui sumariamente enunciado extrapola as fronteiras nacionais, já desde o primeiro momento de sua gênese e formação.

“Sim à Vida, Não à ALCA. Outra América é possível”



Fonte: Campanha Nacional contra a ALCA (CNCA).

Figura 2 (Fig. 2).

Da mesma forma como concebemos o projeto ALCA como parte da *estratégia imperialista que visa intensificar a dependência histórico-estrutural aos centros nervosos de acumulação capitalista via institucionalização jurídico-política da manutenção, legalização e aprofundamento das políticas neoliberais do Consenso de Washington no país* – cabe assinalar – consideramos também que a *Campanha Nacional contra a ALCA (CNCA) aglutinou ao seu redor, de forma mais ou menos direta – e com diferentes variedades de forma e conteúdo, conforme veremos a seguir – a quase totalidade de ativistas, militantes, intelectuais, movimentos sociais populares, sindicatos e partidos políticos de esquerda que no Brasil vem se opondo e oferecendo resistência, de alguma forma e em alguma medida, à hegemonia neoliberal e à institucionalidade burguesa na história recente do país*. Oposições, resistências e lutas que se dão no interior de um quadro geral não-homogêneo; cabe ressaltar, com diversos dimensionamentos de fundo, concepções teóricas e práticas políticas muitas vezes conflitivas acerca da natureza do atual estágio do capitalismo contemporâneo, os limites democrático-burgueses configurados através do Estado capitalista bem como sua expressão política, econômica e ideológica *neoliberal* na sociedade brasileira e, em especial, as concepções

estratégicas, as mediações teórico-políticas e os métodos de luta propostos para combatê-los¹¹³. Abre-se assim *a possibilidade de aprofundar o conhecimento sobre as lutas dos trabalhadores, os movimentos sociais e a esquerda política – considerados, como veremos a seguir, em seus diferentes níveis de contingencialidade e organicidade – no Brasil a partir de suas concepções e propostas concretas na história mais recente do país sob a hegemonia do neoliberalismo, especialmente relacionadas à recolonização imperialista e à ALCA, e em aspectos conjunturais mais imediatos da cena política, em constante conexão com suas determinações históricas mais gerais*. “Ora, o que é a Alca senão o aprofundamento, em tratado internacional, do modelo de liberalização comercial e financeira aplicado no Brasil, com resultados preponderantemente desfavoráveis, desde o início dos anos de 1990? Ao impossibilitar o Estado brasileiro de se valer de toda uma gama de instrumentos de controle e intervenção econômica, a Alca eternizaria a linha liberal que prevaleceu no período 1995-2002” (Batista Jr., 2003).

4.1 Alguns esclarecimentos político-epistemológicos

Primeiramente, faz-se necessário debruçarmo-nos sobre uma forma social de compreensão da CNCA enquanto movimento social reivindicativo de massas, identificando simultaneamente os discernimentos e limitações trazidos por determinada angulação teórica, à luz do devir histórico. Neste sentido, não são poucos os autores que, partindo de variadas matrizes político-ideológicas, associam e/ou aproximam o que consideram os “movimentos antiglobalização”, o “movimento dos movimentos” e/ou o “novo internacionalismo” (Chomsky, 2002; Sader, 2001b e Löwy, 2001) – e, por extensão, as Campanhas Internacional e Nacional

¹¹³ Quando nos encontrávamos ainda na fase exploratória de construção do projeto diretivo da presente pesquisa pretendíamos perscrutar também, de forma acessória e secundária: (i) a evolução da palavra-de-ordem política de governo “democrático-popular”, desde as concepções frentepopulistas do PCB (1958) até as práticas e desdobramentos no PT do Governo Lula-Alencar (2002) e em suas “alianças estratégicas” com setores de uma suposta “burguesia nacional progressiva” (o diletantismo da falsa antinomia “capital produtivo versus capital especulativo”) – traçando um paralelo com a concepção estético-cultural de “nacional-popular” desenvolvida pelas concepções das esquerdas nos anos 60 e 70; (ii) a relação entre o Movimento de Greve do Funcionalismo Público contra a Reforma da Previdência Social e a ALCA; (iii) a proposta de parlamentares “radicais” (Luciana Genro, Babá e João Fontes) do PT, sindicatos e agrupamentos de esquerda de lançar um novo partido que “resgatasse” as bandeiras históricas do PT e a relação entre o MST, MCP, a ampla militância da Campanha Nacional contra a ALCA e a formação da Coordenação de Movimentos Sociais (CMS); (iv) o desenvolvimento das Campanhas Nacionais contra a ALCA nos diversos países da América Latina, e sua coordenação internacional, em relação ao movimento brasileiro, e ainda, (v) a realização da Conferência “Projeto Popular para o Brasil” e o lançamento do jornal alternativo “Brasil de Fato”. Com a avaliação de permanências e descontinuidades na história social do movimento operário-popular e das esquerdas no país, rupturas e deslocamentos, pretendia-se operacionalizar a investigação histórica. Sob o risco de uma abordagem meramente imediatista, descritiva ou fenomenológica, em detrimento da análise dialética, e submetidos às determinações temporais, materiais e institucionais que comporta o trabalho de pesquisa aqui apresentado, tivemos de deixar de lado as pretensões aludidas. Mantém-se, porém, como importantes eixos temáticos de um programa investigativo em longo prazo (“*Fur Ewig*”).

contra a ALCA – ao que se convencionou denominar *paradigma dos novos movimentos sociais*. “Partindo da inadequação do paradigma tradicional marxista, denominado por alguns clássico ou ortodoxo, para a análise dos movimentos sociais que passaram a ocorrer na Europa a partir dos anos 60 deste século, assim como fazendo a crítica aos esquemas utilitaristas e às teorias baseadas na lógica racional e estratégica dos atores (que analisavam os movimentos como negócios, cálculos estratégicos etc.), Touraine, Offe, Melucci, Laclau e Mouffe, entre outros, partiram para a criação de esquemas interpretativos que enfatizavam a cultura, a ideologia, as lutas sociais quotidianas, a solidariedade entre as pessoas de um grupo ou movimento social e o processo de identidade criado” (Gohn, 2000b). Na esfera da *relativa autonomia* que caracteriza a presente (e toda) corrente teórica, perguntamo-nos: *Quais são os nós górdios e os pontos de inflexão que se apresentam? Quais problemáticas e eixos norteadores mobilizam seus esforços nucleares de análise / reflexão? Que aspectos são destacados e quais são secundarizados? Que elementos a determinam? Sob quais mediações? De que forma? Por quê?* Por um lado, nega-se determinada visão de “marxismo clássico ou ortodoxo” atribuindo-lhe o que seria um *determinismo economicista* supostamente incapaz de equacionar a *ação dos sujeitos sociais* que, de fato, manifestou-se na corrente majoritária da II Internacional (Kautski, Plekhanov etc.), nos austro-marxistas (Bauer, Hilferding etc.) e na reificação do marxismo produzida pelo estalinismo. A partir da generalização deste aspecto a todo o marxismo – inclusive àqueles e àquelas que dedicaram suas vidas a combater sistematicamente estas tendências (Luxemburgo, Lenin, Trotsky etc.) – e aos próprios Marx e Engels, procede-se à negação da concepção materialista e dialética da história, e, sob este eixo, desliza-se para a priorização da *vida quotidiana*, das *relações interpessoais* e da *intersubjetividade relacional* e, por fim, *as estruturas sociais são reduzidas a emanações autoproduzidas pela subjetividade coletiva*. Aqui o ciclo, enfim, se completa. Às quimeras de *desterritorialização do império, fim do Estado-Nação, negação da centralidade do trabalho, extinção da divisão de classes nas sociedades contemporâneas* etc. soma-se, por fim, à *volatilização dos sujeitos históricos da transformação social*. O “presentismo” e o “pós-modernismo” a que se referia Boito Jr. (2000) apresentam-se nesta perspectiva em diferentes momentos, partindo da análise que faz da ascensão dos movimentos sociais urbanos dos anos 80, da forma assumida nos anos 90 – “via grandes coligações: os fóruns nacionais [...] terra, trabalho, cidadania” (Gohn, 2000a) – e, recentemente, na caracterização do movimento antiglobalização como “completamente diferente dos outros movimentos sociais que conhecemos até o séc. XX (...) nega a forma como a ordem capitalista vigente se reproduz, e não a ordem em si” (Gohn, 2003, grifos nossos). Será este o aspecto novidadeiro identificado pelos

velhos teóricos dos “novos movimentos sociais”, do “movimento dos movimentos” e do “novo internacionalismo”?

Num segundo momento, e ainda sem maiores discernimentos, faz-se importante não perder de vista o processo organizativo em sua *totalidade concreta* – de surgimento, articulação e construção do CNCA – considerando o que se desenvolveu em termos de mobilizações, protestos e lutas sociais à margem de um marco do que poderíamos chamar de *conscientemente voltado ao combate à ALCA*, mas que, de qualquer forma, atentava e atenta – com diferentes graus de vínculo e intensidade – contra suas diretrizes, propostas e eixos principais. Ao empregarmos a expressão *conscientemente voltado ao combate à ALCA* não se trata aqui de aludir à clássica antinomia *consciência verdadeira versus falsa consciência* proposta por Lukács (1960) em *História e Consciência de Classe*, no que se refere ao que seria a “missão histórica” do sujeito coletivo pertencente ao proletariado e às classes subalternas do país. Em verdade estamos estabelecendo uma diferenciação entre as propostas e práticas imediatamente dirigidas ao combate à ALCA, de forma consciente, organizada e autodeterminada (por exemplo, as campanhas multisetoriais coordenadas entre si), e aquelas que, às vezes até de forma mais contundente e eficaz, questionam e negam os postulados e diretrizes neoliberais-imperialistas que a informam (ALCA) – as quais não necessariamente dão-se no marco de movimentos, articulações ou campanhas explicitamente anti-ALCA – como por exemplo as lutas políticas, os embates sociais e as ações diretas de massas, ou seja, lutas diretas como paralisações ou bloqueios de auto-estradas; passeatas e manifestações políticas; marchas e cortes de estrada; greves de massas ou de protesto; ocupações de terras, fábricas, órgãos públicos e insurreições operário-populares que recorrem aos métodos próprios de combate dos trabalhadores da cidade e do campo em seus enfrentamentos classistas. Aqui se pretende construir ferramentas de mediação categorial que possibilitem a *descrição* e a *explicação* – entendidos como momentos indissociáveis entre si, numa perspectiva dialética do método investigativo – das formas de existência histórica assumidas pelos processos de lutas sociais na história recente do movimento operário no Brasil. A idéia do jovem Marx, d’A *Sagrada Família*, utilizada na epígrafe do conhecido ensaio de Lukács (1960), é, por-si só, bastante sintomal: “Não se trata do que tal ou qual proletário ou mesmo o proletariado inteiro se represente em dado momento como alvo, trata-se do que é o proletariado e do que, em conformidade com o seu ser, historicamente será compelido a fazer” (Marx citado por Lukács, 1960). Como nos sugere Antunes (1992 e 1995), tratar-se-ia – nos casos que aludimos acima – da ação espontânea de massas¹¹⁴.

¹¹⁴ A exposição sobre a *espontaneidade* aqui formulada (Antunes, 1992 e 1995), apropria-se em parte dos enunciados de Gramsci sobre tal problemática, inserida na história social das classes subalternas. Primeiramente Gramsci estabelece que entre a *espontaneidade classista* e a *direção consciente* sempre há interação dialética,

(...) aquela que nasce do próprio movimento instintivo de classe, sem a presença de direção política consciente. Quando a ação que motivou resulta de uma concretude sem que tenha ocorrido uma prévia ideação social ou política. *São aqueles movimentos que brotam da própria situação de classe em sua processualidade e desenvolvimento, em seu ir-sendo. É a ação que se atém ao plano da imediaticidade, contingencial, da consciência cotidiana.* Como disse limpidamente Gramsci, são aqueles movimentos que “não são devidos a uma atividade educadora sistemática por parte de um grupo dirigente já consciente, senão formados através da experiência cotidiana iluminada pelo senso comum, ou seja, pela concepção tradicional popular do mundo, coisa que muito vulgarmente se chama ‘instinto’ e que não é senão também aquisição histórica, só que primitiva e ‘elementar’”. (ANTUNES, 1995, grifos nossos)

4.2 Os condicionantes históricos da formação da CNCA

A origem e os desdobramentos da CNCA inserem-se num amplo quadro de condicionantes sociais, econômicos, políticos e culturais que possibilitaram historicamente – e estas mediações são fundamentais na compreensão deste movimento do real – seu surgimento, desenvolvimento e afirmação. Desde meados da década de 1990 a *hegemonia neoliberal*, tal como a definimos em seus traços principais, vem sofrendo a resistência organizada dos trabalhadores do campo e da cidade, já seja a partir de movimentos grevistas, ocupações de terras, mobilizações juvenis, revoltas populares, marchas políticas, plataformas reivindicatórias em defesa do pleno emprego, campanhas contra as privatizações do setor público e lutas setoriais a favor da reforma agrária; muito embora num momento adverso, de refluxo social contingencial e derrota política momentânea das lutas levadas a cabo pelas classes subalternas do país, em especial dos assalariados urbanos, haja vista que – em função de uma série combinada de causalidades complexas, entre as quais figuram: o secular problema da concentração fundiária, a “modernização conservadora” no campo brasileiro, o próprio advento do neoliberalismo, a inviabilização da pequena produção agrícola e o massivo desemprego estrutural urbano – os trabalhadores rurais e camponeses pobres aglutinados em torno à luta pela terra, MST à frente, constituíram um dos pólos privilegiados de resistência popular ao neoliberalismo no Brasil na

evitando qualquer fórmula unilateral em qualquer dos dois sentidos. Num segundo momento, atenta para a necessidade de distinguir entre aqueles que a consideram (a espontaneidade) em nível lógico-abstrato, como método *imane e objetivo do devir*, e aqueles que o fazem em nível histórico-concreto, entre os quais se trata de uma *contradição imediata e mesquinha que transparece uma origem prática evidente*. Referindo-se ao movimento turinense de conselhos operários, vaticinou sobre o que concebia como a relação a ser estabelecida entre ambas as dimensões, no sentido da *teoria-e-prática* revolucionária intervindo sobre a realidade, para transformá-la. Dever-se-ia considerar as combinações históricas entre *um determinado ambiente de produção material com a casual aglomeração de elementos sociais díspares*. Os movimentos sociais espontâneos das massas não deveriam ser ignorados ou depreciados pelos marxistas, pelo contrário: *dever-se-ia educá-los, orientá-los, depurá-los de todo elemento estranho que possa corrompê-lo, para fazê-lo homogêneo, ativo e autoconsciente, de um modo vivo e historicamente eficaz*, através da “filosofia da práxis”, que encerra a teoria marxista (Gramsci, 1990). Se não cabe subestimar a *espontaneidade*, tampouco se deve *mistificá-la*. É só.

metade final do decênio passado (Colleti, 2002; Sangermano Valejo e Della Santa Barros, 2002). Contraditoriamente, portanto, a CNCA nasce em torno de um marco geral adverso e, simultaneamente, lança algo de luz sobre possibilidades históricas latentes do ponto de vista das camadas sociais populares. É neste sentido que nos parece fundamental proceder à síntese de suas principais determinações.

Embora não comporte o mesmo alcance e significado histórico, podemos esboçar um paralelo entre a derrota política sofrida pelos mineiros britânicos, na Inglaterra de Margaret Thatcher, e o revés sofrido pela greve dos petroleiros no Brasil do primeiro mandato de FHC (Bianchi, 1996). “Fernando Henrique Cardoso inspirou-se, segundo as próprias palavras dele e de sua *entourage* na ação repressiva dura de Thatcher contra os mineiros britânicos, ocorrida dez anos antes, para definir sua política contra a greve dos petroleiros. O governo, em aliança com os distribuidores, sonogou gás de cozinha à população, fazendo essa crer que a responsabilidade pela falta de gás era dos grevistas, ocupou militarmente inúmeras refinarias e, após a greve, impôs multas impagáveis aos sindicatos dos petroleiros – a multa a sindicatos por danos causados em decorrência de greve é uma antiga proposta do pioneiro do neoliberalismo, Friederich Hayek, e foi uma prática amplamente usada por Thatcher na Grã-Bretanha” (Boito Jr., 2000b). As condições objetivas exigidas para a implementação do *ajuste estrutural* constituíam-se, mais marcadamente a partir dos governos Collor (1990-1992), durante o *interregno* de Itamar (1992-1994) e, em sua expressão mais desenvolvida, em Cardoso (1994-1998 e 1998-2002) num claro diapasão que agudizava a necessidade do Estado reprimir *violenta e estruturalmente* – inclusive utilizando-se das forças armadas – as lutas sociais, sindicais e políticas dos trabalhadores urbanos e rurais do país.

No Brasil, apesar da tendência generalizada de refluxo dos movimentos sociais populares durante a década passada, houve diversas manifestações de lutas sociais que se apresentaram em diferentes eixos, situações e conjunturas. Por um lado, destacamos que existem condicionantes objetivos que caracterizam uma situação adversa ao desenvolvimento da resistência popular ao neoliberalismo e à mundialização do capital, acima mencionados – o que não se pode obviar – e, por outro, uma visão bastante difundida da suposta ausência de conflitividade social, em verdade, *operação discursiva de ocultação* das tensões acumuladas realizada pela sociologia conservadora, pela imprensa burguesa e, ao fim e ao cabo, pela *ideologia dominante*. Trata-se de tendências de índole diametralmente oposta, as quais não devem ser confundidas ou subestimadas. “A naturalização dos processos sociais que implica esta perspectiva diluí a memória das lutas e a historicidade das relações sociais. A realidade é, entretanto, muito mais complexa e obstinada do que indica dita visão e mostra que os processos

de re-regulação sócio-econômica geraram, no conjunto dos países da América Latina, inumeráveis conflitos de diversa índole. Contrariamente ao que se poderia pensar, durante a década dos 80 e 90 existiu um amplo processo de resistência social às políticas neoliberais; assim como a imposição de ditas políticas supôs a conformação de uma poderosa coalizão social dominante capaz de vencer estas resistências” (Seoane e Taddei, 2000). No Brasil, em específico, tornou-se algo próprio do *senso comum* afirmar a passividade das camadas sociais populares, sempre apresentadas como “não-combativas” – pacíficas e cordiais – e, por fim, *essencialmente incapazes de iniciativa social autônoma*. Neste sentido, faz-se necessário destacar minimamente os momentos mais significativos do transcorrer da última década do ponto de vista das lutas e mobilizações promovidas pelas massas subalternas no decorrer deste período. Apesar do discurso conservador – em realidade – não foram poucas. Senão, vejam-se as lutas dos 90.

Em 1992 a população – com os estudantes secundaristas e universitários à frente –, sai às ruas e derruba um presidente-fantoches burguês, neoliberal e corrupto, impondo ao Congresso Nacional o *impeachment* de Fernando Collor de Mello; a histórica e combativa greve da categoria dos petroleiros (1995), brutalmente reprimida por FHC e sua *entourage*; a partir deste ano o MST constitui-se *organizativa e territorialmente* como movimento social e político – em defesa da reforma agrária e de resistência popular ao capitalismo neoliberal – de dimensão nacional (Mançano, 2000), configurando-se como referência de ação direta de massas através das ocupações de terras; ainda em 1995 organiza-se uma massiva Marcha Popular à Brasília envolvendo movimentos sociais, sindicais e políticos de esquerda que reúne mais de trinta mil manifestantes na capital do país, sendo seguida por uma Marcha Nacional realizada pelo MST na esteira dos Massacres de Corumbiara (1995) e Carajás (1997) – sendo, ambas, ultrapassadas poucos anos depois pela Marcha dos Cem Mil (1999), sob a palavra-de-ordem “Fora FHC e o FMI!”. Em 2000, o período que nos referencia está marcado, inicialmente, pelo *Movimento Brasil Outros 500 de Resistência Indígena, Negra e Popular*, pela Marcha Indígena 2000 (partindo de diversos estados do território nacional), pela I Conferência dos Povos e Organizações Indígenas do Brasil, pelos acontecimentos de Sta. Cruz Cabrália e Porto Seguro onde a manifestação popular Brasil Outros 500 desmascara o governo e denuncia a farsa comemorativa dos “500 anos de descobrimento do Brasil”, sendo brutalmente reprimida pelas forças armadas, polícia militar e tropas de choque de FHC e Antonio Carlos Magalhães (Della Santa Barros e Menegoti Tasca, 2000); o movimento grevista das universidades estaduais e federais de 2000, junto aos funcionários da saúde, professores da rede pública de ensino médio e fundamental, tributaristas, previdenciários etc., e os enfrentamentos em plena Av. Paulista (principal núcleo do capital financeiro da maior e mais concentrada conurbação metropolitana do

país – a Grande São Paulo – que aloca, ao longo de seus quase 4km de extensão, mais de 40% do PIB de toda a América Latina), a paralisação nacional da categoria dos caminhoneiros em abril e a ocupação massiva de prédios públicos pelo MST – principalmente as seções do INCRA, do BNDES e do Ministério da Fazenda – reivindicando políticas agrárias voltadas ao pequeno campesinato; construiu-se o *Plebiscito Nacional sobre a Dívida Externa*, e a partir do início desta década, ocorre um considerável ascenso de ocupações urbanas por moradia popular; além de uma série de outros eventos que pretendemos analisar mais adiante, já mais próximos ao escopo do universo empírico-genérico e ao lapso temporal no qual pretendemos nos deter, com maior acuidade.

Numa aproximação às tendências materiais e ideológicas que incidiram sobre o processo de gênese da CNCA devemos considerar a constante *interação dialética* subjacente nas relações entre *sujeito e objeto, nacional e internacional, conjunturas e estruturas, formação econômico-social e modo de produção*, e, por fim, *imediate e histórico*. Observamos que durante o desenrolar do segundo mandato de FHC irão coincidir no tempo uma *crise econômica* de repercussão mundial (“efeito-samba”, Brasil, 1999) – relacionada diretamente às flutuações do mercado financeiro e à crise fiscal do Estado – e uma *crise institucional* assolando o plano interno das classes dominantes. As oscilações interiores ao *bloco constituído no poder* não chegaram a configurar abalos de longo termo, de qualquer maneira, e tampouco houve qualquer forma de descolamento crítico entre governantes e governados. As ações-propostas do movimento de massas e suas respectivas direções político-ideológicas, contudo, ainda que incipientes, iriam conformar um bloco de natureza diversa que, *por mais difuso que fosse*, alcançou visibilidade perante amplos contingentes populacionais subalternos enquanto oposição, de caráter popular, à *hegemonia neoliberal* no país. É a partir deste pano de fundo que podemos iniciar uma análise da historicidade concreta do movimento anti-ALCA: *seus sujeitos, sua estrutura e a dinâmica que os inter-relaciona*.

Em 1998 tem lugar o início do *Simpósio sobre a Dívida Externa*, impulsionado principalmente por representações institucionais da Igreja Católica, sintonizadas com a *III Semana Social Brasileira* promovida pela CNBB junto a entidades, organizações e movimentos da América Latina, Europa e Estados Unidos. Entre 1998 e 2000 realizam-se uma série de atividades – tais como *simpósios regionais, tribunal da dívida externa e plenárias sociais* – que culminam na proposta de organizar um *Plebiscito Popular sobre a Dívida Externa*. As mediações aqui se apresentam claramente situadas numa matriz ideológica proveniente da milenar tradição religiosa judaico-cristã, associadas à noção ético-política – e sumamente teológica – de “Jubileu 2000”, “remetendo à necessidade de uma redistribuição periódica das

riquezas, para que a sociedade não desabe sobre o peso de sua própria desigualdade [...] A campanha brasileira e a coalizão Jubileu Sul – lançada em novembro de 1999, em Johannesburgo, por representantes de 33 países – vinculam fortemente a luta contra dívida e a luta contra o modelo econômico, com destaque para o comércio desigual, a financeirização e o crescimento da dívida pública” (Pomar, 2000). A *coalizão cristã* – que no Brasil encontra guarida entre a CNBB, a Coordenação Nacional de Igrejas Cristãs (CONIC) e demais entidades ligadas às Igrejas – baseia-se na leitura não-confessional do que se considera como *Os Deveres Sacerdotais do Levítico* – texto pertencente ao que configura o Antigo Testamento da Bíblia Sagrada –, o qual compor-se-ia inteiramente de “*leis que visam à suposta santificação individual e nacional*”. Aí reside a formação discursiva que embasa o reclamo pela anulação das dívidas externas dos países pobres. Rezam os antigos textos sagrados – a partir da perspectiva aludida, e em sua própria linguagem – que “*no ano do jubileu voltariam todos à posse de seus bens*”. Mas não é possível compreender as mensagens papais favoráveis ao “perdão da dívida dos países pobres”, a máxima “um milênio sem dívidas” ou mesmo as iniciativas eclesiais vinculadas ao cancelamento da dívida externa como *em-si*, ou seja, *a partir da ideação que fazem, estas, de si mesmas*. Tampouco se encontram ao pé-da-letra bíblica os condicionantes últimos que movem estes segmentos sociais. Como sugere Pomar (idem): “Outros setores da campanha internacional falam em um novo modelo econômico, mas priorizam de fato o perdão ou a renegociação da dívida, contrastando com o veredito do nosso Tribunal, que fala em *cancelamento*. Na mesma linha, a coalizão Jubileu Sul opta pelo confronto com organismos internacionais como FMI e Banco Mundial, enquanto outras campanhas cooperam com estes organismos, inclusive se dispendo a participar de programas de ‘troca de dívida por investimentos’”. Em última instância, conforme Marx (1993), a ilusória *auréola de santidade* do ideário religioso envolve um *vale de lágrimas* real; enfim, *o profano explica o sagrado*. Obviamente, também não podemos desconsiderar a complexidade das *determinações mútuas* presentes neste amplo, polissêmico e multifacético *movimento real*. O itinerário que propomos propõe a *unidade dialética objetividade-subjetividade* como critério fulcral de análise a seguir.

4.3 A “cultura do vivido” e o “romantismo revolucionário” na gênese da CNCA ou a Igreja e as esquerdas no Brasil

A “cultura do vivido”, segundo Williams, configurar-se-ia como uma *relação social de dominação classista* assentada – mais além do poder e da propriedade capitalista, os quais se mantêm *insubstituíveis na perpetuação da hegemonia burguesa* – sobre práticas, significados e

valores interiorizados e difundidos pelas classes subalternas mesmas, “aquela saturação do hábito, da experiência, dos modos de ver, sendo continuamente renovada em todas as etapas da vida, desde a infância, sob pressões definidas e no interior de significados definidos, de tal forma que o que as pessoas vem a pensar e a sentir é, em larga medida, uma reprodução de uma ordem social profundamente arraigada a que as pessoas podem até pensar que de algum modo se opõem, e a que, muitas vezes se opõem de fato” (Williams, 1989a). Desta forma, possibilita-se compreender a dialética que se impõe sobre a dinâmica das subjetividades produzidas pelos *modos de vida* constituídos entre as classes subalternas, enfim, os aspectos de *resistência* e os elementos de *conformismo* presentes na cultura popular, a “subordinação interiorizada e imperceptível” do que seria um “complexo de experiências, relações e atividades” que constituem a *hegemonia burguesa* (Chauí, 1986). Mas em que sentido tais formulações podem contribuir para a reflexão sobre as lutas dos trabalhadores brasileiros (e as formas religiosas de consciência social) na história recente do país?

Primeiramente, verifiquemos uma importante *tendência* – na acepção gramsciana – momento constituinte dos “modos de sentir a vida” dos movimentos sociais no país. Sem a pretensão de desviar o foco da discussão, faz-se necessário sobretudo problematizar, ainda que sumariamente, as diversas dimensões de influência da Igreja Católica – especialmente suas correntes e tendências consideradas progressistas, tais como a *Teologia da Libertação* e suas variantes internas – e as “esquerdas”, na história social recente do Brasil. Os movimentos, tendências e partidos de esquerda engajados na resistência contra a opressão econômico-social das classes populares e à dominação política dos regimes ditatoriais civis-militares nas décadas de 1960 e 1970 viram-se apoiados por parte de alguns escalões clericais que se descolaram da influência dos quadros militares e dos caudais mais conservadores da própria igreja em grande parte da América Latina. Não é possível negar, ainda, que os aspectos culturais próprios do *milénarismo cristão*, arraigados profundamente na constituição subjetiva e nos “modos de viver, pensar e sentir a vida” (Gramsci, 1968) de amplas camadas sociais populares brasileiras, há poucas gerações constituídas em classes trabalhadoras tipicamente urbanas¹¹⁵, *calam fundo em suas formas sociais de consciência* (Arcary, 2004a; Löwy, 2000 e Ridenti, 2000) e na dinâmica

¹¹⁵ No MST a prática das “místicas” como forma semi-religiosa (“elã”) que opera sobre a consciência social no sentido da mobilização de massas – assim como as missas comemorativas do sindicalismo cutista – expressa elementos desta afirmação. O campesinato pobre, não obstante, constitui importante sujeito social na América Latina de finais de século, trazendo suas próprias concepções de mundo, tradições políticas, práticas culturais e métodos de luta aos embates classistas. A religiosidade popular faz parte do dia-a-dia dos trabalhadores rurais brasileiros, necessariamente subsumidos à lentidão temporal dos ciclos naturais, eclipsados por concepções míticas de mundo e propensos à tradição das permanências seculares. Não obstante, o MST traz em sua gênese histórica elementos de descontinuidade e ruptura que guardam relação com a *rebelião do trabalho* (pós-78), cuja primazia da política *ultrapassou as luzes das metrópoles* (Bianchi e Braga, 2003b). Articulação, enfim, bastante contraditória em sua totalidade histórico-concreta.

do “senso comum” e na “consciência prática” da reprodução imediata da *estrutura de suas vidas quotidianas*¹¹⁶ conformando, elementos *conservadores* e *progressistas* na “cultura popular”. Assim, tratar-se-iam das “formas ideológicas sob as quais os homens tomam consciência desse conflito e o conduzem até o fim” (Marx, 1978a).

As percepções que as classes trabalhadoras constroem do mundo de exploração no qual estão inseridas são, portanto, sínteses dinâmicas de elementos desiguais, e até expressões de temporalidades sobrepostas. Resultam de aprendizados sedimentados em longas durações e manifestam-se de forma variada de país para país. No Brasil, onde a maioria da classe trabalhadora urbana foi constituída somente nas duas últimas gerações e a memória rural ainda é grande, o medo de represálias esteve sempre acompanhado de um impulso instintivo de resistência à injustiça social. Mas encontraremos também uma intensa religiosidade animada por esperanças milenaristas, mesclada com o materialismo empírico de quem trabalha com as mãos. O fatalismo que alimenta o conformismo, convivendo com um igualitarismo espontâneo de quem é discriminado. A força da solidariedade coletiva associada com a desconfiança individualista. O sarcasmo e o desprezo pelos exploradores, mas também o deslumbramento pela ostentação de poder e riqueza. Uma desconfiança dos chefes alternando-se com o fascínio e, até, o seguidismo das lideranças. Tudo isso se condensou em culturas populares de resistência. *Elementos contraditórios convivem, mas em permanente conflito, predominando aspectos regressivos em certas circunstâncias e emancipadores em outras.* Cada classe e fração de classe explorada, os camponeses pobres ou a classe operária, o proletariado de serviços ou a juventude urbana desempregada, apóia-se em suas próprias heranças e tradições. Mas a pressão esmagadora das condições materiais de existência, em última instância, sempre acaba se impondo. *A luta de classes abre o caminho.* (ARCARY, 2004a, grifos nossos)

Os pontos de contato entre determinadas formas religiosas e certas correntes do marxismo – *evento social exclusivo de nações atrasadas em situações pré ou diretamente revolucionárias que podem assumir, e de fato assumiram, alguma objetivação superestrutural e continuidade extra-conjuntural* – foram amplamente desenvolvidas por Löwy, em suas dimensões teóricas e implicações práticas. Não faz parte de nossas preocupações – *e menos ainda de nossas hipóteses diretivas* –, todavia, identificar supostas “afinidades eletivas” entre os elementos “escatológicos, apocalípticos e messiânicos” das religiões milenares e a práxis

¹¹⁶ Em nossa problematização preliminar e circunstanciada sobre a *estrutura da vida cotidiana* das camadas sociais populares consideramos, primeiramente, que: (i) o marxismo, ao largo de seu desenvolvimento epistêmico, sempre se apresentou avesso à noção da existência de algo como uma determinada “natureza humana”, fixa e imutável, ora associada à obra de um demiurgo todo-poderoso, às vicissitudes de alguma etnia / nacionalidade privilegiada, às características geniais de “grandes personalidades” ou simplesmente relacionada ao “plano das idéias”. A estas abstrações de caráter religioso ou laico, opunha (o marxismo) a consideração da *síntese complexa do ser social*, na qual a universalidade do gênero humano se concretiza historicamente através da práxis. Portanto a “essência humana”, contraditoriamente, trata-se de um produto histórico, efetivamente não-biológico, a qual precisa ser apropriada e objetivada socialmente pelos indivíduos singulares no decorrer de suas existências em sociedades concretas, a partir da vida cotidiana (Duarte, 1993; Heller, 1977 e Della Santa Barros, 2002c). “*A vida cotidiana, de todas as esferas da realidade é aquela que mais se presta à alienação.* Por causa da coexistência ‘muda’, em-si, de particularidade e genericidade, a atividade cotidiana pode ser atividade humano-genérica não-consciente, embora suas motivações sejam, como normalmente ocorre, efêmeras e particulares. Na cotidianidade parece ‘natural’ a desagregação, a separação de ser e essência. (...) *A assimilação espontânea das normas consuetudinárias dominantes pode converter-se por si mesma em conformismo*” (Heller, 1977, grifos nossos).

revolucionária¹¹⁷, própria da *orientação-para-a-ação marxista* (BLOCH citado por SERRA, 1998). O que nos interessa, em particular, é desvelar alguns de seus desdobramentos específicos que compreendem, simultaneamente, as *estruturas sociais* (universalidade) e a *ação dos sujeitos* (singularidade) dialética, processual e organicamente subjacentes a uma totalidade concreta e historicamente determinada, expressada no interior da *vida cotidiana*¹¹⁸. O primeiro deles tende a considerar em que medida a Igreja deixou de ser um obstáculo à constituição do Estado e da ideologia liberal-burguesa, transmutando-se em casamata espiritual¹¹⁹ – funcional e *necessária* – do *modo de vida*¹²⁰ próprio da ordem capitalista (Dias, 1996), o que, contraditoriamente, *também*

¹¹⁷ Consideramos, junto a Marx, que é em *terreno profano* que se desvelam as práticas da *Sagrada Família*. A breve pesquisa das formas religiosas assumidas pela consciência mais ou menos espontânea das classes subalternas serve ao propósito de desvelar-lhes as questões fundamentais colocadas para a subjetividade coletiva dos trabalhadores.

¹¹⁸ Primeiramente caberia distinguir a categoria central de trabalho enquanto *forma superior de realização do ser social, protoforma da atividade humana vital-formativa e fundamentação histórico-ontológica da omnilateralidade humana, em autoprodução processual, dinâmica e genérica* (Della Santa Barros, 2002c; Lessa, 2002; Antunes, 2003b). O homem introduziu na esfera do *ser* – através da mediação de primeira ordem da práxis objetiva, consciente e autodeterminada – a dialética do *pôr-teleológico*, da projeção, da antecipação consciente de um ente que ainda não está dado na realidade; no processo de filogênese do gênero humano. A partir da necessária distinção marxiana entre trabalho concreto (perene) e trabalho abstrato (perecível), voltamos à centralidade histórico-concreta do trabalho, tal como o experienciamos, e a experiência elementar da vida quotidiana. O fazer e refazer do ser social encontra sua forma de existência concreta no trabalho, produzido este – em sua singularidade – como resposta às necessidades imediatas postas pela vida quotidiana. A vida quotidiana é ponto de partida necessário e fundamental de mediação entre a consciência contingente, espontânea e imediata e as formas mais omnilaterais, livres e universais da genericidade para-si. Analisá-la em sua heterogeneidade universal – constituída e constituinte – permitir-nos-ia perquirir as múltiplas manifestações que compõe a *totalidade da gênese do ser social*. Esta é – a vida quotidiana – a zona de mediação entre a “genericidade muda” (biológica) e sua forma superior (social); conformando assim uma rica totalidade, aparentemente caótica em sua imediatez, que contém *in nuce* a possibilidade de revelar os elementos humano-genéricos em seu processual e dinâmico vir-a-ser. As mediações que possibilitam sua mais alta expressão, a práxis social e política, devem ser apreendidas junto à esfera do trabalho e da reprodução social *sem endeusar o que há de parcial, imediato e aparente* na fenomenologia contingente da vida quotidiana. O equívoco simétrico seria desprezar a zona movediça do dia-a-dia na investigação das “formas de consciência do ser-que-vive-do-trabalho, em seus complexos movimentos existentes no trânsito entre as formas mais próximas da imediatez, da *genericidade em-si* àquelas formas mais autênticas, mais identificadas com a *genericidade para-si*” (Antunes, 2003b, grifos no original; Lukács, 1978).

¹¹⁹ “Mouriaux e Groux, autores de um extenso e importante estudo sobre a CFDT, vinculam esse antiestatismo, que afasta a CFDT do reformismo operário e a aproxima do neoliberalismo, à tradição católica dessa central – a rejeição do Estado laico republicano. *Na verdade, embora a doutrina da Igreja Católica tenha contradições com o liberalismo, a política neoliberal permite a revalorização dessa igreja*. O Estado de Bem-Estar ocupou um espaço no qual, antes do desenvolvimento dos direitos sociais e dos serviços públicos, a presença da Igreja Católica era muito grande – ensino, assistência hospitalar, filantropia em geral. A implantação da educação pública, laica e gratuita foi motivo de um conflito, mais ou menos agudo segundo o país, entre os governos e a Igreja Católica. *Agora, a política neoliberal reabre, não só para a nova burguesia de serviços, mas também para essa igreja, esse campo de atuação*” (Boito Jr., 1999, grifos nossos).

¹²⁰ N’A *Ideologia Alemã* temos que o “modo de produção não deveria considerar-se simplesmente como a reprodução da existência física dos indivíduos. É mais uma forma concreta de atividade destes indivíduos, uma maneira concreta de expressar as suas vivências, um *modo de vida* concreto” (várias edições). O conceito de *modo de vida* encontra-se – segundo Dias (1999) – em *estado prático* no interior das investigações de Gramsci (1968) e Trotsky (1979), sobre a constituição do *fordismo-americanismo* nos EUA ou da nascente *sociedade soviética* na ex-URSS, respectivamente; *articulando dialeticamente as formas de existência histórica da produção material à reprodução cotidiana da vida social* – aliando “infra” e “superestrutura” na totalidade concreta de uma mesma categoria analítica. Na *Introdução* de Anatole Kopp a *Questões do Modo de Vida* (Trotsky, 1979), o conceito de “modo de vida” (“byt”) aparece como a articulação simultânea entre “as bases econômicas e as relações sociais inseparáveis do novo modo de produção”. Não é por acaso que a concepção *permanetista* de Trotsky sobre o processo revolucionário compreende uma transição socialista sob constante transformação *de todas as relações sociais*, incidindo simultaneamente sobre a economia, a técnica, a ciência, a arte, a família, os hábitos e os costumes

haveria possibilitado o surgimento de tendências internas críticas à lógica do mercado; o segundo busca apreender o que se configura como aparente coincidência de necessidades imediatas entre os movimentos de luta/resistência contra a ditadura civil-militar e a Igreja Católica – considerando as aproximações e distanciamentos entre a Doutrina Social da Igreja Católica e o programa político-econômico da social-democracia européia, do segundo pós-guerra – estendendo o mesmo argumento aos sujeitos sociais/políticos da resistência operário-popular ao “neoliberalismo político”, no presente momento; e, o terceiro e último – mas não menos importante – destaca a composição social e histórica do romantismo revolucionário.

Esta elementar exegese da *mediação conceitual* de *romantismo revolucionário brasileiro*, tal como se apresenta nas formulações de Ridenti (2000) – as quais partem da noção elaborada por Löwy e Sayre (1995) –, tem como objetivo problematizar a forma como nos aproximamos (e nos distanciamos) da mesma, objetivando-a no corpo de nossa análise. Destacamos que se trata de uma categoria problemática e contraditória, com limitações intrínsecas, de cunho *historicista* e *culturalista*, por vezes tributárias de uma concepção circunscrita à delimitação da *gênese do ideário* de movimentos e tendências de esquerda no Brasil como chave interpretativa. As possibilidades abertas, porém, no que se refere à reflexão crítica sobre suas múltiplas dimensões, parece-nos, sugerem o emprego deste conceito, *ainda que de forma socialmente condicionada e historicamente determinada*, feitas as devidas ressalvas e precisões em relação ao mesmo. Limitar-nos-emos, sem embargo, a empregar esta “categoria” na explicação e compreensão de concepções e práticas dos trabalhadores em luta, dos movimentos sociais e da esquerda política na história social recente do país. De forma particular, especialmente, recorreremos à mesma para alcançar certos discernimentos e angulações sobre a configuração social recente da forma de existência histórica da relação social entre a Igreja e as esquerdas no Brasil. Partamos da enunciação proposta por Ridenti, tendo como principal fundamentação teórico-epistemológica imediata a obra *Revolta e melancolia: o romantismo na contramão da modernidade* (Löwy e Sayre, 1995): “uma crítica da modernidade, isto é, da civilização capitalista moderna, em nome de valores e ideais do passado”. Ao que agrega, no que se refere a movimentos e organizações de esquerda que resistiram à ditadura civil-militar brasileira (1964-1984): “Parece que, além de apostar numa utopia anticapitalista moldada no passado, o *romantismo revolucionário* caracteriza-se também pela *ênfase na prática*, na ação, na coragem, na disposição, na vontade de transformação, muitas vezes em detrimento da teoria e dos limites impostos pelas circunstâncias históricas objetivas” (Ridenti, 1998, grifos no original).

que se completando, formam combinações e relações recíprocas de tal modo complexas que a sociedade não pode chegar a um estado de equilíbrio e/ou estagnação. A *Perestroika* Byta (“reconstrução do modo de vida”) é definida como *novo front de luta da sociedade soviética*.

De forma a destacar o aspecto histórico do movimento lógico de elevação do abstrato ao concreto – num mesmo movimento, poder-se-ia considerar – temos que: “Recolocava-se o problema da identidade nacional e política do povo brasileiro, buscava-se a um tempo suas *raízes* e a ruptura com o subdesenvolvimento, numa espécie de desvio à esquerda do que se convencionou chamar ultimamente de Era Vargas” (Ridenti, 2001). Postos os limites, problematizemo-los. Em face ao dissenso existente entre as diversas tendências epistemológicas de análise marxista do *romantismo* – e ressaltando desde já que não se trata de uma questão central de nosso trabalho e tampouco configura uma preocupação recorrente de nossos estudos – parece-nos interessante ressaltar, ainda que de forma absolutamente genérica, dois postulados que operam como premissas em grande parte dos ensaios teóricos de filiação lukácsiana e gramsciana, respectivamente. No primeiro, Lukács, tínhamos, como vimos até aqui, a caracterização de (i) *um ponto de vista social crítico à lógica do capital, com conotação histórico-regressiva*. Ao final do séc. XIX, o pensamento social de matiz conservadora – expressado nas diferentes formas de expressão humana – já não tinha mais como se manter firmemente arraigado às velhas instituições do *ancien régime*, em plena decadência histórica: como a ideologia eclesiástica, a monarquia hereditária e a hierarquia estamentária, de tessitura histórico-social esgarçadas. O desenvolvimento embrionário do capital nas entranhas da ordem pré-capitalista, da sociedade burguesa e da revolução industrial na Europa evidencia a crise, decomposição e queda da ordenação societal correspondente ao modo de vida feudal. O poder da ideologia já não tem como se ancorar em todas estas tradições históricas e instituições políticas marcadamente despedaçadas. Daí o profundo questionamento realizado pelos intelectuais – empregando a palavra em *latu senso* – centro-europeus, erigido numa situação de transição, inquietude e dúvidas na qual “o antigo está desaparecendo e o novo emergindo” (Löwy, 1996). A empedernida resistência aos novos valores burgueses, todavia, projeta uma *crítica romântica e anticapitalista*, professando uma volta a um (inexistente) passado feudal idealizado de “relações humanas autênticas” (Löwy, *idem*). Nesta crítica à *modernidade capitalista*, desenvolvida sobretudo nos sécs. XVIII e XIX, de caráter passadista, se reconhece um elemento de crítica à sociedade burguesa mesma. Já no que se refere ao segundo, Gramsci, tínhamos (ii) *o problema da particular relação entre os intelectuais e o povo-nação*. A necessidade da aproximação entre os intelectuais e o povo na vida social da sociedade civil-nacional – que não poderia mais ser propriamente de caráter romântico, *mas já de natureza socialista* – era claramente apontada por Gramsci em sua defesa do “nacional-popular” numa formação social de desenvolvimento capitalista historicamente tardio, como a Itália meridional. O papel dos intelectuais na organização da cultura e de uma visão social, totalizante e integralizadora, que correspondesse à

nova subjetividade histórica e à autoconsciência social das classes subalternas, vislumbram-se no sentido de superar as formas de compreensão de si, do outro e do mundo tributárias de um passado de submissão, subordinação e passividade como condição imprescindível para a superação histórica da Ordem do Capital, unificando teoria e prática das camadas sociais populares, em nexos dialéticos. Colocados ambos os pressupostos – que em nosso entendimento estão inscritos na definição geral do “romantismo revolucionário brasileiro” –, vejamos algumas contenções que lhe são intrínsecas.

Se, como Anderson (2004), “entendemos que a prática política na luta de classes é a base orgânica sobre a qual, direta ou indiretamente, são desenvolvidas e ampliadas as formulações” do marxismo, então “qualquer consideração sobre as correntes teóricas marxistas nas décadas passadas será antes de tudo uma história política do seu ambiente externo” (Anderson, *idem*). Como limite, a caracterização histórica de Ridenti (2000) atém-se sobremaneira ao que seria a “história das idéias” de determinadas tendências e organizações da esquerda brasileira, soslaçando a tessitura complexa de influências e condicionamentos impostos pelas lutas de classes, histórico-concretas, e, simultaneamente, dando demasiada ênfase à gênese histórica (historicismo) dos eventos e aos aspectos culturais que encerram (culturalismo). A máxima extensão do argumento central o levaria – a flexão verbal aqui indica considerarmos que o autor não incorre em tal hipérbole – ao terreno da problematização original (de Löwy e Sayre, 1995), relacionada à identificação de supostas “afinidades eletivas” entre os elementos messiânicos das religiões milenares e a *práxis revolucionária* própria da *orientação-para-a-ação marxista*. Em parte se endossa, porém, a hipótese löwyana de que o *romantismo anticapitalista constitui um componente importante do pensamento social de Marx e Engels*, que “estaria presente também em autores como Walter Benjamin, Herbert Marcuse, Henri Lefebvre, E. P. Thompson, Raymond Williams e outros” (Ridenti, 2000). Por fim, gostaríamos de sublinhar que quando o autor circunscreve sua análise a uma organização de esquerda, socialmente sita e historicamente determinada – no caso, a Ação Popular (AP) –, e daí parte para seus condicionantes políticos e ideológicos, trazendo como componente (ainda que predominante) sua formação religiosa, oferece suas maiores contribuições para problematizar a relação entre os segmentos progressistas da Igreja Católica e as esquerdas marxistas de formações sociais semelhantes ao Brasil nos quais, em situações pré ou diretamente revolucionárias, determinados ideários religiosos (como o cristianismo popular) e certas correntes de tendência marxista (tais como a de inspiração maoísta) assumiram diferentes formas históricas de hibridação, sinergia e inter-relação. Contraditoriamente (dialeticamente), temos aí sua contribuição mais próxima ao “histórico-universal”. E, ainda, pode servir (tal problematização) como ponto de apoio para a

necessária crítica ao ressurgimento da estética do nacional-popular entre certas esquerdas e a recorrente orientação frentepopulista das lutas sociais, desvendando-lhes o significado histórico no presente momento em organizações como o Movimento Consulta Popular (MCP). A problemática da relação entre religião popular e organizações de esquerda, por espinhosa que possa parecer, não pode constituir assunto-tabu para a perspectiva marxista que – por definição – não deve conhecer temáticas intocáveis. O que não se discute não se transforma, e nada poderia ser mais alheio ao marxismo do que horizontes – materiais ou ideológicos – fixos, eternos, a-históricos e, por isso mesmo, *imutáveis*.

Ridenti (1998) realça elementos levantados pela caracterização de Löwy e Sayre (1995) sobre certa *visão-social-de-mundo* simultaneamente romântica e anticapitalista, que se constitui como “uma crítica da modernidade, isto é, da civilização capitalista moderna, em nome de valores e ideais do passado (pré-capitalista, pré-moderno)” a qual busca “um futuro novo, *no qual a humanidade encontraria uma parte das qualidades e valores que tinha perdido com a modernidade*: comunidade, gratuidade, doação, harmonia com a natureza, trabalho como arte, encantamento da vida” (Ridenti, 1998, grifos nossos).

Parece que, além de apostar numa utopia anticapitalista moldada no passado, o *romantismo revolucionário* caracteriza-se também pela *ênfase na prática*, na ação, na coragem, na disposição, na vontade de transformação, muitas vezes em detrimento da teoria e dos limites impostos pelas circunstâncias históricas objetivas. [...] Não era, pois, um romantismo qualquer, no sentido da perspectiva anticapitalista necessariamente prisioneira do passado, geradora de uma utopia irrealizável na prática. Tratava-se de romantismo, sim, mas *revolucionário*. De fato, visava-se a resgatar um encantamento da vida, uma comunidade inspirada na idealização do homem do povo, cuja essência estaria no espírito do camponês e do migrante favelado a trabalhar nas cidades. Mas essa volta ao passado seria a inspiração para construir o ‘homem novo’. Buscavam-se no passado elementos que permitiriam uma alternativa de modernização da sociedade que não implicasse a desumanização, o consumismo, o império do fetichismo da mercadoria e do dinheiro. **(RIDENTI, idem, grifos no original)**

Cabe perguntarmos, *assim como o fazemos em relação a todas as formas sociais de consciência e visões de mundo sobre o movimento do real*, quais são os elementos presentes nesta *ideologia* que estimulam o avanço e aqueles que promovem o retrocesso da formação de uma subjetividade classista *estruturalmente antagônica ao capital* e, enfim, estertora da emancipação dos trabalhadores que a sustentam. Noutras palavras, devemos especificar quais são suas *limitações estruturais* no presente período histórico, identificando de que forma torna-se força material efetiva, ao se apoderar de mentes e corações das classes subalternas em seus processos materiais, ideológicos e políticos-culturais e – quando o fazem – de que forma produzem e reproduzem suas concepções e práticas na dinâmica das lutas de classes. Em

especial, trata-se de apreender as configurações assumidas pela luta anti-ALCA – nos mais diversos níveis – as quais podemos considerar como parcialmente tributárias, ou até mesmo desdobramentos diretos, da mobilização da igreja e seus esforços nucleares. Compreendemos a noção de *romantismo revolucionário* como polêmica (e contraditória), considerando-a a partir de sua formulação em Löwy e Sayre (1995) e, especialmente, no processo mesmo de apropriação e objetivação – *elevação do abstrato ao concreto* – promovido por Ridenti (2000) em suas problematizações sobre as coordenadas históricas e político-culturais que informavam práticas e concepções de intelectuais, movimentos e partidos de esquerda durante os anos 60 e 70 no Brasil; considerando as permanências e as descontinuidades, ora latentes ora atuantes, no bojo dos atuais desdobramentos dos movimentos sociais, sindicais e políticos da classe trabalhadora brasileira. Não atribuímos, contudo, a caracterização de *romantismo revolucionário* única e exclusivamente à influência religiosa na campanha anti-ALCA, nem tampouco temos total acordo com a mesma. Mas, tal como observaremos adiante, trata-se de um importante ponto de partida para compreender sua amplitude e densidade na configuração ideológica resultante, em seu bojo. Observemos – neste sentido – de que forma Pe. Lestienne representa o contexto e as mediações que possibilitaram a *Campanha Jubileu*, em suas palavras, “um riquíssimo processo de organização, formação e expressão política popular que fortaleceu a vida democrática participativa no país”¹²¹.

Como conseguimos tal mobilização? Jubileu se situa no processo histórico de resgate democrático do país. No final da ditadura, a sociedade iniciou sua reconstrução democrática, *desde zero*. Os valores de participação, justiça e solidariedade, que nortearam as lutas durante os anos de repressão, marcaram o nascimento do PT, bem como o surgimento dos novos movimentos sociais, populares e culturais combativos (MST, sindicatos, indígena, mulheres, negros, igrejas etc.). Desde 1985, esses movimentos e o PT (em particular as quatro campanhas de Lula à Presidência) conseguiram manter vivo o debate político. Jubileu beneficiou-se deste ambiente, e o animou. Grandes mobilizações nacionais em torno de eventos particulares mantiveram também a sociedade alerta. “Diretas-Já” (1985), Constituinte (1987-8), *impeachment* de Collor (1992), Ação da Cidadania contra a Miséria e pela Vida (1993-4), e, mais recentemente, as três edições do Fórum Social Mundial em Porto Alegre (2001-3) foram momentos de maior consciência política. Em todos esses anos, cresceram a articulação e a convergência entre as lutas do

¹²¹ Aqui encontramos uma síntese bastante significativa do ideário religioso da Igreja Católica na análise sobre a direção majoritária do movimento operário e popular – a corrente *lulista* – nos anos 80 e 90. “A Articulação constituiu-se como tendência organizada no II Concut, realizado no Rio de Janeiro em 1986. Formou-se, fundamentalmente, com sindicalistas surgidos espontaneamente do movimento social e, em boa parte, ligados à esquerda católica. E marcada por uma visão reformista do capitalismo, pela rejeição do marxismo e da esquerda marxista organizada e, durante os anos 80, pela combatividade na luta reivindicativa. A Articulação sempre esteve próxima do sindicalismo europeu de origem católica e social-democrata. Ora, na década de 1980, a cúpula da Igreja Católica Romana começou, sob o papado de João Paulo II, a combater a Teologia da Libertação, fortalecendo o setor mais conservador dessa igreja. A social-democracia europeia, por seu turno, aproximou-se do neoliberalismo, inclusive na França e na Itália, países cujos movimentos sindicais têm relações políticas e financeiras privilegiadas com a CUT – boa parte da infra-estrutura para a formação de lideranças e de militantes sindicais que a corrente Articulação construiu foi financiada através de convênios com o sindicalismo italiano” (Boito Jr., 1999). O discurso ideológico, nunca inocente, é sempre *síntese complexa de múltiplas determinações*, que serão ora analisadas.

PT pela conquista do poder e as da sociedade civil em defesa da cidadania. Aproximação e autonomia recíprocas favoreceram a politização da sociedade civil. A cultura popular também contribuiu para a força da mobilização. Criatividade, alegria, esperança e solidariedade – traços e valores profundos do nosso povo – são recursos e forças poderosos para superar grandes obstáculos e se voltar para outro futuro. O povo valoriza o trabalho em mutirão. “Sem Medo de Ser Feliz” ou “Outro Mundo É Possível”, *slogans* criados no Brasil, carregam uma vigorosa força de transformação. Mas é também a metodologia que explica o sucesso da Campanha Jubileu. Participação, criatividade, iniciativas na base, pluralismo, diversidade e qualidade dos materiais pedagógicos, dimensão política dos debates, unidade de forças civis e partidárias, articulação entre análise, reflexão e prática etc. A Campanha Jubileu foi, e continua sendo, um magnífico laboratório e uma gigantesca escola de formação à democracia participativa. (LESTIENNE, 2003, grifos no original)

A Pastoral Operária da Igreja Católica desenvolveu, desde meados da década de 1970, permanente relação junto aos operários metalúrgicos do ABCD paulista. Vicente Paulo da Silva (Vicentinho) foi formado pela pastoral operária e permanece – ainda na CUT, ou já como parlamentar – enquanto militante católico. A esquerda católica, no PT e na CUT, distribuiu-se entre a corrente majoritária (a Articulação) e as correntes de oposição de esquerda (tais como a AE, a Articulação de Esquerda), e constituiu a força mais influente do antigo Movimento de Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo. “No início do *novo sindicalismo*, a influência católica foi, fundamentalmente, a influência ideológica dos teólogos da libertação. As organizações da esquerda marxista estavam debilitadas no Brasil, devido à repressão ditatorial. Na mesma época, a Teologia da Libertação [TdL] estava em ascensão – no Brasil e em outros países da América Latina –, desempenhando um papel importante na Revolução Nicaragüense e na luta democrática e popular em El Salvador. A ação da esquerda católica contribuiu para a orientação de esquerda assumida pela liderança sindical emergente em São Bernardo, que poucos anos depois organizaria a corrente Articulação. Os sindicalistas de São Bernardo, a começar por Lula, tinham uma posição combativa na luta por melhores salários, mas não estabeleciam vínculos entre o arrocho salarial e o capitalismo dependente no Brasil. Os teólogos da libertação contribuíram de modo decisivo para mostrar à liderança sindical emergente que a distribuição da renda exigia uma mudança estrutural na economia brasileira” (Boito Jr., 1999). Tratar-se-ia de uma convergência fundamental de concepções entre ambas as partes: a opção preferencial pelo “povo pobre” da TdL¹²² convergia com o operarismo reivindicativo¹²³ (“obreirismo combativo”)

¹²² A justificação ideológica recorria ao milenarismo cristão: “A opção de classe de Jesus é pelos oprimidos. Deus ao se encarnar historicamente em Jesus de Nazaré, optou pelas classes populares e, dentre essas classes, é que escolheu a maioria dos seus apóstolos”. Tal opção impunha a luta contra os ricos: “Ninguém pode servir a dois senhores (Mt. 6,24). A Igreja não pode servir ao mesmo tempo ao Deus que faz justiça aos oprimidos e aos senhores do capital, que mantêm a opressão”. A análise da luta dos trabalhadores recorria a elementos do conhecimento científico desenvolvido pelo marxismo: “[...] é de muita valia, para a formação do agente pastoral, o esforço científico que sistematize os interesses objetivos dos oprimidos, revele as contradições internas do capitalismo, analise o seu processo de produção de mercadorias, das forças produtivas com as relações de produção, dentro de uma concepção

das lideranças do ABCD. Ainda, indica-se que “nem tudo se passou no nível das idéias. A intransigência patronal diante dos grevistas do ABC, a repressão desencadeada pela ditadura contra as greves e a solidariedade – política e financeira – que os movimentos populares prestaram à luta grevista, isto é, a própria *experiência prática* vivida pela liderança sindical emergente contribuiu para que tal liderança abandonasse sua postura até certo ponto isolacionista, e procurasse inserir a luta sindical do ABC nos conflitos econômicos e políticos finais amplos que dividiam o Brasil de então” (Boito Jr., *idem*, grifos no original).

Ao longo da década de 1980, porém, a situação na Igreja Católica muda consideravelmente. “Eleito Papa, João Paulo II passou a agir contra a esquerda clerical católica e, particularmente, contra a Teologia da Libertação, alvo de inúmeras medidas repressivas e da crítica doutrinária do Vaticano. A Teologia da Libertação, enquanto doutrina e movimento político entrou em crise, seus dirigentes passaram a ser cerceados pelo poder papal e cresceu, nessa igreja, o movimento carismático, voltado para a afirmação da fé, para o ritualismo e também para a prática de ‘curas’ miraculosas. Os ideólogos da Teologia da Libertação ficaram acuados e recuaram. Reviram seu socialismo cristão e sua relação com o marxismo” (Boito Jr., *ibidem*). O dominicano Frei Betto e o teólogo Leonardo Boff aderem ao *ecologismo*, revisam sua relação com o marxismo e passam a fazer uma apologia genérica ao “ser humano”, posicionamento este que eles próprios tinham criticado, nos anos 70 e 80, como conservador. A defesa do conagraçamento da “família humana” deslocou para um plano secundário a defesa da luta dos “pobres e oprimidos” e contra os “ricos e opressores”¹²⁴. Tanto a esquerda católica

dialética” Betto, Frei. *O que é Comunidade Eclesial de Base*. São Paulo: Brasiliense, 1981. Frei Betto assumiu a Pastoral Operária em São Bernardo, mudou-se para aquela cidade em 1979 e estreitou relações com os dirigentes sindicais da região (Boito Jr., 1999).

¹²³ “Essa experiência contribuiu para o amadurecimento da idéia da criação do PT, partido que foi pensado, pela liderança sindical, como um braço parlamentar dos movimentos sindical e popular. A liderança sindical de São Bernardo não defendia, em 1977 e no começo de 1978, a criação de um partido. O próprio Lula, sempre que perguntado, via com indiferença tal idéia. Além do processo político, a influência ideológica da esquerda foi muito importante na mudança de posição dos sindicalistas. Não da esquerda clerical católica, que, embora engajada no movimento sindical, ficou à margem do processo de criação do PT no seu momento inicial, mas das organizações da esquerda marxista, principalmente grupos trotskystas, que contribuíram de modo decisivo para que a idéia da criação de um partido de trabalhadores ganhasse a liderança sindical emergente. O PT não nasceu apenas dos movimentos populares e das greves, mas também da teoria de intelectuais e dirigentes de organizações de esquerda” (Boito Jr., 1999). A palavra-de-ordem organizativa em prol de um partido independente da classe trabalhadora foi agitada primeiramente no jornal alternativo *Versus*, em 1978-9, sob influência da organização trotsquista Convergência Socialista (CS) e, mais tarde, coube a Zé Maria defendê-la publicamente no Congresso de Metalúrgicos de Lins, em 1979 (Bianchi e Braga, 2003b).

¹²⁴ A contra-ofensiva do Vaticano e do episcopado latino-americano começou, em 1979, eficaz ao longo dos anos 80, quando ocorreriam a nomeação sistemática de bispos conservadores – em substituição aos que morriam ou se aposentavam –, as punições, como o ano de *silêncio obsequioso* imposto a Leonardo Boff e a produção dos documentos de crítica doutrinária à TdL, sendo os principais documentos da lavra do Cardeal Ratzinger – o atual Papa Bento XVI, como o *Instrução sobre Alguns Aspectos do Teologia da Libertação* –, publicação oficial da *Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé* (Roma, 1984), órgão que sucedeu o Santo Ofício, reponsável direto pela *inquisição católica* (Boito Jr., 1999).

quanto o sindicalismo social-democrático da Europa Ocidental podem ser apontados como eixos de influência que mediatizaram ideologicamente tal devir.

Durante a década de 1990 as pastorais sociais passam a atuar mais centralmente influenciando a ascensão do movimento de luta pela reforma agrária¹²⁵ – tal qual a Comissão Pastoral da Terra (CPT), o mais ativo braço da esquerda católica no MST, historicamente relacionado à TdL – e, conseqüentemente, nas plataformas reivindicativas que sucederam o ciclo histórico do pós-78, através de coalizões defensivas como a “Terra, Trabalho e Cidadania”. A esquerda católica – junto a setores da Articulação (originários da Aliança Libertadora Nacional), das dissidências do ex-PCB e da “oposição de esquerda” ao PCdoB – seguiu exercendo influência sobre a CUT e o PT, consubstanciada no deslizamento da central sindical para posturas de *sindicalismo propositivo* (negociação coletiva, livre-contratação, câmaras setoriais tripartites etc.) e o deslocamento do socialismo petista para o campo liberal-burguês. Constituíram-se como diferentes matrizes político-ideológicas que, sob diferentes determinações e mediações várias, confluíram para a hegemonia *frentepopulista* – de colaboracionismo de classe, entre as forças do Trabalho e do Capital – no movimento operário-popular brasileiro. As relações materiais e ideológicas da Articulação dos 113 com a social-democracia europeia e a Igreja Católica Apostólica Romana, enquanto influência para a guinada empreendida pelo cutismo-petismo – hipótese levantada por Boito Jr. (1999) –, parece-nos uma tese útil à análise da história recente dos movimentos sociais no Brasil.

O momento de síntese realizado por Lestienne (2003) concentra em impressionante súpula a *visão-social-de-mundo* ostentada pela Igreja Católica sobre a gênese, a formação e as perspectivas da Campanha Nacional contra a ALCA, em particular, e a história social recente do movimento de resistência proletária, camponesa e popular no país, em geral. Opera-se a clássica distinção liberal entre *sociedade civil* e *sociedade política*, em torno ao referencial genérico da “democracia” e sob o *discurso da cidadania* – abstraindo-se historicamente o antagonismo classista – que logra uma acepção sobre o ascenso proletário do pós-78 enquanto a “sociedade” – concepção *burguesa*, que abstrai a singularidade das formações sociais – que inicia “sua reconstrução democrática, *desde zero*” (Lestienne, 2003, grifos no original). Não nos parece acidental – mais além da ênfase sugerida pelos grifos do autor – a inscrição “*desde zero*”. As mais diversas formas táticas e concepções estratégicas de combate à ditadura presentes na história social das esquerdas brasileiras – considerando-se inclusive os desvios guerrilheiristas, de inspiração guevarista-maoísta – são varridas como *entulho histórico*. Os equívocos, as ilusões

¹²⁵ A influência da Igreja Católica sobre o movimento operário, porém, encontra-se ainda mais além do tão-somente “residual”. Mas não é menos verdade afirmar que não há mais algo como o movimento das CEBs dos anos 70 e 80 na atualidade, ao menos em termos de representatividade social. A esquerda católica se posta em progressiva queda.

e a derrota das diferentes correntes e tendências das esquerdas revolucionárias durante a ditadura civil-militar brasileira convidam antes à análise crítica, ao balanço histórico e à superação efetiva, *mas nunca ao esquecimento*. É no mínimo sintomal observar à *qual* memória se renuncia. *Nada de novo pode brotar do olvido*. A partir daí arrola-se a sucessiva justaposição linear de fenômenos, cuidadosamente selecionados, que resultariam no dito “acúmulo de forças” que possibilitara historicamente a CNCA: “Diretas-Já” (1985), “Constituinte” (1987-1988), as campanhas presidenciais do PT (1989, 1994, 1998 e 2002), “Impeachment de Collor” (1992), “Ação da Cidadania contra a Miséria e pela Vida” (1993-1994) e as três edições do Fórum Social Mundial (FSM) em Porto Alegre (2001, 2002 e 2003). Os atos da Vila Euclides, as três greves gerais dos anos 80 – além de diversas outras ações sociais diretas de massas –, as ocupações de terras do MST e qualquer alusão que fosse às mobilizações internacionais que atravessaram o último quartel do século XX, não fazem parte do rol da “memória” – algo seletiva – acima reivindicada. Ainda, a “idealização do homem do povo” traz resquícios de *romantismo revolucionário* (Ridenti, 1998), tal como o definimos, quando se afirma que “esperança e solidariedade – traços e valores profundos do nosso povo – são recursos e forças poderosos para superar grandes obstáculos e se voltar para outro futuro”. (Enfim, alude-se à perspectiva de “conscientização”, tal qual na concepção paulofreireana de “pedagogia do oprimido”.) Após o excursão realizado, não nos parece descabida – considerando-se as mediações, já estabelecidas – a afirmação categórica de um intelectual orgânico da classe trabalhadora brasileira, Edmundo Fernandes Dias, proferida à mesa de abertura do *Iº Encontro Brasileiro de Educadores Marxistas*: “A Teologia da Libertação constituiu, na América Latina, a última tentativa – séria e organizada – de cooptação contra-revolucionária das classes subalternas pela Igreja Católica. Está muito bem o que têm a dizer seus epígonos,... mas de forma alguma nos diz respeito [aos/às marxistas].” (I Ebem, Bauru, 2005, mimeo.)

4.4 O nacional e o internacional: articulação, perspectivas e orientações-para-a-ação

No plano internacional – após algumas articulações do movimento sindical das Américas em Denver (Estados Unidos, 1995), Cartagena (Colômbia, 1996) e Fortaleza (Brasil, 1997) – forja-se um amplo movimento social – *mediante delegações, coalizões e plataformas de diversos contextos e países* – de oposição ao discurso e às práticas livre-cambistas dos Estados e dos organismos multilaterais nas Américas. “Entre as decisões tomadas em Belo Horizonte, a mais inovadora é, sem dúvida, a que consistiu em lançar uma Aliança Social Continental (ASC),

isto é, lançar as bases de uma aliança ampla e profunda fundada na construção ‘de alternativas viáveis e concretas à ALCA’” (Brunelle, 2002). Os anos de 2002 e 2003, desde a perspectiva das lutas e movimentos sociais populares do Brasil e América Latina, foram marcados, inelutavelmente, pela Campanha (Inter) Nacional contra a ALCA. Podemos citar as iniciativas relacionadas ao *Encontro Hemisfério de Luta contra a ALCA* realizado em Havana (Cuba) – que envolveu a quase totalidade das mais importantes representações sindicais, sociais e populares da América Latina, além de importantes setores sindicais do Canadá e dos EUA –, assim como as jornadas internacionais e “anti-cumbres” realizadas em Buenos Aires (Argentina) e Quebec (Canadá), onde mais de 50 mil trabalhadores e estudantes manifestaram-se sob a consigna de “Não à ALCA”, considerada esta como *instrumento jurídico-político para legalizar e aprofundar a recolonização imperialista da América Latina*. Desde então as manifestações de massas romperam o sigilo das negociações da ALCA, realizadas detrás de portas fechadas por chefes de governo e empresários. O “Consenso de Havana”, como assim se chama a declaração final do encontro citado – *em clara alusão crítica ao Consenso de Washington* – considera a ALCA como “um processo, já em marcha, de anexação e recolonização de nossos povos”. O objetivo declarado trata-se de *impedir a aplicação da ALCA*; para o qual são propostas um conjunto de medidas que vão desde a necessária *propaganda generalizada sobre o significado da ALCA* – como forma de mobilizar e “conscientizar” a população – até a exigência de *submeter este projeto a plebiscitos populares* em todo o continente mediante amplas plataformas políticas e sociais, em todas as Américas. Durante o II Fórum Social Mundial lançaram-se as Campanhas Internacional e Nacional contra a ALCA através de uma manifestação popular, com mais de 50 mil pessoas nas ruas de Porto Alegre. Internacionalmente colocava-se a formação da ASC e o Encontro Hemisférico e, no *front* interno, como elemento de continuidade de métodos de luta e formas organizativas do *Plebiscito Nacional sobre a Dívida Externa*, trazendo *os sujeitos, a estrutura e a dinâmica* que o havia caracterizado, em 2000¹²⁶.

¹²⁶ A Constituição Federal determina a realização de “exame analítico e pericial dos atos e fatos geradores do endividamento externo brasileiro”, dispositivo este que inspirou uma das perguntas do Plebiscito Nacional sobre a Dívida Externa realizado em 2000, que coletou mais de seis milhões de votos em 3.444 cidades brasileiras. A pergunta era: “O Brasil deve continuar pagando a Dívida Externa sem realizar uma Auditoria Pública desta dívida, como previa a Constituição Federal de 1988?”. Numa iniciativa também não-oficial e sem voto obrigatório – cuja organização envolvia movimentos sociais, entidades profissionais, Igreja Católica etc. – mais de 96% dos participantes disseram que “Não”, corroborando com o lema da Campanha do Jubileu Sul, “A Vida acima da Dívida”. A configuração política, ideológica e organizativa da campanha, delineada abaixo, traz importantes elementos para compreender a gênese, a formação e as perspectivas também da CNCA.

“A *CÉDULA DO PLEBISCITO*: A cédula do plebiscito será distribuída por uma Comissão Nacional do Plebiscito e constará em seu conteúdo três questões diretas e simples: uma abordando a Dívida Externa, outra a Dívida Interna e outra o Acordo do Brasil com o FMI.

OBJETIVOS:

O Plebiscito Nacional tem como objetivo geral *consultar a todos os cidadãos brasileiros adultos para que votem e manifestem sua opinião em relação à situação da dívida externa e interna do Brasil*.

Menegoti Tasca (2004) destacou os elementos constitutivos do que seriam práticas contra-hegemônicas de participação popular mobilizadas no interior da CNCA, dando ênfase à comunicação social / educação popular como formas sociais de consciência e conhecimento coletivo, de alguma forma contrárias à lógica do mercado que impera nos gêneros discursivos dominantes do *journalisme de marché* e da institucionalidade política. Tal lógica – “expressando sua tendência de *deslocamento da esfera pública e na sua substituição pelas grandes corporações empresariais como sujeitos econômicos e políticos*” (Menegoti Tasca, idem) –, deveria ser negada na perspectiva do questionamento ao monopólio privado dos meios de comunicação de massas, assim como aos mecanismos institucionais das *democracias realmente existentes*; o que a CNCA teria, ao menos parcialmente, alcançado. A CNCA configurou-se como momento destacado de uma *guerra de consciências* no sentido de denúncias e exigências – como o fora o movimento antiguerra nos países imperialistas – de certa forma sintonizada com as classes subalternas do continente e enquanto proposta de “mobilização” e “conscientização” para a formação de sujeitos entre a maioria da população (neste espectro referenciamos-nos na *classe-que-vive-do-próprio-trabalho*; desconsiderando as potenciais frações capitalistas e pequeno-burguesas descontentes com a configuração pretensamente “unilateralista” assumida pela ALCA).

“– *Tem que assinar?*”

“– *Aqui, na lista.*”

Para isso propõe-se:

- levar o debate à opinião pública e às bases, possibilitando informações e esclarecimentos para que a população tome consciência de que a Dívida Externa e Interna são as principais causas do aprofundamento das dívidas sociais e ecológicas;
- colocar este tema na pauta das mobilizações populares e questionar, a partir da prática, o modelo econômico neoliberal adotado no Brasil, lutando pela recuperação da soberania nacional;
- somar forças para exigir uma Auditoria Pública da Dívida Externa e Interna, a suspensão da dívida externa e a adoção de controles sobre a política de endividamento.

O QUE É UM PLEBISCITO:

É a consulta aos cidadãos sobre um determinado tema que interessa a vida de todos. Nas sociedades que procuraram ser democráticas, esta é uma prática bastante comum, pois ajuda os governos a decidir segundo a vontade da maioria da população. É uma prática de democracia direta.

Nesse Plebiscito serão instaladas urnas durante uma semana (02 a 07 de setembro), para que o maior número possível de cidadãos possa votar. Haverá urnas em Igrejas, Sindicatos, Colégios, Universidades, estações de transporte, etc.

POR QUE UM PLEBISCITO NACIONAL:

Vamos propor ao Congresso Nacional que convoque um Plebiscito sobre a questão da dívida externa e interna. Mas, como normalmente nossos governantes não costumam nem gostam de consultar o povo, o Plebiscito Nacional de setembro será uma consulta aos cidadãos organizada por pessoas e entidades da sociedade civil.

Este Plebiscito:

- é legal, pois os cidadãos são livres para organizar este tipo de consulta;
- é legítimo, pois a questão da dívida externa está carregada de ilegalidades e injustiças, e pesa demais na vida do povo;
- seu poder é moral. Não obriga o Estado e o governo a seguirem as decisões votadas, mas põe em julgamento ético e político o Estado e o governo;
- têm grande poder de pressão e democratiza o nosso país” (Jubileu Sul, 2000, grifos no original).

“Com a mão trêmula, carteira de identidade ao lado, Seu Francisco assinou cuidadosamente, com a maior seriedade. No banco de espera de um hospital público em Diadema, aquele senhor baixo, de cabelos brancos, se sentia fazendo algo importante. Abriu um sorriso, alegre pela participação”. (ALMEIDA, 2002, grifos no original)

A forma plebiscitária, enquanto consulta ou *referendum* popular auto-organizado, referenciada em comitês populares e sem voto oficial-obrigatório, traria em si a denúncia e a crítica à “democracia dos ricos”. Mas, em face aos objetivos de “fazer o enfrentamento à política imperialista dos EUA” que propõe alcançar, quais são seus limites? De um lado propõe-se o empenho em – prioritária e permanentemente – “conscientizar, politizar, organizar as massas” e, por outro, coloca-se a necessidade de desenvolver “formas de luta, de mobilização e de trabalho de base”. O objetivo estratégico colocado pela CNCA, para além de “barrar a ALCA” e “defender a soberania nacional”, formulou-se como: “construir uma alternativa de integração popular e soberana entre os povos americanos”. Agora cabe perquirir as determinações e mediações centrais relacionadas à configuração desta luta social.

Na primeira semana de setembro, mais de 10 milhões de pessoas como Seu Francisco votaram no plebiscito da ALCA. *Sem apoio de nenhum governo (nem federal, nem prefeituras do PT), sem espaço na mídia, correndo por fora das instituições do regime, uma mobilização popular veio à tona. A ALCA foi introduzida na agenda de discussões nacional, de maneira espetacular, por uma ação do movimento de massas contra todas as ações [...] da democracia dos ricos, voltadas para as eleições. Que diferença entre o plebiscito e as eleições de outubro! Estas eleições são manipuladas, dirigidas por marqueteiros pagos a peso de ouro, com os quatro principais candidatos apoiando o acordo com o FMI e prometendo mais uma vez o paraíso. A diferença salta aos olhos, também, se repararmos nos agentes de cada uma das campanhas. No plebiscito, os pontos de apoio foram mais de cem mil ativistas, que se esforçaram para superar as dificuldades materiais, através de inúmeras e surpreendentes iniciativas. As paróquias das igrejas, sindicatos, escolas, assentamentos de sem-terra e sem-teto de todo o país viraram comitês antiimperialistas. As urnas se espalharam nas praças públicas, estações de metrô, trem e ônibus, agências da previdência e hospitais públicos. Valeu de tudo para entrar nas empresas e recolher os votos. Estes ativistas da campanha da ALCA são os mesmos que garantem as greves, ocupações de terra, atos públicos, são o que de melhor existe neste país. Não são os cabos eleitorais pagos das eleições de outubro, que estão também presentes no PT. Após uma década de aplicação do modelo neoliberal, de privatizações, acordos com o FMI, guerras promovidas pelos EUA, há uma crescente consciência antiimperialista que, em geral toma a forma de uma postura anti-norte-americana. Os milhões de votos neste plebiscito materializaram este progressivo sentimento antiimperialista no rechaço à Área de Livre Comércio das Américas, ou melhor, ao Acordo para Legalizar a Colonização da América Latina.* (ALMEIDA, *idem*, grifos nossos)

CAPÍTULO 5 – MEDIAÇÕES TEÓRICO-POLÍTICAS, CONCEPÇÕES ESTRATÉGICAS E MÉTODOS DE LUTA PROPOSTOS NO COMBATE À ALCA

Sob o impacto da consigna central do I Fórum Social Mundial, a Declaração da Segunda Cúpula dos Povos da América frente à ALCA – em Quebec, 2001 – anuncia que “Outra América é possível”. Denunciava-se neste documento o discurso que associava *democracia*, *liberdade* e *mercado* no interior das negociações (ainda) sigilosas entre chefes de governo e o fórum empresarial: “O projeto ALCA é um estatuto de direitos e liberdades para os investidores e consagra a supremacia do capital sobre o trabalho, transforma a vida e o mundo em mercadorias, sabota a democracia e solapa a soberania dos Estados” (CNCA, 2002). O fluxo de exportação do excedente de capitais – ou “investimentos” – que caracterizam o tratado “livre-cambista” operaria sob o recrudescimento da lógica do “mercado”: “esta verdadeira mistificação conceitual que procura obscurecer estratégias e mecanismos da exploração” (Braga e Bianchi, 2003b). Ou seja, tratar-se-ia da mais ampla liberalização para o movimento de capitais baixo as relações e condições impostas pelas formas particulares de acumulação e extração de mais-valia que configuram a atual ordem imperialista do Capital. O re-ordenamento jurídico-político no sentido do não-intervencionismo da regulação estatal diria tudo; não se trata de um fenômeno estritamente “econômico”. A desregulamentação prestar-se-ia, desta forma, ao objetivo de desvincular a relação entre “investimentos” estrangeiros, por um lado e, por outro, geração de divisas internas, estímulo à produção de caráter nacional, criação massiva de empregos à população, desenvolvimento técnico-científico autônomo e um largo etc. *Exacerbar-se-ia, desta forma, o abismo entre “centro” e “periferia”*. Em Cuba, no mesmo ano, lança-se uma alternativa global ao Consenso de Washington, em documento avalizado por mais de oitocentos delegados de movimentos sociais, sindicais, juvenis, políticos, ambientalistas, camponeses e indígenas das Américas. “O Consenso de Havana está baseado na perspectiva da integração solidária entre iguais, pela conquista da justiça social e do bem-estar de nossos povos. Ao Contrário do Consenso de Washington, fundado sobre o fundamentalismo do mercado, temos por objetivo ir construindo uma agenda alternativa, solidária, baseada na globalização dos direitos econômicos, sociais e culturais” (CNCA, idem). Caracterizava-se desta forma o projeto de zona hemisférica de livre comércio: “A ALCA não é somente um acordo comercial, como oficialmente pretendem vendê-lo. É um projeto que responde às necessidades da economia americana. Este país e o capitalismo internacional passam por uma crise financeira e de produção de bens. Para sair da crise precisam impor um novo padrão de acumulação de capital, baseado

em novos centros hegemônicos. Para alcançar este novo padrão, estão utilizando a guerra e o combate ao terrorismo, como forma de transferir recursos públicos ao complexo industrial-militar. Também pretendem ter um domínio total do hemisfério americano, controlar o território, as potencialidades da biodiversidade, um mercado de 800 milhões de pessoas, assegurando deste modo às empresas norte-americanas um espaço protegido da competição asiática e européia”. E ainda:

Se este Acordo entrar em vigor, a soberania dos países e povos ficará seriamente comprometida, pois sob as regras do jogo que se pretende impor, o poder de decisão será transferido para as empresas e investidores privados globais americanos. A sub-região será condenada a ser exportadora de produtos primários e semimanufaturados, intensivos na exploração da mão de obra e dos recursos naturais não renováveis, pois estará se intensificando a brecha do conteúdo tecnológico das exportações e importações. Não há nenhum exagero quando se diz que a ALCA é a expressão de um *neocolonialismo*. **(REDE DE MOVIMENTOS SOCIAIS, 2002, grifos nossos)**

Os objetivos gerais da campanha continental, lançada durante o II Fórum Social Mundial, foram enunciados da seguinte forma, em quatro tópicos: (i) bloquear a ALCA, (ii) defender a soberania nacional, (iii) mudar o modelo econômico-social de dependência externa e (iv) construir uma alternativa de integração popular e soberana entre os povos americanos. Nestes termos, colocavam-se algumas diretrizes fundamentais enquanto *orientação-para-a-ação* na consecução dos objetivos mencionados: “priorizar esta campanha [não considerá-la como uma atividade a mais], desenvolver as atividades como um processo permanente, estimular as lutas sociais reivindicativas de massas, realizar um intenso trabalho de informação dirigido à base social e ao povo e vincular esta luta a outros componentes da estratégia do neocolonialismo (dívida, Plano Colômbia, Plano Puebla-Panamá etc.)” (Rede de Movimentos Sociais, *idem*). Os eixos diretivos, por sua vez, seriam “conscientização de nossas bases [mentes e corações] sobre o perigo que significa a implantação da ALCA [para nossa sobrevivência enquanto povos independentes]; realização de trabalho de base, de forma permanente para orientar e organizar o povo; realização de mobilizações de massas que superem os interesses corporativos e ampliem a luta contra o modelo econômico-social em curso; realização de uma grande consulta popular, para que o povo decida; realização de mobilizações antes e durante as reuniões dos governos sobre o tema; realização de lutas econômicas contra as empresa norte-americanas que representam este modelo e pressão pela realização de um referendo oficial”. E então – por fim – as atividades propostas são tais como monitoramento e acompanhamento das negociações oficiais; ampla difusão de informação; ampla produção de material didático; realização de debates e seminários de aprofundamento e “construção de alianças sociais, sempre as mais amplas possíveis”.

No mesmo ano em que o presidente estadunidense George Bush pai lançava a *Iniciativa para as Américas* – a qual sentaria as bases ideológicas para o lançamento do NAFTA e da proposta da ALCA – depois de um ano da celebração do “Consenso de Washington”, matriz doutrinária dos programas de *ajuste estrutural*, e ainda sob o impacto da queda do Muro de Berlim e da restauração capitalista do Leste Europeu; o PT brasileiro convocou a diversas organizações e partidos de esquerda da América Latina com o objetivo de debater – na cidade de São Paulo – a nova situação internacional surgida após a *débâcle* final do “socialismo realmente existente” e as conseqüências da implantação de políticas neoliberais pela maioria dos governos da região. Nesse sentido, “a proposta principal foi discutir *uma alternativa popular e democrática ao neoliberalismo*, que estava entrando em fase de ampla implementação mundial” (Foro de São Paulo, s/d., grifos nossos). O primeiro encontro, celebrado em julho de 1990, reuniu 48 partidos e organizações de diversas tradições e matrizes político-ideológicas – PT do Brasil, Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), Partido Comunista Cubano (PCCu) etc. – de todo o subcontinente. No II Encontro – na Cidade do México (1991) – adotou-se o nome *Foro de São Paulo*, organizando-se este em torno à “idéia de trabalhar por uma maior integração continental através do intercâmbio de experiências, discussão das diferenças e busca de consenso para as ações das esquerdas no continente”. A afirmação e desenvolvimento do Foro de São Paulo em seus encontros seguintes – em Manágua (1992), Havana (1993), Montevideú (1995), San Salvador (1996), Porto Alegre (1997), México (1998), Manágua (2000), Havana (2001) e Antigua (2002) – dotaram de maior organicidade as propostas discutidas (e implementadas) sob o eixo político-programático da “busca de um modelo alternativo de desenvolvimento com justiça social”, ampliando a interlocução internacional com organizações tais como o Comitê da Internacional Socialista para a América Latina e Caribe (SICLAC) e buscando a unidade de ação junto a movimentos sociais da região. As concepções estratégicas e os métodos de luta propostos pela ASC e pelo Encontro Hemisférico no combate à ALCA – através da Declaração de Quebec e do Consenso de Havana, respectivamente – identificam-se, em ampla escala, com os traços definitórios mais gerais do acima referido Foro de São Paulo.

Se por um lado já afirmamos que a ALCA visa institucionalizar jurídica e politicamente – *para além de uma zona hemisférica de livre comércio* – o programa de ajustes neoliberais do Consenso de Washington na América Latina e, por outro, definimos os intelectuais, militantes, organizações e entidades que integraram a luta contra a ALCA como aqueles que conformaram – com diferenças entre si – a resistência de caráter popular à hegemonia neoliberal no país durante as últimas décadas; faz-se necessário compreender o processo histórico que deu lugar aos principais aspectos e tendências que caracterizam a CNCA.

Desta forma perguntamo-nos: qual é e como se dá sua composição social, forma organizativa, processo decisório e materialização das propostas? Quais são suas modalidades específicas – direções ideológicas, práticas políticas e aspectos culturais – e, no interior destas, quais as potencialidades emancipatórias e as limitações / obstáculos que enfrentam no contexto da democracia burguesa do Brasil? Enfrentam-se à institucionalidade política? Questionam os limites históricos da democracia burguesa periférico-dependente e sua subordinação estrutural ao imperialismo contemporâneo? Que concepção apresentam da sociedade civil-burguesa e do Estado capitalista brasileiro? Que críticas tecem à hegemonia neoliberal e à ALCA? Propõem projetos históricos alternativos ao “processo, já em marcha, de anexação e recolonização de nossos povos” (Consenso de Havana, 2001)? Quais são eles? Como se apresentam? Que sujeitos históricos reivindicam como protagonistas coletivos da transformação social? Como concebem o socialismo? Constituí-se como um momento significativo de acúmulo de forças e lutas sociais? Abre a possibilidade histórica da construção de uma contra-hegemonia alternativa e popular? Sem a pretensão de esgotar a discussão, as questões levantadas servem-nos como eixos norteadores da *problematização teórico-política*.

5.1 Os Núcleos-Matrizes Determinantes da CNCA e o Movimento de Massas no Brasil

Aqui, objetivamos apreender as formas como concebem – *de forma estratégica, em termos de mediações teóricas e práticas políticas* – o combate antiimperialista e a luta contra o capitalismo contemporâneo, com pelo menos três núcleos-matrizes determinantes, política e ideologicamente, representados nas seguintes formulações-síntese (i) “Nação Brasileira *versus* Imperialismo Norte-Americano” (democrático-popular); (ii) “Integração Soberana *versus* Integração Subordinada” (soberanista) e, por fim, (iii) “Revolução *versus* Colônia” (socialista). Desde já fazemos a ressalva de que as categorias analíticas propostas objetivam nada mais do que encerrar os elementos definitórios mais gerais – descritos da forma o mais sintética possível, repondendo a critérios de natureza método-expositiva – da diversidade de posicionamentos sobre como se concebe, por exemplo, a luta contra a ALCA no interior da CNCA. Em verdade, cada um destes “núcleos-matrizes” político-ideológicos – num duplo movimento, de aproximação e distanciamento, das trilhas abertas por Sader (1990) em sua análise da gênese “tripartite” do movimento operário e popular no Brasil pós-78 – é composto por variantes internas e, no limite, podemos afirmar que, com diferenças, existe um processo de *influências mútuas e fertilizações recíprocas* que se apresenta e reapresenta conforme a dinâmica assumida pela correlação de

forças sociais presentes que incidem na dinâmica das classes em luta. O que, por sua vez, não significa que não haja um embate hegemônico pela direção política do processo que configura os elementos *materiais* e *ideológicos* fundamentais que constituem *aparência* e *essência* do movimento anti-ALCA no Brasil e na América Latina, *no sentido do combate antiimperialista vinculado à luta anticapitalista, enfim, no sentido da construção da futura sociabilidade socialista.*

Como já vimos, o processo de formação da CNCA compreende mediações nacionais e internacionais, inserindo-se na história social recente do movimento operário e popular brasileiro e, simultaneamente num marco de mobilizações de massas da América Latina. No nível mais imediato coloca-se em marcha a campanha a partir de uma ampla convocatória que define política e ideologicamente bandeiras de caráter nitidamente antiimperialista, mediada pela experiência acumulada durante o plebiscito popular realizado em 2000 e pela campanha “Fora FHC e o FMI”. A organização se dá de forma assembleária entre as organizações signatárias – planificadas em nível federal, estadual e regional através de plenárias sociais e comitês populares – e mediante a composição de setores, comissões e secretarias destinados a coordenar, garantir e impulsionar as deliberações consensuadas e/ou votadas pelos plenários. Os eixos gerais sobre os quais se organiza – objetivos, diretrizes e propostas – colocam-se nos marcos acordados na ASC e no Encontro Hemisférico, sobre as quais os membros da CNCA também incidem. Conformam a coordenação nacional diversas entidades – movimentos sociais, setores da Igreja, sindicatos, organizações estudantis, associações corporativas etc. –, sendo que a participação de partidos políticos – como PT, PCdoB e PSTU etc. – restringe-se às plenárias sociais. De acordo com avaliação do Foro de São Paulo a situação internacional, diferentemente do início da década de 1990, estaria marcada pela *crise de hegemonia do neoliberalismo* – especialmente na região – e por “ventos de mudança”, possibilitando não somente a crítica e o combate à hegemonia neoliberal – a qual não mais lograria “confundir e desmobilizar” a maioria da população latino-americana – e às *reformas orientadas para o mercado*, mas também “a construção de alternativas concretas ao neoliberalismo”. A forma e o conteúdo da crítica e do combate ao neoliberalismo – diferenciados entre si, como já frisamos inúmeras vezes –, também apresentam variações no que se refere à ALCA. A proposta de verificar as matrizes político-ideológicas presentes na CNCA objetiva – de forma dialética e sobretudo *aproximativa* – relacionar concepções e práticas diversas em seu bojo, buscando a “real identidade na aparente diferenciação” e, simultaneamente, a “substancial diversidade por trás da aparente identidade” neste movimento social (Semeraro, 2003). A partir de determinadas concepções sobre as estratégias, táticas e métodos de luta mobilizados na crítica-e-combate ao capitalismo neoliberal

e à ALCA no Brasil – mediados estes por diferentes tradições e heranças teórico-políticas que remontam à história social do movimento operário e popular do país – averiguaremos a incidência sobre a luta de classes e as classes em luta a partir de discurso e práxis políticas propostas em situações e conflitos concretos; de formas diversas, divergentes, colidentes e contraditórias.

5.1.1 Nação Brasileira *versus* Imperialismo Norte-Americano ou “democrático-popular”

A resistência às ofensivas do grande capital contra os povos neste século (o nazifascismo foi a maior delas) exigiu a formação de amplas frentes democráticas e populares. Guardadas as proporções, a situação é semelhante. E é preciso que a oposição tenha consciência disso, é necessário criar uma ampla frente democrática [e popular] contra o neoliberalismo. (REVISTA PRINCÍPIOS, 2001)

Com esta formulação inicial podemos partir de uma síntese altamente representativa da problematização proposta por esta matriz político-ideológica do movimento anti-ALCA. A matriz *democrático-popular*, com ampla penetração em organismos representativos como a UNE e a CUT, tem larga tradição histórica e já assumiu diversas formas, sendo personificada mais nitidamente na CNCA pelo Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e, em termos internacionais, na atualidade, no Consenso de Havana. Sendo a força política hegemônica entre as esquerdas até o surgimento do PT¹²⁷, influenciou decisivamente sobre os caminhos e descaminhos da história social recente do movimento operário brasileiro. De acordo com as resoluções programáticas de seu X Congresso, a *hegemonia neoliberal* é caracterizada como ofensiva burguesa para a resolução de uma crise crônica do capital, cujos aumentos da composição orgânica do capital e do exército nacional de reserva trabalhista exigir-lhe-iam a elevação das taxas de extração da mais-valia relativa e absoluta ou, noutras palavras, a *reestruturação produtiva* e o *neoliberalismo político* como acicates da super-exploração do trabalho. Mais além da contradição fundamental entre capital e trabalho, porém, a matriz democrático-popular destaca as assimetrias estruturais entre as nações centrais e periféricas do sistema capitalista, num traço de *relativa* continuidade com a teoria Leninana do imperialismo e, portanto, com a tradição histórico-política que arroga para si. A abertura comercial e a desregulamentação financeira teriam gerado a desnacionalização e a desindustrialização da economia nacional e, segundo o PCdoB, teriam afetado setores e frações da burguesia brasileira, em especial a grande burguesia industrial e a

¹²⁷ Não é de nosso interesse (nem dirimir como tampouco) estimular a querela inscrita na existência de dois partidos comunistas brasileiros – o PCdoB e o PCB – que reivindicam, em-si e para-si próprios, a continuidade histórica da tradição política do partido comunista fundado no país em 1922. Há já uma farta literatura disponível a este respeito.

pequena burguesia. Daí que proponha um “programa de reconstrução nacional” baseado no desenvolvimento capitalista do mercado interno, com distribuição de renda e programas sociais compensatórios. A formulação é explícita: “a viabilidade e a aplicação deste programa somente serão possíveis com a vitória de um novo governo de reconstrução nacional democrática, constituído pelas correntes de oposição” (PCdoB, 2002). No interior deste projeto histórico se apresenta a proposta de “desenvolvimento integrado da América Latina” através do “fortalecimento do Mercosul como um dos instrumentos de resistência à ALCA e à hegemonia norte-americana” (PCdoB, 2000). O novo nacional-desenvolvimentismo capitalista e o acúmulo de forças sociais num sentido de “ampliação democrática e defesa dos interesses populares” – vistos pelo PCdoB como mediações necessárias, ante-salas da luta pelo “socialismo” – justificariam desta forma “a participação do PCdoB na coligação partidária que sustenta a candidatura Lula” ou a superestimação da institucionalidade burguesa em geral e, em particular, da via eleitoral (Ferrone Côrrea, 2002a). Ferrone Côrrea (2002a e 2002b) argumenta que a inspiração para estas proposituras se encontra menos em Lenin – para o qual os momentos da revolução proletária enredar-se-iam num nexó dialético de indissociável continuidade, entre o programa mínimo de bandeiras democráticas e o programa máximo da revolução socialista – e mais em Stálin, a partir dos conceitos de *nação* e *etapa*¹²⁸.

A configuração teórico-política apresenta uma marcada refração cultural e estética, também caracterizada pela ênfase no “nacional-popular”, uma variante da tendência político-cultural predominante entre as esquerdas durante os anos 50 e 60. O que em termos político-econômicos se manifesta como *nacional-desenvolvimentismo*¹²⁹, tributário da Era Varga – e dos

¹²⁸ Ferrone Côrrea (2002a e 2002b, em especial no segundo texto) desenvolve interessante argüição no sentido de expor que enquanto na concepção leniniana do processo revolucionário as liberdades democráticas – liberdade de expressão, organização e agrupamento social, sindical e partidário das classes exploradas – cumpriam um papel importante no acúmulo de forças do proletariado, considerando-se o atraso absoluto imperante no regime despótico do Czar russo; na vulgata estaliniana o que se considera como uma “etapa democrático-burguesa” poderia significar, inclusive, o desenvolvimento das forças capitalistas de produção enquanto aqodamento da revolução proletária. Na versão estaliniana os critérios, político e econômico, são intercambiáveis. *A distorção determinista chega a ser aberrante*. Note-se que em Lenin, iniciada a revolução proletária não haveriam estágios diferenciados a lhe seccionar o decurso, mas sim um processo revolucionário enredado em nexó de contínuo desenvolvimento histórico-dialético. A incidência mesma da profunda transformação histórica da relação de forças entre as classes sociais fundamentais e antagônicas em seu *marco epocale* – considerando-se que a história de vida de Lenin foi coetânea a três revoluções proletárias e uma guerra interimperialista – certamente influenciou a teoria da ação revolucionária de Lenin em seus diversos *momentos*.

¹²⁹ “Mas na sua luta política e ideológica contra o neoliberalismo *a esquerda não pode admitir ser colocada como herdeira do desenvolvimentismo do período populista e da ditadura militar*. Tal política de desenvolvimento foi concentradora da renda, criou favorecimentos de diversos tipos ao grande capital, concentrou o crescimento industrial numa área pequena do país, legou um conjunto de direitos sociais mutilados e precários para os trabalhadores. Já vimos que o neoliberalismo sabe explorar ideologicamente alguns desses aspectos antipopulares do desenvolvimentismo brasileiro. *A esquerda foi a primeira a criticá-los e combatê-los, não pode, agora, assumir a responsabilidade por eles*. Deve defender as empresas públicas e, ao mesmo tempo, fazer a crítica de sua utilização pelos grandes monopólios privados, que cresceram às custas daquelas empresas; deve defender o funcionalismo público, eleito pelo neoliberalismo como o inimigo número um da nação, sem defender o ‘Estado cartorial’ e clientelista – do qual, de resto, a política dos governos neoliberais não abriu mão. É certo que parte da esquerda

sucedêneos governos Dutra, Kubitchek, Quadros e Goulart –, cultural e ideologicamente transparece algo próximo ao “nacional-popular”. As categorias de “povo” e “nação” não se distinguem consideravelmente do discurso do *populismo latino-americano*. “O populismo do período 1930-1964 era uma ideologia política (superficialmente) reformista, que se afirmou após a vitória que uma frente de classes heterogênea, contando com apoio popular urbano, impôs, em 1930, à antiga classe dominante agromercantil” (Boito Jr., 1999). Em concepção *culturalista* e *historicista* – que, por fim, rende ares apologéticos a um processo histórico profundamente conservador (Bosi, 1992) o qual, por fim, deu origem à formação do Estado nacional –, conforma-se como forma cultural de identidade nacional e consciência social. Não há nesta perspectiva sequer qualquer possibilidade de alusão – por mais que implícita – a um horizonte no qual se exponham sujeitos coletivos com interesses históricos contraditórios (e irreconciliáveis), no interior da *nação*. O “povo-nação”, sem distinções de classe, anunciaria em seu *dever-ser* traços de visão utópica e/ou consciência social – em suas manifestações artísticas, filosóficas, científicas e culturais – que portariam *in nuce* valores e crenças potencialmente democráticos e contrapostos ao *imperialismo hegemônico*, mas nunca *socialistas*. Não é à toa, ver-se-á, que esta matriz utiliza-se do “verde-e-amarelo” da bandeira brasileira – dentre outros símbolos nacionais – tão ou mais intensamente do que o vermelho da Internacional Comunista em seus materiais políticos, já sejam de agitação ou propaganda.

Há uma tradição entre os comunistas brasileiros de enfrentar esta questão. E, hoje, a partir da experiência que acumularam, propõem uma visão atualizada dos aspectos teóricos e práticos do tema. Querem aprofundar a compreensão da relação entre cultura e a necessária afirmação da originalidade e da criatividade dos brasileiros neste mundo em que, a pretexto da globalização, a dominação imperialista busca legitimar-se pela difusão de idéias, temas e propostas – com o brilho intenso, mas falso – de obras que alienam, entorpecem e não despertam o pensamento crítico nem a busca do conhecimento autêntico e libertador de indivíduos e coletividades. Ao contrário, rebaixam nossa auto-estima como povo e nação e tentam impor uma identidade nacional fragmentária e claudicante. Alheia à formação de nosso povo, ela não é nacional, mas de grupos ou segmentos da população, como prega o chamado multiculturalismo, de influência norte-americana, e que dilui e atomiza a identidade e a consciência nacionais. Impõe-se a urgência do enfrentamento e superação dessa consciência colonizada que aliena da nação importantes setores de seu povo, afasta os valores brasileiros e os submete aos ditames da hegemonia cultural estrangeira. (REVISTA PRINCÍPIOS, 2003b)

“Brasil sim, ALCA não”¹³⁰

esteve e está comprometida com o velho desenvolvimentismo, o que só facilita a tarefa dos liberais. Eles a atacam pela retaguarda. A parte mais atrasada da esquerda esteve e está comprometida com o ‘Estado cartorial’. O empreguismo público foi amplamente utilizado pelo PMDB para cooptar e, finalmente, levar ao definhamento o antigo PCB. O ‘quercismo’ em São Paulo e o ‘chaguismo’ no Rio de Janeiro valeram-se amplamente desse expediente de cooptação – de *transformismo*, diria Gramsci” (Boito Jr., 1999, grifos nossos).

¹³⁰ Outro signo alegórico desta campanha, utilizado em cartilhas e cartazes da CNCA em 2002, representa o projeto ALCA como um “Cavalo de Tróia”, tendo como significado social uma espécie de proposta enganosa dos EUA, que é enviada aos povos da América Latina no intuito de subjugar-los quando desprevenidos. A antinomia aparência e



Fonte: O Vermelho [PCdoB].

Figura 3 (Fig. 3).

Em verdade, a estratégia (e tática) política aludida tem extensa “tradição” na história do movimento operário internacional. A teoria dos “campos burgueses progressivos” (Moreno, 2003) remonta historicamente às concepções e práticas políticas do movimento operário desde o final do século XIX; desde os *possibilistas* franceses, passando pelos revisionismo do partido social-democrático alemão (Edward Bernstein) até o partido menchevique na Rússia. A colaboração de classes assumiu estatuto teórico histórico-universalizante através do acúmulo e síntese destas experiências contra-revolucionárias, cristalizado a partir do VII Congresso Mundial da Internacional Comunista – sob direção de Stálin, em 1935 – na proposta de *Frente Popular*. De acordo com Moreno (2003), “esta é a teoria dos campos, agora em nível internacional: onde os mencheviques dizem ‘czarismo’, Stálin diz ‘fascismo’...”. Sob o signo desta formulação os partidos comunistas – no auge da estalinização – subordinaram material e ideologicamente o movimento operário de diversos países a setores e frações supostamente “progressivos” de suas respectivas burguesias nacionais, compreendidos como “amigos da paz e da democracia ocidental”. Muito embora a III Internacional tenha sido diluída pelo próprio Stálin em 1943, a estratégia *frentepopulista* de colaboração de classes teve fôlego mais longo. “Essa teoria das Frentes Populares, por sua vez, constituiu-se em diversas formas e conteúdos singulares, de acordo com a realidade da região: nos países semicoloniais, as frentes antiimperialistas com a suposta ‘burguesia nacional’ ou antimonopolista...” (Silva, 2002). Um governo de Frente Popular, portanto, não se trata de um governo “popular”. Mais além de

essência é abordada neste símbolo. Já o capoeira negro brasileiro, em diametral oposição à águia branca norte-americana, porém, contrapõe de forma mais nítida e esteticamente elaborada o núcleo central da matriz democrático-popular: *o imperialismo norte-americano versus o povo-nação brasileiro*. Os corredores isotópicos entre Norte-Sul, Alto-Baixo, Predador-Presa, Besta-Homem etc. remetem a problematizações típicas desta matriz. Trata-se dum *modo de ver, pensar e sentir* o combate antiimperialista, descolado este *da própria luta anticapitalista*.

sua composição social estão a natureza de classe e os limites históricos do Estado no qual se insere. O primeiro (e único) enfrentamento sistemático e conseqüente, no interior de uma perspectiva crítico-revolucionária, contra um governo de Frente Popular – ou seja, um governo de coalizão política entre partidos operários, dirigentes políticos do movimento de massas, e determinados setores sociais da burguesia liberal – deu-se após dura batalha interna de Lenin contra a maioria da direção do partido bolchevique, em 1917, que até então preconizava uma tática de *apoio crítico* ao governo provisório da Rússia, meses antes da Revolução de Outubro¹³¹.

“As teses do VII Congresso da Internacional Comunista tiveram uma longa história no Brasil” (Bianchi, 2001); como se pode observar na história política das esquerdas do país. Silva (2002) enumera, centralmente, suas principais personificações: a Aliança Nacional Libertadora (ANL) e o programa “antiimperialista, antifeudal e antifascista”, em 1935; a tese de *unidade nacional* em torno a Getúlio Vargas contra o nazifascismo, em 1947 e, especialmente, o governo João Goulart (Jango), de 1961 a 1964¹³². As *ilusões democratistas* difundidas pelos partidos comunistas – a crença em que a burguesia nacional enfrentar-se-ia com o imperialismo até as últimas conseqüências, realizando a reforma agrária, o controle de capitais etc. – desarmaram ideológica, política e organizativamente o movimento de massas para a resistência e a luta contra o golpe militar de Estado, em 1964. O PCdoB – assim como o PCB e o MR-8 – seguiu caracterizando a existência de uma suposta burguesia nacional ao longo da ditadura civil-militar, de alguma forma e em alguma medida contraposta ao imperialismo ou, minimamente, em contradição com o capital financeiro internacional. Como vimos, foram os responsáveis por galvanizar a base social operária e popular de sustentação de um bloco histórico liberal-conservador no período posterior, representado pela candidatura indireta de Tancredo Neves durante o auge da multitudinária campanha pelas “Diretas-Já”, junto a setores dissidentes do regime militar, personalidades históricas do MDB-PMDB e à patuléia de sindicalistas pelegos. Desta forma submeteu-se um amplo movimento de massas populares à perspectiva da *democracia política* e da *sociedade civil*. O “pacto social” (colaboração de classes) frentepopulista assegurou a manutenção de acordos com o FMI, preservou o capital monopolista, resguardou a estrutura dos aparelhos ideológicos e repressivos desenvolvidos sob comando da burocracia militar, sustentou – em parte – a doutrina de segurança nacional, manteve o

¹³¹ Nas Teses de Abril Lenin (s/d.a) invoca a necessidade do partido bolchevique de denunciar desde o primeiro momento, explicando pacientemente às massas, a natureza capitalista do projeto político e das medidas práticas do governo colaboracionista de classes; desmascarando-o publicamente em suas propostas anti-operárias – de forma sistemática e orientada – mais do que exigindo algo como a sua ruptura com o imperialismo dominante.

¹³² “Verifica-se portanto como a ‘teoria do campo burguês progressista’ apresentou-se historicamente no país. As correntes políticas e ideológicas que configuraram a ideologia de Frente Popular não se limitam ao terreno conjuntural. Em sua dinâmica superestrutural tomaram forma através dos Partidos Comunistas, de uma intelectualidade acadêmica ‘progressista’ e, no atual período, através do PT” (Silva, 2002).

pagamento da dívida externa, impôs a “anistia recíproca” (de opressores e oprimidos, indistintamente) e conservou os interesses burgueses-oligárquicos inscrustrados no Estado capitalista brasileiro sob a farsa da “Nova República” (Silva, *idem*). A concepção *etapista* acerca da revolução brasileira de outrora, como pudemos constatar, mantém-se em vigor. “Setores da burguesia temem desaparecer com a vigência da ALCA. Alguns rejeitam a mera condição de sócios menores do imperialismo norte-americano. [...] Há focos de resistência inclusive nas Forças Armadas, que temem que a ‘integração econômica’ resulte na completa subordinação militar” (Borges, 2002). A continuidade das teses que afirmavam a *agudeza* dos conflitos interburgueses e o *patriotismo* das Forças Armadas, após vinte anos do regime militar, mais do que *trágica*, é *farsesca*. Nesta concepção – herdeira histórica da famigerada *Declaração de Março de 1958*, do PCB estalinista¹³³, e logicamente congênere da *teoria das contradições*, de Mao Tsé-Tung¹³⁴ – o antagonismo fundamental entre capital e trabalho cede lugar à contradição nação brasileira/imperialismo norte-americano, enquanto “pólo predominante” da luta de classes.

“Do fracasso neoliberal e da resistência empreendida por frentes políticas amplas, com destacado papel de liderança da esquerda, emergiu um vigoroso movimento progressista e popular, em especial, na América do Sul” (Revista Princípios, 2003a). A caracterização da nova situação no subcontinente, na formulação pecebista, teria como principal expressão: “os governos de Lula no Brasil; de Chávez na Venezuela; e de Kirchner na Argentina” – os quais, “deram concretude institucional a esse movimento, descortinando possibilidades de se inaugurar um novo tempo nesta parte sul do continente” (Revista Princípios, *idem*). “Além disso”, reivindica-se secundariamente, “as lutas do povo uruguaio, lideradas pela Frente Ampla que agora, em 2004, disputa com chances de vitória o governo da República. Dos países andinos ressalta-se uma persistente turbulência social e política. Instabilidade que indica a busca tenaz dos povos da Cordilheira por governos que estejam à altura de seus anseios. Prova disso é a recente insurreição popular boliviana que levou à renúncia um presidente entreguista. Na Colômbia prossegue uma jornada guerrilheira de décadas por bandeiras patrióticas sem que se vislumbre solução em curto prazo. Neste país conflagrado, houve, como fato novo, a vitória eleitoral em Bogotá de um prefeito de perfil progressista” (*idem*, *ibidem*). O calendário eleitoral da institucionalidade burguesa apresenta-se, claramente, à frente das lutas diretas de massas,

¹³³ “O proletariado e a burguesia se aliam em torno ao objetivo comum de lutar por um desenvolvimento independente e progressista contra o imperialismo norte-americano. Ainda que explorado pela burguesia, o proletariado está interessado em aliar-se com ela, uma vez que surge mais do atraso do país e da exploração imperialista que do desenvolvimento capitalista. Enquanto isso, marchando unidos para o objetivo comum, a burguesia e o proletariado também têm interesses contraditórios” (PCB citado por Bianchi, 2001).

¹³⁴ “... a contradição entre o imperialismo e o país em questão passa a ser a contradição principal, enquanto todas as contradições entre as diferentes classes no país ficam relegadas temporariamente a uma posição secundária e subordinada. [...] se num processo há várias contradições, necessariamente uma delas é a principal...” (Tsé-Tung citado por Moreno, 2003). Segundo esta lógica, tratar-se-ia de uma *sobredeterminação* (Althusser, 1962).

extraparlamentares, que se desenvolvem no último período na América Latina na análise histórico-conjuntural de relação de forças da nova situação. A caracterização dos limites históricos e da natureza social do processo, situando o conjunto de projetos frentepopulistas da região e o papel cumprido por Lula/PT neste, coloca-se limpidamente no excerto que segue:

Todavia, como entre outras partes do mundo, a travessia do neoliberalismo a um novo modelo de desenvolvimento, assentado na soberania, na democracia e distribuição de renda, tem sido um processo complexo. A herança perversa recebida, a oposição do imperialismo norte-americano e de fortes segmentos das classes dominantes, as limitações das frentes políticas que estão no comando de cada um desses processos, tudo isso concorre para o surgimento de dificuldades e dilemas. Há, todavia, neste processo de transição – que está longe de se concluir – vários avanços. Temos como exemplo o esforço empreendido pela integração da América do Sul; a verdadeira guerra diplomática e política que se trava nos fóruns de negociação da Área de Livre Comércio das Américas (Alca) contra as ambições neocoloniais dos Estados Unidos; de igual modo as batalhas travadas na Organização Mundial do Comércio (OMC); a movimentação no sentido de se estabelecer alianças e grupos de cooperação entre o Mercosul e países da África e da Ásia. Esse conjunto de iniciativas é fruto em grande medida da política externa ativa do governo Lula. O Brasil chamou para si a responsabilidade de exercer um papel de liderança na região e, em parceria com seus vizinhos, vem travando uma luta dura para que cada país construa sua soberania e seu desenvolvimento. [...] A América do Sul luta para reger o seu próprio destino, sem a tutela do imperialismo e livre da subalternidade e da dependência. Por experiência de séculos sabe que não será fácil, mas está determinada a fazê-lo. (**REVISTA PRINCÍPIOS, 2003a**)

O que ocorre é um deslizamento de uma origem antiimperialista de caráter *democrático-popular*, para propostas baseadas num neodesenvolvimentismo nacional, de caráter abertamente liberal-burguês. Proposta esta *irrealista*, em decorrência da natureza classista do *bloco constituído no poder* no Brasil e *anacrônica*, haja vista a época histórico-contemporânea, imperialista, da atual Ordem do Capital. Não se faz alusão à luta pelo socialismo enquanto perspectiva revolucionária que, segundo esta matriz político-ideológica, não se encontraria – como já vimos – no horizonte estendido da *nação*, ao menos nesta *etapa*. Em relação ao sistema mundial inter-Estados no pós-89, a extinção da ex-URSS e a queda do Leste Europeu são apresentadas como “crise do socialismo” e “uma derrota estratégica de grande monta para o movimento revolucionário e de libertação dos povos”. Na avaliação da IX Conferência do PCdoB, tratar-se-ia de um “novo tempo para o Partido – buscar o êxito do governo Lula na consecução de um projeto democrático nacional-desenvolvimentista”. Na resolução citada, conclue-se que:

no exame do quadro geral perdura um balanço de forças adverso à mudança do sistema de poder capitalista-imperialista dominante. A crise do socialismo do final do século passado, a derrocada da URSS e dos países do Leste da Europa provocaram uma derrota estratégica de grande monta para o movimento revolucionário e de libertação dos povos, que ainda não

reúnem condições para uma ofensiva em busca do êxito de novo empreendimento socialista. *Hoje, a realidade de grave crise, agravada com a política belicista do imperialismo, cria situação propícia ao crescimento da luta dos povos e ao acúmulo de forças de sentido antiimperialista, mas, de modo geral, não inverte a tendência dominante da ordem imperialista atual e da situação contra-revolucionária.* (PCDOB, 2003, grifos nossos)

5.1.2 Integração Soberana versus Integração Subordinada ou “soberanista”

As forças sociais e políticas que compõem a matriz *soberanista* propõe a “integração soberana” do Brasil no sistema mundial inter-Estados e na *mundialização capitalista*. Conformam a direção hegemônica da CNCA e estão baseados em organizações como o MST, a Consulta Popular e as pastorais sociais da Igreja Católica. A partir de sua construção, baseada nas ações sociais diretas de massas – e, simultaneamente, coetânea à burocratização sindical e à institucionalização política das esquerdas no país –, o MST afirmou-se enquanto referência nacional de principal movimento social popular contra o neoliberalismo. A partir da segunda metade da década de 1990 passa a incidir nas lutas políticas e ideológicas livradas pelas esquerdas contra a ofensiva burguesa pró-imperialista genericamente designada como “neoliberal”. A partir desta referência social, organizam-se diferentes segmentos da esquerda do PT – especialmente a Articulação de Esquerda (AE) – e outros setores oriundos de diferentes tradições políticas marxistas, da Igreja Católica, de dissidências dos partidos comunistas e de ex-organizações clandestinas que combateram a ditadura civil-militar. Através – principalmente – do MST, organiza-se a *Consulta Popular*, movimento social suprapartidário que visa difundir as bases de um *Projeto Popular para o Brasil* a partir da consulta e discussão com as massas populares das cidades e do campo brasileiro. A organização dos processos que culminaram no *Tribunal Internacional da Dívida* e no *Plebiscito Popular sobre a Dívida Externa* encontra-se balizada por este quadro geral. O *Opção Brasileira*, publicação coordenada por Benjamin (1998), sintetiza a maior parte de suas concepções centrais, documentadas em diversas cartilhas, panfletos e vídeos populares que se reproduziram de forma massiva, subseqüentemente, à Conferência de Itaici (Benjamin, 1998).

Se para a matriz *democrático-popular* a luta de classes apresenta-se – ao menos discursivamente – como força motriz da história do país, não se pode dizer o mesmo da matriz *soberanista*. A história do Brasil não seria a síntese complexa das classes em luta numa formação social historicamente determinada, mas algo como a emanção ideal de um *Espírito Absoluto* – *determinista* e *teleológico* – que dotaria de “sentido de futuro” a “não-nação” brasileira, em direção à *Nação*. A exaltação à miscigenação étnica, à brasilidade cultural e à unidade nacional, mais do que remontar diretamente às teses da “democracia racial” do

pensamento social brasileiro de matriz eminentemente conservadora, estaria centrada numa idealização romântica do povo brasileiro. Uma variante algo diversa da observada na primeira matriz. “Eram versões de esquerda para as representações da mistura do branco, do negro e do índio na constituição da brasilidade, não mais no sentido de justificar a ordem social existente, mas de questioná-la. *É a isso, em linhas gerais, que se pode chamar de romantismo revolucionário brasileiro do período, sem nenhuma conotação pejorativa.* Recolocava-se o problema da identidade nacional e política do povo brasileiro, buscava-se a um tempo suas *raízes* e a ruptura com o subdesenvolvimento, numa espécie de desvio à esquerda do que se convencionou chamar ultimamente de *Era Vargas*, caracterizada pela aposta no desenvolvimento nacional, com base na intervenção do Estado” (Ridenti, 2001, grifos nossos). O problema da identidade nacional e política do povo brasileiro como ponto de partida para a negação de uma “integração subordinada” (subdesenvolvimento industrial e dependência externa) no sistema mundial inter-Estados – *desviação à esquerda do nacional-desenvolvimentismo*, segundo Ridenti (idem) – resultaria da agudização de “questões mal-resolvidas” após o fim da ditadura civil-militar, *agravadas pela mundialização capitalista a partir da ofensiva neoliberal*. Desta forma, os antagonismos estruturais do país são apresentados a partir da suposta pugna, amorfa e *policlassista*, entre “povo” e “elites”.

A ALCA apresentar-se-ia como um processo de “reversão neocolonial”. “A implantação da ALCA teria um impacto devastador sobre as economias latino-americanas, pois existe uma brutal heterogeneidade na produtividade do trabalho na região. [...] Se a ALCA emplacar, o que ainda resta de parque industrial nacional, e ainda resta muita coisa, será varrido do mapa. [...] Do ponto de vista do Estado brasileiro, uma renúncia adicional, e talvez definitiva, de nossa soberania nacional. Em suma, a ALCA representa um tremendo golpe no processo de formação da nação” (Sampaio Jr., 2002). A alternativa estratégica seria “um outro tipo de integração continental [...] necessidade para os países que desejam afirmar sua soberania, para construir uma sociedade justa e solidária [...] países como Venezuela e Cuba afirmam sua independência diante do governo norte-americano e desenvolvem uma política diversificada de alianças internacionais” (Sader, 2002b). De forma bastante concreta, a “Outra América possível” aludida pela ASC teria na redefinição do Mercosul – a partir dos moldes da União Européia – seu “tipo ideal”. Os objetivos de *soberania nacional e justiça social* seriam alcançados mediante “uma combinação de políticas nacionais e internacionais, de ruptura com a posição subordinada aos interesses dos EUA e de construção de um espaço internacional alternativo para a grande maioria da humanidade, hoje excluída das grandes decisões do mundo e sujeito da construção de um mundo melhor...” (Sader, idem). A concepção de Estado e a forma de governo

“democrática”, conseqüentemente, são apresentadas como abstrações *a-históricas e supraclassistas*, e não se propõe uma ruptura integral com o capitalismo e o imperialismo. Diferencia-se da matriz democrático-popular essencialmente por propugnar a supremacia da ação direta de massas como método de luta e realizar abertamente a discussão estratégica, em detrimento do recurso à centralização da via institucional-parlamentar e ao escamoteamento de suas propostas políticas, respectivamente. O socialismo é apresentado mais como um conjunto moralmente referenciado e eticamente ordenado de crenças e valores a serem preservados, estimulados e difundidos (“solidariedade, igualdade e justiça”) no interior dos próprios movimentos sociais populares do que uma ordenação societal *estruturalmente alternativa* à Ordem do Capital pela qual lutar, *na prática*.

A expectativa referente à eleição de Lula e do PT à presidência da república – de mudanças que promovessem a melhoria das condições concretas de existência social das camadas sociais populares – afetou a política dos componentes do núcleo-matriz retratado. Estas tendências, organizações e “movimentos alteraram sua postura para colaborar com a eleição do governo do PT. Um deles foi o MST, que organizou menos ocupações no segundo semestre de 2002. Tais transformações na política do movimento, que se expressaram nos discursos da liderança e nos atos dos militantes do MST, se intensificaram [...] sob o governo do PT, o MST não tem sido o mesmo movimento” (Silva, 2004). Plínio de Arruda Sampaio, em artigo publicado no órgão central do MST, defende que: “‘Terra, Teto e Trabalho’ sintetizam os objetivos deste Programa [de Lula]. O único dos candidatos que tem condições de implantar este modelo alternativo é o Lula, pois as prioridades mencionadas constituem o programa do PT, desde sua fundação” (Sampaio, 2002). Após a vitória eleitoral, por fim, a Coordenação Nacional do MST publica carta aberta, sob o título de “Carta ao Povo Brasileiro e ao Presidente Lula”. A definição política e ideológica – em relação à postura a ser mantida, face ao Governo Lula – configura-se desta forma:

Nós nos engajamos em todas as campanhas eleitorais, desde 1989, para que houvesse mudança. Agora, sentimo-nos orgulhosos e vitoriosos por termos eleito o presidente Lula [...] Nosso papel, como movimento social, é continuar organizando os pobres do campo, conscientizando-os de seus direitos e mobilizando-os para que lutem por mudanças. Manteremos a necessária autonomia em relação ao Estado, mas contribuiremos em tudo o que for possível com o novo governo para que haja a tão sonhada reforma agrária. (MST, 2002)

5.1.3 Revolução *versus* Colônia ou “socialista”

A matriz político-ideológica *socialista* da CNCA – com influência social minoritária de massas – apresenta-se principalmente através do PSTU¹³⁵, do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos e Região além de outros agrupamentos políticos trotsquistas. Nesta, a ALCA é definida como parte articulada de uma ofensiva burguesa de *recolonização imperialista* contra os trabalhadores da América Latina, os quais são conclamados a “impulsionar um grande movimento unitário de massas para derrotar a ALCA” (PSTU, 2002). O neoliberalismo político, a “reestruturação produtiva”, as guerras neocoloniais (como as do Afeganistão e do Iraque) e a ALCA são caracterizados como elementos de uma *ofensiva burguesa* contra os trabalhadores da cidade e do campo, no interior de um estágio decadente e parasitário do sistema capitalista: *imperialista*, tal qual o caracterizou Lenin. A super-exploração dos trabalhadores pela burguesia e as assimetrias estruturais entre as nações dominantes e oprimidas, aspectos típicos do imperialismo moderno, teriam sofrido um salto qualitativo com a mundialização capitalista dos últimos trinta anos. Enquanto tendência histórica em curso, estaria em desenvolvimento – nestes termos – a *recolonização*: “movimento de alcance estrutural que recolocaria as economias locais [da América Latina] no nível de subordinação do século XIX” (Guerrero Gutierrez, 2002). Tais processos dar-se-iam em torno a repostas (capitalistas) à *crise estrutural do capital*, tendo como máxima expressão histórica a restauração capitalista da ex-URSS, do Leste Europeu, China e Cuba. Os eixos diretivos da CNCA, para a matriz *socialista*, devem estabelecer como princípios a *democracia operária* – como princípio, método e forma organizativa de uma frente unitária de trabalhadores – e o *internacionalismo proletário*¹³⁶, necessidade férrea imposta pela Ordem do Capital.

¹³⁵ Além de Guerrero Gutierrez (2002 e 2004), Ozaí da Silva (2001d) e poucas dissertações monográficas e/ou teses doutorais, não encontramos vasta bibliografia sobre o Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado e/ou as correntes e tendências que o constituíram, como há sobre o PT e o PCdoB. A bibliografia especializada sobre o movimento operário e a esquerda política não produziu análises concretas o bastante sobre a rica e complexa história política do movimento trotskysta em seu *ir-sendo*, no Brasil, na América Latina e no mundo. A respeito, recomenda-se: (i) KAREPOVS, Dainis; MARQUES NETO, José Castilho e LÖWY, Michael. Trotsky e o Brasil, em *História do Marxismo no Brasil*, vol. 2. Campinas: Ed. UNICAMP, 1995; (ii) KAREPOVS, Dainis e MARQUES NETO, José Castilho. Os trotskystas brasileiros e suas organizações políticas (1930-1966), em RIDENTI, Marcelo e REIS FILHO, Daniel Aarão. *História do Marxismo no Brasil*, vol. 5. Campinas: Ed. UNICAMP, 2002; (iii) COGGIOLA, Osvaldo. (et. al.) *Trotsky Hoje*. São Paulo: Ensaio, 1994; (iv) MARQUES NETO, José Castilho. *Solidão Revolucionária*. Mário Pedrosa e as origens do trotskysmo no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993. Ainda, as obras de Deustcher e Broué são referências já clássicas no âmbito mundial.

¹³⁶ “Já no século XIX podemos encontrar formas intensas de solidariedade entre movimentos democráticos revolucionários. A construção da Associação Internacional dos Trabalhadores e, mais tarde da Segunda Internacional podem ser considerados os pontos culminantes desse internacionalismo. Tal solidariedade estava fundada na identidade que esses movimentos partilhavam e no futuro comum no qual apostavam. O internacionalismo de Trotsky incorpora a necessidade da solidariedade fundada na identidade e nos projetos comuns, mas vai além, ao alicerçar-se em uma compreensão do imperialismo. Longe de ser um princípio abstrato, o internacionalismo é, para Trotsky, uma necessidade decorrente do caráter mundial da economia e da política capitalista em sua fase imperialista. Em sua análise do imperialismo, Trotsky destacará a contradição entre a

Desta forma, esta matriz compreende a sociedade capitalista dividida em classes sociais antagônicas – proprietários e despossuídos – e reivindica a concepção marxiana de que a emancipação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores, defendendo a independência ideológica, política e organizativa da classe trabalhadora para superar historicamente o capital. Organizações tais como o PT e o PCdoB – de inspiração social-democrática e *estalinista*, respectivamente – são consideradas como *adversárias* das reivindicações imediatas e interesses históricos dos trabalhadores¹³⁷, influências burguesas (ou pequeno-burguesas) nas fileiras do próprio movimento operário a serem combatidas numa luta “sem trincheiras”. A polêmica estabelecida sobre as propostas estratégicas das diferentes matrizes em alternativa à ALCA e à recolonização imperialista é ilustrativa neste sentido. O Consenso de Havana e a ASC, assim como as matrizes *democrático-popular* e *soberanista*, consideram o Mercosul – seja em sua forma atual ou a partir de uma reorientação do mesmo no sentido da União Européia – como alternativa à ALCA. “O Mercosul foi adotado em 1991 como um acordo de livre comércio entre Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai. [...] O Mercosul é um acordo que se opõem ao imperialismo? Em dez anos de experiência os quatro países que o conformam se tornaram mais ou menos dependentes do imperialismo? Os trabalhadores e os povos destes países melhoraram ou pioraram o seu nível de vida?” (PSTU, *idem*). Configurado a partir da abertura de capitais, da desregulamentação trabalhista e das privatizações – e sob

existência de Estados nacionais e a crescente internacionalização da economia e sua manifestação nas contradições que se dão entre a lei do valor no mercado mundial e a regulação estatal, por um lado, e os países imperialistas e as colônias e semicolônias, por outro. Economia e política encontram-se unificadas na análise que Trotsky faz do imperialismo, o que lhe permitirá pensar a atualidade (e não iminência) da revolução socialista na época imperialista. Sua visão do imperialismo produz um internacionalismo que supera a ênfase em uma identidade comum. *A ênfase agora é colocada na necessidade de contrapor ao imperialismo a ação internacional organizada do proletariado. O internacionalismo dos séculos XX e XXI é revolucionário. Ele inclui um esforço sistemático para coordenar os movimentos de emancipação do proletariado e alterar a correlação de forças na arena nacional, mas também na arena mundial.* Tal esforço de coordenação só pode ser eficaz se estiver materializado em uma organização internacional dos trabalhadores. Depois da falência da social-democracia e do stalinismo essa organização passou a ser a Quarta Internacional, para a qual Trotsky dedicou suas energias ao longo de seus últimos anos de vida” (Bianchi, 2002c, grifos nossos).

¹³⁷ Benoit (2004) identifica algo como um *nacional-trotsquismo* na participação de agrupamentos políticos como o PSTU, no Brasil, e da LIT-QI, na América Latina, devido ao envolvimento destes no embate hegemônico pela direção político-ideológica da Campanha Nacional contra a ALCA (CNCA), sob a alegação de *sobrevalorização ideológica do combate antiimperialista* – em detrimento do aspecto essencialmente *anticapitalista* da luta de classe pela transição socialista – nestes países. O argumento central de sua problematização teórica busca refutar a caracterização de formações econômico-sociais como o Brasil e a Argentina mediante a categoria analítica de *nações atrasadas* (ou “semicoloniais”), apoiando-se esta no que considera uma leitura equivocada (ou “etapista”) do Programa de Transição – *o desenvolvimento dialético-programático derivado d’O Capital de Marx*, na acepção do autor – pelos trotsquistas organizados em distintas correntes da América Latina. Assim sendo, haveria dois obstáculos à aplicação do Programa de Transição e da construção da IV Internacional na América Latina. (i) Por um lado, a não-compreensão do desenvolvimento dialético deste programa. (ii) Por outro, a maneira com que se aplicam as teses programáticas para a América Latina, a partir de tradução equivocada que se faz das reivindicações *transitórias* para países atrasados, semicoloniais e/ou coloniais. Parece-nos que apesar do – e contra o mesmo – equívoco sectário (e abstencionista) de suas conclusões peremptórias acerca da CNCA, há um nódulo racional bastante vigoroso em sua *demarché* teórica que deve ser retida, continuada e aprofundada na perspectiva de uma práxis revolucionária. Não obstante, caso não queira converter-se em mero *epistemologismo*, e para todos os efeitos, a crítica marxista há de ir às massas: *força material*.

comando das multinacionais automobilísticas – o Mercosul seria uma proposta pró-imperialista e, em última instância, pró-ALCA. Além de que reproduziria a dominação imperialista em seu interior, na relação das economias maiores com as menores. Já a União Européia, apresentada como exemplo de integração continental, tratar-se-ia na verdade de um projeto imperialista de ofensiva contra as conquistas operárias – fazendo-as retroceder ao período pré-45 – e de colonização do Leste Europeu pós-restauração capitalista.

A maioria das direções dos partidos mais influentes da esquerda, como o PT brasileiro, assim como das mais importantes centrais sindicais, como a CUT do Brasil, CTA da Argentina, e também de Cuba têm manifestado que a alternativa é defender e fortalecer o MERCOSUL. Tanto Lula como Aloísio Mercadante, deputado federal do PT, tem expressado esta idéia. Mercadante manifestou categoricamente que “temos que fortalecer e ampliar o MERCOSUL para aproximá-lo do ideal da integração latino-americana”. Na recente declaração do Consenso de Havana, numa clara alusão ao MERCOSUL foi dito: “Defendemos a alternativa de integração que longe de minar, paralisar e eliminar os processos integradores que vêm se desenvolvendo na América Latina e Caribe, lhes dê cabimento e alento...”. [...] O MERCOSUL, além de desemprego, baixos salários, etc., significa a divisão entre os trabalhadores, a disputa e o enfrentamento entre setores da classe que são levados a defender sua empresa ou seu país na disputa entre capitalistas por aumentar seu lucro no mercado ampliado. Como pensar que o MERCOSUL poderia ser uma alternativa à ALCA quando se sustenta nos mesmos princípios neoliberais e tem mostrado um balanço catastrófico de submissão e perda de soberania destes países?.

(PSTU, 2002)

A alternativa operária e popular seria a unidade dos trabalhadores latino-americanos através da luta pela *Federação Socialista da América Latina*. “A América Latina só poderá romper com o atraso e a escravidão unindo todos os seus Estados numa poderosa federação. Porém, não será a retrógrada burguesia latino-americana, essa sucursal do imperialismo estrangeiro, a ser chamada para resolver esta tarefa; o jovem proletariado latino-americano é quem dirigirá as massas oprimidas” (Trotsky, 2000). A partir de uma plataforma de reivindicações imediatas, transitórias e socializantes – que na CNCA o PSTU define como a negação à ALCA, a ruptura com o FMI, o não-pagamento da dívida externa, a reforma agrária sob controle dos trabalhadores, aumento salarial com reajustes de acordo com a inflação, plano geral de obras públicas (moradia popular, hospitais, escolas e creches) contra o desemprego, reestatização das empresas privatizadas, estatização dos bancos e do sistema financeiro e expropriação das grandes empresas multinacionais e nacionais – esta matriz visa a mobilização permanente dos trabalhadores, estabelecendo um nexo dialético entre as bandeiras democráticas e antiimperialistas e as consignas anticapitalistas e socialistas – “a luta se faz assim abertamente anticapitalista e antiimperialista [...] tarefas de libertação nacional e social inevitavelmente se integram” (PSTU, 2002) –, com vistas à construir o poder operário.

A apresentação de candidatura própria às eleições – através do operário metalúrgico e dirigente político-sindical Zé Maria – apresentou-se como *forma tática* de utilizar-se da legalidade burguesa no sentido da agitação-propaganda de um programa de transição adequado à superação da consciência imediata em relação à violência estrutural das classes dominantes, da denúncia, tanto dos mecanismos contra-revolucionários da democracia burguesa, como sobre a natureza social da Ordem do Capital que a sustenta e, ainda, em relação à necessidade da revolução socialista como único horizonte real e efetivo de auto-emancipação proletária. Nas circunstâncias e condições histórico-concretas que se apresentaram, tratava-se de denunciar – no plano internacional – a Guerra do Iraque e o projeto ALCA como dupla ofensiva de recolonização imperialista contra os trabalhadores de diversos países.

A estratégia revolucionária objetivaria a constituição do operariado e do conjunto dos assalariados da cidade e do campo num *coletivo de classe ideológica e politicamente unificado contra o capitalismo*. Este processo dar-se-ia a partir da contradição entre as necessidades do movimento operário e as impossibilidades do sistema capitalista, em *plena crise estrutural*, de realizar concessões. A revolução permanente (Löwy, 1972) – concepção em parte presente na *Mensagem do Comitê Central à Liga dos Comunistas* (Marx, 1979), nas *Teses de Abril* (Lenin, s/d.a) e, de forma sistematizada e com elementos de originalidade, em *Resultados e Perspectivas* (Trotsky, 1971) – processar-se-ia desde as tarefas democráticas – reclamos operários ainda circunscritos à legalidade burguesa – até a perspectiva socialista de ruptura anticapitalista e, ainda, da luta revolucionária em determinado país até a internacionalização revolucionária das lutas proletárias. Ao cabo, a representação político-ideológica dos trabalhadores, apresentada aqui nos diferentes núcleos-matrizes da CNCA, condensa sínteses dinâmicas de elementos contraditórios das classes subalternizadas pela Ordem do Capital mediadas estas por variados níveis históricos de contingencialidade e organicidade e – em última instância – expressa diferentes e por vezes antagônicos interesses históricos, de distintas classes ou frações de classes em presença.

CAPÍTULO 6 – FRENTE POPULAR LULA-ALENCAR, IMPERIALISMO NEOLIBERAL E MOVIMENTO ANTI-ALCA NO BRASIL (2002-2003)

A realização de seminários de formação de massas em diversos estados do país, a perspectiva de lançamento de comitês populares e a edição de tiragens massivas de jornais populares marcaram o primeiro semestre de 2002; com atividades como palestras, panfletagens, passeatas etc. A conjuntura nacional, por sua vez, era atravessada pela estagnação econômica, pelo impacto da crise argentina e pelo debate sobre a sucessão presidencial no país no final do mandato de FHC. O governo de FHC e os quatro principais candidatos à presidência firmaram uma espécie de acordo de transição com o FMI. Armínio Fraga, ex-presidente do Banco Central – e subordinado direto do mega-especulador financeiro George Soros¹³⁸ –, “negociou” com banqueiros, com o FMI, com o Tesouro dos EUA e outros membros do Governo Bush Jr. os termos da transição presidencial brasileira. Os quatro principais candidatos à sucessão presidencial¹³⁹ reuniram-se com Fraga e apoiaram o novo acordo firmado com o FMI. Este acordo, de US\$ 30 bilhões, visava o aumento do superávit primário para 3,75% do PIB brasileiro até 2005. Tratava-se da primeira vez que o PT apoiava um acordo com o FMI em toda sua história política. A campanha eleitoral do PT, que em 1982 foi marcada pela palavra-de-ordem “Trabalhador vota em Trabalhador”, em 2002 associou-se ao lema “o patrão que o Brasil merece”, numa alusão ao candidato a vice-presidente e empresário capitalista José Alencar, dono da Coteminas – uma das maiores corporações têxteis do país – e político parlamentar de um partido liberal-burguês da direita brasileira, o Partido Liberal (PL). A *Carta ao Povo Brasileiro* coroou todo este processo. Nela, Lula e o PT se comprometiam a manter os “compromissos firmados” com os organismos financeiros internacionais e a impulsar um “pacto social” entre

¹³⁸ O mesmo que havia afirmado que “os brasileiros podem até escolher o presidente que quiserem” mas as decisões que lhes dizem respeito, “seriam tomadas fora do país”. Não tratava-se, portanto, de qualquer *bravata*.

¹³⁹ José Serra (PSDB), Luís Inácio “Lula” da Silva (PT), Anthony Garotinho (PSB) e Ciro Gomes (PPS). Os outros dois candidatos – Rui Pimenta (PCO) e Zé Maria (PSTU) – foram praticamente ignorados pela imprensa burguesa e, na prática, viram-se vilipendiados no que se refere à “equidade” de oportunidades de exposição pública de seus respectivos eixos político-programáticos à população, supostamente garantida na legislação eleitoral, em especial no concernente a debates veiculados em meios de comunicação social de massas. Sob a justificativa ideológica de que as “pesquisas de opinião” indicavam-nos inelegíveis, e de que seus respectivos grupamentos partidários seriam “legendas nanicas”, inexpressivas tanto no Executivo como no Legislativo, procedeu-se à *censura branca* das vozes dissonantes. Note-se que, dentre as seis candidaturas registradas no Cartório Eleitoral, foi público e notório (nos limites da *censura branca* que marcou as eleições presidenciais) que apenas as duas últimas condenaram a *usurpação prévia do princípio de soberania popular* – consubstanciada na consertação a portas fechadas ocorrida entre os quatro “presidenciaíveis”, Armínio Fraga, o capital financeiro internacional, o FMI e altos quadros do governo Bush Jr. – configurado enquanto *estelionato eleitoral* desde o primeiro ato da *farsa democrática* imposta pela institucionalidade burguesa. No mais, foi saudado (o “estelionato”) enquanto signo de *maturidade* da “democracia” e das “instituições” (burguesas) brasileiras por jornalistas, sociólogos e políticos, dentre os demais analistas “especializados” das classes dominantes.

capital e trabalho para gerar “desenvolvimento econômico com justiça social”, o qual preserva todos os fundamentos econômicos neoliberais de Cardoso. “Premissa dessa transição será naturalmente o respeito aos contratos e obrigações do país. [...] Superando a nossa vulnerabilidade externa, poderemos reduzir de forma sustentada a taxa de juros. Poderemos recuperar a capacidade de investimento público tão importante para alavancar o crescimento econômico. Esse é o melhor caminho para que os contratos sejam honrados e o país recupere a liberdade de sua política econômica orientada para o desenvolvimento sustentável. [...] Vamos preservar o superávit primário o quanto for necessário para impedir que a dívida interna aumente e destrua a confiança na capacidade do governo de honrar os seus compromissos” (PT, 2002a). Pretendemos realizar a análise conjuntural de ao menos dois momentos significativos no que se refere à inflexão dos sujeitos, da dinâmica e da estrutura social assumida pela CNCA: (i) a preparação do Plebiscito Popular sobre a ALCA, primeiramente, e o que se conheceu como (ii) *o Colapso de Cancún e a Batalha de Miami*, respectivamente.

6.1 Da CNCA ao Plebiscito Popular sobre a ALCA

A CNCA, esta multitudinária campanha e poderoso movimento social – que contou com 120.860 ativistas que trabalharam por objetivá-la em todo o país –, não contou com o mais mínimo apoio do PT. Ao contrário, pouco antes do plebiscito, Lula e o PT romperam publicamente com o mesmo afirmando que “O PT é um partido que está a poucos dias de ganhar o governo e não pode ficar brincando de fazer plebiscito” (Lula da Silva, 2002). De que forma ocorreu esta ruptura? O que significou? Após a plenária social que definiu as perguntas da cédula do plebiscito, ocorreu em julho a reunião da coordenação nacional da CNCA. Acudiram delegados das coordenações estaduais de São Paulo e de Santa Catarina; sindicatos e entidades nacionais como a CUT, a UNE, a Federação Democrática e Combativa dos Metalúrgicos da CUT, o ANDES-SN, as pastorais sociais da Igreja Católica, a Auditoria Cidadã da Dívida, a Marcha Mundial das Mulheres, a esquerda do PT, o PCdoB, o PSTU, o MST e a Consulta Popular. Nesta reunião seguiu a polêmica sobre o conteúdo, a forma e a quantidade das perguntas do plebiscito sobre a ALCA. Desde a plenária social da campanha, ocorrida no mês anterior, a caracterização da campanha estava em discussão. O debate não se tratava somente de um problema de forma, mas de conteúdo, profundamente relacionado com a possibilidade da vitória da coalizão lulista nas eleições presidenciais.

Na reunião formaram-se claramente dois campos opostos na polêmica. De um lado, PT, PCdoB, CUT e UNE pela mudança do conteúdo das perguntas. Do outro, MST, Consulta Popular, Pastorais Sociais, Jubileu Sul, Auditoria Cidadã da Dívida e o PSTU, pela manutenção das perguntas aprovadas na plenária nacional. A executiva do PT foi representada na reunião por Marlene Rocha, da Articulação de Esquerda, que propôs a retirada da terceira pergunta – sobre a base de Alcântara – e a modificação da segunda – sobre a saída do governo brasileiro das negociações. Esta mesma posição foi defendida pelo PCdoB, representado por Vital Nolasco, pela direção majoritária da CUT, representada por Sandra Cabral, e pela direção majoritária da UNE, representada por Geraldo Vilar. As Pastorais Sociais e o Jubileu Sul tomaram a palavra e defenderam as resoluções da Plenária. Em sua fala, Padre Alfredinho, representante das Pastorais, enfatizou que a campanha contra a ALCA está superando todas as expectativas de mobilização, que as perguntas aprovadas pela plenária já tinham sido divulgadas amplamente e que, portanto, era contra a exclusão de Alcântara ou qualquer mudança no conteúdo na questão sobre a saída das negociações. [...] Assim, depois de um duro debate foi aprovada a manutenção das perguntas tal como havia sido definido anteriormente. Os representantes do PT, PCdoB, CUT e UNE disseram depois de aprovada a manutenção das perguntas que ‘estão na campanha, mas não no plebiscito’; que não vão atacar publicamente o plebiscito; que são contra a ALCA, mas que a aprovação daquelas perguntas dificultava sua adesão ao plebiscito. (AGRELA, 2002)

Durante a 9ª Plenária Social da CNCA, o PT e o PCdoB propuseram a exclusão de uma pergunta sobre a dívida externa, assim como se manifestaram contra a inclusão de uma questão sobre a cessão da Base de Alcântara aos EUA; argumentando contra a manutenção de uma pergunta sobre a permanência do Brasil nas negociações da ALCA. Resolveu-se – depois de intensa polêmica – não incluir a pergunta sobre a dívida externa, mas mantiveram-se as outras três questões: sobre a assinatura do acordo, sobre a permanência do país nas negociações e sobre a cessão da Base de Alcântara. Nos dois encontros que sucederam à plenária social, ambos os partidos, bem como a CUT¹⁴⁰ e a UNE¹⁴¹, insistiram em excluir a pergunta sobre Alcântara e

¹⁴⁰ A polarização social na América Latina – onde situações revolucionárias voltam ao cenário histórico no final do séc. XX e início do séc. XXI – tende a uma nova configuração do movimento operário e popular que vem se expressando no re-ordenamento organizativo de novos pólos intersindicais e alternativas de luta. As velhas centrais, como a CGT argentina, entraram em profunda crise e perderam poder de convocatória, abrindo espaço para o surgimento de novos organismos como a CTA. A COB boliviana, até então praticamente destruída, revitaliza-se e encabeça a insurreição popular de La Paz. Na Argentina, ao calor do processo revolucionário, surgiram as assembléias populares inter-bairros, as assembléias piqueteiras, as coordenações de fábricas ocupadas sob controle operário e, ultimamente, começou a ocorrer o surgimento de oposições sindicais e novas direções alternativas. Estes embates fazem com que se aprofunde o processo de reorganização no terreno político e sindical. No Brasil, aprofunda-se o processo de ruptura com a CUT, que atualmente não passa de uma agência governamental – material e ideologicamente integrada ao Estado capitalista – instalada no movimento sindical. Este processo histórico está adquirindo peso social e influência de massas – mesmo considerando-se suas inúmeras dificuldades organizativas – e o mesmo ocorre com o processo de construção de uma nova alternativa de direção político-sindical, a Coordenação Nacional de Lutas (CONLUTAS). A subjetividade classista de ruptura com a CUT ainda não se reflete, porém, direta ou proporcionalmente, na objetividade organizativa da construção de mediações alternativas ao combate ao arrocho salarial, ao desemprego massivo e à ofensiva burguesa – que atenta contra a organização sindical e as conquistas do movimento operário – consubstanciada nas propostas de Reforma Sindical e Trabalhista do Governo Lula. “Os sindicatos não são um fim em-si mesmos, são apenas meios [...] na marcha em direção à revolução proletária” (Trotsky, 1978).

¹⁴¹ A UNE – que cumprira importante papel nos anos 50 e 60 no cenário político-cultural do país e fora refundada sob o impacto do ascenso operário do pós-78 no movimento estudantil – passou por um intenso processo de institucionalização e burocratização durante os anos 80 e 90. Sob mais de quatro décadas de hegemonia *estalinista*

modificar o conteúdo da consulta sobre a participação do Brasil nas negociações. Depois da resolução de manter as três perguntas, PT, PCdoB, CUT e UNE retiraram-se da reunião. A posição adotada foi a de seguir na campanha, mas não participar do plebiscito, em função das perguntas escolhidas, as quais, supostamente, *dificultar-lhes-iam* a adesão ao plebiscito [vide anexo]. “... o PT discorda da pergunta sobre o acordo com os EUA sobre a Base de Lançamentos de Alcântara (MA) na consulta popular. A polêmica sobre o assunto vem se arrastando há meses, e como não houve consenso, o PT fará campanha própria contra os termos em que a Alca vem sendo negociada, considerados prejudiciais ao Brasil. O partido, explica o líder petista, deputado João Paulo (SP), não é contra a Alca, mas contra as condições impostas pelo governo dos Estados Unidos para formação da área de livre comércio. ‘Do jeito que o acordo foi concebido, a Alca não será uma política de integração, mas de anexação aos Estados Unidos’, afirma João Paulo. Estudo da Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo) diz que as condições negociadas são lesivas às empresas nacionais. [...] O tratado internacional teve oposição do PT na Câmara, e foi aprovado pela Comissão de Relações Exteriores com parecer do deputado Waldir Pires (PT-BA) que modifica dispositivos considerados nocivos aos interesses brasileiros. No entanto, o partido considera que o plebiscito não poderia misturar os assuntos. Entre os organizadores da consulta de setembro estão a CNBB, o MST e o PSTU” (Boletim Informes, 2002a). O resultado do plebiscito, em detrimento da ruptura do PT¹⁴², foi vitorioso. Um fenômeno social, de massas, e *inédito* na história recente dos movimentos sociais do país.

Resultados do Plebiscito Popular sobre a ALCA

PERGUNTA 1	O governo brasileiro deve assinar o tratado da ALCA?	Não 9.979.964 Votos
	O governo brasileiro deve continuar participando das decisões da ALCA?	Não

em seu interior, aderiu ativamente ao Ministério da Educação após a eleição do Governo Lula, à formulação da Reforma Universitária imposta pelo Banco Mundial e, em recente resolução congressual, apoiou a intervenção militar ao Haiti perpetrada sob a direção das forças armadas brasileiras e chancela legal da ONU. O diagnóstico de “cadáver insepulto”, que se lhe impingira alhures, por-se-á à prova *pela* História.

¹⁴² “Já durante a preparação do plebiscito, o PT havia se retirado da comissão organizadora. As divergências de opinião entre os partidários da candidatura de Lula e os organizadores do movimento contra a Alca eram recorrentes. A contradição política das intervenções programáticas petistas implica um apelo evidente, endereçado aos trabalhadores, no sentido de uma defesa mais ativa dos ‘interesses nacionais’ na concorrência internacional, envolvendo grupos empresariais nacionais e blocos comerciais, subdivididos em áreas geográficas, como por exemplo a Alca: ‘As negociações na Alca não serão efetuadas em um clima de debate ideológico, mas serão levados em conta, essencialmente, os interesses nacionais do Brasil’ (PT, 2002, p. 13). Lula chegou a afirmar que ‘O PT é um partido que está a poucos dias de ganhar o governo, não pode ficar brincando de fazer plebiscitos’ (Folha de S. Paulo, 25 ago./2002). Não se tratava unicamente de uma contradição no modo de conduzir a luta, como demonstrou claramente o então candidato à vice-presidência (J. Alencar, PL) que afirmou alhures (Folha de S. Paulo, 26 out./2002) que *as pessoas posicionavam-se contra a Alca sem saber o que significa*. Concluiu sua intervenção com o elogio liberal: ‘Livre comércio significa, para sermos exatos, o fim das fronteiras econômicas. Significa que os países viverão em uma economia rigorosamente aberta. Isso é uma coisa boa para o Brasil? Eu penso que sim.’” (BIANCHI, Alvaro; BRAGA, Ruy. *Brasile: dove è andata a finire la speranza. Proteo*, Roma, v. 4, N° 2, 2004).

PERGUNTA 2		9.737.190 Votos
PERGUNTA 3	O governo brasileiro deve entregar parte de nosso território, a Base de Alcântara, para controle militar dos Estados Unidos?	Não 10.006.740 Votos

Fonte: CAMPANHA NACIONAL CONTRA A ALCA (CNCA).

Quadro 3 (Quad. 3).

À vitória expressa no quadro acima (Quad. 3), seguiu-se a perspectiva de continuidade da campanha – após as manifestações do Grito dos Excluídos e da coletiva de imprensa que marcou a entrega dos resultados do plebiscito popular ao Congresso, ao Judiciário e à Embaixada dos EUA em Brasília –, que incluía a exigência de um plebiscito oficial pelo governo eleito em 2003, a participação nas manifestações anti-ALCA, na capital equatoriana de Quito, e a proposta de coleta de assinaturas para a formulação de um *Projeto de Iniciativa Popular* prevendo a suspensão das negociações. O encontro de Quito ocorreu logo após as eleições gerais, sendo fortemente marcado por expectativas no novo Governo Lula. A direção do PT não enviou nenhuma delegação oficial ao Encontro contra a ALCA. Ao contrário, enviou um delegado – o deputado federal Paulo Delgado – à reunião dos governos que negociavam a ALCA. Não se conheceu qualquer questionamento do PT ao representante do governo brasileiro que assumiu a co-presidência das negociações. Ao contrário, o PT se posicionou pela manutenção do país nas negociações, o que colocou o próprio Presidente Lula na co-presidência das negociações da ALCA, junto a Bush Jr. *As expectativas geradas pelo governo do PT – em função de seu prestígio de classe, entre a população trabalhadora – arrastaram a direção majoritária da CNCA para uma política de “apoio crítico” ao governo eleito, visto então, pela maioria dos trabalhadores, dos movimentos sociais e das esquerdas como “a transição ao pós-neoliberalismo”* (Sader, 2002c). Nesta conjuntura ideológica privilegiou-se o acompanhamento de comissões parlamentares – ocasionando o refluxo dos comitês populares e das ações diretas –, elidiu-se o protagonismo do Governo Lula na efetuação de medidas direta ou indiretamente tomadas no sentido da ALCA e contra os trabalhadores – seja na co-presidência das negociações do acordo ou na promoção de contra-reformas neoliberais, tais como a previdenciária –, e, como resultado subsequente, a CNCA foi cada vez mais esvaziada de conteúdo, “superestruturalizada” e, por fim, *integrada à Frente Popular*.

Participação no plebiscito por estados da federação

Acre	12.333
Alagoas	96.472
Amapá	16.404

Amazonas	88.527
Bahia	770.067
Ceará	424.238
Distrito Federal	91.397
Espírito Santo	380.975
Goiás	219.406
Maranhão	263.388
Mato Grosso	138.710
Mato Grosso do Sul	140.403
Minas Gerais	1.297.750
Pará	270.888
Paraíba	224.528
Paraná	706.009
Pernambuco	226.884
Piauí	108.103
Rio de Janeiro	742.254
Rio Grande do Norte	104.565
Rio Grande do Sul	548.512
Rondônia	171.893
Roraima	12.085
Santa Catarina	531.764
São Paulo	2.337.063
Sergipe	186.194
Tocantins	38.730
TOTAL	10.149.542

Fonte: Campanha Nacional contra a ALCA (CNCA).

Quadro 4 (Quad. 4).

6.2 Frente Popular, recolonização imperialista e ALCA

O sistema fala uma linguagem surrealista: (...) chama de ajuda a ortopedia deformante dos empréstimos e à drenagem de riquezas que os investimentos estrangeiros provocam; convoca os latifundiários a realizarem a reforma agrária e a oligarquia para pôr em prática a justiça social. A luta de classes não existe – decreta-se –, mais do que por culpa dos agentes forâneos que a fomentam; em troca existem as classes sociais e se chama a opressão de uma por outras de estilo ocidental de vida. (GALEANO, 1976)

Desde a assinatura de comunicado conjunto, durante o primeiro ano do Governo Lula, por Luiz I. Lula da Silva e George W. Bush Jr. – co-presidentes das negociações para formar a *Área de Livre Comércio das Américas* (ALCA) –, no qual se acorda a implantação da ALCA até janeiro de 2005, já se fazem insustentáveis as afirmações de distintos setores “à esquerda” de que este era “um governo em disputa”. A ALCA trata-se de uma ameaça à já débil soberania nacional dos países da América Latina e, se aprovada, converterá o Brasil numa verdadeira neocolônia dos EUA; causando ainda mais privatizações, fome e desemprego para a classe trabalhadora. A foto de Lula e Bush sorridentes, dando-se as mãos em Washington D.C. – e silentes sobre a simultânea invasão militar do Iraque, diga-se de passagem – é mais do que sintomal; significa, como já o veremos a seguir, o *sepultamento póstumo de um ciclo histórico de curta duração* no qual o Partido dos Trabalhadores (PT) significou um referente de luta dos trabalhadores brasileiros e, *mutatis mutandis*, sua irreversível reconversão num pilar de sustentação auxiliar do imperialismo neoliberal¹⁴³ na América Latina. Mas, como advertiu Marx (1993), “a exigência de abandonar as ilusões sobre sua condição é a exigência de abandonar uma condição que necessita de ilusões”. Então, sigamos desta “representação caótica do todo” até avançarmos – apreendendo e sintetizando suas múltiplas determinações – às suas “mais simples abstrações”. Mais do que esgotar a caracterização das limitações histórico-políticas pró-imperialistas, do aliancismo social capitalista-operário¹⁴⁴ do Governo Lula e de sua natureza de classe essencialmente grande-burguesa (Silva, 2002) – bem como sua mais *absoluta submissão ao capital financeiro mundial e ao FMI*; tema extensivamente discutido entre as esquerdas políticas e acadêmicas do país – pretendemos concentrar-nos em algumas afirmações de intelectuais, quadros, movimentos e organizações das “esquerdas”; as quais até pouco tempo atrás grassavam hegemonicamente (e seguem atuantes até o presente momento) entre as representações sociais, sindicais e políticas do movimento operário e popular no Brasil. Em especial aquelas que sustentavam militantes, intelectuais correntes e tendências, já fossem *centristas*¹⁴⁵ ou *reformistas*, no sentido de robustecer as *ilusões democratistas* referentes ao

¹⁴³ Duménil e Lévy (2004), analisando o período que se estende dos anos 80 até inícios do séc. XXI, valem-se da expressão *imperialismo neoliberal* para esclarecer a natureza e as características do neoliberalismo e do imperialismo em sua fase atual, assim como a inter-relação entre ambos, essencialmente, na *economia política*.

¹⁴⁴ O vice-presidente é Alencar (PL), grande empresário têxtil. Ao Banco Central alçou-se Meirelles, único ex-presidente do BankBoston de origem não-estadunidense. Ao Ministério da Agricultura, Lula indicou o latifundiário Rodrigues. No Congresso Nacional seus aliados são o PMDB (ex-base aliada do governo FHC), o PTB (que apoiou o neoliberal e corrupto Collor) e o PP de Maluf (resquício vestigial do regime civil-militar).

¹⁴⁵ “De fato, em situações não-revolucionárias, de estabilidade da dominação burguesa, o centrismo não foi além da gravitação em torno dos partidos reformistas, quando não foi diretamente absorvido. Já em situações revolucionárias, e sempre que exista um pólo revolucionário suficientemente forte disputando a direção das massas, o centrismo tem, invariavelmente, se dividido, esfacelado pelas terríveis pressões da luta de classes: se uma fração mais burocratizada é reintegrada no aparelho reformista, também é verdade que uma parcela mais próxima do ascenso das lutas populares pode evoluir para posições revolucionárias” (Arcary, 2003c). Em função dos limites generalizantes do conceito, o qual deve ser constantemente submetido à “análise concreta de situações concretas” –

diagnóstico quasi-aritmético de “governo em disputa”, o qual agregaria simultaneamente determinada “herança maldita da era FHC” em torno aos núcleos duros do Ministério da Fazenda e do Banco Central de um lado e, por outro, medidas supostamente “progressivas” do lulismo relacionadas ao Ministério do Desenvolvimento Agrário e, em especial, à *política externa do Itamaraty*. Supostamente, *o cretinismo e a esquizofrenia redundariam em seu caráter dito, à época, errante* (e, em alguns casos, mantém-se a análise). Será assim?

Desta maneira, debruçamo-nos sobre a perscrutação da dimensão discursiva que envolve a tática política de “apoio crítico” ao governo de turno, especificamente em relação ao que se consideram veleidades autonomistas na arena internacional – por exemplo, o “fortalecimento do Mercosul, o apoio ao governo Chávez e ao governo Fidel, a ampliação dos novos parceiros comerciais (...) e a posição firme contra a guerra do Iraque” – e, como expressão singular deste campo ideológico, a peculiar ponderação sobre o que seria uma “negociação soberana” do Brasil em relação à ALCA como “uma importante articulação com os países em desenvolvimento”, a qual haveria contrariado “interesses profundos das grandes transnacionais, fundamentalmente as norte-americanas”, configurando-se por fim como, supostamente, “mais uma vitória da política externa do governo brasileiro” (Reis, 2003). A pergunta torna-se inevitável. Nesta “batalha”, quais são os interesses representados em conflito? *Todo reflexo, bem sabemos, implica distorção*. Objetivamos ir mais além da compreensão referente à configuração discursiva dos limites político-ideológicos das diversas tendências das “esquerdas” em relação à política externa do Governo Lula em geral e, particularmente, a que alude à ALCA. Trata-se, sobretudo, de *aferir as concepções elaboradas junto à rudeza material do devir histórico, à correlação das classes em luta, assim como às respectivas formas como se apresentam e representam na cena política nacional e internacional*. Pretendemos explorar as mediações presentes entre a Frente Popular Lula-Presidente, o *imperialismo neoliberal* e a *recolonização* no Brasil. Consideramos a justificação sobre a delimitação do problema selecionado como objeto de reflexão em sentidos vários: (i) trata-se da possibilidade de confrontar formulações diversas em termos de análises de conjuntura, caracterizações sobre política externa e ALCA que, inseridas nas lutas teóricas, ideológicas e políticas em curso, não encerram um objetivo em-si mesmas, haja vista que *a práxis* – neste caso, queira-se ou não – *impõe-se como critério da razão*¹⁴⁶; (ii) o

sem a qual se perde todo o *potencial explicativo* – utilizaremos o mesmo em *sentido lato*. De qualquer forma, “o centrismo está muito disposto a proclamar sua hostilidade com relação ao reformismo, porém nunca menciona o centrismo. Ademais, considera que a própria definição de centrismo é ‘pouco clara’, ‘arbitrária’, etc.; em outras palavras, o centrismo não gosta que o chamem pelo nome” (in: Trotsky, Léon. “O centrismo e a IV Internacional”, fev./1934).

¹⁴⁶ Recorramos diretamente, para maior esclarecimento, à fonte matricial na qual se inspira a corrente formulação: “A questão se cabe ao pensamento humano uma verdade objetiva não é teórica, mas prática. É na práxis que o homem deve demonstrar a verdade, a saber, a efetividade e o poder, a ceterosidade de seu pensamento. A disputa

papel internacional cumprido pela Frente Popular Lula-Presidente também será considerado, com igual destaque para a *recolonização imperialista* e a ALCA, lançando-se mão do método Lenineano de “análise concreta de situações concretas”¹⁴⁷; e, enfim, (iii) interessa-nos investigar até onde os diversos marcos de análise *atém-se* ao terreno contingencial e em que medida pode-se afirmar que *ultrapassam* – ao menos embrionária e tendencialmente – o nível das conjunturas sociais, políticas, econômicas e culturais imediatamente presentes situando, tal Gramsci, *um nexo histórico-dialético entre os movimentos de ordem ocasional e orgânica*¹⁴⁸.

Às causalidades burguesas imediatamente atuantes e aquelas latentes, colocadas muito antes da ascensão da *Frente Popular*¹⁴⁹ ao poder executivo do país – vice-presidência ao

sobre a efetividade ou não-efetividade do pensamento isolado da práxis – é uma questão puramente escolástica” (Marx, 1978b). Ou, como prefere Callinicos (2000), “uma prova crucial para qualquer teoria social que aspire a ser real, que busque ajustar-se ao presente, reside na sua capacidade para interpretar com êxito este tenso estado de coisas”. Assim, em última instância, acreditamos – apoiando-nos na concepção marxista da História – que *a práxis impõe-se como critério da razão*.

¹⁴⁷ Nessa abordagem, Lenin enfatiza insistentemente a necessidade de substituir a afirmação categórica (“fraseologia revolucionarista”), peremptória e dogmática – ou a mera constatação muda da existência de “tendências históricas irresistíveis” – pela “análise concreta da situação concreta”. A síntese do método dialético na formulação leniniana – que considera a dupla dimensão, lógica (“análise”) e histórica (“situação”), que o constitui num mesmo movimento – alude à necessidade da incessante e sistemática consideração da *rudeza material do devir*, socialmente sita e historicamente determinada, a partir da clivagem das classes exploradas. A “concretude” da situação é designada pela especificidade histórica e equivale, no plano da análise, à exigência de que cada *configuração histórico-transitória na situação conjuntural da correlação entre as forças e classes sociais em presença* seja examinada na rica inteireza de sua particularidade e ineditismo. Não é casual que Lenin recorra à dialética literária de Goethe para afirmar que “gris é toda teoria perante a verde árvore eterna da vida”. A História se “atualiza” a partir de *situações concretas* – singulares, únicas e irrepetíveis – cuja configuração objetiva deve ser apreendida e “analisada”, de forma precisa, acurada e totalizante, se objetivamos interpretar e, por fim, transformar a realidade social e política.

¹⁴⁸ “O erro em que se incorre freqüentemente nas análises histórico-políticas consiste em não saber encontrar a justa relação entre o que é orgânico e o que é ocasional: chega-se assim ou a expor como imediatamente atuantes causas que, ao contrário, atuam latentemente, ou a afirmar que as causas imediatas são as únicas causas eficientes. Num caso, tem-se excesso de ‘economicismo’ ou de doutrinário pedante; no outro, exalta-se o elemento voluntarista e individual (a distinção entre ‘movimentos’ e fatos orgânicos e movimentos e fatos de ‘conjuntura’ ou ocasionais deve ser aplicada a todos os tipos de situação, não só àquelas em que se verifica um processo regressivo ou de crise aguda, mas àquelas em que se verifica um processo progressista ou de prosperidade e àquelas em que se verifica uma estagnação das forças produtivas). O nexos dialético entre as duas ordens de movimento e, portanto, de pesquisa dificilmente é estabelecido de modo correto; e, se o erro é grave na historiografia, mais grave ainda se torna na arte política, quando se trata não de reconstruir a história passada, mas de construir a história presente e futura: os próprios desejos e as próprias paixões baixas e imediatas constituem a causa do erro, na medida em que substituem a análise objetiva e imparcial e que isto se verifica não como ‘meio’ consciente para estimular à ação, mas como auto-engano. O feitiço, também neste caso, se volta contra o feiteiro, ou seja, o demagogo é a primeira vítima de sua demagogia” (Gramsci, 1975). O eixo temático de nosso programa investigativo leva-nos ao âmago da problematização de Gramsci sobre a *análise das situações e relações de forças*, já seja sob o aspecto lógico ou histórico. As lutas sociais, expressadas aqui em sua multiplicidade concreta ha história social recente do movimento operário e popular, expressam níveis *orgânicos* ou *contingenciais* de organização e consciência de classe dos trabalhadores? *Tratar-se-iam de embates ofensivos ou defensivos?* Eis aqui o “dilema da esfinge”.

¹⁴⁹ Os governos de Frente Popular têm se desenvolvido continuamente durante todo o século XX e também no começo deste em diferentes regiões e contextos da Europa, América Latina e Ásia – e, segundo as tradições do movimento operário socialista que reivindicam o legado teórico-político de Marx, Engels, Lenin e Trotsky –, tratam-se de governos nos quais “os partidos operários colaboracionistas de classe ocupam ministérios e um lugar predominante”, consistindo em amplas alianças políticas entre as direções dos trabalhadores e movimentos de massas com setores provenientes das classes proprietárias. Estes governos são produto do estágio imperialista de desenvolvimento do capitalismo, quando as crises intrínsecas à Ordem do Capital, e/ou as *situações revolucionárias*, exigem que a burguesia aprimore sua dominação classista através da cooptação contra-revolucionária de dirigentes e

empresário têxtil José de Alencar do PL, partido liberal-burguês; programa econômico regressivo etc. –, somaram-se àquelas subsequentes à posse (composição de ministérios, Banco Central etc.); i.e., propostas de contra-reformas neoliberais contra os direitos do trabalho – tais como as previdenciária, sindical e universitária –, intensificação das taxas de lucro no país e um novo acordo com o FMI¹⁵⁰; formulações “estruturais” seguindo diretrizes do Banco Mundial (Ministério da Fazenda, 2003 e Williamson, 2003); *autonomização* do Banco Central; expulsão sumária dos ex-“radicais” do PT¹⁵¹; corrupção generalizada e um largo etc. (Leher, 2003b). A

organizações do proletariado através dos aparelhos do Estado burguês – as quais, em muitos governos, chegam a ser majoritárias – sem que isso signifique qualquer antagonismo ou contradição com o capitalismo-imperialismo (Moreno, 2003).

¹⁵⁰ Para termos uma compreensão mais concreta da chamada “questão social” no Brasil, podemos pautar-nos pela última declaração do relator da Organização das Nações Unidas (ONU) para o Direito à Alimentação, Jean Ziegler, na qual afirmou que “a fome no Brasil tem contornos de genocídio” e que o que existe em nosso país caracterizar-se-ia como “uma verdadeira guerra social”. Aproximadamente quarenta e quatro milhões de brasileiros vivem na condição de famintos e miseráveis, ou seja, mais de 25% da população brasileira. Segundo o Censo 2000 do IBGE a taxa de desemprego já passa dos 15%. Sob o governo FHC, um em cada quatro trabalhadores ganhava até um salário mínimo. No nordeste, 46,2% ganham até um mínimo, 73% até dois. Mais de 80 milhões de brasileiros sobrevivem com renda de até dois salários mínimos. Os 10% mais pobres da população concentram 1% da renda nacional, enquanto os 10% mais ricos concentram o equivalente a 45,7% das riquezas do país. Estes números representam uma profunda contradição entre a realidade social da população brasileira e os “objetivos fundamentais da república” promulgados através da Constituição Federal de 1988, entre os quais figuram a “erradicação da pobreza” e a “redução das desigualdades sociais”. Com o aprofundamento da política de ajuste estrutural e a intensificação da alta taxa de juros, o Governo Lula – longe de fazer saldar a secular dívida social – só fez recrudescer o quadro geral de contradições sociais mediante o pagamento diligente dos serviços da dívida pública. No sentido de manter os contratos com o capital financeiro internacional, rompeu-se o consórcio entre os “de baixo” e o novo Lula “Paz e Amor” – em “lua-de-mel” com o mercado – significando o divórcio litigioso com as expectativas dos trabalhadores por terra, trabalho e salários dignos. A política social compensatória e focalizada – tal como prescreve o Banco Mundial – aplicada por Lula *só faz reproduzir o pior do neopopulismo latino-americano*.

¹⁵¹ O período que decorre entre a tramitação e a aprovação, no Congresso Nacional, do Projeto da Reforma da Previdência Social dos trabalhadores estatais ocorrido entre abril e agosto do primeiro ano de mandato presidencial – no qual a popularidade de Lula manteve-se favorável ao governo federal – produziu amplo descontentamento e revolta social no funcionalismo público das três esferas – municipal, estadual e federal –, o que levou às greves e mobilizações sociais, em especial de trabalhadores docentes, auditores-fiscais da receita federal, trabalhadores previdenciários, além de estudantes universitários e outras categorias profissionais. Essa foi a primeira mobilização nacional – verdadeiro divisor de águas, ainda que com limitações – contra as propostas do Governo Lula. De qualquer maneira, o projeto governamental manteve magnitude política com a proposta do Orçamento para 2004, priorizando o pagamento de juros, amortização e *rolagem* da dívida pública – externa e interna – em detrimento das áreas sociais, além do Plano Plurianual (2004-2007), que conservou o *superávit* fiscal na ordem de 4,75% até 2007 e, por fim, instaurou-se o projeto de Parceria Público-Privado (PPP), o qual possibilita a associação de investimentos estatais e de capital privado nas áreas de infra-estrutura social, saúde, educação etc. Para conseguir a aprovação destes projetos no Congresso Nacional, o governo constituiu uma ampla base político-parlamentar, envolvendo diversos grupamentos do espectro partidário da institucionalidade burguesa vigente, inclusive com os setores mais oligárquicos, conservadores e fisiológicos do parlamento brasileiro (a “vanguarda do atraso”), seja na Câmara dos Deputados ou no Senado (Silva, 2004). Aos conflitos de baixa intensidade no interior do quadro petista sucedeu-se a expulsão – praticamente sumária – do que a imprensa burguesa alcunhou como “Parlamentares Radicais” do PT. Sob referência do lapso temporal acima detalhado, ocorre a formação do movimento *Esquerda Socialista e Democrática* (ESD) e, a *posteriori*, o *Partido Socialismo e Liberdade* (P-Sol). Instituído com base de sustentação entre as classes médias assalariadas, sob expressão de tendências da “esquerda” petista ou não (a *Liberdade Vermelha*, fração pública da tendência petista *Democracia Socialista*, DS; o *Movimento de Emancipação Socialista*, MES; a *Corrente Socialista dos Trabalhadores*, CST; a *Socialismo e Liberdade*, ex-cisão do PSTU, SOL, dentre outras correntes que se reivindicam trotsquistas), com parlamentares de oposição de esquerda como figuras públicas – os ex-“radicais” Heloísa Helena, Luciana Genro e João Babá – e o apoio mais ou menos orgânico de expressiva intelectualidade acadêmica do Rio de Janeiro e São Paulo, de diversas matrizes eurocomunistas, social-democráticas e/ou socialistas envolvendo Carlos Nelson Coutinho, Leandro Konder, Michel Temer, Roberto Romano, Francisco de Oliveira, Marcelo Badaró, Roberto Leher, Ricardo Antunes etc.; tal corrente

partir da ascensão do PT à presidência da república, as conjunturas materiais e ideológicas do presente momento histórico, portanto, desenvolvem-se sob a continuidade e o aprofundamento da *hegemonia burguesa*, do *capitalismo neoliberal dependente* e das *reformas orientadas para o mercado* (Boito Jr., 2003a). A composição ministerial, a manutenção da alta taxa de juros e do *superávit* primário, a conservação dos acordos financeiros internacionais e as (contra) reformas realizadas seguidas à Era FHC (1995-2002) – a exemplo da privatização-desnacionalização das empresas ex-estatais –, indicaram os limites político-institucionais nos quais o Governo Lula se inseria – e aos quais, *mais do que se subordinar*, aderiu *ativamente* –, *acenando* para o grande capital internacional (e aqui *não* se trata de mera metáfora cênica) *no sentido de que a política macroeconômica neoliberal brasileira não apresentaria mudança, mais ou menos abrupta, em relação ao governo anterior* (Silva, 2002). Para o Ministério da Fazenda, sob o auspício de Antonio Pallocci, o principal seria sustentar – a todo custo – a confiança dos “mercados”. Ainda no início do governo, a cantilena de que havia uma “herança maldita” obstaculizando um (pré) suposto “mudancismo” governista em direção ao resgate da “secular dívida social para com o povo” – levantada pela absoluta maioria das esquerdas sociais e políticas – instrumentalizava a perspectiva tática do “apoio crítico” ao que seria o “governo em disputa”. A perspectiva da esperança era, em verdade, *o acicate perverso da passivização dos trabalhadores* (Dias, 2003).

O governo da Frente Popular Lula-Presidente assume a presidência da República do Brasil, em 2003, mantendo o essencial da caracterização do fenômeno frentepopulista tal como descrito em sua dimensão histórico-universal, porém mantendo singularidades próprias da historicidade concreta e das conjunturas materiais e ideológicas que o determinam e condicionam. Lula assume o poder executivo não sob a pressão de uma vaga sustentada e generalizada de ascenso operário e popular – como observamos no pós-78 – mas justamente para preveni-la. Em meio a uma profunda crise econômica, turbulento cenário político-burguês e crescente (mas ainda elementar e incipiente) indignação popular, a administração da crise capitalista, sob o corolário de uma nova geração de ajustes estruturais, é confiada – após sucessivos atritos interburgueses, intrínsecos ao bloco no poder e à hegemonia neoliberal – à Frente Popular Lula-Presidente e sua (velha) roupagem de “pacto social”, entre forças do Capital e do Trabalho.

vai configurando-se organizativa, política e ideologicamente como projeto histórico de ampla frente antiimperialista contra o capital financeiro internacional mediado por uma alternativa eleitoral-parlamentar circunscrita aos limites da legalidade burguesa e constrangida ao horizonte possibilista do Estado e do Capital. Recomendamos, sobre este processo social de descontinuidade e permanência na história política das esquerdas brasileiras, a leitura dos artigos “Brasil: o novo partido velho” (Almeida, 2004), por seu caráter polêmico, e “Intelectualidade, Frentepopulismo e a Esquerda Socialista e Democrática no Brasil” (Silva, 2004), em função da análise sócio-histórica ali contida.

A contraditoriedade que se evidencia pode ser equacionada nos seguintes termos: a derrota eleitoral de Serra (PSDB) se traduz, em parte, como um “Fora FHC” – *expressão distorcida via institucionalidade democrático-burguesa do acúmulo na correlação de forças sociais das classes subalternas em luta contra seus antagonistas proprietários* – porém, não-acompanhado de um “Fora FMI” (Dias, 2003), materializa-se enquanto *variante social-liberal*¹⁵², da mesma forma histórica de acumulação capitalista. Em face ao contexto apresentado, não foram poucos os movimentos, tendências, organizações e partidos das esquerdas que sustentaram a tese da *dualidade reinante*¹⁵³ neste governo frentepopulista. A partir de um aspecto fundante da vida, o de que *onde existe ser social haverá contradições em processo*, determinou-se a *justificação ideológica* em torno ao *apoio crítico*¹⁵⁴.

¹⁵² “A presença do presidente Luís Inácio Lula da Silva na Cúpula da Governança Progressista, realizada em Londres, tem sido anunciada pelos organizadores como a possibilidade de relançar o combalido projeto da Terceira Via. ‘O mundo ainda vai ouvir muito sobre a Terceira Via’, festejou seu ideólogo, o sociólogo Anthony Giddens, em artigo recentemente publicado. (...) Se, por um lado, é possível localizar profundas diferenças entre a trajetória da esquerda reformista européia – e suas representações teóricas – e a trajetória política petista, por outro, é impossível deixar de notar paralelismos e convergências significativas. Sobretudo quando pensamos no programa de governo do PT, na reforma da Previdência e na gestão macroeconômica levada a cabo pelo ministro da Fazenda, Antônio Palocci. Não queremos dizer com isso que o governo Lula será uma espécie de ‘cópia’ de experiências políticas reformistas recentes. A rigor, o programa petista localiza-se à direita de várias das políticas reformistas européias. Mas, do ‘Novo Trabalhismo’ inglês ao ‘Socialismo Administrativo’ francês, passando pelo ‘Novo Centro’ alemão, não deixa de ser possível vislumbrar no passado recente europeu algumas indicações interessantes a respeito do futuro do governo Lula e das alternativas ao neoliberalismo” (Bianchi e Braga, 2003a). Diríamos que, como em *Il Gattopardo* de Tomasi di Lampedusa, narrativa pré-romanesca do século retrasado: “bisogna cambiare tutto, per rimanere lo stesso”. Gramsci (1975) precisamente designou tal operação material-ideológica como *transformismo* histórico.

¹⁵³ O processo revolucionário espanhol é retratado na belíssima película de Ken Loach, lançada em 1995, “Land and Freedom” (“Terra e Liberdade”), baseada no relato do escritor George Orwell sobre sua experiência revolucionária junto às Brigadas Internacionais em Barcelona, “Homage to Catalonia” (“Homenagem à Catalunha”). Já o governo da Frente Popular francesa e sua atuação contra-revolucionária são abordados por Nahuel Moreno na obra “La Traición de la OCI(U)”, editada no Brasil sob o título “Os Governos de Frente Popular na História” (Moreno, 2003). A expressão Frente Popular de Combate – criada por Pivert – ser-nos-á útil à análise.

¹⁵⁴ “Mas existem diferenças e é justamente em relação à compreensão sobre o caráter e a posição frente ao governo de Frente Popular. Setores desses movimentos acreditam que – com mobilização – é possível empurrar o governo Lula para a esquerda, para o confronto com o imperialismo. Segundo, dessa avaliação aponta-se para uma política de apoio crítico ao governo. Essa avaliação e política [...] são equivocadas porque – mesmo que se mantenha uma independência para realizar ações e conflitos – ao manter-se no apoio crítico terminará por fazer parte do mesmo bloco do governo perante as massas, aparecerá como sua ala à esquerda, crítica, porém jamais se constituindo como uma alternativa de esquerda, independente: uma oposição de esquerda. Quem ficar numa posição assim, de apoio crítico, ou de ala esquerda do campo do governo, diante das inevitáveis críticas à esquerda e confrontos que vão surgir com esse campo, acabará obrigado a fazer o papel de defensor do governo, reproduzindo assim a pressão do governo contra posições mais à esquerda. Porque, historicamente, essas posições ficaram conhecidas como as da ‘Frente Popular de Combate’. Os blocos de Frente Popular de Combate terminaram no meio de um enfrentamento entre as massas e os governos burgueses de colaboração de classes, desgastando-se dos dois lados e, pior, não construindo uma alternativa de esquerda e revolucionária perante estes. E aí está o grande problema, pois estes governos acabaram na maioria das vezes – sempre quando não existiu uma alternativa revolucionária de peso – levando à derrota do movimento. O primeiro comunicado do MST sobre o novo governo saiu com o título ‘Ao povo brasileiro e ao presidente Lula’, e seus trechos mais importantes se referem à relação do movimento com o novo governo: ‘2- O povo brasileiro disse não a este modelo econômico e agrícola e elegeu o presidente Lula. É uma vitória do povo. É uma derrota das elites e de seu projeto. 3- O MST combateu esse projeto e por isso fomos perseguidos e injuriados... Agora nos sentimos orgulhosos e vitoriosos com a campanha do companheiro Lula. 5- Temos certeza que é possível derrotar o latifúndio, pela organização do povo e pela vontade política do novo governo. Para nós, o inimigo é o latifúndio e o governo Lula vai desempenhar um papel fundamental para

A experiência histórica sobre processos desta natureza pode ser ilustrativa neste sentido. Na segunda metade da década de 1930, Frentes Populares ascendem ao poder na França e na Espanha, em meio ao calor de profundos processos revolucionários. E, em ambos os casos, havia correntes de esquerda que caracterizavam algo similar a uma *dualidade reinante* em seus respectivos governos frentepopulistas. Também em ambos os casos, diga-se, *tal diagnóstico teórico levou-as ao desastre prático*. Vamos aos casos. Na França, o governo frentepopulista foi dirigido pelo “socialista” León Blum, incluindo o Partido Comunista Francês e o Partido Radical. Este governo esforçou-se em neutralizar o descontentamento e a revolta social dos operários – que haviam protagonizado levantamentos revolucionários em várias cidades e uma extraordinária vaga de ocupações de fábrica – arrancando algumas concessões sociais em direitos trabalhistas. Ao mesmo tempo, manteve-se intacto o império colonial, protegeu-se às Forças Armadas e impediu-se qualquer perda significativa das classes proprietárias. Graças a esta política deliberada, a reação recuperou forças, ganhando apoio entre as classes médias arruinadas pela crise econômica (e exasperadas pela inépcia da Frente Popular). Os operários se desmoralizaram. Passado o perigo de um estopim revolucionário, a burguesia francesa se desfez de León Blum e lançou o país à preparação da Segunda Guerra Mundial. À Frente Popular coube o infame papel de impedir o desenvolvimento da revolução e converter os operários franceses em carne de canhão da burguesia imperialista na França. Já no Estado espanhol, depois de que o levantamento social espontâneo das massas derrotou o golpe militar de 18 de julho de 1936, teve início a guerra civil. O governo republicano, com o apoio de socialistas, comunistas e anarquistas, negou-se a fazer a reforma agrária, a dar liberdade às colônias hispânicas ultramarinas ou, ainda, sequer permitiu algo como a autodeterminação aos povos das nacionalidades históricas do Estado espanhol – como a vasca, a catalã, a galega etc. – com o argumento de que “primeiro era necessário ganhar a guerra contra os fascistas de Franco” e, só depois de cumprida esta *etapa*, lançar-se à revolução social. Quando os operários catalães insurgiram-se em maio de 1937, a Frente Popular esmagou-os, lançando uma “guerra civil” interna contra a vanguarda operária e a Oposição de Esquerda, desarmando e desautorizando-as

democratizar a propriedade da terra no Brasil. 8- manteremos a necessária autonomia em relação ao estado, mas contribuiremos em tudo o que for possível com o novo governo, para que haja a tão sonhada reforma agrária. 10- Conclamamos a todos os trabalhadores e trabalhadoras, à sociedade brasileira em geral, a que se organizem, se mobilizem, e nos ajudem a fazer a reforma agrária. Um Brasil mais justo e igualitário é possível. A hora é esta!’. A visão que permeia o manifesto é que se apóia o governo para que ele possa cumprir sua suposta política de reforma agrária. A idéia é manter a autonomia do movimento, mas centrar-se na pressão sobre o novo governo desde uma posição de apoio e se elogia até mesmo o ‘papel fundamental na reforma agrária’ que este governo poderá cumprir. Nenhuma palavra sobre as composições que a direção do PT está buscando com a burguesia (inclusive a oligarquia fundiária) e nem sobre a manutenção dos acordos com o FMI e sobre a política de seguir negociando a ALCA (afinal o MST tem sido uma peça fundamental do movimento anti-ALCA). Aposta-se na pressão do movimento para pressionar o governo de Frente Popular para que encaminhe as reivindicações setoriais e não se levanta nada que possa aparecer como oposto à política do governo eleito” (Fontana, 2002).

perante as massas. Assim, os operários e os camponeses, que haviam dado tudo de si, viram-se impossibilitados de tomar em suas próprias mãos, com seus próprios métodos de luta e sob o horizonte de sua autônoma subjetividade, o processo revolucionário. Conseqüentemente, o triunfo do fascismo fez-se inevitável. Ou, nas palavras de um combatente da Oposição de Esquerda nas fileiras das Brigadas Internacionais, *“a Frente Popular abriu as portas a Franco”*. Deve-se destacar – como comentávamos inicialmente – o diletantismo de forças à esquerda das respectivas Frentes Populares, que levantavam um programa de “apoio crítico” para pressionar os dirigentes governistas, mas sem reivindicar uma política independente. É o caso da tendência Esquerda Revolucionária, de Marceau Pivert na França – autor do termo “Frente Popular de Combate” – e do Partido Operário de Unificação Marxista, o POUM de Andrés Nin na Espanha.

De forma similar, a análise que se fazia no Brasil distinguia pólos diferenciados no interior do bloco constituído no poder. Um seria “continuista”, identificado com *o receituário neoliberal, à vulnerabilidade externa, à estagnação econômica e aos recordes de desemprego*; e o outro “mudancista”, o qual “preza pela democracia, ampliando espaços de participação popular e não criminalizando os movimentos sociais; que defende políticas de desenvolvimento; e, principalmente, que *lidera uma ativa e altiva política externa, fator decisivo num mundo cada vez mais globalizado sob domínio das potências imperialistas*” (Borges, 2004, grifos nossos). Síntese elaborada por um dirigente do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), poderia ser atribuída – com diferentes nuances, mas sem alterações significativas¹⁵⁵ –, à “esquerda” das tendências internas do PT, à direção majoritária da Central Única dos Trabalhadores (CUT), à coordenação nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), a setores significativos do Movimento Consulta Popular (MCP) e à União Nacional dos Estudantes (UNE), em sua maioria integradas – material e ideologicamente – à ordem institucional-burguesa através de ministérios, institutos e conselhos. Considerando que são estes os movimentos sociais, sindicais e políticos majoritários no combate antiimperialista e na Campanha Nacional contra a ALCA no Brasil – *afinados historicamente com a política denominada Frente Popular de Combate*¹⁵⁶, delineada e batizada por Marceau Pivert, dirigente francês da organização centrista

¹⁵⁵ Considere-se nesta afirmação as devidas distinções e clivagens – apresentadas sob diversos eixos e momentos vários de nosso percurso argumentativo – entre as diferentes tendências e correntes que compõem o espectro político-ideológico de *ruptura com a ordem política e econômica estabelecida* na história social recente do país.

¹⁵⁶ “No ascenso revolucionário do proletariado francês de 1936, que deu lugar à instauração do governo frentepopulista de Blum, uma tendência socialista centrista de esquerda, a Esquerda Revolucionária (ER), dirigida por Marceau Pivert, foi arrastada para o apoio ao governo burguês frentepopulista de León Blum. Digamos, para começar, que a ala bolchevique do movimento operário era sumamente frágil. Estava integrada unicamente pelos Trotskystas do Partido Operário Internacionalista, numa frente única revolucionária com a Federação do Sena da Juventude Socialista, dirigida por Fred Zeller. Esta frente pôde conformar-se graças ao audaz trabalho de entrismo dos trotskystas na SFIO. E em relação à corrente de Pivert, não pode negar-se que tinha uma postura crítica frente ao governo, e de impulso às lutas operárias. Tanto é assim, que segundo relata Daniel Guérin (Front Populaire – revolution manquée, Paris: Maspero, 1976), no congresso de Huyghens da SFIO a ER apresentou uma moção de

Esquerda Revolucionária, que integrou o governo frentepopulista de León Blum na segunda metade da década de 1930 –, bem como em seus métodos, táticas e horizontes estratégicos; *em que sentido e em qual medida favorecem ou obstaculizam a constituição do proletariado em classe, a auto-emancipação operária, o combate antiimperialista e a luta revolucionária de massas pelo socialismo no país e no mundo?*¹⁵⁷

No essencial, estão representados no governo Lula todos os partidos e forças políticas que lutaram contra a ditadura militar e resistiram à implantação do neoliberalismo. Vários sindicalistas, como Olívio Dutra, Miguel Rosseto, Jacques Wagner e outros ex-dirigentes da CUT estão em ministérios – o que sinaliza, ao menos, maior sensibilidade à temática do trabalho. O MST, considerado um dos mais ativos movimentos sociais da atualidade, fez questão de explicitar seu apoio ao governo, participou da indicação de dirigentes do Incra em vários estados e está envolvido em mais de 10 projetos oficiais de apoio à agricultura familiar, à saúde e à educação (...). Juntamente com a UNE, a CUT e outras entidades populares, ele tem acento no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), um fórum amplíssimo, para desespero dos mais sectários. Só por esta razão já seria, no mínimo, unilateral e precipitada a conclusão de que a natureza deste governo é “burguesa e pró-imperialista”, como afirma o PSTU. Na verdade, ela expressa o acúmulo que as forças democráticas-populares lograram forjar nas últimas décadas de luta. É um governo contraditório, híbrido, que agrega desde setores do centro até as forças mais avançadas do país. “Resultou assim uma formação governamental democrática, plural, composta de diversos setores oposicionistas ao governo passado, cujo núcleo dirigente é ocupado pelas correntes que constituem a maioria do PT, tendo na liderança popular de Lula sua marca destacada” (...). Essa composição singular, sem precedentes na história do Brasil, abre inúmeras possibilidades ao avanço dos setores populares [...]. (BORGES, 2003)

solidaridade incondicional aos grevistas. No entanto, sua política a respeito do governo não avançou mais além da crítica: jamais rompeu com Blum, senão que o próprio Pivert formou parte de seu governo. *Sua política, chamada de ‘Frente Popular de Combate’, consistia em conformar uma frente com as bases dos partidos operários, para pressionar suas direções traidoras para uma política ‘revolucionária’. Segundo Guérin: ‘No que diz respeito à Frente Popular número dois [a de combate], fomos arrastados a participar lealmente, demasiado lealmente, na Frente Popular número um [a de Blum]. Este compromisso tinha uma justificação aparente. Devíamos estar dentro da Nº 1 para impulsioná-la e levá-la a se confundir com a Nº 2. Acreditamos encontrar uma solução a nossas dificuldades de vocabulário, fazendo-nos campeões de uma Frente Popular de Combate (...) Mas resultou ser uma denominação bastarda. Apesar das duas palavras agregadas, não nos distinguimos o suficiente da Frente Popular Nº 1; assim, ajudamos em certa medida a propagar o engano’* (Guérin, op. cit., p. 103). *Tem razão Guérin ao dizer que a frente popular ‘de combate’ não se distingue da de Blum, apesar da fraseologia revolucionária, o apoio às lutas operárias e as críticas ao governo: ‘Toda a eloquência fraternal [de Pivert] não podia apagar a trava inicial: ele pertencia à equipe de governo; aparecia [diante dos grevistas] como um personagem consular que trazia uma saudação desde a cúpula’* (op. cit., p. 123). Isto, como reconhece o próprio Guérin, deveu-se a que: ‘Não podíamos repudiar a Frente Popular sem mais, [porque] nos afastaríamos deste formidável movimento, surgido do mais profundo das massas...’ (op. cit., p. 103). Este argumento, de ‘não se isolar das massas’ é também uma variante da teoria dos ‘campos’. As massas estão no campo da frente popular, então ali nós devemos estar. É o argumento típico empregado pelos centristas e inclusive pelos revolucionários que capitulam à frente popular. Diante da necessidade de não nos afastarmos do ‘campo’ onde se encontram as massas, não chamamos a estas para romper a aliança com a burguesia e o governo frentepopulista. A revolução francesa de 1936 foi derrotada porque, como disse Trotsky, ‘os operários foram incapazes de reconhecer o inimigo porque havia se disfarçado de amigo’ (citado por Guérin, op. cit., p. 136)” (Moreno, 2003, grifos nossos).

¹⁵⁷ Coutinho, por exemplo, não se contentou em atribuir aos valores democráticos alcance histórico-universal. Foi mais além, ao afirmar que “o governo Lula terá de se equilibrar num estreitíssimo fio da navalha ... Uma inteligente e razoável pressão à esquerda, vinda dos movimentos sociais e da ‘esquerda do PT’, será importante para impedir a possibilidade de cooptação; mas um radicalismo insensato, um voluntarismo principista e alheio às exigências das condições objetivas, devem ser enfaticamente evitados. [...] o radicalismo ‘esquerdista’ seria um gravíssimo erro político ... o eventual êxito do governo Lula será, para a esquerda em geral, uma vitória de alcance histórico-universal” (Coutinho, 2002b, grifos nossos).

Amâncio J. de Oliveira (Oliveira, 2003), por sua vez, refere-se à proposta e negociação da ALCA como “um ponto de inflexão indiscutível para a política externa brasileira”, não havendo “precedentes de um tema internacional tão debatido e que tenha mobilizado de forma tão sistemática a sociedade civil organizada brasileira”, a qual desta forma haveria feito “transbordar, para a sociedade, a discussão sobre comércio internacional, antes restrita ao círculo fechado da diplomacia, das elites empresariais e de especialistas acadêmicos”. Entretanto, a hipótese de que “o amadurecimento da sociedade brasileira em política externa é, em grande medida, uma espécie de externalidade positiva das negociações hemisféricas”, a qual o leva a esta constatação, não poderia estar mais equivocada. Não é mera casualidade que desconsidere em absoluto outras formas e instâncias organizativas que não o Ministério de Relações Exteriores, os canais institucionais do poder legislativo, as organizações não-governamentais (ONGs), as universidades, institutos, empresas e patronais; que se proponham a ir além da perspectiva de “acompanhamento e articulação com o governo”. Sua argumentação segue no seguinte sentido: “... ao contrário do que muitos defendem, são restritos os graus de liberdade do governo brasileiro em optar pela não-adesão. (...) O projeto Alca não foi uma escolha brasileira, mas, à medida que se apresenta, força o país a escolhas custosas numa ou noutra direção. (...) a adoção de uma postura pragmática pelo governo petista. Da mesma forma que desvios de rotas abruptos são custosos em política macroeconômica, reorientações em política internacional importantes também embutem custos” (Oliveira, 2003).

A pretensa “inexorabilidade” da integração à ALCA, no autor, apresenta pressupostos delimitados por um horizonte ideológico evidentemente tributário de práticas e relações materiais bastante concretas, socialmente situáveis e historicamente localizáveis. Trata-se de um “envoltório místico” o qual, segundo a dialética de Marx, encobre certo “núcleo racional”, de determinada *racionalidade instrumental*. Assim, o real existente apresenta-se *de cabeça para baixo*, enquanto “externalidade positiva das negociações hemisféricas”. A mobilização de massas a qual tangencia, em verdade, é resultante de uma frente unitária de movimentos sociais, sindicatos e partidos significativos do *ser-que-vive-do-trabalho* – constituída enquanto ampla campanha anti-ALCA e articulada em torno a uma crescente consciência antiimperialista das massas subalternas –, ainda que *diluída em sua identidade classista*. A noção de *sociedade civil* é empregada para apresentar indistintamente instituições de *diferentes naturezas* como se não fossem atravessadas por lutas sociais e contradições estruturais. Em sua concepção teórica, considera-se o *agir comunicativo habermasiano* – junto à *democracia capitalista* – como a mais avançada forma histórica alcançada por mulheres e

homens os quais, através da *esfera pública burguesa*, poderiam *intervir no plano das idéias e da racionalidade em busca de um suposto bem comum e do consenso intersubjetivo, sustentados por discursos moral e eticamente orientados*. O deslocamento da centralidade histórico-analítica do *trabalho* para a *comunicação* – e do *antagonismo* para o *conflito* –, porém, não se resume à natureza de dimensão estritamente epistêmica. Como explicar, de outra maneira, a ausência em sua análise de um plebiscito popular – não-oficial e sem voto obrigatório – que mobilizou mais de dez milhões de pessoas contra a ALCA? No entanto, apesar do *obstáculo político-epistemológico*¹⁵⁸ acima revelado, alcança-se nesta análise uma caracterização de maior amplitude do que a registrada pelo bloco do *apoio crítico* em relação ao discurso e às práticas da Frente Popular lulista, descompassada – como todo governo colaboracionista de classe – no que diz respeito à relação contraditória entre sua *aparência morfológica*, manifestada imediatamente sob o signo de um partido e um dirigente representativos do movimento operário brasileiro, e sua respectiva *constituição estrutural*, enfim, os interesses históricos da burguesia e do imperialismo que defende. *Se aparência e essência coincidissem*, diz Marx (1999b), *a ciência seria supérflua*.

6.2.1 A política externa do Governo Lula: “ativa e altiva” ou sustentáculo auxiliar?

Após a cerimônia de posse, Lula dirigiu-se à abertura do III Fórum Social Mundial (FSM), no Anfiteatro Pôr-do-Sol em Porto Alegre, na qual discursou para uma “platéia” atenta de mais de 80 mil ativistas, intelectuais, sindicalistas, verdes, católicos, camponeses, feministas, ONGs, anarquistas, socialistas e marxistas; de várias partes e diversas entidades do mundo. À breve passagem pelo FSM no Brasil, após a afirmação da priorização do *pacto social entre capital e trabalho* para o “resgate da secular dívida social” através de eixos programáticos centrados em “combater a inflação, reduzir nossa dívida, gerar empregos e distribuir renda”; seguiu-se a viagem à cidade suíça de Davos, sede do Fórum Econômico Mundial (FME), no qual pôde expor aos “senhores do capital” a problemática central do que considera como o “conflito Norte-Sul”, onde esboçou por primeira vez a “denúncia” à aparente contradição entre o discurso livre-cambista e a prática protecionista dos países de capital central. Lula defendeu como necessidade premente para solucionar o problema da miséria social dos povos do terceiro mundo o fim das barreiras alfandegárias sobre o comércio internacional de produtos agrícolas

¹⁵⁸ Tal ponto de vista social faz com que o pensamento opere como se não houvesse antagonismos de classe no capitalismo contemporâneo e que este, a partir de si mesmo, “tendesse à harmonia”, e não ao conflito. Esta *obstaculização epistemológica ao conhecimento científico* (Althusser, 2002), em verdade, trata-se de um conservadorismo estrutural e classista que, na *sociologie critique de la connaissance* de Löwy (1996), chama-se *o que é experimentado como evidente*. Em poucas palavras, “as relações de dominação deixam de ser visíveis para aqueles que decidiram aceitá-las” (Callinicos, 2000).

provenientes da Ásia, África e América Latina – e não o fim do pagamento da dívida externa e o rompimento com o Banco Mundial e o FMI – como defendia o programa de fundação do PT de 1980. Daí, então, passou às proposições sobre a necessidade de “reformular e democratizar” a Organização das Nações Unidas (ONU) e a alternativa de criar um “fome zero mundial”, proposta de programa e fundo a ser financiado, pasme, através da taxaço sobre o orçamento bélico-militar de seus respectivos países-membros. *Seria como transformar sangue iraquiano em leite para os subsaarianos*. Tratar-se-ia de *uma nova liturgia petista*? Para Marx (1993), faz-se necessário *suprimir as ilusões* dos debaixo, religiosas ou não, sendo “a crítica da religião (...) o germe da crítica do vale de lágrimas que a religião envolve numa auréola de santidade”. Neste breve lapso temporal o governo frentepopulista sintetizara de antemão em palavras, intenções e gestos, muito do que viria em termos de política nacional e internacional, sinalizando aos “mercados” – *eufemismo pudico*, segundo Chesnais (2000), que oculta *estruturas, mecanismos e estratégias de dominação classista* altamente condensadas – a que realmente viera. A “ativa e altiva política externa” reivindicada como “fator decisivo num mundo cada vez mais globalizado sob domínio das potências imperialistas” por parte significativa das esquerdas foi assumindo contornos cada vez mais nítidos na cena política. Dentro dos limites partidários petistas, procedeu-se a uma acelerada *integração organizacional à social-democracia européia*¹⁵⁹; seja através do recente alinhamento à *Terceira Via* de Tony Blair no encontro da *governança progressiva* em Londres – com Lula arrancando lágrimas de seu intelectual orgânico, Anthony Giddens – ou mesmo com o PT sediando o congresso da II Internacional em São Paulo. O recente convênio firmado entre a Fundação Perseu Abramo do PT e o Instituto Rosa Luxemburg do SPD alemão, para o intercâmbio na esfera político-parlamentar, portanto, trata-se de mais um episódio neste mesmo sentido. Mas em que contexto, afinal, dá-se esta “integração”?

¹⁵⁹ Dentre as correntes internas da esquerda petista destacam-se, no sentido da filiação internacional, a *Democracia Socialista* (DS) e *O Trabalho* (OT), as quais arrogam para si distintas tradições da herança teórico-política trotsquista. Ambas reivindicam, ao menos em tese e com diferenças entre si, a bancarrota política e ideológica tanto da II Internacional *reformista* quanto da III Internacional *estalinizada*, sob a subsequente necessidade da construção da IV Internacional, fundada por León Trotsky em 1938 e inspirada no legado bolchevique-leninista da Revolução de Outubro, como forma de superação da *crise de direção revolucionária* do proletariado em nível mundial. Em verdade, a primeira (DS) reivindica-se como sendo seu respectivo *Secretariado Unificado* (SU), enquanto a segunda (OT) autoproclama-se – sem qualquer mediação, em termos de “reconstrução” ou “refundação” – a *personificação direta da própria IV Internacional*. Como ficarão estas tendências após a mais do que provável e definitiva inserção petista na II Internacional, *órgão mundial do social-liberalismo europeu e projeto histórico estruturalmente antagônico à estratégia revolucionária*? O agrupamento político de Lambert (OT) – hoje insignificante e cindido em dois (corrente O Trabalho-PT e Esquerda Marxista do PT) – continua no PT: desta organização saíram boa parte dos principais quadros do Governo Lula: Gushiken (Comunicação), Palocci (Fazenda), Arbix (IPEA) e muitos outros quadros médios – como Bucci (Radiobrás) –, todos ex-trotsquistas. A Democracia Socialista (DS), como se sabe, ainda permanece no PT e é representada nas pastas de Lula por Rosseto (Reforma Agrária). Tudo indica que encerraram irreversivelmente – nos terrenos político, programático e organizativo – a trajetória histórica que as caracterizava na perspectiva estratégica da *ditadura revolucionária do proletariado* como a concebiam Marx e Engels, ou seja, enquanto *mediação transitória para um futuro comunista da história humana*. Confira detalhes sobre a história política destas correntes petistas em Ozaí da Silva (2001a, 2001b e 2001c).

O recrudescimento da luta de classes na América Latina se traduz – com diferentes direções, formas organizativas e métodos de combate – em convulsões sociais, levantes populares e crises insurrecionais em países subsumidos pelo imperialismo como Equador, Argentina e Bolívia, dentre outros, nos quais surgem organismos embrionários de duplo poder, distintas Frentes Populares e as situações revolucionárias voltam a ocupar o cenário histórico no final do século XX e início deste. Em poucas palavras, *o lulismo não é alheio a este processo*. A “interlocação” do governo frentepopulista de Lula busca a arena internacional no sentido de evitar, desviar e, no limite, enfrentar-se às agudas crises institucionais, governamentais e/ou revolucionárias surgidas na América Latina. O *prestígio* que detém junto às classes subalternas e a confiança conquistada entre os “senhores do Capital” projetam-se, desta forma, ao nível do sistema mundial inter-Estados. É neste mesmo sentido que constituiu o “grupo de amigos” da Venezuela pós-golpe; engajou-se no suposto “combate ao narcotráfico”, oferecendo os serviços estratégicos do SIVAM à disposição dos EUA em sua nova fase do Plano Colômbia; articulou plataformas político-eleitorais frentepopulistas no Uruguai, El Salvador e Bolívia; e preparou o terreno na Argentina para diluir absolutamente o que restava do processo revolucionário em curso na institucionalidade burguesa. O lulismo vai se consolidando na função descrita pela ONU como a de “garantir a estabilidade regional” – leia-se, *evitar, desviar e enfrentar-se, preventivamente, a revoluções operárias e populares na América Latina* –, como na Venezuela e na Bolívia, e por apoiar as políticas e os métodos pró-imperialistas na região. Mais do que funcional à “Nova Ordem Mundial”, e inversamente ao que pregam certas “esquerdas”, a política internacional do lulismo integra-se organicamente como “sustentáculo” (objeto passivo) e, em determinados momentos histórico-concretos, até mesmo enquanto “aríate” (sujeito ativo) da Ordem do Capital. O significado histórico da política externa do Governo Lula – se “ativa e altiva” ou *sustentáculo auxiliar* no bojo mesmo do sistema mundial capitalista-imperialista, *mais além da natureza teórica e epistêmica do debate*, ou do sentido de polêmica política entre as esquerdas enfrentadas no Brasil, com táticas e estratégias contraditórias e antagônicas – apresenta-se como terreno de disputa ideológica constitutiva, enfim, *da dimensão política da luta de classes no país*.

O *prestígio* entre as classes subalternas, apoiado nas *ilusões democratistas* que nas mesmas suscita, assim como a confiança que inspira entre as multinacionais, burocracias estatais e organismos multilaterais, conferem-lhe um relativo papel nas relações exteriores – em meio à mais intensa crise da institucionalidade ideológica, jurídico-política e militar do sistema mundial inter-Estados do segundo pós-guerra; baseada na ONU, na OTAN e na *Ordem de Bretton Woods* –, no qual seu aspecto contra-revolucionário é propagado em escala internacional. Os aspectos

dominantes do fim de um ciclo histórico de duas décadas de “rica totalidade de determinações e relações diversas”, referente a um itinerário que abarca desde a origem do PT enquanto alternativa política dos trabalhadores até sua “integração à Ordem” – aliança de classes, caráter burguês e, conseqüentemente, anti-operário – são ampliados historicamente; *de obstáculos relativos passam a obstáculos absolutos para a constituição do proletariado em classe*, a partir da ascensão da Frente Popular aos aparelhos do Estado capitalista brasileiro. À absoluta integração do PT à lógica estatal-burguesa – detectada por altos quadros da Ordem do Capital tão insuspeitos quanto o ex-Ministro da ditadura civil-militar Delfim Neto¹⁶⁰ –, *seguiu-se sua irreversível reconversão num pilar de sustentação auxiliar do imperialismo neoliberal na América Latina*, sob aplausos do FMI¹⁶¹. Ainda, não se pode obviar que face à nova divisão internacional do trabalho – *mediante uma crise crônica e considerando-se um ciclo estruturalmente histórico-regressivo* – imposta à América Latina, a burguesia brasileira e seu Estado mantiveram um padrão relativamente “privilegiado” de associação-dependente ao sistema mundial inter-Estados que rendeu-lhe a condição de *submetrópole imperialista*¹⁶² – enquanto plataforma regional de investimentos estrangeiros e exportações industriais – garantindo-lhe, por exemplo, valer-se de parte da expropriação das riquezas socialmente produzidas pelos trabalhadores andinos, através da atuação multinacional do capital privado ou de empresas semi-estatais, tais como a Petrobrás¹⁶³. Entenda-se, ao passo em que o Brasil sofre o mesmo processo de *recolonização imperialista* que os demais países da região – o orçamento nacional compromete 4% do PIB com o pagamento da dívida externa, a remessa de lucros das empresas

¹⁶⁰ “A sociedade brasileira vive um momento histórico. Até recentemente, o Partido dos Trabalhadores tinha fortes restrições ao mercado, exatamente como o Partido Social-Democrático alemão até o manifesto de Godesberg (1959) e o Partido Trabalhista inglês até a reunião de Westminster Hall (1995), quando retiraram de seus programas todos os resquícios de marxismo que os infectavam. No seu último programa (que chamamos carta de Ribeirão Preto) o PT percorreu o mesmo caminho [...]. Até então o PT não fazia parte dos partidos que aceitavam integralmente a organização política nacional construída na Constituição de 1988. [...] A eleição de 2002 dá a oportunidade para que se consagre definitivamente a incorporação do Partido dos Trabalhadores ao corpo político nacional” (Neto citado por Fontana, 2002).

¹⁶¹ “Se o FMI não existisse, teria que ser inventado. Para os Estados Unidos, o FMI apresenta uma das poucas oportunidades remanescentes para perseguir iniciativas de política externa sem interferência política indevida” (United States Department of Defense, 1999).

¹⁶² “[...] há uma crise crônica, de longa duração, que tem na sua raiz uma inserção cada vez mais dependente de todo o continente [América Latina] no mercado mundial. Mas essa queda afeta o Brasil, os países andinos, a Argentina, a Colômbia, o México, em proporções e ritmos desiguais. Na decadência, há diferenças. O Brasil caiu menos do que os andinos. *O Estado brasileiro e a burguesia se associaram aproveitando as oportunidades da decadência. Em mais de 20 anos, o Brasil vem expandindo as suas relações comerciais com a América do Sul. Há uma nova divisão internacional do trabalho no subcontinente. A nossa burguesia começou a receber uma parte da mais-valia que é mais expropriada pelas burguesias boliviana, paraguaia, equatoriana. Esse processo dá-se em associação com o imperialismo, em uma relação de submetrópole*” (Arcary, 2005a, grifos nossos).

¹⁶³ Através de concessões de exploração de petróleo e gás, a Petrobrás controla quase 18% do PIB e cerca de 40% das exportações de hidrocarbonetos na Bolívia. Atua como as empresas multinacionais de matriz imperialista, associando-se com as mesmas para saquear as riquezas produzidas pelos trabalhadores bolivianos, alcançar altos lucros e, subseqüentemente, opor-se diametralmente à estatização dos hidrocarbonetos sempre que o movimento operário questiona a dominação burguesa através de movimentos revolucionários e de massas.

estrangeiras cresceu 57% em relação a 2003 e a economia nacional é altamente desnacionalizada –, a condição de “anfíoxo” da rapina neocolonial dos “tubarões” imperialistas, garantindo à burguesia brasileira “migalhas maiores” na pilhagem de economias domésticas de menor envergadura no subcontinente. A condição *submetropolitana* expressa-se também nos terrenos político e militar, como veremos a seguir. A *entourage* lulista é expressão do *subimperialismo* do país na América Latina – em que pese sua singular contribuição no sentido de aprofundar a situação pré-existente através do *prestígio social* –, e não o contrário. Agora faz-se necessário proceder à análise das relações dinâmico-causais entre o *frentepopulismo* e a ALCA, bem como entre estes e as interconexões complexas que configuram os respectivos liames subjacentes ao imperialismo contemporâneo – em termos de relações sociais e estrutura de poder – e à *recolonização* do país.

Mediante a intensificação da super-exploração do trabalho e através do recrudescimento dos “laços e as relações recíprocas existentes entre as particularidades econômicas fundamentais do imperialismo” (Lenin, 1979a), deu-se um salto na internacionalização do capital em seu estágio imperialista de desenvolvimento histórico, desenhando uma fase ulterior na divisão internacional do trabalho na qual as multinacionais operam como um complexo produtivo integrado, inscrito no sistema mundial inter-Estados. Através da eliminação das travas comerciais, da criação de um mercado econômico mundial único e da capacidade de dispor ferreamente da força de trabalho de cada um dos Estados nacionais, forjou-se uma correlação de forças sociais em nível internacional apoiada, como vimos, nas mudanças ocorridas na relação entre corporações capitalistas, organismos financeiros e as diferentes nações. *Não é casual, e quase nunca o é, que a noção de imperialismo – a despeito das deformações sofridas pelo conceito nas mãos de seus verdadeiros ‘cães de guarda’ – volte à pauta editorial da imprensa burguesa com razoável expressividade após uma década do suposto fim das ideologias.* Imediatamente relacionada à crise de hegemonia do neoliberalismo, anunciada patentemente pela segunda geração de “ajustes estruturais” de Washington (Williamson, 2003), a ALCA traz embutidas determinações históricas relativas à própria constituição genealógica da supremacia capitalista norte-americana face ao sistema mundial inter-Estados.

A menção à *Doutrina Monroe* – da “América para os americanos” – para elucidar seu caráter não partiu, aqui, de seus detratores presentes em diversos movimentos sociais, sindicatos e partidos anticapitalistas da América Latina; mas muito pelo contrário, do próprio Secretário de Comércio dos EUA, Robert Zoellick. Tratar-se-ia do “cumprimento de uma visão norte-americana que data do século XIX”, orientação desenvolvida a partir de 1823 como

estratégia reativa às investidas mercantil-colonialistas européias sobre a América Latina; perpetuando-se e atualizando-se desta forma através de uma contra-ofensiva imperialista articulada em suas dimensões econômicas, políticas e militares durante o séc. XX e no alvorecer do séc. XXI. Durante a maior parte do século XX aplicou-se – a partir desta mesma matriz discursiva – a política do “*big stick*” na América Latina. Frente a qualquer processo de ascenso operário-popular e/ou enfrentamentos com movimentos nacionalistas-burgueses, foram impulsionados desde os EUA golpes de Estado e apoio material e ideológico a ditaduras civil-militares, quando não se invadiu diretamente países em crises pré ou abertamente revolucionárias. Mas logo após a derrota no Vietnã (1975), e frente à vaga revolucionária referente à insurreição nicaragüense (1979) – que derrubou uma ditadura depois da outra –, o imperialismo norte-americano viu-se obrigado a mudar sua política para a “reação democrática”, utilizando-se de processos eleitorais e outros mecanismos preventivos, próprios da democracia burguesa: *para evitar, desviar ou até mesmo se enfrentar a situações e processos revolucionários no subcontinente*. A chamada “transição à democracia” – *muito longe de estender a liberdade* – viu nascer Estados capitalistas mais centralizados que, sem necessariamente romper os limites da democracia burguesa, utilizaram-se do “monopólio legítimo da violência” (repressão político-institucional, criminalização dos movimentos sociais e semi-fascistização dos aparelhos estatais) para derrotar o movimento operário e popular durante a *ofensiva neoliberal*. As recentes tentativas de bonapartização estatal enfrentaram-se, todavia, à resistência social das massas subalternas – operários industriais, trabalhadores rurais, assalariados médios e pequenos camponeses – em vários países do continente. Assim ocorreu no Equador (2000), Argentina (2001), Venezuela (2002) e Bolívia (2003). A tendência histórica à *ao big stick* tende a se generalizar *na arena internacional do pós-11 de setembro de 2001*.

De qualquer forma, a aparente unicidade presente na crítica à *ofensiva neoliberal* durante os anos 90 em geral e à ALCA em particular – proveniente de setores nacional-burgueses, social-democráticos, estalinistas, neodesenvolvimentistas, da esquerda católica, sindicalistas-economicistas e diversas correntes e tendências marxistas – oculta, em verdade, uma diversidade de problemáticas que as diferenciam histórica e estruturalmente. Em sua imediaticidade apresentam-se contrárias à *redução das taxas comerciais, alfandegárias ou não*; à *universalização da lógica mercantil às áreas de saúde, educação, previdência e infraestrutura social*; à *redução do poder decisório-regulatório de soberania nacional dos Estados*; à *aprofundamento da liberdade de circulação internacional de capitais na forma de ‘investimentos diretos’ e especulação financeira*; à *legislação restritiva sobre direito a patentes e propriedade intelectual*; à *minimização de direitos históricos do trabalho, conquistas sociais e*

legislação sócio-ambiental. Trata-se, porém, de concepções mediadas por diferentes tradições e heranças teórico-políticas, inseridas em coordenadas históricas que delimitam e condicionam seus métodos de luta, suas táticas políticas assim como suas configurações teóricas e ideológicas, de alcance estratégico. No que se refere à história política e social das tendências marxistas, não poderíamos concordar mais com Dias (2001), quando afirma: “Não é possível pensar o marxismo para além e para fora da realidade onde ele se move, constrói e transforma”. Neste sentido, o marxismo “em qualquer período, precisa antes de tudo ser considerado dentro da intrincada trama das lutas de classes nacionais e internacionais que o caracterizam, e cujo curso deve ser apreendido pelos seus próprios instrumentos de pensamento. A teoria marxista, aplicada à compreensão e à transformação do mundo, sempre pretendeu uma unidade assintótica com a prática política capaz de transformá-la” (Anderson, 2004). De qualquer forma, o marxismo não se reduz a sua história externa:

Mas, ao mesmo tempo (...) tal avaliação deve confrontar os obstáculos e bloqueios *internos* da teoria na sua própria tentativa de se aproximar de uma verdade geral da época. (...) Uma história interna – de cegueiras e obstáculos cognitivos, assim como de avanços e descobertas – é essencial para uma real averiguação dos caminhos do marxismo (...). (ANDERSON, 2004)

6.3 Rodadas de Negociação, Cúpulas Ministeriais e Declarações inter-Estatais: análise histórica e conjuntural sobre a correlação de forças sociais em Cancún e Miami

Buscaremos situar e analisar certas situações histórico-conjunturais da relação de forças entre Estados, movimentos, partidos e classes sociais; em especial as conhecidas como *Colapso de Cancún* e *Batalha de Miami*, sínteses significativas que possibilitam relacionar determinações e mediações fulcrais da totalidade sócio-histórica da qual são altamente representativas. Antes, porém, vejamos a análise que faziam determinados setores – que viriam a engrossar o coro do bloco do “apoio crítico” ao frentepopulismo – sobre a política externa brasileira no final do governo FHC em relação ao projeto ALCA. Em que termos dá-se a crítica? Que pontos de inflexão indica? “Mas o governo FHC, a exemplo de outras marionetes neoliberais no continente, não quer romper de fato com as negociações da ALCA. Seus porta-vozes são enfáticos ao dizer que o Planalto só pretende ganhar mais tempo e melhorar seu poder de barganha com os EUA. Diante da recente crise do aço e da reação da Câmara Federal, que encaminhou pedido ao governo para suspender as negociações, os tecnocratas de Brasília logo saíram em defesa da ALCA. “Temos de continuar negociando, participando das reuniões para defender nossos interesses”, afirmou o ministro das Relações Exteriores, Celso Lafer” (Borges,

2002). Ou então: “A postura de resistência de FHC a uma ‘ALCA indesejada’, sem contrapartidas por parte dos EUA, visa apenas valorizar a adesão do Brasil. Mesmo que os EUA apresentem uma versão da ALCA com a abertura do mercado norte-americano, isso significaria trocar alhos por bugalhos, sacrificar setores industriais de ponta e de serviços sofisticados, por uma maior presença no mercado norte-americano de *commodities* agrícolas e minerais e no mercado industrial rebaixado que é o de calçados e têxteis... O governo FHC, apesar do tom nacionalista, na prática está nos colocando ao lado das Repúblicas das Bananas” (Garzón citado por Borges, *idem*). Em que medida pode-se atribuir, concretamente, significação em algo diversa à política internacional desenvolvida pelo governo encabeçado pelo PT de Lula? Onde se encontra o “mudancismo” em relação à ALCA? A Rodada de Cancún da OMC em setembro do ano passado e a Reunião Ministerial em Miami sobre a ALCA, em novembro do mesmo ano, foram apresentadas por diversos setores das esquerdas – já sejam nacionais ou internacionais – como forma de “resistência global” às investidas imperialistas dos povos das nações oprimidas, supostamente representados por seus respectivos governos de turno. Setores e segmentos tão diversos quanto as direções governistas do PT e do PCdoB, a grande imprensa televisiva e impressa do país e grandes partidos burgueses como o PSDB de FHC e o PFL de Antônio Carlos Magalhães – além da intelectualidade acadêmica, setores da CUT, da UNE e do MST – vêm defendendo que a “ALCA light” trata-se de uma vitória de Lula sobre Bush que deve alentar a “esperança” dos despossuídos da América Latina. “O merecido colapso da reunião da OMC em Cancún em 2003, que, graças à intervenção desafiante dos ‘condenados da Terra’, enfatizou a condição miserável da esmagadora maioria da humanidade...” (Mészáros, 2004). Da mesma forma, setores majoritários das “esquerdas” defenderam que a composição do G-22, capitaneada por Lula em Cancún, tratar-se-ia de uma iniciativa de conteúdo *nacionalista* ou mesmo *antiimperialista*. Nada mais alheio à realidade.

Fernando Henrique Cardoso iniciou os contatos Sul-Sul sempre com o objetivo de pressionar os países imperialistas para que eles suspendessem o subsídio à agricultura deles e as tarifas e barreiras não-tarifárias que impuseram aos produtos agrícolas dos países periféricos. A novidade introduzida pelo governo Lula diz respeito aos métodos de luta – ele articulou uma aliança dos exportadores de grãos, o G-22 – mas o conteúdo da política continua o mesmo. Se essa política nunca foi considerada pela esquerda uma política nacional ou antiimperialista, por que deveria sê-lo agora? (...). A continuidade da política de comércio exterior de FHC é integral. A defesa das exportações agrícolas vem acompanhada, tal e qual na “era FHC”, da desistência de lutar pelo desenvolvimento econômico nas áreas de alta tecnologia, pelo controle dos investimentos estrangeiros e por tudo o mais que, de fato, poderia libertar a nossa economia do imperialismo. É por isso que, na mesma conferência de Cancún, o governo Lula aceitou os “temas de Cingapura” [facilitação de comércio, investimentos, política de concorrência e transparência em compras governamentais], que exigiam mais abertura econômica dos países da periferia aos investimentos estrangeiros, traíndo os interesses da economia nacional e dos demais países periféricos. (BOITO JR., 2003b, comentários nossos)

A partir de tal análise objetivamos evidenciar concretamente as limitações histórico-estruturais e a natureza classista deste governo dentro de um horizonte metodológico no qual *não se explica a prática a partir das idéias, mas a formação das idéias a partir da prática material*. O discurso livre-cambista explicita-se a partir da aceitação do papel agroexportador reservado às nações atrasadas na divisão internacional do trabalho, sob a única ressalva de garantir a máxima ampliação da taxa de lucro que os limites impostos por tal divisão reserva aos capitalistas residentes no Brasil¹⁶⁴. São expressões fenomênicas que reproduzem as contradições estruturais impostas pela mundialização do capital as quais, por sua vez, significam, mais do que uma *nova fase* do capital – haja vista que as formas histórico-estruturais da acumulação mantêm-se lastreadas na exploração de sobretrabalho social –, *a agudização das características mais destrutivas, incontroláveis e parasitárias do capitalismo imperialista*. Nas palavras de Lula: “Vejam que nós, em nenhum momento, estamos pedindo qualquer benefício de privilégio ou estamos pedindo qualquer favor. O que nós estamos pedindo é que os países desenvolvidos façam uma política de comércio exterior em que sejamos tratados em igualdade. Nós queremos apenas a oportunidade de competir livremente” (citado por Boito Jr., *idem*). Seria a ALCA – ou a OMC – um campo de batalha entre países “desenvolvidos do Norte” e países “em desenvolvimento do Sul”? Existe qualquer possibilidade, por mais que remota, de “êxito” em suas negociações? A que sujeito se atribui a provável vitória? Que arma se lhe oferece? Qual o terreno, a estratégia, a luta?

Trata-se, uma vez mais, de um discurso que remete ao “mercado” – *propriedade privada e cada vez mais concentrada dos meios de produção* – a primazia sobre a ordenação societal e o modo de vida nas sociedades modernas, estendendo ideologicamente a *racionalidade capitalista* enquanto *ilusória universalização de interesses particularistas*, por mais que se diga o contrário. Outra vez, *há distância entre intenção e gesto*. Torna-se necessário, primeiramente, desnaturalizar as relações capitalistas que se ocultam detrás da noção de “mercado”,

¹⁶⁴ “Deposto no passado 20 de Abril, em Quito, pela mobilização operária e popular, Gutiérrez recebeu de Lula, prontamente, exílio no Brasil. Iniciativa em circunstâncias semelhantes tinha levado à concessão do direito de residência ao paraguaio Raul Cubas, ainda no governo Fernando Henrique. O Itamaraty já tinha assumido um papel de primeira grandeza nas negociações que antecederam à queda de Gonzalo de Losada – que preferiu se refugiar nos EUA – e levaram Mesa à presidência da Bolívia em Outubro de 2003. Se associarmos a estes gestos a pressão de Lula para que Chávez aceitasse o ultimato de Washington e da oposição burguesa e realizasse o plebiscito de agosto passado na Venezuela, a presença de tropas brasileiras no Haiti, e o silêncio estarrecedor de Palocci diante da moratória argentina, não surpreende que Condoleezza Rice tenha sorrido tanto em sua passagem pelo Brasil. Expliquemo-nos: *acontece que a condição brasileira de semi-colônia privilegiada no mercado mundial em função da escala de seu mercado interno, um estatuto semelhante ao do México – mas que se explica pela importância da fronteira com os EUA – mesmo no contexto da recolonização que atinge todo o continente, não é incompatível com o papel de submetrópole – ou braço auxiliar do imperialismo – acentuado depois do Mercosul. A política externa do Governo Lula deve ser julgada, em primeiríssimo lugar, pelo seu papel face à disputa entre revolução e contra-revolução no continente*” (Arcary, 2005b, grifos nossos).

desvendando que *no capitalismo as relações sociais aparecem aos indivíduos como se fossem relações entre coisas, entre entidades naturais*. E, também, *desvendar-lhes às ilusões a função oculta e ideológica cumprida na sociedade burguesa*. O *fetichismo da mercadoria*¹⁶⁵ faz com que as práticas e concepções do *mundo dos homens* elidam – em suas manifestações objetivas e/ou subjetivas – as relações mediadas pelo valor de troca como relações sociais, isto é, como construções históricas da atividade de mulheres e homens de carne e osso. Opera-se então a *naturalização do valor de troca*, como se fora uma propriedade física inerente às “coisas”, em-si (Duarte, 2003). “O fetichismo da mercadoria demonstra como a relação mercantil oculta, no mais simples ato produtivo, a estruturação do poder, a presença das classes e sua organização-desigualdade estrutural. Tudo se passa como se houvesse uma troca entre mercadorias” (Dias, 1998). Se já desde a época de Marx, n’O Capital, a “livre concorrência gera a concentração da produção, e que a referida concentração, num certo grau de desenvolvimento, conduz ao monopólio”; aludir à “livre-concorrência” num aprofundado *marco epocale* imperialista-monopolista – no qual a classe capitalista se associa formando cartéis, os quais distribuem cotas de produção / mercados entre si e determinam o sistema de preços; e trustes, agrupamentos financeiros resultantes da fusão de várias empresas numa única corporação capitalista – trata-se, como já vimos, de mistificação lógica e histórica do real contraditório.

Em segundo lugar, longe de representar o interesse dos “condenados da Terra” da América Latina, África e Ásia; Cancún foi muito mais a expressão dos atritos intraclassistas, mais especificamente interburgueses, relacionados às necessidades protecionistas dos setores do *agrobusiness*, por um lado, e do grande capital financeiro – que estaria interessado em que o Brasil pague os juros da dívida em moeda forte –, por outro. Note-se que a enunciação da problemática do protecionismo agrícola sob a formulação de um “conflito Norte-Sul” obscurece a existência de fissuras internas na estrutura de classes e no bloco de poder imperial-capitalista dos Estados Unidos, projetando-os como arroubos de “soberania nacional” de governos como o de Luiz I. Lula da Silva. “Se os editorialistas do The Wall Street Journal tivessem presenciado o discurso livre-cambista do presidente Lula, teriam mais motivos ainda para júbilo. [...] O resultado desse nacional-liberalismo seria a conversão completa do Brasil numa enorme fazenda de soja” (Boito Jr., idem). A definição estrutural das negociações da ALCA alcança maior nível

¹⁶⁵ “Esse processo de fetichismo foi analisado por Marx no item 4 do capítulo sobre a mercadoria, no primeiro volume d’O Capital (...), publicado pela primeira vez em 1867 e também no capítulo sobre a mercadoria do livro *Para a Crítica da Economia Política* (...), publicado pela primeira vez em 1859. Não poderemos, obviamente, aprofundar aqui a análise da questão do fetichismo na teoria de Marx e recomendamos, ao leitor interessado nessa questão, o livro de José Paulo Neto *Capitalismo e Reificação* (1981) e o de Isaak Ilich Rubin *A Teoria Marxista do Valor* (1987). Para uma leitura detalhada d’O Capital, de Marx, recomendamos, como bibliografia de apoio, o livro de Francisco José Soares Teixeira (1995), intitulado *Pensando Com Marx: Uma Leitura Crítico-Comentada de O Capital*” (Duarte, 2000).

de organicidade ao passo em que se criam os atuais nove grupos de negociação e quatro comitês consultivos; em que pesem as contradições expressadas por interesses opostos relativos às disputas interburguesas no campo do capital imperialista – e pró-imperialista – no que diz respeito, por exemplo, ao comércio agrícola e suas formas protecionistas. No marco destas considerações, gostaríamos de aproveitar a oportunidade ensejada a partir deste capítulo e discutir conteúdo e significado da Rodada da OMC em Cancún e da Reunião Ministerial da ALCA em Miami desde uma perspectiva própria dos trabalhadores rurais e urbanos da América Latina. É preciso apreender as diversas dimensões que configuram “o conflitivo tema dos subsídios à produção agrícola”, já que são expressões fenomênicas e reproduzem as contradições estruturais da divisão internacional do trabalho imposta pela mundialização do capital a qual, por sua vez, trata-se de nada mais e nada menos do que a agudização das características imperialistas mais destrutivas e parasitárias da presente época histórica em escala ampliada. As tensões teóricas, políticas e programáticas que se apresentam no seio mesmo da Campanha (Inter) Nacional contra a ALCA têm um ponto de inflexão quando a Frente Popular Lula-Presidente chega à presidência da república do Brasil. A caracterização do governo executivo em base a sua inserção nas negociações da ALCA que com FHC era de que “não há grande capacidade de resposta [...] por coincidência com os interesses hegemônicos [do capital imperialista na região]”; a partir da ascensão do Governo Lula passa a ser de que se trataria de uma pretensa “opção políticas mais ou menos populares e que reivindicam diferenças com o capital hegemônico e suas instituições representativas (FMI-BM-OMC)” (Reyno e Daza, 2004). *Nada mais longe do real*. Não identificamos, contrariamente à análise apresentada pela maioria absoluta das esquerdas políticas e acadêmicas do Brasil e América Latina, qualquer veleidade política de *autonomia*, ainda que *relativa* ou – menos ainda – *soberania nacional* nos governos eleitos da Argentina, Bolívia e Brasil, os quais seguem representando os interesses do agronegócio e das classes dominantes nacionais e internacionais. Desde o nosso ponto de vista somente os movimentos operários, camponeses e populares, através das ações diretas de massas e da mobilização permanente das classes subalternas na América Latina – em especial suas representações sociais, sindicais e políticas de esquerda, direta ou indiretamente engajadas nas campanhas internacionais contra a ALCA, a Dívida e a Militarização – podem oferecer resistência conseqüente a esta estratégia imperial do séc. XXI.

Já sobre a reunião ministerial de Miami, nada melhor do que reproduzir a *Declaração da Campanha Brasileira contra a ALCA, a Dívida e a Militarização*. Note-se que os eixos norteadores da campanha apontam para a denúncia dos principais elementos que sustentam a estratégia norte-americana de *recolonização imperialista*, qual seja, além da ALCA enquanto

acordo de livre comércio, a continuidade do pagamento da dívida externa assim como a ampliação das bases militares estadunidenses na América Latina. “A reunião ministerial ocorrida em Miami reiterou o calendário de negociações e a data da assinatura do acordo da Alca, conforme entendimentos em Washington entre o governo do Brasil e dos EUA. Afirmando uma ‘Alca a la Carte’, onde as negociações seguirão através de dois pisos: um piso ‘mínimo’ no qual os 34 países chegariam a uma plataforma comum e um segundo piso em que cada país poderia negociar mais ou menos concessões; a reunião e a resolução de Miami apontam para a aceleração do calendário da Alca, cujas instâncias decisivas serão as futuras reuniões de 2004. O governo dos EUA fizeram um recuo tático em Miami e com ele obtiveram uma vitória política e estratégica: salvaram a Alca e enredaram ainda mais os países na sua armadilha” (CNCA, 2003).

Esta negociação, pautada pelo “livre comércio”, ao contrário do que o governo e a mídia vêm propagando, mantém as negociações sobre todos os temas. A própria Declaração Oficial afirma: “As negociações sobre o conjunto comum de direitos e obrigações incluirá disposições em cada uma das seguintes áreas de negociação: acesso a mercados; agricultura; serviços; investimento; compras governamentais; propriedade intelectual; política de subsídios; antidumping e direitos compensatórios; e solução de controvérsias”. *A Campanha não vê como positiva nenhuma Alca. Sabemos que o foco central da Alca é o Livre Comércio. Neste sentido, a Alca Light que preserva esse eixo central, se configura tremendamente lesiva aos interesses dos trabalhadores e trabalhadoras [...]; pois implicará mais desemprego, fechamento de empresas e empobrecimento da população. Sabemos que a “livre” competição entre economias tão desiguais – livre apenas para garantir a liberdade dos capitais e os lucros das grandes corporações – só levará ao enfraquecimento da economia de nossos países e nosso direito ao desenvolvimento. Por tudo isso, a Campanha reitera suas posições e exige que o governo brasileiro se retire imediatamente da mesa de negociações da Alca e realize em 2004 um Plebiscito Oficial. (CNCA, idem, grifos nossos)*

Ou seja, além de se desmentir o hipotético deslocamento das “áreas sensíveis” para o Brasil, tais como seria o tópico de investimentos, para a OMC – tão propalado pela esquerda governista – questiona-se profundamente a estratégia política deste governo em sua totalidade concreta, Itamaraty incluso, no que se refere à “ALCA light” ou “ALCA à la Carte”, caracterizando o “livre-comércio” entre economias avassaladoramente desiguais como “livre apenas para garantir a liberdade dos capitais e os lucros das grandes corporações”. No interior de uma perspectiva de autonomia política e combatividade operária perante o Governo Lula, *o qual se encontra na co-presidência das negociações da ALCA junto a Bush*¹⁶⁶, não se indica o

¹⁶⁶ Mas é na recente invasão militar do Haiti, *que sucede o lapso temporal no qual concentramos nossos esforços analíticos centrais e nucleares*, que o papel internacional cumprido pelo frentepopulismo alcança a mais alta expressão em termos dos limites históricos e da natureza contra-revolucionária que encerra. A “iniciativa” do lulismo em liderar as operações militares da ONU, além de compor o pleito brasileiro por assumir uma vaga definitiva em seu respectivo Conselho de Segurança, pode ser sintetizada através de declaração do próprio presidente à imprensa burguesa, na qual afirma que a “instabilidade, ainda que longínqua, acaba gerando custos para todos nós”. No entanto, para não deixar margem a dúvidas sobre o caráter do papel que cumpre internacionalmente, *o frentepopulismo foi além*. Organizou-se, então, uma partida de futebol – “o amistoso da paz” – entre as seleções do Haiti e do Brasil. Num país no qual 50% da população não tem acesso à água potável, cuja capital dispõe de apenas

posicionamento da “esperança” – o que inclusive incitaria à contemplação e expectativa em relação aos governos de turno ou, tanto pior, o recuo à perspectiva liberal-parlamentar – mas sim a perspectiva de depositar confiança única e exclusivamente nas forças sociais e métodos de combate representativos dos trabalhadores e camponeses em luta. Nas palavras de Oliveira, “Há Vias Abertas para a América Latina? (...) As Veias Abertas da América Latina podem ser transformadas em Vias Abertas para a sua libertação, para a diminuição de suas desigualdades internas, para a retomada do desenvolvimento econômico, para um novo lugar no mundo contemporâneo?” (Oliveira, 2003b). “Recuperar os bens que foram usurpados equivale a recuperar o destino”, por sua vez, afirmou Galeano (1976). “*Uma Outra América é Possível?*”, poder-se-ia acrescentar, numa formulação proveniente do que se convencionou chamar por “alterglobalismo”. A resposta, acreditamos, encontra-se não no *neodesenvolvimentismo burguês* aventado por Oliveira¹⁶⁷, mas sobretudo entre aqueles que “não têm nada a perder, a não ser seus

14 horas diárias de eletricidade e mais de 65% da população vive em miséria absoluta; pode-se entender o depoimento de moradores das favelas de Porto Príncipe, para os quais ver o Brasil jogar *teria o mesmo efeito de um narcótico*, “afastando” – por breves instantes – fome, invasão e miséria. O ingresso do jogo? Uma arma. Desta maneira, *desarma-se* – literalmente – tanto *subjetiva* quanto *objetivamente*, a população insurgente haitiana, que costuma comemorar as vitórias do futebol brasileiro como suas. O recurso à *apropriação de aspectos culturais arraigados na cultura social nacional-popular das classes subalternas* – como o futebol – e a consecutiva *instrumentalização no sentido de estabelecer, sustentar e legitimar formas e relações de opressão social*, sempre foi manipulado com maestria pelos blocos no poder das classes dirigentes. “O Brasil está desempenhando um papel mais significativo no sentido continental e em todo o cenário internacional (...) está desempenhando uma liderança mais importante no continente e o que faz no Haiti prova isto”, afirmou o Secretário de Estado norte-americano, Colin Powell, em visita ao Brasil em outubro de 2004. A defesa da legitimidade do plebiscito golpista na Venezuela pelo governo Lula – para expulsar o regime (burguês) de Chávez da presidência – e a sua atuação para “garantir as estruturas democráticas na Bolívia”, durante a revolução neste país, rendeu elogios dos *senhores da guerra*. Por “garantir a estabilidade regional” – leia-se, por *evitar, desviar e enfrentar-se, preventivamente, a revoluções operárias e populares na América Latina* – e por promover invasões pró-imperialistas como a do Haiti – Powell, alto representante do governo Bush nas ofensivas militares ao Oriente Médio, declarou que o governo Lula poderá ser “recompensado” com um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU. O objetivo da viagem foi o de “estreitar laços” entre os governos Lula e Bush, em especial – evidentemente – *no que se refere às guerras neocoloniais e à implantação do projeto ALCA*. Depois veio Condoleezza Rice – quadro do mais alto escalão da administração Bush Jr. – e o espetáculo de submissão incluiu uma viagem-relâmpago de um ministro de Estado, José Dirceu, para dirimir uma querela militar menor e episódica entre Venezuela e EUA. A visita ao Brasil da nova Secretária de Estado dos EUA, Condoleezza Rice, significou a reversão da situação entre Argentina e Brasil, confirmando a Lula a sucessão pós-menemista nas “*relaciones carnales*” com Bush Jr. O Brasil cumpre importância fundamental para a manutenção do domínio imperialista no subcontinente. A intervenção de Lula e a “mediação”, mais ou menos direta, de crises revolucionárias na região, bem como a liderança brasileira na ocupação militar da ONU no Haiti são os maiores exemplos da subserviência do governo brasileiro. “Aplaudimos o novo papel do Brasil como líder regional e mundial e vemos o país como parceiro valioso nos esforços de promover a segurança, a estabilidade e a prosperidade neste hemisfério”, atestou recentemente Roger Noriega, Secretário-Geral de Bush Jr. para a América Latina.

¹⁶⁷ É neste sentido que gostaríamos de colocar em evidência as limitações estruturais das críticas neokeynesianas e/ou regulacionistas formuladas à ALCA e aos projetos de áreas de livre-comércio em geral, situadas – ainda que à esquerda – dentro dos preceitos da visão-social-de-mundo liberal-burguesa clássica de Smith e Ricardo. Referenciando-se historicamente a partir da “nova ordem mundial”, política e economicamente institucionalizada a partir do segundo pós-guerra, do Estado de Bem-Estar Social europeu e dos “tempos áureos” da Ordem do Capital (“*boom econômico*”) restringem-se a reivindicar princípios de equidade nas relações exteriores, denunciando as medidas protecionistas dos países imperialistas (que apresentariam aparente contradição entre o discurso do livre comércio e a defesa estatal do mercado nacional), os limites impostos à salvaguarda da pequena e média propriedade privada, das empresas nacionais e do setor público de assistência social dos países de desenvolvimento capitalista-dependente e do que se apresenta como a (falsa) antinomia público-privado. Apresenta-se certa forma de

próprios grilhões” e – entre as mãos – “carregam o futuro”. A perspectiva revolucionária sempre esteve obstruída na América Latina pelas diversas concepções *nacional-desenvolvimentistas*, pelo *etapismo democrático-burguês* dos partidos comunistas e pelas formulações *regulacionistas-keynesianas* desenvolvidas entre intelectuais, quadros e entidades *antiimperialistas*; manifestações várias das formas de existência histórica do *mito do bom burguês*¹⁶⁸ assumidas na América Latina e no Brasil.

A partir das considerações acima realizadas, cabe ressaltar que o processo de “negociação” do tratado de “livre-comércio” – vasta e herculeamente esmiuçado por Reyno e Daza (2004), diga-se *au passage* – desde sua gênese configurado a partir das necessidades imediatas e interesses históricos de expansão dos nichos de acumulação capitalista dos EUA para campos até então monopolizados pelos aparelhos estatais ou situados à margem da circulação direta enquanto valores-de-troca, oscilaram – apesar e em detrimento da manifestação de tensões e conflitos pontuais – nos limites do horizonte das contradições internas à supremacia capitalista-imperialista norte-americana, oposições que se expressam através de falsas antinomias como *unilateralismo-multilateralismo*, *investimentos-agrocomércio* e, finalmente, *ALCA máxima versus ALCA mínima*. O acúmulo de experiência histórica do Capital desde a ampliação do papel exercido pelos organismos multilaterais, estabelecimento de *tratados livre-cambistas* e a redefinição do sistema mundial inter-Estados após a *débâcle* da institucionalidade político-econômica do segundo pós-guerra, a partir das décadas passadas; fizeram-se presentes através de propostas que se conformavam como “OMC-plus”, “NAFTA-plus” e “AMI-plus”; evidenciando desta forma as mudanças (e a apreensão das mesmas) ocorridas internacionalmente nas relações entre corporações capitalistas, organismos multilaterais e Estados nacionais. A singularidade se expressa não tanto como *ineditismo histórico*, haja vista que o grosso de tendências manifestas já

fetichização do “Estado Social”, em torno a *ilusões democratistas* que fazem elidir a natureza do Estado burguês, sua estrutura, sua lógica e seu funcionamento no sentido de garantir, impulsionar e organizar a acumulação privada. Será possível, nestes países, desenvolver qualquer processo de “integração soberana” sob a égide da mundialização capitalista? Há margem histórica para o “desenvolvimento capitalista nacional com geração de emprego e distribuição de rendas”? É este o projeto histórico que devem sustentar as classes subalternas dos países dependentes enquanto alternativa societária de real emancipação? Enfim, qual é a “Outra América Possível” a que aspiramos? A perspectiva formulada pela corrente mais radical das teorias da dependência estrutural – de Theotônio dos Santos, Rui Mauro Marini e André Gunder Frank – sugere outro horizonte. Influenciado pela *Teoria do Desenvolvimento Desigual e Combinado* de Leon Trotsky, seu enunciado teórico auxiliou inicialmente o combate à hegemonia frentepopulista da estratégia etapista dos partidos comunistas brasileiros entre a classe trabalhadora, afirmando o caráter socialista e a natureza operária da revolução brasileira inserida no sistema mundial inter-Estados, durante a luta contra a ditadura civil-militar (1964-1985). Tal perspectiva configurou-se superestruturalmente através da organização marxista Política Operária (POLOP). Se formulações da CEPAL dos anos 50 e 60 são reavivadas por intelectuais como Chico de Oliveira – nas figuras centrais de Raul Prebisch e Celso Furtado – não nos parece despropositado refratar tais planteamentos *neodesenvolvimentistas* a autores comumente banidos e demonizados pelo *establishment* acadêmico, enquanto uma espécie de *contra-bibliografia*.

¹⁶⁸ “Mas também existe o *bom burguês* / Que vive do seu trabalho honestamente / Mas este quer construir um país / E não abandoná-lo com uma pasta de dólares / O *bom burguês* é como o operário / É o médico que cobra menos pra quem não tem / E se interessa por seu povo / Em seres humanos, vivendo como bichos / Tentando te enforcar na janela do carro / No sinal, no sinal.” (“Burguesia”, *Cazuza*, grifos nossos).

podem ser encontradas *in nuce* desde o *Manifesto de 1848*, mas no *nível do espólio* e na *qualidade da exploração*, cuja normatização jurídico-política não nos remete a uma função “reduzida” dos Estados capitalistas – como poderia sugerir uma leitura desatenta – longe disso, trata-se de uma vasta operação de cristalização máxima dos aparelhos estatais da periferia do Capital no sentido de garantir, impulsionar e expandir os interesses do grande capital comercial, industrial e, sobretudo financeiro, em detrimento do que seriam a soberania, as conquistas e direitos sociais, a legislação trabalhista e a “preservação do meio-ambiente”. Do ponto de vista histórico e estrutural há um salto qualitativo na dominação burguesa. Tratar-se-ia, enfim, do *paraíso da grande burguesia financeira internacional* e, em necessária simultaneidade, do *pesadelo da maioria da população trabalhadora das Américas*.

Em “As Veias Abertas da América Latina”, Galeano (1976) conta-nos sobre o processo de colonização e de saque continental que se produziu desde os tempos das caravelas portuguesas até a era dos caças F-16 fabricados pelo imperialismo norte-americano, comparando fuzileiros navais às missões do FMI e a barbárie de traficantes negreiros aos espoliantes lucros da General Motors. “O sistema fala uma linguagem surrealista: [...] chama de ajuda a ortopedia deformante dos empréstimos e à drenagem de riquezas que os investimentos estrangeiros provocam; convoca os latifundiários a realizarem a reforma agrária, e a oligarquia para pôr em prática a justiça social. A luta de classes não existe – decreta-se –, mais do que por culpa dos agentes forâneos que a fomentam; em troca existem as classes sociais, e se chama a opressão de uma por outras de estilo ocidental de vida”. Através de sua narrativa jornalística, historiográfica e por vezes poética, podemos entender o movimento histórico determinante na história de dominação do subcontinente que vai desde o Tratado de Tordesilhas até o Acordo de Livre Comércio das Américas, muito embora a publicação seja de 1976, enfim, dezoito anos anterior à “proposta” dos EUA. Nas palavras do próprio escritor: “A história é um profeta com o olhar voltado para trás: pelo que foi e contra o que foi, anuncia o que será”. A tranqüilidade e a ordem de que tanto falam a direita e as classes dominantes, como nos lembra Galeano (idem), não são outra coisa senão a ordem da cotidiana humilhação das maiorias bem como a tranqüilidade de que a “injustiça continue sendo injusta e a fome faminta”. “A perpetuação da ordem atual das coisas é a perpetuação do crime. Recuperar os bens que foram usurpados, equivale a recuperar o destino”. A que sujeito referir-se-ia tal destino histórico? Em que consistiria, no *ser-exatamente-assim* do real?

O horizonte liberal-parlamentar e as *ilusões democratistas* suscitadas pelas propostas e/ou governos frentepopulistas, de amplas alianças entre forças do Capital e do Trabalho – que chegaram ao poder ou se propagam como alternativas políticas sociais-liberais –

vêm obstaculizando na América Latina o desenvolvimento de uma perspectiva histórico-identitária revolucionária e internacionalista que possa objetivar uma subjetividade classista e político-organizacional estruturalmente antagônica, própria do proletariado urbano e rural do continente, numa perspectiva compreendida no quadro geral dos embates classistas levados a cabo pelos trabalhadores noutras formações sociais semicoloniais – da África, Ásia, Oriente Médio e Leste Europeu – e também nas fortalezas imperialistas da Ordem do Capital; Japão, Europa Ocidental e Estados Unidos. Por fim, gostaríamos de introduzir algumas considerações sobre as formas e relações sociais e políticas de *oposição*, *resistência* e *luta* (entendidos como processos *desiguais* – e não necessariamente *combinados*) à ordem estabelecida na América Latina. A ruptura com o FMI, o não-pagamento das dívidas externas, a derrota absoluta da ALCA – já seja *light* ou ampla – e o combate à militarização devem fazer parte de uma proposta político-programática não só antiimperialista mas, sobretudo, anticapitalista. A ruptura com o FMI, por um lado, só se consolidaria enquanto conquista arrancada à Ordem do Capital mediante o controle operário das finanças e, por outro, a única resposta conseqüente contra a militarização imperialista seria a formação de milícias proletárias que questionassem o monopólio estatal sobre a violência estrutural. De fato, outra América é possível, além de necessária, e necessariamente socialista. Num enunciado de síntese brutal – como o são todas as súmulas –, porém mediado pela totalidade ordenada de argumentações e reflexões teórico-empíricas apresentadas ao longo da trajetória histórico-analítica cumprida pelo método expositivo, faz-se imperioso lutar por uma América Socialista – possível e necessária, do ponto de vista das forças do Trabalho – *para além* do Capital. Afinal, como nos ensina a canção revolucionária, “él que no cambia todo, no cambia nada”¹⁶⁹.

¹⁶⁹ O recurso à citação da canção chilena foi-nos suscitado pelo camarada Fernando Ferrone, pesquisador do *Centro de Estudos Marxistas* da Universidade Estadual de Campinas (Cemarx-UNICAMP), mestre em pesquisa em ciências humanas e sociais (Université de Bourgogne / Programa Alban), membro do conselho editorial da Revista *Outubro* e integrante da equipe da juveníssima Editora Sundermann.

BIBLIOGRAFIA GERAL (livros, capítulos de livros e artigos de periódicos especializados)

ACHCAR, Gilbert. The 'historical pessimism' of Perry Anderson. **International Socialism**, Nº 8, 2000.

AGRELA, Euclides. Coordenação Nacional mantém perguntas da Plenária. **Opinião Socialista**, São Paulo, Nº 135, 2002.

ALMEIDA, Eduardo. **Brasil: Reforma ou Revolução?**. São Paulo: Cadernos Marxistas, 1999

_____. Luta contra a ALCA segue com calendário depois do plebiscito. **Opinião Socialista**, São Paulo, nº 138, 2002.

_____. Brasil: o novo partido velho. **Marxismo Vivo**, São Paulo, Nº 9, 2004a.

_____. Governo Lula: *taliban* do neoliberalismo. **Crítica Marxista**, São Paulo, nº 18, 2004.

ALMEIDA, Lúcio Flávio. Apontamentos sobre imperialismo, soberania e antiimperialismo na alvorada do séc. XXI. **Lutas Sociais**, São Paulo, Nº 9, 2002.

ALTHUSSER, Louis. **For Marx**. London: Penguin Press, 1962.

_____. **La Filosofía como Arma de la Revolución**. Córdoba: Cuadernos de Pasado y Presente, 1968.

_____. **Aparelhos Ideológicos do Estado**. Rio de Janeiro: Graal, 1970.

_____. O marxismo como teoria "finita". **Outubro**, São Paulo, Nº 1, 1998.

_____. La Filosofía como Arma de la Revolución citado por BOITO JR., Armando (org.). **Neoliberalismo e Trabalhadores no Brasil**: política, ideologia e movimentos sociais. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, Projeto Integrado de Pesquisa, 2000. Disponível em: <<http://www.unicamp.br/cemarx>> (acessado em mar./2003).

_____. As querelas do humanismo (parte II). **Crítica Marxista**, São Paulo, nº 14, 2002.

AMIN, Samir. **Os Desafios da Mundialização**. Lisboa: Dinossauro, 2000.

_____. André Gunder Frank: homenagem póstuma de Samir Amin (Tradução de Fernando Ferrone). **Portal do PSTU [Teoria]**, São Paulo, 2004. Disponível em: <<http://www.pstu.org.br>> (acessado em jun./2005).

ANDERSON, Perry. **Arguments within English Marxism**. Londres: Verso, 1980.

_____. **Las antinomias de Antonio Gramsci**: Estado y revolución en Occidente. Barcelona: Ed. Fontanamara, 1981.

_____. Modernidade e Revolução. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, v. 14, 1986.

_____. **A crise da crise do marxismo:** introdução a um debate contemporâneo. São Paulo: Brasiliense, 1987.

_____. Balanço do Neoliberalismo, em SADER, Emir e GENTILI, Pablo (orgs.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

_____. Renewals. **New Left Review**, London, N° 1 (New Series), 2000. Disponível em: <<http://www.newleftreview.net/NLR23501.shtml>> (acessado em abr./2004).

_____. Force and Consent. **New Left Review**, London, N° 17 (New Series), 2002.

_____. **Considerações sobre o Marxismo Ocidental;** Nas Trilhas do Materialismo Histórico. São Paulo: Boitempo, 2004.

ANTUNES, Ricardo. **A Rebelião do Trabalho:** o confronto operário no ABC paulista 1978-80. Campinas: Ed. UNICAMP, 1992.

_____. **O Novo Sindicalismo no Brasil.** Campinas: Pontes, 1995.

_____. **Adeus ao Trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo/Campinas: Cortez/Ed. UNICAMP, 2000a.

_____. Trabalho e precarização numa ordem neoliberal, em GENTILI, Pablo e FRIGOTTO, Gaudêncio (orgs.). **La Ciudadanía Negada:** políticas de exclusión en la educación y el trabajo. Buenos Aires: Biblioteca Virtual de CLACSO, 2000b. Disponível em: <<http://168.96.200.17/ar/libros/educacion/antunes.pdf>>.

_____. **Os Sentidos do Trabalho:** ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2003a.

_____. Elementos para uma Ontologia da Vida Cotidiana, em **Os Sentidos do Trabalho:** ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2003b.

_____. Para além do capital e de sua lógica destrutiva. **Revista Espaço Acadêmico**, Maringá, N° 14, 2002. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br>> (acessado em mar./2003).

_____. A nova morfologia do trabalho e o desenho multifacetado das lutas sociais. **A Comuna**, N° 6, 2004a.

_____. **O governo Lula e a desertificação neoliberal no Brasil.** Campinas: mimeo., 2004b.

_____. **A ALCA e sua lógica destrutiva.** São Paulo: mimeo., 2004c.

ARBEX JR., José. **O jornalismo canalha:** a promíscua relação entre a mídia e o poder. São Paulo: Ed. Casa Amarela, 2003.

_____. **Showrnalismo** – a notícia como espetáculo. São Paulo: Casa Amarela, 2001.

_____. Os oligopólios e o show-narlismo, em **CONGRESSO DA FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS**, 2000. Disponível em: <<http://www.fenaj.org.br>>.

ARCARY, Valério. Cinco anotações provocativas sobre a urgência de um debate. **Outubro**, São Paulo, Nº 3, 1999.

_____. **As Esquinas Perigosas da História**: um estudo sobre a história dos conceitos de época, situação e crise no debate marxista. São Paulo: Universidade de São Paulo, Tese de Doutorado em História, 2000.

_____. Polêmica sobre as aptidões revolucionárias do proletariado. **Marxismo Vivo**, São Paulo, Nº 5, 2002.

_____. **A ganância do capital não despreza a incerteza da luta de classes**, São Paulo, mimeo., 2003a.

_____. Partidocracia contemporânea e limites da democracia liberal nos países da periferia do capitalismo. **Lutas Sociais**, São Paulo, Nº 9, 2003b.

_____. Kautsky e as origens históricas do centrismo na esquerda. **Outubro**, São Paulo, Nº 7, 2003c.

_____. **As Esquinas Perigosas da História**: situações revolucionárias em perspectiva marxista. São Paulo: Xamã, 2004a.

_____. As vagas revolucionárias do séc. XX. **II Ciclo de História do Marxismo**: “A teoria marxista da revolução”. Campinas: Cemarx-UNICAMP e ILAESE, 2004b.

_____. Novas Situações Revolucionárias na América Latina (entrevista concedida a Jorge Pereira Filho). **Brasil de Fato**, São Paulo, 2005a.

_____. **Menos Reformas e Mais Revoluções**: anotações sobre um prognóstico de Lênin sobre a época do imperialismo, São Paulo, mimeo., 2005b.

_____. **Eleitoralismo**, a enfermidade senil da esquerda brasileira (desgravação de debate no V FSM). Porto Alegre, mimeo., 2005, em ARCARY, Valério. Das trincheiras aos palácios: os caminhos das “esquerdas”. **Marxismo Vivo**, São Paulo, Nº 11, 2005c.

BACKES, Marcelo. Notas do Tradutor, em MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **A Sagrada Família**. São Paulo: Boitempo, 2003.

BATALHA, Cláudio (et. al.). **Culturas de Classe**: identidade e diversidade na formação do operariado. Campinas: Ed. UNICAMP, 2004.

BATISTA JR., Paulo Nogueira. A Alca e o Brasil. **Estudos Avançados**, São Paulo, v.17, Nº 48, 2003.

BATISTA, Paulo Nogueira. **O Consenso de Washington**: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos. São Paulo: Consulta Popular, Cartilha Nº 7, 2001.

BENJAMIN, César. (et. al.) **A Opção Brasileira**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1998.

_____. A Alca, o livre comércio e o futuro da América do Sul. **Outro Brasil**, Rio de Janeiro, 2004a. Disponível em: <<http://www.outrobrasil.net>> (acessado em mar./2005).

_____. Governo do Capital contra o Trabalho?. **Crítica Marxista**, São Paulo, nº 18, 2004.

BENKO, George. **Economia, Espaço e Globalização**: na aurora do séc. XXI. São Paulo: Hucitec, 1996.

BENOIT, Hector. Teoria (dialética) do partido ou a negação da negação leninista. **Outubro**, São Paulo, Nº 2, 1998.

_____. O Programa de Transição de Trotsky e a América. **Crítica Marxista**, São Paulo, Nº 18, 2004.

BENSAID, Daniel e CALLINICOS, Alex. “La ardiente corriente de la indignación no es soluble en las aguas tibias de la resignación consensual” (entrevista concedida a Christian Castillo y Juan Chingo). **Lucha de Clases**, Buenos Aires, Nº 1, 2002.

BIANCHI, Álvaro. O que estava em jogo na greve dos petroleiros? Neoliberalismo e resistência operária no governo, em BIANCHI, Alvaro (et. al.). **Crise Brasileira e Governo FHC**. São Paulo: Xamã, 1996.

_____. **Gramsci e a Revolução Passiva**. Texto Apresentado para o Exame de Qualificação de Mestrado em Ciência Política ao IFCH-UNICAMP (sob orientação do Prof. Dr. Edmundo Fernandes Dias), Campinas, 1998a. Disponível em:
<<http://planeta.terra.com.br/educacao/politikon/artigos.htm>> (acessado em mar./2003).

_____. O Espectro do Manifesto: a propósito de 150 anos de uma teoria da ação revolucionária. **Outubro**, São Paulo, Nº 1, 1998b.

_____. Do PCB ao PT: continuidades e rupturas na esquerda brasileira. **Marxismo Vivo**, São Paulo, Nº 4, 2001a.

_____. O primado da política: revolução permanente e transição. **Outubro**, São Paulo, Nº 5, 2001.

_____. Crise, política e economia no pensamento gramsciano. **Novos Rumos**, ano 17, Nº 36, 2002a.

_____. Retorno a Gramsci: para uma crítica das teorias contemporâneas da sociedade civil. Curitiba: **XII Congresso Nacional dos Sociólogos**, 2002b. Disponível em:
<<http://planeta.terra.com.br/educacao/politikon/artigos.htm>> (acessado em mar./2003).

_____. Trotsky para o século XXI. **Opinião Socialista**, São Paulo, Nº 138, 2002c.

_____. Os Neocruzados: a Guerra do Afeganistão e a Nova Ordem Mundial. **Outubro**, São Paulo, Nº 6, 2002d.

_____. Hegemonia em tempos de cólera: a difícil construção de uma ordem mundial. **Outubro**, São Paulo, Nº 8, 2003.

_____. **O Marxismo de Trotsky**: notas de leitura. Grupo de Estudos sobre o Marxismo de Trotsky. Centro de Estudos Marxistas da Universidade Estadual de Campinas (Cemarx-UNICAMP). Campinas: mimeo., 2004.

BIANCHI, Álvaro e BRAGA, Ruy. O social-liberalismo chega aos trópicos. **Opinião Socialista**, São Paulo, Nº 157, 2003a.

_____. Da lógica da diferença à lógica estatal. **Revista Espaço Acadêmico**, Maringá, Ano III, Nº 24, 2003b. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br>> (acessado em mar./2003).

BIONDI, Aloísio. **O Brasil privatizado**: um balanço do desmonte do Estado. São Paulo: Fund. Perseu Abramo, 2000.

BLACKLEDGE, Paul. Realism and Renewals: Perry Anderson and the Prospects for the Left. **Contemporary Politics**, London, Nº 4, v. 7, 2001.

_____. **Perry Anderson, Marxism and the New Left**. London: Penguin Books, 2004.

BLOCH, Ernst. Gesamtausgabe. Frankfurt: Suhrkamp, 1959 citado por SERRA, Frederico. Utopía e Ideología en el Pensamiento de Ernst Bloch. **A Parte Rei**, Madrid, nº 2, 1998.

BOBBIO, Norberto. **Direita e Esquerda**: razões e significados de uma distinção política. São Paulo: Ed. UNESP, 2003.

BOITO JR., Armando. **Política neoliberal e sindicalismo no Brasil**. São Paulo: Ed. Xamã, 1999.

_____. (org.) **Neoliberalismo e Trabalhadores no Brasil**: política, ideologia e movimentos sociais. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, Projeto Integrado de Pesquisa, 2000. Disponível em: <<http://www.unicamp.br/cemarx>> (acessado em mar./2003).

_____. Neoliberalismo e Burguesia no Brasil. **Revista PucViva**, São Paulo, Nº 19, 2000a.

_____. Neoliberalismo e Classes Populares. **Brasil Revolucionário**, Nº 28, 2000b.

_____. Neoliberalismo e relações de classe no Brasil, em BOITO JR., Armando (et. al.). **Neoliberalismo e Lutas Sociais no Brasil**. Campinas: IFCH/UNICAMP [Idéias], Ano 9 (1), 2002a.

_____. (et. al.) Lutas sociais no Brasil em 2001. **OSAL**, Buenos Aires, Nº 6, 2002b.

_____. Cena política e interesse de classe na sociedade capitalista. **Crítica Marxista**, São Paulo, Nº 15, 2002c.

_____. A hegemonia neoliberal no governo Lula. **Crítica Marxista**, São Paulo, Nº 7, 2003a.

_____. A reunião de Cancún e o nacionalismo de fazendeiro. **Opinião Socialista**, São Paulo, Nº 160, 2003b.

_____. O lugar da política na teoria marxista da história. **Crítica Marxista**, São Paulo, Nº 19, 2004.

BORÓN, Atílio. **Estado, capitalismo e democracia na América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

_____. Introdução: el marxismo y la filosofía política, em **Teoría y Filosofía Política**. La Tradición Clásica y las Nuevas Fronteras. Buenos Aires: Biblioteca Virtual de CLACSO, 1999. Disponível em: <<http://www.clacso.org/wwwclacso/espanol/html/libros/filopol/filopol.html>>.

_____. Filosofía política y crítica de la sociedade burguesa: el legado teórico de Karl Marx, em **La Filosofía Política Moderna**. De Hobbes a Marx. Buenos Aires: Biblioteca Virtual de CLACSO, 2000. Disponível em: <<http://www.clacso.org/wwwclacso/espanol/html/libros/moderna/moderna.html>>.

_____. La estructura de la dominación mundial: de Bretton Woods al Acuerdo Multilateral de Inversiones, em SEOANE, José e TADDEI, Emílio (orgs.). **Resistencias Mundiales**. De Seattle a Porto Alegre. Buenos Aires: Biblioteca Virtual de CLACSO, 2001a.

_____. La selva y la polis: reflexiones en torno a la teoría política del zapatismo. **OSAL**, Buenos Aires, Nº 4, 2001b.

_____. **A Coruja de Minerva**: mercado contra democracia no capitalismo contemporâneo. Petrópolis: Vozes, 2001c.

_____. **Imperio & Imperialismo**: una lectura crítica de Michael Hardt e Antonio Negri. Buenos Aires: CLACSO, 2002.

_____. América sem trégua. **Biblioteca das Alternativas**, Porto Alegre, 2003. Disponível em: <<http://www.fsm.org.br>> (acessado em mar./2004).

_____. O império e a teoria marxista do imperialismo. **Resistir**, Lisboa, 2004. Disponível em: <<http://resistir.info>> (acessado em mar./2004).

BOSI, Alfredo. **A Dialética da Colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

BORGES, Altamiro. A ALCA, o tubarão e as sardinhas, em BORGES, Altamiro (org.). **Para entender e combater a ALCA**. São Paulo: Ed. Anita Garibaldi, 2002.

_____. O governo Lula e a "tática" do PSTU. **Revista Espaço Acadêmico**, Maringá, Nº 27, 2003a.

_____. **O estágio atual da luta contra a ALCA**. São Paulo, mimeo., 2003b.

_____. Governo Lula: um enigma a decifrar. **Crítica Marxista**, São Paulo, Nº 18, 2004.

_____. **Sombras da ALCA**. São Paulo, mimeo., 2005.

BRAGA, Ruy. Velhas Ideologias para a "nova esquerda": Tarso Genro e o revisionismo contemporâneo. **Outubro**, São Paulo, Nº 1, 1998.

_____. Globalização ou Neocolonialismo: o FMI e a armadilha do ajuste. **Outubro**, São Paulo, Nº 4, 2000.

BRENNER, Robert. A crise emergente do capitalismo mundial: do neoliberalismo à depressão. **Outubro**, São Paulo, N° 3, 1999.

BRUNELLE, Dorval. Um acordo entre governos e o mundo dos negócios. **Cadernos Le Monde Diplomatique**, N° 4, 2002.

CALLINICOS, Alex. **Making History**. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

_____. The anti-capitalist movement and the revolutionary left. **Socialist Workers Party (Theory)**, London, 2001. Disponível em: <<http://www.swp.org.uk>> (acessado em mar./2004).

_____. Toni Negri en perspectiva. **Revolta Global** (Formació), Barcelona, 2002. Disponível em: <<http://www.revoltaglobal.net>> (acessado em mar./2004).

_____. La teoría social ante la prueba de la política: Pierre Bordieu y Anthony Giddens. Madrid, **New Left Review**, n° 2, 2000.

CAMARGO, SONIA. O canto da sereia: América Latina perante a Alca. **Perspec.**, São Paulo, v.16, N° 1, 2002.

CARONI FILHO, Gilson. Os limites do Estado de Direito. **Observatório da Imprensa**, Rio de Janeiro, N° 174, 2002. Disponível em: <<http://www.observatoriodaimprensa.com.br>> (acessado em mar./2002).

CERDEIRA, Bernardo. Bolchevismo e Stalinismo: um velho debate. **Outubro**, São Paulo, N° 3, 1999.

CHAUÍ, Marilena. **Conformismo e Resistência**: aspectos da cultura popular no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1986.

CHESNAIS, François (et. al.). **Uma nova fase do capitalismo?**. São Paulo: Xamã, 2003.

_____. **Mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

_____. Mundialização: o capital financeiro no comando. **Outubro**, São Paulo, N° 5, 2001.

CHESNAIS, François, SERFATI, Claude e UDRY, Charles-André. El futuro del movimiento “antimundialización”. **OSAL**, Buenos Aires, N° 3, 2001.

CHINGO, Juan e SANTOS, Aldo. ¿Imperio o Imperialismo? Una polémica con “El largo siglo XX” de Giovanni Arrighi e “Imperio” de Toni Negri y Michael Hardt. **Estratégia Internacional**, Buenos Aires, N° 16, 2001.

_____. Toni Negri frente a la ofensiva guerrillera de EE.UU.: contra el imperialismo, ¿en defensa del “Imperio”? **Estrategia Internacional**, Buenos Aires, N° 19, 2003.

CHOMSKY, Noam. **Necessary Illusions**: thought control in democratic societies. Toronto: CBC Massey Lectures, 1988.

_____. Humanidade precisa de uma Nova Internacional (entrevista). **Agência Carta Maior**, Porto Alegre, 2003. Disponível em: <<http://www.agenciartamaior.com.br>> (acessado em mar./2003).

COGGIOLA, Osvaldo. A crise estrutural do capital, em COGGIOLA, Osvaldo (et. al.). **Capitalismo: globalização e crise**. São Paulo: Humanitas, Estudos N° 44, 1998.

_____. **O Governo Lula: da esperança à realidade**. São Paulo: Xamã, 2004.

_____. A política externa do governo Lula e a ALCA. **Correio da Cidadania**, ed. 354, 2003. Disponível em: <<http://www.correiodacidade.com.br/ed354/economia.htm>> (acessado em mar./2004).

COLLETI, Claudinei. Ascensão e refluxo do MST e da luta pela terra na década neoliberal, em BOITO JR., Armando (et. al.). **Neoliberalismo e Lutas Sociais no Brasil**. Campinas: IFCH/UNICAMP [Idéias], Ano 9 (1), 2002.

COTRIM, Livia e RAGO FILHO, Antonio. Em memória de José Chasin: a luta pela autenticidade humana. **Crítica Marxista**, São Paulo, N°8, 1999.

COUTINHO, Carlos Nelson. A “cidadania brasileira” do marxista italiano Antonio Gramsci (Ensaio). **Teoria e Debate**, São Paulo, N° 9, 1990. Disponível em: <http://www.fpa.org.br/td/td09/td09_ensaio.htm> (acessado em mar./2004).

_____. A democracia como valor universal, em COUTINHO, Carlos Nelson. **Contra a corrente** – ensaios sobre a democracia e o socialismo. São Paulo: Ed. Cortez, 2000.

_____. O desafio dos que pensaram bem o Brasil, em GARCIA, Marco Aurélio (coord.) Como pensar?. **Lua Nova**, São Paulo, N° 54, 2001.

_____. Carlos Nelson Coutinho (entrevista). **Teoria e Debate**, São Paulo, N° 51, 2002a citado por ALMEIDA, Eduardo. Brasil: o novo partido velho. **Marxismo Vivo**, São Paulo, N° 9, 2004.

_____. O estreito fio da navalha. **Teoria e Debate**, São Paulo, N° 52, 2002b.

_____. Gramsci na cabeça (entrevista). **Reportagem**, São Paulo, N° 50, 2003a.

_____. Carlos Nelson Coutinho (entrevista). **Jornal do Brasil** [21/dez./2003], Rio de Janeiro, 2003b.

DELLA SANTA BARROS, Roberto. Estados Unidos da América: o feitiço vira contra o feiticeiro. **Oficina de Informações**, São Paulo, 2001. Disponível em: <<http://www.oficinainforma.com.br>> (acessado em out./2001).

_____. Guerra Social. **Cadernos do Terceiro Mundo**, Rio de Janeiro, N° 242, 2002a.

_____. **Fórum Social Europeu: “Éramos um milhão!”**. Firenze: mimeo., 2002b.

_____. **¿Como el hombre se hace hombre?** algunas consideraciones sobre el génesis histórico-ontológico del género humano a través de la mediación social de la praxis. Treball Presentat a la Disciplina “Els llenguatges de l’Home i l’a Aproximació Centreuropea” (amb el

Prof. Dr. Lluís Duch). Bellaterra: Programa de Doctorat en Ciències de la Comunicació, Universitat Autònoma de Barcelona, 2002c.

_____. **Las aventuras del Barón de Münchhausen en las ciencias sociales:** una lectura histórica de las principales concepciones de método. Treball Presentat a la Disciplina “Epistemologia i Metodologia” (amb el Prof. Dr. Jordi Berrio). Bellaterra: Programa de Doctorat en Ciències de la Comunicació, Universitat Autònoma de Barcelona, 2002d.

_____. **La ofensiva recolonizadora en Irak y el movimiento internacional contra la guerra.** Barcelona: mimeo., 2003a.

_____. ¿Adónde va Brasil?. **Rebelión**, Madrid, 2003b. Disponible em: <<http://www.rebellion.org/brasil/031010barros.htm>> (acessado em mar./2004).

_____. ¿Gobierno de los Trabajadores o Alianza con el Capital Imperialista?. **A Luchar por el Socialismo**, Madrid, Nº 11, 2003c.

_____. Argentina x Brasil: essa briga não é dos trabalhadores. **Opinião Socialista**, São Paulo, Nº 217, 2004.

DEMIER, Felipe (org.). **As transformações do PT e os rumos da esquerda no Brasil** [entrevistas com Babá, César Benjamim, Luciana Genro, Marcelo Badaró Mattos, Valério Arcary, Virgínia Fontes e Zé Maria]. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2003.

DIAS, Edmundo Fernandes. (et al.) **O Outro Gramsci**. São Paulo: Ed. Xamã, 1996.

_____. Gramsci: rabo preso (Ensaio). **Teoria e Debate**, São Paulo, Nº 14, 1991. Disponible em: <http://www.fpa.org.br/td/td14/td14_ensaio.htm> (acessado em mar./2004).

_____. “Reestruturação produtiva”: forma atual da luta de classes. **Outubro**, São Paulo, Nº 1, 1998.

_____. **A Liberdade (Im) Possível na Ordem do Capital:** “reestruturação produtiva” e passivização. Campinas: IFCH/UNICAMP, Textos Didáticos, 1999a.

_____. O possível e o necessário: estratégia das esquerdas. **Outubro**, São Paulo, Nº 3, 1999b.

_____. **Gramsci em Turim:** a construção do conceito de hegemonia. São Paulo: Ed. Xamã, 2000.

_____. Sobre o marxismo contemporâneo. **Anais do V Encontro de Psicologia Social**, Bauru: UNESP/ABRAPSO-Regional, 2001.

_____. Justiça Infinita: um *Strangelove*. **Outubro**, São Paulo, Nº 6, 2002.

_____. Democrático e Popular?. **Outubro**, São Paulo, Nº 8, 2003.

_____. Gramsci. **II Ciclo de História do Marxismo:** “A teoria marxista da revolução”. Campinas: Cemarx-UNICAMP e ILAESE, 2004 (desgravação da intervenção).

DRUCK, Graça e FRANCO, Tânia. A Alca e as principais implicações para o trabalho e a saúde dos trabalhadores. **Ciênc. Saúde Coletiva**, v.8, Nº 4, 2003.

DUARTE, Newton. **A individualidade para-si**: contribuição a uma teoria histórico-social da formação do indivíduo. Campinas: Autores Associados, 1993.

_____. **Vigotski e o “Aprender a Aprender”**: uma crítica às apropriações pós-modernas e neoliberais de Vigotski. Campinas: Autores Associados, Campinas, 2000.

_____. As Pedagogias do “Aprender a Aprender” e Algumas Ilusões da Assim Chamada Sociedade do Conhecimento. **Revista Brasileira de Educação**, ANPED, nº 18, 2001.

_____. A crítica de Marx à naturalização do histórico. **Revista Princípios**, São Paulo, nº 72, 2003a.

_____. Ideal e idealidade segundo Ilyenkov: contribuições para a reflexão filosófico-educacional contemporânea, em DUARTE, Newton. **Sociedade do Conhecimento ou Sociedade das Ilusões?** – quatro ensaios crítico-dialéticos em filosofia da educação. Campinas: Autores Associados, 2003b.

DUARTE, Ozéas. Para uma tática revolucionária sob a Nova República. **Teoria e Política**, São Paulo, ano 2, Nº 7, 1985.

DUMÉNIL, Gerard e LÉVY, Dominique. O imperialismo na era neoliberal. **Crítica Marxista**, São Paulo, Nº 18, 2004.

EAGLETON, Terry. **Marx and Freedom**. London, Phoenix, 1998.

ELLIOT, Gregory. **Perry Anderson**: The Merciless Laboratory of History. Minnesota: University of Minnesota Press, 1998.

ENGELS, Friedrich. **Dialéctica de la Naturaleza**. Moscú: Progreso, 1925.

_____. **El Origen de la Familia, la Propiedad Privada y del Estado**. Madrid: Ed. Enymión, 1988.

ESTAY, Jaime. El Alca después de Miami: la conquista continúa, em ESTHER CECEÑA, Ana (comp.). **Hegemonías y Emancipaciones en el Siglo XXI**. Buenos Aires: CLACSO, 2004.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

_____. **Nova República?**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986.

FERREIRA MARTINS, Sueli Terezinha. O método materialista histórico-dialético e a pesquisa-intervenção. **Anais do V Encontro de Psicologia Social**, Bauru: UNESP/ABRAPSO-Regional, 2001.

_____. (org.) **Marxismo, Ciência e Educação**. A práxis transformadora como mediação da produção do conhecimento. Bauru: NEPEM, 2004.

FERRONE CORRÊA, Fernando. O Partido Comunista do Brasil (PCdoB), em GUERRERO GUTIERREZ, Andriei da Cunha; MARSTUCELLI, Danilo Enrico e FERRONE CORRÊA, Fernando. PT, PCdoB e PSTU diante do capitalismo neoliberal no Brasil, em BOITO JR., Armando (et. al.). **Neoliberalismo e Lutas Sociais no Brasil**. Campinas: IFCH/UNICAMP [Idéias], Ano 9 (1), 2002a.

_____. **As contradições teórico-táticas do PCdoB frente à ofensiva neoliberal no Brasil**, Campinas, mimeo., 2002b.

FONTANA, Mariúcha. O governo Lula e os desafios da esquerda revolucionária. **Marxismo Vivo**, São Paulo, N° 6, 2002.

FREDERICO, Celso. A política cultural dos comunistas, em QUARTIM DE MORAES, João (org.). **História do marxismo no Brasil**, III. Teorias. Interpretações. Campinas: Ed. UNICAMP, 1998.

GALEANO, Eduardo **As Veias Abertas da América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

GALVÃO, Andréia. A CUT na encruzilhada: impactos do neoliberalismo sobre o movimento sindical combativo, em BOITO JR., Armando (et. al.). **Neoliberalismo e Lutas Sociais no Brasil**. Campinas: IFCH/UNICAMP [Idéias], Ano 9 (1), 2002.

GARZÓN, Luis Fernando citado por BORGES, Altamiro (org.). **Para entender e combater a ALCA**. São Paulo: Ed. Anita Garibaldi, 2000.

GENRO, Adelmo. **O Segredo da Pirâmide**: para uma teoria marxista do jornalismo. Porto Alegre: Ed. Tchê!, 1987.

GIANNOTTI, Vito e NETO, Sebastião. **CUT ontem e hoje**. Petrópolis: Vozes, 1991.

GOHN, Maria da Glória (org.). **Movimentos sociais no início do séc. XXI**: antigos e novos atores sociais, Petrópolis: Vozes, 2003.

_____. **Mídia, Terceiro Setor e MST**: impactos sobre o futuro das cidades e do campo. Petrópolis: Vozes, 2000a.

_____. **Teoria dos Movimentos Sociais**. São Paulo: Loyola, 2000b.

_____. Educação, Trabalho e Lutas Sociais, em GENTILI, Pablo e FRIGOTTO, Gaudêncio (orgs.). **La Ciudadanía Negada**: políticas de exclusión en la educación y el trabajo. Buenos Aires: Biblioteca Virtual de CLACSO, 2000c. Disponível em: <<http://168.96.200.17/ar/libros/educacion/gohn.pdf>>.

GOYOS JR., Durval de Noronha. Arbitragem no âmbito da Alca e outros apontamentos legais referentes ao tema. **Estud. av.**, v.17, N° 48, 2003.

GORENDER, Jacob. **Combate nas Trevas** – a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada, São Paulo: Ática, 1987.

_____. **Marxismo Sem Utopia**. São Paulo: Ática, 1999.

GRAMSCI, Antonio. Espontaneidad y dirección consciente, em GRAMSCI, Antonio. **Escritos Políticos** (1917-1933). México: Siglo XXI, 1990. Disponível em: <<http://www.marxists.org/archive/gramsci/index.htm>>. (acessado em mar./2004).

_____. Os Indiferentes, em GRAMSCI, Antonio. **Cittá Nuova**. Torino: Einaudi Ed., 1984. Disponível em: <<http://www.marxists.org>> (acessado em mar./2005).

_____. Americanismo e Fordismo, em GRAMSCI, Antonio. **Maquiavel, a Política e o Estado Moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

_____. **Quaderni del Carcere**. Edizione critica dell'Istituto Gramsci – a cura di Valentino Gerratana. Turim: Giulio Einaudi, 1975.

_____. **Sul Risorgimento**. Roma: Ed. Riuniti, 1980.

_____. Análise da situação. Relações de força [Nota] citado por BIANCHI, Alvaro. **Gramsci e a Revolução Passiva**. Disponível em: <<http://planeta.terra.com.br/educacao/politikon/artigos.htm>> (acessado em mar./2003).

_____. Sul Risorgimento citado por BOITO JR., Armando (org.). **Neoliberalismo e Trabalhadores no Brasil**: política, ideologia e movimentos sociais. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, Projeto Integrado de Pesquisa, 2000. Disponível em: <<http://www.unicamp.br/cemarx>> (acessado em mar./2003).

GRESPLAN, Jorge. Capital e crise: os desafios da teoria. **Margem Esquerda**, São Paulo, N° 4, 2004.

GRÜNER, Eduardo. Marxismo, cultura y poder. **La Teoría Marxista Hoy**: problemas y perspectivas, Campus Virtual de CLACSO, 2003.

GUERRERO GUTIERREZ, Andriei da Cunha. O Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU), em GUERRERO GUTIERREZ, Andriei da Cunha; MARSTUCELLI, Danilo Enrico e FERRONE CORRÊA, Fernando. PT, PCdoB e PSTU diante do capitalismo neoliberal no Brasil, em BOITO JR., Armando (et. al.). **Neoliberalismo e Lutas Sociais no Brasil**. Campinas: IFCH/UNICAMP [Idéias], Ano 9 (1), 2002.

_____. **O Trotskysmo e o Capitalismo Neoliberal no Brasil**: Democracia Socialista, PSTU e O Trabalho – uma análise das campanhas eleitorais de 1998 e 2002. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, Dissertação de Mestrado em Ciência Política, 2004.

GURGEL, Cláudio. Lênin e os problemas candentes do nosso movimento. **Outubro**, São Paulo, N° 10, 2004.

HAYEK, Friedrich Von. **O Caminho da Servidão**. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1987.

HARDT, Michael e NEGRI, Antonio. **Imperio**. Buenos Aires: Paidós, 2002.

HELLER, Agnes. A estrutura da vida cotidiana, em HELLER, Agnes. **O Cotidiano e a História**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

_____. **Sociología de la Vida Cotidiana**. Barcelona: Península, 1977.

HERNÁNDEZ, Martín. Um vendaval oportunista percorre o mundo: sobre os caminhos da esquerda. **Marxismo Vivo**, São Paulo, N° 9, 2004.

HOBSBAWN, Eric. **Os revolucionários**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

_____. **A Era dos Impérios – 1875-1914**. Paz e Terra: São Paulo, 1988a.

_____. **Mundos do Trabalho**. São Paulo: Paz e Terra, 1988b.

_____. **Era dos Extremos: o breve século XX – 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

_____. **Tempos Interessantes: uma vida no século XX**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

_____. O marxismo hoje: um balanço aberto, em HOBSBAWN, Eric. **História do Marxismo**. V.11. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

HOLLOWAY, John. El zapatismo y las ciencias sociales en America Latina. **OSAL**, Buenos Aires, N° 4, 2001.

_____. **Cambiar el mundo sin tomar el poder: el significado de la revolución hoy**. México/Buenos Aires: Universidad Autónoma de Puebla/Herramienta, 2002.

_____. Partidos Políticos?. **Margem Esquerda**, São Paulo, N° 4, 2004.

IANNI, Octavio. **A ditadura do grande capital**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

_____. **O colapso do populismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.

ILYENKOV, Evald V. The Concept of Ideal, in: ILYENKOV, Evald V. **Problems of Dialectical Materialism**. Moscow: Progress Publishers, 1977. Disponível em: <<http://www.marxists.org/archive/ilyenkov/index.htm>> (acessado em ago./2005).

_____. **The Dialectics of the Abstract and the Concrete in Marx's Capital**. Moscow: Progress Publishers, 1982. Disponível em: <<http://www.marxists.org/archive/ilyenkov/index.htm>> (acessado em ago./2005).

JAMESON, Frederic. Reificação e utopia na cultura de massa. **Crítica Marxista**, São Paulo, N° 1, 1994

_____. **Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio**. São Paulo: Ática, 1997.

_____. Notas sobre a globalização como questão filosófica, em JAMESON, Frederic. **A cultura do dinheiro**. Petrópolis: Vozes, 2000.

JOHNSON, Guillermo. **O processo de recolonização no Brasil**. Florianópolis, mimeo., 2004.

KOSIK, Karl. **Dialética do Concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

KUCINSKI, Bernardo. **Abertura**, a história de uma crise. São Paulo: Ed. Brasil Debates, 1982.

LEHER, Roberto. Tempo, autonomia, sociedade civil e esfera pública: introdução ao debate a propósito dos novos movimentos sociais, em GENTILI, Pablo e FRIGOTTO, Gaudêncio (orgs.). **La Ciudadanía Negada: políticas de exclusión en la educación y el trabajo**. Buenos Aires: Biblioteca Virtual de CLACSO, 2000. Disponível em: <<http://168.96.200.17/ar/libros/educacion/leher.pdf>>.

_____. ALCA: uma estratégia imperialista no séc. XXI. **Outubro**, São Paulo, Nº 9, 2003a

_____. O governo Lula e os movimentos sociais. **OSAL**, Buenos Aires, Nº 10, 2003b.

_____. Considerações sobre uma teoria sem prática. **Margem Esquerda**, São Paulo, Nº 4, 2004a.

_____. (et. al.) Conjuntura política e novo partido. **Crítica Social**, Rio de Janeiro, Nº 4, 2004b.

LENIN, Vladimir Ilich Ulianov. **Teses de Abril**. Moscou, mimeo., s/d.a.

_____. **A Falência da II Internacional**. Moscou, mimeo., s/d.b.

_____. **Cartas sobre a Tática**. Moscovo, mimeo., s/d.c.

_____. **Informe al III Congreso de la Internacional Comunista**. Moscou, mimeo., s/d.d.

_____. **Os Cadernos sobre a Dialética de Hegel**, mimeo., s/d.e.

_____. The Junius Pamphlet, em LENIN, Vladimir Ilich. **Collected Works**. Moscow: Progress, 1964. Disponível em: <<http://www.marxists.org/archive/lenin/index.htm>> (acessado em ago./2004).

_____. Imperialismo: fase superior do capitalismo, em LENIN, Vladimir Ilich Ulianov. **Obras Escolhidas** [Tomo I]. São Paulo: Alfa-Ômega, 1979a.

_____. Sétimo Congresso Extraordinário do PC(b) da Rússia, em LENIN, Vladimir Ilich Ulianov. **Obras Escolhidas** [Tomo II]. São Paulo: Alfa-Ômega, 1979b.

_____. **Esquerdismo**, doença infantil do comunismo. Rio de Janeiro: Global Ed., 1989.

_____. **O Estado e a Revolução; A Revolução Proletária e o Renegado Kautsky**. São Paulo: Ed. Inst. José Luís e Rosa Sundermann, 2005.

LESSA, Sérgio. Lukács e a ontologia: uma introdução. **Outubro**, São Paulo, Nº 5, 2001.

_____. Centralidade do Trabalho: qual centralidade, qual trabalho?, em LESSA, Sérgio. **Mundo dos Homens: trabalho e ser social**. São Paulo: Boitempo, 2002.

_____. Governo Lula é cúmplice dos militares: pela abertura dos arquivos do Exército!, em **Opinião Socialista**, São Paulo, Nº 159, 2003.

LESTIENNE, Bernardo. Campanha Jubileu, uma escola de formação política. **Correio da Cidadania**, São Paulo, 2003.

LÖWY, Michael. **La teoría de la revolución en el joven Marx**. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 1972.

_____. **As Aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen**: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento. São Paulo: Cortez, 1994.

_____. **Ideologias e Ciência Social** – elementos para uma análise marxista. São Paulo: Cortez, 1996.

_____. A teoria do desenvolvimento desigual e combinado. **Outubro**, São Paulo, Nº 1, 1998.

_____. **A Guerra dos Deuses**: religião e política na América Latina. Petrópolis, Vozes, 2000.

_____. Sementes do Futuro [Debate]. **Teoria e Debate**, São Paulo, Nº 47, 2001.

_____. **¿Por una Quinta Internacional?**. Paris, mimeo., 2003.

_____. Michael Löwy [entrevista concedida a Emir Sader e Ivana Jinkings]. **Margem Esquerda**, São Paulo, Nº 4, 2004.

LÖWY, Michael e SAYRE, Robert. **Revolta e Melancolia**: o romantismo na contramão da modernidade. Petrópolis: Vozes, 1995.

LUKÁCS, Georg. **História e Consciência de Classe**. Moscovo: Ed. PCUS, 1960.

_____. Prefácio, em HELLER, Agnes. **Sociología de la Vida Cotidiana**. Barcelona, Península, 1977.

_____. “Trabalho”, em LUKÁCS, Georg. **Per una Ontologia dell’Essere Sociale**. Roma: Ed. Riuniti, 1981.

_____. Per una Ontologia dell’Essere Sociale. Roma: Ed. Riuniti, 1981 citado em GENTILI, Pablo e FRIGOTTO, Gaudêncio (orgs.). **La Ciudadanía Negada**: políticas de exclusión en la educación y el trabajo. Buenos Aires: Biblioteca Virtual de CLACSO, 2000. Disponível em: <<http://168.96.200.17/ar/libros/educacion/reis.pdf>>.

LUXEMBURGO, Rosa. **Reforma ou Revolução?**. São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2000.

_____. **Obras Escogidas** [Tomo I]. Bogotá: Pluma, 1976.

MANDEL, Ernest. **O Capitalismo Tardio**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MARCHINA GONÇALVES, Maria da Graça. Fundamentos metodológicos da psicologia socio-histórica, em MARCHINA GONÇALVES, Maria da Graça (et. al.). **Psicologia sócio-histórica**: uma perspectiva crítica em psicologia. São Paulo: Cortez, 2001.

MARX, Karl. Para a crítica da economia política [Grundrisse], em GIANOTTI, José Arthur (org.). **Marx**. São Paulo: Abril Cultural, 1978a.

_____. Teses contra Feuerbach, em GIANNOTTI, José Arthur (org.). **MARX**. São Paulo: Abril Cultural, Os Pensadores, 1978b.

_____. Salário, Preço e Lucro, em GIANNOTTI, José Arthur (org.). **MARX**. São Paulo: Abril Cultural, Os Pensadores, 1978c.

_____. **Capítulo Inédito**. São Paulo: Ciências Humanas, 1978d.

_____. Mensagem do Comitê Central à Liga dos Comunistas, em MARX, Karl. **Obras Escolhidas** [Tomo I]. Moscovo: Ed. Progresso, 1979.

_____. **O Capital**: crítica da economia política [Livro III/v.6]. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

_____. Crítica da Filosofia do Direito de Hegel, em MARX, Karl. **Manuscritos Econômicos e Filosóficos**. Lisboa: Edições 70, 1993.

_____. **O 18 Brumário de Luís Bonaparte**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

_____. The People's Paper (1856) citado por EAGLETON, Terry. **Marx and Freedom**. London, Phoenix, 1998.

_____. **O Capital**: crítica da economia política [Livro I/v.1]. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999b.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**, Lisboa/São Paulo: Presença/Martins Fontes, 1980.

_____. Manifesto do Partido Comunista, em REIS FILHO, Daniel Aarão (org.). **O Manifesto Comunista 150 anos depois**: Karl Marx e Friedrich Engels. Rio de Janeiro/São Paulo: Civilização Brasileira/Fund. Perseu Abramo, 1998.

_____. **A Sagrada Família**. São Paulo: Boitempo, 2003.

MATTOS, Marcelo Badaró. A CUT hoje e os dilemas da adesão à ordem. **Outubro**, São Paulo, N° 9, 2003.

MENEGOTI TASCA, Rafaela. **Da Práxis da Comunicação Popular na Campanha Nacional contra a ALCA**. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, Trabalho apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação Popular e Comunitária da UEL, 2004.

MENEGOTI TASCA, Rafaela e DELLA SANTA BARROS, Roberto. O Grito de Coroa Vermelha: 22 de abril de 2000. São Paulo: **Anais do X Encontro Latino-Americano de Faculdades de Comunicação Social**, 2000.

MÉSZÁROS, István. **Filosofia, Ideologia e Ciência Social**. São Paulo: Editora Ensaio, 1993.

_____. A Crise Estrutural do Capital. **Outubro**, São Paulo, Nº 4, 2000.

_____. **Para Além do Capital**: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo, 2002.

_____. **O Século XXI**: socialismo ou barbárie?. São Paulo: Boitempo, 2003.

_____. **O Poder da Ideologia**. São Paulo: Boitempo, 2004.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (et. al.). **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade (Petrópolis: Vozes), 1994.

_____. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo/Rio de Janeiro: Hucitec/Abrasco, 2000.

MOISÉS, José Álvaro (et. al.). **Alternativas Populares de Democracia**: Brasil, Anos 80. Petrópolis: Vozes, 1982.

MORAES NETO, Benedito Rodrigues. Observações sobre os *Grundrisse* e a História. Araraquara: mimeo., 2004. **Tecnologia e Relações de Trabalho no Século XX**, Pós-Graduação em Sociologia, FCL-UNESP, 2004.

_____. **Tecnologia e Relações de Trabalho no Século XX** [Disciplina] (Ementa: A evolução do processo de trabalho em direção à maquinaria: a noção da “abolição do trabalho” em Marx; a manufatura e a “angústia smithiana”; a maquinaria e seus efeitos sobre a “abolição do trabalho” (maquinaria, divisão do trabalho e sociedade). Taylorismo: origem e natureza. Fordismo: natureza e desdobramentos: fordismo e processo de trabalho; Fordismo e indústria no pós-guerra. As novas formas de organização da produção desenvolvidas no Japão: ohnoísmo ou toyotismo. A automação de base microeletrônica e seus desdobramentos. Trabalho e sociedade no início do século XXI). Araraquara: Pós-Graduação em Sociologia, FCL-UNESP, 2004.

MORENO, Nahuel. **Os Governos de Frente Popular na História**. São Paulo: Ed. Instituto José Luiz e Rosa Sundermann, 2003.

_____. **¿Partido Mandelista o Partido Leninista?** (“Un documento escandaloso”). Barcelona: Ed. PRT, 1998 compilado de MORENO, Nahuel. *El Partido y la Revolución: teoría, programa y política*. Polémica con Ernest Mandel. Buenos Aires: Antídoto, 1989.

MOURIAX, René. A esquerda e a reanimação das lutas sociais na Europa [entrevista concedida a Andréia Galvão]. **Crítica Marxista**, São Paulo, Nº 14, 2002.

NETO, Delfim em *Carta Capital*, 2002 citado por FONTANA, Mariúcha. O governo Lula e os desafios da esquerda revolucionária. **Marxismo Vivo**, São Paulo, Nº 6, 2002.

NETTO, José Paulo. Notas sobre democracia e transição socialista. **Temas de Ciências Humanas**, São Paulo, Nº 7, 1980.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. Uma esquerda para dirigir o futuro. **Política Democrática**, Brasília, Nº Zero, 2000.

NOVACK, George. **Para compreender la Historia**. México: Fontanamara, 1989.

OLIVEIRA, Amâncio Jorge. O governo do PT e a Alca: política externa e pragmatismo. **Estudos Avançados**, São Paulo, v.17, N° 48, 2003.

OLIVEIRA, Francisco. Um par implausível: ALCA e democracia. **Correio da Cidadania**, ed. 370, 2003a.

_____. Há Vias Abertas para a América Latina?. **Conferência de Abertura do Clacso**, 2003b. Disponível em: <<http://www.clacso.org>>.

_____. Chico de Oliveira (entrevista). **Reportagem**, São Paulo, N° 42, 2003c.

OZAÍ DA SILVA, Antonio. **História das Tendências no Brasil**: origens, cisões e propostas. São Paulo: Proposta Ed., 1987.

_____. As metamorfoses políticas e ideológicas dos partidos, organizações e tendências marxistas nos anos 80 e 90, em PERICÁS, Luiz Bernardo e BARSOTTI, Paulo. **América Latina**: história, crise e movimento. São Paulo: Xamã, 1999.

_____. Trabalho e Política: ruptura e tradição na organização política dos trabalhadores (uma análise das origens e evolução da Tendência Articulação-PT), em PRIORI, Angelo (org.). **O Mundo do Trabalho e a Política**. Maringá: EDUEM, 2000.

_____. O PT e os marxismos de tradição Trotskysta: introdução. **Revista Espaço Acadêmico**, Maringá, N° Zero, 2001a. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br>>.

_____. A Democracia Socialista (DS). **Revista Espaço Acadêmico**, Maringá, N° 1, 2001b. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br>>.

_____. O Trabalho (OT): corrente interna do Partido dos Trabalhadores. **Revista Espaço Acadêmico**, Maringá, N° 1, 2001c. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br>>.

_____. As origens e a ideologia do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU). **Revista Espaço Acadêmico**, Maringá, N° 1, 2001d. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br>>.

PERUZZO, Cicília. **Comunicação nos movimentos populares**: a participação na construção da cidadania. Petrópolis: Vozes, 1998.

PETRAS, James. Contra-ofensiva imperial: contradições, desafios e oportunidades. **Marxismo Vivo**, São Paulo, N° 4, 2001a.

_____. Apuntes para comprender la política revolucionaria actual. **Rebelión**, Madrid, 2001b. Disponível em: <http://www.rebelion.org/petras/notas_petras160501.html> (acessado em abr./2004).

_____. Brasil: neoliberalismo, crise e política eleitoral. **Marxismo Vivo**, São Paulo, N° 6, 2002.

_____. **Império versus Imperialismo**. Nueva York, mimeo., 2003.

PETRAS, James and VELTMEYER, Henry. **Empire with Imperialism**: the globalizing dynamics of neoliberal capitalism. Halifax: Ferwood Publishing/Zed Books, 2005.

PILLING, Geoff. On disterring Karl Marx I. **Marxim Alive**, São Paulo, Nº 2, 2000.

_____. On disterring Karl Marx II. **Marxim Alive**, São Paulo, Nº 3, 2000.

PINASSI, Maria Orlanda. Da miséria ideológica à crise estrutural do capital: uma reconciliação histórica. **Margem Esquerda**, São Paulo, Nº 4, 2004a.

_____. **István Mészáros e a atualidade da ontologia marxiana** [Disciplina] (Objetivos: realizar leitura imanente da obra do filósofo húngaro István Mészáros tendo em vista algumas de suas substantivas contribuições ao debate contemporâneo. Dentre elas, a mais relevante atualiza a necessária vigência da perspectiva crítico-ontológica de Marx frente às atuais condições do sistema de reprodução – material e ideológica – do capital e dos rumos possíveis à alternativa socialista). Araraquara: Pós-Graduação em Sociologia, FCL-UNESP, 2004.

PINHEIRO GUIMARÃES, Samuel. A Alca e o fim do Mercosul, em **Alca e Mercosul: Riscos e Oportunidades para o Brasil**. Brasília: IPRI, 1999

POMAR, Valter. As campanhas da dívida. **Correio da Cidadania**, São Paulo, 2000.

PRZEWORSKI, Adam. **Capitalismo e social-democracia**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

POULANTZAS, Nicos. **Poder Político e Classes Sociais**. Porto: Portucalense Ed., 1972.

QUARTIM DE MORAES, João. Contra a canonização da democracia. **Crítica Marxista**, São Paulo, Nº 12, 2001.

RAMONET, Ignácio. **Un mundo sin rumbo: crisis de fin de siglo**. Madrid: Ed. Debate, 1998.

RAGO FILHO, Antonio. **J. Chasin**. Redescobrimo Marx: a teoria das abstrações. Núcleo de Estudos do Depto. de História: Trabalho, Ideologia e Poder da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), mimeo., 2000.

REIS, Gilson. A Batalha de Miami. **Vermelho** [PCdoB], 2003. Disponível em: <<http://www.vermelho.org.br>>.

RIDENTI, Marcelo. **O Fantasma da Revolução Brasileira**. São Paulo: Ed. UNESP, 1993.

_____. O sucesso no Brasil da leitura do Manifesto Comunista feita por Marshall Berman, em REIS FILHO, Daniel Aarão (org.). **O Manifesto Comunista 150 anos depois**. Rio de Janeiro/São Paulo: Contraponto/Fund. Perseu Abramo, 1998a.

_____. **O romantismo revolucionário da Ação Popular: do cristianismo ao maoísmo**. Chicago: Latin American Studies Association, 1998b. Disponível em: <<http://168.96.200.17/ar/libros/lasa98/Ridenti.pdf>> (acessado em mar./2003).

_____. **Em busca do povo brasileiro: do CPC à era da TV**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

_____. Intelectuais e romantismo revolucionário. **Perspectivas**, São Paulo, v. 15, Nº 2, 2001.

ROSDOLSKY, Roman. **Gênese e Estrutura de O Capital de Karl Marx**. Rio de Janeiro: EDUERJ/Contraponto, 2001.

RODRIGUES, Leôncio Martins. **CUT: os militantes e a ideologia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo 1970-80**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

SADER, Emir. Soberania e democracia na era de hegemonia norte-americana. **Revista Fórum**, São Paulo, N° Zero, 2001a.

_____. Entre Porto Alegre e Porto Alegre. **Teoria e Debate**, São Paulo, N° 47, 2001b.

_____. **Capitalismo contra Democracia**. Rio de Janeiro, mimeo., 2002a.

_____. O imperialismo norte-americano e a ALCA, em CNCA. **Soberania sim, ALCA não!** Análises e Documentos. São Paulo: Expressão Popular, 2002b.

_____. Lula: o pós-neoliberalismo chegou ao Brasil. **Revista Sem Terra**, São Paulo, N° 17, ano V, 2002c.

SAES, Décio. Democracia e Capitalismo no Brasil: balanço e perspectivas. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, 1996. Disponível em: <<http://www.humanas.ufpr.br/publica/revsco>> (acessado em mar./2002).

_____. **República do Capital: capitalismo e processo político no Brasil**. São Paulo: Boitempo Ed., 2001.

SAMARY, Catherine. Discussão, em CHESNAIS, François (et. al.). **Uma nova fase do capitalismo?**. São Paulo: Xamã, 2003.

SAMPAIO, Plínio de Arruda. Participação popular na eleição presidencial. **Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (JST)**, São Paulo, N° 222, v. 21, 2002.

SAMPAIO JR., Plínio de Arruda. O processo de reversão neocolonial, em BORGES, Altamira (org.). **Para entender e combater a ALCA**, São Paulo: Ed. Anita Garibaldi, 2002.

SANGERMANO VALEJO, Renina e DELLA SANTA BARROS, Roberto. **Neoliberalismo, jornalismo contemporâneo e movimentos sociais: como e porque a grande imprensa criminaliza o MST (sob orientação do Prof. Dr. Luiz Fernando Silva)**. Bauru: Universidade Estadual Paulista, Monografia Final de Graduação em Comunicação Social, 2002.

SEMERARO, Giovanni. **Anotações para uma teoria do conhecimento em Gramsci**. Rio de Janeiro, mimeo., 2003.

SENA JÚNIOR, Carlos Zacarias. **O golpe de 64 e a política de alianças com a burguesia**. Salvador: mimeo., 2004.

SEOANE, José e TADDEI, Emílio De Seattle a Porto Alegre. Pasado, presente y futuro del movimiento anti-mundialización neoliberal, em SEOANE, José e TADDEI, Emilio (orgs.). **Resistencias Mundiales**. De Seattle a Porto Alegre. Buenos Aires: CLACSO, 2001a.

_____. Cronologia de la Protesta Internacional, em SEOANE, José e TADDEI, Emilio (orgs.). **Resistencias Mundiales**. De Seattle a Porto Alegre. Buenos Aires: CLACSO, 2001b.

_____. La conflictividad social em América Latina. **OSAL**, Buenos Aires, N° 2, 2000.

_____. Movimientos sociales, conflicto y cambios políticos em América Latina. **OSAL**, Buenos Aires, N° 9, 2003.

SERFATI, Claude. O braço armado da mundialização. **Outubro**, São Paulo, N° 6, 2002.

SILVA, Luiz Fernando. **O pensamento social brasileiro entre 1960 e 1980**: análise da trajetória de um grupo de marxistas acadêmicos. Araraquara: Universidade Estadual Paulista, Dissertação de Mestrado em Sociologia, 1995.

_____. **Sociedade Civil e Democracia Política no Brasil**: as aventuras e desventuras do pensamento marxista entre 1980 e 1995. Araraquara: Universidade Estadual Paulista, Tese de Doutorado em Sociologia, 2000.

_____. Considerações sobre a afirmação do marxismo no séc. XXI. **Anais do V Encontro de Psicologia Social**, Bauru: UNESP/ABRAPSÓ-Regional, 2001.

_____. **Frente Popular Lula-Alencar**: limites históricos e natureza de classe. Bauru: mimeo., 2002.

_____. **Pensamento social brasileiro**: marxismo acadêmico entre 1960 e 1980. São Paulo: Corações & Mentas, 2003.

_____. Intelectualidad, Frentepopulismo y la Izquierda Socialista y Democrática em Brasil. **Marxismo Vivo**, São Paulo, N° 9, 2004.

_____. Sobre o marxismo no capitalismo contemporâneo, em FERREIRA MARTINS, Sueli Terezinha (et. al.). **Método histórico-social na psicologia social**. Petrópolis: Vozes, 2005.

SILVA, Cristiane Alves. **Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra e Governo Lula**: a política do MST frente ao governo do PT (sob orientação do Prof. Dr. Luiz Fernando Silva). Bauru: Universidade Estadual Paulista, Monografia Final de Graduação em Comunicação Social, 2004.

SILVA JR., João dos Reis. Reformas educacionais, reconversão produtiva e a constituição de um novo sujeito, em GENTILI, Pablo e FRIGOTTO, Gaudêncio (orgs.). **La Ciudadanía Negada**: políticas de exclusión em la educación y el trabajo. Buenos Aires: Biblioteca Virtual de CLACSO, 2000. Disponível em: <<http://168.96.200.17/ar/libros/educacion/reis.pdf>>.

SOARES, Paulo Tarso. Globalização ou Imperialismo?, **Crítica Marxista**, São Paulo, N° 3, 1996.

TEMER, Milton. Um governo subalterno e decepcionante. **Crítica Marxista**, São Paulo, nº 18, 2004.

THOMPSON, Edward Palmer. **As Peculiaridades dos Ingleses e Outros Artigos**, Campinas: IFCH/UNICAMP, Textos Didáticos, 1998.

_____. **A Formação da Classe Operária Inglesa**, III: a força dos trabalhadores. São Paulo: Paz e Terra, 1989.

TOLEDO, Caio Navarro. A modernidade democrática da esquerda: adeus à revolução?. **Crítica Marxista**, São Paulo, Nº 1, 1994.

TONET, Ivo. Qual Marxismo?. **Marxismo Vivo**, São Paulo, Nº 5, 2002.

_____. Cidadania ou emancipação humana?. **Revista Espaço Acadêmico**, Maringá, Nº 44, 2005a.

_____. Marxismo para o Séc. XXI. **Revista Espaço Acadêmico**, Maringá, Nº 51, 2005b.

TRAGTENBERG, Maurício. **Max Weber** [Os Economistas]. São Paulo: Nova Cultural, 1997.

TROTSKY, Lev Davidovich Broshtein (León). **Resultados y Perspectivas**. Paris: Ed. Ruedo Ibérico, 1971.

_____. Os sindicatos na época de transição, em TROTSKY, Lev Davidovich Bronstein (León). **Escritos sobre Sindicato**. São Paulo: Kairós, 1978.

_____. Questões do modo de vida: a época do “militantismo cultural” e suas tarefas em TROTSKY, Lev Davidovich Broshtein (León). **Obras de León Trotsky**. Lisboa: Antídoto, 1979.

_____. **A Revolução Russa**; A natureza de classe da URSS. São Paulo: InformaAção, 1989.

_____. **Aonde vai a França?**. São Paulo: Desafio, 1994.

_____. **Escritos Latinoamericanos** [comp.]. Buenos Aires: Centro de Estudios e Investigaciones León Trotsky, 2000.

_____. **A Revolução Traída**: o que é e para onde vai a URSS. São Paulo: Ed. Inst. José Luís e Rosa Sundermann, 2005.

_____. **La Revolución Permanente**, Ed. Fontanamara, s/d.a.

_____. **Informe al III Congreso de la Tercera Internacional**. Moscou, mimeo., s/d.b.

_____. **Problemas de la vida cotidiana**. Moscou, mimeo., s/d.c.

VIEIRA, Trópia. A adesão da Força Sindical ao neoliberalismo, em BOITO JR., Armando (et. al.). **Neoliberalismo e Lutas Sociais no Brasil**. Campinas: IFCH/UNICAMP [Idéias], Ano 9 (1), 2002.

VIGOTSKY, Lev S. Problemas de método, em VIGOTSKY, Lev S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

WELMOWICKI, José. O discurso da cidadania e a independência de classe. **Marxismo Vivo**, São Paulo, N° 1, 1999.

_____. Fórum Social Mundial: morte ao capitalismo ou capitalismo cidadão?. **Marxismo Vivo**, São Paulo, N° 3, 2001a.

_____. Cidadania, democracia e sociedade civil: a volta de Eduard Bernstein. **Marxismo Vivo**, São Paulo, N° 4, 2001b.

_____. **A Esquerda e a Cidadania**: a discussão sobre a democracia burguesa e as alianças de classe. São Paulo, mimeo., 2004a.

_____. **Cidadania ou Classe?** O movimento operário da década de 80. São Paulo: Ed. Inst. José Luís e Rosa Sundermann, 2004b.

WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e Literatura**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1979.

_____. You Are a Marxist, Aren't You?, em WILLIAMS, Raymond. **Resources of Hope**, Londres: Verso, 1989a.

_____. Culture Is Ordinary, em WILLIAMS, Raymond. **Resources of Hope**, Londres: Verso, 1989b.

WOOD, Ellen Meiksins. What is the "postmodern" agenda? an introduction. **Monthly Review**, N° 47, v. III.

_____. Trabajo, Clase y Estado en el capitalismo global. **OSAL**, Buenos Aires, N° 1, 2000.

_____. **Democracia contra Capitalismo**: a renovação do materialismo histórico. São Paulo: Boitempo, 2003.

_____. O que é (anti) capitalismo?. **Crítica Marxista**, São Paulo, N° 17, 2004.

ZULUAGA NIETO, Jaime. Colombia: entre la democracia y el autoritarismo (ponencia presentada en Conflicto Social, Militarización y Democracia en América Latina. Nuevos problemas y desafíos para los estudios sobre conflicto y paz en la región). Buenos Aires: **Seminario CLACSO-Asdi** [16-18/sep./2002], mimeo., 2002.

BIBLIOGRAFIA TEMÁTICA (artigos, análises e documentos sobre a ALCA disponibilizados por Estay e Daza, 2004, CLACSO**)

ESTAY, Jayme e DAZA, Germán. **El Area de Libre Comercio de las Américas: su contenido y sus significados desde una perspectiva latinoamericana [Cátedra Florestan Fernandes]. México/Buenos Aires: Universidad Autónoma de Puebla/Campus Virtual CLACSO, 2004.

ALIANÇA PARA UM COMÉRCIO RESPONSÁVEL. **America's plan for the Americas**. A Critical Analysis of the U.S. Negotiating Positions on the FTAA, 2001.

ALIANÇA SOCIAL CONTINENTAL (ASC). **Alternativa para las Américas** (Esboço de discussão Nº 4), 2003.

_____. **El Proyecto del ALCA y los Derechos de los Inversionistas**, “un TLCAN Plus”: un Análisis del Borrador del Capítulo de Inversiones del ALCA, 2001.

ARROYO PICARD, Alberto. El TLCAN: objetivos y resultados 7 años después, 2000, em ESTAY, Jayme e DAZA, Germán. **El Area de Libre Comercio de las Américas (ALCA)**: su contenido y sus significados desde una perspectiva latinoamericana, Campus Virtual de CLACSO, 2004. Disponível em: <http://www.indecopi.gob.pe/bvirtual/colec_lc.htm> (acessado em mar./2004).

BUSH, George W. Iniciativa para as Américas [27/jun./90], Miami, 1990 em ESTAY, Jayme e DAZA, Germán. **El Area de Libre Comercio de las Américas (ALCA)**: su contenido y sus significados desde una perspectiva latinoamericana, Campus Virtual de CLACSO, 2004.

DAZA, Germán Los derechos de propiedad intelectual en el ALCA, no prelo, 2002 em ESTAY, Jayme e DAZA, Germán. **El Area de Libre Comercio de las Américas (ALCA)**: su contenido y sus significados desde una perspectiva latinoamericana, Campus Virtual de CLACSO, 2004.

DEPARTAMENTO DE COMÉRCIO DOS EUA. **Public summary of US position**, 2001.

DUSSEL PETER, Enrique. El TLC y el desempeño de la economía en México. México: CEPAL, 2000 em ESTAY, Jayme e DAZA, Germán. **El Area de Libre Comercio de las Américas (ALCA)**: su contenido y sus significados desde una perspectiva latinoamericana, Campus Virtual de CLACSO, 2004.

ESTAY, Jaime. El ALCA, la integración latinoamericana y los retos para una inserción mundial alternativa. **Realidad Económica**, Nº 178, Instituto Argentino para el Desarrollo Económico, 2001.

_____. ALCA: el paraíso de los inversionistas. **Chiapas**, México, no prelo, 2002.

_____. La formación de bloques y los avatares del multilateralismo, México, mimeo., 2002 em ESTAY, Jayme e DAZA, Germán. **El Area de Libre Comercio de las Américas (ALCA)**: su

contenido y sus significados desde una perspectiva latinoamericana, Campus Virtual de CLACSO, 2004.

CHEFES DE ESTADO E DE GOVERNO (Negociações da ALCA em 1994, 1998 y 2001). **Declaraciones finales de las reuniones de Miami**, Santiago y Québec, 2001.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE COMÉRCIO (OMC). **Acuerdos de Marrakesh**, 1995.

_____. **Con el comercio hacia el futuro**, 2001,

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OCDE). **Multilateral Agreement on Investment: Consolidated text and commentary**, 1998.

OXFAM. **Cambiar las reglas**: comercio, globalización y lucha contra la pobreza, 2002.

SECRETARIA ADMINISTRATIVA DA ÁREA DE LIVRE COMÉRCIO DAS AMÉRICAS (ALCA). **Área de Libre Comercio de las Américas**. Tercer Borrador del Acuerdo, s/d.

SECRETARIA DE ECONOMIA DO MÉXICO. **TLCAN**: Resumen, 2002.

VALLE, Alejandro. El Tratado de Libre Comercio: un paso más en la integración económica capitalista de Norteamérica, 2000 citado por ESTAY, Jaime. El ALCA, la integración latinoamericana y los retos para una inserción mundial alternativa. **Realidad Económica**, Buenos Aires, N° 178, Instituto Argentino para el Desarrollo Económico, 2001.

DOCUMENTOS, MATERIAIS E FONTES PRIMÁRIAS (boletins, jornais, cartilhas etc.)

ALIANÇA SOCIAL CONTINENTAL (ASC). **Declaración de la Alianza Social Continental ante la Declaración Ministerial de Quito**. Quito, Declaración..., 2002.

BOLETIM INFORMES. PT fará campanha própria contra atuais termos da Alca. **Boletim Informes**, Brasília, N° 2590, Ano XII [30/jul/2002], 2002a.

_____. PT divulga nota “Uma outra integração é possível”. **Boletim Informes**, Brasília, N° 2592, Ano XII [30/jul./2002], 2002b.

BORGES, Altamiro (et. al.). **Para entender e combater a ALCA**. São Paulo: Ed. Anita Garibaldi, 2002.

BUSH JR., George W. “God bless America” (Discurso ao Vivo em Cadeia Nacional de Radiodifusão, nos EUA, após o 11-S), 2001 em **CNN Internacional** (desgravação).

CNCA (Campanha Nacional contra a ALCA). **Para entender a ALCA** [I e II]. São Paulo: Ed. Loyola, 2002 e 2003

_____. **Soberania sim, ALCA não!** Análises e Documentos. São Paulo: Expressão Popular, 2002.

_____. **Declaração sobre Miami**, 2003a. Disponível em:
<<http://www.jubileubrasil.org.br/alca>>.

_____. **Plebiscito Oficial sobre a ALCA**, 2003b. Disponível em:
<<http://www.jubileubrasil.org.br/alca>>.

JORNAL DA CNCA (CNCA), edições de 2002 e 2003.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Sinopse da Execução Orçamentária**, Brasília, Ano IV, N° 3, 2002 (2003).

CUMBRE DE LOS PUEBLOS DE LAS AMÉRICAS, II. **¡No Al Alca! ¡Otra América Es Posible!**. Québec, Declaración de la Segunda Cumbre de los Pueblos de las Américas [19/abr./2001], 2001.

DEPARTAMENTO DE DEFESA DOS EUA. **The Western Hemisphere: Rethinking Strategic Relations**. Strategic Assessment: Priorities for a Turbulent World. Washington: National Defense University, 1999.

ENCUENTRO HEMISFÉRICO DE LUCHA CONTRA EL ALCA, II. **Llamamiento de La Habana a todos los Pueblos de América** (Consenso de La Habana). La Habana, Declaración Final del Segundo Encuentro Hemisférico de Lucha contra el ALCA, 2002.

FATTORELLI, Maria Lúcia. Mentiras e Verdades sobre a “Reforma da Previdência”. Belo Horizonte, mimeo., 2003a.

_____. Maria Lúcia Fattorelli (entrevista). **Coisas da Receita** (JAF), Belo Horizonte, 2003b.

FORO SÃO PAULO. **Breve Histórico do Foro de São Paulo**, s/d. Disponível em: <http://200.155.6.3/site/temp_fsp/html/historia.asp> (acessado em mar./2004).

FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL (FMI). **Brazil**. Disponível em: <<http://www.imf.org/external/np/loi/2002/bra/05/index.htm>> (acessado em mar./2004).

GENTILI, Rafael. **Análisis de coyuntura sobre ALCA y Mercosul** [n^{os}. I-VIII]. Buenos Aires, Laboratorio de Políticas Públicas, Programa de Política Internacional, 2003-2004. Disponível em: <<http://www.outrobrasil.net>>.

GONÇALVES, Reinaldo. **Política Econômica e Macrocenários Nacionais: 2003-2006**. Conselho Federal de Economia, Rio de Janeiro, 2003.

INSTITUTO DA CIDADANIA. **Um Outro Brasil é Possível** [esboço-proposta de programa econômico da direção majoritária do PT]. São Paulo, mimeo., 2001.

INSTITUTO JOSÉ LUIS E ROSA SUNDERMANN. **ALCA: o caminho para o Brasil Colônia**. São Paulo: Instituto José Luis e Rosa Sundermann, 2003.

JAKOBSEN, Kjeld e MARTINS, Renato. **ALCA: quem ganha e quem perde com o livre comércio das Américas**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

JUBILEU SUL. **Plebiscito Nacional sobre a Dívida Externa**, mimeo., 2000.

JUBILEU SUL / AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA. **Justiça Fiscal e Social versus Endividamento e Lavagem de Dinheiro / Os Passos da Auditoria Cidadã da Dívida: uma experiência brasileira**, mimeo., s/d.

LEHER, Roberto. **Observatório Social da América Latina** [n^{os}. 9-12]. Rio de Janeiro, Laboratório de Políticas Públicas da UERJ, OSAL [Brasil], 2002-2003. Disponível em: <<http://www.outrobrasil.net>>.

LIT-QI (Lliga Internacional dels Treballadors-Quarta Internacional). **Prou de sang per petroli! No a la guerra contra l'Iraq!**. Barcelona: mimeo., 2003a.

_____. ¡Fuera las tropas imperialistas! ¡Irak para los iraqués!. **Correo Internacional**, Barcelona, N° 99, 2003b.

LULA DA SILVA, Luís Inácio. citado em **O Globo** [25/ago./02], Rio de Janeiro, 2002.

MINISTÉRIO DA FAZENDA. **Política Econômica e Reformas Estruturais**. Brasília: mimeo., 2003. Disponível em: <<http://www.fazenda.gov.br>> (acessado em set./2003).

_____. **Gasto Social do Governo Federal: 2001-2002**. Brasília: mimeo., 2003. Disponível em: <<http://www.fazenda.gov.br>> (acessado em set./2003).

_____. **Carta do Governo ao FMI**. Brasília: mimeo., 2003. Disponível em: <<http://www.fazenda.gov.br>> (acessado em set./2003).

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM-TERRA (MST). **Carta ao Povo Brasileiro e ao Presidente Lula**. JST, São Paulo, N° 225, v. 21, 2002.

OSPAAL (Servicio de Documentación del OSPAAL). **Documento Santa Fe IV**: América Latina frente los planes anexionistas de los Estados Unidos. México, mimeo., s/d.

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL (PCdoB). **Em defesa dos trabalhadores e do povo brasileiro**. São Paulo: Ed. Anita Garibaldi, 2000.

_____. Resoluções do X Congresso. **A Classe Operária**, São Paulo, N° 208, 2002.

_____. O novo tempo para o Partido – buscar o êxito do governo Lula na consecução de um projeto democrático, nacional-desenvolvimentista, em **Resoluções da 9ª Conferência Nacional do PCdoB**. Brasília, mimeo., 2003.

POWELL, Collin. citado por CNCA. **Soberania sim, ALCA não!** análises e documentos, São Paulo: Expressão Popular, 2002.

PRESIDÊNCIA DAS REPÚBLICAS DA ARGENTINA E DO BRASIL. **Consenso de Buenos Aires**. Buenos Aires, mimeo., 2003.

PSTU (Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado). **Não à ALCA**. São Paulo: Secretaria Nacional de Formação e Propaganda, 2002.

PT (Partido dos Trabalhadores). **Resoluções de Encontros e Congressos 1979-1998**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.

_____. **Carta ao Povo Brasileiro** [22/jun./2002], 2002a. Disponível em: <http://www.pt.org.br/site/assets/carta_ao_povo_brasileiro.pdf>.

_____. **Programa de Governo 2002**. Um Brasil para Todos: Crescimento, Emprego e Inclusão Social. São Paulo, mimeo., 2002b.

REDE BRASIL SOBRE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS MULTILATERAIS (GT de Políticas Macroeconômicas). **Governo Lula e o Acordo com o FMI**: existem alternativas. Rio de Janeiro, mimeo., 2003.

REVISTA PRINCÍPIOS. Editorial. **Revista Princípios**, São Paulo, N° 46, 2001.

_____. Editorial. **Revista Princípios**, São Paulo, N° 72, 2003.

_____. Carta de São Paulo: em defesa da cultura brasileira. **Revista Princípios**, São Paulo, N° 73, 2003.

SADER, Emir (org.). **ALCA**: integração soberana ou subordinada?. São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2002.

SECRETARIA ESPECIAL DO CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (SEDES). **Terceira Carta de Concertação**. Fundamentos para um Novo Contrato Social. Brasília, mimeo., 2003.

UNAFISCO-SINDICAL. **“Reforma” da Previdência: que a justiça e a coerência prevaleçam.** Brasília, mimeo., 2003.

WILLIAMSON, John. An Agenda for Restarting Growth and Reform, em WILLIAMSON, John. **After the Washington Consensus: Restarting Growth and Reform in Latin America**, 2003. Washington: Institute for International Economics, 2003.

_____. (et. al.) What Washington Means by Policy Reform, em **Latin American Adjustment: How Much Has Happened.** Washington: Institute for International Economics, 1990.

SÍTIOS ELETRÔNICOS (rede internacional de computadores)

AGÊNCIA DE NOTÍCIAS CARTA MAIOR: <<http://www.agenciartamaior.com.br>>.

ALCA – Área de Livre Comércio das Américas (sítio oficial): <<http://www.ffaa-alca.org>>.

ASC – Aliança Social Continental: <<http://www.asc-hsa.org>>.

AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA: <<http://divida-auditoriacidada.org.br>>.

CEPAL-ONU – Comissão Econômica para a América Latina e Caribe-Organização das Nações Unidas: <<http://www.eclac.cl>>.

CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil: <<http://www.cnbb.org.br>>.

CORREIO DA CIDADANIA / Jornal Correio da Cidadania:
<<http://www.correiocidadania.com.br>>.

ENCONTRO HEMISFÉRICO CONTRA A ALCA (Consenso de Havana):
<<http://www.alcaabajo.cu>>.

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO: <<http://www.fpabramo.org.br>>.

FMI – FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL: <<http://www.imf.org>>.

GRITO DOS EXCLUÍDOS: <<http://gritodosexcluidos.com.br>>.

JORNAL BRASIL DE FATO: <<http://www.brasildefato.com.br>>.

JUBILEU BRASIL: <<http://www.jubileubrasil.org.br/alca>>.

LIT-CI – Liga Internacional de los Trabajadores-Cuarta Internacional: <<http://www.litci.org>>.

LPP – Laboratório de Políticas Públicas da UERJ / Análise de Conjuntura <<http://www.lpp-uerj.net/outrobrasil>>.

MCP – Movimento Consulta Popular: <<http://www.cidadanet.org.br/consultapopular>>.

MINISTÉRIO DA FAZENDA: <<http://www.fazenda.gov.br>>

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terras / Jornal dos Sem-Terra:
<<http://www.mst.org.br>>.

OBSERVATÓRIO SOCIAL DA AMÉRICA LATINA DO CLACSO (OSAL):
<<http://www.clacso.org>>.

OMC – Organização Mundial do Comércio: <<http://www.wto.org>>.

PROJETO EDITORIAL OFICINA DE INFORMAÇÕES / Revista Reportagem:
<<http://www.oficinainforma.com.br>>.

PCDOB – Partido Comunista do Brasil / Jornal A Classe Operária / Revista Princípios:
<<http://www.vermelho.org.br>>.

PT – Partido dos Trabalhadores / Boletim Informes / Revista Teoria & Debate:
<<http://www.pt.org.br>>.

PSTU – Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado / Jornal Opinião Socialista / Revista Marxismo Vivo: <<http://www.pstu.org.br>>.

REBRIP – Rede Brasileira de Integração dos Povos: <<http://www.rebrip.org.br>>.

REDE DE MOVIMENTOS SOCIAIS: <<http://www.movimientos.org/noalca>>.

REVISTA CAROS AMIGOS: <<http://www.carosamigos.com.br>>.

UNAFISCO SINDICAL-MG – Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal de Minas Gerais: <<http://www.unafiscobh.com.br>>.

ANEXOS – 1

“UMA OUTRA INTEGRAÇÃO É POSSIVEL

A Comissão Executiva Nacional do PT, reunida em São Paulo, em 29/07, debateu a questão da ALCA e deliberou:

1. Reafirmar a posição do PT, aprovada em nosso XII Encontro Nacional, contrária à ALCA nos termos em que ela está sendo negociada. A proposta da ALCA não assegura uma verdadeira e equilibrada integração entre países soberanos. Ao contrário: tal como está formulada, ela significará na prática uma espécie de anexação das economias latino-americanas à economia dos Estados Unidos. Com danos inegáveis ao sistema produtivo da maioria dos países e à condição de vida dos povos.
2. Reafirmar o compromisso do PT com o resgate e a afirmação do Mercosul e, a partir dele, com uma verdadeira integração das Américas, que pode e deve dar-se em outras bases, respeitando a soberania de cada um dos países e os interesses econômicos e sociais das nações.
3. Reiterar a crítica do PT ao protecionismo norte-americano, agravado pelos pacotes siderúrgico e agrícola, que na prática nega frontalmente os proclamados ideais de livre-comércio e torna ainda mais assimétrica e injusta a competição entre os países envolvidos.
4. Orientar, nesse sentido, todas as lideranças e o conjunto dos petistas a prosseguirem na sua atuação contra a proposta da ALCA e a favor de uma outra integração continental que possa beneficiar de fato o conjunto dos países e povos da região.
5. Destacar o fato de que a oposição à proposta da ALCA já é amplamente majoritária no país, envolvendo vastos setores da sociedade brasileira, tanto das esquerdas e dos movimentos populares, quando da intelectualidade, das instituições religiosas, dos meios de comunicação e do empresariado produtivo urbano e rural. Recentes pesquisas de opinião pública comprovam que mais de 70% dos brasileiros rejeitam a atual proposta da ALCA. Por isso mesmo, é recomendável que a mobilização contra a proposta da ALCA e em prol de outro modelo de integração continental não se restrinja às esquerdas e busque unificar todos os setores civis e políticos dispostos a sustentar a causa comum. Até porque os interlocutores, como se sabe, são especialmente poderosos.

No que diz respeito ao plebiscito convocado por diversas entidades para a semana da pátria, a Comissão Executiva Nacional esclarece a todos os petistas e à sociedade que:

- a. A coordenação do plebiscito decidiu que ele será convocado e dirigido exclusivamente por entidades e movimentos, sem a participação institucional de partidos políticos.
 - b. O PT sempre defendeu que o plebiscito fosse centrado exclusivamente na questão da ALCA, de modo a favorecer o envolvimento dos mais diversos setores da opinião pública, evitando incluir outras questões que, embora importantes, pudessem dificultar a ampliação social da iniciativa, restringindo-a apenas ao campo da esquerda.
 - c. O entendimento da coordenação foi outro. Seja pelo estreitamento social do processo, seja pela decisão, que respeitamos, de convocar o plebiscito exclusivamente através das entidades, sem os partidos, o PT não apoiará institucionalmente o plebiscito. O PT dará continuidade, no entanto, à sua luta contra a ALCA e em defesa de uma integração soberana e democrática das Américas, produzindo instrumentos próprios de debate e mobilização. Até 10 de agosto serão lançados um jornal especial sobre o tema, a ser distribuído massivamente em todo o país, bem como cartazes, folhetos e adesivos com a posição do partido. Comissão Executiva Nacional do Partido dos Trabalhadores, São Paulo, 1º de Agosto de 2002”.
- (BOLETIM INFORMES, 2002b) □**

ANEXOS – 2

INFORME DE ATIVIDADES (¹⁷⁰) DISCENTES NO MESTRADO EM SOCIOLOGIA

ROBERTO DELLA SANTA BARROS (¹⁷¹)

• O presente relatório remete-se, em seu aspecto mais imediato, ao cumprimento de uma exigência regulamentar do presente programa: relacionar as atividades discentes realizadas no contexto da pós-graduação em sociologia. Tratar-se-ia, portanto, de uma síntese narrativa da trajetória acadêmica que contribuiu para a formação investigativa do estudante em questão, documentando – desta forma – uma justificação circunstanciada ao pleito de qualificação. O documento que segue pretende, além de cumprir tais exigências institucionais, inserir-se em uma concepção historicamente determinada da produção social de conhecimento. Assim sendo – e, haja vista que não há quaisquer indicações-modelo para a apresentação deste relatório – não se atém tão-só ao período cronológico referente ao curso de mestrado (2004-2006) e, ainda, tampouco se limita ao viés meramente descritivo e/ou estritamente “acadêmico”. Partindo de material empírico já reportado em documentos diversos – em especial *Memoria-Proyecto* UAB (Barcelona, 2002), *Informe de Avance* CLACSO (Buenos Aires, 2003), *Carta de Intenções* UEL (Londrina, 2004) e o próprio *Currículo Lattes* CNPq (Araraquara, 2005) – o presente relatório compreende a função mesma da universidade pública numa perspectiva de profunda referência social entre aquelas e aqueles que possibilitaram historicamente a construção desta e dos conhecimentos artístico, filosófico, científico, cultural e técnico que lhes são privados pela divisão capitalista do trabalho: a maioria absoluta da população trabalhadora.

(O relatório compõe-se de duas partes expositivas: I e II.)

I-

• *A partir da divulgação dos resultados do processo seletivo relativo ao Concurso de Projetos para Pesquisadores da América Latina e Caribe do Programa de Bolsas CLACSO-Asdi de Promoção da Pesquisa Social 2003-2005, de convocatória “Poder e novas experiências democráticas na América Latina e Caribe” (categoria pesquisador/a júnior) procedemos da seguinte forma:*

¹⁷⁰ Relatório apresentado em cumprimento ao *Regulamento do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da FCL-Car/UNESP* – Cap. IX (“Do Exame de Qualificação”), Art. 27 e incisos 1º, 2º e 3º – como documentação-anexa exigida enquanto requisito parcial para a solicitação de *Exame de Qualificação*.

¹⁷¹ *Mestrando em Sociologia na Universidade Estadual Paulista (UNESP, campus Araraquara) e Doutorando em Ciències de la Comunicació da Universitat Autònoma de Barcelona (UAB, campus Bellaterra). Jornalista e Tradutor (UNESP, campus Bauru), foi Pesquisador-Júnior do Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (CLACSO, Buenos Aires). Atualmente integra o Conselho de Consultores da Revista Espaço Acadêmico. Correio Eletrônico: <dellasanta@bol.com.br>.*

- Desligamento voluntário do Programa de Doutorado em Ciências da Comunicação da Universidade Autônoma de Barcelona com 50% dos créditos docentes e 1 ano de curso concluídos e aquisição de passagem aérea Barcelona/Madri/São Paulo;
- Pré-instalação no país e, na seqüência imediata, pesquisa sobre processos seletivos em aberto na área de Pós-Graduação em Ciências Sociais/Humanas e suas respectivas linhas de pesquisa nas universidades públicas do Brasil e sondagem específica sobre as possibilidades de desenvolver o trabalho de pesquisa junto ao Centro de Estudos Marxistas (CEMARX) do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP);
- Objetivando um vínculo institucional mais orgânico e sistemático para a consecução/desenvolvimento da pesquisa em termos/condições adequadas e em função dos objetivos temáticos planteados pela pesquisa, sua orientação teórico-metodológica e áreas de conhecimento correlatas – e após pesquisa exaustiva das possibilidades de inscrição em Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais/Humanas –, decidimos pela inscrição nos processos seletivos 2003/2004 das seguintes universidades públicas, federais e estaduais: Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade Federal da Bahia (UFBA), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Universidade Federal Fluminense (UFF/RJ), Universidade Estadual de Londrina (UEL/PR), Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP/SP) e Universidade Estadual Paulista (UNESP/Campus de Araraquara).
- Adaptação/Conexões sistemáticas ao Campus CLACSO.
- Entre nov.-dez./2003 e fev.-mar./2004 ocupamo-nos dos trâmites burocráticos de inscrição (fichas de inscrição, preparação de currículo, diploma, certificados, projeto etc.); leitura da bibliografia obrigatória de seus respectivos concursos; viagem/participação nas provas dissertativas; exames de língua estrangeira; entrevistas. O resultado final foram duas pós-graduações aonde se chegou à 2ª fase do processo seletivo (UFRGS e UNICAMP) e duas onde fui pré-aprovado (UEL e UNESP).
- A possibilidade de participação/colaboração junto ao Projeto Integrado de Pesquisa “Neoliberalismo e Trabalhadores: Política, Ideologia e Movimentos Sociais” do CEMARX-IFCH (UNICAMP) que primeiramente parecia certa (contato prévio, envio de materiais, aceitação temporária etc.) não teve desdobramentos no sentido de resposta e efetivação por parte da instituição e seus coordenadores.

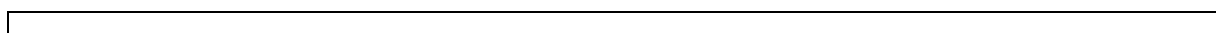
- Matriculamo-nos no Programa de Pós-Graduação (Mestrado) em Sociologia da UNESP/Campus de Araraquara.
- Detectamos a impossibilidade de cursar simultaneamente o Programa de Pós-Graduação (Especialização) em Comunicação Popular e Comunitária da UEL em função de diversos aspectos práticos e acadêmicos, apesar da excelente oportunidade que representaria em termos de apoio teórico-prático à construção das ferramentas de investigação necessárias ao projeto de pesquisa (com temas como comunicação popular e pesquisa qualitativa), com programa e proposta político-pedagógica inédita no Brasil. Assim sendo, optamos/propusemos a colaboração sistemática em termos de realização da pesquisa, com a assessoria de pesquisador/especialista em comunicação popular vinculado à UEL a partir de mai./2004.
- Participação em eventos tais como: “40 anos do Golpe Militar de 1964”, organizado pela Faculdade de Ciências e Letras da UNESP e “Teoria Marxista da Revolução” *II Ciclo de História do Marxismo*, abril de 2004, Campinas. Organizado pelo Movimento Ruptura Socialista (MRS), com o apoio do Centro de Estudos Marxistas (CEMARX) e do Instituto Latino Americano de Estudos Sócio-Econômicos (ILAESE) entre demais institutos e centros da UNICAMP [enquanto o primeiro foi-nos importante no sentido de aprofundar questões relativas à esquerda política e os movimentos sociais do Brasil durante a ditadura civil-militar, o segundo ofereceu-nos a oportunidade de aprofundar o debate sobre as teorias gramsciana e trotsquiana da revolução]. Preparamo-nos para participar, mais adiante, do “IV Seminário do Trabalho: Perspectivas do Trabalho no Século XXI”, na UNESP/Campus de Marília, onde reuniram-se os mais importantes pesquisadores brasileiros sobre relações de trabalho (Antunes, Alves, etc.).
- Retorno ao *Núcleo de Estudos e Pesquisas “Psicologia Social e Educação: Contribuições do Marxismo”*, Neppem, vinculado ao Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq) e à Pós-Graduação em Educação da UNESP/Campus de Bauru – sob coordenação da Profa. Dra. Sueli T. F. Martins – com encontros quinzenais de 4 horas de duração [com viagens à Bauru, tem sido de fundamental importância participar deste espaço de estudos e pesquisas coletivas, onde temos desenvolvido/aprofundado aspectos nucleares da teoria e do método marxista de conhecimento].
- Participação do Grupo Temático (GT) “Trabalho e Trabalhadores”, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UNESP/Campus de Araraquara – sob coordenação da Profa. Dra. Leila Stein – com encontros quinzenais de 3 horas de duração [as

leituras/seminários giram em torno da análise das mudanças relativas à reestruturação capitalista e às relações de trabalho no século XXI, incluindo desde Gramsci a Harvey].

- Participação no “Seminário de Pesquisa”, onde há socialização, argüição e debate coletivo dos projetos de pesquisa desenvolvidos pelos pesquisadores do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UNESP/Araraquara (desde discussões com o professor orientador de nossa monografia final de graduação já vínhamos num processo de reformulação do escopo de nosso universo genérico de investigação, assim como da metodologia e das mediações conceituais propostas para o desenvolvimento da pesquisa, tendência aprofundada após o recebimento da primeira mensagem de nosso tutor-CLACSO, mar.-abr./2004, com considerações e críticas de fundo ao projeto apresentado originalmente).
- *István Mészáros e a atualidade da ontologia marxiana* [Disciplina] (Ementa: realizar leitura imanente da obra do filósofo húngaro István Mészáros tendo em vista algumas de suas substantivas contribuições ao debate contemporâneo. Dentre elas, a mais relevante atualiza a necessária vigência da perspectiva crítico-ontológica de Marx frente às atuais condições do sistema de reprodução – material e ideológica – do capital e dos rumos possíveis à alternativa socialista).
- *Tecnologia e Relações de Trabalho no Século XX* [Disciplina] (Ementa: A evolução do processo de trabalho em direção à maquinaria: a noção da “abolição do trabalho” em Marx; a manufatura e a “angústia smithiana”; a maquinaria e seus efeitos sobre a “abolição do trabalho” (maquinaria, divisão do trabalho e sociedade). Taylorismo: origem e natureza. Fordismo: natureza e desdobramentos: fordismo e processo de trabalho; Fordismo e indústria no pós-guerra. As novas formas de organização da produção desenvolvidas no Japão: ohnoísmo ou toyotismo. A automação de base microeletrônica e seus desdobramentos. Trabalho e sociedade no início do século XXI).
- Pedido de Inscrição nos cursos de formação à distância do Campus CLACSO sobre “Teoria Marxista Hoje” e “ALCA”, avalizadas pelo Prof. Dr. Luis F. Ayerbe: coordenador do GEICD/Brasil e professor da Pós-Graduação em Sociologia da UNESP/Araraquara.
- Aquisição de microcomputador e periféricos pertinentes / Viagens etc.
- Localização, Aquisição e Leitura do Material Bibliográfico / Pesquisa Bibliográfico-Teórica [com viagens à Campinas e São Paulo].

- Coleta, Catalogação e Sistematização de Documentos / Investigação Documental Historiográfica [com viagens a São Paulo].
- Coleta de Dados / Pesquisa Empírica / “Cronologia” e Análise de Conjuntura da ALCA com ferramentas do Observatório Social da América Latina (OSAL).
- Identificação e Contato Inicial-Exploratório com Sujeitos da Pesquisa [com viagens a São Paulo].
- Período de greve (dois meses) no qual desenvolvemos – estudantes, trabalhadores docentes e não-docentes da USP, UNESP, FATEC e UNICAMP – discussões e ações relacionadas a movimentos sociais e à defesa da universidade pública, gratuita, de qualidade e socialmente referenciada entre a maioria da população. Culmina no processo de *Plebiscito sobre a Reforma Universitária de Lula & o FMI*.
- Comunicação oral em evento científico do ensaio-final apresentado ao curso sobre a ALCA, ministrado pelo Clacso-Cátedra Florestan Fernandes (Semana da Pós-Graduação em Sociologia).
- Participação em mesa de debates com pesquisadores juniores do Clacso.
- Participação no Seminário Lenine: 80 anos (Cemarx-Ifch/Unicamp) / Revisão final para socialização.
- Colaboração/participação em eventos tais como o “Seminário sobre as Abordagens Educacionais com Fundamentação Marxista” e o “I Encontro Brasileiro de Educação e Marxismo” (I Ebem) – no interior do Neppem – e divulgação do livreto “*NEPPEM: sua história e os pressupostos teórico-metodológicos que orientam o seu trabalho*”, com o artigo coletivo “*MARX, CIÊNCIA E EDUCAÇÃO: a práxis transformadora como mediação para a produção do conhecimento*”.
- Em 2005, após a greve de 2004, ocorre o *desligamento* do Programa – sob coordenação de Prof. Dr. Milton Lahuerta – em função de atraso na matrícula e exigências regimentais.
- Entre 2005 e 2006 aprofundamo-nos em atividades de colaboração jornalístico-editorial – já seja na redação do jornal / portal Opinião Socialista ou no conselho de consultores da revista de crítica Espaço Acadêmico – além de traduções, versões e adaptações várias em colaboração com diferentes editoras – direta ou indiretamente relacionadas ao eixo temático de nosso trabalho acadêmico.

- Inicia-se processo de seleção no PPG no qual nos reinscrevemos como condição para dar continuidade ao trabalho interrompido: leitura de obras, preparação de fichamentos, estudo de língua estrangeira, atualização curricular e revisão da dissertação do mestrado.
- *Política Cultural: Rádio, Cinema e Televisão* [Disciplina] (Ementa: Estudo da relação entre Estado e políticas culturais no Brasil. As origens do cinema, do rádio, da televisão e dos novos meios de difusão audiovisual: televisão a cabo e/ou por assinatura. Análise dos aspectos sociais relativos ao controle democrático sobre os efeitos da revolução tecnológica no setor das comunicações. OBJETIVOS: Oferecer aos alunos uma visão abrangente da forma de inserção dos meios de comunicação de massa no Brasil, especialmente do cinema, do rádio e da televisão, com ênfase no atual debate sobre os novos sistemas de distribuição de sinais audiovisuais).
- *Teorias Sociológicas de Gênero* [Disciplina] (Ementa: Este curso tem como principal objetivo revisar as teorias de gênero nas Ciências Sociais, suas relações com o Feminismo e com as Teorias Sociológicas Contemporâneas. A inclusão de novos conceitos analíticos na Sociologia relacionados à questão de gênero evidencia um rico diálogo das diferentes matrizes teóricas do feminismo (Beauvoir, Fraisse, Delphy, Scott, Rubin, Perrot, Fraser, Buttler, Collin, , Saffioti,) com as teorias sociológicas clássicas e contemporâneas. As teorias de gênero evidenciam um rompimento com as características da ciência instituída: masculina, branca, classista e heterossexual e uma aproximação a abordagens que buscam dar conta da articulação de gênero com classe, raça e sexualidade. Mostram, também, uma abordagem teórica entre concepções da modernidade e da pós-modernidade, que se manifesta na prática política de diferentes frentes do movimento feminista: radical; liberal; de direitos; essencialista, ecológica, entre outras. A revisão destas questões estará atrelada aos problemas teóricos de fundo das análises de gênero – como patriarcado, igualdade, diferença, identidade, público, privado, – e sua utilização em áreas-chave deste campo de estudos, tais quais, sociologia, história, antropologia, filosofia, política).
- Início formal de trabalho de tradução de livro e historiografia junto a editoras e centros de documentação.
- Licença-afastamento das atividades jornalísticas e editoriais, *priorizando a dissertação*.
- Retomada de orientação, organização de cronograma e plano de trabalho; seminários de dissertação, revisão sistemática e atividades programadas.



II-

• *Jornalista, Tradutor e Pesquisador formado em 2002, estudante do curso de graduação em Comunicação Social – habilitação em Jornalismo, na Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação (FAAC) da Universidade Estadual Paulista – UNESP, Campus Universitário de Bauru, estado de São Paulo, Brasil, no período de jan./1998 a jul./2002 (total de 188 créditos e 2820 horas-aula integralizados). Em dez./1999, participei – enquanto coordenador de direitos estudantis do Diretório Acadêmico “Di Cavalcanti” – do II Encontro Americano pela Humanidade e contra o Neoliberalismo, em Belém, Pará. Desde então pude aprofundar-me teoricamente em relação aos processos de contradições estruturais e antagonismos fundamentais da “globalização neoliberal” apresentados na América Latina, em suas dimensões culturais, sociais, políticas e econômicas – principalmente através de uma concepção de teoria e práxis social dialeticamente vinculadas, desenvolvida coletivamente entre estudantes, pesquisadores/as e docentes da UNESP, militantes de movimentos e lutas sociais, sindicais e políticas e a população envolvida enquanto sujeito (coletivo) da relação trabalhadores-universidade / universidade-trabalhadores. Neste sentido, compusemos a delegação brasileira do XII Congresso Latino-Americano e Caribenho de Estudantes em Havana, Cuba.*

No começo do ano 2000, nos integramos ao Movimento Brasil Outros 500 – formando parte da I Conferência dos Povos e Organizações Indígenas do Brasil e da Marcha de Resistência Indígena, Negra e Popular – questionando as comemorações oficiais desde a perspectiva dos povos oprimidos da América Latina. Então, produzimos o audiodocumentário “O Grito de Coroa Vermelha: 22 de abril de 2000” – um registro sonoro de aproximadamente 50 minutos sintetizado a partir de 30 horas de captações sonoras da Conferência Indígena, do Massacre de Coroa Vermelha perpetrado pelas operações militares de repressão, assim como depoimentos, entrevistas, afoxés africanos e rituais indígenas. O material foi veiculado no ano seguinte em diversas rádios comunitárias, livres, universitárias e populares do Brasil. A partir deste trabalho passo a atuar como produtor / roteirista colaborador (acadêmico) na Rádio UNESP FM, através do Núcleo de Produção Radiofônica da FAAC.

É importante ressaltar, neste mesmo ano, a participação no Núcleo de Teatro do Oprimido, onde sob coordenação do Prof. Dr. Luiz Fernando da Silva (Depto. de Ciências Humanas – UNESP) realizamos atividades relacionadas às técnicas teatrais de Boal / Brecht. A construção cênica visava, dessa forma, à transubstanciação estética da realidade social de opressão da maioria da juventude trabalhadora – no intuito de superá-la. Fundamentalmente através do *teatro-fórum*, *teatro-imagem* e do *coringa* – e de experiências lúdicas relacionadas à

desmecanização corporal, visual, auditiva e ideológica –, construindo um espaço estético que redimensionasse o modo cotidiano e limitado de expressão que utilizamos em nosso dia-a-dia, em suas dimensões verbais e não-verbais, na perspectiva do teatro popular. Com essa base teórico-prática, aliada à práxis da comunicação / educação popular, pudemos intervir, através do projeto de extensão e pesquisa-participante “Universidade, Cultura e Trabalhadores”, junto a crianças e jovens em bairro periférico da região de Bauru. Nosso principal objetivo era a constituição de sujeitos coletivos e agentes históricos que pudessem interpretar e transformar a realidade social na qual estão inseridos. Esta atuação insere-se num marco interdisciplinar mais amplo de pesquisa e extensão: “Direitos Humanos e Cidadania – Projeto Interdisciplinar de Investigação-Ação-Participante”, sob coordenação da Profa. Dra. Sueli T. F. Martins, junto a docentes, pesquisadores e estudantes de graduação e pós-graduação em Comunicação Social, Educação, Psicologia, Sociologia, Artes Plásticas, Arquitetura e Educação Física. É também neste ano em que me incorporo à proposta de “imprensa popular a serviço dos trabalhadores na era da globalização”, através da participação no Projeto Editorial Oficina de Informações/Revista Reportagem – sob coordenação do jornalista Raimundo Pereira – como articulista e colaborador.

Em outubro de 2000, diversos setores da UNESP, entre professores, pesquisadores e estudantes, reúnem-se em torno da proposta de resistência crítica e luta social contra o neoliberalismo – no lastro de um vigoroso movimento grevista unificado em defesa da universidade pública – através do I Fórum Social Mundial (Porto Alegre-RS, Brasil); no qual pudemos organizar uma apresentação sobre os rumos da educação pública, de qualidade social e voltada para a maioria da população brasileira. Assim, através de uma nítida concepção do papel social da universidade pública brasileira – expressada principalmente através dos projetos de extensão envolvidos – surge o Núcleo Universidade Pública e Participação Popular. Fundamentalmente com a proposta de pesquisa teórica e intervenção social junto aos movimentos sociais populares. A extensão universitária em “Questão Agrária, Movimentos Sociais e a Mídia no Brasil” – sob coordenação do Centro de Documentação e Memória (CEDEM) da UNESP e da Escola Nacional Florestan Fernandes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) também se constituiu enquanto importante momento de nossa trajetória acadêmica, social e investigadora.

O ano de 2001 traduziu-se num momento intenso no que se refere à formação universitária e social. É preciso destacar os seminários ministrados em importantes congressos nacionais e internacionais, tais como: o XXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação (Campo Grande-MS, Brasil); o X Encontro Latino-Americano de Faculdades de Comunicação Social (São Paulo-SP); o Seminário Internacional sobre a Criança e o Jovem na América Latina

(Marília-SP, Brasil); o V Encontro de Psicologia Social (Bauru-SP, Brasil); o I Simpósio de Rádio e Cidadania na América Latina – bem como o I Fórum Mundial de Educação (Porto Alegre-RS, Brasil). O Grupo de Estudos e Pesquisa “Psicologia Social e Educação: Contribuições do Marxismo”, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação para a Ciência – da Faculdade de Ciências/UNESP e cadastrado no Diretório de Grupos de Pesquisa do Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq) – permitiu o aprofundamento teórico-filosófico em diversas questões – e sobretudo em nossa concepção materialista histórico-dialética de humanidade, mundo e conhecimento. Neste período integrei a Comissão Permanente de Ensino/UNESP e fui contemplado com uma bolsa de auxílio-especialização pela Pró-Reitoria de Extensão Universitária (PROEX). Participamos também do II Fórum Social Mundial, na mesma perspectiva, com o apoio institucional da UNESP.

Durante o ano de 2002 cursei o aprimoramento no I Curso de Jornalismo em Situação de Conflito Armado – promovido pelo Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICR) e pela OBORÉ – no Projeto Repórter do Futuro 2002. Fui, também, aluno-ouvinte do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Humano (Faculdade de Ciências/UNESP e CAPES). No campo do jornalismo, publiquei reportagens, artigos e ensaios em principalmente três meios de comunicação: a Revista Sem Terra, sob edição de Hamilton Souza; o Observatório da Imprensa, sob orientação de Marinilda Silva e a revista Cadernos do Terceiro Mundo, sob supervisão de Alvaro Neiva. Entre o primeiro semestre de 2001 e o segundo de 2002 dediquei-me, junto à estudante Renina Sangermano Valejo e ao orientador Prof. Dr. Luiz Fernando da Silva, à monografia final de graduação “NEOLIBERALISMO, JORNALISMO CONTEMPORÂNEO E MOVIMENTOS SOCIAIS – Como e Por Que a Grande Imprensa do Brasil Criminaliza o MST”, obtendo assim o bacharelado em comunicação social e a habilitação em jornalismo pela UNESP. O objetivo central deste trabalho constitui-se em analisar material e ideologicamente a relação contraditória entre a grande imprensa e os movimentos sociais populares, inseridos estes no capitalismo neoliberal do Brasil contemporâneo.

Em outubro de 2002 fui aprovado diretamente no Programa de Doutorado em Ciências da Comunicação da Universidade Autônoma de Barcelona (UAB-Espanha), onde cursei já metade dos créditos docentes necessários para postular-me ao exame de qualificação. Três eixos norteadores se apresentaram no desenvolvimento de estudos e pesquisas neste campo das Ciências Sociais: (1) a Comunicação como um aspecto do trabalho relacionado a uma forma social de conhecimento; (2) a História como um processo de autoprodução ontológica do gênero humano, e (3) a Política como a dinâmica dos conflitos em torno da qualificação da práxis social (a atividade humana material consciente e objetiva). Daí decorre nosso interesse na investigação

em Ciências da Comunicação, relacionando suas dimensões político-econômicas, sócio-históricas, culturais e discursivas. Mais especificamente, estudando as tendências hegemônicas do jornalismo e da comunicação midiática inseridos no capitalismo contemporâneo –, de modo a estabelecer uma relação dialética entre o aspecto histórico-transitório do fenômeno jornalístico-midiático e sua dimensão histórico-ontológica. Em novembro deste mesmo ano, participamos do I Fórum Social Europeu, onde se articulou a proposta de uma campanha mundial contra a guerra –, inaugurando-se com uma manifestação de 1 milhão de pessoas (“*No alla guerra!*”, Florença, Itália). O primeiro ciclo do curso foi marcado fundamentalmente pela “rica totalidade de determinações e relações diversas” experimentadas através da perspectiva de participação no multitudinário movimento internacional contra a guerra do Iraque, em especial mobilizando-nos junto à *Assamblea General de la Autònoma* e à *Plataforma Aturem la Guerra de Barcelona*. Em outubro de 2003 postulei-me ao Concurso de Projetos para Pesquisadores da América Latina e Caribe, de convocatória “Poder e Novas Experiências Democráticas na América Latina e Caribe”, sendo o único pesquisador júnior com projeto avalizado por instituição brasileira (IFCH-UNICAMP) a ser selecionado pelo Programa CLACSO de Promoção da Pesquisa Social. A proposta de trabalho leva o título de “*LUTAS SOCIAIS, NEOLIBERALISMO E LIMITES DEMOCRÁTICOS NO BRASIL – gênese, formação e perspectivas da Campanha (Inter) Nacional contra a ALCA*”¹⁷². O prosseguimento das atividades dá-se agora nos limites do PPG em Sociologia na UNESP; junto a atividades jornalísticas, editoriais e documentais correlatas, concorrendo para um período de maior reclusão e, ainda, adensamento teórico-analítico.

Finalmente, venho desenvolvendo atividades relacionadas à pesquisa, docência, investigação, extensão e intervenção social desde a área de Ciências Sociais, no marco de uma perspectiva interdisciplinar, há mais de três anos. Pretendo que, se aprovado, este curso passe a integrar parte fundamental de minha formação social e acadêmica – com vistas a desenvolver-me como professor e pesquisador universitário –, no interior de um horizonte mais amplo de ensino-pesquisa-extensão articulados claramente através de uma educação socialmente referenciada, enfim: pública, gratuita, de qualidade social e voltada para a maioria da população brasileira. O objetivo de concluir o Programa de Pós-Graduação em Sociologia e a realização da investigação social aqui proposta encontram-se balizadas e matizadas pela experiência de uma série de trabalhos de investigação, docência ou extensão, já sejam relacionadas a pesquisas, projetos de extensão, núcleo de estudos, cursos de especialização, reportagens documentais-investigativas, ensaios teóricos e/ou intervenções sociais. Numa perspectiva histórico-estrutural de totalidade

¹⁷² Mais detalhes podem ser verificados no Relatório de Pesquisa que acompanha a documentação em anexo encaminhada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da FCL-Car/UNESP.

social, buscamos – através do materialismo histórico e dialético – ultrapassar a compreensão imediata da objetividade evidenciada diretamente por nossos sentidos; a partir da síntese de suas múltiplas determinações. Só assim alcançaremos a concreticidade histórica dos fenômenos sociais que objetivamos analisar – ou seja –, em meio às suas contradições e antagonismos mais profundos, expressados nas relações sociais de produção. No interior de uma abordagem epistemológica e teórico-metodológica marxista, partimos de uma concepção de homem que, pelo trabalho, constrói as condições materiais de produção e reprodução de sua existência social. *Desta forma, consideramos as idéias como “representações da realidade material” e a realidade material como “fundada em contradições que se expressam em idéias”.* Mais além de expressão de um compromisso profissional ou acadêmico, nas palavras de Goethe, é algo que se constitui como um *projeto de vida*.

Roberto Della Santa Barros □

ANEXOS – 3

RELATÓRIO DE PESQUISA

• Eu, *MARIA ORLANDA PINASSI*,¹⁷³ professora credenciada neste Programa de Pós-Graduação, declaro que meu orientando, *ROBERTO DELLA SANTA BARROS*,¹⁷⁴ estudante regularmente matriculado no mesmo Programa, cumpriu os 6 (seis) créditos referentes a atividades de dissertação (2004 a 2006) – conforme o Regulamento-Resolução UNESP-32, datado de 07/05/2002 – realizando as atividades a seguir arroladas:

-
- Início de atividades como pesquisador-júnior do *Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais* (CLACSO).
 - Participação em eventos tais como: “40 anos do Golpe Militar de 1964”, organizado pela Faculdade de Ciências e Letras da UNESP e “Teoria Marxista da Revolução” *II Ciclo de História do Marxismo*, abril de 2004, Campinas. Organizado pelo Movimento Ruptura Socialista (MRS), com o apoio do Centro de Estudos Marxistas (CEMARX) e do Instituto Latino Americano de Estudos Sócio-Econômicos (ILAESE) entre demais institutos e centros da UNICAMP [enquanto o primeiro foi-nos importante no sentido de aprofundar questões relativas à esquerda política e os movimentos sociais do Brasil durante a ditadura civil-militar, o segundo ofereceu-nos a oportunidade de aprofundar o debate sobre as teorias gramsciana e trotsquiiana da revolução].
 - Retorno ao *Núcleo de Estudos e Pesquisas “Psicologia Social e Educação: Contribuições do Marxismo”*, Neppem, vinculado ao Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq) e à Pós-Graduação em Educação da UNESP/Campus de Bauru – sob coordenação da Profa. Dra. Sueli T. F. Martins – com encontros quinzenais de 4 horas de duração [com viagens à Bauru, tem sido de fundamental importância participar deste espaço de estudos e pesquisas coletivas, onde temos desenvolvido/aprofundado aspectos nucleares da teoria e do método marxista de conhecimento].
 - Participação do Grupo Temático (GT) “Trabalho e Trabalhadores”, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UNESP/Campus de Araraquara – sob coordenação da

¹⁷³ Professora do Departamento de Sociologia (UNESP, campus Araraquara).

¹⁷⁴ Mestrando em Sociologia (UNESP, campus Araraquara).

Profa. Dra. Leila Stein – com encontros quinzenais de 3 horas de duração [as leituras/seminários giram em torno da análise das mudanças relativas à reestruturação capitalista e às relações de trabalho no século XXI, incluindo desde Gramsci a Harvey].

- Participação no “Seminário de Pesquisa”, onde há socialização, argüição e debate coletivo dos projetos de pesquisa desenvolvidos pelos pesquisadores do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UNESP/Araraquara (desde discussões com o professor orientador de nossa monografia final de graduação já vínhamos num processo de reformulação do escopo de nosso universo genérico de investigação, assim como da metodologia e das mediações conceituais propostas para o desenvolvimento da pesquisa, tendência aprofundada após o recebimento da primeira mensagem de nosso tutor-CLACSO, mar.-abr./2004, com considerações e críticas de fundo ao projeto apresentado originalmente).
- *István Mészáros e a atualidade da ontologia marxiana* [Disciplina] (Ementa: realizar leitura imanente da obra do filósofo húngaro István Mészáros tendo em vista algumas de suas substantivas contribuições ao debate contemporâneo. Dentre elas, a mais relevante atualiza a necessária vigência da perspectiva crítico-ontológica de Marx frente às atuais condições do sistema de reprodução – material e ideológica – do capital e dos rumos possíveis à alternativa socialista). Problematização lógica e histórica sobre os desafios iminentes para uma teoria da transição socialista para o século XXI.
- *Teorias Sociológicas Contemporâneas I* [Disciplina] (Ementa: Aferição da sociologia contemporânea junto à contribuição das teorias sociais clássicas em seus mais avançados expoentes atuais). Produção do trabalho de aproveitamento “Anotações da *New Left* sobre Giddens e Bourdieu frente à ofensiva neoliberal: triunfo do neo-liberalismo ou *fracture sociale?*”.
- Inscrição nos cursos de formação do Campus CLACSO sobre “Teoria Marxista Hoje” e “ALCA”, avalizadas pelo Prof. Dr. Luis F. Ayerbe: coordenador do GEICD/Brasil e professor da Pós-Graduação em Sociologia da UNESP/Araraquara.
- Localização, Aquisição e Leitura do Material Bibliográfico / Pesquisa Bibliográfico-Teórica [com viagens à Campinas e São Paulo].
- Coleta, Catalogação e Sistematização de Documentos / Investigação Documental Historiográfica [com viagens a São Paulo].

- Coleta de Dados / Pesquisa Empírica / “Cronologia” e Análise de Conjuntura da ALCA com ferramentas do Observatório Social da América Latina (OSAL).
- Identificação e Contato Inicial-Exploratório com Sujeitos da Pesquisa [com viagens a São Paulo].
- Comunicação oral em evento científico do ensaio-final apresentado ao curso sobre a ALCA, ministrado pelo Clacso-Cátedra Florestan Fernandes (Semana da Pós-Graduação em Sociologia FCL-Car).
- Participação em mesa de debates com pesquisadores-juniores Clacso de toda a América.
- Participação no Seminário Lenin: 80 anos (Cemarx-Ifch/Unicamp) / Revisão final do trabalho Clacso para socialização.
- Colaboração/participação em eventos tais como o “Seminário sobre as Abordagens Educacionais com Fundamentação Marxista” e o “I Encontro Brasileiro de Educação e Marxismo” (I Ebem) – no interior do Neppem – e divulgação do livreto “*NEPPEM*: sua história e os pressupostos teórico-metodológicos que orientam o seu trabalho”, com o artigo coletivo “MARX, CIÊNCIA E EDUCAÇÃO: a práxis transformadora como mediação para a produção do conhecimento”.
- Participação em atividades de exposição da dissertação de mestrado de Eric G. Cardin.
- Participação em atividades de exposição da tese de doutorado de Romildo S. Silva.

[Em 2005 ocorre o *desligamento* do Programa – em função de atraso na matrícula e cumprimento de exigências regimentais.]

- *Política Cultural: Rádio, Cinema e Televisão* [Disciplina] (Ementa: Estudo da relação entre Estado e políticas culturais no Brasil. As origens do cinema, do rádio, da televisão e dos novos meios de difusão audiovisual: televisão a cabo e/ou por assinatura. Análise dos aspectos sociais relativos ao controle democrático sobre os efeitos da revolução tecnológica no setor das comunicações. Oferecer aos alunos uma visão abrangente da forma de inserção dos meios de comunicação de massa no Brasil, especialmente do cinema, do rádio e da televisão, com ênfase no atual debate sobre os novos sistemas de distribuição de sinais audiovisuais). Produção do trabalho de aproveitamento “Cultura e Política no Brasil do séc. XXI (ou uma breve tentativa de *mapeamento cognitivo* da situação atual na *indústria cultural* no país)”.

- *Teorias Sociológicas de Gênero* [Disciplina] (Ementa: Este curso tem como principal objetivo revisar as teorias de gênero nas Ciências Sociais, suas relações com o Feminismo e com as Teorias Sociológicas Contemporâneas. A inclusão de novos conceitos analíticos na Sociologia relacionados à questão de gênero evidencia um rico diálogo das diferentes matrizes teóricas do feminismo (Beauvoir, Fraisse, Delphy, Scott, Rubin, Perrot, Fraser, Buttler, Collin, , Saffioti,) com as teorias sociológicas clássicas e contemporâneas. As teorias de gênero evidenciam um rompimento com as características da ciência instituída: masculina, branca, classista e heterossexual e uma aproximação a abordagens que buscam dar conta da articulação de gênero com classe, raça e sexualidade. Mostram, também, uma abordagem teórica entre concepções da modernidade e da pós-modernidade, que se manifesta na prática política de diferentes frentes do movimento feminista: radical; liberal; de direitos; essencialista, ecológica, entre outras. A revisão destas questões estará atrelada aos problemas teóricos de fundo das análises de gênero – como patriarcado, igualdade, diferença, identidade, público, privado, – e sua utilização em áreas-chave deste campo de estudos, tais quais, sociologia, história, antropologia, filosofia, política). Produção do trabalho de aproveitamento “Marxismo e Feminismo: um ensaio exploratório nas trilhas de Perry Anderson”.
- Retomada da orientação, organização de cronograma, plano de trabalho e atividades programadas.
- Seminários de Dissertação intitulados: “*LUTAS SOCIAIS, NEOLIBERALISMO E LIMITES DEMOCRÁTICOS NO BRASIL: GÊNESE, FORMAÇÃO E PERSPECTIVAS DA CAMPANHA (INTER) NACIONAL CONTRA A ALCA (1998-2003)*”.

(Relação de Atividades submetidas a parecer do Conselho de Pós-graduação em Sociologia)

- Aprovação/Seleção direta no Programa de Doutorado em Ciências da Comunicação da Universidade Autônoma de Barcelona, Espanha, com 50% dos créditos docentes e 1 ano de curso concluídos (ago./2002-ago./2003);
- Aprovação/Seleção no Concurso de Projetos para Pesquisadores da América Latina e Caribe do Programa de Bolsas CLACSO-Asdi de Promoção da Pesquisa Social 2003-2005, de convocatória “Poder e novas experiências democráticas na América Latina e Caribe” (categoria pesquisador/a júnior), Buenos Aires, Argentina;
- Curso “El Área de Libre Comercio de las Americas (ALCA): su contenido y sus significados desde una perspectiva latinoamericana”, ministrado pelo Prof. Dr. Jaime Estay Reyno – com a colaboração do Prof. Dr. Germán Sanchez Daza e da Profa. Dra. Alicia Gonzalez – do Programa de Estudos de Economia Internacional de la Facultad de la Benemérita Universidad Autónoma de Puebla, México, com a coordenação executiva do CLACSO, Buenos Aires, Argentina (Cátedra Florestan Fernandes, jun.-oct./2004);
- Participação como Banca Examinadora do Projeto “Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra e Governo Lula”, de Cristiane Alves da Silva, 02/02/2005, curso de Comunicação Social com habilitação em Jornalismo, FAAC-UNESP, campus Bauru;
- Participação como Banca Examinadora do Projeto “Jornalismo, Revolução e Imprensa Alternativa”, de Diego Barcelos Cruz, 19/12/2005, curso de Comunicação Social com habilitação em Jornalismo, FAAC-UNESP, campus Bauru;
- Colaboração/participação no “Seminário sobre as Abordagens Educacionais com Fundamentação Marxista”, em comemoração aos 5 anos do Núcleo de Estudos e Pesquisa “Psicologia Social e Educação: contribuições do marxismo” (NEPPEM), UNESP, campus Bauru, em 2004.
- Colaboração/participação no “I Encontro Brasileiro de Educação e Marxismo” (I Ebem) – no interior do NEPPEM – e divulgação do livreto “*NEPPEM*: sua história e os pressupostos teórico-metodológicos que orientam o seu trabalho”, com o artigo coletivo “MARX, CIÊNCIA E EDUCAÇÃO: a práxis transformadora como mediação para a produção do conhecimento”, UNESP, campus Bauru, em 2005.
- Participação no “Seminário Lenin: 80 anos”, nov.-dez./2004, IFCH, UNICAMP, CEMARX.
- Participação no “II Ciclo de História do Marxismo”, abr./2004, IFCH, UNICAMP, CEMARX.
- Participação/Apresentação na “III Semana de Pós-Graduação em Sociologia”, UNESP, campus Araraquara, nov./2004;

- Participação no “Ciclo de Debates sobre os 40 anos do Golpe Militar de 1964”, UNESP, campus Araraquara, abr./2004;
- Participação no *Núcleo de Estudos e Pesquisas “Psicologia Social e Educação: Contribuições do Marxismo”*, Neppem, vinculado ao Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq) e à Pós-Graduação em Educação da UNESP/Campus de Bauru – sob coordenação da Profa. Dra. Sueli T. F. Martins – com encontros quinzenais de 4 horas de duração.
- Participação em mesa de debates com pesquisadores-juniores Clacso de todas as Américas.
- Participação no conselho de consultores da Revista Espaço Acadêmico, Maringá, Paraná, sob coordenação do Prof. Dr. Antonio Ozaí.
- Participação em atividades de exposição da dissertação de mestrado de Eric G. Cardin.
- Participação em atividades de exposição da tese de doutorado de Romildo S. Silva. □

ANEXOS – 4

Concurso de proyectos para investigadores de América Latina y el Caribe

“Poder y nuevas experiencias democráticas en América Latina y el Caribe”

Programa de becas CLACSO-Asdi de promoción de la investigación social 2003-5

CONVOCATORIA Y NORMAS

I. ANTECEDENTES Y OBJETIVOS DEL CONCURSO

El Programa de Becas CLACSO-Asdi presenta un nuevo concurso de proyectos para investigadores/as de América Latina y el Caribe sobre “Poder y nuevas experiencias democráticas”.

A partir de los años ochenta del siglo pasado la mayoría de los países de América Latina y el Caribe iniciaron procesos de transición a regímenes democráticos mientras que otros dieron comienzo a políticas dirigidas a la pacificación nacional luego de un período marcado por violentas guerras civiles.

Sin embargo, la profundización de regímenes democráticos no se vio acompañada por los prometidos avances en la democratización social de América Latina. Las políticas neoliberales de reestructuración económica tuvieron efectos sociales súmamente regresivos: aumentó la desigualdad social, se desarticulaban los colectivos organizados y se incrementó la vulnerabilidad del estado frente a los grandes grupos de poder económico nacionales e internacionales. El acople de la democracia liberal y el neoliberalismo económico constituyó un terreno fértil para la mercantilización de los espacios públicos, el saqueo del estado y la concentración del poder económico, político, social, cultural e informativo.

Tras dos décadas de aplicación de las políticas neoliberales, el fin del siglo pasado evidenció la corrosión de las bases económicas, sociales, políticas y culturales de las democracias existentes. En efecto, las economías se financiarizaron e internacionalizaron y los estados cedieron sus capacidades regulatorias. En un contexto de resignación y fragmentación social, las relaciones laborales se precarizaron y la ciudadanía perdió protagonismo en la participación y decisión sobre temas centrales de su destino. La vida cívica también se vio empobrecida de la mano del vaciamiento ideológico de la política partidaria y electoral. Las acciones fundamentales para la vida y el bienestar de las personas y los países fueron definidas en función de consideraciones tecnocráticas ligadas al sostenimiento y profundización del modelo económico de ajuste fiscal y estabilidad monetaria.

Como resultado de ello, el nuevo siglo comenzó signado por una crisis de representación sin precedentes en los países de la región. Valga como ejemplo la sucesión de grandes movilizaciones que provocaron la caída de algunos gobiernos, como en Argentina y Ecuador; los graves problemas de gobernabilidad como los experimentados en Bolivia, Perú y Paraguay; las dificultades de diverso orden como las que enfrentan los gobiernos de México y Uruguay; a lo que habría que agregar el contundente repudio que las políticas neoliberales sufrieron en las recientes elecciones presidenciales de Brasil en donde más de las tres cuartas partes del electorado se pronunció en contra de las mismas. El común denominador de estos casos es el profundo cuestionamiento de la legitimidad de las políticas neoliberales implementadas por los respectivos gobiernos durante la década precedente.

En el contexto de esta crisis de la hegemonía neoliberal, surgieron a nivel local, regional y mundial nuevas formas de resistencia y de organización social protagonizadas por sujetos –movimientos, organizaciones populares de diverso tipo, partidos, sindicatos- que cuestionaron las formas tradicionales de poder y dominación política y manifestaron la voluntad de profundizar los procesos de participación democrática por parte de las mayorías de nuestras poblaciones. Estas experiencias de lucha y movilización popular, autoorganización social y coordinación multisectorial se reflejan en el debate

político y teórico y en una agenda que hoy plantea temas tales como la socialización de la política y del poder, la construcción de espacios de autogobierno popular, la democratización local de la gestión pública y la autogestión de unidades productivas. De manera indicativa, pueden señalarse la experiencia del zapatismo y las implicancias prácticas de su crítica radical al funcionamiento del sistema político mexicano en particular y a la concepción estadocéntrica en general; las diversas experiencias de diseño y ejecución de presupuestos participativos como el que puso en práctica el gobierno municipal de Porto Alegre, en Brasil y las nuevas formas de autogestión productiva organizadas por los desocupados en Argentina, los trabajadores sin tierra en Brasil y otros movimientos de comunidades indígenas en países como Bolivia, Ecuador, Perú y México, entre otros. Adicionalmente, resultan significativos los procesos de articulación entre movimientos y organizaciones sociales y partidos y coaliciones políticas que cuestionan las orientaciones y postulados del neoliberalismo y cuyos recientes triunfos electorales plantean un campo de promesas y desafíos para la construcción de alianzas y hegemonías alternativas en la región.

Este concurso intenta promover estudios y debates relativos a las formas y contenidos actuales de la vida democrática de nuestras sociedades y, muy especialmente, sobre las experiencias de resistencia, lucha y movilización así como también las alternativas de gestión, autogobierno o representación que promueven o podrían conducir a la construcción de sociedades más justas e igualitarias fundadas en la auténtica participación colectiva en los asuntos de la vida pública. En este sentido, se espera que los proyectos puedan abordar estos fenómenos atendiendo a sus modalidades específicas –es decir, sus identidades, liderazgos, formas organizativas y prácticas políticas- así como también sus potencialidades emancipatorias y las limitaciones y obstáculos que enfrentan en el contexto de las democracias capitalistas actuales.

II. NORMAS DEL CONCURSO Y ENCUADRE INSTITUCIONAL

El Concurso “Poder y nuevas experiencias democráticas en América Latina y el Caribe” está dirigido a investigadores/as de nivel inicial, intermedio y superior de América Latina y el Caribe, residentes en la región y pertenecientes a Centros Miembros Plenos de CLACSO o, en su defecto, avalados/as por las mismas. Dichas instituciones deberán estar al día en el pago de sus cuotas de afiliación institucional.

Serán aceptadas las inscripciones de investigadores/as que ya hayan recibido un premio en un Concurso de Ensayos organizado por el Programa Regional de Becas CLACSO. También serán aceptadas las postulaciones de investigadores/as becados/as anteriormente por el Programa Regional de Becas de CLACSO 1) en la misma categoría, si transcurrieron al menos cinco años de la obtención de la mencionada beca y 2) en la categoría de edad siguiente, si transcurrieron al menos dos años de la obtención de la mencionada beca. En ambos casos, será requisito que los/as postulantes hayan cumplido correctamente con las obligaciones contractuales oportunamente contraídas. No podrán presentarse aquellos/as investigadores/as que sean coordinadores/as de los Grupos de Trabajo de CLACSO, miembros del Comité Directivo o funcionarios/as del Consejo.

Cada investigador/a sólo podrá participar con una propuesta en cada concurso del Programa de Becas CLACSO-Asdi 2003-2005. No serán admitidas investigaciones ya terminadas ni presentaciones colectivas. La presentación de un proyecto a este concurso implica el compromiso de su autor/a a ceder a CLACSO, en caso de resultar ganador/a, los derechos exclusivos de copyright del trabajo final que resulte de su investigación, bajo cualquier soporte, debiendo solicitar su expresa autorización para la publicación del mismo por otras vías.

Este Concurso adjudicará tres becas senior de U\$S 15,000 dólares estadounidenses cada una, cinco becas semisenior de U\$S 10,000 dólares estadounidenses cada una y quince becas junior de U\$S 5,000 dólares estadounidenses cada una.

Los/as postulantes senior deben ser científicos sociales de 41 años o más y que cuenten con una sólida formación teórica y metodológica (de nivel doctoral o bien experiencia equivalente), una extensa trayectoria profesional y una significativa producción académica en el tema motivo de este concurso.

Los/as postulantes semisenior deben ser científicos sociales que tengan entre 31 y 40 años de edad inclusive y cuenten con formación de posgrado o bien experiencia equivalente en actividades de investigación o docencia.

Los/as postulantes junior deben ser graduados/as en ciencias sociales que tengan hasta 30 años de edad inclusive y que cuenten con cierta experiencia en actividades de investigación o docencia en el tema motivo de este concurso.

Es indispensable que los/as postulantes senior y semisenior estén en condiciones de realizar la investigación propuesta entre el 1º de diciembre de 2003 y el 30 de noviembre de 2004 y que los/as postulantes junior puedan realizar sus investigaciones entre el 1º de diciembre de 2003 y el 30 de septiembre de 2004. Las becas sólo serán adjudicadas a nuevas propuestas individuales expresamente sometidas a este concurso y susceptibles de ser terminadas en el período correspondiente a cada categoría. Asimismo, y en la medida que este programa introduce el uso de tecnologías de teletrabajo tanto en su administración como en el proceso mismo de la investigación, es necesario que los/as ganadores/as cuenten con acceso a internet. Una vez terminadas las investigaciones, los resultados serán examinados y discutidos en un seminario latinoamericano y caribeño y posteriormente difundidos en la comunidad académica internacional.

Las propuestas presentadas al concurso serán revisadas en sus aspectos formales y administrativos por la Coordinación del Programa de Becas de CLACSO a los efectos de constatar su conformidad con los términos de referencia de la convocatoria y que los centros que auspician al o la postulante se encuentren al día en el pago de sus cuotas de afiliación institucional. Sólo las propuestas que satisfagan todos estos requisitos serán puestas a disposición del Jurado para su evaluación. Es importante destacar que lo que habrá de premiarse es sobre todo y fundamentalmente la calidad y viabilidad del proyecto, criterios que se antepondrán a los antecedentes académicos de los/as postulantes. La evaluación de los proyectos presentados al Concurso estará a cargo de un Jurado Internacional integrado por reconocidas autoridades en la materia que seleccionarán los/as ganadores/as en cada categoría. El Jurado podrá declarar desierto el concurso, o bien alguna/s de las becas disponibles, en caso considere que los proyectos presentados no reúnen la calidad suficiente. Cualquier eventualidad no contemplada en la presente convocatoria será resuelta por la institución organizadora del Concurso.

Entre las orientaciones políticas establecidas por el Comité Directivo del Consejo se cuenta una resolución que exige que los Jurados de los Concursos de Becas deberán poner especial cuidado en tratar de neutralizar el impacto negativo que las profundas desigualdades económicas, sociales e institucionales existentes entre los diversos países de la región ejercen sobre la vida académica de los mismos. Por lo tanto, uno de los objetivos prioritarios de este Programa de Becas es el de estimular y fomentar la participación e inserción de investigadores e instituciones provenientes de países de menor desarrollo relativo o con débil institucionalización de las ciencias sociales en las actividades y programas impulsados por la Secretaría. Por ello, uno de los criterios de evaluación y selección de proyectos que los Jurados contemplarán al seleccionar los proyectos ganadores -junto con la originalidad de las propuestas, su viabilidad y contribución esperada- es la preservación, hasta donde sea posible y sin comprometer la búsqueda de la excelencia académica, del equilibrio en la distribución geográfica de los proyectos ganadores. De este modo, por lo menos, una (1) de las tres becas senior, una (1) de las cinco becas semisenior y tres (3) de las quince becas junior estarán reservadas para proyectos provenientes de alguno de los siguientes países: Bolivia, Costa Rica, Cuba, Ecuador, El Salvador, Guatemala, Haití, Honduras, Nicaragua, Panamá, Paraguay y República Dominicana. Asimismo, se establece que los mencionados Jurados deberán tener en cuenta la distribución temática y la representación de género y regional al seleccionar los proyectos ganadores.

Para su inscripción se requiere presentar la siguiente documentación por cuadruplicado, que deberá ser entregada personalmente en nuestras oficinas o remitida por correo aéreo:

- a) una carta de aval institucional otorgada por un centro miembro pleno de CLACSO, firmada por su Director/a o máximo responsable. No se aceptarán fotocopias de este documento ni firmas digitalizadas;
- b) un formulario debidamente completado conteniendo información relativa al centro miembro;
- c) una ficha completada con los datos personales del o la postulante. La misma deberá ser acompañada por un Currículum Vitae actualizado. El/la postulante deberá también adjuntar fotocopia del título de mayor grado académico obtenido (o constancia de título en trámite) y del pasaporte o documento de identidad donde conste la fecha de nacimiento;
- d) el proyecto del ensayo de investigación firmado con seudónimo. No se aceptarán proyectos que incluyan el nombre de investigador/a postulante. La extensión del proyecto no deberá exceder las ocho (8) páginas. Deberá especificar objeto de estudio, problema, objetivo/s, metodología y bibliografía; así como también la relación de la propuesta con otros trabajos de investigación o docencia en curso o realizados anteriormente. La presentación deberá incluir además una hoja de resumen en donde en no más de quince renglones se exponga el objeto de la investigación y el seudónimo del/la investigador/a y, por otro lado, un cronograma representativo de las principales etapas y actividades de la investigación y una propuesta de asignación presupuestaria del monto de la beca. Los proyectos podrán ser presentados en español o portugués.

El paquete conteniendo los cuatro juegos de documentos arriba mencionados deberá además incluir una única copia de las publicaciones recientes (no más de tres) y un sobre cerrado y etiquetado con el seudónimo del/la investigador/a postulante conteniendo en su interior una hoja con el título del proyecto, el nombre y seudónimo. Dichos materiales no serán devueltos una vez finalizado el Concurso.

Esta misma documentación debe ser enviada por correo electrónico en cuatro archivos diferentes tal como se detalla a continuación, donde [apellido] debe ser reemplazado por el apellido del o la postulante:
 [apellido] aval (corresponde a la carta de aval)
 [apellido] centro (corresponde al formulario institucional)
 [apellido] datos (incluye tanto la ficha de datos personales como el currículum solicitado)
 [apellido] proyecto (a diferencia de la presentación impresa, pedimos que la versión electrónica del proyecto esté firmada tanto con el seudónimo como con el verdadero nombre del o la postulante)
 Ejemplo: torres aval, torres centro, torres datos y torres proyecto

No es necesario el envío electrónico de las publicaciones y de la información contenida en el sobre cerrado. Los formatos del Currículum Vitae y del proyecto de investigación no han sido estandarizados. El modelo de carta de aval, el formulario institucional y la ficha para completar con los datos personales – así como también este mismo documento de convocatoria- están disponibles en las páginas de CLACSO en internet.

Cada uno/a de los/as ganadores/as del concurso firmará un contrato con la Secretaría Ejecutiva de CLACSO y recibirá una beca a los efectos de asegurar su dedicación exclusiva a la investigación durante doce meses en el caso de los investigadores senior y semisenior y diez meses en el caso de los jóvenes. Esta suma podrá eventualmente cubrir costos de recolección de información, procesamiento de datos, materiales y contratación de servicios profesionales especializados. La beca no podrá ser destinada a sufragar costos de diseño del proyecto ni erogaciones indirectas de las instituciones que respaldan la solicitud, actividades de capacitación y asistencia a congresos o actividades científicas nacionales o internacionales. Los ganadores deberán comprometerse a desarrollar su investigación en tiempo y forma, lo cual implica la presentación de los informes parciales de investigación que sean requeridos y la entrega de un trabajo final de calidad. Como el propósito del Concurso es estimular la investigación, si ésta no es concluida del modo establecido, el/la investigador/a tendrá que reintegrar las cuotas de la beca ya anticipadas.

Una vez finalizadas las investigaciones, los informes finales serán evaluados por los especialistas designados por la Secretaría Ejecutiva de CLACSO y, una vez aprobados, se procederá a publicar y difundir en la comunidad académica internacional los resultados producidos.

Toda correspondencia relacionada al presente concurso debe dirigirse a:

Concurso de Proyectos
 "Poder y nuevas experiencias democráticas en América Latina y el Caribe"
 Callao 875, 3º (C1023AAB) Buenos Aires, Argentina.
 Tel: (54 11) 4811-6588 / 4814-2301; Fax: (54 11) 4812-8459
 Presentaciones: becas03@campus.clacso.edu.ar
<http://www.clacso.edu.ar>
<http://www.clacso.org>

El plazo para la recepción de las solicitudes y las propuestas en la sede de la Secretaría Ejecutiva de CLACSO cierra el día 29 de septiembre de 2003, aceptándose como válida la fecha del matasellos del correo postal (siempre y cuando el material sea recibido antes de la reunión del Jurado). El Jurado Internacional del Concurso se reunirá a mediados del mes de octubre para evaluar las presentaciones y el dictamen será dado a conocer públicamente a fines de ese mismo mes. Todos los participantes serán también informados por correo electrónico.

NEOLIBERALISMO E TRABALHADORES NO BRASIL: POLÍTICA, IDEOLOGIA E MOVIMENTOS SOCIAIS

Projeto Integrado de Pesquisa

**Centro de Estudos Marxistas (Cemarx)
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp**

Coordenador do Projeto: Armando Boito Jr.

Pesquisadores: Andréia Galvão, Andriei Gutierrez, Armando Boito Jr., Claudinei Coletti, Danilo Martuscelli, Javier Vadell, Patrícia Trópia, Paulo Emílio Douglas, Sandra Zarpelon, Sidney Tanaka e Vanderlei Souza Carvalho.

FEVEREIRO DE 2000

Sumário

1. Introdução	3
2. Teoria, Tema e Hipóteses de Pesquisa	5
3. A Pesquisa frente à Bibliografia	16
4. Resumos dos Projetos Individuais	28
5. Demandas	36
6. Bibliografia	39

1. Introdução

Este é um Projeto Integrado de Pesquisa. O seu tema são as relações do neoliberalismo com as classes trabalhadoras no Brasil na década de 1990, período em que o Estado brasileiro implantou e desenvolveu uma política econômica e social de perfil neoliberal. Tais relações podem ser examinadas de diferentes ângulos. Este projeto optou por examinar as relações políticas e ideológicas de alguns movimentos de trabalhadores urbanos e rurais com a política dos governos neoliberais.

Onze pesquisadores, da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (Puccamp), reunidos no Centro de Estudos Marxistas (Cemarx) do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp, participam deste projeto integrado. Os pesquisadores reunidos encontram-se em fases diferenciadas da carreira acadêmica. Dois deles são estudantes de graduação que farão a pesquisa no nível de Iniciação Científica (Andriei da Cunha Guerrero Gutierrez e Danilo Martuscelli); quatro estão cursando o Mestrado em Ciência Política da Unicamp e pretendem pesquisar as relações entre o neoliberalismo e os trabalhadores com vistas à elaboração de suas dissertações de mestrado (Paulo Emílio Douglas, Sandra Zarpellon, Sidney Tanaka e Vanderlei Carvalho); três são doutorandos do Doutorado em Ciências Sociais, também da Unicamp, e trabalham neste projeto com vistas à elaboração de suas teses doutorais (Andréia Galvão, Claudinei Coletti e Javier Alberto Vadell). Além desses nove estudantes de graduação, mestrado e doutorado, participam do projeto dois professores: Patrícia Vieira Trópia, Professora Mestra em Ciência Política da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, que também é doutoranda na Unicamp, e Armando Boito Jr., coordenador do projeto, que é professor livre-docente do Departamento de Ciência Política da Unicamp.

Esse grupo de pesquisadores reuniu-se regularmente ao longo do ano de 1999 para elaborar o presente projeto de pesquisa. Inicialmente, foram feitas algumas reuniões para se definir o tema geral da pesquisa e os interesses de cada um dos participantes. Em seguida, cada pesquisador passou ao trabalho de elaboração do seu projeto individual, pois ficara estabelecido que cada membro do grupo deveria elaborar um projeto próprio e específico inserido no projeto geral da pesquisa. Finalmente, cada membro do grupo apresentou um seminário sobre a primeira versão do seu projeto de pesquisa e valeu-se das observações e críticas apresentadas pelos demais membros do grupo para chegar a uma redação final. Como resultado desse trabalho, o grupo possui hoje onze projetos individuais de pesquisa que foram concebidos como parte de um todo, articulado em torno do tema neoliberalismo e trabalhadores no Brasil.

O documento que ora apresentamos é o projeto geral de nossa pesquisa. Nele, optamos por não expor, na sua integridade, cada projeto individual. Tal exposição tornaria o presente documento excessivamente longo e poderia desviar o leitor do eixo que articula o conjunto dos projetos individuais¹⁷⁵). O que iremos fazer, então, será apresentar os problemas e as hipóteses gerais da pesquisa, situar cada projeto individual no corpo deste projeto geral e, ao final, arrolar um pequeno resumo de cada um dos onze projetos individuais que integram a pesquisa.

Um projeto integrado deve unificar projetos individuais de pesquisa. Essa unificação pode ser forte ou fraca, basear-se em um ou mais aspectos do processo de pesquisa. No caso deste projeto, o que unifica os projetos individuais que o compõem são a problemática teórica, o tema e uma hipótese geral que são comuns a todos eles. A partir desse amplo terreno comum, cada pesquisador será o responsável, em última instância, pela análise e pelas conclusões de sua pesquisa.

¹⁷⁵ Cada projeto individual foi redigido na íntegra, contemplando todas as partes e requisitos de um trabalho dessa natureza. Caso o leitor julgue necessário, poderá acessar esses projetos através da *internet*, no sítio do Cemarx da Unicamp. Endereço: www.unicamp.br/cemarx

2. Teoria, Tema e Hipóteses de Pesquisa

2.1 Teoria

A problemática teórica unificadora à qual nos referimos é a problemática marxista do Estado e da ideologia. Tal problemática, partindo do pressuposto segundo o qual não existe um interesse comum de toda a sociedade, vincula o Estado e a ideologia a interesses de uma determinada parte da sociedade, mais precisamente, de uma determinada classe social.

Poderá parecer um procedimento ingênuo no plano da teoria falar em problemática marxista do Estado e da ideologia, uma vez que, como é sabido, são diversas as concepções teóricas, existentes no interior do marxismo, sobre a instituição estatal e sobre noção de ideologia. Tratemos, então, de nos justificar. Em primeiro lugar, estabelecemos uma distinção entre problemática, que é um conjunto de questões que dirige a reflexão teórica, e teoria em sentido estrito, que é um conjunto articulado de teses e de conceitos elaborados a partir daquelas questões (¹⁷⁶). No nosso entender, no interior de uma mesma problemática podem coexistir e desenvolver-se várias concepções teóricas. E esse é o caso do problema que nos ocupa. Dentro da problemática marxista do Estado e da ideologia coexistem, de fato, diferentes concepções teóricas sobre esses temas. Vamos fazer alusão a algumas delas, indicando controvérsias pertinentes para os problemas que serão examinados na nossa pesquisa.

As controvérsias giram, em primeiro lugar, sobre a questão de saber se as funções sociais do Estado e da ideologia são exclusivamente as de organizar e defender os interesses de classe ou se, além disso, eles desempenham funções mais gerais.

No caso do Estado, podemos exemplificar com uma diferença teórica existente nos próprios textos de Friedrich Engels. Na sua obra Anti-Dühring, Engels atribui ao Estado, além da função de organizar a dominação de classe, uma função social supraclassista, diferentemente do que fará, mais tarde, na sua conhecida obra A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado, na qual a função classista do Estado determina todo seu funcionamento (¹⁷⁷). Seguindo a primeira concepção de Engels, toda sociedade, inclusive as sociedades sem classes, deveriam possuir algum tipo de organização estatal, enquanto que da segunda concepção pode-se deduzir a idéia de que uma sociedade sem classes seria, também, uma sociedade sem Estado. A atribuição de uma função social geral ao Estado e, portanto, a defesa de sua perenidade, foi a tradição seguida pela social-democracia alemã e pela II Internacional, enquanto que a caracterização estrita do Estado como uma instituição particularista, de classe, foi a tradição seguida pelos bolcheviques e pela III Internacional (¹⁷⁸).

No caso da ideologia, encontramos tanto em Louis Althusser quanto em Antonio Gramsci a atribuição de funções supraclassistas às idéias e valores vigentes numa determinada sociedade. Althusser chegou, numa determinada etapa de sua obra, a considerar a ideologia um fenômeno trans-histórico e, portanto, “eterno”. A ideologia teria a função de compatibilizar, através de uma representação imaginária, os indivíduos com seu papel na sociedade (em geral). Nas sociedades de classe, essa função trans-histórica da ideologia seria sobredeterminada pelas suas funções de ocultar e defender interesses de determinadas classes sociais (¹⁷⁹). Gramsci, em certas formulações que usa para apresentar seu conceito de hegemonia, atribui à ideologia do “grupo(s)” ou “classe (s)” dominante (s) uma função ética e civilizadora, nos casos em que essa

¹⁷⁶ Louis Althusser e Étienne Balibar, Para Leer el Capital, Cidade do México, Siglo Veintiuno Editores, 1969.

¹⁷⁷ Ver Jacob Gorender, Marxismo sem Utopia, São Paulo, Editora Ática, 1999; especialmente, Capítulo VII “Estado: perecimento ou perenidade”, pp. 54-67.

¹⁷⁸ Tal debate aparece, sob a ótica bolchevique, na conhecida obra de Lênin O Estado e a Revolução.

¹⁷⁹ Louis Althusser, Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado, Lisboa, Editorial Presença, 1974.

ideologia seria, dentro da concepção historicista de Gramsci, a ideologia da classe social historicamente ascendente (¹⁸⁰). Ora, mais tarde, o próprio Louis Althusser reformulou, sob o impacto das críticas de alguns de seus colaboradores ou ex-colaboradores, o seu conceito de ideologia, vinculando-o, então, mais diretamente aos interesses de classe. Seus ex-colaboradores Jacques Rancière e Alain Badiou, cada um a seu modo, retiraram do conceito de ideologia qualquer conotação negativa (por exemplo: ideologia como o oposto da ciência) e a conceberam como um estrito instrumento das classes em luta (¹⁸¹).

Há outras controvérsias teóricas sobre as relações entre o Estado e a ideologia, de um lado, e os interesses de classe, de outro, que são do nosso interesse. Sem a pretensão de sermos exaustivos, caberia lembrar um segundo aspecto que é muito importante para o nosso trabalho de pesquisa. Trata-se da questão de determinar o modo pelo qual o Estado e a ideologia desempenham suas funções de classe.

No que diz respeito ao Estado, é pertinente lembrar o debate entre Nicos Poulantzas e Ralph Miliband, que opôs a concepção teórica do primeiro, cuja análise destaca as relações funcionais necessárias da própria estrutura do Estado burguês com os interesses da burguesia, com a do segundo, cuja análise centra-se na ação dos agentes do Estado burguês em defesa dos interesses da burguesia (¹⁸²). O próprio Poulantzas, poucos anos após seu debate com Miliband, alteraria suas teses e conceitos sobre essa matéria. No seu livro O Poder, o Estado e o Socialismo, apresentaria o Estado não mais como uma estrutura, mas como uma relação social, significando isso que a função do Estado variaria, sem limites estruturais de classe, de acordo com a correlação política de forças entre as classes sociais em luta, numa sociedade e num período histórico determinados (¹⁸³). A estrutura jurídico-política, a prática dos agentes de Estado e a correlação política de forças são três modos distintos e excludentes, pelo menos da maneira como cada um desses mecanismos são pensados nos textos citados, de analisar a maneira pela qual o Estado representa interesses de classe.

No que respeita à ideologia, Louis Althusser, no texto A Filosofia como Arma da Revolução, caracteriza um mecanismo, que ele denomina mecanismo de alusão/ilusão, através do qual a ideologia revelaria um aspecto da realidade e, ao mesmo tempo e graças mesmo a essa revelação, ocultaria os demais, ocultação que seria funcional para os interesses de determinada classe social. No nosso entender, esse mecanismo de alusão/ilusão pode, dentro de determinadas condições históricas, iludir as classes dominadas tornando-as receptivas às idéias e valores das classes dominantes. O recurso a esse mecanismo explicativo representa um esforço para superar os enfoques que, em última instância, ignoram a questão de saber como e porquê as classes dominadas podem aceitar e defender idéias e valores que contrariam os seus interesses – questão que é central neste projeto de pesquisa sobre os trabalhadores e o neoliberalismo. A omissão dessa questão marca o conhecido e influente ensaio de George Lukács sobre a “consciência de classe” (¹⁸⁴). Essa omissão é manifestação de um impasse teórico proveniente de uma dificuldade que é geral e de fundo da problemática marxista da ideologia – a dificuldade de explicar o fato de a classe operária assumir valores e idéias burguesas. Esse impasse teórico marcou, e ainda marca, muitos trabalhos inspirados no marxismo. Convém então, para delimitar o campo de nossa pesquisa, relembra o modo como aquela omissão marca o ensaio de Lukács e apontar suas conseqüências no plano da análise sociológica.

¹⁸⁰ Antonio Gramsci, Maquiavel, a Política e o Estado Moderno, Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1968.

¹⁸¹ Louis Althusser, La Filosofía como Arma de la Revolución, Córdoba, Cuadernos de Pasado y Presente, 1968. Jacques Rancière, La Leçon d'Althusser, Paris, Gallimard, 1974. Alain Badiou e François Balmès, De l'Idéologie, Paris, François Maspero, 1976.

¹⁸² Nicos Poulantzas e Ralph Miliband, Debate sobre o Estado Capitalista, Porto, Edições Afrontamento, 1975.

¹⁸³ Nicos Poulantzas, L'État, le Pouvoir et le Socialisme, Paris, Presses Universitaires de France, 1978.

¹⁸⁴ George Lukács, “Conciencia de Clase” in Historia y Conciencia de Clase, Havana, Editorial de Ciencias Sociales, 1970.

Nesse ensaio, Lukács, analisando o que ele denomina “consciência de classe”, estabelece a distinção entre “consciência verdadeira” e “falsa consciência”. No caso do proletariado, a consciência verdadeira seria uma concepção da sociedade capitalista que corresponderia aos interesses objetivos dos operários, interesses esses decorrentes de sua própria inserção no processo de produção. Essa consciência verdadeira serviria de instrumento para orientar a luta do operariado pelo socialismo. Já a noção de falsa consciência procura tratar das idéias e valores contrários aos interesses do operariado e que, no entanto, vicejam em seu meio. A essa falsa consciência Lukács imputa os seguintes atributos: ela é inadequada aos interesses dos operários, estreita, preconceituosa, psicológica, ilusória, passageira e arbitrária - atributo que, levado a sério, bloqueia a análise sociológica do movimento operário. A falsa consciência é, na verdade, um desvio (empírico, diz Lukács) daquilo que (“racionalmente”) o estudioso poderia esperar da consciência operária.

É verdade que Lukács afirma que o desvio representado pela “falsa consciência” pode explicar-se historicamente, mas não discorre sobre esse ponto. Essa omissão é coerente com a idéia presente na obra de juventude de Marx, A Sagrada Família, e que Lukács escolheu como epígrafe para o seu ensaio: não importa, diz o jovem Marx, o que o proletariado pense numa determinada época, mas sim a sua missão histórica e aquilo que, pelo seu próprio “ser”, ele será obrigado a fazer. Dentro dessa concepção teórica, o procedimento do pesquisador, diante de uma classe operária sem a consciência verdadeira, será o de substituir a análise sociológica e política por uma explanação sobre aquilo que esse operariado ainda não é, sobre o quanto ainda falta para ele completar o trajeto que deverá levá-lo da falsa à verdadeira consciência.

As diferentes concepções teóricas (= conjunto de teses e conceitos) marxistas sobre o Estado e a ideologia desenvolvem-se, portanto, a partir de uma problemática (= conjunto de perguntas) comum. Todas essas concepções procuram responder à questão de saber quais são as relações mantidas pelo Estado e pela ideologia com as classes sociais e seus interesses. Também pelo fato de partirem de uma problemática comum, tais concepções teóricas não são, em todos os seus aspectos, logicamente excludentes, o que permite aos pesquisadores individuais perguntarem-se sobre as possibilidades de, filiando-se a uma dessas concepções, reaproveitar, após um trabalho teórico de reelaboração conceitual, elementos de outras concepções sem incorrer em incoerência teórica. No caso dos projetos individuais que formam o nosso projeto integrado, eles apresentam, convém dizê-lo desde já, diferenças teóricas. Porém, como se trata de variantes teóricas do marxismo, todos esses projetos retêm a idéia de que o Estado e a ideologia estão vinculados - exclusivamente ou não; de um modo ou de outro - a interesses de classe. No plano da teoria, é essa problemática que os unifica, a despeito das diferenças conceituais que contêm.

2.2 Tema e Hipóteses

Partindo da problemática teórica apontada, este projeto concebe a política neoliberal como uma política de classe, implantada pelo Estado brasileiro, em proveito da burguesia brasileira e do capital financeiro internacional. Na realidade, as diferentes frações da burguesia não são igualmente beneficiadas por essa política, mas, por ora, podemos prescindir dessa especificação.

Para o Brasil, que é um país industrializado e periférico, nós consideramos neoliberal todo governo que, referenciados nas idéias do liberalismo econômico de valorização do mercado e de estigmatização do intervencionismo estatal, procure implementar, a despeito das inevitáveis resistências e concessões, medidas visando eliminar ou restringir o protecionismo do mercado interno, a participação do Estado na produção de bens e prestação de serviços e a regulamentação do mercado de trabalho. Essa política é acompanhada, por razões que não cabe

discutir aqui, de uma política de juros elevados que segura o crescimento econômico. A política neoliberal objetiva, portanto, desmontar o modelo econômico e social legado pelo desenvolvimentismo e pelo populismo: desenvolvimento do capitalismo industrial com o impulso do Estado -protecionismo e investimentos estatais em indústria de base - acompanhado de concessões, ainda que restritas e gradativas, aos trabalhadores, principalmente aos trabalhadores urbanos.

O desmonte desse modelo afeta de modo desigual os diversos interesses presentes na sociedade. Ele representa uma mudança no padrão de acumulação e desenvolvimento do capitalismo brasileiro, na composição das classes e frações de classe que compõem a sociedade brasileira e nas relações que essas classes e frações mantêm entre si.

A relação do Estado com os interesses das classes dominantes não pode ser concebida de modo simplista. Há um interesse geral da burguesia – manutenção da propriedade privada e da exploração do trabalho assalariado – representado pelo Estado burguês. Porém, a burguesia está, também, dividida em frações, com interesses econômicos distintos, e, nessa medida, é afetada de modo desigual pela política de Estado, no caso a política neoliberal (¹⁸⁵).

Há um aspecto básico da política neoliberal que unifica todas as frações da burguesia; referimo-nos à política de supressão e redução dos direitos sociais e trabalhistas. Quanto aos demais aspectos do neoliberalismo, eles introduzem diferentes tipos de conflito entre as frações burguesas, sem que, por causa disso, qualquer setor da burguesia tenha rompido, até o presente, com o neoliberalismo (¹⁸⁶). As normas da política de privatização das empresas estatais têm reservado apenas aos grandes grupos econômicos – bancos, grandes empresas industriais e comerciais, grandes construtoras – o acesso à compra dessas empresas, e em condições muito favorecidas. As pequenas e médias empresas estão, portanto, excluídas desse processo. A abertura comercial, que acaba estimulando a venda de empresas nacionais ao capital estrangeiro, por colocar inúmeras empresas industriais em dificuldades, e induzindo a política de juros altos, uma vez que torna necessário atrair o capital estrangeiro para cobrir o déficit externo que ela própria provoca, essa abertura interessa às empresas multinacionais, ao capital financeiro internacional e aos bancos brasileiros, que também se beneficiam com a política de juros. Tal abertura, contudo, fere os interesses do capital industrial, inclusive dos grandes grupos desse setor. Mais recentemente, com a pressão do governo dos Estados Unidos para que a abertura comercial se estenda para a área bancária e de serviços, até o capital bancário nacional começa a ter alguns de seus interesses feridos pelo neoliberalismo, restando o capital estrangeiro com seu único beneficiário pleno.

Portanto, os ganhos com o neoliberalismo variam de acordo com a fração burguesa considerada. O grande capital, e principalmente seus setores bancário e estrangeiro, é o principal beneficiário dessa política. Todas as demais frações burguesas têm algo do que reclamar. O modelo econômico neoliberal tem provocado, em todos países da América Latina, um fortalecimento do setor privado em detrimento do setor público, das grandes empresas em detrimento do médio capital e do capital estrangeiro em detrimento das empresas nacionais (¹⁸⁷). Os conflitos existentes no interior do bloco no poder aparecem de diferentes maneiras na cena política: nas dificuldades de entendimento entre os grandes partidos que compõem a base política do governo no Congresso Nacional (PSDB, PMDB, PFL), nas resistências que o governo encontra no interior mesmo de sua base política para implementar determinadas medidas de política econômica e na divisão, superficial mas real, existente no interior do próprio governo

¹⁸⁵ Ver sobre isso o conceito de bloco no poder elaborado por Nicos Poulantzas. Nicos Poulantzas, Poder Político e Classes Sociais, Porto, Portucalense Editora, 1972.

¹⁸⁶ Ver Armando Boito Jr., Política Neoliberal e Sindicalismo no Brasil, São Paulo, Xamã Editora, 1999.

Especialmente Capítulo I “Neoliberalismo e burguesia”, item 4 “Neoliberalismo e bloco no poder: contradições e hegemonia no interior da burguesia brasileira”, pp. 49-77.

¹⁸⁷ Pedro Sainz e Alfredo Calcagno “Em Busca de otra Modalidad de Desarrollo”, Revista de la Cepal, n° 48, dezembro de 1992.

entre, de um lado, um grupo, majoritário, de neoliberais extremados, reunidos em torno da chamada equipe econômica do governo, e, de outro lado, um grupo de liberais moderados, incorretamente apresentados na imprensa como neodesenvolvimentistas ou neonacionalistas, que ocupa ministérios de importância secundária – indústria e comércio, saúde, educação e outros.

Para o tema de nossa pesquisa é mais importante, contudo, as relações do neoliberalismo com as classes trabalhadoras. O principal aspecto do neoliberalismo que afeta negativamente as classes trabalhadoras é justamente aquele que tem garantido a unidade da burguesia em torno dessa política: a desregulamentação do mercado de trabalho e a supressão e redução dos direitos sociais (¹⁸⁸). As classes trabalhadoras são afetadas, também, pelo desemprego. Esse ponto requer uma explicação. Não é arbitrário atribuir o desemprego existente no Brasil ao neoliberalismo. Há nas grandes empresas um desemprego provocado por introdução de novas tecnologias e pela reorganização dos métodos de trabalho. Porém, como têm mostrado as pesquisas do Centro de Economia Industrial e do Trabalho (Cesit) da Unicamp, a política de crescimento baixo, a carência de investimentos em infraestrutura, a redução dos serviços públicos, as privatizações, o ingresso precoce de crianças no mercado de trabalho e outros fatores ligados, direta ou indiretamente à política neoliberal, respondem por grande parte do desemprego dos anos 90. Tem se verificado, por fim, uma reconcentração da renda ao longo da década do neoliberalismo, provocada por inúmeros fatores também direta ou indiretamente ligados à política neoliberal – desindexação dos salários, redução relativa dos impostos diretos, desemprego, privatização etc..

Os partidos de esquerda e de centro esquerda, o movimento sindical e diversos movimentos populares têm resistido à política neoliberal. O Partido dos Trabalhadores tem liderado, no Congresso Nacional e nas eleições presidenciais, uma ampla frente partidária, integrada pelo PSB, PDT, PCdoB, PSTU, que se opõe, ainda que de modo desigual, ao avanço do neoliberalismo. A Central Única dos Trabalhadores (CUT) tem se oposto à política de privatização e de desregulamentação, o Movimento dos Sem Terra ampliou sua atuação do campo da reforma agrária para a luta contra o conjunto da política social do governo, que também é alvo do recente e ativo Movimento Popular pela Moradia. Mas, e aqui tocamos num problema importante de nossa pesquisa, essa oposição e resistência popular precisam ser qualificadas. A política neoliberal não tem contra si um amplo e unificado movimento dos trabalhadores. Um primeiro fato a ser observado é que todos os governos neoliberais da década de 1990 chegaram ao poder apoiados no voto popular. Nota-se ainda, ao longo da década de 1990, uma tendência, em alguns partidos de esquerda e de centro esquerda, no sentido de conciliar com algumas políticas neoliberais, o mesmo ocorrendo com a CUT. Mais importante: diferentemente da Inglaterra de Margareth Thatcher, onde o neoliberalismo tinha no sindicalismo seu inimigo principal, no Brasil, desde que o neoliberalismo chegou ao poder, um setor significativo do movimento sindical aderiu a parte da plataforma neoliberal. A central Força Sindical foi criada em 1991 sob os auspícios do governo Collor e, desde então, tem apoiado as privatizações e a desregulamentação do mercado de trabalho.

O principal problema do nosso projeto de pesquisa é este: a intrigante situação na qual uma política antipopular obtém algum tipo de apoio popular. Nossa hipótese geral é que a ideologia neoliberal logrou, a despeito do caráter antipopular da política que ela informa, difundir-se, de modo desigual, entre as classes populares, obtendo, ainda que de modo superficial e precário, e graças a um mecanismo complexo de denúncia do antigo modelo desenvolvimentista e de ocultação do caráter antipopular do novo modelo neoliberal, estabelecer-se como ideologia hegemônica no Brasil dos anos 90.

O que estamos indicando com a noção de hegemonia? Como a palavra e o contexto em que a usamos sugerem essa noção nós a retiramos de Antonio Gramsci. Estabelecemos, contudo, uma distinção no pensamento de Gramsci sobre essa matéria e acrescentamos um elemento novo.

¹⁸⁸ Baseamo-nos, aqui, na análise e nos dados apresentados em Armando Boito Jr., Política Neoliberal e Sindicalismo no Brasil, op. cit., especialmente o Capítulo II “Neoliberalismo e trabalhadores”, pp. 77-111.

Há alguns textos densos e breves de formulação conceitual de Gramsci sobre a hegemonia, reunidos principalmente na coletânea Maquiavel, a Política e o Estado Moderno, nos quais o conceito parece preso a uma problemática culturalista e historicista. O “grupo” hegemônico é aquele que logra difundir seus valores e idéias para o conjunto da sociedade, obtendo, desse modo, um “consenso” e transformando-se em “grupo dirigente”. Na construção da hegemonia assim pensada, tem-se como pano de fundo a idéia de uma classe social ascendente, aquela que representa “o movimento histórico”, valoriza-se muito o papel dos intelectuais na elaboração e difusão da ideologia hegemônica e se pensa a sociedade como um bloco mais ou menos homogêneo, passível de chegar a um consenso ⁽¹⁸⁹⁾.

Seguindo essa concepção de hegemonia, teríamos, inicialmente, um problema de fundo: a burguesia e o imperialismo, forças que dirigem a política neoliberal, não podem, da própria perspectiva gramsciana, serem consideradas forças históricas ascendentes. Ademais, poderíamos pensar a mídia – hoje, elemento central da sociedade civil no sentido gramsciano - como o elemento fundamental para explicar a hegemonia neoliberal e conceber o neoliberalismo como uma ideologia que estaria difundida, de modo mais ou menos homogêneo, pelo conjunto da sociedade da sociedade brasileira. Mas, não é essa concepção que orienta nossa hipótese de trabalho.

A visão de hegemonia que nos interessa mais é aquela que aparece nos textos de análise histórica de Gramsci, como aqueles reunidos no conhecido volume sobre o “risorgimento” ⁽¹⁹⁰⁾. Nesses textos, a luta de idéias está estritamente vinculada às relações e à luta de classes numa sociedade e num período histórico determinado. A hegemonia solda alianças, demarca campos e isola ou neutraliza as forças intermediárias ou potencialmente inimigas. Não há espaço para a idéia de consenso. A pesquisa sobre hegemonia deve seccionar as classes e setores populares, verificar se, como e porquê cada um deles aceita ou rejeita, e de que maneira, uma determinada ideologia. Numa palavra, a luta pela hegemonia é um aspecto da luta de classes num período determinado. Os interesses de classes e frações, as circunstâncias que permitem que elas se organizem, ou não, em força social autônoma, a complexidade das relações que matêm entre si, a capacidade de direção política dos seus partidos e representantes são fatores enfatizados por Gramsci, além da atuação dos intelectuais. Gramsci mantém, contudo, a idéia da classe ascendente como o pano de fundo da hegemonia.

Com exceção desse último ponto, é essa segunda concepção de hegemonia que pretendemos utilizar. Dizemos com exceção desse último ponto, porque, segundo nossa hipótese, o neoliberalismo pode ter implantado sua hegemonia a despeito de informar uma política que deteriora, em vez de elevar, o padrão de vida das grandes massas populares. Para caracterizarmos essa situação estamos utilizando a noção de hegemonia regressiva, uma hegemonia sem concessões econômicas aos grupos dominados, e, por isso mesmo, uma hegemonia superficial, instável e precária. Aqui, além do já mencionado impacto desigual da ideologia neoliberal sobre os diferentes setores populares, há que se pensar sua variação no tempo. O impacto popular da ideologia neoliberal foi maior durante o primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso que no seu segundo mandato. Tomando um exemplo: a política de privatização foi mais popular quando atingia apenas o setor produtivo estatal, do que agora, quando avança sobre os serviços utilizados pela população – telefonia, estradas, energia elétrica, água e esgoto etc.

Informados por essa rápida indicação conceitual, retornemos à nossa hipótese central. Dissemos: a ideologia neoliberal logrou, a despeito do caráter antipopular da política que ela informa, difundir-se, de modo desigual, entre as classes populares, obtendo, ainda que de modo superficial e precário, e graças a um mecanismo complexo de denúncia do antigo modelo desenvolvimentista e de ocultação do caráter antipopular do novo modelo neoliberal, estabelecer-se como ideologia hegemônica no Brasil dos anos 90. Expliquemos melhor.

¹⁸⁹ Antonio Gramsci, Maquiavel a Política e o Estado Moderno, op. cit., e Cartas do Cárcere, Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1966, p. 224.

¹⁹⁰ Antonio Gramsci, Sul Risorgimento, Elsa Funini (organizadora), Roma, Editori Riuniti, 1980, 4ª edição.

O modelo desenvolvimentista, apoiado nas primeiras décadas do pós-30 na política populista, manteve excluídos da política social amplos setores das classes trabalhadoras. Os governos populistas não realizaram a reforma agrária e implantaram os direitos sociais de modo restrito, desigual e segmentado (¹⁹¹). A antiga fração hegemônica no bloco no poder da República Velha, a grande burguesia agro-exportadora e o capital estrangeiro ligado aos bancos, ao comércio internacional e à exploração dos serviços urbanos, procuraram combater o desenvolvimentismo e o populismo aliando-se, fundamentalmente, à alta classe média. Dessa aliança nasceu, no pós-45 a União Democrática Nacional (¹⁹²). O crescimento econômico acelerado do período, o avanço, ainda que tímido e gradativo, dos direitos sociais e a pressão do movimento popular isolaram essa “aliança restauradora”. A frente conservadora neoliberal formou-se interveio numa quadra histórica distinta e soube promover uma alteração estratégica que aumentou as suas forças. A estagnação econômica da década de 1980, o estancamento das concessões às classes populares e a grande massa de “deserdados” do modelo desenvolvimentista foram explorados por essa frente. O imperialismo e a grande burguesia, em vez de buscarem alianças apenas com a alta classe média, “optaram”, numa situação complexa em que as circunstâncias e a escolha política tiveram pesos igualmente importantes, por atacar o desenvolvimentismo e o populismo pela sua retaguarda.

A revolta que os setores populares excluídos do modelo desenvolvimentista acumularam ao longo de décadas – os trabalhadores rurais e do setor informal afastados dos direitos sociais, os trabalhadores do setor privado com direitos mais restritos que os trabalhadores do setor público – essa revolta popular difusa foi confiscada pela burguesia, que soube apoiar-se nela para dirigi-la contra o antigo modelo desenvolvimentista, denunciando algumas de suas reais características antipopulares, ocultando, ao mesmo tempo, o caráter antipopular do novo modelo neoliberal. É aqui que o jogo da alusão/ilusão de que fala Althusser pode se revelar esclarecedor para se entender a adesão de parte da população trabalhadora ao neoliberalismo. Na verdade, em grande medida, não é ao neoliberalismo que eles aderem, mas sim à crítica ao antigo modelo de desenvolvimento. É essa situação complexa no conjunto das relações de classe na sociedade brasileira atual, marcada pela herança histórica recente, que pode fornecer uma pista para explicar a hegemonia neoliberal.

Façamos uma última observação. Pensando na importância que Gramsci atribui à ação dos partidos na luta pela hegemonia, cabe perguntar porque os partidos de esquerda não exploraram, eles próprios, a insatisfação popular com a herança do desenvolvimentismo e do populismo. A resposta parece apontar para o fato de que esses partidos, em graus diversos e por motivos variados, estavam, em alguma medida, comprometidos com aquele modelo e aquela herança.

A hipótese sobre a hegemonia neoliberal será testada e desenvolvida sob diferentes aspectos pelos projetos individuais de pesquisa. Cada um desses projetos, é necessário esclarecer, possui seus problemas e hipóteses específicos, mas todos estão vinculados ao tema geral da pesquisa (relação dos trabalhadores com o neoliberalismo) e à sua hipótese central (a provável existência de uma hegemonia ideológica do neoliberalismo no Brasil). [...] □

¹⁹¹ Wanderley Guilherme dos Santos caracterizou esse modelo de direitos sociais com a noção de cidadania regulada. Ver do autor *Cidadania e Justiça*, Rio de Janeiro, Editora Campus, 1979.

¹⁹² Décio Saes, *Classe Média e Sistema Político no Brasil*, São Paulo, Editora TA Queirós, 1984.

ANEXOS – 6

**LUTAS SOCIAIS, NEOLIBERALISMO E OS LIMITES
DEMOCRÁTICOS NO BRASIL CONTEMPORÂNEO**
os movimentos de resistência operária, camponesa e popular e
os novos sujeitos sociais e políticos em cena: da transição
política conservadora à Campanha (Inter)Nacional contra o
ALCA (1978-2003)

Título do Projeto de Pesquisa (Ensaio)	<i>LUTAS SOCIAIS, NEOLIBERALISMO E OS LIMITES DEMOCRÁTICOS NO BRASIL CONTEMPORÂNEO – os movimentos de resistência operária, camponesa e popular e os novos sujeitos sociais e políticos em cena: da transição política conservadora à Campanha (Inter)Nacional contra o ALCA (1978-2003)</i>
Pseudônimo (Concurso)	<i>Matalauê Pataxó</i>

Roberto Della Santa Barros

Requisito Parcial para a Inscrição no
Concurso de Projetos para Pesquisadores da
América Latina e Caribe 2003-2005 do
“Programa de Bolsas CLACSO-Asdi de
Promoção da Pesquisa Social 2003-2005”,
Categoria Júnior – início em dezembro deste
ano.

“Quanto mais negra é a noite, mais brilham as estrelas.”

(Rosa Luxemburgo)

“É preciso desafinar o coro dos contentes.”

(Torquato Neto)

“É preciso afinar o coro dos descontentes.”

(Itamar Assumpção)

Bellaterra, outubro de 2003

Sumário

01. Introdução, Apresentação do Tema e Coordenadas Histórico-Culturais	02
02. Contextualização Histórica e uma Primeira Aproximação ao Objeto de Estudo	05
03. Hipóteses Diretivas, Delimitação do Objeto de Estudo e Objetivos Gerais e Específicos	07
04. Justificação da Proposta e Estado da Questão	10
05. Teoria Social, Marco Epistemológico e Questões de Método	11
06. Procedimentos Metodológicos, Estratégias e Recursos Investigativos	13
07. Relação da Proposta com Outros Trabalhos de Pesquisa, Docência e Intervenção Social ...	13
08. Bibliografia	14
09. Resumo do Projeto de Pesquisa	14
10. Cronograma Representativo das Principais Etapas e Atividades da Pesquisa	15

01. Introdução, Apresentação do Tema e Coordenadas Histórico-Culturais

Se considerarmos o processo histórico compreendido entre as lutas sociais e enfrentamentos classistas travados no Brasil de finais da década de 1970 até a consolidação da hegemonia neoliberal nos anos 90, deve-se destacar o período de institucionalização política levado a cabo enquanto transição política conservadora, durante a década de 1980, como mediação necessária para analisarmos concretamente como se deram, ipso facto, as conjunturas materiais e ideológicas que possibilitaram a atual natureza da sociedade e Estado burguês(es) brasileiro(s) e a hegemonia neoliberal – como também as contradições estruturais e os estreitos limites históricos que determinam a democracia liberal-dependente que se impõem no país sobre os sujeitos sociais e políticos que resistem à mesma em torno aos movimentos operários, camponeses e populares –, perscrutando dessa forma as relações sociais e a estrutura de classes nesta formação social em específico, bem como as mudanças ocorridas mundialmente no período considerado, até os dias correntes – tendo como mediação histórica a Campanha (Inter)Nacional contra a ALCA, a Área de Livre Comércio das Américas.

Esta hegemonia burguesa é construída desde o processo mesmo de “transição” – resolvido politicamente através da “Nova República”, na formação do Congresso Constituinte, na promulgação da Constituição de 1988 como também nas eleições para cargos executivos –, em que se forma um “bloco histórico” conservador constituído da aliança da classe capitalista com setores das camadas médias – principalmente a intelectualidade, seu “núcleo duro” – em meio a uma crise prolongada da ditadura militar – que se auto-reformava. Não é possível compreender a hegemonia do neoliberalismo¹⁹³ se não levarmos em conta as condições que a possibilitaram historicamente durante a transição bem como as determinações que a reestruturação capitalista impunha no plano internacional. O movimento operário e popular, que vinha num crescente de mobilizações de massas, não chegou a imprimir a direção político-ideológica do processo que condicionou a democracia política no país – muito embora houvesse arrancado importantes conquistas parciais do ponto de vista da correlação de forças sociais que se apresentava no país.

Equacionamos portanto, numa perspectiva histórico-social e cultural, o nascimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (o MST), por exemplo – relacionando-o no interior de um horizonte mais amplo de ascensão do movimento social operário e popular, da cidade e do campo, no fim da década de 1970, e ao sindicalismo combativo de São Paulo, que originaram a Central Única dos Trabalhadores (a CUT) e o Partido dos Trabalhadores (o PT) – num contexto de ascensão dos movimentos sociais populares. O momento histórico, portanto, caracterizava-se pelo ascenso político do movimento de massas no Brasil – o qual identifica-se com as “Diretas-Já”, o Movimento Custo de Vida (ou Contra a Carestia de Vida), o Movimento Nacional pela Anistia, os movimentos estudantis, as greves operárias dos metalúrgicos das regiões do ABCD e capital paulistas, as ocupações de terras...¹⁹⁴

¹⁹³ **Consideramos a hegemonia do neoliberalismo** como “uma nova hegemonia burguesa no Brasil, unificando o bloco no poder em torno da plataforma neoliberal e obtendo a adesão de parte dos trabalhadores às propostas de abertura comercial, de privatização e desregulamentação, que são os pilares do neoliberalismo. (...) Trata-se de uma hegemonia que poderíamos denominar regressiva, já que não atende interesses econômicos mínimos dos trabalhadores, e que, por isso, além de gerar uma adesão superficial e muitas vezes passiva de parte dos trabalhadores, fomenta a luta e a revolta em importantes segmentos desse mesmo setor social. A hegemonia regressiva do neoliberalismo é, por isso, instável, mas tem sido suficientemente forte para possibilitar a implantação e consolidação das chamadas ‘reformas orientadas para o mercado’ no país [BOITO, A (org.). *Dossiê Neoliberalismo e Lutas Sociais no Brasil*. Revista Idéias nº 9. Campinas, IFCH-UNICAMP : 2003].

¹⁹⁴ **Um exemplo de movimento social de massas** significativo deste período é o Movimento Contra o Desemprego (1983). Para aprofundar temas tais como o novo sindicalismo de classe, participação e lutas populares e a ascensão dos movimentos sociais populares no Brasil da década de 1980 sugerimos: (1) Moisés, José Álvaro (e outros) *Alternativas Populares de Democracia: Brasil, Anos 80*. Petrópolis : Vozes, 1982; e (2) *Abertura, a história de uma crise*. Bernardo Kucinski. São Paulo : Ed. Brasil Debates, 1982.

De todas as formas – e apesar da intensidade alcançada pelas lutas sociais, percebemos que o que de fato ocorreu foi uma mudança na forma de dominação política, a qual contemplava agora eleições diretas e uma assembléia nacional constituinte – sem prejuízo, contudo, de seu conteúdo de dominação classista. Da ditadura civil-militar (1964-84) de traços semi-fascistas à “Nova República” e à democracia política, conservam-se os elementos estruturais que definem os interesses de classe incrustados nos aparelhos de Estado, de forma que se preserva o capital financeiro monopolista num processo político ditado “de cima para baixo”. “Além de resguardar os interesses gerais do capital, orienta-se no sentido de preservar os interesses monopolistas, especialmente a hegemonia do capital financeiro internacional – e não mais o capital puramente bancário, até então de origem em grande parte nacional – e o ‘tripé’ fundamental da economia brasileira pós-64 se desfaz: os interesses ligados à preservação da empresa estatal e da empresa monopolista privada nacional passam a ser cada vez menos levados em conta no terreno do processo decisório estatal” (Silva, 2000, p.109-10). Neste processo, dá-se o fim do “milagre brasileiro” – com a indisposição de setores do capital com os militares e burocratas em posição de mando nos aparelhos de Estado – e abre-se um período de crise prolongada do regime militar. Como veremos, estava em gestação a composição social de um “bloco histórico” conservador disputando a hegemonia política sobre o processo de “transição”: com todas tensões, polarizações, conflitos e contradições daí decorrentes.

As políticas neoliberais implementadas pelos governos da América Latina durante as últimas décadas – em especial 1980 e 1990, até os dias de hoje – significaram um duro golpe para a classe operária e o conjunto dos trabalhadores de seus respectivos países. Investimentos em áreas sociais, como saúde, educação e infra-estrutura, foram drasticamente reduzidos – sucateando os sistemas públicos de assistência social e piorando em muito o já precário nível de vida da maioria da população. Ainda, a desregulamentação das relações de trabalho e dos direitos sociais – conquista histórica do movimento operário e popular – elevaram os já exorbitantes índices de desemprego e radicalizaram o quadro de problemas sociais e miséria absoluta na América Latina, combatendo de forma sistemática e generalizada os trabalhadores e o movimento sindical. “Para isso seria necessária uma disciplina orçamentária, com a contenção dos gastos com bem-estar, e a restauração da taxa ‘natural’ de desemprego, ou seja, a criação de um exército de reserva de trabalho para quebrar os sindicatos” (Anderson, 1995). O estabelecimento da hegemonia neoliberal foi ditado desde o Consenso de Washington¹⁹⁵, enquanto projeto político sob o comando do grande capital financeiro internacional, e consolidou-se na América Latina – e no Brasil em específico – a partir de um bloco histórico conservador formado pela burguesia e setores intelectuais, técnicos e administrativos das camadas médias organicamente relacionados ao Estado brasileiro, a centros de pesquisa, às empresas, e ao fim e ao cabo, às classes dominantes no país, atreladas que estão estas, visceralmente, ao imperialismo norte-americano.

Identificamos no processo de transição política conservadora os elementos que desde então configuram a natureza de um “pacto social” – determinado a partir da hegemonia burguesa –, conquistando a direção político-ideológica do movimento de “oposição” ao regime militar. O movimento operário e popular em ascensão, desta forma, sofre um duro golpe em sua constituição organizativa e classista, visto que não chega a imprimir na “abertura” conquistas que signifiquem um projeto político de ruptura das classes subalternas – apesar das importantes concessões alcançadas. Daí decorre a estreita institucionalidade que os mecanismos de representação e democracia política assumem desde a perspectiva dos trabalhadores e da maioria da população brasileira – que vivem uma contradição estrutural entre os mesmos e as condições materiais de existência cada vez mais deterioradas; os direitos sociais e trabalhistas flexibilizados, precarizados e destruídos; o processo de miséria absoluta,

¹⁹⁵ **O Consenso de Washington**, “celebrado” em novembro de 1989, trata-se de uma reunião na capital norte-americana da qual participaram funcionários do governo estadunidense, de organismos multilaterais originários da Ordem de Bretton Woods (como o FMI e o Banco Mundial) e economistas especializados na América Latina, para avaliar e decidir que políticas seriam aplicadas – sugeridas ou impostas – no região, onde então formalizaram-se dez “pontos consensuais”. Tal consenso expressa de maneira inequívoca projeções concretas para a produção normativa e reformas institucionais, e portanto jurídico-políticas, próprias da hegemonia do neoliberalismo, documentadas de forma cabal pelo que tornou-se conhecido como o Decálogo de Washington: (01) Disciplina fiscal através da qual o Estado deve limitar seus gastos à arrecadação, eliminando déficit público; (02) Focalização dos gastos públicos em educação, saúde e infra-estrutura; (03) Reforma tributária que amplie a base sobre a qual incide a carga tributária, com maior peso nos impostos indiretos e menor, progressivamente, nos impostos diretos; (04) Liberalização financeira, com o fim das restrições que impeçam instituições financeiras internacionais de atuar em desigualdade com as nacionais e o afastamento do Estado do setor; (05) Taxa de câmbio competitiva; (06) Liberalização do comércio exterior, com redução de alíquotas de importação e estímulos à exportação, visando a impulsionar a globalização da economia; (07) Eliminação de restrições ao capital externo, permitindo o investimento direto estrangeiro; (08) Privatização com venda de empresas estatais; (09) Desregulação, com redução da legislação de controle do processo econômico e das relações trabalhistas; e finalmente, (10) Propriedade Intelectual.

assim como a repressão dos aparelhos de Estado cada vez mais truculenta sobre manifestações políticas, greves, passeatas, piquetes, marchas populares e ocupações de terras e latifúndios – resultando em massacres, chacinas, espancamentos, repressões policial-militares e assassinatos na cidade e no campo – agravados pela hegemonia do neoliberalismo.

Faz-se necessário caracterizar, portanto, a natureza social desta “afirmação democrática”, cotejando seus limites históricos à luz da rudeza material do devir. Marcadamente institucional, formal, e voltada para as disputas eleitorais, se estabelece entre os mecanismos institucionais de representação política e a crescente miséria social – agravada pelas políticas neoliberais dos últimos catorze anos – um abismo de contradições estruturais¹⁹⁶. Institucionalidade esta que, “surgiu de uma transição negociada com o regime ditatorial que se auto-reformava; não houve ruptura efetiva que consolidasse uma autêntica ordenação democrática (...) O caldo de cultura autoritário permanece incólume na sociedade brasileira – e foi razoavelmente engrossado nos últimos oito anos – rolos compressores suprimiram dispositivos constitucionais com o único objetivo de saciar as demandas da banca privada, de roldão, foram-se direitos trabalhistas e empresas públicas, tudo com respaldo legal de afogadilho e prestimosas gavetas da Procuradoria-Geral da República – a imprensa, essa fiscal suscetível a propostas generosas, a tudo aplaudiu – com raríssimas exceções, chamou truculência de pragmatismo e sucateamento de modernização” (Caroni, 2002).

A Aliança Democrática, como lembrou Florestan Fernandes, empenhava-se em conciliar os anseios democráticos do povo brasileiro com a “vocalização liberal-conservadora”. Ou seja, deslocava para o topo os processos de decisão política e de fazer da constituição uma fachada. Desta maneira, esse “biombo parlamentar” possibilitaria às elites das classes dominantes e dirigentes “preservar em bloco o seu poder real, manter ou ampliar o monopólio do poder político institucionalizado e exercer por dentro e através de um Estado aparentemente democrático, uma ditadura mesquinha e covarde”. (...) Nogueira, quinze anos depois: “nascido de um vasto acordo de cúpula apenas em parte condicionado pela pressão popular e obrigado a diversos compromissos e acomodações com setores do antigo regime” (Silva, idem).

Outra dimensão que condiciona profundamente este quadro geral, e deve ser considerada em suas múltiplas manifestações, trata-se de que em países da periferia do capitalismo – especificamente da América Latina, e em especial na formação social brasileira – apresenta-se como mediação concreta o escravismo colonial como modo de produção central na acumulação primitiva de capital, determinando as relações estabelecidas com os centros nervosos de acumulação capitalista. A discussão sobre a democracia política e a “sociedade civil” – esta última entendida em seu sentido marxiano – se vê inegavelmente matizada pela contradição, em termos, apresentada entre liberalismo e escravismo. No período de construção do Estado nacional brasileiro se apresenta como fenômeno ideológico “um ideário de fundo conservador, no caso, um complexo de normas jurídico-políticas capazes de garantir a propriedade fundiária e escrava até seu limite possível” (Bosi, 1992, p.195). Desta forma, percebemos que a relação liberalismo-escravismo se apresenta como contradição “aparente”, já que não verificamos neste liberalismo um conteúdo pleno que pudesse equivaler à ideologia burguesa do trabalho livre, firmada a partir da revolução industrial europeia – “a constituição da sociedade burguesa, no país, ocorre com a destruição das relações escravistas; mas não com a liquidação das relações coloniais, neocoloniais e dependentes” (Silva, ibidem, p.15).

Nas últimas décadas, com a aplicação dos planos neoliberais receitados pelo FMI¹⁹⁷ e Banco Mundial na América Latina, observamos que o que vem ocorrendo trata-se, em verdade, de um processo de “re-colonização”. A política pró-imperialista de super-exploração e pilhagem leva a mudanças nas relações estruturais entre os países latino-americanos e o imperialismo. *Trata-se de mudanças qualitativas na atual relação de dependência, semicolonial, no sentido de uma nova dominação colonial.* Esse processo histórico desdobra-se em aspectos econômicos, políticos e militares; expressando-se no aumento extraordinário da dívida externa, da desnacionalização do patrimônio público por meio das privatizações, da dolarização das moedas, da adequação das leis aos ditames do capital transnacional e do controle das forças militares pelo imperialismo. Trata-se da

⁴ **Sobre essa contradição estrutural** relacionada aos países da América Latina: (1) Borón, Atílio. *Estado, capitalismo e democracia na América Latina*. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1994. 272p.; com relação ao Brasil: (2) Biondi, Aloísio. *O Brasil privatizado. Um balanço do desmonte do Estado*. São Paulo : Fundação Perseu Abramo, 2000. 48p.; e sobre os limites democráticos: (3) Saes, Décio. *Democracia e Capitalismo no Brasil. Balanço e Perspectivas*. Revista de Sociologia e Política : Curitiba, jun./1996, p.01-36.; e (4) Moraes, João Quartim. *Contra a canonização da democracia*. Crítica Marxista n° 12 : São Paulo, mai./2001, p.0 9-40.

¹⁹⁷ **“Se o FMI não existisse**, teria que ser inventado. Para os Estados Unidos, o FMI apresenta uma das poucas oportunidades remanescentes para perseguir iniciativas de política externa sem interferência política indevida” (United States Department of Defense 1999, *“The Western Hemisphere: Rethinking Strategic Relations?”*, National Defense University, *Strategic Assessment, Priorities for a Turbulent World*, Washington, p. 169-188).

imposição de uma brutal superexploração dos trabalhadores e dos povos, que vem aprofundando os níveis de desemprego, fome e miséria.

Em toda a América Latina a hegemonia imperialista norte-americana procura readequar os exércitos de nossos países à necessidade de enfrentar protestos e mobilizações das massas que ameaçam seu poder na região. Para não fazer uma intervenção direta (o que não teria um resultado positivo), exerce o controle desses exércitos através de assessores que os monitoram. E, para instrumentalizar esse objetivo, instalaram-se bases militares em Três Esquinas y Tolima (Colômbia), Manta (Equador) e Iquitos (Peru). O Plano Colômbia é a expressão mais avançada deste processo. Com o pretexto da luta contra o narcotráfico, se pretende uma intervenção militar para recompor o Estado em crise e acuado pela luta de massas e pela guerrilha.

O controle e o domínio do imperialismo se expressa também no fato de que inclusive as leis têm se adequado às necessidades do capital, em particular no que diz respeito à legislação trabalhista, à proteção da propriedade, à isenção de impostos, etc. Estas readaptações chegaram a ter nível constitucional como no caso do Peru. Desta maneira permite-se que homens de confiança das transnacionais (Fraga/Meirelles no Brasil, Kusinsky no Peru) e o FMI dirijam diretamente a economia de nossos países e até indiquem governantes de fato, como foi a designação de Cavallo na Argentina. Todo este processo vem produzindo milhares de desempregados, miséria social, perda da soberania, etc. *Os governos destes países vêm aplicando todo este plano de "ajuste" com o argumento de que não há outra saída que não seja o "livre mercado" para a América Latina e Caribe.*

É aí que nos inserimos na questão do aprofundamento das contradições estruturais e dos limites históricos das democracias burguesas da periferia, em especial no Brasil. Além de considerar o governo (executivo) como parte orgânica do Estado capitalista – portanto não apreciado como ordenação societal neutra, mas sim como instância de dominação de classe –, articulado que está com outros aparelhos estatais tais como o Congresso, o judiciário, as Forças Armadas etc., para conformar a institucionalidade burguesa e garantir a manutenção da Ordem do Capital; verificamos que há um profundo agravante neste regime "democrático" de dominação política, o qual devemos considerar de forma indivisível em nossa análise, sob o risco de que eludir tal questão pode levar-nos à avaliação de uma "democracia em abstrato", num exercício de especulação teórica sem evidências empíricas, "chão histórico" ou sustentação real. O FMI e o imperialismo vem operando nitidamente no sentido de transformar essa ordenação numa "democracia burguesa colonial", qual seja, impondo leis, agências reguladoras, blindagens orçamentárias e inclusive exigindo a "independência" do Banco Central, objetivando assim o controle absoluto do Estado e seus recursos, sobredeterminando-o ainda mais intensamente. Em termos reais, apresenta-se como objetivo estratégico uma "drenagem" cada vez maior das riquezas do país para os banqueiros internacionais e para as multinacionais. Nestas coordenadas histórico-estruturais, o ALCA se afirma como projeto e máxima expressão de – se alcançado, derrotando assim a resistência de trabalhadores, camponeses e indígenas – desprovimento de qualquer grau de soberania ainda existentes no Brasil e em toda América Latina.

...o Brasil vive uma encruzilhada histórica (...). Mantidas as negociações da ALCA, o país será reduzido à condição de colônia, isto é, terá um estatuto no mercado mundial ainda mais dependente que no período do pós-guerra (Arcary, 2002) [Destaque nosso].

02. Contextualização Histórica e uma Primeira Aproximação ao Objeto de Estudo

No âmbito de países aviltados e submetidos pelo imperialismo desenvolve-se a resistência organizada contra o processo histórico de re-colonização imperialista e a hegemonia do neoliberalismo no subcontinente, que vem se afirmando como uma resposta combativa das massas sociais operárias, camponesas e populares da América Latina. Como pontos elevados dessas lutas e mobilizações consideramos a insurreição popular do Equador – que, encabeçada pelas organizações indígenas (a CONAI e o Parlamento dos Povos), derrubou o governo de Mahuad e tomou o poder por oito horas, num levantamento contra a dolarização imposta por seus governos e o imperialismo –, e por outro lado, o processo revolucionário protagonizado pelo povo trabalhador da Argentina – onde o movimento piqueteiro, pannels, a ocupação de fábricas sob auto-gestão operária e as assembléias interbairros apontavam para uma situação revolucionária com a existência de formas organizativas embrionárias de poder popular, sob a consigna "Que se Vayan Todos!".

Concomitantemente, assistiu-se ao nascimento de um movimento de contestação e resistência à "globalização" – ancorado em geral numa crítica espontânea à universalização da lógica mercantil¹⁹⁸ –,

⁶ "Foi contra esse mundo mercantilizado que se levantou a nova opinião pública democrática do mundo, gritando que o mundo não é uma mercadoria, que o mundo não está à venda, que o essencial não tem preço. O que nos une, a todos, antes de tudo, é a luta contra a mercantilização do mundo. Contra a concepção e a prática de que tudo se vende, de que tudo se compra, de que o mercado e os seus preços manipulados definem o que se

cuja composição social abarca principalmente jovens universitários das camadas médias, situados nos centros nervosos da acumulação capitalista, fundamentalmente dos EUA e Europa. Em termos absolutamente gerais, consideramos uma situação internacional caracterizada por lutas sociais que vão do levante armado do movimento zapatista contra a implantação do NAFTA¹⁹⁹ no México, em 1994; passando pelas ocupações de terras impulsadas pelo MST no Brasil; pela revolta popular protagonizada pelos indígenas no Equador; chegando às vigorosas mobilizações grevistas dos trabalhadores na França; e, finalmente, até a primeira grande manifestação internacional num país imperialista – na cidade norte-americana de Seattle – contra uma das principais instituições da “globalização”, a Organização Mundial do Comércio (OMC), em 1999. Desde então não há lugar no mundo onde possam reunir-se o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial, a OMC ou o G-8 sem arrastar a multitudinárias manifestações “anti-globalização”, seja onde seja²⁰⁰.

Se a recolonização imperialista se dá através de guerras declaradas e ofensivas militares no Oriente Médio, a forma assumida na América Latina se expressa claramente nos termos propostos pelo ALCA – nada menos do que a corporificação em definitivo do neoliberalismo e do “Consenso de Washington” no subcontinente. Após os acontecimentos de 11 de setembro de 2001 os Estados Unidos puderam recompor sua base de sustentação e lançaram uma contra-ofensiva imperialista em distintas dimensões políticas, econômicas e militares cuja justificação ideológica se apresenta ao redor da “coalizão contra o terrorismo internacional”. Antes, o governo Bush encontrava dificuldades para aprovar o denominado “fast track” (“via rápida”) para levar adiante acordos como o ALCA, devido às contradições entre diversas frações das transnacionais, principalmente as vinculadas ao controle energético. Mas, com o pretexto mencionado, Bush não só conseguiu um consenso social para a guerra do Afeganistão – nada consensual no caso do Iraque²⁰¹ – como também para sua contra-ofensiva global. Tanto é assim que o “fast track”, antes “enroscado” no parlamento, foi prontamente aprovado pelo congresso norte-americano.

Ao aludirmos à relação que se estabelece entre os movimentos sociais populares em ascensão durante as décadas de 1970 e 1980, envolvidos em diversas lutas sociais que questionam e negam os estreitos limites impostos pela “institucionalidade política” aos trabalhadores e à imensa maioria da população explorada e socialmente oprimida, imposição efetuada através dos aparelhos do Estado capitalista brasileiro e pela “farsa da Nova República” (como a consideravam, a seu tempo, os movimentos sociais de operários e populares que deram origem ao PT e à CUT) – o que remete à organização de movimentos reivindicativos de massas (contra o custo de vida, o desemprego massivo, etc.) e as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) da Igreja Católica, a experiência acumulada em

pode e não se pode fazer, o que é bom e o que é ruim, o que é belo e o que é feio, o que é justo e o que é injusto” (Sader, Emir. Soberania e democracia na era da hegemonia americana. Revista Fórum Outro Mundo em Debate, n.º Zero, p. 10, 2001).

⁷ **Tratado de Livre Comércio da América do Norte**, do inglês, “North American Free Trade Agreement” (NAFTA).

²⁰⁰ **Porto Alegre** (RS), foi a sede das três edições do Fórum Social Mundial (FSM); em 2001, 2002 e 2003. O evento se propunha inicialmente a ser a contraposição político-programática e organizativa a Davos, cidade suíça que hospeda o Fórum Econômico Mundial (FME), reunindo dessa maneira a ativistas, militantes, intelectuais e organizações anti-neoliberalismo e anti-globalização. O empresário brasileiro e membro do Comitê de Empresários do PT, Oded Grajew; o diretor do jornal francês Le Monde Diplomatique e presidente internacional da ATTAC, Bernard Cassen; e o representante da Comissão Brasileira de Justiça e Paz, Francisco Withacker, foram os três membros fundacionais que inspiraram a idéia do evento. Posteriormente foi encampado por entidades tais como o MST e a CUT. A palavra-de-ordem que o demarcou teórica, política e programaticamente – de forma ampla e genérica – foi “Um Outro Mundo é Possível”. A Campanha Nacional contra a ALCA inaugurou-se aí, numa massiva manifestação popular, impulsionada majoritariamente pelos movimentos sociais, sindicais e políticos à esquerda do núcleo duro do FSM.

²⁰¹ **Apesar de que** o núcleo dirigente do FSM de Porto Alegre primeiramente se opusesse à redação de uma declaração contra a guerra do Iraque, a convocatória da jornada internacional contra a guerra feita no início de 2003, desde Porto Alegre, por organizações sociais, sindicais e políticas à esquerda da direção do bloco hegemônico do FSM, redundou em multitudinárias manifestações coordenadas entre si – de mais de 20 milhões de pessoas, em mais de 600 cidades de todo o planeta! – em quase todos os continentes do mundo. Fatos como este, assim como a greve geral de 14 de março contra a guerra neocolonial do Iraque – desenvolvida simultaneamente em diversos países europeus (apesar dos limites organizativos impostos pelas direções burocráticas dos sindicatos majoritários e da Confederação Européia de Sindicatos, a CES) –, consistiram em fenômenos historicamente inauditos: uma resposta internacional e massiva dos trabalhadores, jovens e povos do mundo contra uma guerra imperialista, antes mesmo que esta estalasse. Não esqueçamos: a proposta original adveio fundamentalmente de setores combativos do movimento operário italiano que, através de seus Comitês Operários de Base (COBAS), lançaram a consigna do movimento em meio ao Fórum Social Europeu (“No alla guerra!”, Florença, novembro de 2002). No lastro de lutas sindicais decisivas contra a “lei de demissões” e a ofensiva patronal contra postos de trabalho, a pequena Florença foi inundada pela primeira manifestação contra a guerra, uma maré humana de aproximadamente 1 milhão de pessoas em uníssono e de punhos cerrados gritando “não à guerra!”. A posteriori, a iniciativa da jornada internacional contra a guerra do Iraque foi secundada pela Rede Internacional de Movimentos Sociais, reunida em Porto Alegre, MST à frente.

núcleos de base de operários e trabalhadores urbanos, as ocupações de terras e manifestações protagonizadas por trabalhadores rurais e camponeses junto à Comissão Pastoral da Terra (CPT), o novo sindicalismo combativo do operariado brasileiro, as mobilizações levadas a cabo pelo movimento estudantil secundarista e universitário através de suas entidades representativas nacionais e estaduais (UBES, UNE, UEEs, etc.)... –, estamos-nos referindo ao início de um ciclo histórico de curta duração, de aproximadamente 25 anos, que compreende tanto o ascenso das massas trabalhadoras do qual tratamos, quanto um posterior refluxo desta correlação de forças e lutas sociais, relacionada principalmente à ofensiva burguesa representada pela hegemonia do neoliberalismo, a partir do final da década de 80 e sobretudo durante os anos 90, a qual se apresenta até os dias de hoje. ***Não obstante, pode-se observar o prelúdio tendencial de um fenômeno que aponta para novas formas de organização social populares e se esboça como novo acúmulo de forças sociais – “de um modo diferente, por outros caminhos, com outras formas e em outras circunstâncias” – que, em verdade, são expressão de um processo internacional de radicalização, polarização social e um rechaço de massas ao neoliberalismo no mundo e, mais intensamente, na América Latina.***

No Brasil, apesar da tendência generalizada de refluxo dos movimentos sociais populares durante a década passada, houveram diversas manifestações de lutas sociais que se apresentaram em diferentes eixos, situações e conjunturas: em 1992 o povo trabalhador, com os estudantes a frente, sai as ruas e derruba um presidente neoliberal e corrupto, impondo ao Congresso Nacional o “impeachment” de Fernando Collor de Mello; a partir de 1995 o MST constitui-se organizativa e territorialmente como movimento social e político de dimensão nacional, configurando-se como referência de ação direta de massas através das ocupações de terras e como mais importante pólo de resistência popular ao neoliberalismo; em 1995 se organiza uma massiva Marcha Popular a Brasília envolvendo movimentos e organizações sociais, sindicais e políticas de esquerda que reúne mais de 30 mil manifestantes na capital do país – sendo ultrapassadas anos depois pela Marcha dos Cem Mil, sob a palavra-de-ordem “Fora FHC e o FMI!” –; em 2000 o período que nos referencia está marcado, inicialmente, pelo Movimento Brasil Outros 500 de Resistência Indígena, Negra e Popular, pela Marcha Indígena 2000 (partindo de diversos estados do território nacional), pela I Conferência dos Povos e Organizações Indígenas do Brasil, pelos acontecimentos de Sta. Cruz Cabrália e Porto Seguro onde a manifestação popular “Brasil Outros 500” desmascara o governo e denuncia a farsa comemorativa dos “500 anos de descobrimento do Brasil”, sendo brutalmente reprimida pelas forças armadas, polícia militar e tropas de choque de FHC e Antonio Carlos Magalhães (Batalha de Coroa Vermelha, abril de 2000, Bahia); a greve das universidades estaduais e federais de 2000 (junto aos funcionários da saúde, professores da rede pública de ensino médio e fundamental, tributaristas, etc.) e os enfrentamentos na Av. Paulista, a paralisação nacional da categoria dos caminhoneiros e a ocupação massiva de prédios públicos pelo MST (principalmente as seções do INCRA, do BNDES e do Ministério da Fazenda) reivindicando políticas agrárias; construiu-se o Plebiscito Popular sobre a Dívida Externa, 2000, e a partir do início desta década ocorre um considerável ascenso de ocupações urbanas por moradia popular (MTST)

A agudização das tensões e antagonismos sociais apresentou-se como resultado da falência da chamada “redemocratização”, bem como da “hegemonia regressiva” das políticas neoliberais impostas por organismos multilaterais tais como o Fundo Monetário Internacional (FMI) ao Brasil: estavam dadas então as condições objetivas que possibilitaram historicamente a criminalização dos conflitos sociais e a respectiva militarização de seu tratamento pelo Estado. É no presente momento histórico, no qual “ressuscitam” o SNI sob a sigla de ABIN, surge um ramo da polícia federal especializada em reprimir movimentos sociais, e o Senado propõe realocar as forças armadas para tarefas de polícia e controle civil, etc.; espelhando assim o recrudescimento do imperialismo em nível internacional e a máxima expressão das contradições da crise estrutural do capitalismo; o que se reflete organicamente em “solo nacional” a partir da fascistização dos aparelhos de Estado – que se voltam contra movimentos sociais, organizações estudantis, sindicatos, partidos de esquerda etc. – assim como contra todos e quaisquer setores que se oponham, de alguma forma e em alguma medida, aos estreitos limites da institucionalidade política. A contra-ofensiva imperialista lançada pelos EUA, após o 11 de setembro de 2001 só faz agravar este quadro geral – sendo que em relação ao Brasil e à América Latina – intensificou-se a ofensiva militar prevista através do Plano Colômbia, aprovou-se a “via rápida” parlamentar das negociações para o Acordo de Livre Comércio das Américas (ALCA) e aventou-se a cessão da Base de Alcântara para uso militar dos Estados Unidos da América. Consideramos que a fascistização dos aparelhos de Estado e o processo ideológico de criminalização dos movimentos sociais – evidenciados quando constatamos que “no Brasil, segundo o próprio Ministério da Justiça, ocorrem cerca de 40 mil assassinatos por ano” (Della Santa, 2002, Guerra social) – certamente não podem ser explicados como aspecto subjetivo que “se sintetiza em si, se aprofunda em si e se move

por si mesmo”²⁰², mas sim como reflexo fenomênico, *já salvaguardado em sua autonomia relativa*, de um movimento muito mais profundo, cujas limitações históricas e natureza social devem ser buscadas sobretudo nas relações de produção capitalistas e na correlação internacional de forças sociais. Como exemplo, temos o resultado do julgamento do massacre de Eldorado dos Carajás (considerado “uma traição às esperanças de justiça” pela Anistia Internacional). Quando em um país há mais de 15 mil mortes violentas por ano – não biológicas e não relacionadas à fome – as Nações Unidas consideram que existe uma determinada modalidade de estado de guerra, chamada de “conflito de baixa intensidade” (“low intensive conflict”).

03. Hipóteses Diretivas, Delimitação do Objeto de Estudo e Objetivos Gerais e Específicos

Apresentamos como hipótese preliminar e diretiva que, de acordo com a exposição acima realizada, o sentido que se constrói sobre o processo de oposição à ditadura militar – nestes termos – é o que fundamenta as bases, já desde os anos 70, para que a hegemonia do projeto histórico neoliberal seja possível na década de 1990, configurando e determinando o processo da transição política conservadora através da elaboração das principais tendências que a caracterizam enquanto fenômeno social²⁰³. O discurso que se construiu hegemonicamente sobre a transição política e sobre a oposição à ditadura militar partiu de uma vitória de setores liberais-burgueses concentrados no Movimento Democrático Brasileiro (MDB), do qual também participaram organizações de esquerda tais como PCB, PCdoB, MR-8 e parcelas da intelectualidade brasileira que apoiaram a Nova República. Por outro lado, o movimento operário-popular e correntes de esquerda situadas e referenciadas politicamente através do Partido dos Trabalhadores (PT) negaram-se a legitimar a institucionalização política através do Colégio Eleitoral, taxados de “divisionistas e sectários” pelos setores que pactaram a “transição lenta, segura e gradual” com o antigo regime (que depois originaram o PMDB e o PSDB de FHC).

Quando amplos setores sociais manifestam sua contraditoriedade, evidenciam interesses e necessidades não satisfeitos (...) fica claro que estão questionando o que está estabelecido e apontando em outras direções. Porém, isto pode ser de ordem apenas conjuntural, sem negação da estrutura capitalista. É dentro deste campo complexo, formado por elementos superestruturais e estruturais da sociedade, que ‘novos’ personagens – os movimentos sociais populares – entram em cena. São vários os protagonistas da história e múltiplas as forças forjadoras de mudanças que se complementam. No caso brasileiro, a crise, desde a fase de decadência do regime militar, é concreta, mas complexa e contraditória. Em geral, adquire formatos de problemas econômicos, políticos, sociais e morais. É discutível se nos últimos anos do autoritarismo a tensão vivida chegou, ou não, a configurar-se em conflito orgânico entre estrutura e superestrutura, muito embora o descolamento entre governantes e governados tenha sido momentaneamente explícito. Uma coisa é certa: a classe burguesa, com a “abertura gradual”, do “governo transitório”, foi hábil o suficiente para reorganizar o bloco histórico, mudando apenas algumas regras do jogo e os atores políticos para continuar no poder (Peruzzo, 1998).

A transição política conservadora²⁰⁴ que transformou o regime militar – de 1964 a 1985 – numa democracia política capitalista-dependente – de 85 até os dias atuais –, segundo Silva, “deixou na sociedade brasileira uma enorme contradição entre os mecanismos institucionais de representação política e a contínua e crescente miséria social, agravada ainda mais através das políticas neoliberais da última década”. O processo de “redemocratização”, como o chamavam à época intelectuais como

²⁰² MARX, K. (1857) *Para a crítica da economia política* [Grundrisse] In: ____ . Gianotti, José Arthur. 2ª ed., São Paulo : Abril Cultural, 1978. p. 117.

²⁰³ **Para compreender melhor** os processos pelos quais determinada “visão social de mundo” configurou-se como hegemônica sobre a transição política conservadora e a oposição à ditadura militar, remetemos o leitor a uma obra que os relata detalhadamente: SILVA, Luiz Fernando da. *O pensamento social brasileiro entre 1960 e 1980: análise da trajetória de um grupo de marxistas acadêmicos*. Araraquara, 1995. Mestrado em Sociologia – Universidade Estadual Paulista (UNESP).

²⁰⁴ “**A transição política** até a eleição indireta de Tancredo Neves amalgamou diversos setores empresariais, as forças armadas, os políticos liberais e uma ampla base da classe média. Na tentativa de construção de uma hegemonia de base conservadora que se sucedeu através da chamada Aliança Liberal, em torno de um programa político. Essa hegemonia burguesa procura se construir tendo como base os anseios populares, principalmente a partir do final da década de 1970, passando pela vitória emedebista nas eleições de 1982 e, posteriormente, a campanha pelas Diretas-Já, que mobilizou politicamente várias regiões do país. Dentro da perspectiva de institucionalização política do país, em molde liberal-conservador, portanto, ocorreu a passagem de uma forma de dominação política para outra, que levou em consideração a necessidade de ‘democratização’ de mecanismos liberais para as disputas eleitorais e, por outro lado, a necessidade de criar mecanismos que envolvessem o conjunto da sociedade nessa perspectiva, evitando assim espaço para o desenvolvimento de uma perspectiva classista contra o regime militar de então. Nesse quadro político, ampliaram-se as vozes pela consolidação do programa do PMDB: eleições diretas nos municípios; assembléia nacional constituinte; eleições diretas para a presidência da república, entre outros” (Silva, 2000, p. 116).

Francisco Weffort e Fernando Henrique Cardoso – ex-Ministro da Cultura e ex-presidente da república, respectivamente – foi “eminente institucional e voltado para a disputa eleitoral” (Silva, op. cit.).

Assim, neste contexto, o PT representava uma alternativa popular de ruptura e crítica à institucionalidade burguesa e ao sistema político-econômico; o “partido sem patrões” contava em suas trincheiras com amplos setores do movimento de massas, do MST e da CUT, movimentos sociais populares, intelectuais social-democratas, trabalhadores da cidade e do campo, Pastorais Sociais da Igreja Católica e diversas correntes e tendências da esquerda revolucionária brasileira. Em seu programa fundacional defendia a tese marxista de que “a emancipação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores” e se organizou em torno a uma crítica radical às alianças políticas da “oposição democrática” com a burguesia, ao sindicalismo oficial “amarelo” e à burocratização dos partidos comunistas do Brasil. O ascenso de massas descrito em nossa introdução atinge seu cume na onda de greves operárias dos metalúrgicos do ABCD e capital paulistas, onde se dá a gestação e desenvolvimento de um **Movimento por um Partido dos Trabalhadores**, do qual Luiz Inácio da Silva, o sindicalista “Lula”, transforma-se em sua expressão fundamental.

Durante o intervalo de 22 anos que separam a fundação do PT e a eleição de Lula ao governo executivo do Estado brasileiro “muitas águas rolaram”. Um processo histórico que só pode ser compreendido como “rica totalidade de determinações e relações diversas”. Operando de acordo com o procedimento metodológico proposto por Anderson (1987), através da mediação conceitual de “coordenadas históricas”²⁰⁵ – quais sejam, as principais tendências que se apresentam num fenômeno político e cultural, em um determinado momento histórico –, observamos como se configuram historicamente a institucionalização e burocratização sindical e política das esquerdas, refluxo dos movimentos e lutas sociais urbanas, a ofensiva burguesa e as políticas neoliberais bem como a mundialização do capital. Neste devir histórico, apresentam-se como determinações fundamentais e mediações concretas os sucessivos êxitos eleitorais do PT, a concentração de esforços nucleares para a via institucional em torno a cargos parlamentares e executivos e o afastamento das lutas sociais, sindicais e políticas protagonizadas quotidianamente pelo povo trabalhador brasileiro – nas ruas, no campo, nos lugares de trabalho etc. – desde o final dos anos 80, durante a década neoliberal de 1990 e até os dias de hoje.

Os anos de 2001 e principalmente 2002, desde a perspectiva das lutas e movimentos sociais populares do Brasil e América Latina, foram marcados inelutavelmente pela Campanha (Inter)Nacional contra a ALCA. No âmbito internacional podemos citar as iniciativas relacionadas ao Encontro Hemisférico de Luta contra a ALCA realizado em Havana-CU – que envolveu quase a totalidade das mais importantes representações sindicais, sociais e populares da América Latina, e de importantes setores sindicais do Canadá e dos EUA –, assim como as jornadas internacionais e anti-cumbres realizadas em Buenos Aires (Argentina) e Quebec (Canadá), onde mais de 50 mil trabalhadores e estudantes se manifestaram sob a consigna de “*Não à ALCA*”, considerado esta como *instrumento jurídico-político para legalizar e aprofundar a recolonização imperialista da América Latina que, se aplicada, representará a coroação colonizadora da hegemonia neoliberal e a institucionalização do Consenso de Washington*. O “Consenso de Havana”, como assim se chama a Declaração Final do encontro citado, considera a ALCA como “*um processo, já em marcha, de anexação e recolonização de nossos povos*”. O objetivo declarado é impedir a aplicação do ALCA, para o qual são propostas um conjunto de medidas que vão desde a necessária propaganda generalizada sobre o significado do ALCA, até a exigência de submeter este projeto a um plebiscito popular em todo o continente.

No Brasil se impulsou o desenvolvimento de um amplo movimento de massas – mediante a experiência de diversas lutas e mobilizações populares articuladas através da auto-organização social e a coordenação multisetorial de sujeitos sociais e políticos como movimentos sociais, organizações populares, sindicatos e partidos de esquerda significativos do seio do povo trabalhador brasileiro – envolvendo a Central Única dos Trabalhadores (CUT), a União Nacional dos Estudantes (UNE), a Federação Democrática e Combativa dos Metalúrgicos da CUT, o Sindicato Nacional ANDES – Associação Nacional de Docentes do Ensino Superior –, as Pastorais Sociais da Igreja Católica e a Campanha Jubileu Sul, a Auditoria Cidadã da Dívida Externa, a Marcha Mundial de Mulheres, a “esquerda” do Partido dos Trabalhadores (PT), o Partido Comunista do Brasil (PCdoB), o Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU), o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) e o Movimento Consulta Popular (MCP). Consideramos este processo de articulação entre movimentos, sindicatos, organizações sociais e partidos de esquerda como uma frente única de trabalhadores do campo e da cidade orientada pelo anti-imperialismo e pela negação dos postulados neoliberais, unificados pela perspectiva da ação direta de massas e pelo horizonte de ruptura com a ordem vigente. Dezenas de milhares de ativistas em todo o país deram impulso a manifestações massivas, comitês unitários e democráticos, conferências e uma

²⁰⁵ ANDERSON, P. *A crise da crise do marxismo. Introdução a um debate contemporâneo*. Trad. D. Bottmann. 3 ed. Sao Paulo : Brasiliense, 1987.

onda de atividades populares em escolas, bairros, acampamentos e assentamentos rurais, sindicatos, fábricas e lugares de trabalho que culminaram com a realização de um plebiscito popular – não-oficial e sem voto obrigatório – durante a primeira semana de setembro, coincidindo com a celebração oficial da independência nacional. **Mais de 10 milhões participaram do plebiscito para dizer três vezes não: 1. Não à adesão ao ALCA, 2. Não à continuidade do governo brasileiro nas negociações e 3. Não à entrega da Base de Alcântara aos Estados Unidos.**

Porém, este poderoso movimento social não contou com o mais mínimo apoio do PT. Ao contrário, justo antes do plebiscito, Lula e o PT romperam publicamente com o mesmo afirmando que "o PT é um partido que está a poucos dias de ganhar o governo e não pode estar brincando de fazer plebiscitos". Depois de eleito presidente, enviou a um representante para a reunião oficial de ministros que negociavam o ALCA em Quito-EQ, enfrentando-se a massivas manifestações populares. Na semana anterior, Lula já se havia reunido com o ex-presidente, o neoliberal FHC, para apoiar o acordo com o FMI. A "Carta ao Povo Brasileiro" coroou todo este processo. Nela, Lula e o PT se comprometiam a manter os "compromissos firmados" com os organismos financeiros internacionais e a impulsar um "pacto social" entre capital e trabalho para gerar "desenvolvimento econômico com justiça social", o qual preserva todos os fundamentos econômicos neoliberais de Cardoso. A campanha eleitoral do PT, que em 1982 foi marcada pela palavra-de-ordem "Trabalhador vota em Trabalhador", em 2002 associou-se ao lema "o patrão que o Brasil merece", numa alusão ao vice-presidente e empresário José Alencar, dono do Coteminas – um dos maiores grupos têxteis do país – e parlamentar de um partido burguês de direita, o Partido Liberal (PL). Em 20 de junho do ano corrente, os dois copresidentes das negociações do ALCA – Luiz Inácio "Lula" da Silva e o presidente norte-americano George W. Bush Jr. – assinaram um comunicado conjunto em Washington D.C. onde acordam a implantação do ALCA em janeiro de 2005 (a visita diplomática de Lula a Bush, nos EUA, se deu em plena ocupação militar anglo-americana do Iraque, diga-se au passage).

No marco das considerações acima relacionadas, apresentam-se uma série de mediações contraditórias das quais pretendemos apropriar-nos e objetivá-las no bojo do que consideramos constituir-se como momento privilegiado da fase exploratória e ponto de partida de uma investigação social, qual seja, a construção do projeto de pesquisa e a delimitação do objeto de estudo. **Neste sentido cabe que observemos sistemática e principalmente – nos termos adotados de forma preliminar e indicativa –, as expressões fenomênicas e estruturais, em sentido geral, dos seguintes objetivos gerais:**

3.1 Identificar os sujeitos sociais e políticos que resistiram a ditadura militar, perscrutar de que forma e em que medida se mobilizavam contra o regime assim como registrar as distintas concepções teóricas, políticas e programáticas que mediavam suas práticas políticas e orientavam suas propostas de democratização política do Estado capitalista brasileiro; analisar em que medida a transição política conservadora configurou elementos de ruptura e/ou continuidade com o antigo regime e o modelo econômico até então vigente; observar em que medida a institucionalidade política resultante possibilita ou obstaculiza a mobilização do povo trabalhador pelas suas necessidades imediatas e interesses históricos.

3.2 Estudar a relação dialética entre as tendências históricas de institucionalização e burocratização sindical e política, refluxo dos movimentos e lutas sociais urbanas, gênese e desenvolvimento da hegemonia neoliberal bem como a mundialização do capital – principalmente no que se refere às especificidades que as caracterizaram na sociedade e Estado brasileiros nos anos 90,

3.3 Relacionar movimentos sociais, organizações populares, sindicatos e partidos de esquerda que se opõem e resistem à hegemonia neoliberal e às "reformas orientadas para o mercado" e caracterizar basicamente as estratégias, táticas e métodos de luta que propõem para combater o neoliberalismo.

3.4 Verificar como se inter-relacionam a agudização das tensões e antagonismos sociais resultantes das políticas neoliberais implementadas durante o governo FHC, o ascenso e reorganização dos movimentos sociais de massas (ex.: Movimento Sem-Terra) e a fascistização dos aparelhos de Estado que exercem a repressão direta, por meio das polícias, tropas de choque e das forças armadas, à maioria da população e aos trabalhadores durante manifestações políticas, greves, ocupações de latifúndios, passeatas, piquetes e marchas populares.

3.5 Investigar como se configura a proposta do ALCA através dos anos, por que e como surge, as coordenadas histórico-culturais correspondentes e os interesses e necessidades – internacionais e nacionais – que a informam (Encontros Ministeriais etc.).

3.6 Pesquisar origem e desdobramentos da Campanha Nacional contra o ALCA – assim como as condições sociais, econômicas, políticas e culturais que possibilitaram historicamente seu surgimento e consolidação – relacionando-as num marco de análise que considere as propostas internacionais de articulação que se estabelecem entre os povos e trabalhadores da América Latina, Canadá e Estados Unidos; Analisar como o ALCA determinaria nossos dispositivos constitucionais e democracia política.

Equacionamos desta forma uma delimitação, em ampla medida, do objeto de estudo sobre o qual nos propomos debruçar, a qual precisaremos em seguida. A proposta fundamental que formulamos pauta-se sobretudo em analisar a interconexão entre as **“LUTAS SOCIAIS, NEOLIBERALISMO E OS LIMITES DEMOCRÁTICOS NO BRASIL CONTEMPORÂNEO”**. No interior desta relação geral, apresentamos enquanto eixo norteador específico desta investigação social o estudo dos **“movimentos de resistência operária, camponesa e popular e os novos sujeitos sociais e políticos em cena”**. Problematizamos a questão, portanto, referenciando-nos num elemento nuclear de nossa pesquisa, que se expressa dessa forma na formulação-indicativo: **“da transição política conservadora à Campanha (Inter)Nacional contra o ALCA (1978-2003)”**.

Neste momento, prosseguimos com a proposta da pesquisa empírica e das mediações concretas sobre as quais objetivamos pesquisar, relacionando assim nossa estratégia de pesquisa de campo e nossos objetivos específicos não somente como “estudos de caso”, mas como articulações fundamentais entre concreto e abstrato, na perspectiva que reivindicamos, compreendendo a riqueza de dimensões que se manifestam em sua máxima expressão tão-somente através da “cultura do vivido”²⁰⁶ (Williams, 1989). **Assim propomos compreender, nas suas dimensões descritiva e analítica: (a) O estudo de materiais coletivos envolvendo Cartilhas, Resoluções, Plenárias, Atas, Boletins, Site e Jornal da Campanha, cursos formativos e o que cada organização pertencente produziu até hoje sobre o tema; (b) Pesquisa de Campo, História de Vida, Observação-Participante e Entrevistas a militantes de base e dirigentes (estaduais e nacionais) da Campanha, articulando dialeticamente o “objetivo” e o “subjetivo” desta forma.**

Nossos objetivos específicos sintetizam-se em torno as seguintes perguntas sobre a Campanha Nacional contra o Acordo de Livre Comercio das Américas:

. **Quais são** suas composição social, funcionamento, forma organizativa, processo decisório, origem do financiamento e materialização das propostas? Como recolhe a experiência da Campanha pelo Plebiscito Popular sobre a Dívida Externa 2000 (Semanas Sociais; “Grito dos Excluídos”; Fórum Terra, Trabalho e Cidadania)?

. **Quais são** suas modalidades específicas – identidades, lideranças e práticas políticas – bem como suas potencialidades emancipatórias e as limitações e obstáculos que enfrentam no contexto das democracias capitalistas periféricas contemporâneas?

. **Enfrentam-se** à institucionalidade política? Questionam os “limites históricos” da democracia burguesa dependente e sua subordinação ao imperialismo? Que natureza social e limites históricos atribuem ao governo Lula-Alencar? Como se posicionam frente ao mesmo: antes de eleito (enquanto possibilidade), durante as eleições e depois de eleito (considera-se parte do governo, dá apoio crítico ou reivindica autonomia política e uma posição classista e combativa em relação ao mesmo)?

. **Que concepção** apresentam de sociedade e Estado brasileiros? Que críticas tecem à hegemonia neoliberal e ao ALCA?

. **Propõem** projetos históricos alternativos ao “processo, já em marcha, de anexação e recolonização de nossos povos”? Quais são eles? Como se apresentam? Que sujeitos reivindicam como protagonistas revolucionários da transformação social?

. **Como concebem a democracia e o socialismo? Constituí-se** como um momento significativo de acúmulo de forças e lutas sociais? Abre a possibilidade histórica da construção de uma contra-hegemonia alternativa e popular?

Pretendemos pesquisar também: (i) a evolução da palavra-de-ordem política “democrático-popular”, desde as concepções fretepopulistas do PCB até as práticas e desdobramentos no PT do governo Lula e suas “alianças estratégicas” com setores de uma suposta “burguesia nacional progressiva” – traçando um paralelo com a concepção estético-cultural de “nacional-popular” (ii) o lançamento de novo documento de ajustes estruturais para a América Latina, de John Williamson e outros economistas pagos pelo FMI, autores do “Consenso de Washington”, (iii) a relação entre o Movimento de Greve do Funcionalismo Público contra a Reforma da Previdência e o ALCA, (iv) a proposta de parlamentares “radicais” (Luciana Genro, Babá e João Fontes) do PT, sindicatos e partidos de esquerda de lançar um novo partido que resgate as bandeiras históricas do PT e a relação com o MST, MCP e a militância da Campanha Nacional contra o ALCA, (v) o desenvolvimento da Campanha contra o ALCA nos diversos países da América Latina, e sua coordenação internacional, em relação ao movimento brasileiro, e, (vi) a realização da Conferência “Projeto Popular para o Brasil” e o lançamento do jornal popular “Brasil de Fato” – com MST, MCP etc.

04. Justificação da Proposta e Estado da Questão

²⁰⁶ “...cultura do vivido: aquela saturação do hábito, da experiência, dos modos de ver, sendo continuamente renovada em todas as etapas da vida, desde a infância, sob pressões definidas e no interior de significados definidos, de tal forma que o que as pessoas vem a pensar e a sentir é, em larga medida, uma reprodução de uma ordem social profundamente arraigada a que as pessoas podem até pensar que de algum modo se opõem, e a que, muitas vezes se opõem de fato” (WILLIAMS, R. “You are a Marxist, aren't you?” In: __ Resources of Hope. Londres : Verso, 1989).

A presente proposta insere-se num horizonte de distintas referências e angulações alusivas às mediações contraditórias e múltiplas determinações do fenômeno histórico em questão, as quais permitem-nos compreender o processo em movimento, intercambiando-se em relação às contradições que conformam a totalidade concreta.

O Projeto Integrado de Pesquisa “Neoliberalismo e Trabalhadores no Brasil: Política, Ideologia e Movimentos Sociais” – desenvolvido coletivamente a partir do CEMARX-UNICAMP²⁰⁷ –, utiliza-se de dois pressupostos teóricos que informam, enquanto orientação cognitivo-epistemológica, a perspectiva assumida em seu respectivo desenvolvimento investigativo. São eles:

- a. “Os movimentos sociais são tratados, aqui, como ações mais ou menos organizadas que expressam, em última instância, interesses de classe. A luta por melhores salários, organizada pelo movimento sindical, ou a luta pela terra, organizada pelo MST e por outros agrupamentos de trabalhadores rurais, são expressão, respectivamente, dos interesses de trabalhadores assalariados e de camponeses. Isso não significa que a luta reivindicativa dos trabalhadores seja a mesma coisa que a luta pelo socialismo, mas, apenas, que a luta reivindicativa decorre do lugar de classe ocupado pelos trabalhadores e que essa luta pode vir a fazer parte, dependendo das condições históricas, do eventual processo de constituição dos trabalhadores num coletivo de classe politicamente unificado contra o capitalismo”; e
- b. “O segundo pressuposto é o de que os objetivos perseguidos pelos movimentos sociais e as possibilidades de vitória desses movimentos são determinados não só pela inserção sócio-econômica dos trabalhadores como também pelo amplo, complexo e multifacetado quadro das relações de classe vigentes, pelo Estado capitalista brasileiro e pela história recente do nosso país. A análise desses movimentos sociais deve, então, tomar em consideração esse quadro amplo, e jamais se restringir ao universo aparentemente fechado deste ou daquele movimento”.

Inserimo-nos na mesma perspectiva à medida que, em amplo sentido, coincidimos com a concepção de movimentos e lutas sociais desenvolvidos mediante determinações que, em última instância, expressam as contradições estruturais e antagonismos sociais engendrados pela Ordem do Capital, o que se traduz ao longo da história através da luta de classes.

A pesquisa social sobre a relação entre o Neoliberalismo e as Lutas Sociais desenvolvidas nos anos 90 ocupou boa parte da produção teórica e política de intelectuais e militantes brasileiros que se referenciam, de alguma forma e em alguma medida, na problemática marxista de Estado, Ideologia e Luta de Classes, apresentando como mediação principal a luta de idéias contra a ofensiva burguesa neoliberal, fermentada por sua vez enquanto centralidade pelo ascenso do movimento das massas populares no Brasil e na América Latina. O que em parte nos diferencia da perspectiva destes diversos autores talvez seja nossa hipótese preliminar diretiva, que busca no processo histórico de “transição política conservadora” (Silva, cit.) – tal como o definimos anteriormente – as tendências primordiais que possibilitam o surgimento e consolidação da hegemonia do neoliberalismo no país. Os limites democráticos, por sua vez, constituem uma polêmica na esquerda brasileira e mundial; aqui referenciamos-nos especialmente em Moraes (2001) e Borón (1994). O ALCA e a “recolonização imperialista” são (e serão) trabalhados, centralmente, a partir das lutas populares.

O ciclo histórico de curta duração que envolve nosso objeto de estudo compreende desde o nascimento até a expressiva vitória eleitoral nacional do PT, resultando na conquista do governo executivo do Estado brasileiro, 22 anos após sua fundação. Aqui torna-se de fundamental importância afastar-se de qualquer análise reducionista, unilateral ou simplesmente “impressionista” sobre o significado, conseqüências e desdobramentos da vitória de um ex-operário metalúrgico e de um partido como o PT nas urnas. Neste sentido, a imensa produção documental, ensaística, jornalística, sociológica, historiográfica e investigativa sobre esta temática deve submeter-se a uma análise crítica que dê conta de suas “múltiplas determinações”. A “análise concreta de situações concretas”, como insistia Lenin, continua sendo o melhor recurso do qual se pode lançar mão para pôr em prática a décima-primeira tese marxiana contra Feuerbach, não limitando-nos somente a interpretar o mundo, mas diferentemente, lutando por transformá-lo.

Pensamos que nossa proposta articula a perspectiva crítica e internacionalista que caracteriza o CLACSO expressa em relação à reivindicação histórica de liberação social e nacional dos povos da América Latina, a qual manifesta-se teoricamente em seu planteamento de autonomia intelectual para a reflexão em ciências sociais e política para a transformação da realidade latino-americana; negando o imperialismo cultural e a dependência teórica aos centros nervosos de acumulação capitalista, sejam da Europa ou Estados Unidos.

²⁰⁷ **Projeto Coletivo** desenvolvido por estudantes, pesquisadores/as e docentes da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUCCAMP): Boito (coord.), Galvão, Gutierrez, Coletti, Martuscelli, Vadell, Trópia, Douglas, Zarpelon, Tanaka e Carvalho, através do Centro de Estudos Marxistas (CEMARX), vinculado ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da UNICAMP, estado de São Paulo, Brasil – com o apoio do Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq) e da Fundação de Apoio ao Ensino e à Pesquisa (FAEP-UNICAMP).

Se a unidade dialética dos contrários subjetividade e objetividade, presente na discussão epistemológica das ciências sociais, plantea a identificação entre sujeito e objeto da pesquisa, ainda que parcialmente, em função de serem ambos – em última instância –, produções históricas; no nosso caso este aspecto cobra especial importância. Tendo sido delegado do Curso de Formação do Comitê de São Paulo e ativista de base da Campanha Nacional contra o ALCA, torna-se necessário refletir por um instante de que forma esta condição é, em-si mesma, constituinte do eixo de problemas que envolvem nossa proposta de pesquisa. Aproveitamos a seguinte explanação como forma de indicar a perspectiva reivindicada para enfrentar tal “dilema” investigativo:

“...os fenômenos são objetivos, mas a essência só pode ser apreendida no relacionamento com a totalidade. E como estamos falando de fatos sociais, a totalidade é a história como autoprodução humana, totalidade que se abre em possibilidades cuja concretização depende dos sujeitos (...). Por isso, captar a essência implica, necessariamente, um grau de adesão ou solidariedade em relação a uma possibilidade determinada, tanto da totalidade histórica quanto do fenômeno que inserido nela vai adquirir seu sentido e significado” (Genro, 1987).

Neste caso, o “grau de adesão” à não-implantação do ALCA se concretiza através da militância consciente e autodeterminada na Campanha Nacional contra o ALCA, e a pesquisa que apresentamos se insere claramente neste horizonte de “solidariedade em relação a uma possibilidade determinada”. Planteamos a pesquisa-participante, na medida em que propomos a objetivação concreta dos resultados desta investigação a serem plasmados, desta forma, nas práticas sociais e lutas populares.

05. Teoria Social, Marco Epistemológico e Questões de Método²⁰⁸

²⁰⁸ **A concepção materialista e dialética da história**, desenvolvida por Marx e Engels a partir de 1840 – é o que nos fundamenta nas mais diversas dimensões de apreensão do real –, já seja enquanto método ou teórica, política, cultural, epistemológica e ontológico-socialmente. Ao longo do percurso argumentativo, apresentamos conceitos teóricos e operativos – tais como Estado, aparelhos repressores, ideologia e hegemonia –, os quais se inserem claramente na problemática marxista, compreendendo-a em sua multiplicidade de concepções e matizes, “uma perspectiva teórica e metodológica embasada num complexo categorial necessariamente aberto e inconcluso, comportando uma diversidade muito ampla de desenvolvimento”²⁰⁸ (Paulo Netto, 1980). Torna-se necessário referenciá-los (conceitos), portanto, em relação ao que a caracteriza (problemática) fundamentalmente, sem que isto resulte, inicialmente, em maiores aprofundamentos:

. **Estado e Aparelhos Repressores.** *Em primeiro lugar, concebemos os aparelhos do Estado moderno e a instituição estatal-liberal em sua historicidade-concreta, ou seja, considerando sua gênese e desenvolvimento organicamente vinculados aos interesses de dominação de uma classe minoritária sobre a maioria da população explorada e socialmente oprimida. “O governo do Estado moderno não é mais que uma junta que administra os negócios comuns de toda a classe burguesa” (Marx e Engels, 1848). Weber (s.d.), por sua vez, assinala uma caracterização inevitavelmente coercitiva e opressora do Estado quando o define como “uma comunidade humana que se atribui (com êxito) o monopólio do uso legítimo da força física dentro de um determinado território”, considerando que “a relação entre Estado e violência é especialmente íntima”. Portanto, a violência estatal constitui-se como aspecto fundante e estrutural de sua própria constituição histórica, e é nesta dimensão que se inserem o que Althusser (1970) compreende como os aparelhos repressivos do Estado: a exemplo das polícias civis e militares, do sistema carcerário e das forças armadas. Porém, deve-se ressaltar que existe uma divisão internacional do trabalho que diferencia qualitativamente o papel que cabe aos distintos Estados no que se configura através da lógica internacionalista do modo de produção capitalista. Em última instância, as relações internacionais se expressam cabalmente como relações de dominação e exploração, em outras palavras, relações de classe. O que geralmente se considera como os países “centrais” ou “periféricos” do sistema capitalista reflete, de maneira reduzida, o que Lenin compreendia como a fase imperialista do modo de produção capitalista, conceito marxista sobre o qual por ora não vamos nos estender. Neste marco se localiza a contradição estrutural evidenciada pela conversão das forças armadas de países como o Brasil em “instrumento de preservação da segurança interior”, por mais que contrarie explícita e frontalmente as disposições legais e constitucionais vigentes no país sobre atribuições e funções militares.*

. **Ideologia e Hegemonia.** *Althusser, sempre fazendo a ressalva de que a metáfora marxiana do edifício “base-superestrutura” constituía-se sobre um terreno “pantanosos” e pouco desenvolvido por Marx em seu segundo elemento constituinte, considerava em sua análise sobre a ideologia que a dominação classista não conta somente com a reprodução ampliada da forma social mercadoria e com a repressão direta dos aparatos de coerção, mais que isso, a submissão dos explorados “exige (...) uma reprodução da capacidade para manejar bem a ideologia dominante... a fim de que possam assegurar também ‘pela palavra’, a dominação da classe dominante”. Löwy (1996), por sua vez – a partir da análise histórico-social do desenvolvimento do conceito de ideologia em Destutt de Tracy (1801), Napoleão Bonaparte (1812), Karl Marx (1846), Vladimir I. U. Lenin (1902) e Karl Mannheim (1929) –, propõe o uso da expressão “visão social de mundo”, de larga tradição na filosofia clássica alemã, definindo-a como “todos aqueles conjuntos estruturados de valores, representações, idéias e orientações cognitivas (...) unificados por uma perspectiva determinada, por um ponto de vista social, de classes sociais determinadas”. No que toca ao conceito de hegemonia, largamente desenvolvido por Gramsci, concordamos com a caracterização realizada pelo CEMARX-UNICAMP (2000) de que “a luta de idéias está estritamente vinculada às relações e à luta de classes numa sociedade e num período histórico determinado (...) [a hegemonia] solda alianças, demarca campos e isola ou neutraliza as forças intermediárias ou potencialmente inimigas”⁴. Por fim, interessa-nos profundamente a definição*

5.1 A perspectiva teórica planteada neste projeto de pesquisa parte de uma concepção na qual mulheres e homens são sujeitos históricos e sociais – inseridos em sociedades que –, por sua vez, são nada mais e nada menos do que produções históricas dos mesmos. É através do trabalho social que mulheres e homens, situados em sociedades concretas, constroem as condições materiais de produção e reprodução de sua existência social. Desta forma, consideramos as idéias como “representações da realidade material” e a realidade material como “baseada em contradições que se expressam em idéias”. Em formulações marxianas, “o ser social determina a consciência”, e não o contrário.

5.2 Torna-se necessário, dadas as configurações (teórico-metodológicas, epistemológicas e ontológicas) que reivindicamos para a produção social do conhecimento:

5.2.1 Considerar a perspectiva de totalidade social e o processo histórico dos fenômenos (seu dever histórico-concreto, ou seja, sua historicidade);

5.2.2 Distinguir entre o morfológico (aparência) e o estrutural (essência);

5.2.3 Correlacionar de forma indivisível as determinações materiais e os fenômenos ideológicos no processo mesmo de “apreensão do real”, assim como considerar a dialética “singular-particular-universal” de processos e relações;

5.2.4 Redefinir constantemente conceitos, categorias, variáveis e indicadores (como também métodos, técnicas e recursos de investigação) a partir do contexto histórico-social que se pretende estudar, tendo-o em conta de forma orgânica em nossa análise²⁰⁹ (Vassalo Lopes, 1990).

5.3 A configuração sócio-econômica, cultural e ideológica que compreende a expressão política contemporânea do modo de produção capitalista e a hegemonia do neoliberalismo – bem como os processos de ofensivas militares em marcha, miséria absoluta e superconcentração de riquezas etc. –, exigem-nos uma perspectiva histórica totalizante no sentido de ultrapassar a compreensão que se nos apresenta enquanto expressões epifenomênicas, aparentes ou superficiais.

5.4 Não é a objetividade evidenciada diretamente por nossos sentidos que constitui o “concreto”, mas sim a síntese de suas múltiplas determinações, “a unidade na diversidade”. Não obstante iniciemos – necessariamente – de sua imediatez num primeiro momento, somente superando-a dialeticamente alcançaremos a concretização material dos fenômenos sociais que objetivamos analisar – ou seja, em meio a suas contradições e antagonismos mais profundos –, realizando a síntese do conhecimento (Marx, 1857). Partimos, por tanto, de uma perspectiva histórico-estrutural da totalidade social enfocada nas relações sociais de produção, tomando como mediação central a força de trabalho humana. A característica fundamental da espécie humana (universal) é a praxis. É de e pela praxis que mulheres e homens constroem e transformam a sociedade, e – apesar de em condições previamente determinadas – fazem História. Consideramos – no interior destas formulações da dialética materialista-histórica – que o conhecimento, ainda mais nas ciências sociais, é um processo imbricado em relações sociais contraditórias e é referenciado pela unidade dialética subjetividade-objetividade, bem como determinado por “conjuntos de estruturados de valores, representações, idéias e orientações cognitivas ... por uma perspectiva determinada (...) de classes sociais determinadas” (Löwy, 1996).

5.5 O conhecimento, tal como o concebemos, envolve a indissociabilidade entre teoria e praxis, ou seja, uma compreensão teórica do mundo que implica uma praxis social e uma praxis social que depende organicamente desta compreensão. A validade teórica, na perspectiva marxiana, deve ser demonstrada mediante a praxis. Aqui se abre a possibilidade de comprovar a unidade dialética entre as dimensões lógica e social da investigação. **“Conclamar as pessoas a acabarem com as ilusões acerca de uma situação é conclamá-las a acabarem com uma situação que precisa de ilusões”**²¹⁰ (Marx, s.f.) [Destaque nosso].

06. Procedimentos Metodológicos, Estratégias e Recursos Investigativos

- . Pesquisas e Estudos Bibliográficos Gerais e Temáticos;
- . Entrevistas Abertas e Semi-Estruturadas;

alcançada por Williams (1979) sobre o fenômeno ideológico e a questão da “Hegemonia vivida”: “é um sistema vivido de significados e valores que, ao serem experimentados como práticas, parecem confirmar-se reciprocamente. (...) Uma Hegemonia vivida é sempre um processo. Não é, exceto analiticamente, um sistema ou uma estrutura. Além disso, ela não existe apenas passivamente como forma de dominação. A Hegemonia tem que ser continuamente renovada, recriada, defendida e modificada. Também é continuamente resistida, limitada, alterada e desafiada por pressões que não as suas próprias pressões”.

²⁰⁹ VASSALO LOPES, M. I., 1990, *Pesquisa em comunicação*. São Paulo : Edições Loyola, 3ª ed., 1997.

²¹⁰ MARX, K. (s.f.) In: __. DUARTE, N. *As Pedagogias do “Aprender a Aprender” e Algumas Ilusões da Assim Chamada Sociedade do Conhecimento*. ANPED, Revista Brasileira de Educação n.º 18, set-dez./2001 [Trabalho apresentado na Sessão Especial intitulada “Habilidades e Competências: a Educação e as Ilusões da Sociedade do Conhecimento”, durante a XXIV Reunião Anual da Associação Nacional de Pesquisa em Educação (ANPED), 8 a 11 de outubro de 2001, Caxambu-MG].

- . Entrevistas, Reportagem e Investigação Jornalística / Práticas de Comunicação Popular;
- . Observação-Participante (com Gravações, Fotografias e Filmagens);
- . Investigação Documental e Historiográfica com diversas fontes de consulta;
- . Relato Oral Autobiográfico-Temático (História de Vida Tópica);
- . Pesquisa de Campo / Pesquisa-Participante;
- . “Estatística” (Coleta, Processamento e Análise de Dados); e Outros Procedimentos.

07. Relação da Proposta com Outros Trabalhos de Pesquisa, Docência e Intervenção Social
. A realização desta investigação encontra-se balizada e matizada pela experiência de uma série de trabalhos de investigação, docência ou extensão; já sejam relacionadas a projetos de pesquisa, núcleo de estudos, cursos de especialização, reportagens documentais-investigativas e/ou intervenções sociais:

7.1 Relaciona-se à pesquisa social que desenvolvemos através da monografia final de graduação “NEOLIBERALISMO, JORNALISMO CONTEMPORANEO E MOVIMENTOS SOCIAIS: como e por que a grande imprensa do Brasil criminaliza o MST”, em co-autoria com Renina Valejo e sob orientação do Prof. Dr. Luiz Fernando da Silva (UNESP : Bauru-SP, 2000);

7.2 Encontra-se no marco de colaboração coletiva do Núcleo de Estudos e Pesquisa “Contribuições do Marxismo”, vinculado ao Programa de Pós-graduação em Educação para a Ciência (CNPq/UNESP : Bauru-SP, 2000-2002) e do Projeto Interdisciplinar de Pesquisa-Intervenção “Cidadania e Direitos Humanos” (FC/UNESP);

7.3 Remete-nos referencialmente à extensão universitária realizada em “Questão Agrária, Movimentos Sociais e a Mídia no Brasil” – MST y CEDEM. I Seminário para Jornalistas/Centro de Documentação e Memória-UNESP e Escola Nacional Florestan Fernandes/Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (São Paulo, 2000);

7.4 Insere-se arraigadamente no contexto de mobilizações populares, debate teórico e intervenção social que se refletiram na organização de delegações coletivas para participar de eventos tais como: II Encontro Americano pela Humanidade e contra o Neoliberalismo (Belém-PA, dez/1999), XII Congresso Latino-Americano e Caribenho de Estudantes (Havana-CU, abr/2000), I Conferência dos Povos e Organizações Indígenas do Brasil (Sta. Cruz Cabrália-BA, abr/2000) bem como o I e II Fórum Social Mundial (Porto Alegre-RS, jan/2001 e fev/2002).

7.5 Objetiva-se a partir da participação como delegado no Curso de Formação do Comitê de São Paulo da Campanha Nacional contra o ALCA (2002), ativista de base deste movimento social e desde a perspectiva proporcionada através da condição de colaborador internacional do jornal popular Brasil de Fato, publicação coordenada pelos movimentos sociais, sindicais e políticos de esquerda participantes da Campanha Nacional contra o ALCA e da Conferência “Um Projeto Popular para o Brasil”.

7.6 Dá-se num marco de profunda organicidade em relação ao desenvolvimento de estudos e pesquisas na área de Ciências Sociais, no Programa de Doutorado em Ciências da Comunicação da Universidade Autônoma de Barcelona (UAB, Espanha) e visando o seguimento da pesquisa relativa à tese de doutoramento em colaboração com o Centro de Estudos Marxistas (o CEMARX) e o Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (o IFCH) – instituição-membro do CLACSO –, ambos ligados à Universidade Estadual de Campinas (a UNICAMP), no Brasil.

08. Bibliografia

- ANDERSON, P. O balanço do neoliberalismo. In: SADER, E. e GENTILI, P. (orgs.) *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1995, p. 09-23.
- ANTUNES, R. Lutas sociais e desenho societal no Brasil dos anos 90. Crítica Marxista, São Paulo, vol.1, nº7, 1998.
- ARCARY, V. Partidocracia e democracia colonial, 2003, pp. 12 (mimeo.)
- _____. O PT não nada mais contra a corrente. Teoria & Debate, São Paulo (Edição Especial), 1994.
- BOITO JR. A. Política Neoliberal e Sindicalismo no Brasil. São Paulo: Xamã, 1999.
- BORON, A. Trás el búho de minerva. Mercado contra democracia en el capitalismo de fin de siglo. Fondo de Cultura Económica, Buenos Aires, 2000.
- BOSI, A. A dialética da colonização. São Paulo : Companhia das Letras, 1992.
- DIAS, E. F. (org.). O outro Gramsci. São Paulo: Xamã, 1996.
- CARONI FILHO, G. Os limites do Estado de Direito. Observatório da Imprensa n.º 174. mai/2002.
- FERNANDES, F. A revolução burguesa no Brasil. Ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro, Zahar, 1975.
- LOWY, M. Idologias e Ciência Social – elementos para uma análise marxista. 11ª edição. São Paulo : Cortez, 1996.
- MARX, K. (1857) Para a crítica da economia política [Grundrisse] In: _____. Gianotti, José Arthur. 2ª ed., São Paulo : Abril Cultural, 1978. p. 117.
- GENRO, A. O segredo da pirâmide: para uma teoria marxista do jornalismo. Porto Alegre : Tche!, 1987.
- PARTIDO DOS TRABALHADORES. Resoluções de Encontros e Congressos 1979-1998. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.

POST SCRIPTUM

“Odeio os indiferentes. / Acredito que viver / quer dizer ser **partigiani**.(*) / Indiferença é apatia, / parasitismo, / velhacaria; / não é vida. / Odeio os indiferentes, / também, porque me / dá nojo o seu choramingo / de eternos inocentes / Vivo, sou **partigiano**.(*) / Por isso, odeio / quem não **parteggia**.(*) / Odeio os indiferentes”.

Antonio Gramsci, Turim, 1917.

OS INDIFERENTES

“Odeio os indiferentes. Acredito que viver, tal qual Friederich Hebbel, *quer dizer ser partigiani*.(*) Não podem existir os apenas *homens*, os estranhos à cidade. Quem vive verdadeiramente não pode *não-ser* concidadão, e não **parteggiare**.(*) Indiferença é abulia, parasitismo, velhacaria; não é vida. Por isso, odeio os indiferentes. A indiferença é o peso morto da história. É o grilhão de chumbo para o inovador, é a matéria inerte em que se afogam amiúde os mais esplendorosos ânimos, é o fosso que circunda a velha cidade e a defende melhor do que as mais sólidas muralhas, melhor que o peito dos seus guerreiros; porque engole em seus pântanos lamacentos os seus assaltantes, os dizima e desencoraja e, às vezes, faz com que desistam da ação heróica. A indiferença opera poderosamente na história. Opera passivamente, mas opera. É a fatalidade; é aquilo com o que não se pode contar; é aquilo que confunde os programas, que derruba os planos mais bem construídos; é a matéria bruta que se rebela contra a inteligência, e a destroça. Aquilo que acontece – o mal que se abate sobre todos, o possível bem que um ato heróico (de valor universal) pode gerar – não se deve tanto à iniciativa dos poucos que operam quanto à indiferença, ao absentéismo de muitos. O que acontece, não acontece tanto porque alguns querem que aconteça quanto, sobretudo, porque a massa dos homens abdica de sua vontade, *deixa fazer*, deixa enlaçar os nós que, depois, só a espada pode cortar, deixa promulgar as leis que depois só a revolta faz revogar, deixa subir ao poder homens que, depois, só uma insurreição pode derrubar. A fatalidade que parece dominar a história não é outra coisa que a aparência ilusória desta indiferença, deste absentéismo; fatos amadurecidos à sombra – a poucas mãos – não-submetidos a qualquer controle, que tecem a tela da vida coletiva, e a massa dos homens ignora, porque isso não a preocupa. Os destinos de uma época são manipulados de acordo com visões estreitas, de alcance imediato, de ambições e paixões pessoais de pequenos grupos ativos; e a massa dos homens ignora, porque isso não a preocupa. Mas os fatos que amadurecem vêm à superfície; a tela tecida à sombra vem à tona, e então parece ser a fatalidade a arrastar a tudo e a todos, parece que a história não é mais do que um enorme fenômeno natural, uma erupção, um terremoto, do qual todos são vítimas – o que quis e o que não quis, quem sabia e quem não sabia, quem esteve ativo e o indiferente. Este último se irrita, desejaria livrar-se às conseqüências, desejaria deixar claro que não assentiu, que não é responsável. Alguns choramingam piedosamente, outros blasfemam obscenamente, mas nenhum – ou poucos – se pergunta: se tivesse eu também cumprido o meu dever, se tivesse buscado fazer valer a minha vontade, meu juízo, teria acontecido o que aconteceu? Mas nenhum – ou poucos – o atribui à sua indiferença, ao seu ceticismo; a não ter dado seus braços e atividade àqueles grupos de concidadãos que, para evitar esse mesmo mal, combatiam; que a procurar tal bem se propunham. A maioria deles, ao contrário, diante de acontecimentos consumados, prefere falar de falhas ideais, de programas definitivamente esmagados e de outras fanfarrônicas semelhantes. Recomeçam assim o seu absentéismo de qualquer compromisso. E já não por não verem claramente as coisas e, por vezes, não serem capazes de divisar belíssimas soluções para os problemas mais urgentes, ou para aqueles que – embora requerendo uma ampla preparação e tempo – são todavia tão urgentes quanto. Mas essas soluções são belissimamente inférteis; mas essa contribuição à vida coletiva não é animada por qualquer luz moral: é produto de curiosidade intelectual, e não do senso pungente de um compromisso histórico que quer a todos ativos na vida, que não admite desconhecimentos e indiferenças de nenhuma espécie. Odeio os indiferentes também porque me dá nojo o seu choramingo de eternos inocentes. Peço contas a cada um deles pelo balanço do que a vida lhes pôs e pôe, cotidianamente, do que fizeram e, especialmente, do que não fizeram. E sinto poder ser inexorável, não dever desperdiçar a minha compaixão, não repartir com eles as minhas lágrimas. Sou **partigiano**.(*) vivo, sinto nas viris consciências de meus companheiros já pulsar a atividade da cidade futura que estamos construindo. E, nesta, a cadeia social não pesa sobre poucos; qualquer coisa que acontece não se deve ao acaso, à fatalidade, mas é obra inteligente dos concidadãos. Não há nesta ninguém à janela observando enquanto os poucos se sacrificam, abnegados no sacrifício; e tampouco há quem esteja entocaiado à janela – e que pretenda usufruir o pouco bem que a atividade de poucos busca – e afogue a sua desilusão injuriando o sacrificado, o abnegado, porque não obteve êxito na sua tentativa. Vivo, sou **partigiano**.(*) Por isso odeio quem não **parteggia**.(*) Odeio os indiferentes.”

GRAMSCI, Antonio (1917). Indifferenti, In: *Cittá Futura*, 11/feb./1917 (In: *Scritti Giovanili 1914-1918*. Torino: Einaudi, 1972). Tradução livre de Roberto Della Santa Barros. Cotejada com a versão de P. C. U. Cavalcanti (*Convite à Leitura de Gramsci*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1985) e conferida junto à tradução de C. N. Coutinho (*Escritos Políticos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004).

Texto disponível em: http://www.espacoacademico.com.br/064/64tc_gramsci.htm

(*) **N.doT.:** *parteggiare* = militar, compartilhar ou ‘tomar partido’; *partigiano* = militante, camarada ou ‘partidário’.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)